



Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

***DINÂMICAS SOCIAIS, INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS NA
CONSTITUIÇÃO, DISSOLUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO
FAMILIAR EM PORTUGAL.***

Pedro Manuel Lourenço Delgado

**DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

ESPECIALIDADE - ANÁLISE POLÍTICA (área de Demografia Social)

LISBOA, NOVEMBRO DE 2009

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ESPECIALIDADE - ANÁLISE POLÍTICA (área de Demografia Social)



TEMA

*DINÂMICAS SOCIAIS, INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS NA CONSTITUIÇÃO,
DISSOLUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO FAMILIAR EM PORTUGAL*

Pedro Manuel Lourenço Delgado

Tese apresentada para cumprimentos dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, realizada sob a **orientação da Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues**, do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

LISBOA, NOVEMBRO DE 2009

À Edite, à Liliana e à Catarina

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração desta dissertação contámos com o incentivo e a colaboração de vários professores, colegas, funcionários de bibliotecas e Institutos que constituíram uma preciosa ajuda para a concretização dos objectivos delineados na presente Investigação.

Seria extensa a lista de pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, a quem desejamos expressar publicamente o nosso agradecimento pelos contributos, troca de ideias, recolha de informação e incentivo na criação desta Dissertação.

Ao Professor Doutor Joaquim Manuel Nazareth, desejamos reconhecer a amabilidade que demonstrou ao tomar conhecimento do nosso projecto, contribuindo com o seu estímulo para o começo da Investigação.

Para a Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues, agradecemos não só a disponibilidade em ter aceitado honrar-nos com a sua orientação especializada, mas sobretudo por lhe haver emprestado o seu saber científico, experiência académica, rigor, inteligência, incentivo e disponibilidade, a par de uma confiança e entusiasmo transmitidos, tão gratificantes quanto estimulantes.

Aos professores José Caeiro, João Gageiro e Helena Pestana pelo bom senso das suas sugestões, reflexões e críticas, mas também pelos diálogos e momentos de lazer que sempre reforçam a nossa dedicação e empenho a uma causa. Uma palavra ainda de agradecimento às professoras Fernanda Prego e Helena Fernandes pela competência no campo informático e na tradução para a língua inglesa do *resumo*.

Não podemos esquecer também a colaboração de alguns amigos que tornaram possível a efectivação da componente gráfica deste estudo, respondendo de forma adequada a todas as nossas solicitações, bem como a todos aqueles que se disponibilizaram em recolher os questionários referentes à componente prática desta Investigação, algo que é igualmente extensível aos próprios sujeitos inquiridos que colaboraram neste estudo.

Uma palavra especial para a Edite, Liliana e Catarina. Reconheço muito a vossa paciência pela minha ‘ausência’ em largos momentos, especialmente nestes últimos anos em que aceitaram dividir a minha atenção com esta investigação. O ‘tempo’ que passou já não volta, mas o meu reconhecimento pela vossa compreensão transcende em tudo o que possam pensar. Obrigado por isso.

RESUMO

A presente investigação foi desenvolvida tendo como objecto de estudo as dinâmicas sociais, institucionais e políticas na constituição, dissolução e recomposição familiar em Portugal, tendo o seu ponto central na problemática da Família.

O enquadramento conceptual utilizado está baseado na perspectiva da ciência política, que vê na organização da sociedade um conjunto de ideologias que influenciam a prática social e contribuem para a mudança (ou permanência) de certas funções de regulação social. O contributo de ciências sociais como a História, a Demografia, a Ecologia, a Sociologia, a Antropologia e o Direito revelaram-se igualmente fundamentais para a compreensão dos assuntos abordados nesta investigação, numa perspectiva holista do conhecimento humano.

O enquadramento teórico envolve uma contextualização cronológica e ideológica sobre a Família em Portugal, onde foi possível notar numa primeira fase o confronto ideológico entre duas Instituições com ritmos de tempo diferentes: um, estruturalmente ligado à Igreja Católica e servindo directamente os propósitos conservadores. O outro, com um poder de inovação e intervenção dinâmica na sociedade, desafiava a ordem estabelecida e defendia a alteração das velhas estruturas ideológicas e culturais de matriz religiosa. Esbatido ao longo do Estado Novo, este projecto de raiz liberal manteve-se vivo, a julgar pela recuperação de princípios e ideias que presidiram ao Direito de Família depois de 1974 e que estão na base da profunda transformação na Família desde então. Desse modo, passamos a notar a existência de uma pluralidade de configurações familiares, justificadas pelo maior sentido de individualidade, autonomia e decisão pessoal das pessoas quanto à escolha da sua opção de vida conjugal.

Assim e tendo em atenção a pluralidade de modelos familiares existentes no País, a investigação passou a incidir nas práticas caracterizadoras das estratégias individuais dos membros do casal ligadas ao casamento, divórcio e coabitação/recomposição familiar. A qualidade das relações familiares, as representações sociais e respectivos valores ligados às opções conjugais bem como o respectivo percurso de vida familiar, constituíram pontos de pesquisa especial nesta matéria.

Neste sentido, realizámos na Área da Grande Lisboa um trabalho de campo envolvendo um conjunto de 100 indivíduos agrupados em 5 configurações familiares - monoparentais/unipessoais; união de facto; recomposição familiar (de coabitação ou de segundo casamento) e casamento (civil/religioso).

O estudo empírico utilizou uma metodologia qualitativa e quantitativa, desejando compreender fenómenos sociais relacionados com a conjugalidade. Utilizou-se uma estratégia de estudo de caso cuja estrutura de investigação assentou nas técnicas de inquérito por questionário. As perguntas foram agrupadas em seis categorias organizadoras: caracterização social; formação e vida conjugal; situação familiar actual; apoio/proximidade parental; representações sociais sobre a conjugalidade e avaliação jurídica familiar.

As principais conclusões a retirar desta investigação foram as seguintes: viver em família envolve necessidades específicas às quais é preciso responder, tendo em atenção a diversidade que essa designação actualmente contém. Assim, as diferentes configurações familiares em observação realçam o sentido individual das opções conjugais e mostram a maior autonomia e liberdade de acção em relação a esse procedimento, numa lógica de acção envolvendo o abandono de constrangimentos tradicionais ou religiosos. Por outro lado, a mudança em questões familiares envolve a implementação de uma legislação ajustada às necessidades das pessoas que vivem em diferentes modelos familiares, sempre numa lógica de intervenção dos Poderes Públicos quando está em causa o interesse social e sem esquecer a implementação de medidas que contribuam para uma maior justiça social.

PALAVRAS – CHAVE

Família	Género	Conjugalidade	Modelos Familiares	Estado
Monoparentalidade	União de Facto	Recomposição Familiar	Igreja	Casamento
Divórcio	Representações Sociais	Lógicas de Acção	Políticas Familiares	

ABSTRACT

The present research was carried out into the importance of social, institutional and political dynamics in family constitution, dissolution and reconstitution in Portugal and has its main focus on family problems.

The conceptual framework used is based on the perspective of the political science which sees, in the organization of society, a series of ideologies that influence the social practice and contribute to the change (or permanence) of certain functions of social regulation. The contribution of social sciences like History, Demography, Ecology, Sociology Anthropology and Law was equally essential to the understanding of the subjects approached in this research in a holistic perspective of human knowledge.

The theoretical framework of the research involves a chronological and ideological contextualization of the family in Portugal. At an initial phase there was the ideological confrontation between two institutions which had different time rates: one of them was structurally connected to the Catholic Church and served directly the conservative purposes. The other one, which had the power to innovate and to intervene dynamically in society, challenged the established order and defended the change of the old ideological and cultural structures of religious nature. This project of liberal roots declined in importance during the *Estado Novo* and had considerable significance after 1974, considering the principles and ideas which were recovered and guided Family Law and which have been the cause of deep change in Family since then. Therefore, we have been noticing the existence of forms of family organization, justified by a greater sense of individuality, autonomy and personal decision, as far as their options of conjugal relationship is concerned.

Thus, and having in mind the considerable number of family models in our country, the research started to focus on the characterizing practices of the individual strategies used by the members of the couple, related to marriage, divorce and cohabitation / family reconstitution. The quality of family relationships, social representations and their values connected to their options of conjugal relationship, as well as their course of family life, were special matters of research in this area.

In this sense, we conducted some fieldwork in the area of Greater Lisbon, which involved a number of 100 people grouped according to 5 kinds of family organization: single-parent families/individual; common-law marriage; family reconstitution

(cohabitation or second marriage) and marriage (registry office wedding/church wedding).

The empirical study used a qualitative and quantitative methodology in order to understand social phenomena related to conjugal relationships. The strategy of case study was adopted, and its structure of investigation was based on a survey which included six groups of questions which fall into six organizational categories: social characterization; organization and conjugal relationship; current family situation; support/parents' proximity; social representations of conjugal relationships and family legal assessment.

These are the main conclusions of this research: on the one hand, family life involves specific needs, which one has to fulfil, taking into consideration that nowadays this designation contains a lot of diversity. Therefore, the different kinds of family organization observed emphasize the sense of individuality as far as the options of conjugal relationships are concerned and reveal a great autonomy and freedom of action related to that matter, within an action logic which involves giving up traditional or religious embarrassments. On the other hand, the change in family matters involves the implementation of legislation suitable for the needs of people who live according to different family models, having always in mind a logic of intervention of the Public Power whenever social interest has to be protected and without forgetting the adoption of measures that contribute to greater social justice.

KEYWORDS

Family Gender Conjugal relationships Family models State
Single-parent family Common-law marriage Family reconstitution
Church Marriage Divorce Social representations Action logic
Family policies

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
1. Objecto do Estudo	2
2. Problema de Investigação, questões orientadoras e objectivos da pesquisa	4
3. Dos Estudos da Família	7
4. Fontes e Bibliografia utilizadas	13
5. Estrutura do Trabalho	15
 PRIMEIRA PARTE – <i>A Família em Portugal: do Antigo Regime à Modernidade.</i>	20
I. ESTUDOS NA ÁREA DA FAMÍLIA	20
1. O Conceito de Família	20
2. A Família nas Sociedades do Ocidente Europeu – do Antigo Regime à Revolução Industrial	24
2.1. As Abordagens Demográficas no Estudo da Família	25
2.2. As Abordagens ligadas à ‘Economia Doméstica’	28
2.2.1. O grupo doméstico – dimensão, estrutura e transmissão patrimonial	29
2.2.2. A industrialização e as transformações na vida económica do grupo doméstico ...	32
2.3. As Abordagens Culturais e dos Sentimentos	36
2.4. Síntese Actual dos Conhecimentos	44
II. O PAPEL DOS PODERES PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO FAMILIAR EM PORTUGAL	52
3. A Influência do Liberalismo no século XIX	52
3.1. Da <i>Constituição</i> de 1822 ao <i>Código Civil</i> de 1867	56
3.1.1 O <i>Código Civil</i> de 1867 e a questão do casamento	59
3.1.2. O problema do casamento civil e do matrimónio religioso	61
3.1.3. O debate público na questão do casamento civil	62
3.1.4. A questão do casamento no <i>Código Civil</i> – a visão dos integristas católicos e seus argumentos	64
3.1.5. A questão do casamento no <i>Código Civil</i> – a visão dos intelectuais liberais e seus argumentos	70
3.2. O Individualismo Liberal na questão do casamento civil	73

4. A questão familiar à luz dos princípios do Positivismo, do Cientismo e do Catolicismo, nos finais do século XIX	79
4.1. A campanha a favor do Divórcio	82
4.1.1. Os Argumentos Antropológicos e Sociológicos na defesa e na contestação do divórcio	85
4.1.2. Os argumentos jurídicos	94
5. Enquadramento Histórico das <i>Leis de Família</i> e de <i>Divórcio</i> na Primeira República: 1910-1926.....	99
5.1. As <i>Leis de Família</i> e de <i>Divórcio</i> na Primeira República – análise jurídica.....	101
5.1.1. Os efeitos da <i>Lei de Divórcio</i> na vida social do País	109
5.1.2. Os efeitos da <i>Lei de Protecção dos Filhos</i> na vida familiar	113
5.2. Limitações, críticas e debates em torno das <i>Leis de Família</i> e de <i>Divórcio</i> da Primeira República.....	118
6. A Família e o Estado Novo – da <i>Constituição</i> de 1933 à <i>Concordata</i> de 1940.....	125
6.1. Princípios ideológicos da <i>Constituição</i> de 1933 na organização da Família	127
6.2. A acção da Igreja a partir de 1926	132
6.2.1. As Críticas da Igreja face às leis Republicanas sobre a Família e o Divórcio.....	134
6.3. Projectos – Lei sobre Família e Divórcio, na Assembleia Legislativa	139
6.4. O sistema concordatário e suas implicações na textura social e jurídica do País	148
6.4.1. As questões sociais levantadas pela <i>Concordata</i> – um olhar na imprensa da época .	151
6.4.2. As consequências sociais de âmbito familiar causadas pela <i>Concordata</i>	159
6.5. A reforma do <i>Código Civil</i> de 1967 e as críticas suscitadas ao ordenamento familiar criado no Estado Novo	162
7. Casamentos, Divórcios e Separações Judiciais de Pessoas e Bens durante o Estado Novo (1933-1974): um retrato a partir dos números	168
7.1. Casamentos, divórcios e separações, segundo a idade dos cônjuges e duração do seu casamento	173
7.2. Casamentos dissolvidos por Divórcio e por Separação Judicial, segundo os fundamentos e duração.....	176
7.3. Casamentos dissolvidos por divórcio e separação judicial, segundo o nº de filhos por fundamento e duração	181
7.4. As subculturas regionais: constituição e dissolução familiar	186
7.5. As subculturas regionais: fundamentos da dissolução familiar e duração do casamento	189

III. ESTRUTURA, IMAGENS, ESTRATÉGIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAMÍLIA EM PORTUGAL – DO ANTIGO REGIME À MODERNIDADE	196
8. A Família em Portugal – situação geral nos primórdios da nacionalidade	197
8.1. A estrutura familiar da Nobreza – estratégias nupciais, vida conjugal e ambiente familiar no Antigo Regime	199
8.2. O mundo rural no Portugal do Antigo Regime	206
8.2.1. Estratégias matrimoniais e estrutura do grupo doméstico nos meios rurais	208
8.2.2. Homogamia e endogamia social, valores e representações sociais da ilegitimidade ..	217
8.3. A ascensão social da burguesia e o seu modelo familiar	222
8.3.1. A vida familiar nos meios burgueses – estrutura e estratégias familiares em ambiente urbano.....	224
8.3.2. Imagens do quotidiano nos meios familiares burgueses	227
8.3.3. Relações familiares e tensões conjugais	236
8.4. A vida familiar nas camadas populares – estrutura e estratégias familiares em ambiente urbano.....	242
8.4.1. Imagens do quotidiano nos meios populares urbanos	247
8.5. O ideal burguês de família e as classes assalariadas	252
8.5.1. Os meios operários e as estratégias familiares.....	256
8.6. Valores, práticas e realidades familiares na organização da família durante o Estado Novo.....	262
8.6.1. Valores, práticas e realidades familiares no final do Estado Novo.....	270
 SEGUNDA PARTE – <i>As Transformações Familiares no Portugal da Modernidade</i> ...	275
IV. A SITUAÇÃO JURÍDICA DA FAMÍLIA – A MUDANÇA DEPOIS DE ABRIL DE 1974.....	275
1. A Transformação Social e a Criação de Novos Valores no Pós 25 de Abril	277
2. A Situação Social e Jurídica da Família depois de Abril de 1974.....	282
2.1. Os Argumentos do Movimento Pró-Divórcio e respectivo impacto social na Revisão Concordatária – a nova legislação sobre família e divórcio.....	283
2.2. As modificações jurídicas no <i>Direito de Família</i>	288
2.2.1 A Posição da Igreja	297
3. O Divórcio em Portugal: 1975 – 1979: um retrato estatístico	301
3.1. Duração do casamento dissolvido por divórcio – 1975/1979.....	302
3.2. Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos: 1976 – 1979 ...	305

4. Os processos dinâmicos de transformação da vida familiar entre os anos 80 e os primeiros anos do século XXI	306
4.1. A constituição familiar em Portugal: a nupcialidade e o regime de bens no País	310
4.2. A dissolução conjugal por Divórcio.....	314
4.2.1. Os fundamentos jurídicos para o divórcio: 1980 – 1989.....	317
4.2.2. Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos: 1980/1989...	318
4.2.3. O Divórcio e as Regiões do País – 1980/1989.....	319
4.3. O Divórcio nos anos 90	319
4.3.1. Fundamentos Jurídicos para o Divórcio: 1990 – 1999.....	320
4.3.2. Casamentos dissolvidos por Divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 1990 – 1999	322
4.3.3. O Divórcio e as Regiões do País – 1990/1999.....	323
4.4. O Divórcio nos primeiros anos do Século XXI	324
4.4.1. Fundamentos Jurídicos para o Divórcio: 2000 - 2005.	324
4.4.2. Casamentos dissolvidos por Divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 2000 – 2005.	326
4.4.3. O Divórcio e as Regiões do País: 2000 – 2005.....	327
4.5. Estatuto socioprofissional dos divorciados.....	329
V. AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES EM PORTUGAL E RESPECTIVA CARACTERIZAÇÃO	335
5. O Recasamento, no conjunto da vida familiar em Portugal	335
5.1. O Recasamento no País – um retrato a partir dos números	339
6. A União de Facto/Coabitação e a perspectiva jurídica	343
6.1. Coabitação e vivências sociais.....	348
6.2. A coabitação no contexto familiar do País	351
6. 3. Causas sociais da coabitação	356
6.4. Coabitação e diversidade regional	362
7. As Famílias Monoparentais	363
7.1. A questão dos filhos menores	368
8. Família e Política Social em Portugal: estruturas de base.....	370
8.1. Políticas Familiares no Regime Democrático.....	372
9. As perspectivas para um estudo empírico no campo familiar	382

TERCEIRA PARTE – Estudo empírico e metodologia da investigação.....	385
1. Problemática Global.....	385
1.1.Objectivos.....	387
1.1.1. Pergunta de partida.....	389
1.1.2. As Hipóteses.	390
2. Tipo de investigação – natureza do estudo e justificação das opções.....	392
2.1. Estrutura da Investigação.....	394
2.1.1. Formulação dos Itens do questionário exploratório	396
2.1.2. Análise crítica do Questionário exploratório, aperfeiçoamento dos itens e aplicação do questionário apurado.	397
2.1.3. Instrumento e Técnica de recolha/análise dos dados.....	400
2.2. População e Amostra.....	401
3. Apresentação e Análise dos resultados	405
3.1. Caracterização Social	405
3.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.....	406
4. Apresentação e Análise dos Resultados	421
4.1. Formação e Vida Conjugal	421
4.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.....	422
5. Apresentação e Análise dos Resultados	452
5.1. Situação familiar Actual/Ambiente familiar/Identidade Pessoal.	452
5.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.....	453
6. Apresentação e Análise dos Resultados	472
6.1.Apoio/Proximidade parental.....	472
6.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação);	

Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.....	473
7. Apresentação e Análise dos Resultados	483
7.1.Representações sobre o Casamento/Divórcio/Coabitação/Vida Conjugal.....	483
7.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.....	484
8. Apresentação e Análise dos Resultados	526
8.1. Avaliação Jurídica Familiar	526
8.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.....	527
9. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	560
9.1. Caracterização social, profissional e educativa dos sujeitos inquiridos	562
9.2. Formação e vida Conjugal/ Ambiente Familiar/ Dissolução conjugal e Apoio Parental.....	566
9.2.1. Ambiente familiar – construção e dissolução do casal.....	570
9.2.2. Apoio/proximidade parental e reacções ao fim da conjugalidade	577
9.2.3. Guarda dos filhos – decisão judicial e relacionamento pós-divórcio	581
9.2.4. Os filhos do Divórcio – enteados e padrastos/madrastas	583
9.3. Vida familiar actual e ambiente doméstico	588
9.4. A vida em casal: a questão da fidelidade, das relações extraconjugais e das mudanças operadas na família nas últimas décadas.....	593
9.4.1.Representações sociais, práticas e aspectos tradicionais na vida familiar.....	598
9.4.2. Representações sociais sobre casamento e divórcio	605
9.4.3. Representações sociais sobre coabitação.....	611
9.5. Avaliação Jurídica das Leis de Família	616
9.5.1. O Estado e a Sociedade Civil: direitos, benefícios e expectativas	618
9.5.2. Propostas para Medidas Legislativas em benefício das Famílias	621
Conclusão/Recomendações	626
 BIBLIOGRAFIA GERAL:	 648

ANEXO I	675
QUADROS ESTATÍSTICOS SOBRE CASAMENTO E DIVÓRCIO NO PAÍS	675
ANEXO II	680
QUADROS GERAIS RELATIVOS AOS SUJEITOS INQUIRIDOS	680
QUADRO nº 1 A – Naturalidade dos elementos do Casal	681
QUADRO nº 2 A – Local do encontro amoroso	681
QUADRO nº 2 B – Profissões e Escolaridade dos Inquiridos	682
QUADRO nº 3 A – Grau de escolaridade do inquirido e do seu cônjuge	686
QUADRO nº 3 B – Grau de Instrução dos Sujeitos Inquiridos	687
QUADRO nº 4 A– Forma de celebração do casamento, segundo a Instrução	687
QUADRO nº 4 B – Forma de celebração do casamento, segundo a Instrução: totais	688
QUADRO nº 5 A – Regime de Bens Adoptado, segundo a Instrução	688
QUADRO nº 5 B – Regime de Bens Adoptado, segundo a Instrução: totais	688
QUADRO nº 6 A – Iniciativa do divórcio	689
QUADRO 7 A – Duração do vínculo conjugal	689
QUADRO nº 7 B – Motivos Pessoais para Justificar o Fim da Relação Conjugal:	689
QUADRO nº 8 A – Relação com Parentes próximos	690
QUADRO nº 9 A – Influência no casamento/união de facto da parte dos pais e dos ex-sogros	690
QUADRO nº 9 B – Atribuição da Guarda da Criança	690
QUADRO nº 10 A – Integração dos Enteados	691
QUADRO nº 10 B – Intervenção na Educação dos Enteados	691
QUADRO nº 10 C – Relacionamento com os Enteados	691
QUADRO nº 10 D – Avaliação pelos Enteados	692
QUADRO nº 11 A – Memória da Anterior Relação Conjugal	692
QUADRO nº 11 B – Relacionamento com os Filhos, não tendo a Guarda da Criança.	692
QUADRO nº 12 A – Sentimento pelo Cônjuge Actual	693
QUADRO nº 12 B – Organização do Lar	693
QUADRO nº 12 C – Aspectos da Vida Conjugal	693
QUADRO nº 12 D – Impacto da Vida Profissional no Casal	694

QUADRO nº 13 A – Vida em casal.....	694
QUADRO nº 13 B – Relações extra-conjugais.	695
QUADRO nº 14 – Mudanças no âmbito da família conjugal.	695
QUADRO nº 15 A – Opinião sobre o Divórcio	695
QUADRO nº 15 B – Motivos Pessoais sobre o aumento do Divórcio	696
QUADRO nº 16 A – Opinião sobre o casamento	696
QUADRO nº 16 B – O Casamento pela Igreja.....	697
QUADRO nº 16 C – Crenças religiosas e estabilidade da vida familiar	697
QUADRO nº 17 A – Casais em União de Facto	698
QUADRO nº 17 B – Casais em União de Facto.....	698
QUADRO nº 17 C – Casais em Recomposição Familiar por Coabitação	698
QUADRO nº 17 D – Casais em Recomposição Familiar por Coabitação	699
QUADRO nº 17 E – Casais em Recomposição Familiar – 2º Casamento	699
QUADRO nº 17 F – Casais em Recomposição Familiar – 2º Casamento	700
QUADRO nº 18 – Direitos e Benefícios Implementados pelo Estado.....	700
QUADRO nº 19 – Trabalho Desenvolvido pelos Organismos e Secretarias de Estado ligados à Família	701
QUADRO nº 20 – Profissão dos Inquiridos	702
QUADRO nº 21 – Naturalidade	704
QUADRO nº 22 – Concelho de residência.....	707
QUADRO nº 23 – Naturalidade do cônjuge actual.....	708
 ANEXO III	 710
BASE DE DADOS EM EXCEL	710
ANEXO IV	711
MODELO DE QUESTIONÁRIO	711
ANEXO V.....	712
LEGISLAÇÃO	712
ANEXO VI –	713
FIGURAS.....	713
FIGURA 1- Cartaz do Secretariado da União Nacional (SUN) -1945.....	714
FIGURA 2- Cartaz da Arquidiocese de Évora dedicado à família-1982.....	714

FIGURA 3- Postal do SUN – 1942: conselho à jovem mãe	714
FIGURA 4- Postal do SUN: O cuidado nas refeições da criança	714
FIGURA 5- Postal do SUN: Abandonar a chupeta.	714
FIGURA 6-Postal do SUN: Cuidados com o recém-nascido.....	714
FIGURA 7- Postal do SUN: Importância da atenção materna.....	714
FIGURA 8- Postal do SUN: Advertência à jovem mãe.....	714
FIGURA 9- Postal do SUN: A virtude da limpeza.....	714
FIGURA 10-Uma Família Burguesa (século XIX)	714
FIGURA 11- A Refeição em Família	714
FIGURA 12- Rosto da 1ª edição da revista: <i>Mulher Portuguesa</i>	714
FIGURA 13- Aula de economia doméstica	714
FIGURA 14- Aula de puericultura	714

QUADROS INSERIDOS NOS PONTOS 5 – PRIMEIRA PARTE E NOS PONTOS 6,7 e 8 – SEGUNDA PARTE

QUADRO 1 – Casamentos dissolvidos por divórcio:1917/29.....	112
QUADRO 2 – Estado Civil anterior ao casamento:1960/79.....	170
QUADRO 3 – Casamentos celebrados segundo Regime de Bens:1930/5917	Erro! Marcador não definido.
QUADRO 4 – Casamentos celebrados segundo Regime de Bens:anos60/70	172
QUADRO 5 – Duração do casamento dissolvido por divórcio.....	175
QUADRO 6 – Duração do casamento interrompido por separação judicial de pessoas e bens.	176
QUADRO 7 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o fundamento e duração: 1930 – 1974.	180
QUADRO 8 – Casamentos interrompidos por separação judicial, segundo o fundamento e duração: 1960 – 1974.	181
QUADRO 9 – Casamentos dissolvidos por divórcio segundo o número de filhos: 1930 – 1959 (Continente e Ilhas)	184
QUADRO 10 – Casamentos dissolvidos por divórcio segundo o número de filhos, duração do casamento e fundamento do divórcio: 1960 – 1967 (Continente e Ilhas).....	185
QUADRO 11– Casamentos dissolvidos por divórcio segundo o número de filhos, duração do casamento e fundamento do divórcio: 1968 – 1969(Continente e Ilhas).....	185
QUADRO 12 – Casamentos dissolvidos por divórcio segundo o número de filhos, duração do casamento e fundamento do divórcio: 1970 – 1975 (Continente e Ilhas).....	186
QUADRO 13 – Constituição e dissolução familiar nos distritos do país: 1930/1969.....	188
QUADRO 14 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo a duração e causas: 1970 – 1979.....	303
QUADRO 15 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 1976 – 1979.	306

QUADRO 16 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo a duração e causas: 1980/89.....	318
QUADRO 17 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 1980-1989.....	318
QUADRO 18 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo a duração e causas: 1990 – 1999 (Continente e Ilhas).	322
QUADRO 19 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 1990-1999 (Continente e Ilhas).	323
QUADRO 20 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo a duração e causas: 2000 – 2005 (Continente e Ilhas).	326
QUADRO 21 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 2000 – 2005 (Continente e Ilhas).....	327
QUADRO 22 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo a distribuição geográfica e fundamentos: 2000 – 2005 (Continente).....	328
QUADRO 23 – Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo a distribuição geográfica e forma de celebração: 2000 – 2004 (Continente).....	328
QUADRO 24 – Casamentos dissolvidos por divórcio, por profissão do cônjuge feminino e segundo a profissão do cônjuge masculino – 1995/1999	333
QUADRO 25 – Casamentos dissolvidos por divórcio, por profissão do cônjuge feminino e segundo a profissão do cônjuge masculino – 2000/2004	333
QUADRO 26 – Casamentos dissolvidos por divórcio, por grau de instrução dos cônjuges - 1990/1994 -	334
QUADRO 27 – Casamentos dissolvidos por divórcio, por grau de instrução dos cônjuges - 1995/1999 -	334
QUADRO 28 – Casamentos dissolvidos por divórcio, por grau de instrução dos cônjuges - 2000/2004 -	334
QUADRO 29– Censos da população (1991 E 2001)	353
QUADRO 30 – A Monoparentalidade em Portugal.....	367
QUADRO 31 – Representação da amostra	404

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

A.M.L. – Área Metropolitana de Lisboa

D.G.F. – Direcção Geral da Família

I.N.T.P. – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

M.F.A. – Movimento das Forças Armadas

O.M.E.N. – Obra das Mães pela Educação Nacional

P.R.E.C. – Processo Revolucionário em Curso

S.U.N. – Secretariado da União Nacional

INTRODUÇÃO

A *história da família* tem-se revelado um domínio frutuoso entre as Ciências Sociais. O número considerável de trabalhos académicos realizados em países como França, Inglaterra ou mesmo Alemanha, permitiu avaliar a diversidade das estruturas familiares existentes em cada um desses territórios, bem como as trajetórias familiares dos vários grupos sociais, comprovando a existência de uma pluralidade de situações familiares no contexto histórico europeu.

Tema com evidente actualidade, os estudos realizados neste âmbito renovam-se ciclicamente, permitindo abordar novas questões decorrentes da crescente complexidade de situações familiares em meios urbanos, como são exemplo as áreas de estudo ligadas à recomposição e coabitação conjugal.

De facto, os desafios colocados no presente à vida familiar são múltiplos e diversificados. Nos últimos 35 anos a sociedade portuguesa conheceu profundas transformações no campo económico, de urbanização e de terciarização, processos que se interligam de modo estreito com as novas estruturas familiares e os valores sociais inerentes ao seu modelo de vida. Falamos sobretudo de valores inseparáveis da conjugalidade moderna, expressos na escolha do cônjuge segundo critérios afectivos, na valorização da relação conjugal na base da partilha, no grau de satisfação da vida familiar, na autonomia dos cônjuges e em idênticos objectivos na realização profissional e familiar entre homem e mulher.

É neste contexto que assume uma crescente importância a ideia de recomposição familiar (e mesmo de coabitação), no actual estudo da Família. De facto, a existência do divórcio não implica uma paralisação da vida familiar. Pelo contrário, o casamento entre divorciados com crianças de uniões conjugais anteriores tem crescido consideravelmente no conjunto da sociedade portuguesa, dando assim origem a novas configurações familiares.

No entanto, se nos meios urbanos o casamento de divorciados tem vindo a acentuar-se (justificando plenamente as investigações realizadas sobre o tema e o modo como é sentida e vivida a experiência da recomposição familiar), são ainda raros ou parcelares os estudos que tenham investigado a diversidade de situações jurídicas em famílias recompostas, especialmente na construção social do papel de padrasto, de madrasta e até

da situação jurídica do enteado, para além de identificarmos o nível de satisfação que essa relação conjugal garante aos membros familiares.

Na verdade, os trabalhos publicados no domínio da investigação científica na área familiar em Portugal apresentam ainda campos por explorar. Por outro lado, o contributo da Historiografia e sobretudo da Ciência Política tem sido pobre em comparação com outras áreas de saber como a Sociologia e a Antropologia, nomeadamente em termos da dinâmica histórica e jurídica que está subjacente à vida familiar.

Em resumo: é insuficiente estudar a família na sua vertente social e afectiva, sem ter em conta o processo histórico da sua constituição/dissolução e as interacções estabelecidas entre estas realidades e os fundamentos normativos / jurídicos que o Direito de Família consagra, quer em termos de procedimentos legais a cumprir, quer em termos de satisfação e qualidade de vida daí resultantes para os envolvidos.

1. Objecto do Estudo

Na sequência de uma investigação anterior e dos objectivos aí enunciados¹, constituiu-se o divórcio e a separação judicial de pessoas como objecto de pesquisa, tendo sido possível analisar em que medida o estudo desses conceitos estavam profundamente ligados aos valores e determinações subjacentes às Instituições de poder em Portugal na segunda metade do século XIX: o Estado liberal e a Igreja católica.

O estudo então efectuado permitiu evidenciar o modo como o Estado Liberal implementou um conjunto de medidas que visavam reduzir o poder e a influência da Igreja na sociedade. As propostas de laicização, conjugadas com uma crescente intervenção dos poderes públicos na vida social, acabaram por modelar a liberdade de consciência e a vontade pessoal de um sector influente da sociedade – a burguesia – a qual, em contacto com as correntes filosóficas críticas, positivistas e naturalistas do século XIX, acabou por conduzir nos primórdios do século XX à separação da religião da política, vincando com rigor as responsabilidades do Estado em matéria de formação moral e cívica dos cidadãos. A vigência da I República será disso exemplo, remetendo a autoridade religiosa para um domínio secundário no plano da regulação familiar.

¹ Delgado, Pedro (1996). *Divórcio e Separação em Portugal – análise social e demográfica no século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.

Este antagonismo apaziguou-se com a instauração do Estado Novo, muito em especial com a Celebração de uma *Concordata* em 1940 entre o Estado e o Vaticano². A relação de entendimento estendeu-se até meados dos anos 70, passada a revisão do *Código Civil* em 1967. Durante esse tempo, o País viveu sobre duas ordens jurídicas em matéria de regime familiar (a civil e a canónica), uma vez que o Estado integrou no seu Direito interno o regime de indissolubilidade do matrimónio derivado do Direito Canónico. Desse modo e no âmbito da constituição familiar, quebrou-se a unidade do sistema matrimonial do País criada pela Primeira República ao admitir que os casamentos católicos passassem exclusivamente a ser regidos pelo Direito Canónico, não podendo ser dissolvidos pelos tribunais civis.

As implicações deste ordenamento jurídico na Família revelaram-se desajustadas com o tempo e a necessária revisão Concordatária em 1975 marcou um ponto de viragem e de mudança na relação da família com as instâncias religiosas e civis.

A partir deste marco cronológico, razões de ordem histórica, política e social passaram a ser tomadas em consideração para o momento de transformação que a Família passará a sofrer, algo que a investigação então realizada não pode estabelecer, dado o cariz social e demográfico da investigação e o horizonte cronológico considerado no estudo.

Com a presente pesquisa estabeleceu-se como objecto de estudo as dinâmicas institucionais e políticas na constituição, dissolução e recomposição familiar em Portugal.

Numa primeira fase, a investigação teve em consideração o modo como os Poderes Públicos e Religiosos assumiram o seu papel no ordenamento jurídico da Família, a maneira como influenciaram historicamente esse processo e as consequências produzidas na vida conjugal das famílias em Portugal. Num segundo momento e tendo em atenção a pluralidade de modelos familiares existentes na actualidade, o estudo incidiu nas práticas caracterizadoras das estratégias individuais dos membros do casal ligadas ao casamento, divórcio e coabitação/recomposição familiar. A qualidade das relações familiares, as representações sociais e respectivos valores ligados às opções conjugais bem como o respectivo percurso de vida familiar, constituíram pontos de pesquisa especial nesta matéria.

² Uma *Concordata* envolve uma convenção ou tratado firmado entre um Estado soberano e a Igreja, daí decorrendo um conjunto de direitos e deveres constituído no respectivo acordo (cf. Ferreira, F. 2002:125).

O tema da investigação envolve um horizonte cronológico situado entre a revolução liberal de 1820 e o momento actual da vida familiar em Portugal.

Por razões óbvias, o fenómeno da constituição, dissolução, recomposição e coabitação familiar em Portugal só adquire uma relativa visibilidade social devido às alterações estruturais sentidas nas sociedades contemporâneas, onde o ritmo de mudança tem sido constante. Essas mudanças envolvem outras transformações em matéria de valores e práticas dos actores sociais nela envolvidos. Por isso, faz sentido englobar todas as alterações sociais sentidas na área familiar, no grande campo teórico da *Mudança Social*.

2. Problema de Investigação, questões orientadoras e objectivos da pesquisa

Dado o horizonte cronológico presente nesta investigação, são múltiplas as interrogações a fazer para a constituição final deste trabalho.

Inicialmente, a questão colocou-se em torno do processo de constituição e dissolução conjugal a nível histórico, social e jurídico. Nessa base, estudámos o modo como foi apresentada e defendida a questão familiar em Portugal desde o Regime Liberal no século XIX até ao fim do Estado Novo, em meados dos anos 70 do século XX.

Depois, a questão de fundo colocou-se no modelo de transformação social vivido pela sociedade portuguesa desde Abril de 1974 e suas implicações nos valores inseparáveis da conjugalidade moderna, que se interligam de modo estreito com as novas estruturas familiares. Saber em que medida a transformação jurídica no Direito de Família nas últimas décadas nos informa sobre o estatuto das famílias em Portugal, do seu lugar na organização social e na evolução das funções do Estado em relação à Família, constituiu a preocupação dominante no seguimento da investigação.

Neste campo, entender as perspectivas que se anunciam para o futuro no âmbito das políticas de família em termos de ambiente familiar, revelaram-se fundamentais para os objectivos em vista.

Tendo em atenção a contextualização do campo teórico em análise, chegou o momento de apresentar a questão que estará na origem da reflexão e da pesquisa que desejamos fazer. Enunciar o projecto de investigação através de uma pergunta de partida constitui, como salientam Quivy e Campenhoudt (1998), uma fórmula eficaz de

tentar “*exprimir o mais exactamente possível o que [se] procura saber, elucidar, compreender melhor*” (1998:32).

Assim, em termos gerais, podemos estabelecer a seguinte pergunta como nuclear na parte teórica da investigação em curso: ***Que dinâmicas Institucionais e Políticas têm sido utilizadas na prática social para justificar o processo de constituição, dissolução e recomposição familiar em Portugal, desde o regime liberal até ao presente?***

No intuito de operacionalizar o problema de pesquisa vamos considerar as seguintes questões orientadoras, construídas por segmentação analítica e também cronológica da questão de partida:

1. Que papel desempenhou a filosofia política subjacente ao liberalismo na transformação das relações familiares em Portugal?
2. Em que medida a legislação do Estado Liberal implementou na sociedade os valores do sistema familiar burguês, na transição do século XIX para o XX?
3. De que modo a indissolubilidade do casamento ligado aos preceitos estruturais da Igreja Católica tem sido modelar para explicar o modelo tradicional de família em Portugal?
4. Que papel desempenharam os poderes públicos na Primeira República e durante o Estado Novo, na área familiar?
5. Em que medida os centros urbanos têm jogado um papel fundamental na questão da constituição e dissolução familiar por divórcio?
6. Como se tem processado o casamento e o divórcio nas últimas décadas?
7. Como se explica o fenómeno da recomposição familiar no País durante esse espaço de tempo?
8. Existindo vários modelos de família, obedece a recomposição familiar a um só modelo ou também pode ter vários?
9. Em que medida podemos relacionar a pressão social de mudança em questões familiares com a legislação implementada na sociedade pelos poderes públicos?
10. Que implicações sociais estão presentes com os novos enquadramentos familiares na qualidade de vida e no relacionamento conjugal das pessoas?
11. Em que medida as políticas de família existentes correspondem actualmente aos anseios dos casais em Portugal?

Com estas questões, estão em causa vários princípios organizadores:

- Conhecer a problemática envolvendo a constituição e dissolução conjugal por divórcio em Portugal, no século XIX – XX.
- Compreender as razões objectivas que ligam as ideologias dos grupos sociais dominantes do País com a acção legislativa na defesa dos seus valores familiares.
- Avaliar no plano social e demográfico, o impacto da prática legislativa na esfera familiar.
- Sintetizar no plano cultural, os valores e representações familiares dos grupos conjugais.
- Relacionar o significado das transformações familiares nas últimas décadas com o sentido de individualidade dos membros do casal.
- Avaliar em termos de futuro, a Família em Portugal.

Por conseguinte, a investigação obedecerá a três grandes momentos:

1. Caracterização do papel da Igreja e dos Poderes Públicos na constituição e dissolução familiar por divórcio em Portugal.
2. A Família no Portugal da Modernidade – constituição, recomposição e coabitação familiar.
3. Trabalho de campo, analisando a situação individual dos casais, o seu percurso conjugal, as representações sociais relativas à moderna conjugalidade, ambiente familiar/identidade pessoal em termos de satisfação do relacionamento conjugal (ecologia humana) e também avaliar as políticas de família existentes sobre cada modelo familiar.

Em suma: com este trabalho desejamos apresentar numa óptica de História Institucional e Política com componentes de Direito de Família, o casamento, divórcio e a recomposição familiar, desde os meados do século XIX até à actualidade.

Esta opção cronológica resulta da análise efectuada em três grandes momentos de mudança:

- O contexto histórico, social e cultural de mudança, de que a segunda metade do século XIX no País é marca relevante, nomeadamente com a instauração do Regime Liberal e a consequente transformação social daí resultante, sendo o regime republicano o principal paradigma ao impor a supremacia do poder civil na legislação familiar.

- O compromisso estabelecido durante a vigência do Estado Novo entre as instituições de Poder Civil e de Poder Religioso, com o Estado a integrar no seu Direito interno o regime de indissolubilidade do matrimónio derivado do Direito Canónico, com as necessárias consequências no plano das relações familiares.

- As alterações estruturais operadas na sociedade portuguesa a partir de meados dos anos 70 até ao presente, onde o individualismo marca iniludivelmente um novo processo de mudança no modo de assumir a vida familiar e as relações a ela correspondentes, não esquecendo o que isso tem representado em termos de dinâmica na constituição, dissolução e recomposição familiar em Portugal.

As linhas de força bibliográficas que conduziram à realização deste trabalho podem ser sintetizadas com base nas investigações seguintes.

3. Dos Estudos da Família

Os trabalhos conhecidos e realizados no domínio da família em Portugal são múltiplos e variados. Cronologicamente, as primeiras publicações com carácter de reflexão em relação a essa matéria estão relacionadas com a discussão sobre a introdução do casamento civil na legislação do País, no âmbito da acção política do Estado Liberal, tendo sido esta a via inaugural da problemática familiar em Portugal.

De facto, a secularização do casamento abriu uma disputa acalorada entre os quadrantes sociais interessados em afirmar os seus interesses e convicções no ordenamento familiar do País. A literatura publicada na época (meados do século XIX), dividia-se entre o apoio às funções do Estado em matéria de legislação civil ao propor a existência do casamento civil e os defensores do modelo tradicional de união conjugal, que criticavam a dessacralização do matrimónio católico. No primeiro caso encontramos os velhos liberais Setembristas, intelectuais e juristas inspirados no ideário regalista ou influenciados pelo individualismo liberal, onde se destacam Alexandre Herculano, Vicente Ferrer, Alexandre Lobo Alcoforado, João Bonança e Oliveira Marreca. Entre os apoiantes do matrimónio católico notamos o Duque de Saldanha, D. António da Costa, o Marquês do Lavradio, Amorim Barbosa e Luís de Seabra.

Posteriormente, numa altura em que o cientismo e o positivismo dominavam como ideologias de progresso, surgem novas publicações entre os finais do século XIX e o início do século XX, onde os autores criticam claramente a indissolubilidade do matrimónio católico, esforçando-se em provar uma origem humana para a família. O

recurso às explicações evolucionistas e ao conhecimento científico disponível nessa época constituíam argumentos fundamentais para sustentar a ideia de uma lei natural que legitimasse socialmente a dissolubilidade do casamento por divórcio, com a consequente reconstituição familiar sancionada pelas leis do Estado.

Assim procedem autores ligados aos meios republicanos e positivistas, como Teixeira Bastos, que em 1884 escreveu *A Família*, onde apresenta o divórcio como garantia de perpetuidade da família, uma vez que possibilitava a continuidade da sua estrutura relacional através de novos casamentos. Já no século XX, Roboredo de Sampaio e Mello escreve em 1906 a obra *Família e Divórcio*, onde defende que a família e o casamento são instituições puramente humanas e portanto susceptíveis de serem denunciadas pelas partes contratantes, no caso, marido e mulher. Interessante também era o modo como defendia o divórcio, especialmente quando existisse no lar um ambiente de desordem e de vergonha.

Na esteira deste pensamento, Alberto Bramão publicou em 1908 o livro *Casamento e Divórcio*, onde dá relevo à necessidade de instituir o divórcio como lei, não só para corrigir as incompatibilidades conjugais, mas sobretudo pelas vantagens sociais que trazia na constituição de uma nova família, garantindo aos filhos nascidos da nova relação conjugal uma situação de igualdade e com dignidade moral, livrando-os da situação de adulterinos. Por isso, não surpreende que um jurista, Luís de Mesquita Carvalho, tenha já elaborado em 1909 uma completa *lei de divórcio*, considerada como regulador da vida familiar em crise.

Seguindo uma linha de pensamento contrário, ligada sobretudo aos meios clericais, podemos salientar autores como Joaquim Alves dos Santos – *O problema da origem da família em face da Bíblia e da Sociologia* (1901); Almeida Silvano – *O Divórcio* (1904); e João Mascarenhas de Mello – *Contra o Divórcio* (1908), que defenderam nas suas publicações os valores tradicionais ligados à religião dominante no País, considerando o casamento como sacramento e o divórcio como lesivo da ordem social e pública. Estas considerações ganharam mais força com o estabelecimento da I República, onde os elementos da Igreja se manifestaram contrários à introdução das *Leis de Família* decretadas pelo regime. Os livros publicados por Abúndio da Silva, Gonçalves Cerejeira e Artur Bivar são disso exemplo, visando a contestação das propostas laicas no domínio familiar reguladas integralmente pelo sistema político.

Complementando esta questão, os trabalhos sobre a família na área do Direito foram igualmente exemplares, especialmente pelos comentários realizados às leis republicanas sobre a família, o casamento e o divórcio. Estão neste caso juristas como José Montez, Sá Nogueira, Ferreira Vaz e Gusmão Madeira que realizaram importantes considerações ligados aos aspectos normativos da Lei, registando os procedimentos a adoptar em matéria de Direito Familiar.

Inserido neste contexto de publicações ligado à Família, devemos também salientar um conjunto de estudos envolvendo sociólogos franceses da escola playsiana, como Leon Ponsard (1910) e Paul Descamps (1935), que realizam inquéritos monográficos sobre as comunidades familiares no País, tendo em vista conhecer os laços de solidariedade existentes na sociedade portuguesa dessa época. Descamps, em especial, foi convidado por Salazar para a emitir o seu diagnóstico sobre a sociedade portuguesa. A orientação geral das pesquisas de Descamps, ao reflectir sobre os elementos de estabilidade e de solidariedade das sociedades e das famílias, estava em consonância com a ideologia do Estado Novo, que via na família a célula base e a guardiã moral da sociedade portuguesa.

Não surpreende assim que uma linha de fractura ideológica sobre a Família tenha ganho outra dimensão quando foi assinada a *Concordata* entre o Estado Novo e o Vaticano, cujos efeitos imediatos foram visíveis na alteração do Direito de Família a nível interno, num enquadramento precedido por uma campanha visando a alteração das leis republicanas sobre a Família. Assim procederam autores ligados uma vez mais à Igreja, como Abel de Andrade, Leonel Franca, Joaquim Lourenço e Fino Beja, cujas obras espelhavam a insatisfação do Clero face ao quadro normativo vigente.

Porém, as consequências da *Concordata* no plano familiar motivaram mais tarde a intervenção de juristas como Fernando Tavares de Carvalho que em 1966 pôs em dúvida a validade jurídica da *Concordata* como norma interna na legislação do País ao discutir a viabilidade da absorção do direito canónico pela ordem jurídica do Estado. O seu livro – *Como poderão descasar-se os casados pela Igreja?* – anunciava igualmente os problemas sociais que as restrições ao divórcio estavam a provocar no panorama familiar do País.

Com as alterações jurídicas ao *Direito de Família* produzidas a partir de 1975, são numerosas as publicações sobre casamento, divórcio e separação no contexto familiar, quer na defesa ou crítica às posições da Igreja neste domínio, quer no campo do Direito

familiar. São publicações que destacam a necessidade de mudança legislativa para resolver a situação de milhares de casais separados, vivendo uma situação de concubinato dado que assumiram novas uniões conjugais sem a devida legitimação familiar devido à impossibilidade legal de o fazer.

Estão neste caso os trabalhos de juristas como França Pitão – *Legislação anotada sobre de divórcio*, de 1975, e de Eduardo dos Santos – *A nova lei do divórcio*, de 1978, entre outros autores ligados ao novo Direito de Família saído da Revolução de 1974. Quanto às publicações envolvendo ou criticando as posições doutrinárias da Igreja em matéria familiar, podemos citar Manuela Rama e Carlos Plantier – *Divórcio: da Concordata à revolução* (1975); José Sarrazina – *Família: que futuro?* (1975) e Monique Weil – *Divórcio: Liberalismo ou Liberdade?* (1977).

Para os objectivos delineados na primeira parte desta investigação, o conjunto das publicações e autores citados serviram sobretudo para distinguir e analisar como se articularam ao longo do tempo os diferentes poderes e instituições com projectos sociais e jurídicos contrários e como implementaram na área familiar os seus interesses, desejos e motivações. O evidente valor documental desses trabalhos foi assim alvo de uma análise criteriosa no plano das ‘identidades culturais’ subjacentes às regras inerentes ao grupo de que fazem parte.

As transformações políticas, sociais e culturais produzidas na sociedade portuguesa no último quarto do século XX motivaram o aparecimento de estudos e trabalhos académicos mais especializados, quer no espaço temporal abrangido, quer nos assuntos abordados sobre a família.

Neste campo, podemos citar a tese de Doutoramento em Direito Canónico de Virgílio Lopes, publicada com o título *Divórcio em Portugal* (1978). O autor realizou um estudo pormenorizado de natureza histórica com componentes religiosas, lançando a atenção para as origens e consequências do divórcio na sociedade portuguesa, facto que especializou o âmbito do seu trabalho. Além disso, o espaço cronológico estudado e a inexistência de um estudo demográfico condicionaram o âmbito do seu trabalho.

Outros estudos académicos de natureza histórica e social revelaram-se particularmente interessantes para a nossa investigação, motivando por vezes uma pesquisa mais pormenorizada sobre a validade das conclusões apresentadas. Estão neste caso os trabalhos de Rui Cascão – *Família e divórcio na Primeira República* (1986), Fernando Catroga – *A laicização do casamento e o feminismo republicano* (1986) e

Luís Vicente Baptista – *Valores e Imagens da família em Portugal* (1986), inseridos nas Actas do Colóquio com o título: *A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais* (1986). No mesmo campo histórico, encontramos um conjunto de teses de doutoramento ligadas a investigações no âmbito da vida do grupo doméstico ou na reconstituição dos processos sociais subjacentes à estrutura familiar, como são os casos de Gaspar Martins Pereira – *Famílias Portuenses na viragem do século* (1993); Mário Leston Bandeira – *Demografia e Modernidade: família e transição demográfica em Portugal* (1996) e Vítor Neto – *O Estado, A Igreja e a sociedade em Portugal – 1832/1911* (1998).

Mantém-se, no entanto, uma abordagem particular e muito especializada nos temas investigados, pois a generalidade das obras citadas são estudos académicos ligadas a abordagens específicas, embora aflorem em variados momentos a problemática familiar a nível Institucional e Político. Os horizontes cronológicos por sua vez afiguram-se limitados face aos fins que temos em vista, para além de não terem sido associados num largo período temporal as alterações jurídicas ao Direito de Família.

Este dado revela-se fundamental para a investigação que desejamos efectuar, especialmente nos últimos 35 anos. De facto, resolvida a situação de milhares de casais que antes estavam impossibilitados de se divorciar e aproveitando o clima de liberdade então criado, a família passou a viver um conjunto de transformações claras a partir dessa época, onde o individualismo e a escolha do cônjuge segundo critérios afectivos passaram a constituir valores inseparáveis da conjugalidade moderna.

Por outro lado, devemos ter em consideração os estudos publicados em Portugal referentes à demografia histórica da família. Com maior incidência no final dos anos 70 e na esteira dos trabalhos de Robert Rowland, surgem várias investigações ligadas à estrutura da família portuguesa e estabeleceram-se contactos com o *Cambridge Group*, estudando-se num quadro de pesquisa comparativa as características da organização dos grupos domésticos do País. Nesse sentido, os trabalhos de Raul Iturra sobre a sociedade rural no Centro de Portugal e as pesquisas de José Cutileiro (*Ricos e Pobres no Alentejo* - 1977); Brian O'Neill (*Proprietários, lavradores e jornaleiros: desigualdade social numa aldeia de Transmontana*- 1978); João Pina Cabral (*Filhos de Adão. Filhas de Eva – a visão do mundo camponês no Alto Minho – 1989*); Caroline Breteill (*Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota –*

1991), no âmbito rural foram exemplares, mobilizando um esforço interdisciplinar que integrou a demografia, a história social e a antropologia.

Na perspectiva demográfica sobre a família, devemos citar os estudos desenvolvidos por J. Manuel Nazareth sobre a fecundidade e o envelhecimento da população portuguesa.

No âmbito da sociologia da família, devemos referenciar estudos de qualidade e que constituíram linhas de pesquisa importantes para a nossa investigação. Estão neste caso os trabalhos de Anália Torres – *Trajectórias dinâmicas e formas de conjugalidade, assimetrias sociais e de género no casamento* (2000) e *Divórcio em Portugal: ditos e interditos* (1996); Ana Lobo Lopes – *Processos de Recomposição familiar: estratégias e trajectórias nas famílias recompostas* (1994); Sofia Martins Leite – *Unões de facto em Portugal: indicações, práticas e representações sociais* (2002) e Sofia Aboim Inglês – *Conjugalidades em Mudança* (2006), teses que se enquadram também na influência da escola sociológica francesa em Portugal.

Uma palavra ainda para o estudo coordenado por Karin Wall com o tema: *Famílias no Portugal Contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedades* (2000), onde se tece um quadro geral da família em Portugal e que serviu de base à obra *Famílias em Portugal* (2005), para além do livro *As Mulheres na União Europeia – família, cidadania e migração* (2006), onde se apresenta numa perspectiva feminista a temática da família no plano europeu.

No campo da Psicologia Social devemos mencionar a publicação das Actas referentes a vários colóquios sobre a família, com destaque para o tema: *Família: contributos da Psicologia e das Ciências da Educação* (1997), da obra *Separação e Divórcio: um olhar feminino* (2005), de Henrique Almeida Pinto e Maria da Graça Ferreira e também do estudo de Ana Paula Relvas e Madalena Alarcão com o título: *Novas Formas de Família*.

Estes estudos, com inegável valor face ao âmbito familiar, assumem igualmente uma especialização na área investigada, embora constituam peças fundamentais para o trabalho de campo que realizámos.

Falta, no entanto, uma análise que investigue e examine estruturalmente a *Família em Portugal* em termos de dinâmicas institucionais, sociais e políticas. Torna-se assim necessário elaborar um estudo que estabeleça numa primeira fase a ligação objectiva

entre as ideologias dos grupos sociais dominantes do País com a sua prática legislativa em torno da família, tendo em atenção a tradição, os valores e a educação familiar em Portugal, relacionando o significado das transformações familiares nas últimas décadas com os diferentes modelos de conjugalidade actual, a lógica de acção dos actores envolvidos, as representações sociais sobre casamento, dissolução, recomposição familiar e o grau de satisfação pessoal no vínculo conjugal, de modo a podermos perspectivar a família em Portugal em termos de futuro.

Será isso o que propomos descobrir, seguindo cuidadosamente os objectivos já delineados para esta investigação, quer nos pensamentos ligados às políticas familiares extraídos das fontes históricas publicadas sobre o assunto, em especial nas acções desenvolvidas no plano legislativo pelas Instituições Sociais vigentes, inserindo posteriormente o trabalho de campo para a compreensão no momento presente da modernidade conjugal em termos de constituição, dissolução e recomposição familiar em Portugal, observando o percurso familiar dos membros do casal e a qualidade das relações familiares que lhe estão subjacentes.

Deste modo, partimos com um conjunto de ideias que orientaram os nossos passos, conhecendo os grandes traços estruturais que marcaram as relações sociais em presença, procurando identificar as linhas de força que condicionaram as diferentes situações e actuações dos elementos em análise, abrindo assim mais um caminho para a compreensão da família enquanto fenómeno histórico, antropológico, social e jurídico.

4. Fontes e Bibliografia utilizadas

As ideias subjacentes ao tema desta investigação impunham alguns problemas em matéria de fontes a utilizar nomeadamente nos documentos mais representativos para cada época histórica em estudo, uma vez que partimos com algumas ideias orientadoras.

Começámos por analisar os princípios estabelecidos na *Constituição* de 1822 na vertente das liberdades individuais garantidas aos cidadãos pelo sistema Liberal. Por conseguinte, a polémica estabelecida em torno do casamento no *Código Civil* de 1867 foi modelar ao privilegiar o primado da lei do Estado revelando também as profundas diferenças existentes entre as instituições de poder no País em meados do século XIX.

A investigação continuou no seguimento de obras publicadas sobre a validade das propostas laicas em relação à família, com a consequente resposta crítica da instituição religiosa, num processo que se desenrola entre os finais da Monarquia Constitucional e

do Estado Novo. Estas fontes revelaram-se importantes para o estabelecimento de um confronto de identidades culturais ligadas aos grupos sociais do País com projectos sociais e jurídicos de cariz antagónico a serem implementadas na sociedade.

Com o estabelecimento da República, passámos a dar ênfase à leitura do *Diário do Governo* tendo em atenção os diferentes momentos legislativos publicados sobre a Família, numa situação que se prolongou pelo Estado Novo, com a análise do *Diário das Sessões* e dos ‘Pareceres’ da Câmara Corporativa. A leitura da *Constituição de 1933* e da *Concordata* mereceram um tratamento especial, especialmente na vertente relacionada com o estatuto jurídico da família e no modo como as práticas familiares iam sendo influenciadas, observações que se revelaram fundamentais para os objectivos definidos nesta investigação. O mesmo pode ser dito em relação à reforma do *Código Civil* de 1967 e toda a alteração jurídica ao Direito de Família publicada no País desde 1975 até ao momento presente.

Portanto, os documentos legislativos e os pareceres governamentais foram elementos essenciais na investigação realizada, possibilitando uma importante fonte de análise sobre o estatuto da família na sociedade.

Dessa consulta, passámos para outra fonte de inegável valor: a imprensa. Optámos por uma consulta em termos de tratamento noticioso e de reacções dispensadas a momentos marcantes da problemática legislativa familiar, como aconteceu durante a Primeira República, o Estado Novo e após a revolução de Abril de 1974. Portanto, o contacto com a Imprensa teve como intenção conhecer tudo o que dissesse respeito aos aspectos familiares, especialmente nas polémicas editoriais travadas a propósito do casamento e divórcio na sociedade portuguesa. Detectou-se assim a mentalidade subjacente a cada época, permitindo chegar a boas conclusões neste assunto, embora tivéssemos sido prudentes na análise e nas conclusões retiradas com base neste tipo de fonte.

Para mostrar o impacto dos diferentes momentos legislativos na vida familiar, observámos os elementos estatísticos com base nos *Anuários Demográficos* e dos *Censos da População*, retirando os dados absolutos mais importantes para os objectivos da investigação.

A consulta de várias publicações, artigos, separatas, revistas ou mesmo teses académicas, permitiram também a inserção de toda esta problemática em termos de

conjunto, numa íntima associação com os aspectos sócias e culturais de vivência familiar no País ao longo do período em análise.

Naturalmente, a bibliografia consultada referente a autores estrangeiros foi importante para estabelecer o quadro de fundo onde se movimentaram os actores institucionais e sociais desta problemática. Assim, foi com particular atenção que lemos os estudos e investigações de Jean-Louis Flandrin, Philippe Ariès, Edward Shorter, Lutz Berkner, David Levine, L.Tilly e J. Scott, Peter Laslet, Martine Segalen, Chiara Saraceno, Michele Foucault, André Burguière, Georges Duby, Jacques Commaille, Jean-Claude Kaufman, Jean Kellerhals, François de Singly, Irène Théry, Didier Le Gall e Claude Martin.

Por último, acresce registar os locais onde uma parte significativa da nossa pesquisa foi realizada. Estão neste caso as bibliotecas do Instituto de Ciências Sociais, do Instituto Social de Ciências do Trabalho e Empresas, da Faculdade de Direito de Lisboa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Assembleia da República, do Instituto Nacional de Estatística e da Biblioteca Nacional.

Assim se desenhou o percurso de pesquisa deste trabalho. Ao longo dele, não desejámos privilegiar a falsa objectividade científica, como poderá transparecer com os gráficos e análises de conteúdo apresentados, mas sobretudo desejámos conhecer os grandes traços estruturais que marcaram a vida familiar em Portugal, os diferentes quadrantes sociais nela envolvidos, a sua forma de vida e as perspectivas que se anunciam no futuro.

Portanto, mais do que procurar transformar o saber do facto ou dos acontecimentos em saber científico, desejámos identificar as linhas de força institucionais que condicionaram as diferentes situações e actuações dos elementos sociais em análise. Foi assim que nos interessou o estudo da família enquanto fenómeno histórico, social e jurídico.

5. Estrutura do Trabalho.

Para tornar clara a organização desta investigação (estruturada segundo dois vectores – um de natureza mais cronológica e outro de carácter mais temático, embora obedecendo a uma lógica diacrónica), identificamos seguidamente o conteúdo de cada capítulo.

Na Primeira Parte, o capítulo 1 apresenta os estudos gerais realizados na área da *Família* nas sociedades do Ocidente Europeu. As diferentes opções teóricas e metodológicas seguidas nessas investigações permitiram visualizar várias áreas no estudo da família. Encontramos assim as abordagens ligadas à *demografia histórica* (P. Laslett e o denominado Grupo de Cambridge), que permitiram desenhar um quadro preciso das características biológicas dos casais e dos seus comportamentos; as abordagens ligadas à *Economia Doméstica* (L. Berkner, D. Levine, L. Tilly e J. Scott), que procuraram a reconstituição dos processos sociais subjacentes à estrutura familiar pré-industrial, procurando interpretar o grupo doméstico dentro de um contexto ligado ao comportamento económico e social dos seus membros. Finalmente, as abordagens *Culturais e dos Sentimentos* (Philippe Ariès, Edward Shorter, Lawrence Stone e Jean Louis Flandrin), que permitiram observar as relações sociais dentro da família, o seu comportamento familiar e os momentos de mudança.

Estabelecido o enquadramento histórico referente aos estudos realizados sobre a família tradicional no espaço ocidental europeu, ensaiámos uma análise dinâmica na explicação das situações históricas, sociais e culturais referentes à vivência familiar em Portugal, desde os meados do século XIX até ao momento actual. Privilegiámos o estudo das práticas sociais e familiares ligadas à influência das duas instituições da época em termos de condução da sociedade (Estado e Igreja), analisando os valores e as representações sociais inerentes aos respectivos projectos de ordenamento jurídico na vida familiar do País.

Nesse âmbito, recorreremos sobretudo à legislação publicada no domínio da família – *Leis de Família; Código Civil e Constituições* nos seus diferentes contextos históricos. Demos igualmente particular atenção aos textos publicados em cada época pelos autores ligados às práticas e valores defendidos pelas ideologias envolvidas nesta discussão sobre a Família em Portugal, como ficaram protagonizadas em relação à questão do casamento no *Código Civil* de 1867, as leis republicanas, a *Concordata* durante o Estado Novo e a legislação revolucionária de 1975.

Sendo assim, o terceiro capítulo apresenta numa primeira fase o impacto provocado pela legislação liberal na sociedade e no País, recorrendo-se ao sentido de liberdade individual e de soberania política para justificar a primazia da acção dos Poderes Públicos em assuntos de natureza familiar. Num segundo momento será apresentada e explicada a relação de forças estabelecida entre Estado e Igreja desde a instituição do

Código Civil de 1867 até ao final da monarquia constitucional, num grande momento de clarificação dos objectivos e ideologias de acção de cada uma destas Instituições, especialmente pelos valores e procedimentos adoptados por estas instâncias de poder no País (civil e religiosa) em assuntos de Direito familiar a implementar na vida social do País.

No geral, o quarto e o quinto capítulo aprofundaram as razões objectivas que já se manifestavam no final do século XIX, em relação ao modo de conceber o ordenamento familiar do País em termos de argumentos jurídicos, históricos e sociológicos. Este capítulo encerra com as questões referentes à constituição e dissolução familiar por divórcio, tendo em atenção os pressupostos jurídicos que serão implementados no País durante a Primeira República e as respectivas consequências no plano social.

O sexto capítulo apresenta o modelo familiar promovido durante a vigência do Estado Novo, com especial destaque para a Constituição de 1933 e a Concordata de 1940. Foi analisado o impacto social de cada um destes documentos na área familiar e sobretudo, as consequências decorrentes da proibição de divórcio para os casados pela Igreja depois de 1940.

Com a exposição e análise dos elementos estatísticos referentes à constituição e dissolução familiar no período em consideração – final da monarquia constitucional até meados dos anos 70 – e também dos valores, práticas e estratégias familiares decorrentes do quotidiano familiar dos diferentes grupos sociais do País, desenvolvemos o sétimo capítulo deste estudo.

A primeira parte da investigação termina com um capítulo referente às estruturas, imagens, estratégias e representações sociais da família em Portugal, desde o Antigo Regime à actualidade. Neste capítulo seguimos sobretudo os trabalhos de investigadores ligados à Antropologia Histórica e História Social, cujas pesquisas permitiram avaliar as imagens do quotidiano familiar dos grupos sociais do País (Nobreza, Burguesia, Povo) e traçar o quadro das relações e estratégias familiares, dos valores e da educação familiar, da vida e das tensões conjugais que se jogaram no seio da família ao longo do tempo.

No conjunto, os oito capítulos desta primeira parte serviram para apresentar uma visão estrutural de todo o processo, mas também para estabelecer o enquadramento histórico, social e cultural necessário à compreensão do posterior momento de transformação familiar, em matéria de constituição, dissolução e recomposição familiar.

A observação das respectivas ideologias de actuação (subjacente aos valores e práticas defendidas para aplicação na sociedade) teve assim um espaço de análise próprio, onde a contribuição da História, da Antropologia, da Sociologia, da Demografia Histórica, do Direito e também da Ecologia Humana, foram essenciais para avaliar a pluralidade subjacente ao estudo da Família Conjugal em Portugal nesse período.

Assim, na segunda parte da investigação os capítulos correspondentes apresentam a transformação familiar evidenciada nos últimos 30 anos em Portugal. Encontramos aí as razões que explicam essa mudança, recorrendo não só aos aspectos normativos e legislativos, mas sobretudo ligando-as ao modo actual de conceber a vida familiar, onde a qualidade de satisfação que a relação conjugal oferece aos seus membros é agora essencial.

O estudo desta componente no âmbito da investigação realizada constituiu um momento fundamental para a compreensão da actual prática social envolvendo as famílias nestas condições, algo que um trabalho de campo permitiu aferir melhor.

Neste propósito, na terceira parte, tendo em atenção o ritmo da transformação familiar a que assistimos no momento presente, apresentamos um estudo empírico onde se ligou a componente de gratificação pessoal no vínculo conjugal com a vivência familiar em termos de ecossistema urbano.

De facto, ao ambiente da cidade associa-se a originalidade de vida, a inovação, a cultura, a informação, a mobilidade social e profissional e as oportunidades. Paralelamente, a vida urbana está cada vez mais afectada por factores de risco como são o anonimato, a despersonalização da vida, a pressão demográfica, o *stress* laboral, o desemprego ou a precariedade do emprego, a espiral competitiva, o desajustamento entre expectativas, oportunidades e realizações, a segregação espacial e social ou mesmo a deterioração da qualidade de vida.

Com estes aspectos presentes, foi clara a intenção de explorar o que tem sido produzido em termos de legislação que sirva os propósitos e interesses destas famílias e dos seus filhos. Foi observado com particular interesse o quadro social e jurídico onde existem e se movimentam estes modelos de conjugalidade, para além de avaliar como são vistos os papéis sociais desempenhados pelos padrastos e pelas madrastas destas novas famílias.

A articulação com a situação socioprofissional, valores familiares que defendem e a lógica inerente à recomposição familiar, serão igualmente alvo da nossa atenção, num processo que leva em conta o âmbito de satisfação e bem-estar emocional destas famílias. Desejamos ainda evidenciar a diversidade de transições do casamento para o divórcio, e

também apreender as dinâmicas diferenciadas no processo de recomposição familiar, as quais podem culminar numa pluralidade de modelos familiares.

No conjunto, estamos perante múltiplos factores que afectam a qualidade da vida familiar actual, não esquecendo o modo como tudo isso se reflecte nas condições psicossociais da vida do casal, algo igualmente a ter em conta para este processo de transformação na vida familiar nas últimas décadas.

Tendo em atenção o tema da dissertação, foi possível ainda localizar aspectos centrais do objecto de pesquisa: estudar as trajectórias conjugais, considerando o contexto histórico e social e o percurso específico ligado ao casamento, divórcio e recomposição familiar, seja por um processo de segundo casamento ou de coabitação familiar.

Captaram-se desse modo as dinâmicas conjugais, num contexto que permite identificar formas de conjugalidade caracterizadas a partir de práticas, representações sociais e valores, que mostram a grande diversidade de entendimentos possíveis em relação às estratégias seguidas para a recomposição familiar. Interessante foi verificar o modo como os indivíduos influenciam a forma de funcionar das instituições, adequando-a aos seus interesses ou então aceitando os constrangimentos institucionais, que a ausência de recursos transforma em dependência; algo que o trabalho de campo efectuado pretenderá esclarecer.

Desejamos assim com esta terceira parte efectuar uma investigação que privilegie o conhecimento científico na área da Constituição, Dissolução e Recomposição Familiar na conjuntura actual da Sociedade Portuguesa, sem esquecer os momentos de transformação que a Família em Portugal conheceu ao longo do século XX. Este aspecto é fundamental, pois estudar a família actual sem levar em conta o percurso histórico e cultural pelo qual passou desde os meados do século XIX até ao presente, inviabiliza a total compreensão desta transformação, bem como o percurso que se estabeleceu até ao momento actual da família em Portugal

Por fim, foram tecidas as considerações finais necessárias a tão longa investigação, apontando as principais ideias a reter, mas também os desafios e questões levantadas ao longo do estudo realizado, especialmente em termos de hipóteses de futuro/hipóteses de intervenção.

PRIMEIRA PARTE – A Família em Portugal: do Antigo Regime à Modernidade.

I. ESTUDOS NA ÁREA DA FAMÍLIA

O carácter institucional da união conjugal e a ideia de indissolubilidade que esta deveria conter, caracterizavam no aspecto formal o grupo familiar nas sociedades tradicionais do Ocidente Europeu.

Na prática porém, razões de ordem estratégica determinada pela necessidade de sobrevivência do grupo doméstico implicavam a existência de um conjunto de procedimentos que se traduziam pela adopção de estratégias familiares envolvendo a dimensão do grupo familiar, a idade de casamento e a herança patrimonial. Com isso, a escolha do cônjuge podia ser determinada por razões de ordem familiar, que se sobreponham às preferências e desejos pessoais.

Por isso, falar de *‘família’* no contexto histórico das sociedades tradicionais do Ocidente Europeu implica a consideração de um conjunto alargado de situações, pois os grupos familiares não eram iguais em todo o lado e as estratégias a nível de casamento e de economia doméstica, diferiam de região para região. Além disso, as transformações decorrentes dos factores históricos, implicaram mudanças no modo de sentir e pensar a família, razão pela qual precisamos enquadrar num tema específico os estudos gerais realizados nesta área.

1. O Conceito de Família

Falar do substantivo *Família* envolve realidades muito diversas. Num sentido abrangente, este conceito tanto pode designar “*o conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e parentes de uma mesma linhagem, como a comunidade constituída pelos cônjuges e seus filhos menores e solteiros*” (Ferreira, F. 2002:261).

Existe, no entanto, um sentido restrito a que normalmente historiadores, antropólogos e juristas dão mais significado:

“1) *A família tem a sua origem no casamento;*

2) *Ela inclui o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem, eventualmente, agregar;*

3) *Os membros da família estão unidos entre si por:*

a) *Laços jurídicos;*

b) *Direitos e obrigações de natureza económica, religiosa, ou outra;*

-
- c) *Uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afecto, o respeito, o medo, etc.*” (Lévi-Strauss, C. 1983,1986: 75/76).

Os sociólogos, por sua vez, encaram a família enquanto grupo doméstico, “*como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco cujos membros adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças*” (Almeida, J.F. 1994: 101). Esta definição justifica-se entre os sociólogos pela diversidade das formas familiares, que podem ser identificadas segundo vários ângulos. Por isso, Kellerhals, retendo apenas a noção de família nuclear conjugal, define-a como a coabitação e a cooperação, socialmente reconhecidas de um casal e dos seus filhos (cf. Kellerhals et al. 1989: 9).

Naturalmente, ao longo das diferentes épocas e nos diferentes contextos sociais, a família assumiu formas variadas, passou por várias transformações, mas sempre esteve presente na vivência e no ordenamento das sociedades, base estruturante do tecido social e ideológico.

Para Georges Duby, a família do século X seria uma comunidade reduzida à sua expressão mais simples – a célula conjugal. Os laços de parentesco seriam frouxos, pois os órgãos de paz do velho Estado Franco ainda eram suficientemente vigorosos para possibilitar ao homem livre viver a sua independência. Depois do ano 1000, a nova repartição de poderes obriga as pessoas a agruparem-se e o reforço dos laços de sangue que então se produz corresponde antes de mais a uma necessidade de protecção. Assim procedem os cavaleiros nas suas relações feudo-vassálicas, ao mesmo tempo que se acentua entre os séculos XI e XII a tendência para a indivisão do património, especialmente entre a nobreza. Os filhos, privados de heranças antecipadas, mantêm uma agregação prolongada à casa paterna (cf. Ariès, P. 1988: 242/243).

No caso da família camponesa, Duby supõe que esta conheceu um menor grau de estreitamento dos laços de sangue, tendo os camponeses preenchido de maneira diferente da dos nobres o vazio deixado pela dissolução do Estado Franco. Neste caso, a tutela do senhor feudal substituíra-se à protecção dos poderes públicos e a comunidade aldeã forneceu aos camponeses um quadro de organização e de defesa mais vasto que a família (cf. Ariès, P. 1988: 244/245).

No seu quotidiano, as pessoas agrupavam-se para explorar as terras incultas que um nobre ou uma abadia colocavam à disposição para desbravar e cultivar colectivamente. Por vezes efectuava-se uma deslocação de pessoas, sendo trazidos

colonos para colmatar o déficit de população dizimada pela guerra ou pela doença. Em tais casos, as comunidades familiares possuíam como característica essencial a co-residência (cf. Segalen, M. 1999: 49/50).

No decurso dos séculos seguintes (XIII a XV), o direito de primogenitura e a importância reconhecida à autoridade paterna começam a acentuar-se, num processo que acabará por colocar a mulher e os filhos numa situação de subalternidade face à autoridade do marido, passando a família a tornar-se a célula da sociedade, a base dos Estados e o fundamento do poder monárquico (cf. Ariès, P. 1988: 246).

Será neste contexto que autores como J. L. Flandrin, P. Ariès, e E. Shorter começam a falar da emergência da família moderna, cujo desenvolvimento até aos séculos XVII e XVIII marca de modo convincente a vida das populações nas sociedades de Antigo Regime.

Jean – Louis Flandrin (1995) salientou mesmo a ideia de *coabitação* para indicar a forma como os dicionários ingleses do século XVIII descreviam a família, especialmente por incluir o conjunto de pessoas que dentro da casa estavam ligados por laços de parentesco, mas também os criados e outros servidores que lá viviam (cf. Flandrin, J.L. 1995: 13).

Em relação aos dicionários franceses, o mesmo autor menciona a ideia de *domesticidade* para a palavra em definição, envolvendo todas as pessoas que vivessem na mesma casa, “*sob um mesmo chefe*” (Flandrin, J.L. 1995:13).

Portanto, tanto em França como na Inglaterra, contavam-se como membros da Família (seja qual for o meio social em questão), “*tanto os parentes que residiam em casa como os criados, na medida em que dependiam todos de um mesmo chefe de família*” (Flandrin, J.L, 1995:13/14).

Nestas circunstâncias, seria possível existir alguma tendência para separar o pai, a mãe e os filhos do resto dos parentes e também dos criados e serviçais que viviam na mesma casa?

Flandrin salienta a existência de um progresso ao longo do século XVIII para centrar no campo restrito da família apenas os cônjuges e os filhos, baseando-se para o efeito na *Encyclophédie* que apresenta uma distinção entre o casal conjugal e os restantes parentes consanguíneos (cf. Flandrin, J.L, 1995: 16/17).

Em Portugal, o dicionário *Vocabulário Portuguez e Latino*, de 1713, apresentava a seguinte explicação sobre a família: “ *As pessoas de que se compoem huma casa, pays, filhos e domésticos*” (A.A.V.V. 1713:28). Embora de forma sucinta, esta definição envolvia todos os elementos do agregado doméstico, não distinguindo os seus elementos em termos de consanguinidade.

A definição apresentada pelo *Novo Diccionário de Língua Portuguesa*, de 1859, era mais precisa quando dizia: “*Primitivamente significava os servos ou criados de uma casa, depois significou também as crianças e a mãe ou dona da casa, a mãe de família; as pessoas que vivem na casa debaixo da protecção do pae de família ou dono da casa*” (A.A.V.V. 1859:15).

Esta explicação parece apresentar a ideia de uma *Família* envolvendo todo o grupo doméstico (parentes ou não) cuja união está dependente do ‘ dono da casa’ ou ‘chefe de família’. Mas a mesma enciclopédia particulariza mais adiante o mesmo conceito: “ *Família no sentido próprio e mais estricto, comprehende a sociedade formada naturalmente pelo pae, mãe e os filhos, quer vivam reunidos numa mesma habitação, quer vivam separados*” (A.A. V.V. 1859: 16).

Finalmente conclui: “*Entende-se também por esta palavra todas as pessoas de um mesmo sangue e parentela, como irmãos, netos, cunhados, genros, primos, etc. a Família tomada no primeiro sentido, cessa quando todos os filhos... estabelecerem famílias particulares; tomando no segundo sentido, a família comprehende os que descendem de um mesmo tronco, em cujas veias circula... o mesmo sangue*” (A.A.V.V. 1859:16).

Torna-se visível na explicação dada para o sentido estrito do conceito, a presença de um termo mais próximo da definição de uma família conjugal nuclear composta pelo pai, mãe e filhos, embora seja também apresentada a ideia de linhagem, que constituiria uma realidade mais viva entre as elites do que entre o povo.

Outra obra colectiva de referência como a *Encyclopedia Portugueza Ilustrada* (finais do século XIX) apresentava a mesma ideia com pequeníssimas variações de pormenor, mostrando que esta definição ainda estava presente quando se tratava de explicar o conceito de Família, para o conjunto do País.

Em relação ao último quartel do século XX, a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* perspectiva a noção de família como um “ *agregado doméstico (no sentido de*

relacionado com a vida privada e íntima dos homens, geralmente centralizada ou simbolizada pela Domus ou lar), composto pelas pessoas unidas pelos vínculos de casamento, parentesco e afinidade” (A.A.V.V. 1969:324).

Portanto, o conceito de Família, tal como vimos, foi sofrendo uma gradual transformação, levando a tríade ‘Pai/Mãe/Filho(s)’ a autonomizar-se e a distinguir-se em relação aos parentes e criados. É claro que a cronologia das transformações sobre o conceito de família a nível de Enciclopédias e Dicionários poderá estar atrasada em relação às mudanças operadas no seio da sociedade e da realidade familiar, mas não deixam de referenciar essa transformação, como de resto assinalaram outros autores que estudaram e caracterizaram as transformações por que passaram as Famílias do Ocidente Europeu.

2. A Família nas Sociedades do Ocidente Europeu – do Antigo Regime à Revolução Industrial

Reflectir sobre a História da Família no Ocidente Europeu é uma tarefa complexa, sobretudo pelos diferentes enquadramentos teóricos e metodológicos seguidos nas investigações já realizadas.

De facto, se nas áreas referentes ao estudo da família envolvendo a variedade de modos em que as pessoas organizaram a sua sobrevivência e reprodução, a dimensão e vínculos existentes entre os seus membros a nível interno, o seu ciclo de vida, as interacções entre família e sociedade, a relação com o Estado e com os poderes públicos interessa a antropólogos, sociólogos, demógrafos e juristas, a perspectiva histórica torna-se igualmente necessária quando abordamos o mesmo estudo na sua vertente estrutural, quer para situar os acontecimentos familiares no espaço e no tempo, mas também para determinar as interdependências estabelecidas na sociedade onde têm lugar (cf. Saraceno, C. 1992: 15).

De resto, esta perspectiva de complementaridade afigura-se mais eficaz nas conclusões a tirar, especialmente quando se toma em consideração o estudo das sociedades industriais do Ocidente Europeu, que supostamente teriam revolucionado a família tradicional na sua estrutura, no seu funcionamento e nas suas relações com a sociedade.

Assim pensavam autores clássicos como Frédéric Le Play (1855), Emile Durkheim (1888) e mesmo Talcott Parsons (1955), para quem a instauração dos

processos de produção industrial requeria uma dissolução dos laços de parentesco mais distantes e com isso a inevitável redução do agregado doméstico, fazendo surgir a forma nuclear da família (cf. Segalen, M. 1999: 21/27).

A evidência empírica, porém, permitiu verificar que a família nuclear já existia como forma de organização familiar antes da industrialização e os efeitos desta nem sempre foram previstos. Outras investigações (Peter Laslett, 1972; Lawrence Stone, 1977 e Michael Anderson, 1978) permitiram concluir que a proporção de famílias alargadas, longe de terem diminuído como previam os autores clássicos, teria até aumentado no século XIX, especialmente em cidades com rápidos processos de industrialização (cf. Segalen, M. 1999: 39/40 e Silva, C. 2001: 19/20 e 22).

Identificar e compreender a diversidade de situações envolvendo o sistema familiar no Ocidente Europeu do Antigo Regime³, constituiu um desafio para muitos historiadores e sociólogos da Família. Surgiram diferentes interpretações consoante a selecção do problema, as metodologias de investigação empregue e as fontes utilizadas. Vejamos as principais áreas de investigação seguidas e os resultados obtidos.

2.1. As Abordagens Demográficas no Estudo da Família

Até aos anos 60, *“considerava-se que a família moderna resultava de uma contracção da família tradicional [numa concepção] cimentada desde o século XIX pela influência de dois sociólogos franceses, Le Play e Durkheim [...] e teorizada explicitamente pelos funcionalistas americanos a partir das observações da família americana [...]”* (Bandeira, M.L.1996:116).

O primeiro encontrara na «família – tronco» a instituição paradigmática, cuja difusão deveria possibilitar a felicidade e a paz social. Em contraste, via na difusão da família nuclear o sinal de todos os males da modernidade, em particular o excesso de individualismo, de instabilidade e a decadência da autoridade do pai. Para Durkheim, a família moderna era a família conjugal, resultante da progressiva contracção do vasto clã exogâmico, à medida que o meio social do indivíduo se ampliava. Partindo das

³ São várias as expressões empregues para mencionar o período temporal em análise: Lebrun opta pela expressão *Antigo Regime*; Flandrin refere-se às famílias dos séculos XVI a XVIII como *Sociedade Antiga*; Shorter considera o mesmo período como *Sociedade Tradicional*. Por uma questão prática utilizaremos preferencialmente o termo Antigo Regime – período histórico situado entre a Reforma (século XVI) e a Revolução Francesa (século XVIII). Envolve assim um período anterior à implantação dos liberaisismos na Europa, ao desenvolvimento da industrialização e à eclosão da sensibilidade romântica. Trata-se de uma sociedade predominantemente rural, organizada em função da terra.

observações da família americana, Talcott Parsons definia a família moderna como sendo indiscutivelmente a família nuclear, pois era a única que se tinha adaptado às exigências da sociedade industrial (cf. Bandeira, M.L. 1996:117).

Tomada nesta perspectiva, a questão da família moderna reduzia-se à modalidade de transição das famílias tradicionais extensas para a família nuclear conjugal, com várias vertentes a serem estudadas nomeadamente as que envolviam a divisão de papéis sociais, a sua funcionalidades e as interações familiares.

Esta visão monolítica começou a ser ultrapassada com o aparecimento de várias investigações no domínio da demografia histórica. Tendo particular interesse em desenhar um quadro preciso das características biológicas dos casais e dos seus comportamentos, recorreram aos registos paroquiais de baptismo, casamento e óbito, descobrindo-se um campo mais vasto de estudos relacionado com a família.

As investigações realizadas, sobretudo em França, permitiram observar (com as necessárias variações regionais) uma idade tardia de casamento, taxa de ilegitimidade baixa, espaço entre nascimentos sucessivos superior a dois anos e mortalidade infantil elevada. Estas constatações empíricas tiveram o mérito de colocar em causa o ‘ mito ’ de uma família antiga formada por casais que se uniam muito jovens e sempre carregados com uma numerosa prole (cf. Santos, C. 2001:20).

Foi sobretudo em Inglaterra, no início dos anos 70 que os estudos desenvolvidos pelo *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, tornaram evidente uma melhor compreensão da estrutura e dimensão das famílias e renovando os estudos sobre a história da família na Europa.

Peter Laslett e o denominado *Grupo de Cambridge* estudaram metodicamente os recenseamentos paroquiais (desde o século XVII), utilizando quatro critérios na construção de uma tipologia da estrutura dos grupos domésticos, definidos principalmente a partir dos vínculos de parentesco, número de gerações coabitando, número de núcleos familiares e presença ou ausência de criados (cf. Lourenço, N. 1991: 148/149; Saraceno, C. 1992:18/19).

As investigações publicadas no conhecido *Household and the Family in Past Times* (1972) contrariaram a ideia segundo a qual, no passado, as famílias eram geralmente de estrutura múltipla e tinham conhecido o que Durkheim (1888) definia

como processo de passagem da família múltipla até à família conjugal moderna, onde cada casamento daria origem a um novo agregado familiar.⁴

De facto, provaram que séculos antes do início da industrialização, a estrutura conjugal nuclear seria já o modelo de organização familiar predominante em vários países do Norte e Noroeste Europeu, tendo concluído que nas sociedades do passado sobressaía a família restrita, de tipo conjugal e não a família extensa. Verificaram ainda que a dimensão média dos grupos domésticos do Antigo Regime era próxima da actual e a sua estrutura relativamente simples (cf. Lourenço, N. 1991: 148/149; Saraceno, C. 1992:22/23).

Por conseguinte, Laslett podia concluir que a conjugalidade / nuclearidade da Família Ocidental, mais do que representar uma consequência, parece ser uma das constâncias favoráveis à própria industrialização (cf. Saraceno 1992: 24/25).

O recurso a uma tipologia de grupos domésticos⁵ porém, tem o inconveniente de se retirar o factor ‘*Tempo*’ à análise dos sistemas sociais que, por natureza, são realidades dinâmicas.

Existe assim o risco de se tomarem por ‘tipos’ o que não será mais do que uma fase do ciclo de vida da família, faltando esclarecer a dinâmica interna do ciclo de vida

⁴ A designação *grupo doméstico* e *fogo* correspondem à proposta de Laslett em identificar as realidades contidas nas expressões *domestic group* e *household*. São caracterizadas por abranger uma unidade residencial simples, constituía pelos pais e filhos. No caso de envolver um quinta onde o pátio é rodeado por edifícios habitáveis pertencente a um mesmo grupo de residência, onde os casais podem estar unidos pelo casamento, por filiação ou por colateralidade (casais de irmãos ou irmãs casadas) Laslett utiliza o termo *housefull* (cf. Laslett, P. 1972: 23/24 e Lourenço, N. 1991: 149). O grupo doméstico podia também acolher pessoas que partilhavam actividades de produção (criados, aprendizes) ou então por locatários ou pensionistas (cf. Laslett, P. 1972: 26/27 e Segalen, M. 1999: 39).

⁵ O grupo doméstico é bastante diverso de uma região ou de uma época para outra, mas apresenta sempre dois pontos em comum: independentemente da sua dimensão e estrutura, é o lugar onde se tecem os laços mais intensos entre o género e as gerações; é formado por um grupo de pessoas que partilham o mesmo espaço de vida. Por isso, a noção de coabitação e de residência comum é indispensável neste domínio (cf. Leandro, M^a. 2001: 61).

Os historiadores e antropólogos de Cambridge distinguem quatro categorias de grupo doméstico:

- Grupos domésticos ‘sem estrutura familiar’, compostos por pessoas sozinhas.
- Grupos domésticos ‘simples’, compostos por pais e filhos.
- Grupos domésticos ‘extensos’, onde, para além dos membros de um lar simples, se incluem também os parentes ascendentes, descendentes ou colaterais.
- Grupos domésticos ‘múltiplos’, onde coabitam vários lares aparentados. Se é um casal de idosos quem o dirige estando os casais de filhos casados sob essa autoridade, estamos perante uma família troncal ou estirpe. (cf. Laslett, P. 1972: 28/32; Segalen, M. 1999: 41 e Leandro, M^a. 2001: 61/67, sobre a noção de grupo doméstico e suas associações com a família).

da família, não só a nível do comportamento, mas também do grau de transformação a que o grupo doméstico esteve sujeito.

François Lebrun (1975), por exemplo, criticou sobretudo a tipologia de Laslett interrogando-se se ela não apresentava de uma maneira artificial as famílias conjugais, as famílias alargadas e as famílias múltiplas. André Burguière (1986), considerou que, embora seja possível descrever a composição de cada unidade doméstica, a tipologia da escola de Cambridge não faz aparecer os traços que asseguram a sua coerência interna, o seu grau de abertura ao mundo exterior e a capacidade para se perpetuar.

Mesmo reformulando parte da sua teoria e admitindo uma geografia europeia específica quanto à variedade de formas de organização familiar e doméstica nas sociedades pré-modernas, outras críticas a Laslett salientaram ainda o facto de as famílias não serem estáticas e obedecerem a um ciclo de desenvolvimento.

Lutz Berkner (1976), por exemplo, referiu a necessidade de se estudarem as estruturas familiares tendo em atenção a sua transformação, seja em função de acontecimentos demográficos, em resultado de adaptações económicas, ou então do maior ou menor acesso a bens patrimoniais. Berkner observou em regiões da Europa Central no século XVIII (onde predominava o grupo doméstico conjugal) que em certas etapas do ciclo de vida familiar um lar podia vir a assumir a forma de uma família troncal, enquanto na região ocidental francesa Martine Segalen (1995) notou no mesmo século a existência de grupos domésticos múltiplos entre os agricultores abastados com os quais os filhos coabitavam durante alguns anos, antes de formarem uma habitação independente noutra exploração. (cf. Segalen, M. 1995: 44/45).

Tudo isto ilustra a necessidade de fazer sobressair as relações que se estabelecem com o exterior, mas também a coerência interna e a capacidade de reprodução do grupo familiar. Tal facto motivou a realização de outros estudos ligados sobretudo à vertente económica doméstica, uma vez que os trabalhos de orientação demográfica viram limitados o âmbito das suas conclusões ao privilegiarem o comportamento familiar tendencialmente de um modo isolado face ao seu quadro sócio - económico e na inclinação em tratar a família isoladamente, fora de uma estrutura social mais vasta.

2.2. As Abordagens ligadas à ‘Economia Doméstica’

A preocupação em reconstituir os processos sociais subjacentes à estrutura familiar pré-industrial, motivou investigadores como L. Berkner (1976), D. Levine (1977),

L.Tilly e J. Scott (1981) a procurarem interpretar o grupo doméstico dentro de um contexto ligado ao comportamento económico e social dos seus membros.

A ênfase destes estudos foi colocada nas formas e nas condições sob as quais os recursos se tornam acessíveis à família, nas estratégias utilizadas em criar e explorar tais recursos e averiguar as relações de poder que assim vão sendo criadas dentro da estrutura familiar. A posse, utilização e transmissão de propriedade, para além dos registos ligados ao emprego, orçamento familiar e práticas laborais, constituíram os principais meios de investigação realizados, num âmbito que permitiu explorar outras vertentes ligadas à instabilidade das estruturas familiares e estratégias adoptadas face às dificuldades existentes.

2.2.1. O grupo doméstico – dimensão, estrutura e transmissão patrimonial

Durante séculos o grupo doméstico (de variadas dimensões e estrutura como vimos) constituiu o modo natural de fazer frente à reprodução económica, social e cultural, além de garantir a continuidade das gerações. Em grande parte, a estrutura e amplitude do agregado familiar dependia dos recursos (materiais, legais, culturais) que nas diferentes épocas estavam à disposição, nomeadamente a disponibilidade da terra, grandeza de património, práticas agrícolas, recursos políticos, herança, etc.

Muito embora coabitassem no grupo doméstico os pais, os descendentes, a família colateral e ainda empregados domésticos ou outros serviçais, o seu número surge em função da importância sócio - económica do grupo doméstico. Numa aldeia ou num bairro, por exemplo, podiam coexistir grupos domésticos vastos e outros pequenos, em correspondência com a superfície das explorações. Dimensão dos lares e dimensão das explorações andavam a par, mostrando a influência do património na grandeza e estrutura dos grupos domésticos (cf. Segalen, M. 1999: 39/40 e 46/47).

Será no entanto a estrutura, mais do que a dimensão do grupo doméstico, que acaba por ser reveladora de uma certa forma de organização e coerência interna, articulando família e trabalho, família e poder, família e haveres. Este campo, envolvendo a análise do sistema familiar, pressupõe o estudo das práticas sociais relacionadas com a herança e o casamento.

Le Play tinha já chamado a atenção para a relação existente entre a Família Tronco e a transmissão do património a um único herdeiro. O mesmo parecia existir na

situação da Família Conjugal, onde o património era repartido de forma igual pelos filhos.

No entanto, o direito à herança não era igual em todas as regiões da Europa do Antigo Regime, pois se nas áreas meridionais da França do século XVIII, o pai podia exercer um direito absoluto sobre escolha do herdeiro, na região Norte e Oeste não podia fazer qualquer discriminação sobre os filhos. Já nos territórios da Europa Central (Alemanha e Áustria, sobretudo), a herança era partilhada entre todos os filhos ou então entre os filhos varões. Na parte Sul, existia a possibilidade de partilhas, embora com muitas variações regionais.

A importância destas diferenças de transmissão patrimonial reside no facto da herança ser o meio através do qual se fazia a reprodução do sistema social, com implicações claras na estruturação das relações interpessoais. Como salienta Michael Anderson, se “ *aquilo que é herdado tem uma importância fundamental na sorte daqueles que o recebem (...) a transmissão da propriedade não só dá a alguns indivíduos (mas não a todos) acesso a bens geradores de recursos, mas também, devido ao modo como é transmitida e ao momento do ciclo da vida em que é transmitida, tem implicações potencialmente muito mais vastas para a estrutura, demografia e qualidade das relações familiares*” (1984: 68).

Na medida em que os pais continuam a ser a principal fonte de aquisição dos meios de produção, para além de terem direitos sobre a forma como esse património será distribuído entre os filhos, a dinâmica interna da vida familiar foi muito condicionada pelo momento e modo em como esses direitos eram exercidos. L. Berkner, por exemplo, ao comparar o sistema de herança em duas cidades da Baixa Saxónia (Alemanha) do século XVII, observou que na cidade onde a herança não era dividida, os grupos domésticos extensos eram predominantes. Na zona onde o costume mandava existir apenas um herdeiro, o modelo próximo da família tronco era predominante (cf. Berkner, L. 1976: 71-95 e Segalen, M. 1999: 47)

Por outro lado, o casamento não era mais do que uma estratégia que tinha como função a aliança de duas famílias de modo a permitir a sua perpetuação, mais do que a satisfazer o amor entre os dois nubentes. Esta função do casamento vigorava em todos os níveis sociais, sendo a escolha do cônjuge preferencialmente motivada por considerações materiais e de prestígio social.

De facto, em todas os grupos sociais, o casamento (indissolúvel a não ser por morte) funcionava como uma ‘empresa’ a nível produtivo, financeiro e político, quer nas famílias de camponeses ou artesãos, quer em famílias patrimoniais da burguesia urbana ou da nobreza (cf. Saraceno, C. 1992: 22/23). No primeiro caso, o casamento envolvia a necessidade de trabalho (um companheiro/a corresponde a mais um posto de trabalho), entre a nobreza (e também na burguesia urbana) assume o papel estratégico de fomentar alianças (políticas ou económicas), sendo a relação entre os cônjuges relevante no sentido de assegurar a continuidade da aliança entre famílias. Como salientou Pierre Bourdieu, tratava-se de um assunto de todo o grupo, mais do que do indivíduo, pois seria a *“família que casava e cada um se casava com uma família. O casamento tem como função primeira assegurar a continuidade da linhagem sem comprometer a integridade do património”* (Bourdieu, P. 1962, citado por Segalen, M. 1999: 136).

No campo, como na cidade, os casamentos eram homogâmicos, com destaque para o campo sócio – profissional (caso dos lavradores e jornaleiros) e com forte endogamia geográfica, em especial nas áreas rurais onde o cônjuge era da mesma paróquia ou de paróquias vizinhas. Assegurava-se de novo a estabilidade e o equilíbrio da relação para alcançar a sua eficácia, quer da transmissão do património, quer da constituição de uma unidade económico - produtiva eficiente. Daí o casamento só ser permitido quando existisse uma auto-suficiência económica do casal. Na sua impossibilidade, os indivíduos casavam-se com maior dificuldade, ou não chegavam a fazê-lo, situação que atingia particularmente os filhos secundogénitos onde predominava a família tronco (cf. Segalen, M. 1999: 136).

Por outro lado, o casamento era um poderoso regulador demográfico. A limitação dos recursos económicos era modelar levando os casais a consorciarem-se quando podiam e não quando queriam, especialmente pelo acesso tardio à transmissão patrimonial. A consequência visível nesta idade tardia de casamento⁶ será o encurtar do período de fecundidade da mulher e do número de filhos por casal (cf. Segalen, M. 1999: 139/140).

⁶ A partir das escrituras dos registos paroquiais, constatou-se que a idade média entre as classes populares das cidades e do campo para o conjunto da Europa Ocidental se situava entre os vinte sete/vinte e oito anos para os homens e vinte e cinco/vinte e seis anos para as mulheres (cf. Segalen, M. 1999: 139/140). Em Portugal, os estudos de Maria Norberta Amorim na região de Guimarães e de Álvaro Ferreira da Silva para a região de Oeiras, apontam igualmente para estas características, salientando que a idade média de casamento das mulheres seria de 24/25 anos nos centros urbanos e de 26/27 anos nas zonas rurais (cf. Amorim, G. 1987:89,104 e Silva, A. F. 1993: 120).

É claro que a idade tardia de casamento não seria a única forma de controlar a natalidade, pois os interditos religiosos ligados à vida sexual do casal também contavam. Existiam ainda outros recursos que limitavam o número de nascimentos, como o aborto, o infanticídio e a colocação de crianças em amas, com a inerente mortalidade infantil. Tudo junto pesava na constituição e equilíbrio familiar, numa situação de vida realista face aos recursos existentes, sobretudo das camadas populares.

A passagem do Antigo Regime à época industrial traduz-se num novo equilíbrio demográfico, tendo várias repercussões na vida familiar e conjugal, nomeadamente na diminuição dos níveis de celibato pela libertação da estratégia matrimonial de transmissão da propriedade fundiária, na diminuição da idade média de casamento, no aumento do tempo da vida conjugal, na limitação voluntária dos nascimentos e na duração da própria vida familiar do casal, mais previsível e menos instável.

Com a industrialização e a consequente urbanização e proletarianização, os modelos de família alteraram-se, desenvolvendo-se novas relações económicas, sociais e culturais dentro do grupo doméstico. Simultaneamente, outras transformações foram visíveis no domínio familiar.

2.2.2. A industrialização e as transformações na vida económica do grupo doméstico

O impacto da industrialização como novo modelo de produção não foi homogéneo quanto à época e países envolvidos, nem teve as mesmas consequências para a divisão do trabalho na unidade produtiva familiar. Tilly e Scott (1981) por exemplo, compararam cidades francesas e inglesas caracterizadas por apresentarem diferentes tipos de produção económica (têxtil e metalúrgica) e notaram que as famílias envolvidas nesse processo acabaram por modificar o seu modelo de vida económica de maneira diferente (cf. Saraceno, C. 1992: 34).

A pluralidade de situações familiares existentes no ocidente europeu nunca poderia criar situações iguais em todo o lado, mas acabará por subsistir a mudança que marcará a organização familiar, quer na sua estrutura e dimensão, quer na divisão de trabalho e relações entre gerações.

Neste propósito, M. Segalen (1999), salienta a existência de vários exemplos de industrialização, mostrando que o caso inglês (mais precoce) “*apresenta um exagerado modelo de desestruturação imposta à vida social em geral e à vida familiar em*

particular, durante os primeiros tempos da industrialização” (Segalen, M. 1999a: 6). Pelo contrário, o fraco crescimento demográfico em França no século XVIII, aliado à sobrevivência de mercados locais e regionais e de uma indústria artesanal ligada a produtos de qualidade, permitiu um processo de industrialização menos brutal face ao modelo inglês, bem como menos penoso no plano social e humano.

Por outro lado, consoante se apoie em mão de obra predominantemente masculina (a indústria mineira por exemplo) ou feminina (têxteis), induzem-se configurações e relações familiares diferentes, especialmente porque no primeiro caso (preponderante na Alemanha) possibilita a permanência da mulher no lar e configura a possibilidade de ter muitos rapazes tão cedo quanto possível de modo a contribuírem para o rendimento familiar. Inversamente, nas indústrias têxteis com uma mão-de-obra predominantemente feminina (caso da Inglaterra em muitas regiões), o grupo doméstico teria em conta o número de filhos, de modo a não interferir negativamente no trabalho feminino e na subsistência familiar (cf. Anderson, M. 1984: 80/83).

Portanto, a modelos diferentes de industrialização acabarão por corresponder outros tantos modelos de transformação familiar, embora se possa concluir também que o desenvolvimento industrial acabará por ter um profundo impacto nas relações sociais.

Como acentua M. Segalen, “ *antes da revolução industrial, existe uma massa camponesa cujos modelos familiares, se bem que diversos, se organizam em função dos modos de produção nas explorações industriais, dos tipos de actividades agrícolas, das práticas de herança, ao lado de uma pequena percentagem de famílias aristocráticas e burguesas. Após a revolução industrial (...) desenvolve-se uma grande variedade de tipos familiares, tão diversos quanto as hierarquias do trabalho, as imposições da produção e as categorias sociais cuja classificação estática é incessantemente perturbada pelos complexos processos de mobilidade social*” (1999a: 7/8).

Este processo tem a sua explicação lógica: antes da industrialização (e mesmo no sistema proto-industrial), o grupo doméstico identifica-se com uma unidade de produção no seio da qual todas as forças válidas, do mais jovem ao mais idoso, dão o seu contributo. Continuam assim as estruturas familiares tradicionais, conservando-se uma interdependência entre as gerações. Por isso, nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX a produção que habitualmente designamos de industrial, ainda saía das oficinas familiares situadas próximas dos grandes centros industriais urbanos. Estas oficinas correspondiam assim às necessidades de crescimento da procura, recebendo do

empresário industrial as matérias – primas e transformando-as dentro do seu quadro doméstico.

Estes operários no domicílio não estavam no entanto afastados do trabalho nos campos. Havia uma continuidade nas estruturas e nos papéis familiares relativamente à sua situação rural. Assim se passava na Inglaterra onde, até meados do século XIX, existia uma grande quantidade de produção industrial que saía de oficinas familiares. Também em França, sobretudo na região Norte e Oeste, toda a família participava neste trabalho, estando os seus elementos submetidos às leis do mercado internacional.

Contudo, à medida que este tipo de trabalho em oficinas domésticas vai diminuindo (e os salários também), *“os artesãos rurais começam progressivamente a empreender o caminho das cidades e a trabalhar nas fábricas. A sua partida para as cidades corresponde a uma nova fase da industrialização ligada agora ao desenvolvimento das indústrias pesadas do carvão, do ferro e do aço, as quais requerem uma maior concentração de mão-de-obra nos locais de produção”* (Segalen, M. 1999a: 11).

Começam a visualizar-se transformações mais profundas na estrutura e dimensão, mas também nas relações sociais do grupo doméstico. O seu futuro estará dependente das respostas que cada grupo dará face aos diferentes modelos de industrialização existentes, pois a vários modelos de industrialização possíveis (ligados à indústria têxtil, mecânica, siderúrgica, química...) corresponderão outros tantos comportamentos operários e familiares.

Assim sucede, por exemplo, na correlação entre o nível de salários e o trabalho praticado. Consoante esse trabalho seja qualificado ou não, o comportamento social, familiar e político dos operários difere. Enquanto os trabalhadores qualificados são essencialmente estáveis e casados, apresentando uma forte endogamia e a transmissão da profissão de pai para filho era forte, os operários não qualificados na maior parte das vezes eram solteiros e móveis, cuja sociabilidade masculina está mais centrada na taberna (cf. Segalen, M. 1999a: 11/12).

Quanto mais se desce na escala dos salários, mais dura será a condição do operário. No seu anterior grupo doméstico, a sobrevivência estaria mais facilitada, não só pelo apoio parental, mas também pela economia complementar permitida pelo trabalho agrícola. Sem o apoio familiar e vivendo numa cidade que não previu quaisquer infra-estruturas para alojar os operários, encontram-se desprotegidos durante os primeiros tempos deste modo de produção capitalista (cf. Segalen, M. 1999: 98/99).

Esta situação porém, desencadeará respostas que se irão sentir no âmbito familiar. Chiara Saraceno (1992) considera que, se por um lado, o acesso a um salário individual favoreceu fenómenos de caracterização e de separação face ao seu grupo doméstico de origem, em especial se os jovens envolvidos morassem e trabalhassem numa cidade onde teriam a possibilidade de casar mais cedo, é também verdade que a solidariedade económica e familiar continuou a constituir um elemento aglutinador muito forte, pois em inúmeras situações, só com a divisão de despesas de alojamento e de comida, com a acumulação de salários, o trabalho doméstico e de administração da mãe da família, é que os recursos seriam suficientes (cf. Saraceno, C. 1992:36).

De facto, um dos problemas que afectam a família operária é a falta de espaço doméstico nos alojamentos construídos à pressa e quase sem condições de habitabilidade. Mas o elevado nível de rendas obriga frequentemente à *“coabitação de várias gerações e, longe de «nuclearizar» a família, a industrialização apoia-se na família extensa, capaz de fornecer um certo número de serviços de base, na ausência de qualquer estrutura de protecção social”* (Segalen, M. 1999a:13).

Naturalmente, estas estratégias tinham implicações numa série de comportamentos demográficos, embora a longo prazo, nem todas elas fossem igualmente eficazes, devido à existência de indivíduos solitários e famintos e mulheres forçadas a adoptar soluções como a prostituição para sobreviver, devido à ‘ruptura’ conjugal. De igual modo temos de salientar a maneira como as crianças de tenra idade tinham de suportar longas jornadas de trabalho, sabendo as famílias que, por mais pequeno que fosse, representava para o orçamento familiar a diferença entre o equilíbrio e a miséria. Seria neste contexto que muitas vezes se costuma inserir a imoralidade operária, cujos sinais tangíveis seriam o aumento da concubinação e da ilegitimidade (cf. Segalen, M. 1999a: 15/16).

Por outro lado, Anderson (1984) salienta também a existência de um conjunto de estratégias individualistas formadas dentro do sistema capitalista. Assim sucedia com a prática de pagar o salário aos indivíduos e de estes o definirem como propriedade pessoal e não como recompensa recebida em proveito da família. Tal facto acabou por constituir uma justificação para muitos homens gastar uma parte do que ganhavam em bebidas. Por outro lado, os salários individuais também podem ser encarados como um factor que veio desvalorizar o trabalho doméstico, o qual, por não ser pago, passou a ser considerado como um não trabalho (cf. Anderson, M. 1984: 84/85).

A clivagem em classes sociais, a diversidade de modos de vida, valores e comportamentos vão acentuar-se ao longo do século XIX. A par da diversidade das famílias operárias, existe também o mosaico das famílias burguesas. Embora com diferentes níveis de rendimentos, partilham uma ideologia que as unifica, colocando no centro dos seus valores um modelo familiar que desempenhará um papel social considerável em termos de modelo normativo a seguir.

Neste campo da transformação dos costumes e das práticas sociais dentro da área familiar surgem propostas de explicação interessantes, conforme apresentadas por autores ligados a investigações no âmbito do relacionamento quotidiano dentro dos grupos domésticos. Estas propostas, ligadas sobretudo a questões de índole cultural e dos sentimentos, merecem também a nossa atenção.

2.3. As Abordagens Culturais e dos Sentimentos

A literatura académica nesta área está representada por autores como Philippe Ariès (1972), Edward Shorter (1975), Lawrence Stone (1977) e Jean Louis Flandrin (1984). Embora com diferenças nas análises realizadas, as metodologias utilizadas têm muito em comum, em especial no estudo das relações sociais dentro da família. Como observou E. Shorter (1975), cabe ao historiador da família recuperar a narrativa dos sentimentos, tentando descobrir como concebiam os milhões de homens e mulheres anónimas que habitaram o mundo as suas relações sociais, o seu comportamento familiar e os momentos de mudança (cf. Shorter, E. 1995: 14/15).

Privilegiando sobretudo relatos de viagens, diários, literatura tradicional e religiosa, iconografia, além de artefactos ligados ao quotidiano das famílias (brinquedos, vestimentas, mobiliário...), os autores em cima referidos desenvolveram um conjunto de estudos onde os sentimentos e atitudes das pessoas mostravam até que ponto concebiam e viviam as suas práticas diárias.

Formar um quadro coerente a partir deste conjunto de informações de modo a identificar e caracterizar os momentos de mudança, constituiu o desafio principal nas investigações destes autores. Em primeiro lugar, as atitudes e os sentimentos não mudam de um momento para o outro e muitas vezes coexistem formas antigas e modernas de pensamentos e práticas do quotidiano. Por outro lado, este conjunto de informações pode ser sujeito a mais do que uma interpretação (cf. Anderson, M. 1984: 38/40).

Mesmo assim, com as investigações realizadas no campo do relacionamento entre o casal, a família e a comunidade, foi possível obter dados interessantes face aos estudos que privilegiaram as abordagens demográficas e económicas no Estudo da Família. Por exemplo, Flandrin (1995) considera que a noção de grupo nuclear conjugal, como unidade claramente distinta e com direitos reconhecidos a nível de privacidade, estava ausente entre quase todos sectores da população durante grande parte do Antigo Regime (cf. Flandrin, J.L. 1995:100/108).

Este historiador, baseando a sua investigação em manuais de confessores, concluiu ainda pela fraca exigência do dever de amar o cônjuge ou mesmo os filhos. Em vez disso, o respeito e a deferência são claramente sublinhadas, enquanto as ligações afectivas e emocionais eram tratadas com desconfiança (cf. Flandrin, J.L. 1995:138/141 e 161/162). O próprio casamento denotava um fraco envolvimento emocional, numa altura em que as segundas núpcias eram frequentes devido ao falecimento do cônjuge, mas também pela influência exercida pelos pais na escolha do companheiro. A própria comunidade auxiliava os pais a controlar as uniões e a decidir quem estava em situação de poder iniciar o namoro. Daí não surpreender, de acordo com Anderson, que o casamento seja considerado “ *como algo de formal e ligado a funções extrínsecas, ou seja, a pura sobrevivência para as massas, a produção e reprodução para o campesinato e promoção para os grupos sociais mais elevados*” (1984:52).

L. Stone (1977), referindo-se a Inglaterra no mesmo período, salienta que o grupo familiar não dava particular atenção aos laços emocionais entre os seus membros. Além disso, o poder do marido sobre a mulher e os filhos era nítido, não apenas no campo económico, mas também na coacção física. A situação legal dos filhos era acompanhada de limitações relativamente à sua capacidade de participarem em contratos até possuírem vinte anos (cf. Anderson, M. 1994: 41/42; cf. Flandrin, J.L. 1995:140/141).

Tomando este quadro como ponto de partida, os principais autores desta abordagem sobre a Família passam a descrever um movimento gradual de afastamento deste modelo de vivência familiar, relativamente isenta de emoções, indiferenciada e de essência patriarcal.

Assim, se numa primeira fase a família conjugal não era reconhecida como tendo uma existência independente, nem os seus membros direitos significativos à privacidade, progressivamente ao longo do Antigo Regime começam a surgir mudanças no quadro e nos rituais da vida familiar.

Flandrin (1995) situa essas mudanças entre o começo do século XVI e o fim do século XVIII, altura em que o quadro e os rituais da vida familiar se teriam modificado. Este autor, falando sobre o quadro familiar francês, começa por destacar alterações na arquitectura doméstica sobretudo entre as famílias mais abastadas, com a criação de espaços próprios para dormir, tomar refeições ou realizar negócios. Esta privacidade, mais frequente nas cidades do que nos campos, permitia ficar livre da intrusão de estranhos ou de criados. Esta prática avançava à medida que o nível material das famílias o permitia, começando entre as camadas mais populares com uma separação de leitos entre pais e filhos e depois entre rapazes e raparigas (cf. Flandrin, J.L. 1995: 116).

Também L. Stone (1977) confirma este quadro para a Inglaterra do século XVIII, onde verifica a existência de uma queda no número de servos agrícolas que coabitavam com os patrões e um maior afastamento das crianças domésticas em relação aos aposentos das famílias burguesas.

Neste processo de avanço do individualismo no seio da família, Flandrin faz sobressair o impacto da Reforma Católica Romana após o Concílio de Trento, considerando o novo enquadramento familiar que se desejava estabelecer: “ *educação religiosa dos filhos pelos pais, orações em comum, carácter mais cerimonioso da refeição familiar, luta da Igreja contra os serões fora de casa, enquanto acontecimentos religiosos como o Natal, o baptismo do recém-nascido ou a primeira comunhão se transformavam, nos séculos XIX e XX, em festas de família*” (Flandrin, J.L. 1995:116).

Este ideal reformador, começa a tornar-se visível nos sermões e catecismos eclesiásticos cuja análise permite a Flandrin estabelecer as transformações operadas em vários níveis: no poder paternal (de início incondicional), passou a existir o direito de reciprocidade entre pais e filhos na relação familiar, desenvolvendo-se nos primeiros o sentido das responsabilidades que assumiam ao procriar para além dos seus deveres para com o futuro dos filhos (cf. Flandrin, J.L. 1995: 147/149); no poder familiar, onde a par do respeito e obediência que a esposa, filhos e criados deviam ao chefe de família, este também tinha obrigação de lhes conceder protecção, vigilância e correcção (cf. Flandrin, J.L. 1995: 155); na moral doméstica, que exigiu progressivamente ao marido uma atitude menos brutal, mais cortês, constituindo esse princípio, sobretudo entre a burguesia, uma prova fundamental na civilização dos costumes (cf. Flandrin, J.L. 1995: 174/175).

Em relação aos indicadores demográficos relacionados com a fecundidade, a ilegitimidade e mortalidade infantil, também se notam algumas mudanças estruturais ligadas aos preceitos defendidos por moralistas e filósofos do século XVII e XVIII, que condenavam o costume de colocar numa ama o filho recém-nascido e que estatisticamente poucas hipóteses tinham de sobreviver (cf. Flandrin, J.L. 1995: 213/215 e 246).

Também aqui se começa a verificar uma maior preocupação com a protecção e segurança da criança, numa área que pouco a pouco e também por influência da moral cristã do século XVII e XVIII (Pós-Concílio de Trento), multiplicou as cautelas contra a má influência que a convivência com os adultos podia exercer nas crianças.

Neste aspecto, as ideias apresentadas por Philippe Ariès são modelares. Começando pela família tradicional medieval, repara que ela está dominada pela função de sobrevivência económica. A entreaajuda quotidiana, a partilha de um ofício, a transmissão patrimonial e a defesa da honra eram condições essenciais à vida, num mundo onde as pessoas isoladas dificilmente poderiam subsistir. Por sua vez, o afecto entre o casal e os filhos não era indispensável ao equilíbrio da família (cf. Ariès, P. 1988:11).

Em tal contexto, a criança crescia muitas vezes no exterior da família (numa ama ou como aprendiz). O sentimento de infância era desconhecido, sendo visto mais como um adulto em miniatura do que como um ser qualitativamente diferente. Sendo assim, o seu tempo e espaço não eram separados em relação aos adultos, sendo a sua aprendizagem feita por experiência prática e directa. (cf. Ariès, P.1988:10)

Com efeito, a vida familiar decorria numa esfera pública e densa, simultaneamente acolhedora e coerciva, onde a vigilância da comunidade permitia manter a ordem no interior do espaço doméstico, situação não só necessária como facilitada pela sua abertura ao exterior e à circulação das pessoas.

De um modo gradual (mas também diferencial se tomarmos em conta a natureza dos grupos sociais), este modelo é substituído a partir do século XV e XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII por uma relação mais sentimental, onde os pais desenvolveram uma afectividade e bem-estar em relação aos filhos (cf. Ariès, P. 1988:242).

A consequência mais visível seria a diminuição da mortalidade infantil no século XVIII pelos cuidados dispensados à criança e também uma progressiva limitação de

nascimentos, contemporânea da preocupação de promoção e de investimento afectivo, realizado num quadro familiar cada vez mais cioso da sua privacidade (cf. Ariès, P. 1988:273). De facto, a deslocação de interesses e de objectivos familiares vai provocar uma redefinição dos espaços e das relações sociais a qual culminará com a institucionalização do espaço privado familiar, o qual era completamente estranho à sociedade tradicional (cf. Bandeira M.L. 1996:79).

A par desta preocupação doméstica (fruto também da sua crescente autonomia sobretudo nas famílias burguesas), Ariès salienta ainda o papel da escola em formar e promover socialmente a criança: “ *Doravante, trata-se de desenvolver na criança a responsabilidade do adulto, o sentido da sua dignidade. A criança passa a ser menos contraposta ao adulto (embora os costumes os distingam bem) do que preparada para a vida adulta. Esta preparação não se faz de uma só vez, de maneira brutal. Exige cuidados e etapas, uma formação. É a nova concepção da educação, que triunfará no século XIX*” (Ariès, P. 1973;1988: 208).

Em contraste com a turbulência educativa medieval que misturava crianças novas com outras mais avançadas na idade, Ariès encontra no século XVII uma “*especialização demográfica das idades dos cinco-sete aos dez-onze anos...e depois, no século XVIII, a especialização social de dois tipos de ensino, um para o povo, outro destinado às camadas burguesas e aristocráticas*” (Ariès, P. 1988: 209).

Para além desta criação de figuras e espaços envolvendo a escola, os professores e os programas de ensino graduado segundo a idade, outras preocupações são descritas por Ariès, sobretudo quando destaca a literatura produzida por um certo número de homens da Igreja e filósofos, que pretendiam transmitir aos pais a necessidade de educação nos seus filhos. Desta maneira, “ *a família deixa de ser apenas uma instituição de direito privado que assegura a transmissão dos bens e do nome, para assumir uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas*” (Ariès P. 1988: 321). São assim traçados os contornos do conceito moderno de educação e de paternidade, com os respectivos direitos e obrigações em relação à criança.

Embora não faça uma reflexão sobre o impacto da industrialização na questão escolar, Ariès utiliza os documentos relativos à educação das crianças como forma de analisar as transformações do papel da família e da hierarquia social com o advento dos tempos modernos, onde o objectivo será educar os jovens para uma sociedade cada vez

mais profissionalizada, não hierárquica, em que o estatuto tem que ser conseguido em vez de ser conferido por herança (cf. Casey, J. 1990:184/185).

No fundo, trata-se de privilegiar a afirmação da autonomia social e moral da família burguesa, que procura deste modo certificar a sua identidade, fugindo a qualquer contaminação popular e organizando-se de um modo muito particular. Os centros de determinação dos comportamentos familiares são assim transferidos do espaço exterior ao grupo doméstico para um espaço íntimo e fechado do interior familiar burguês, providente e ascético, mas também orgulhoso e conquistador. Foi esse espírito que, segundo Ariès, fez recuar a mortalidade infantil e instituiu um novo tipo de família: a família privada, endodeterminada e malthusiana (cf. Bandeira M.L. 1996:80).

Ora, de algum modo, será esta imagem da família moderna que chega aos nossos dias: uma família que promove a separação da criança do universo dos adultos por intermédio da escola, mas que também é intencionalmente restritiva, afectiva e educadora (cf. Cunha, Vanessa 2000: 33).

Neste propósito, Edward Shorter começa também por destacar um novo conjunto de valores que privilegiam o individualismo sobre a fidelidade à comunidade e a auto-realização sobre a solidariedade colectiva. Será este desejo de ser livre a constituir o motor na transformação familiar bem como social (cf. Shorter, E. 1995: 278)

Apesar de procurar demarcar-se da perspectiva de Ariès (a qual é edificada a partir de fontes literárias e artísticas que apenas contam a história da pequena elite francesa), Shorter vai ao encontro de muitas das teses de Ariès. Uma delas é justamente a ideia de que, a partir de uma certa altura, surgiu um sentimento no seio da família, antes desconhecido, em relação à criança – o amor maternal. Tratou-se, também aqui, de um sentimento burguês, gerado na intimidade doméstica entre a mãe e o seu bebé.

Sintetizando esta tese, Mário Leston Bandeira acrescenta: *“a ascensão da família moderna foi o produto de três sentimentos: o amor romântico, que autonomizou o casal e o inclinou à afeição; o amor maternal, que levou as mulheres a tecer uma rede afectiva, primeiro com os seus bebés e depois com os filhos mais velhos e o seu marido; neste ninho afectivo desenvolveu-se um sentimento doméstico que isolou a família conjugal da comunidade ambiente”* (Bandeira, M.L. 1996: 120).

Subalternizando questões como a estrutura de coabitação doméstica e a relevância do parentesco no âmbito familiar, E. Shorter privilegia como sentimento determinante o amor maternal que ligava a mãe ao filho e lhe conferia já um lugar central na relação

familiar, distinguindo desse modo a família moderna de outros modelos familiares do mundo ocidental.

Com isso, este autor acentua a importância dada à procura da felicidade como um objectivo, tornando-se o casamento mais como fonte de prazer emocional e não apenas uma ligação entre membros de famílias diferentes. As próprias crianças saíam beneficiadas devido a este ambiente familiar, mais caloroso e sensível às suas necessidades.

Ora, a emergência deste sentimento romântico e da sexualidade ligavam-se directamente ao desenvolvimento do sistema capitalista, onde a “ *lógica de mercado exige decididamente o individualismo*” (cf. Shorter, E. 1995: 277). Aprendidas as regras do individualismo de mercado, elas iriam exercer progressivamente a sua influência nas diferentes áreas da vida social, onde “ *a gratificação particular tornou-se mais importante do que o enquadramento no bem-estar comum*” (cf. Shorter, E. 1995:277).

Shorter coloca então a hipótese desse individualismo aprendido no mercado de trabalho ter sido transferido para a área das obrigações comunitárias e familiares, onde o desejo de liberdade, posto em prática no âmbito emocional, deu aos jovens “ *uma inclinação para escapar às restrições sexuais dos pais e dos responsáveis municipais*” (cf. Shorter, E. 1995:279).

Por conseguinte, na perspectiva de Shorter, serão as camadas mais populares da população a estarem na vanguarda deste processo, pois não possuindo grandes patrimónios a herdar ou a transmitir, eram livres de prosseguir os seus objectivos individuais em vez dos familiares, uma vez que as novas práticas matrimoniais assentavam sobretudo na autonomia inerente à condição de assalariado. Terá sido essa independência que levou à perda da autoridade parental nas estratégias matrimoniais dos jovens e portanto, à liberalização do casamento (cf. Bandeira M.L. 1996:108).

Foi assim que Shorter explicou também o aumento da ilegitimidade na Inglaterra do século XVIII, em especial pela vontade das raparigas solteiras abandonarem a castidade tradicional e de se preocuparem com a sua felicidade pessoal. O acesso ao trabalho remunerado seria uma condição essencial para este sentimento, garantindo-lhe autonomia pessoal e alimentando o desejo de liberdade.

Embora a questão da ilegitimidade tenha suscitado algumas críticas, especialmente na maneira como Shorter descreve o acesso em larga escala ao trabalho remunerado do tipo capitalista para determinar essa autonomia e liberdade feminina, o assunto

despertou interesse pelo facto de mostrar até que ponto estavam disponíveis os métodos contraceptivos entre a população dessa época. Mesmo assim, como refere Anderson, precisávamos saber mais “ *sobre quem tinha os filhos ilegítimos, onde e em que contextos, antes de podermos afirmar que um novo individualismo hedonista, de inspiração capitalista, foi o responsável pelas transformações*” (1984: 58).

De igual modo, Shorter encara a transformação dos cuidados infantis dentro da família como resultado directo do crescimento económico que o capitalismo do século XIX produziu, sendo principalmente a classe média a que mais beneficiou com os rendimentos que esse crescimento trouxe consigo, tendo a possibilidade de alterar mais cedo as suas práticas de puericultura.

As camadas populares também beneficiaram com o crescimento económico. Com efeito, se no sistema económico vigente na sociedade tradicional a mãe tinha como primeira obrigação ajudar ao bom funcionamento da quinta ou da oficina, à medida que o sistema capitalista permeava estes cenários tradicionais, as mulheres cada vez mais se vão dedicar a cuidar dos filhos e menos atenção darão à produção. Portanto, o aumento das condições materiais tornou possível a melhoria dos cuidados maternos (cf. Shorter, E. 1995: 283/284).

Seria assim o *ethos* do capitalismo a marcar o principal momento de mudança da família, especialmente pela possibilidade de libertação face à comunidade e a poder iniciar o seu movimento de emancipação e transformação. Porém, se Shorter deseja atribuir estes novos padrões de vida às famílias operárias, a realidade histórica indica que eles apareceram e desenvolveram-se muito antes em meios economicamente mais favorecidos. Por outro lado, a sua análise parece revelar um desconhecimento da vida destas mulheres proletárias durante a época industrial, onde são exploradas no mercado de trabalho. Será até neste contexto social de miséria a que muitas mulheres estão sujeitas que se pode encontrar uma explicação para o aumento das taxas de ilegitimidade de que Shorter falava.

Por outro lado, as condições de trabalho nas fábricas eram muito duras para as mulheres e a concorrência que faziam aos homens no mercado de trabalho motivava uma forte oposição, argumentando estes que não eram feitas para esse tipo de trabalho. As dificuldades de inserção eram ainda acrescidas se tivessem filhos. Portanto, a liberdade que teoricamente tinham enquanto trabalhadoras assalariadas era muito limitada e durante o século XIX a conjugação das dificuldades de integração da

população feminina no novo quadro de produção industrial, vai fazer delas (também dos filhos) as vítimas estruturais do sistema industrial. A grande solução será a regularização do mercado matrimonial com a existência do casamento convencionado: por um lado, com o trabalho assalariado do marido e, por outro, na competência doméstica feminina. (cf. Anderson, M.1984: 57/58 e Bandeira, M.L. 1996: 108/109).

Jacques Donzelot (1977) explica também o processo de adesão das classes populares ao modelo de família conjugal através da convergência de interesses entre a filantropia moralizadora burguesa e as mulheres que acabaram rejeitadas no mercado de trabalho conferido pela sociedade industrial.

Para isso, Donzelot explica que o êxodo rural provocado pela industrialização lançou as mulheres em concorrência aberta com os homens no mercado de trabalho, acabando por ficar em nítida desvantagem pois o trabalho industrial das mulheres era reconhecido como uma necessidade ocasional, mas não como um destino normal (cf. Donzelot, J. 1977: 42). A alternativa a este trabalho fabril proposto ao elemento feminino pelas associações de beneficência seria a competência doméstica e a vigilância do seu homem em relação a maus costumes (cf. Donzelot, J. 1977: 42-46).

Esta situação tem a sua explicação na própria linha de transformação sofrida pela sociedade com o estabelecimento da industrialização, que terá sido responsável pela mudança nos comportamentos e nos valores, mas também pelo facto do capitalismo ter instalado o proletariado urbano num ambiente cultural e materialmente diferente das comunidades tradicionais. Em resultado de tudo isso, os operários foram levados a cortar as amarras que os prendiam à comunidade ambiente e a refugiarem-se devidamente na intimidade do lar gerido pelas mulheres (Bandeira, M.L. 1996: 121).

2.4. Síntese Actual dos Conhecimentos

Identificar e compreender a diversidade das formas de família que historicamente se foram constituindo no Ocidente Europeu, a par das suas funções e atitudes para com as relações familiares, foi uma tarefa que despertou vivo interesse entre os investigadores do tema.

As abordagens relativas à história da família que assim foram surgindo permitiram concluir de forma plausível que não pode existir uma única história da família ocidental desde o século XVI, porque não existe nem nunca existiu um sistema familiar único. Basta recordar que as famílias rurais apresentavam características diferentes das

famílias comerciantes, tal como as famílias operárias e burguesas pouco tinham em comum, sem esquecer as aristocráticas. O mesmo se pode dizer a nível de cada região dentro de um Estado, pois as práticas familiares existentes entre os camponeses do noroeste de França eram diferentes das praticadas pelos camponeses do sul, tal como as dos camponeses alemães eram diferentes das existentes entre os camponeses italianos.

Diversas vias de investigação foram seguidas, conforme apresentadas no âmbito das abordagens demográficas, dos sentimentos e da economia doméstica. Muito desses estudos foram realizados tendo por base simples aldeias ou pequenas regiões, tornando por isso muito difícil desenhar um quadro nítido das principais transformações operadas na vida da família ao longo dos séculos em análise.

Mesmo assim, as linhas de rumo foram traçadas e progressivamente tomámos consciência, sob a influência da Demografia Histórica (e dos trabalhos de Peter Laslett em especial) que a família nuclear não era apenas característica das sociedades industriais, tendo sido igualmente importante descobrir que a Europa pré-industrial não abrigava uma vasta maioria de famílias alargadas e que a tese de um contacto quantitativamente mais denso entre gerações não passava em grande parte de um mito.

Na verdade, graças ao tratamento sistemático dos registos paroquiais, construíram-se indicadores objectivos relativamente ao primeiro casamento, ao primeiro filho; ao número de filhos e também aos pormenores sobre a rede de parentesco. Revelou-se assim a existência de um modelo tardio na idade de casamento, sobretudo entre as camadas populares – 27/28 anos para os Homens; 25/26 para as mulheres.

De facto, aceder a um espaço adulto e colocar-se dentro do lugar que permite o acesso à herança ou ao património familiar só podia acontecer quando os pais estavam no fim da vida. Tendo ainda em consideração a esperança média de vida e que o período fértil da mulher estava mais limitado, a existência de uma prole numerosa por casal dificilmente poderia acontecer. Paralelamente, é possível encontrar também nestas sociedades de Antigo Regime uma forma de controlar a fecundidade e de ver até que ponto se estabelecia um equilíbrio entre a população residente e os recursos existentes.

Por outro lado, as doenças e a morte que afectavam sobretudo as crianças e as mulheres em idade fértil (neste último caso devido a complicações resultantes do parto ou mesmo de abortos), punha a família em situação instável, pois o marido sobrevivente normalmente contraía um novo casamento, com a eventual mistura de filhos vindos do

primeiro com os nascidos no segundo enlace conjugal. As dificuldades eram acrescidas na altura de dividir a herança patrimonial.

Estamos assim longe de um ideal de família estável como defendiam os autores clássicos (Le Play, Durkheim), e neste aspecto os estudos demográficos foram importantes em desfazer uma certa imagem de família do passado caracterizada pelo seu nível de estabilidade na transmissão do ciclo de gerações, na sua longevidade e dimensão. Paralelamente, o casamento tardio indica que a estrutura familiar predominante nos grupos domésticos rurais era do tipo nuclear e não alargado.

Estas investigações, contudo, não privilegiavam a construção e transformação do grupo doméstico ao longo do tempo. Por outro lado, questões ligadas ao acesso e detenção da propriedade não são alvo de cuidado específico nos estudos demográficos. Esses limites foram superados pelos trabalhos que dispensaram particular atenção à economia doméstica, nas famílias do Antigo Regime.

Neste caso, foi possível enquadrar a estrutura e amplitude do agregado familiar com base nos recursos económicos que estavam à sua disposição, nomeadamente a disponibilidade da terra, a grandeza de património e o tipo de exploração agrícola, sem esquecer as práticas jurídicas (herança e transmissão patrimonial), culturais (tipo de relações entre gerações) e demográficas (idade de casamento, fecundidade, migração), ligadas a esses estudos.

Com isso, a análise de certas etapas estruturais do ciclo de vida das famílias (desde a sua constituição até ao seu desaparecimento) mostrou que, sob condições económicas, sociais, demográficas e jurídicas, a família adoptava ora a forma conjugal ora a forma alargada ou troncal, com a conseqüente variedade na sua dimensão e estrutura, mas também nas relações entre os sexos e entre as gerações no interior dos grupos domésticos. Não esqueçamos ainda que nas sociedades de Antigo Regime, devido ao facto das vidas individuais estarem ligadas ao colectivo familiar, muitas das decisões tomadas integravam-se nas estratégias comuns do grupo doméstico.

Para além de apresentar a diversidade de situações familiares considerando o espaço regional de cada Reino do Ocidente Europeu (com a existência de grupos conjugais simples até grupos complexos, onde os filhos coabitam com os pais durante anos antes de encontrarem uma habitação independente noutra exploração), estes estudos permitiram compreender um tipo de lar que afinal não era estático mas dinâmico, cuja

natureza devia ser enquadrada num conjunto de estratégias possíveis face à realidade da época.

Essa mesma situação de diversidade e dinamismo do grupo doméstico pode ser encontrada na passagem do Antigo Regime à época industrial. Consoante a situação (modelo inglês ou francês), as cidades em vias de industrialização não viram em larga escala uma nuclearização do grupo doméstico. Pelo contrário, a industrialização (e o urbanismo a ela associada) parece ter estado ligados a um aumento considerável da co-residência entre pais e filhos casados.

Tal situação justificava-se devido às restrições económicas do trabalho industrial, onde se incluíam situações como a falta de alojamento, o trabalho da mulher e as dificuldades no amparo a crianças de tenra idade. Na ausência de leis sociais que atendessem os casos de doença ou indigência, as pessoas não tinham outro recurso a não ser virar-se para os parentes mais próximos, constituindo grupos domésticos alargados no seio dos quais funcionava uma entreaajuda recíproca.

Assim, os trabalhos realizados nesta vertente (Anderson, M. 1971; L. Berkner 1972; D. Levine 1977; L. Tilly e J. Scott 1981) sublinham a coesão, capacidade de adaptação e a continuidade, para além de uma economia doméstica interdependente que envolvia muitas vezes estratégias conscientes postas em prática de modo a deslocar membros da família para o interior e para o exterior de diferentes zonas industriais, ao mesmo tempo que incorporavam no seio doméstico outras pessoas (hóspedes e parentes), com o objectivo de reforçar o rendimento económico e fazer face às necessidades domésticas.

Embora tenham sido colocadas algumas reservas relativamente à continuidade e coesão do grupo doméstico especialmente durante a industrialização (a longo prazo nem todas as estratégias foram eficazes, especialmente pela existência de indivíduos solitários e famintos, a par de mulheres forçadas a entrar na prostituição para garantir a sua sobrevivência e a dos seus filhos), a introdução de uma dimensão dinâmica no estudo dos grupos domésticos constituiu um considerável avanço na análise da Família do Ocidente Europeu, revelando sobretudo um grande leque de situações a ter em consideração.

De facto, os grupos domésticos, embora de dimensão e estruturas diferentes, coexistindo no tempo e no espaço, são tributárias das formas de organização social e económica de cada sociedade, mas sobretudo mostram como pode ser entendida a reprodução social em cada época.

Mesmo assim, uma análise completa da família do ocidente europeu tem de contemplar a componente cultural e afectiva. Esta perspectiva foi especialmente investigada com base em fontes como jornais, testamentos, manuais de confissão, textos e memórias de médicos, filósofos e escritores, para além da análise iconográfica.

Os seus autores (Ariès P.1972; Shorter E. 1975; Stone L. 1977 e Flandrin J.F. 1984) salientam assim que, por detrás da massa anónima de pessoas, se escondem sentimentos, afectos e valores que permitem compreender os comportamentos e as atitudes das pessoas que viveram durante o Antigo Regime.

Entendemos assim, de acordo com a perspectiva de Philippe Ariès, que a construção da família da modernidade seja feita com a criança. Para este historiador, nas sociedades de Antigo Regime, a criança tinha uma educação realizada junto dos adultos, numa aprendizagem directa com eles. A rede de afectividade mais visível não vinha dos pais, mas dos vizinhos e da comunidade. A própria arquitectura das casas revelava a existência de um espaço familiar aberto.

A mudança começaria de um modo progressivo desde o século XVI, encontrando-se nos finais do século XVII (em Inglaterra) e no XVIII (em França) uma outra imagem da criança e da sua família, sobretudo nos meios privilegiados dos centros urbanos. O afecto e o sentimento invadiam já a rede do casal, algo evidente sobretudo na relação com os filhos, enquadrados num espaço central de organização familiar. Compreende-se então que a criança seja vista como um ser dotado de características próprias, que merece protecção e amor, devendo igualmente ser socializada entre os seus pares (com crianças da mesma idade) e aprendendo na escola com base num currículo próprio. Paralelamente, surge a ideia de privatização da família e uma importância do indivíduo nesse espaço privado.

Portanto, esta família fecha-se no seu espaço doméstico e resguarda a sua vida familiar, indício claro da sua modernidade. Na base do processo está a atenção dispensada à criança, pois se mudou o conceito de infância, a consequência interna desta mudança na relação com a criança acabará por mudar também a família. Para Ariès, a ‘modernidade’ da família situa-se no momento em que a família se vira para a célula conjugal, local por excelência da socialização da criança, em vez de se interessar pela transmissão de um património ou de um nome.

Como sublinhou Ariès, este processo diz respeito antes de mais à família aristocrática e sobretudo à burguesa.

Também Lawrence Stone (trabalhando no contexto inglês) vê na família um microcosmo que nos abre uma janela para a sociedade que a envolve. Daí também concordar com a ideia de existência de transformações nas relações familiares, passando-se de uma distância afectiva e de deferência (respeito pela hierarquia e autoridade masculina na família) para um individualismo mais caloroso, visível sobretudo a partir dos meados do século XVIII, em camadas médias e superiores da população – nobreza e burguesia – que são os portadores destes comportamentos inovadores. Para essa mudança terá concorrido a transformação no pensamento religioso, filosófico e político, para além das atitudes sociais perante o papel e os direitos dos indivíduos na sociedade.

Por outro lado, Edward Shorter parte do princípio que a mudança surge nas camadas populares assalariadas, recém chegadas aos meios urbanos em processo de industrialização. Considera que a experiência adquirida nas relações de trabalho capitalista, sobretudo pela existência de um salário individual, permite uma libertação das amarras tradicionais, sejam elas a nível de parentesco, vizinhança ou ligadas à Igreja, acabando por chegar ao amor romântico. A questão da ilegitimidade seria uma consequência dessa libertação, sendo as uniões livres uma resposta das raparigas que recusavam desse modo o modelo familiar onde as suas mães nasceram e viveram. Paralelamente, o corte das amarras tradicionais, substituem os interesses da razão pelos do coração na escolha do cônjuge. O ‘amor romântico’ espelha bem este tipo de compromisso, segundo Shorter (cf. Cunha, Vanessa 2000: 28).

Será preciso no entanto levar em conta que a integração de milhares de camponeses nas cidades industriais acabou por ser um processo difícil e tumultuoso e durante muito tempo o proletariado urbano viveu em situações de grande pobreza. Nessas condições, fundar uma nova família seria difícil e por isso, a liberdade que decorria do trabalho assalariado era mais propícia ao estabelecimento de relações fortuitas e instáveis do que à instituição de vínculos permanentes através do casamento. Assim, se é verdade que a existência de muitos nascimentos ilegítimos pode testemunhar uma maior liberdade social dos jovens, também podemos salientar que esse aumento pode ser interpretado como um sinal das dificuldades de estabelecimento matrimonial dos jovens e da crise do modelo de casamento estável instituído desde o Concílio de Trento (cf. Bandeira M.L. 1996:109).

Um problema com estas teses que se contradizem mutuamente, (embora pareçam plausíveis pela análise efectuada), consiste em determinar o papel dos factores culturais como explicação adequada da transformação familiar. Com excepções ocasionais, estes autores apresentam um quadro do sistema cultural da família completamente isolado das relações de mercado e de trabalho dos seus membros, decorrendo a transformação da sociedade quase inteiramente de um enfraquecimento das restrições comunitárias e pelo impacto das novas ideias religiosas, filosóficas e educacionais nas relações entre as pessoas.

Parece também que se sintetiza numa fórmula única uma transformação da família que é complexa, existindo ainda nesta corrente de investigação diferenças cronológicas em relação aos grupos sociais onde as mudanças ocorreram primeiro e sobretudo, às causas dessas mudanças.

Estes autores estão também imbuídos de uma visão romântica do amor, que pode não ter sido o único código de afectividade entre as pessoas dessa época. De facto, o estudo de sociedades camponesas tem mostrado a existência de uma especificidade própria, com um contexto e universo de valores intimamente ligado às suas rotinas regulares, com menos palavras e um código de relacionamento diferente do ambiente urbano (cf. Goody, J. 1995: 139/40).

No entanto, são interessantes as conclusões a que chegam P. Ariès, J.L. Flandrin e L. Stone (com excepção de E. Shorter), ao considerarem que na origem da família moderna como âmbito privilegiado da afectividade está o processo de privatização da própria família, a sua progressiva retirada do espaço e acção públicos, num processo que diz respeito antes de mais à família aristocrática e sobretudo à burguesa, mas que se difundirá para outros extractos da sociedade.

Uma das consequências da desagregação das antigas estruturas sociais de inserção dos indivíduos (em especial os grupos comunitários ou as redes familiares) e da mercantilização das relações individuais (pelos efeitos da revolução industrial) foi aumentar o grau de incerteza quanto ao futuro, em especial nas situações de protecção social dos indivíduos. Neste processo de estruturação da sociedade pelo Estado, ressalta a produção de legislação com o objectivo de regulamentar situações patrimoniais, filiação ou mesmo o sistema de constituição e dissolução familiar, mas também de libertar as sociedades da necessidade e do risco concedendo-lhes alguma protecção social (cf. Mozzicafreddo, Juan Pedro 1994:16/17).

Por outro lado, se o desenvolvimento das ideias sobre a família passa a estar ligado à vontade política de estender o seu controle e actuar sobre ela, não podemos esquecer o movimento ideológico que está por trás desse procedimento. De facto, “ *as ideias liberais da Revolução Francesa sobre a família, as ideias burguesas presentes no Código Civil francês, os efeitos da industrialização, não cessarão de alarmar, ao longo do século XIX, o corpo social, exprimindo-se através de filósofos, filantropos e políticos*” (Segalen, M. 1999: 30).

O objectivo era claro: desejava-se reestruturar os modos de vida das camadas populares “ *em torno de um modelo familiar conforme às normas da classe burguesa, implicando nomeadamente uma divisão sexual das tarefas e uma maior atenção dispensado aos filhos e ao lar*” (Segalen, M. 1999a: 22).

Os trabalhos de Michel Foucault mostram como a família nos finais do século XIX já estava delimitada em vários planos sociais pela Igreja, Estado, Patronato e Associações de Caridade. Um pouco por toda a Europa Ocidental, assiste-se à divulgação de vários discursos, ora visando a defesa da família do individualismo revolucionário ligado à influência liberal francesa, ora a favor de a enquadrar num conjunto jurídico de leis, tal como de resto estava contemplado no *Código Civil* de vários países europeus (cf. Foucault, M. 1994: 124/128 e 146/149).

Em Portugal, as ideologias subjacentes a estes discursos motivaram também um amplo campo de debate sobre o destino da família, especialmente devido ao individualismo libertário decorrente das consequências da Revolução Liberal de 1820, razão pela qual passamos a apresentar a validade das teses então defendidas. O seu estudo, na falta de autores que objectivamente tenham abordado a história da família nessa época, será sobretudo realizado com base no debate público sobre a introdução do casamento civil no *Código* de 1867.

Neste processo, ressalta ainda a produção de legislação com o objectivo de regulamentar situações patrimoniais, de filiação ou mesmo o sistema de representação social da família, sendo visível o modo como o individualismo liberal triunfante está bem caracterizado nos princípios que persegue para a sociedade. Uma atenção particular será igualmente dada à literatura publicada de carácter filosófico, a propósito da vida familiar e do papel dos seus membros no interior do lar conjugal.

II. O PAPEL DOS PODERES PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO FAMILIAR EM PORTUGAL

Fundamentada nos valores individuais e culturais do liberalismo, assistimos a partir do *Vintismo* à constituição de um Estado que passa a deter as principais funções políticas no País, mas também a exercer a primazia do poder civil em face de outras instituições. Como tal, a sua influência será transversal a todas as instituições que detenham uma forte influência social, mesmo que estejam estruturalmente ligadas aos preceitos tradicionais e culturais da sociedade.

Com efeito, à medida que o Estádio vai sintetizando as reformas políticas, aumentam as suas funções de regulação e interdependência sistémica, obtendo desse modo mais poder de orientação e de selecção. Neste caso, quanto maior for a centralidade dos seus actos públicos, maior é o seu protagonismo na modernização das relações sociais.

Em Portugal, este aspecto foi bem vincado pelos Poderes Públicos quando estabelecem no plano legislativo a supremacia da lei civil, fundamentando a legitimidade da sua acção em nome da soberania nacional.

A laicização da sociedade acabará por se impor como elemento natural da vida em sociedade, mas as resistências também estão na mesma proporção aos avanços realizados. Vejamos os princípios orientadores deste processo e o contexto em que se movimentam.

3. A Influência do Liberalismo no século XIX

A herança cultural e filosófica do Iluminismo influenciou em grande medida os movimentos revolucionários europeus no final do século XVIII e sobretudo ao longo do século XIX. O ‘individualismo’ militante ganhou também maior expressão, integrada numa ampla actividade social, acompanhada e definido pelo aparecimento de uma nova ideologia e um novo conjunto de valores – o liberalismo. Assistimos assim, no contexto europeu, a uma mudança no pensamento económico, a uma transformação social e também a uma nova concepção de poder político.

A defesa da liberdade (parte integrante do pensamento liberal) era variada. Montesquieu, Voltaire, Diderot, Bentham, defendiam um liberalismo político multifacetado, enquanto os fisiocratas por exemplo, se dedicavam a fórmulas de intervenção na actividade económica. A estes contributos pela liberdade individual

somavam-se ainda “ *várias teorias interpretativas do devir social, como o materialismo (La Mettrie), o ateísmo (Helvétio e d’Holbach), o despotismo iluminado (Frederico II e José II), o racionalismo e o pragmatismo (Rousseau) e o socialismo utópico (Morelly e Mably)* ” (Vargues, Isabel ; Ribeiro, Maria 1993: 213).

Em Portugal, a construção da ideologia política liberal pode ser notada nos discursos e textos doutrinários de Manuel Fernandes Tomás, Borges Carneiro, Mouzinho da Silveira, Almeida Garrett, Passos Manuel e Alexandre Herculano. Analisando as suas reflexões pessoais na imprensa da época, em textos de propaganda política e mesmo as medidas legislativas então adoptadas, é possível observar uma diversidade nas respectivas formações liberais, as quais não podiam deixar de se associar a vários matizes de intervenção política, a que actualmente se associam o ‘Vintismo’ (1820-1823, o ‘Cartismo’ (1826-1828;1834-1836;1842-1910) e também o ‘Setembrismo’ (1836-1842).

Em comum, podemos sentir a existência de uma preocupação em manter uma separação de poderes dentro da esfera política, não só para impedir o regresso do ‘Absolutismo’, mas sobretudo para defender os ‘direitos individuais’ de cada cidadão. Por isso, este novo poder político (alicerçado na inspiração liberal), tinha pela frente a tarefa de reformular a Nação, gerir a Sociedade e promover o conceito de Individualidade.

Portanto, no campo especial da filosofia política subjacente ao sistema liberal, a existência de um governo parlamentar e o conceito de igualdade civil, teriam forçosamente de modificar o funcionamento da Administração Pública e em concomitância, dotar o país de um conjunto de leis e reformas que transformasse também a sociedade.

De algum modo, as adversidades pelas quais passou o regime liberal na primeira metade do século XIX comprovam essa situação – guerra civil ente liberais e absolutistas, oposição política entre Cartistas e Setembristas, expropriação dos bens fundiários da Igreja e revoltas populares (Maria da Fonte).

Havia a necessidade imperiosa de construir um Estado forte. Para isso, como salienta Vítor Neto, “ *sem corpos sociais intermédios, tornava-se necessário evitar a dissolução da sociedade, facto que só era alcançável através do recurso aos mecanismos de coerção social e à intervenção dos aparelhos ideológicos. Sendo assim, compreende-se a importância decisiva do Estado liberal na preservação da unidade*

social. Se, no seu voluntarismo este foi, na primeira fase, um Estado utopista, num segundo momento, assumiu-se essencialmente como uma estrutura normativa de poder, apostado na defesa da ordem social ...” (1998:25).

Reacções de sinal contrário também seriam de esperar, sobretudo inspiradas no pensamento contra revolucionário de Joseph de Maistre e Louis de Bonald, fortemente contestatários da legitimação ideológica do Liberalismo. Assim, tal como se verificava na Europa, a controvérsia em Portugal era protagonizada pelos quadrantes mais conservadores da sociedade, especialmente ligados ao Absolutismo e à Igreja, que contestavam a aplicação do Liberalismo como doutrina política, social e económica.

Estes sectores mais conservadores batiam-se pelo regresso à velha aliança entre o ‘trono e o altar’, justificando ser assim a ordem natural das coisas, enquanto a Igreja desenvolvia a sua actividade sob a inspiração de princípios anti-liberais, nunca aceitando a soberania do Estado em matéria de culto, nem a filosofia política que legitimava os regimes constitucionais. Assumindo também um comportamento anti-liberal, a Igreja acabou desse modo por contribuir *“para um recrudescimento do anticlericalismo, o qual, pelos seus efeitos, funcionou como um dos elementos perturbadores das políticas liberais...”* (Neto, Vítor 1998: 24).

Se em vários países europeus onde o catolicismo imperava, a Igreja e os Liberais mantiveram-se em oposição frontal, também em Portugal foi possível assistir ao longo do século XIX a uma luta constante entre o regime liberal e a esfera eclesiástica, não obstante as aproximações e as convergências pontuais.

Para além disso, a história dos regimes liberais em diferentes países europeus, é também feita de oposição entre o poder público e as populações, totalmente submersas na rotina de hábitos ancestrais, onde a passividade e a inércia, constituíam fortes resistências à mudança e à transformação da sociedade.

Em Portugal encontramos o mesmo sintoma, mantendo-se as camadas populares prisioneiras do modelo de sociedade do Antigo Regime, reagindo por vezes com extraordinária violência, como foi o caso protagonizado pelos episódios da Maria da Fonte e da Patuleia (1846). O operariado por sua vez, desprovido das velhas corporações, estava destinado a ficar sujeito à exploração do capitalismo nascente no País, especialmente a partir da segunda metade do século XIX (cf. Mendes, J. Amado 1993:494-498).

Neste ponto, a questão com especial pertinência que se deve colocar consiste em saber quem são os extractos da população que mais lutam e beneficiam com os princípios éticos e legislativos oferecidos pelo Estado Liberal aos cidadãos. Vítor Neto, na análise que estabelece sobre as relações entre o Estado e a Igreja ao longo do século XIX, salienta claramente que “ *o sistema político liberal assumiu-se como a doutrina de uma sociedade burguesa fundada na meritocracia e no princípio da concorrência entre os indivíduos que a compunham. A burguesia exercia a hegemonia política e impunha, aos restantes grupos sociais, os seus interesses, os seus valores, a sua fé* ” (Neto, V. 1998: 26).

Temos então a burguesia como catalisador deste processo, conseguindo paulatinamente impor no País a sua visão económica, social e cultural. Alguns traços legislativos podem ser avançados, comprovando o avanço das propostas burguesas na construção de um novo ordenamento social e jurídico, nomeadamente com a extinção das Ordens Religiosas e venda dos bens do Clero, as reformas na administração pública (*Código Comercial* de 1833, *Código Administrativo* de 1836, *Código Penal* de 1852 e *Código Civil* de 1867) e também na reforma municipal (cf. Fonseca, Fernando Taveira, 1993:395; Saraiva, J.H. 1981: 287/291).

Todas estas reformas estão inseridas num plano de secularização onde o Estado assume claramente um papel soberano na condução da sociedade, decretando e fazendo cumprir a lei. Por isso e contemplando o bem público, não surpreende a adopção de outras medidas com força de lei, envolvendo a saúde e as condições de vida da população. Estão neste caso um conjunto de determinações sanitárias visando a contenção de epidemias que regularmente atingiam o território português, obviamente potenciados por vários factores como as deficientes condições higiénicas das ruas e das casa de habitação, a utilização de água imprópria e também a má alimentação (cf. Cascão, R. 1993: 431/437-439; Foucault, M. 1994: 145-147).

No âmbito familiar, interessa observar as disposições que a burguesia tomou para se constituir como categoria social distinta, através da construção de modelos de conduta que a diferenciasses das camadas dominantes da sociedade de Antigo Regime, mas também dos estratos populares (cf. Cascão, R., Vaquinhas, I. 1993: 457).

Estes modelos de conduta e de comportamento articulavam-se à volta das relações familiares, da educação e da valorização do ócio e do lazer. No primeiro caso, era nítida a intenção da burguesia em realçar o valor da instituição familiar, com uma grande

preocupação em fazer realçar a família enquanto projecto de aspiração e não propriamente a linhagem ou a nobreza de sangue. Nos restantes, era visível o interesse em promover educação da mulher e reconhecer que a instrução feminina era um contributo indispensável para a modernização da sociedade, sem esquecer que o ócio e o lazer eram sinais de prosperidade do casal burguês (cf. Cascão, R., Vaquinhas, I. 1993: 449/451).

Mesmo assim, a construção deste ideal tinha limitações quanto ao modo de encarar a igualdade de todos os membros da Nação. No entanto, estava de acordo com a própria convicção, intimamente burguesa, da diferença: entre os homens, entre os sexos, entre as classes superiores e as classes inferiores. “ *Em seu nome, grande parte da população era remetida a um estatuto de «menoridade», que o Código Civil não deixará de consagrar, sob muitos aspectos, e que reforçará a ideia de que apenas as «classes superiores» podiam assumir responsabilidades ...*” (Cascão, R., Vaquinhas, I. 1993: 443).

No essencial, estamos então perante um grupo social que se constitui como incentivador da mudança e que progressivamente assumirá um papel crescente na maneira de modelar os preceitos sociais, nomeadamente familiares, transmitindo as suas preocupações às camadas populares que, através da institucionalização deste modelo, são compelidas a adoptar também os ideais burgueses de família.

Neste contexto, não podemos deixar de notar o modo como o Estado Liberal, através do *Código Civil*, tratou de implementar na sociedade o valor e a importância do sistema familiar burguês, facto que nos leva a estudar e a contextualizar social e culturalmente o quadro normativo aprovado pelo poder público em 1867.

3.1. Da Constituição de 1822 ao Código Civil de 1867

Quando se verificou a ruptura com o Antigo Regime na revolução liberal de 1820, invocou-se a ideia de liberdade como razão para a criação de um ‘cidadão livre’. Significava antes de mais a libertação da Sociedade e do poder que sobre ela exercia o monarca, mas também envolvia a libertação do indivíduo da ‘opressão’ da hierarquia social. Como salienta Zília Osório de Castro, “*a sociedade tornava-se livre porque titular da soberania e o indivíduo porque elemento essencial na fundamentação da realidade sociopolítica*” (1993:14).

Temos assim a problemática da liberdade não apenas no plano social, mas também no individual, como elementos aglutinadores das questões fulcrais do novo regime.

Por isso, a ideia de liberdade (natural, civil ou política) dos cidadãos e o exercício da liberdade política em sociedade, suscitará um amplo debate que coloca em planos diferentes os protagonistas sociais com relações à área de poder – burguesia, clero e nobreza. O resultado acabou por representar uma ruptura ideológica com o modelo de sociedade até então vigente.

Daí que a *Constituição* de 1822 se apresente como um ponto indissociável de liberdade civil com reflexo nos direitos essenciais da pessoa humana, integrados numa ideologia que coloca a Nação (e o Estado a ele correspondente) como elemento fulcral na Soberania do País.

Sendo assim, devem-se esperar também alterações no relacionamento das Instituições dominantes na vida social e política do País. De facto, os textos constitucionais do século XIX estabeleciam uma ligação basilar entre o poder civil e a esfera eclesiástica, mas não deixavam de impor a subordinação da Igreja ao Estado.

Esta situação era já perceptível no modo como a *Constituição* de 1822 impunha o direito de apresentação dos bispos para as suas dioceses e dos padres em relação aos benefícios eclesiásticos – artigo 123, ponto V. Havia também a considerar o ‘beneplácito régio’, que possibilitava o controlo do poder político sobre os decretos dos Concílios, letras pontifícias e demais situações eclesiásticas – artigo 123, ponto XII (cf. Miranda, Jorge de 1976: 43/44).

Esta posição doutrinária do Estado em 1822 revela a ideologia regalista da elite política burguesa do País, situação que se manteve na *Carta Constitucional* de 1826 com a manutenção do articulado que facultava ao poder político o direito de nomeação dos bispos e dos clérigos para os respectivos cargos (cf. Miranda, Jorge 1976: 98). Do mesmo modo, a *Constituição* de 1838 confirmava os princípios gerais regalistas que estabeleciam a articulação entre o poder civil e a esfera eclesiástica, sujeitando esta última ao seu controle, tanto a nível interno como externo, em especial no relacionamento com a própria Cúria Romana (cf. Miranda, Jorge de 1976: 166; Sardica, José Miguel 2002:135).

Nesta base, as *Constituições* portuguesas do século XIX deram primazia ao poder civil (implícita no modo como se transferia a soberania do monarca para a Nação e na maneira como transformava os súbditos em cidadãos). Este facto traduzia antes de mais

a mentalidade de uma classe política decidida em construir um Estado soberano e autónomo, onde a esfera eclesiástica surgia num plano subordinado, embora esta tenha mantido na essência os seus princípios doutrinários em termos de condução espiritual da sociedade (cf. Neto, V. 1998: 31).

Se este primado da Lei do Estado estava claramente apresentado e se todos os cidadãos fruía (em princípio) os mesmos direitos, tal não significava que a igualdade fosse uma realidade entre as pessoas. Esta contradição, como já salientámos, reflectia a própria mentalidade da época, uma vez que seria impensável o estabelecimento dessa igualdade entre o simples camponês ou operário com o burguês ou o nobre. O mesmo se podia aplicar em relação a qualquer igualdade de direitos entre o homem e a mulher, tomados separadamente ou inseridos dentro do círculo familiar.

Sendo assim, existia uma grande distância entre a prática legislativa e a realidade social, devendo ser encontrada a resposta dessa desigualdade entre os membros da sociedade na estrutura mental/cultural dos homens desse tempo. No campo familiar por exemplo, estava tão enraizada na estrutura mental desses homens a ‘natural’ subalternidade da mulher, que não pensaram sequer em proceder a qualquer distinção formal nas várias Constituições do País ao longo do século XIX, a pretensa igualdade de todos os portugueses perante a Lei.⁷

Portanto, seria natural entre a burguesia limitar a função social da mulher ao papel de esposa e mãe, considerando que para desempenhar esse papel necessitava sobretudo de aprender valores morais e sentimentais. Este princípio reflecte sem ambiguidades o modelo de pensamento e de acção existente em outros contextos europeus, quando se trata de definir os papéis sociais a cumprir pelos membros do casal.

Em Portugal, a perspectiva burguesa de ‘enformar’ a vida conjugal neste conjunto de valores será prioritário na definição que será dada sobre a Família, quando se estabelecerem as bases para discussão do *Código Civil*, onde a área familiar será perfeitamente encaixada nesta supremacia burguesa de conceber e reproduzir socialmente o seu ideal familiar.

⁷ Os artigos 1º e 21 da *Constituição* de 1822 salientavam que todos os portugueses, como cidadãos, tinham direito à liberdade, à segurança e à propriedade. Também o artigo 10º da *Constituição* de 1838 declarava a lei igual para todos. O artigo 7º do *Código Civil* (aprovado em 1867) continua a declarar a lei civil como sendo igual para todos os cidadãos, sem distinção de pessoas ou sexo. A realidade das práticas sociais porém, era muito diferente. (cf. Silva, Aurora 1999: 41; Pires, José 1977: 45/48).

3.1.1 O Código Civil de 1867 e a questão do casamento

Considerado como sendo a reforma jurídica mais relevante do século XIX em Portugal, o *Código Civil* de 1867 apresentou um conjunto de disposições e articulados que traduziam de forma racionalizada uma “*matriz individualista e liberal que, no direito, foi o suporte da racionalidade burguesa e do capitalismo*” (Marques, Mário Reis 1987: 176).

De facto, até ao século XIX o direito vigente no País assentava basicamente nas Ordenações Filipinas (1603), as quais já eram uma reforma das Ordenações Manuelinas (1511). Os Direitos Canónico e Romano pontificavam ainda como norma subsidiária. A par desta miscelânea de jurisprudência, foi acrescentada numerosa legislação através das reformas Pombalinas e do governo de D. Maria I.

Com o início da codificação geral de leis nacionais iniciado na Europa e América do Norte, Portugal entrou nesse movimento, tendo sido modelar a tarefa desempenhada por Luís de Seabra ao “*seriar e homogeneizar todo esse material, apresentando-o de forma sintética e sistemática, tendo presente as máximas do Liberalismo, sustentado pelo triunfo da burguesia*” (Marques, Mário Reis 1987: 176).

Portanto, nesta matéria legislativa o pensamento burguês está presente nas quatro áreas em que se divide o *Código Civil*: a pessoa jurídica; a aquisição de direitos; a propriedade; a ofensa e a reparação.

Transformado em actor principal, o ‘Homem’ surge vitorioso, quer na defesa dos seus direitos individuais, quer no modo como deseja organizar a vida em sociedade. Deste modo, a primeira situação a ser alvo de discussão pública envolveu precisamente o modelo de celebração do casamento, entendido na época como um sacramento e como elemento principal de constituição familiar, tal como definiam as disposições exaradas do Concílio de Trento.

O facto de se defender o Homem como senhor do seu destino e de se privilegiar o elemento civil na vida social acabaria por produzir as primeiras consequências no plano da constituição formal da família. Como defende Vítor Neto, “*a secularização do casamento inseriu-se no processo mais geral de dessacralização paulatina da sociedade e constituiu uma das questões mais polémicas do Código Civil*” (1998: 234/235).

No final desse processo (que envolveu a comissão revisora do *Código* e se repercutiu na opinião pública, exaltada pelo debate desencadeado na imprensa e continuado nos vários *Opúsculos* entretanto editados), a introdução do casamento civil aparece-nos como consequência da afirmação do Estado, que se apresenta ao País com a sua própria noção de bem e de mal, sem a confrontar com a da Igreja. Sendo assim, o Estado afirmou-se como sendo competente na regulação dos aspectos mais relevantes da vida social, de acordo com os seus próprios ideias de ordem jurídica e de bem-estar público (cf. Rodrigues, Samuel 1987: 12/13 e Neto, Vítor 1998: 235).

Esta tomada de posição mais não era do que certificar a sequência lógica da transição do Estado para uma secularização cada vez mais acentuada, que pretendia legitimar as suas pretensões de supremacia e autonomia dos poderes públicos face à Igreja. Para isso, concorre igualmente a progressiva autonomização do *Estado Moderno*, desejoso de afirmar a sua autoridade e zeloso na regulamentação dos aspectos mais importantes da vida social (nascimento, casamento, morte), de acordo com ordenamentos jurídicos próprios.

Neste aspecto, a *Constituição* Francesa de 1791, ao estabelecer a secularização do casamento (norma essa que ficaria igualmente estabelecida no Código Napoleónico), acabou por exercer uma profunda influência nas Constituições de outros países europeus, incluindo Portugal.

Sendo assim, o debate travado no País sobre a adopção do casamento civil deve igualmente ser inscrito num quadro contestatário (realizado em nome da liberdade individual de pensamento), face ao monopólio exercido pela Igreja católica no controle desse acto fundamental à constituição da família, mas também na perspectiva burguesa de jurisdição familiar, expressa numa conjugalidade nuclear sob domínio masculino.

Assim sucedeu quando Luís de Seabra apresentou no seu *Projecto de Código Civil Portuguez* (1858) o casamento numa dupla natureza – enquanto sacramento e como contrato. O primeiro competia à Igreja definir e regular as condições da sua constituição. À lei civil competia estabelecer as condições e os efeitos do segundo.⁸

Foi durante a discussão relativa ao casamento e sua regulamentação legal pela Comissão Revisora (reunida entre 1861 e 1865, num total de 25 reuniões), mas também nos outros aspectos normativos regulamentando o sistema familiar que apreendemos o verdadeiro debate ligado às identidades culturais de cada um dos lados contendores,

⁸ Tratava-se dos artigos 1113 e 1114 respectivamente, no *Código* original.

mas também observamos o modo de pensar a existência da Família em Portugal nos meados do século XIX.

3.1.2. O problema do casamento civil e do matrimónio religioso

A discussão pública sobre a introdução do casamento civil no *Código* abriu uma disputa acalorada entre os quadrantes da sociedade interessados em afirmar os seus interesses e convicções no ordenamento familiar.

De um lado, encontra-se a elite cultural burguesa mais esclarecida e aberta à mudança, inspirados no ideário regalista que desejava o alargamento das funções do Estado a aspectos sociais como o casamento, lutando pela dessacralização do matrimónio canónico. Entre estes defensores do casamento civil encontramos os velhos liberais Setembristas, intelectuais e juristas, destacando-se Alexandre Herculano, Vicente Ferrer, Oliveira Marreca, Levy Jordão e José Júlio.

Os defensores do matrimónio católico encontravam nesse modelo tradicional de união conjugal o melhor meio para adequar o regime jurídico do casamento ao sistema constitucional, mantendo ainda as relações tradicionais entre a Igreja e o Estado. Destacam-se nesta linha de pensamento e acção o Duque de Saldanha, D. António da Costa, o Marquês do Lavradio, Pereira Coutinho, Amorim Barbosa e até Luís de Seabra. A discussão pública foi acalorada em certos momentos, tendo-se mobilizado neste desiderato a imprensa, com a publicação de inúmeros Opúsculos ou Folhetos, cartas a jornais com a respectiva réplica dos envolvidos. Tudo, em defesa dos pressupostos que consideravam mais adequados ao equilíbrio da família no País.

Analisando o projecto primitivo do *Código*, Luís de Seabra inclui certas disposições que a Comissão Revisora (da qual fazia parte Alexandre Herculano e Vicente Ferrer) apontava serem contraditórias, nomeadamente o artigo 1125 que equiparava todos os cultos, mas que materialmente se afigurava inconstitucional porque se traduzia na revogação do artigo 6º da *Carta Constitucional*. Neste campo, a Comissão Revisora recomendava a possibilidade de todos os cidadãos portugueses (católicos ou não) poderem constituir família de forma legítima dentro dos dois princípios basilares presentes na Constituição – o artigo 6º, que apontava para o catolicismo como religião do Estado (e neste caso os católicos consorciar-se-iam pela Igreja católica), mas também pelo artigo 145º, ponto 4, que garantia a liberdade de consciência a todos os

cidadãos. Neste caso, aos não católicos abria-se a possibilidade de constituir família de forma legítima perante a sociedade, através do casamento civil.

Tal perspectiva, obviamente, não foi do agrado dos sectores mais conservadores do País. A pedra de toque para a discussão que se seguiu foi dada pela carta publicada na imprensa pelo Duque de Saldanha, prontamente rebatida em nome de outras ideias e interesses sociais.

3.1.3. O debate público na questão do casamento civil

Inicialmente, a controvérsia articulou-se à volta da carta publicada na imprensa escrita pelo duque de Saldanha e a consequente resposta de Alexandre Herculano, a propósito da introdução do casamento civil no *Código*.

O primeiro salientou que o casamento civil atacava a religião do país, a *Constituição* e a dinastia real, sugerindo que o governo não apresentasse ao País o projecto de *Código Civil* sem primeiro retirar as disposições jurídicas referentes ao casamento civil (cf. Saldanha, 1865: 3/4). Foi ainda significativo o modo como Saldanha classifica os promotores desta iniciativa: “*As diligencias de alguns espíritos desgraçados para levar a nação portuguesa ao protestantismo, para por elle chegarem ao racionalismo, nunca tão audaciosamente atrevidos se manifestaram, como se vê no Projecto de Código Civil*” (1865: 4).

Na génese deste pensamento estava presente o espírito conservador e integrista de Saldanha, que desejava subordinar o casamento à vontade divina. Como tal, nenhuma lei civil deveria alterar o carácter sagrado da formação da família, onde a indissolubilidade devia ser mantida como matriz principal.

A resposta de Herculano provocou uma acesa reacção dos sectores conservadores da sociedade, numa polémica que se prolongou por vários meses.

Escrevendo com um aguçado sentido crítico, mas também porque à sua volta se congregavam defensores e opositores do casamento civil no País, a sua argumentação desenvolveu-se à volta de três pressupostos: a constitucionalidade da nova lei; a natureza do casamento e a origem do casamento civil (cf. Rodrigues, Samuel 1987:141).

Na primeira situação, Herculano apoiava a posição assumida pela Comissão Revisora do *Código*, quando esta tinha proposto que, a par do matrimónio canónico, existisse a possibilidade de constituir família através do casamento civil. Herculano faz notar que a sociedade portuguesa não se compunha só de católicos pelo que questiona:

“ Devia o Projecto de Código manter as coisas n’este estado de anarchia? Devia compellir (...) gentios a receberem um sacramento para haverem de constituírem legitimamente a família (...)?” (1866: 10)

Com isso, Herculano jogou eficazmente com o artigo 6º da *Carta Constitucional* (catolicismo como religião do Estado), mas também com o artigo 145º, que assegurava os direitos e as liberdades individuais de cada cidadão. Existindo pluralidade religiosa na sociedade portuguesa (metrópole e colónias), para além de comunidades estrangeiras praticando outras confissões, Herculano justificava assim o direito das pessoas escolherem a modalidade de casamento que mais lhes convinha, de modo a constituírem legalmente a sua família conjugal (cf. Herculano, A. 1866: 10-12; Neto, Vítor 1998: 237/238).

Deste modo, Herculano definia a própria natureza do casamento, constituído como um contrato cujo fim seria fundar uma família legítima, à face da lei e da sociedade: “ *A lei proposta respeita a crença da igreja official e limita-se a assegurar ao não cathólico, como a Constituição do Paiz exige, a liberdade da sua consciência*” (Herculano, A. 1866:12).

Quanto à questão da origem do casamento civil, Herculano pretendeu mostrar que este importante ritual já existia no País desde a Idade Media, tendo encontrado a sua consagração jurídica nas *Ordenações do Reino*. Deste modo, a sua inserção no *Código Civil* não constituiria nenhuma inovação, limitando-se a Comissão Revisora a tomá-lo como princípio e a conciliá-lo, em termos jurídicos, com a possibilidade canónica de celebração do casamento (cf. Neto, Vítor 1998:238 & Rodrigues, Samuel 1987:142).

Importante, foi também a forma como Herculano concluiu a sua intervenção nesta primeira nota pública sobre a questão do casamento civil: “ *Reconhece a igreja que fora do seu grémio póde formar-se e constituir-se legitimamente a família, por um contrato solemne que una perpetua e indissolavelmente o homem e a mulher? Sim ou não. Pretende para si o exclusivo absoluto de constituição da família? Diga-o. Se reconhece que o casamento legitimo póde existir fora d’elle, deixe a lei civil designar a forma d’esse contrato, Cercal-o das garantias de que elle carece, sanctifical-o civilmente entre os cidadãos que não pertencem á congregação dos fieis. Se não reconhece, explique-nos a sua disciplina em relação aos neophytos casados, a quem, embora não se lhes confira depois de baptisados o sacramento do matrimónio, não é, por direito canónico, permittido o divórcio ...*” (Herculano, A. 1866:12).

Verificamos aqui o modo como os defensores da secularização do casamento advogavam a competência legislativa do Estado sobre este acto da vida dos cidadãos. Naturalmente, não se pretendia por em causa a estrutura familiar, nem a emancipação jurídica da mulher, mas definia-se uma linha de pensamento que teria nas décadas seguintes um desenvolvimento maior, apoiado na influência do sociologismo positivista na abordagem da célula familiar (cf. Catroga, Fernando 1988: 290/291).

Em relação à linha de argumentação apresentada por Herculano, as reacções desfavoráveis não se fizeram esperar. É no decurso desta polémica sobre o casamento civil que podemos sentir modelos e formas antagónicas de entender a importância da família em Portugal, consoante as reflexões dos envolvidos. Vejamos como foi encarada, em termos de identidades culturais, a ideia de família tal como vem expressa no debate travado à volta do *Código Civil* de 1867.

3.1.4. A questão do casamento no *Código Civil* – a visão dos integristas católicos e seus argumentos

Uma característica da literatura anti-liberal desta altura era a de apelar quase sempre para os dogmas da Igreja em assuntos de natureza institucional e política. Na questão da introdução do casamento civil na legislação do País verificava-se a mesma tendência, argumentando os integristas católicos que nesse importante assunto, a defesa da estabilidade e legitimidade da família passaria sempre pela tradição e manutenção das leis canónicas na vida conjugal, tal como estavam definidas desde o Concílio de Trento.

Assim procedeu Amorim Barbosa⁹, considerando desde logo que, sendo o casamento um sacramento para a Igreja, deverá estar sujeito às suas leis, não podendo desse modo o legislador de um País católico adoptar uma forma de celebração que pusesse a consciência dos nubentes em colisão com as leis do Estado. Desse modo, não fazia sentido a proposta de uma celebração civil do casamento tanto mais que o artigo 6º da *Carta Constitucional* declarava o catolicismo como religião do Estado (cf. Barbosa, A. 1866:1-3 e Rodrigues, Samuel 1987: 145/146).

Reagindo ainda contra as argumentações de Herculano sobre a existência do casamento civil no País desde a Idade Média, Amorim Barbosa salienta que os textos legislativos citados por Herculano (as *Ordenações do Reino*), mais não faziam do que preceituar o destino dos bens do casal, a quem estabelece presunção de casamento, mas

⁹ Lente no Seminário de Santarém (cf. Rodrigues, Samuel 1987:145).

sem nada acrescentar quanto à sua forma de celebração, pois tal assunto caberia por direito à Igreja (cf. Rodrigues, Samuel 1987:145/146).

Pereira Coutinho¹⁰ entende o casamento civil como uma importação estrangeira (francesa), sem necessidade para o País (1866:6). Por isso, considera que Herculano está errado ao dizer que nas *Ordenações do Reino* já existiria um casamento civil, pois na passagem que refere como prova, apenas se constata uma providência para as falhas do casamento clandestino (1866:9-14).

Daí ser mais apropriado para o bem social o matrimónio pela Igreja visto conter a natureza de instituição divina, sendo por isso uma garantia de estabilidade familiar, ao passo que o casamento civil, “*pelo modo como se acha exarado no Código, é um elemento desorganizador, antinómico e incompatível com um systema de legislação bem ordenado ...*” (1866:7). (cf. Lopes, V. 1978:64; Rodrigues, Samuel 1987: 147/148).

Manuel Girão¹¹ salientava que o casamento civil abria as portas a uma vida de pecado mortal, sendo sinónimo de desorganização e instabilidade familiar, visto não ter a protecção divina. Daí também a consideração que fazia sobre o Projecto de Lei do casamento civil na sociedade, só possível em ‘pessoas sem entranhas nem coração’ (Girão, M.1866: 4 e 8; cf. Lopes, V. 1978:65; Rodrigues, Samuel 1987: 147/148).

Importante foi também o modo como apresentou os diferentes papéis sociais dos elementos familiares, numa clara demonstração do que considerava ser o ideal conjugal de estabilidade e virtuosismo no casamento, onde a autoridade do marido e pai deveria ser respeitada: “*o homem, como chefe único da família, tem, a tornar-se digno da sua missão augusta, amar a sua esposa, educar os filhos e dar-lhes uma direcção para a virtude, ensinar-lhes a compreender a ideia de Deus (...). A mulher pelo seu lado prende-se até á morte ao seu destino e ao destino do seu esposo (...). O Pae tem de ensinar ao filho, que existe Deus e todos os attributos da Divindade: a mãe a resignação, a oração e a esperança*” (Girão, M. 1866:12).

Sebastião Barbosa¹² tomou em consideração o disposto na *Carta Constitucional* sobre os conhecidos artigos 6º e 145º, para concluir que a proposta de lei relacionada

¹⁰ Pároco em Coimbra, era também sócio da Academia das Ciências de Lisboa (cf. Rodrigues, Samuel 1987: 147).

¹¹ Estudante universitário em Coimbra (cf. Rodrigues, Samuel 1987: 147).

¹² Pároco em Lisboa (cf. Rodrigues, Samuel 1987: 146).

com o casamento civil devia apenas contemplar os não católicos. Mas como o artigo 1072º do *Código Civil* abria essa possibilidade tanto a católicos como a não católicos, acabaria por se criar um conflito na consciência dos primeiros, para quem o casamento era entendido como um sacramento e cuja forma de celebração tinha sido prescrita pelo Concílio de Trento (1866:2/3).

Patrício Moniz¹³ foi muito claro ao afirmar que se estava perante a tentativa de substituir o Estado à religião, tendo como efeito garantir na família o direito à apostasia. Por isso considera que o projecto de *Código* na parte do casamento seria uma imposição traiçoeira a uma nação católica, sendo absurdo submeter o matrimónio a duas autoridades e que era quase herético admitir a intervenção do Estado no vínculo matrimonial (cf. Rodrigues, Samuel 1987: 148).

D. António da Costa¹⁴ salientava novamente a origem divina do casamento para que nenhuma lei humana interferisse nestas questões: “ *o casamento civil e o casamento catholico não são dois modos, simplesmente, de união conjugal (...). Um, é de instituição divina. O outro é de instituição puramente humana. O casamento religioso constitue a família diante da consciência, diante do vínculo moral, diante da divindade e invocando esta por testemunha. O casamento civil constitue a família diante da lei civil só. O casamento religioso está repassado da unção, prende-o o espírito de Deus, e reveste-o um carácter espiritual, enquanto o casamento civil é, por natureza, instável e sujeito ás contingências da vontade.* (Costa, D. António 1866:4).

Continuando nesta linha de pensamento, o autor conclui: “ *O casamento civil conduz logicamente ao divórcio, e lei que proclamando o casamento civil não permittir desde logo o divórcio, é uma lei sem senso commum porque os contratos devem-se poder desfazer-se, como se fazem, pela vontade bilateral*” (Costa, D. António 1866:5).

Por conseguinte, esta questão toca directamente numa determinada maneira de pensar e conceber a rotina social como garantia de estabilidade para a família. Baseando a sua argumentação na moral cristã que defendia a solidariedade entre gerações, D. António assevera: “ *Não vae um passo do casamento civil ao divórcio? Não abrirá o matrimónio civil uma brecha na ordem moral e na ordem social? (...) É o casamento francez que se quer? É a família franceza, como prototypo á felicidade da família*

¹³ Presbítero secular, bacharel em Direito e doutor em Teologia (cf. Rodrigues, Samuel 1987:148)

¹⁴ Bacharel formado em Direito, foi oficial da Direcção – Geral de Instrução Pública entre 1859 e 1886 (cf. Rodrigues, Samuel 1987: 148).

portuguesa, que se deseja estabelecer? (...) Quereis o casamento civil no sentido do progresso? Na idéa de conquistar mais liberdade para o Paiz? (...) Quereis mais uma conquista liberal por meio do casamento civil?” (Costa, D. António 1866:14/15).

A preocupação sentida em relação a este processo de mudança, sobretudo por tudo o que representava em termos de mentalidade cultural, era bem evidente. O laicismo na vida social do País era assim fortemente contestado, tal como as influências estrangeiras emanadas de Códigos como o Napoleónico e bem referenciadas por Pereira Coutinho.

Da parte do integralismo católico, o argumento principal nesta contestação residia no ataque ao ‘ bom’ nome da religião secular do povo português, como notava Amorim Barbosa: “ *Como podem os legisladores de um Paíz, em que a Religião Catholica, Apostolica, Romana, domina de facto e de direito, admittir e sancionar o casamento civil, antinomia que põe em colisão a consciencia dos fieis com a lei do Estado? (...) A história dos tempos passados tem-nos feito ver e convencer de que a política e as leis devem unir-se ao systema religioso, por ser da religião que brotaram os mais seguros e santos princípios para o governo, para a prosperidade e para a conservação das Nações (...)*” (Barbosa, A.1865: 5/7)

Consequentemente, a introdução do casamento civil na legislação do País constituiria uma fonte de desordem inevitável que conduziria, segundo o Marquês do Lavradio, “ *à desmoralização e corrupção dos costumes (...) á admissão do divórcio, pois senso o casamento reduzido à proporção de um contrato, estes podem acabar por vontade dos contrahentes (...) à perda da sua dignidade, baixando do grau de santidade para o de mero contrato (...) à perda da dignidade da mulher (...)* ” (1865:15).

Esta mesma preocupação foi manifestada pelo padre José de Sousa Amado, para quem a Igreja obrigava, como condição para celebrar o matrimónio, que os nubentes tivessem “ *conhecimento de deveres e princípios religiosos e moraes, a fim de tornar feliz a família*” (1865: 3). No entanto, perguntava: “ *E no caso presente o que se exige dos que se casam civilmente? Que luzes se demandam para o contrato mais essencial de que depende a felicidade dos contrahentes, a ventura da família, e a estabilidade e prosperidade das Nações, o que se exige? Nada, absolutamente nada*” (1865: 2). E conclui José de Sousa Amado, em defesa dos católicos portugueses: “ *Poderão elles receber agora de bom grado a lei do casamento civil, a Lei Napoleónica que lhes vae*

deshonrar as famílias, auctorizando o concubinato, e sacudindo este, sujeitar à prostituição, e depois á miséria? (1865: 13).

Portanto, as virtudes morais e felicidade da família estavam dependentes da continuidade dos valores tradicionais e morais defendidos pela Igreja, quer no modelo de vida social reproduzido de geração em geração, quer no modo de constituir a família através do matrimónio canónico, entendido como sacramento. Sem dúvida, estamos perante um paradigma que exalta a monogamia familiar, com predomínio do marido em todas as actividades sociais, com a respectiva submissão da mulher e dos filhos à sua vontade. Acima de tudo, é um modelo de família tradicional e de matrimónio indissolúvel, consubstanciado na presença do elemento religioso como garantia de estabilidade nas relações conjugais.

Nesta base, o próprio redactor do *Código Civil*, Luís de Seabra, veio a público defender o matrimónio canónico salientando que a introdução do casamento civil faria admitir no País um sistema misto de constituição da família – o canónico e o civil. Existindo simultaneamente dois sistemas a regular o casamento dos portugueses, seria imoral considerar que o último valesse tanto como o primeiro, uma vez que a lei civil declarava como válidos certos casamentos que a lei canónica tradicionalmente condenava. Por isso, admitidos simultaneamente, o que sobreviveria à sociedade era o “*cahos, a anarchia de ideias*” (1866: 41).

Esta dupla situação seria também inconstitucional uma vez que o legislador deveria ser o primeiro a respeitar a religião do País, tal como consta no artigo 6º da *Carta Constitucional*, devendo por isso ser respeitada a norma da Igreja, pois só ela seria competente em definir e aplicar a sua doutrina no campo matrimonial (cf. Seabra, L. 1866: 30/31).

Neste caso, que papel caberia ao Estado? Seabra sustenta “*que o Estado não póde nem deve impor aos cidadãos esta ou aquela religião (...) e n’este ponto, não póde fazer mais que proteger essa liberdade, conciliando o direito de todos com o direito de cada um. Porém, se se pretender inculcar que o Estado deve ser inteiramente indiferente emquanto ao princípio religioso, de nenhum modo podemos concordar, porque estamos intimamente convencidos de que o elemento religioso, occupando-se principalmente da vida futura, nem por isso deixa nas suas condições moralisadoras, de promover poderosamente o nosso bem-estar temporal*” (Seabra, L. 1866: 20/21).

Portanto, as propostas de laicização da sociedade conjugadas com a maior intervenção dos Poderes Públicos na vida social dos portugueses modelaram por inteiro a reacção dos integristas católicos que viam nos argumentos do ‘individualismo liberal’ uma limitação ao seu tradicional poder e influência na sociedade, mas sobretudo uma clara intromissão no seu direito de estabelecer as regras e os fundamentos da constituição familiar. Tornava-se assim necessário reagir com firmeza a todas estas propostas, fazendo-o em nome do dever perante ‘Deus e a Sociedade’.

Esta última posição ficou expressa no modo como o clero paroquial mobilizou os católicos contra a aprovação das disposições no *Código Civil* sobre a celebração do casamento civil e na pressão exercida sobre alguns deputados para que fosse evitada a aprovação da proposta no parlamento. Alguns, como o Bispo do Porto, deram mostras de um alinhamento com o ultramontanismo mais reaccionário, expresso em opiniões públicas contra o casamento civil. (cf. Neto, Vítor, 1998: 240/241 & Lopes, V. 1978: 66/67 – 74/75).

Outros, com apoio declarado da Igreja, publicaram folhetos e opúsculos contra o liberalismo no País. Araújo e Silva, por exemplo, lançou um libelo acusatório contra estas novas ideias, salientando o que estava por trás delas: “ *Todo aquele que se gava de pertencer ao liberalismo faz confissão publica de que não pertence á escola de Christo, porque aonde existe o liberalismo, ahi se estabelece o reinado do mal, a perversão dos costumes, uma conspiração permanente contra Deus. (...) os princípios do liberalismo são semelhantes á peste, que infecciona ou mata tudo aquillo que toca*” (Araújo e Silva s.d. : 15).

Compreende-se esta reacção, uma vez que o monopólio eclesiástico do casamento começou a sofrer a concorrência do Estado liberal. “ *Esta intervenção tendia a legitimar a prática do casamento civil, a qual para a Igreja representava uma prática inadmissível, porque abria as portas a uma separação entre a esfera religiosa e a esfera civil*” (Bandeira, M.L. 1996: 112).

A liberdade de consciência e a vontade pessoal, apesar deste antagonismo, passaram a ser tidos em consideração neste domínio e foi com profunda convicção que os defensores do casamento civil fizeram sentir a validade dos seus argumentos.

3.1.5. A questão do casamento no *Código Civil* – a visão dos intelectuais liberais e seus argumentos

Os partidários da introdução do casamento secular no *Código Civil* empenharam-se em provar a validade dos seus argumentos, recorrendo sobretudo aos princípios de liberdade de consciência e da vontade individual. Era a ideologia liberal que mais se fazia sentir nos seus discursos, a par de uma influência do Romantismo da época, mas com o nítido objectivo de secularização da sociedade. Daí a função atribuída ao Estado, como garantia da supremacia do poder público face ao religioso.

Assim procede Jaime Leça da Veiga¹⁵ que se esforça em provar que o artigo 1057º do Projecto de Código (que estabelecia o casamento secular) não ofendia o artigo 6º da *Carta Constitucional*, uma vez que continuava a respeitar e a reconhecer o casamento canónico e não ia contra a religião oficial do País. Pelo contrário, a sua presença no *Código Civil* vinha garantir o que estava consignado no artigo 145º da *Carta*, ou seja, a liberdade de consciência em matéria familiar para todos os cidadãos (cf. Veiga, J.L. 1865: 10 /11 e Lopes, V. 1978: 69).

Prado de Azevedo¹⁶ acusa os impugnadores do casamento civil de quererem ‘implantar nos ânimos de uma grande parte do povo temores infundados, pois o casamento civil não se opunha às doutrinas da escritura, nem às máximas do evangelho’ (cf. Prado de Azevedo, 1866: 6).

Augusto Santos Carneiro¹⁷ privilegiava já nas suas análises a componente afectiva do casamento, valorizando o casal e o amor conjugal (cf. Ferreira, Maria de Fátima 1993: 27-29). Interessante é ainda o modo como defende o casamento e um registo civil, argumentando para tal com base na filosofia do Direito, segundo o qual a sociedade vê nos seus membros, não o homem religioso mas o homem social. Por isso assevera: “*O casamento civil há de estabelecer-se (...). A sociedade há de secularizar-se progressivamente (...). O princípio da autonomia da sociedade civil é já um dogma aos olhos da jurisprudência. Os corollarios d’este princípio hão de ir desenvolvendo-se naturalmente, através dos tropeços d’uma reacção impotente* (1866: 17). Por isso, “*negar ao poder civil o direito de dirimir o matrimónio é aniquilar (...) a soberania temporal sobre um acto eminentemente social*”, sendo justo que o Estado “*receba os*

¹⁵ Bacharel em Direito, com fortes posições anti-clericais.

¹⁶ Bacharel em Direito.

¹⁷ Bacharel em Teologia.

seus casamentos nos Registos Civis, a fim de garantir-lhes os direitos que resultam deste importantíssimo acto da vida” (1866: 31/35).

Com a questão do Registo Civil, abria-se outra área de intervenção para os defensores da laicização do casamento, não surpreendendo a publicação de um ‘Parecer’ elaborado por uma Comissão Académica, propondo a criação de um registo independente do eclesiástico, com um funcionalismo próprio e adaptado ‘aos progressos dos tempos’ (cf. A.A.V.V. 1866: 1-11/18).

Essa ideia é ainda referida por Vicente Ferrer¹⁸, que apontava para o estabelecimento de “ *um só registo civil geral, feito e conservado por official civil*” (1866: 6). Ferrer salientava também o papel da Comissão Revisora do *Código Civil* (da qual fazia parte) em não estabelecer o casamento civil como obrigatório, mas tão-somente aprovar duas formas válidas perante a lei e a sociedade em constituir família, deixando ao critério de cada um a opção a tomar (cf. Ferrer, V. 1866: 33/34 ; Rodrigues, Samuel, 1987: 156/158). Nessa base, era a consciência do cidadão que devia imperar na decisão a tomar e não a obrigatoriedade formal do sacramento da Igreja, a determinar a sua escolha.

Assim, Alexandre Lobo Alcoforado¹⁹ será um dos defensores mais acalorado da secularização do casamento, acabando no final por se pronunciar abertamente pela instauração do divórcio como regulador social para os cônjuges separados judicialmente: “ *Instituído no casamento civil, resta ainda fazer desaparecer a contradição entre a separação conjugal e a indissolubilidade do casamento. (...) Compete aos legisladores dizer por que razão um homem, desquitado da mulher com quem casou, continua a ser casado com ella. (...) Quando dois cônjuges casados se separam, dissolveram de facto a sociedade que entre elles havia. (...) A (...) A questão do divórcio como ‘descasamento judicial’ parece pois uma questão resolvida. Estabelecer um contracto, dito indissolúvel, mesmo apesar da dissolução prática igualmente estabelecida, parece theoria inadmissível.* (Alcoforado, A.L. 1866:30/31)

Para a conquista destes objectivos, Alcoforado condena ainda como inadmissível a supremacia religiosa sobre o Direito Civil e a Jurisprudência Social (Alcoforado, A.L. 1866: 6/29).

¹⁸ Jurisconsulto e membro da Comissão revisora do *Código Civil*. Tinha também uma profunda influência maçónica no seu discurso político.

¹⁹ Cursou Medicina em Paris, sendo um fervoroso adepto das ideias liberais.

Não surpreende por isso que João Bonança²⁰ tenha defendido a separação entre Igreja e Estado de modo a justificar a existência do casamento civil no País. No seu entender, este modelo de celebração conjugal respeitava a liberdade de consciência, não entrava em colisão com a religião, nem impedia o sacramento do casamento canónico (cf. Rodrigues, Samuel, 1987: 172/173; cf. Neto, Vítor, 1998:239).

Alexandre Herculano no seu *Estudos sobre o Casamento Civil* (1866) explicava a competência legislativa do Estado sobre esse acto fundamental da vida dos cidadãos, ficando cada um livre para decidir, no âmbito da pluralidade religiosa que a *Carta Constitucional* defendia (artigo 145º), o direito de escolher a celebração mais conveniente (canónica ou civil) na solenização do seu acto matrimonial.

Sustenta por isso, à luz de argumentos histórico – jurídicos, que o matrimónio civil existia em Portugal desde a Idade Média e que encontrara a sua consagração jurídica nas *Ordenações do Reino*. Eram sobretudo antigos costumes vigentes no Reino que justificaram a existência de “ *uma especie de casamento civil, incompleto e brutal, mas válido aos olhos da lei, e (...) válido aos olhos da própria Igreja, ainda depois do Concílio de Trento (...)*”. Por isso, a Comissão Revisora “ *não fizera mais do que mundificar esse direito das suas asquerosidades, torná-lo possível para uma sociedade civilizada, derivando assim da jurisprudência que atravessara todos os séculos da monarchia que se queria confundir com a de instituições estrangeiras*” (Herculano, A. 1866: 9).

Sobre o papel desempenhado pelas Instituições principais nesses tempos, Herculano avança: “ *Tanto o Estado como a Igreja eram até certo ponto innocentes, porque os arrastavam os costumes*”. Assim, “ *n’uma época em que a sciencia do justo e da moral era vacillante, e a sciencia da legislação balbuciava apenas, não admira que este reconhecesse effeitos civis na constituição da família feita sem as necessárias garantias, e aquella affrouxasse a severidade da disciplina e disfarçasse, até, o peccado dos christãos que desprezavam o sacramento (...) para sanctificar a união conjugal* ” (1866:31).

Portanto, esta ideia do ‘casamento clandestino’ (realizado sem os rituais sagrados da Igreja) era perfeitamente aceite pelas duas Instituições, sendo regulado por leis

²⁰ Antigo padre, que abandonou o sacerdócio, sendo considerado apóstata pela Igreja.

específicas²¹. Como tal, só podia concluir: “ *É a lei civil harmonizando-se com a canónica; é o princípio do mutuo consenso, independente da cohabitação, mas provado por ela; é o direito eterno da liberdade humana em uma das suas manifestações, o contrato* ” (1866:30). A abordagem que faz sobre a adopção das normas instituídas no Concílio e Trento no direito interno do País²², longe de ser criticada por Herculano, é por este aceite em nome da religião oficial do País, de modo a ser cumprida e obedecida pelos católicos (cf. Herculano, A.1866:99).

O problema passou a existir quando os casamentos celebrados sem a ‘bênção da Igreja’ passaram a uma situação de ‘concubinato’ (cf. Herculano, A. 1866:117).

Com o tempo, diz Herculano, “ *a sociedade civil foi obrigada, enfim, a ajoelhar de mãos postas diante da Igreja official, diante dos seus tribunaes e das suas leis* ” (1866:147).

Era chegada a altura de reaver a constituição da família, segundo o novo *Código*, para a sociedade civil, permitindo a celebração do casamento segundo a modalidade que mais lhe convém, de acordo com o direito natural que assistia a todos os cidadãos (cf. Herculano. A. 1866: 30; cf. Neto, Vítor, 1998:238).

3.2. O Individualismo Liberal na questão do casamento civil

Como vimos, esta esforçada discussão na questão do casamento resume-se a duas linhas de pensamento social opostas, com argumentos claros e definidos em relação à estrutura mental que lhes serve de base. Parece evidente, no entanto, a “ *ausência de uma reflexão sociológica sobre o casamento e a família (...) a que não deve ser alheio a filosofia política subjacente à discussão deste assunto, ainda (...) dominada pelo individualismo liberal* ” (Neto, Vítor, 1998:240).

Essa situação decorria, em grande parte, pela necessidade “ *de vincar a prioridade de cariz regalista – logo, anti-ultramontana – e de objectivar um direito natural, medidas tanto mais necessárias quanto se estava num País liberal e multicultural (basta lembrar as colónias) e onde alguns sectores, ainda que restritos, começavam a perfilhar o agnosticismo* ” (Catroga, F. 1986: 136).

²¹ Herculano cita as *Ordenações* do tempo de Afonso III para concluir que “ *todos os casamentos se podem fazer por aquellas palavras que a Sancta Igreja manada, contanto que sejam taes que possam casar sem pecado e todo o casamento que poder ser provado, quer seja feito a occultas (a furto) quer em forma publica (conhoçudamente) valerá, se os que assim casarem forem de idade legítima, como é de costume* ” (1866: 28).

²² Reconhecidas em Portugal pelo Alvará de 12 de Setembro de 1564.

Portanto, o debate travado à volta do casamento civil constituiu mais um episódio ligado a uma antiga disputa, que consistia em saber “ *quais os limites da Igreja face a um poder político crescentemente laicizado, e que, emanando da soberania nacional, teria de assumi-la em plenitude*”. Significava isso que “ *a mediação simbólica e o controlo estatístico (registo paroquial) que a Igreja ainda mantinha sobre o nascimento, o casamento e a morte, colidiam com os interesses do Estado-Nação, que necessitava de impor a unicidade do seu poder e de exercer, por razões de censo, patrimoniais e de legitimação, um carisma ideológico e uma tutela burocrática sobre a totalidade dos seus cidadãos*” (Catroga, F. 1986: 138).

De facto, a perda da hegemonia por parte da Igreja neste domínio da constituição familiar acabará por fundamentar uma crescente dessacralização da sociedade civil e do poder político, com reflexos implícitos na secularização da vida social do País. Os estudos de Manuel Braga da Cruz comprovam essa realidade: “ *A Igreja perde [...] a sua influência económica e política [e] também o controlo sobre a reprodução social ideológica, função que exercia quase com exclusividade. Daí que reaja tão virulentamente contra a ‘civilização’ do matrimónio, a minimização e ‘dissolução’ da família e a laicização do ensino*” (1980: 42).

Naturalmente, tudo isso estava inserido na estratégia inicial liberal, pois embora respeitassem a religião e soubessem o seu potencial agregador a nível social, “*todos os liberais reconheciam que a essência da nova ordem político - institucional exigia a amputação da temporalidade eclesiástica ou seja, uma moderna separação de poderes [...]. Do que se tratava, numa palavra, era substituir a velha Igreja instituição política, por uma nova Igreja, pensada apenas como instrumento político*” (Sardica, José Miguel 2002:134).

Desejando-se legitimar a supremacia dos poderes públicos face à Igreja (cuja influência moral tinha sido preponderante no Antigo Regime), o carácter da ideologia liberal estará impregnado num primeiro momento de individualismo, onde transparecia a vontade de tornar o ‘Homem’ como senhor do seu destino. A fase seguinte foi a das reivindicações políticas materialistas, que punham em perigo a autoridade moral da Igreja. Em Portugal, essa fase aparece claramente no quadro jurídico do primeiro *Código Civil*, manifestando-se em vários desenvolvimentos que culminarão com a legislação publicada durante a vigência do Regime Republicano.

Este processo de secularização da sociedade avançará sobretudo nos centros urbanos (Lisboa e Porto essencialmente) desempenhando estes meios um papel relevante na desestruturação das concepções tradicionais da vida social e na obtenção de ideias e valores laicos.

Convém no entanto salientar que as propostas presentes no *Código Civil* continuavam a mostrar uma sociedade tradicional, onde a mulher mantinha o seu papel de submissão face ao marido²³. De facto, o articulado à volta do conceito de família estava ainda sujeito às restrições dos valores da época. Os defensores do casamento civil, longe de alterarem o estatuto da família, pretendiam dotá-la de um quadro jurídico coerente com os pressupostos jusnaturalistas, capaz de reunir a totalidade dos cidadãos num esforço consistente para “*racionalizar a nova ordem jurídica e legitimar uma sociedade liberal que, algumas décadas após a derrota do absolutismo, continuava a defrontar-se com a hostilidade do catolicismo predominantemente ultramontano*” (Catroga, F. 1986:136).

Assim se explica que o *Código Civil* não tivesse imposto a obrigatoriedade do casamento civil e o direito ao divórcio, nem tenha dado um estatuto igual aos sujeitos do casal, pois a tradição patriarcal continuava presente no modelo de família previsto no *Código*. No entanto, saía reforçada a estrutura da família nuclear, “*unificada e hierarquizada a partir do poder marital*” e definida “*como a célula económica e afectiva básica para a reprodução fisiológica e social e para a interiorização ideológica dos mecanismos de autoridade*” (Catroga, F. 1986: 137).

Consubstanciava-se deste modo a continuidade da autoridade masculina, agora no círculo familiar, expresso na obediência dos filhos e subalternização da mulher, tal como declarava o artigo 1185 do *Código Civil*: “*Ao marido incumbe, especialmente, a obrigação de proteger e defender a pessoa e os bens da mulher; e esta a de prestar obediência ao marido*” (1906:174)

²³ A análise que Ana de Castro Osório efectuou em 1911 é modelar, mostrando claramente a visão feminina sobre os ditames do *Código Civil* em matéria familiar (cf. Osório, A. C. 1911:29-31;46/47).

Fernando Catroga salienta ainda neste propósito que a intervenção das correntes culturais da época, em especial o *Romantismo* literário, ao apresentar a mulher com uma natureza onde a expressão sentimental se sobrepunha à capacidade racional, acabara por “*legitimar a sua inaptidão para as tarefas burocrático-rationais inerentes à gestão dos negócios económicos e políticos* (1986: 137).

Com esta ideia presente no modelo de intervenção da mulher na vida social, não surpreende observar que o próprio *Código Civil* não reconhecesse à mulher certos direitos, em especial nas relações familiares, nas liberdades individuais e na sua autonomia negocial:

Relações Familiares:

- declarava-se que a mulher casada tinha por domicílio o do marido – artigo 49º
- em última instância, o poder quanto à educação e disciplina dos filhos cabia ao pai – artigo 137º;
- a autorização do pai, em caso de divergência, bastava para consentir o casamento dos filhos menores – artigo 1061º;
- o marido podia abrir a correspondência da esposa sem sofrer quaisquer sanções e caso a esposa fugisse do lar tinha o direito de mandar prendê-la e solicitar às autoridades o seu regresso imediato a casa ; à mulher só era reconhecido o direito à separação de pessoas e bens se o homem caísse em adultério no domicílio conjugal ou com escândalo público, ficasse em desamparo completo ou fosse vítima de sevícias ou ofensas graves – artigo 1204º;
- ao marido adúltero era aplicada uma pena de três meses a três anos (artigo 404 do Código Penal), enquanto à esposa se podia tirar todos os seus bens e entregá-los ao marido, convencionando-se depois o pagamento de uma mensalidade à mulher, numa situação arbitrada pelo Conselho de Família – artigo 1210º; ponto único.
- quanto aos filhos ilegítimos, a investigação da paternidade era proibida – artigo 130º, mas era autorizada no respeitante à maternidade – artigo 131º;

Liberdades Individuais:

- a mulher casada devia prestar obediência ao seu marido – artigo 1085.
- era obrigada a acompanhar o marido em viagens dentro do País – artigo 1186º;

-
- a mulher casada precisava da autorização do marido para exercer uma profissão, escrever para o público ou publicar livros – artigo 1187º;
 - a mulher não podia comparecer em juízo de processo civil, embora por autorização expressa do marido, o pudesse fazer em relação a matéria criminal – artigo 1192º.

Autonomia Negocial:

- não possuía direitos políticos e direitos em administrar os seus bens ou os da família (com excepção dos casos onde houvesse impedimento ou ausência do marido) – artigo 1189º;
- não estava autorizada a alienar os bens, nem a fazer dívidas sem permissão do marido – artigos 1191º, 1193º e 1114º- ponto 2 e 4;
- como viúvo, o homem podia administrar e usufruir dos bens dos filhos menores e contrair segundas núpcias sem perder essa capacidade, mas a viúva teria de dar conta da sua administração e se contraísse um novo casamento perdia o direito de administrar e usufruir os bens dos filhos menores do matrimónio anterior – artigo 101º e artigo 200º - pontos 1-5. (cf. *Código Civil* de 1867 – artigos citados; A.A.V.V. 1985: 525/527 - Vol. II; Pires, J. 1997: 49/54; Catroga, F. 1986: 137/138).

É evidente a posição de inferioridade em que se encontrava a mulher casada neste modelo familiar, sendo-lhe recusados direitos civis elementares, como o de reger a sua pessoa e orientar a educação dos filhos, os quais são privilégios atribuídos em exclusivo ao marido (cf. Pires, José 1997: 54-58).

Portanto, decretando a inferioridade económica e social da mulher casada, o *Código* acabava por não perfilhar o princípio da igualdade entre os géneros, justificando esta subalternidade feminina por razões sociais e políticas, não sendo arbitrária a supremacia do marido aos olhos dos redactores da lei. Com isto, o *Código Civil* pressupõe um estado regulador da vida familiar, próprio à ordem social vigente e à garantia de uma estabilidade que se pretendia atingir no âmbito familiar, sendo também uma peça importante da imposição do modelo liberal ao País e um relevante instrumento da manutenção da ordem política e social.

Naturalmente, os padrões culturais da época marcavam decididamente o ritmo da reprodução deste sistema e mesmo os apoiantes do casamento laico, como bons liberais, não pretendiam pôr em causa a estrutura familiar, nem emancipar juridicamente

a mulher, pois tudo se harmonizava com a sua concepção burguesa de família. Por isso também não apoiavam o divórcio, como pretendiam demonstrar os seus adversários, embora se potenciasses essa situação com o consumo de outras medidas visando a secularização da sociedade.

Estão neste caso algumas propostas inscritas no *Código* que apontavam para futuras exigências sociais, como a obrigatoriedade de Registo Civil, situação que o poder político acabaria efectivamente por regulamentar.

Deve salientar-se porém, que esta importante peça do laicismo social, embora tivesse sido criada por Mouzinho da Silveira em 1832 (decreto de 16 de Maio), até 1911 o Registo Civil não existiu oficialmente, tendo cabido aos párocos essas funções, prolongando-se a multissecular tradição de carácter sacro do registo de nascimentos casamentos e óbitos, tal como determinava o Concílio de Trento (cf. A.A.V.V.1985:524-Vol. II; Seabra, Luís 1866:47/48).

Esse mesmo aspecto concorre para explicar a fraca adesão ao casamento pela via civil, confirmando o desfasamento entre as intenções político-jurídicas dos seus proponentes (o *Código Civil* entra em vigor em 1867) e as resistências postas em marcha contra a regulamentação do Registo Civil (só em 1878 o articulado em causa foi estabelecido).

Como tal, não surpreende a fraca expressão numérica que os casamentos civis foram tendo na sociedade, para não dizer que foi quase nula nos meios rurais (cf. Catroga, Fernando 1986:139). Apenas os centros urbanos de Lisboa e Porto apresentaram um aumento paulatino até 1910, ainda que tal prática fosse minoritária. Para Fernando Catroga (1986), o casamento civil terá sido “ *adoptado por indivíduos que, por várias razões, não aceitavam o matrimónio católico e a quem a nova lei possibilitava legalizar uma situação de facto. Estiveram neste caso as pequenas comunidades de protestantes e judaicas e, sem dúvida, alguns núcleos de livres-pensadores*” (1986:141).

Os estudos de Fernando Catroga destacam como noivos ou testemunhas do acto “ *comerciantes, empregados de comércio, artesãos e operários (...) que apoiavam as correntes políticas de tendência laica, nomeadamente a republicana e a socialista*” (1986:141).

Para além dos sectores burgueses, é visível um alargamento da base social de apoio às propostas de secularização da sociedade, ainda que estas se evidenciem

fundamentalmente nos centros urbanos. Estavam no entanto criadas as condições necessárias para surgirem novas reflexões sobre a família e o casamento ligadas agora ao positivismo e ao cientismo. Os seus argumentos consubstanciaram-se em novos fundamentos teóricos ligados à crescente preocupação em justificar uma maior laicização da vida social e consequentemente uma maior intervenção do modelo conjugal de família envolvendo os papéis sociais do marido, da mulher e dos filhos.

Neste campo, *“a secularização passou a traduzir-se não somente pela dessacralização da razão, da natureza, do homem e do tempo histórico, mas também surgiu como uma contestação militante apostada em por em causa a força institucional, cultural e simbólica do cristianismo e do catolicismo”* (Catroga, F. 1998:33).

Os pressupostos que passaram a marcar presença assídua neste tipo de discurso crítico e que era apresentado como alternativa à religião, foram baseados na Ciência.

4. A questão familiar à luz dos princípios do Positivismo, do Cientismo e do Catolicismo, nos finais do século XIX

O individualismo liberal marcou, como vimos, uma parte substancial da discussão sobre a família e o matrimónio entre os anos 50 e 60 do século XIX.

Com a aprovação do ‘casamento civil’ em 1867, a década seguinte possibilitou o início de uma campanha em prol da sua efectiva regulamentação com a criação da Associação Promotora do Registo Civil. Inspirada por republicanos federalistas (onde se destacavam Teófilo Braga e Teixeira Bastos), esta Associação inseria-se na estratégia evidente de laicização deste ‘ritual de passagem’, preparando o caminho para a sua secularização.

As reacções contra tais projectos continuavam a ser manifestadas pelos membros do Clero ou militantes integristas católicos, fiéis à ortodoxia religiosa nesta matéria. De facto, o primeiro Concílio do Vaticano (1869-70) reafirmara os princípios tradicionais da Igreja como Instituição de poder espiritual na sociedade, lançando as bases da luta contra o ‘modernismo’ e os seus ‘males’ a nível de influência exercida nos vários grupos sociais de cada País europeu. Surgiram assim novas devoções, novos santos e sobretudo, novas ordens religiosas. Este renascer da Igreja como corpo de combate foi particularmente importante nos países de tradição católica (cf. Marques, A.H. 1976:218/219).

Em Portugal, destacou-se Manuel de Azevedo Araújo e Gama, o qual contestava publicamente a legislação sobre o ‘casamento civil’, pois a sua manutenção no *Código* implicava a colocação da vida civil fora da vida cristã. Fiel às recomendações da Igreja, defendia o matrimónio canónico como garantia da harmonia no lar e na família, visto ser abençoado pela Igreja (cf. Araújo e Gama, M.A. 1881:XII/XIV).

Este modelo de intervenções constituía a natural reacção dos quadrantes eclesiásticos face ao avanço das preocupações secularizantes em relação aos principais momentos de vida social das pessoas – nascimento, casamento e morte. Por isso, a oposição da Igreja à secularização dos costumes e tradições era fortemente baseada na moral cristã, apresentada como garantia de estabilidade familiar uma vez que permitia a suave transição entre gerações e constituía uma garantia necessária ao bom funcionamento do sistema social.

De qualquer modo, a realidade cultural desta época espelhava ainda a “*hegemonia exercida pelo catolicismo sobre as mentalidades sociais*” acabando por funcionar “*como um obstáculo de monta à divulgação do casamento civil. Perante o desconhecimento da legislação, as populações continuaram a recorrer, na sua esmagadora maioria, ao matrimónio religioso. (...) A Igreja mantinha, assim, a sua tradicional influência simbólica na sociedade*” (Neto, V. 1998: 241/242).

A partir de meados dos anos 70 surgem alterações políticas e culturais muito significativas no País. Como salienta Fernando Catroga, “*os sucessos da física, da química e da biologia deram ênfase à crença segundo a qual a evolução da humanidade estaria a atingir o estádio em que toda a ordem de fenómenos, incluindo a realidade social, receberia uma explicação pautada pelos cânones da teoria do conhecimento subjacente às grandes descobertas científicas modernas*” (1988: 35).

A convicção de que a ciência poderia explicar as leis do universo dava credibilidade às explicações sociais avançadas pelos simpatizantes desta maneira de objectivar a realidade, incentivando-os à libertação de tudo o que pudesse impedir a socialização da ‘mundo-vidência’ aí fundamentadas. As propostas de Comte quanto a um conhecimento positivo da humanidade ligadas a este ambiente de cientificidade, acabaram por determinar a última linha de argumentação em prol de uma sociedade laicizada (sobretudo nos actos cívicos) e na completa separação da Igreja do Estado. Quem são os protagonistas desta maneira de pensar a realidade social?

Como salienta Vítor Neto, “ *o Positivismo e o Cientismo ganhavam adeptos numa facção da intelectualidade mais avançada e davam fundamento teórico às acções tendentes a um maior enraizamento social do partido republicano*” (1998: 240/241).

Portanto, aqueles que recusavam os rituais e o simbolismo tradicional do matrimónio católico, passaram a entender a família à luz de uma concepção positivista, definindo o casamento como um simples contrato.

Neste ambiente de jurisprudência envolvendo a constituição familiar, podemos citar o nome de Luís de Mesquita. Reflectindo sobre o casamento, não o reduziu apenas a uma concepção meramente jurídica da sua existência, mas dotou-o de pressupostos sociológicos resultantes dos avanços do Naturalismo e do Cientismo do seu tempo (cf. Magalhães, L. 1888: 54/55).

Continuando esta linha de intervenção jurídica e sob a influência do debate francês sobre o divórcio (relançado em 1876 por Alfred Naquet), assistiu-se em Portugal à defesa da dissolução do casamento pelo divórcio, tal como de resto já vinha sendo defendido no quadro da discussão sobre o casamento civil por alguns liberais mais progressistas. Era o caso de Alexandre Alcoforado, para quem a secularização do matrimónio deveria ser acompanhado pelo reconhecimento tácito do direito ao divórcio (cf. Alcoforado, A. 1866: 30/31).

Será nessa base que o deputado Luís António Gonçalves de Freitas apresenta em 1883 uma proposta de lei sobre este assunto no Parlamento. Citando Montesquieu e evocando as ideias de Alfred Naquet, fundamentou a necessidade de se instituir o divórcio nos casos onde, pelo *Código Civil*, a separação tivesse lugar (cf. Catroga, F. 1988: 356/357; Neto, V.1998: 242).

Mesmo sem grande acolhimento social o tema estava lançado e a discussão de vários projectos de lei sobre divórcio em diversos países europeus (França, Inglaterra, Holanda, Alemanha), para além da intensificação da campanha laicizadora, foram factos que tiveram eco social no País nos anos finais do século XIX.

Nessa altura, as discussões travadas sobre a *Família* como *Instituição Social*, enquadram-se já na linha do cientismo, do positivismo comtiano e do naturalismo evolucionista, acrescentando-se ao debate fortes contributos de ordem antropológica, biológica e histórica.

4.1. A campanha a favor do Divórcio

Um contributo fundamental para a fundamentação do divórcio no Direito interno foi dado pelo republicano Teixeira Bastos. Influenciado pela Naturalismo e pelo Sociologismo dos finais do século XIX, procurou explicar no seu livro *A Família*, a história do relacionamento entre os géneros, nas suas várias etapas – promiscuidade primitiva; família imperfeita e monogamia (cf. Catroga, F. 1988:357; Neto, V. 1998:243).

Ensaando as suas ideias na linha do positivismo (muito visível na apresentação da lei dos três estados face ao desenvolvimento da família humana), o autor procura mostrar mais adiante na sua tese que o divórcio contribuiria para o aperfeiçoamento da família. No seu entender, esta era a melhor garantia para a perpetuidade da família, uma vez que permitia a continuidade da sua estrutura relacional (cf. Bastos, T. 1884: 187 e 357/359).

Esta posição tem como base a concepção da família como elemento de ordem da sociedade, mas sujeita a fenómenos dinâmicos de transformação. Seria então nas transformações sociais que decorreria todo o processo ‘positivo’ da humanidade, constituindo o divórcio mais um passo para se alcançar esse objectivo (cf. Bastos, T. 1884: 55).

É curioso observar também que Teixeira Bastos não defendia uma verdadeira igualdade entre sexos, sinal evidente da primazia concedida ao lado masculino na chefia da família. No entanto e contrariando Augusto Comte, que encarava a mulher numa perspectiva essencialmente afectiva e onde o divórcio punha em causa a família enquanto célula base da sociedade, Teixeira Bastos vê no divórcio uma condição moralizadora da união conjugal, fundando o relacionamento do casal na espontaneidade do sentimento e na reciprocidade do afecto (cf. Bastos, Teixeira 1884: 187).

Porém, militantes republicanos como Luís de Mesquita, refutavam a prática do divórcio na família, dizendo que isso era manchar a instituição familiar pondo em causa a sua continuidade social (cf. Neto, V.1998: 245).

Outros pensadores republicanos, como Teófilo Braga, Sampaio Bruno e Alfredo Pimenta, assumiam posições mais moderadas nas suas críticas ao divórcio. Portanto, no seio republicano as posições sobre a família e a dissolubilidade do casamento não eram coincidentes, sinal evidente de diferentes ideologias e influências na maneira de pensar

este assunto, ainda que todos eles estivessem integrados num amplo movimento de laicismo social.

Assim deve ser vista a intervenção do advogado e deputado pelo Partido Progressista, Roboredo Sampaio e Mello, cuja visão vanguardista o levou a apresentar no Parlamento do País, em nome da liberdade individual, vários projectos de lei sobre a dissolução do casamento, em 1900, 1908 e 1909.

O projecto apresentado em 1900 à Câmara de Deputados, a nível jurídico, sustentava o seguinte:

- 1 – Os divorciados de matrimónio católico não podem contrair novo casamento segundo a mesma Igreja, mas só civilmente.
- 2 – São fundamento para divórcio as mesmas causas estabelecidas no artigo 1204 do *Código Civil* para Separação de Pessoas e Bens, além do mútuo consentimento dos cônjuges.
- 3 – Nesta última situação, só depois de passados seis meses da apresentação do pedido em juízo e esgotada a tentativa conciliatória (pelo Conselho de Família e Juiz) se poderá permitir o divórcio.
- 4 – O regime de separação de pessoas e bens estabelecido no *Código Civil* continuará em vigor.
- 5 – Os cônjuges terão liberdade para recorrer ao divórcio ou à separação de pessoas e bens (cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1900: 2/5).

O autor justificava também o divórcio como questão de moral social, argumentando que “ *o chamado santuário da família é muitas vezes um cruciante inferno de dor e de opprobrio em que intimamente se dão ramos pungentes que jamais se manifestam em brutalidades exteriores e que nem por isso deixam de ser infamante e insupportaveis*” (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1900: 2/5).²⁴

Portanto, a ideia de reconstituir a vida familiar através de um novo casamento legitimado pela lei civil, consubstanciava já os desejos sociais de quem vivia uma situação de degradação conjugal, num ambiente doméstico de desordem e vergonha.

²⁴ A imprensa interessou-se pelo assunto, tendo sido publicados artigos em vários jornais onde era manifestada uma opinião favorável à possibilidade do divórcio corrigir inúmeras situações sociais – *A Pátria*, nº de 3, 9 e 11 de Março de 1900; *A Vanguarda*, nº de 2 e 4 de Março e *O Tempo*, nº de 4,6,7,8,e,9 de Março.

Para este deputado, uma família vivendo nesses termos deveria ter a possibilidade de se divorciar e os seus membros terem a possibilidade de refazerem legalmente a sua vida.

Continuando os seus objectivos, Roboredo Sampaio e Mello publicou em 1906 a obra *Família e Divórcio*, onde são visíveis as influências do Naturalismo e Cientismo (como modelos gerais de sistematização das suas ideias), apresentando inúmeros exemplos retirados da biologia e da antropologia para justificar a origem humana da instituição familiar.

A sua linha de pensamento aproximava-se mais de Engels e de Morgan do que do positivismo comtiano e da hierarquização social definida por estes últimos. Por isso ligava o aparecimento da monogamia às condições materiais de existência da sociedade, ao estabelecimento da propriedade privada e a factores morais também. Afastando-se dos que preceituavam o desaparecimento da família, Roboredo defendia a sua reforma, numa transformação que passaria pela instauração de novos valores morais assentes na liberdade individual e no amor. *“Na linha do individualismo filosófico, inseria o casamento nas teorias contratualistas. A esta luz, propunha o divórcio, a emancipação plena da mulher e a instauração da união livre”* (Neto, V. 1998:243).

Estamos perante um conjunto alargado de considerações envolvendo o tema da família, numa altura em que se assumia publicamente a ampliação dos direitos e liberdades individuais dos cidadãos, mas também uma clara afirmação do Estado face à doutrina da Igreja, no domínio da formação e dissolução familiar.

Neste desiderato, surgem vários pressupostos envolvendo argumentos de natureza antropológica, sociológica e jurídica para justificar a visão naturalista da família e o carácter sócio – biológico do casamento. A resposta natural da Igreja consistia em desmontar esses argumentos, quer por contestar as teorias sociológicas apresentadas pelos seus opositores (negando-lhes sobretudo a validade científica do que escreviam), quer por refutar as teorias da descendência humana baseadas no evolucionismo (cf. Neto, V. 1998: 244).

Vejamos como se esgrimiu publicamente esta contenda no ideário dos seus intervenientes.

4.1.1. Os Argumentos Antropológicos e Sociológicos na defesa e na contestação do divórcio

Como vimos, influenciados pela tendência da filosofia positivista em reduzir todo o conhecimento válido ao conhecimento científico (Cientismo) e também na doutrina segundo a qual a vida moral consiste na conformidade com as leis da natureza (Naturalismo), vários autores apresentam publicamente as suas razões (escudados nos ditames da ciência) para provar que a família era uma instituição humana e de carácter civil, podendo ser o casamento dissolvido por divórcio.

Neste aspecto, Roboredo Sampaio e Mello foi muito claro quando salientou:

“ (...) demonstramos que, em face da Ethnographia e da História, a família e o casamento são instituições puramente humanas que nada têm de divino e de sobrenatural; que têm variado com os tempos, com os meios e com as diversas raças e que hão de variar e evolucionar no futuro, afim de poderem satisfazer ás constantes aspirações para uma maior felicidade e mais completa igualdade de direitos que preocupam sempre o espírito do homem e a mulher. Tractamos de evidenciar que o divórcio é tão antigo como o casamento, (...) que tem acompanhado a família nas suas sucessivas transformações, que os preceitos religiosos nunca o contrariaram por completo, mesmo quando alguma seita religiosa como o Catholicismo, e só este se esforçou por impor este dogma tão anti-natural e tão anti-humano, da indissolubilidade conjugal” (Mello, Roboredo 1906:6).

Sendo interessante o aspecto visionário de que se revestia o futuro da família, outros autores apoiam-se nos mesmos pressupostos Naturalistas e tentam demonstrar a origem biológica do homem e a proveniência social da família e do casamento, como Alberto Bramão e Luís de Mesquita Carvalho.

A defesa da atribuição humana a instituições como a família, o casamento e o divórcio é constante e para sustentar as suas argumentações são citados os estudos de antropólogos evolucionistas como Morgan, Westermarck, Spencer, Mackllenam e também de filósofos como Engels (cf. Mello, Roboredo 1906:34/35 e 43/45 &

O jurista Luís de Mesquita Carvalho (que realizou um conjunto de oito conferências em 1909 para justificar o divórcio na legislação civil do País) salienta mesmo que a origem da família acaba por ser um fenómeno de evolução humana, devendo por isso

sujeitar-se às leis sociais e não às leis da Igreja (cf. Carvalho, Luís de Mesquita 1909:19 - 2ª conferência).²⁵

Com este último pressuposto, os partidários do divórcio passam a apresentá-lo como sendo um regularizador de situações criadas por elementos de natureza diversa - diferença de idades, personalidade, violência conjugal, adultério, etc. Foi desse modo que Roboredo de Sampaio e Mello o concebeu e defendeu:

- O divórcio não influi na estabilidade do casamento.
- O divórcio constata apenas a falência da associação conjugal, nada tendo com o facto em si.
- Ninguém é obrigado a divorciar-se.
- A separação de corpos não resolve socialmente um mau casamento.
- O divórcio é um elemento de ordem e de moralização, sendo um princípio de justiça na família e na sociedade.
- O divórcio harmoniza-se com o sentimento individualista das sociedades modernas (cf. Mello, Roboredo 1906: 294-299; Delgado, P. 1996: 35/36).

A ideia de regularização da vida familiar com a existência do divórcio na sociedade é também defendida pelo publicista Alberto Bramão. Abordando o tema noutra enquadramento, este autor apresentou no livro *Casamento e Divórcio*, as implicações sociais e jurídicas decorrentes da inexistência do divórcio na legislação civil. Critica duramente a posição da Igreja católica nesta matéria, a quem acusa de ter produzido “*uma espécie de crosta no espírito do nosso país, oferecendo incrível resistência à penetração do raciocínio*” (Bramão, Alberto, 1908:1).

Desejando lutar contra o alheamento e a apatia social, Alberto Bramão advoga o divórcio tendo em atenção os benefícios inerentes para os membros de uma família em desarmonia:

²⁵ Nesta mesma linha de fundamentação encontramos o jurista José Montez (1913), para quem “*a constituição da família é um acto puramente humano, anterior a todas as religiões e determinado pelo instinto de conservação da espécie, e, como é o facto que mais interessa á sociedade por representar a garantia primordial da sua existência, natural é que o Estado se arroge o direito de regulamentar o casamento porque dele deriva a prole como facto meramente biológico do parentesco e com todas as relações jurídicas que dele dependem e que ao Estado muito importa proteger e dirigir*” (1913:13).

-
- É vantajoso tanto para o homem como para a mulher e os filhos, possibilitando à mulher a faculdade de uma união legítima e garantindo aos filhos uma situação de dignidade social e moral, livrando-os da situação de adulterinos ou espúrios (cf. Bramão, A. 1908: 5)
 - É necessário, pois constitui o único remédio para corrigir a incompatibilidade conjugal (cf. Bramão, A. 1908: 19).
 - Não trai o casamento, mas dignifica-o, dando-lhe a sensação da liberdade sem a qual não existe instituição com nobreza (cf. Bramão, A. 1908: 308).
 - Não é um remédio violento nem grave, sendo grave e violento o mal que reclama esse remédio (cf. Bramão, A. 1908: 319).
 - Tende a aperfeiçoar a harmonia humana, não contrariando o espírito fundamental de nenhuma religião (cf. Bramão, A. 1908: 376).

Ana de Castro Osório reforça estas ideias quando defendeu o divórcio como regularizador dos maus casamentos “*que já existem ou que venham a existir*”. Sendo assim, “*não chega a compreender-se o motivo por que hade ser contrariada essa lei, que não desviará da Igreja um único crente. Libertará os indiferentes e os livre-pensadores; os outros ficarão ... como estão. Que importará aos católicos praticantes e fervorosos que os que não têm as suas crenças, ou as que têm tão frouxas, que preferem as alegrias e a paz terrenas às alegrias celestiaes, se separem civilmente e civilmente se tornem a casar?*” (1911:84).

Desenvolvendo essa ideia, José Montez salientou que “*a perfeição da família consiste na perpétua harmonia dos seus membros e se essa harmonia se não mantém, ao Estado mais convém que ela se dissolva do que deixar de pé uma fonte perenne de escândalo, ofensiva da moral e prejudicial á boa educação dos filhos. [...] Não tem outro fim a instituição do divórcio, elemento moralizador da família, absolutamente necessário para o seu aperfeiçoamento*” (1913:16/17).

O pensamento do citado Luís de Mesquita Carvalho, conforme produzido nas suas conferências, reflecte a mesma tendência de salvaguarda e de regularização da vida familiar, pugnando igualmente por transformações culturais:

- O divórcio apela à moralização pública, tanto na questão dos filhos ilegítimos, como nos cônjuges separados e na própria dignidade da mulher (cf. Carvalho, Luís de Mesquita, 1909: 16/17 – 8ª conferência).

-
- O divórcio é uma garantia para a mulher e torna-se um freio para o proceder incorrecto do marido (cf. Carvalho, Luís de Mesquita, 1909: 20 – 8ª conferência).
 - O divórcio não corrompe os costumes, a honestidade pessoal e a moralização pública, pois em face de situações ilegítimas perante a sociedade, só o divórcio pode solucionar esses casos à luz da Lei (cf. Carvalho, Luís de Mesquita, 1909: 21 – 8ª conferência).
 - O divórcio não desarmoniza os cônjuges nem dissolve a família (cf. Carvalho, Luís de Mesquita, 1909: 21 – 8ª conferência).

Estas reflexões de inspiração naturalista (com fortes argumentos de natureza antropológica e biológica) provocaram uma reacção dos sectores ligados ao integrismo católico, que tentaram rebater as conclusões a que chegaram os seus oponentes.

Em causa estava não só o impacto das conclusões da ciência sobre os ditames religiosos, “*mas também a defesa de uma estrutura mediadora da mensagem divina, cuja filosofia e função estavam a ser contestadas [em nome de] um criticismo anti-cristão, assente na tese segundo a qual as religiões seriam produções humanas (...)*”. Sendo assim, “*a sua fenomenologia e funcionalidade seriam racionalmente explicáveis (...)*” (Catroga, F. 1988: 107).

Não deve surpreender por isso o anátema ao positivismo e cientismo desferidos pela Igreja na defesa da sua mensagem cristã e sobretudo, na consagração das suas disposições no domínio familiar, como de resto vinha a ser feito de acordo com as orientações da Igreja Romana que desde o Concílio Vaticano I lançara um movimento de reacção contra as teses cientistas e modernistas na sociedade.

Na questão da origem da família e do casamento, por exemplo, Augusto Joaquim Alves dos Santos publicou o livro com o título: *O Problema da Origem da Família e do Matrimónio em Face da Bíblia e da Sociologia*. O autor (Doutor em Teologia) pretendeu rebater as teses evolucionistas e os exemplos etnográficos apresentados em defesa da origem biológica da humanidade, expondo as doutrinas antropológicas evolucionistas conforme expressas por Maine, Spencer, Lubbock, Morgan e Westermarck (cf. Santos, Alves dos 1901:15-37).

No seguimento, em face das diferenças e por vezes do antagonismo de ideias, conclui pela incerteza quanto à autenticidade das teses apresentadas pelos respectivos autores (cf. Santos, Alves dos 1901:39-70).

Nesta base, critica os argumentos evolucionistas sobre a origem da vida humana e respectivas fases evolutivas, considerando-as absurdas e perniciosas, visto conduzirem ao egoísmo e ao ateísmo (cf. Santos, Alves dos 1901:71-106).

A partir daqui, apresenta a sua tese: o homem é uma criação divina, mas perdida a imortalidade pelo ‘pecado’ ficou abandonado às suas forças e teve de lutar com a natureza para sobreviver (cf. Santos, Alves dos 1901:106-113).

Então, como se podem conciliar estas ideias da degeneração humana com as evidências de evolução humana apresentadas pelos primeiros antropólogos? O autor responde: *“Dos primeiros homens, uns entraram num caminho retrogrado que os levou ao estado selvagem; outros, seguiram a linha ascendente que os conduziu á civilização”* (Santos, Alves dos 1901:109). E mais adiante acrescenta: *“Podemos, portanto, concluir que os selvagens são degenerados e não retardatarios da civilização e consequentemente que o estudo dos seus costumes, crenças, instituições, etc., não pode servir para reconstituições do homem primitivo”* (Santos, Alves dos 1901:113).

Sendo assim, rejeita qualquer argumentação de carácter científico para explicar a origem da sociedade humana visto ser uma criação de Deus. Como tal, a humanidade terá de se sujeitar às leis do seu Criador em matéria de casamento e família. Deixariam assim de ter validade as teses que pretendiam instituir legalmente o divórcio na sociedade.

Na esteira de Alves dos Santos podemos também falar de outros autores com idêntico discurso teológico, como Araújo e Gama e Almeida Silvano, que em diferentes momentos reafirmaram a doutrina da Igreja sobre o tema da família e do casamento. Sendo adversários das teorias evolucionistas e do método histórico-etnográfico, concluíram que não era possível elaborar uma doutrina sociológica sobre a sociedade conjugal, contestando por isso a visão naturalista da família e o carácter social do casamento (cf. Neto, Vítor, 1998:244).

Como partidários da indissolubilidade matrimonial, apresentavam também outros argumentos, que os seus opositores não deixavam de referir para de imediato contestar, nomeadamente os seguintes:

- O divórcio é imoral, pois é contrário à ordem social, favorece a decomposição da família e estabelece a poligamia legal.
- O divórcio legaliza a devassidão, a depravação de costumes, o concubinato e sacrifica a mulher com o abandono do lar pelo marido.

-
- O divórcio faz diminuir o número de casamentos e de filhos legítimos.
 - O suicídio é um acompanhante natural do divórcio (cf. Mello, Roboredo 1906:353).

Ser o divórcio considerado imoral, contrário à ordem pública e lesivo dos interesses sociais, motivou os partidários da dissolução conjugal a pesquisarem as estatísticas europeias onde o mesmo estava já instituído. Talvez com alguma especulação em relação aos números apresentados, concluíram que os casamentos celebrados, filhos ilegítimos e suicídios permaneciam sem um significativo aumento ao longo dos anos. Assim o mostrava as estatísticas francesas, inglesas e alemãs, países onde existia há muito o divórcio (cf. Mello, Roboredo 1906: 354-367).

Quanto à situação da mulher, os partidários do divórcio diziam que nesses países era o sexo feminino quem mais solicitava a dissolução conjugal. Tal constatação reforçava assim a tese dos que viam no divórcio uma equiparação em direitos e liberdades, tanto no homem como na mulher. Sendo assim não podia ser o divórcio que desarmonizava a vida familiar. Pelo contrário, era uma solução para a desunião já previamente instituída na vida do casal (cf. Mello, Roboredo 1906: 367/369).

Desejando contestar a validade destas palavras, Almeida Silvano publicou a obra: *O Divórcio*, pretendendo rebater as teses apresentadas no livro de Roboredo Sampaio e Mello. Reflectindo um nítido tradicionalismo de ideias sobre essa matéria, o autor insiste nos preceitos tradicionais da Igreja e justifica-se com várias considerações relativas ao divórcio:

- *“ É contrario á própria natureza do casamento pois a família não é uma criação ou instituição arbitrária do homem. (...) E assim como não podem ser dissolvidos os laços da paternidade, assim não podem ser os do casamento ”* (Silvano, Almeida 1904:136/137).
- *“ (...) é contrario á unidade da família”, pois “ introduz na sociedade conjugal desordens que, sem elle, ou não nasceriam ou facilmente seriam desfeitas pelo arrependimento e perdão ”* (Silvano, Almeida 1904:137).
- *“ (...) é contrario ao futuro dos filhos” pois “ quando o pai e a mãe se combinam para se divorciarem saem dois fortes contra um fraco, a quem prejudicam e expoliam, e se o Estado consente, então elle se associa a este roubo e infâmia ”* (Silvano, Almeida 1904:138).

-
- “ *Sacrifica os direitos da mulher*”, pois “ *ainda que ferida de incapacidade pela lei, a mulher conserva todavia um grande lugar na família, de que é rainha, mas só o poderá ser, se lhe for assegurado o reinado no lar, segurança que o divórcio destrói, e com elle, a sua dignidade no seio da família* ” (Silvano, Almeida 1904:138/139).
 - “ *É contrário aos interesses da sociedade*”, pois “ *se a família estiver doente, o corpo da sociedade ha de fatalmente enfermar*” (Silvano, Almeida 1904:140/141).
 - “ *É a destruição da família e da sociedade*”, uma vez que, “ *perdendo a sua immutabilidade (...) desaparece a benevolência e o affecto entre os esposos; abre-se larga porta á infidelidade; tornam-se mais difficeis a protecção e educação dos filhos; semeiam-se germen de discórdia entre as famílias; viola-se a dignidade da mulher; expõe-se ao perigo de se ver abandonada (...)*” (Silvano, Almeida 1904:141).

Por tudo isso, Almeida Silvano conclui: “ *Vê-se facilmente que o divorcio; fructo dos costumes depravados das nações; é o mais formidável inimigo da prosperidade das famílias e dos Estados*” (1904:141).

Esta intransigência de princípios, de opinião e de fé, ficou igualmente demonstrada quando João Mascarenhas de Mello responde aos argumentos de Alberto Bramão. No essencial, acredita que o divórcio “ *será uma etapa bem avançada para o desmoronamento da família, da tradição e da paz do povo português*” (Mello, João M. 1908: 18).

Novamente, o dogma da indissolubilidade baseado na doutrina e moral cristã afigurava-se como único fundamento para um verdadeiro espírito de família, onde os filhos teriam um nascimento legítimo e a mulher via dignificada a sua posição no lar e na sociedade. Neste campo faz uma crítica feroz a Alberto Bramão a respeito dos benefícios que supostamente a *Lei de Divórcio* traria aos filhos, concluindo de forma lacónica: “ *(...) pedimos-lhe que interrogue algumas pessoas que tivessem madrasta ou padrasto, e ellas lhe farão avaliar pelas suas narrações o que custará tel-os aos pares, aos trios, aos quadros* (Mello, João M. 1908:13).

Portanto, a ideia de uma eventual recomposição familiar constituída por cônjuges divorciados dificilmente contribuiria para a estabilidade e criação de laços afectivos entre os membros da nova família. No caso de uma eventual aprovação do divórcio

como lei geral do País, o mesmo autor revela como encarava tal possibilidade: “ *Casem pois civilmente os sectários do divorcio e exijam do legista a anulação dos seus contractos, uma, duas, vinte vezes; façam todos a disfarçada polygamia ou encapotada concubinage sob a protecção da lei civil. (...) Casem civilmente e deixem-nos em paz com o tal progresso*” (Mello, João M. 1908: 17).

Como vemos, na opinião dos teólogos e integristas católicos, o divórcio e posterior reconstituição familiar estava conotado com a libertinagem, o concubinato e também a luxúria, tornando-se necessário combatê-lo em nome dos ‘bons princípios de moral cristã’ e da ordem tradicional estabelecida. A questão passava claramente pela forma de constituição familiar (o matrimónio canónico e todo o ritual simbólico à sua volta), mas também na maneira como defendiam o seu modelo de autoridade moral cristã em assuntos de natureza familiar.

Esta preocupação estendia-se igualmente aos casos onde se verificava a celebração de segundas núpcias em caso de viuvez de um dos cônjuges. Embora nessa situação também coabitassem no mesmo lar filhos de diferentes casamentos, desde que o novo consórcio tivesse sido estabelecido segundo os preceitos da Igreja a situação conferia de novo alguma estabilidade para a família assim recomposta, pois a alternativa era separar os filhos e deixá-los ao cuidado dos familiares mais próximos.

Naturalmente, nos casos de um recasamento o problema consistia em saber até que ponto encontraria a prole dos dois anteriores casamentos o apoio afectivo de que necessitariam para o seu crescimento e equilíbrio emocional, mas embora referenciada pelos adeptos da indissolubilidade do casamento, esta situação estava longe de constituir uma preocupação natural para os integristas da Igreja.

Nota-se porém, que esta linha de argumentação veiculada pelo integrismo católico continuava sem grandes inovações práticas, pois já tinha estado presente na altura da discussão sobre o casamento civil e mesmo com o reforço das orientações do Vaticano, a renovação da mensagem não produziu mudanças sensíveis nas discussões travadas. (cf. Vicente Ferrer, N. P. 1866:37/38).

Portanto, fica identificado o modelo de organização social desejado pelos sectores mais ligados ao catolicismo, fundamentado na matriz cultural e nas tradições seculares do País, em íntima obediência às orientações da Igreja romana neste assunto.

Exibindo e defendendo o matrimónio canónico como um sacramento, apresentavam-no como garantia de estabilidade familiar, sinónimo de bem-estar para o

casal e seus filhos, algo que o divórcio faria desaparecer se fosse instituído como lei geral do País.

Este multissecular universo de referências era posto em causa pelos partidários da dissolução conjugal por divórcio, esforçando-se em provar a validade dos seus argumentos à luz das novas teorias científicas sobre a origem da família, concluindo que o divórcio é uma via legítima para alcançar novamente a felicidade e o bem-estar no lar.

Por isso, tentam demonstrar que a origem da família e de outras criações sociais (família, casamento, divórcio, separação) são produções humanas e não divinas. Em segundo lugar demonstram que, sendo preceitos humanos, devem ser reguladas por leis sociais e não pelo que consideram “*utopias metafísicas, quimeras platônicas ou peias religiosas*” (Carvalho, Luís de Mesquita, 1909: 22 – 8ª Conferência). Finalmente e como condição fundamental, devem ser condenadas todas as intervenções no domínio da indissolubilidade matrimonial, ‘pelos inconvenientes sociais gerados’.

Neste campo, destacam a impossibilidade legal para contrair ou legitimar novas uniões conjugais, sendo forçados a viver em situação de concubinato; a impossibilidade legal de legitimar os eventuais filhos nascidos dessas ligações maritais e sobretudo a incapacidade jurídica e social que apresentam, decorrente do seu estado de separação de pessoas e bens a nível conjugal (cf. Carvalho, Luís de Mesquita, 1909: 13/17 – 8ª Conferência).

Sendo assim, os partidários do divórcio avançam com a necessidade de mudar a lei de modo a permitir a regularização de muitas situações familiares, evitando-se desse modo “*os dramas terríveis, as situações deploráveis e os pavorosos efeitos que, moral e socialmente, derivam da separação de pessoas como corolário forçado da indissolubilidade do casamento*” (cf. Carvalho, Luís de Mesquita, 1909: 16 – 8ª Conferência).

Se até aqui os argumentos aduzidos apresentaram o divórcio como uma consequência lógica da liberdade individual de consciência, dos ensinamentos emanados das ciências sociais e dos novos valores em que deviam assentar as sociedades modernas, outras justificações correm a par desta necessidade do estabelecimento do divórcio como princípio legislativo. Falamos da situação de ‘crise’ que envolvia já a família nos finais do século XIX, ligada à existência da degradação de relações matrimoniais, sendo relevantes os casos de concubinato, na generalidade dos casos derivados da crescente prática de separação judicial de pessoas e bens, mas impossibilitados de legalizaram as

novas uniões conjugais devido à inexistência de divórcio (cf. Catroga, F. 1988: 362-364).²⁶

Vejamos a base jurídica das razões apresentadas como defesa para a introdução do divórcio na dissolução familiar.

4.1.2. Os argumentos jurídicos

A observação detalhada das consequências sócio-jurídicas nos casais separados (com base nas disposições do *Código Civil*) constituiu outra das linhas orientadoras para a fundamentação da introdução do divórcio na legislação civil do País.

Juridicamente o assunto já tinha sido abordado por Abel de Andrade, o qual sustentou no seu *Comentário ao Código Civil Portuguez*, que “ *o actual estado da ciência exige a instituição do divórcio*” (Andrade, Abel 1895:CXCV). Mesmo considerando que o divórcio não devia ser concedido por ‘mútuo consentimento’ ou pela ‘incompatibilidade de caracteres’ para assim se impor “*como acto elevado da mais escrupulosa moralidade social*” (1895:CCIII), reconhecia a necessidade de serem admitidos no *Código Civil* vários fundamentos para a dissolução conjugal, além do falecimento. Por outro lado, sustentava que a Separação de Pessoas e Bens pouco satisfazia em termos de vantagens morais, sociais ou económicas para os envolvidos.

Neste campo, os partidários do divórcio acrescentavam ainda que as disposições estabelecidas quanto aos filhos nascidos de cônjuges separados acabavam por torná-los espúrios ou ilegítimos à face da lei.

No primeiro caso, a situação era até avaliada em termos de gritante injustiça social, como a considerava Luís de Mesquita Carvalho: “*Em rigoroso direito civil, os separados não teem capacidade definida; são seres neutros. Em rigorosa equação sociológica, são quantidades negativas e prejudiciaes; em rigorosa crítica moral, são dois condemnados (...) que só anseiam e espreitam a morte de cada um, que ha de restituir ao outro a liberdade e a vida, a integridade civil e social*” (1908:17/18 – 8ª Conferência).

²⁶ Para Joel Serrão, romances como *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, terão afectado decisivamente a visão excessivamente romântica da mulher, retratando situações que se adaptavam mais ao quotidiano da sociedade. Com isso, ganhou igualmente espaço de intervenção a denúncia dos malefícios da indissolubilidade matrimonial face a situações envolvendo problemas conjugais (cf. Catroga, F. 1988: 363).

Em tal situação, “*os separados ou se esterilisam ou proliferam em ligações ilícitas, precárias e clandestinas (...) as quais resultam por culpa e responsabilidade da lei*” (Carvalho, Luís de Mesquita 1908: 17 – 8ª Conferência).

A referência que os partidários do divórcio fazem a esta realidade era animada pelo desejo, não de acelerar a dissolução da família (como fazia crer a propaganda católica), mas sim de consolidar a estrutura de família nuclear que sempre defenderam. Daí o princípio da legalização familiar que o divórcio permitiria aos casais desavindos, possibilitando de novo a reconstituição familiar e evitando a situação de mancebia que até então se vivia.

Por isso salientavam também que os filhos nascidos fora do casamento precisavam ver legitimada a sua situação à face da lei, realidade só possível com a reconstituição familiar em bases contratuais. Por tudo isto, notamos nos defensores do divórcio uma preocupação séria em relação à situação de crise familiar, pondo igualmente em causa as ‘virtudes’ do matrimónio indissolúvel.

Assim, o divórcio apresentava-se como única via capaz de salvaguardar a família, como escrevia Luís de Mesquita Carvalho: “*É para morigeração dos costumes e como garantia immediata da família legal, que o divorcio se recomenda (...); e é em beneficio da mulher como meio único de suavisar os rigores da família actual e em nome da moralidade publica, que o divorcio se impõe e justifica*” (Carvalho, Luís de Mesquita 1908: 20 – 8ª Conferência).

Portanto, se o problema estava na lei, tornava-se imperioso alterar a situação. Daí as várias propostas jurídicas sugeridas para alterar o estado da situação, nomeadamente:

- Os fundamentos para divórcio deverão ser constituídos com base no adultério, sevícias e injúrias, abandono voluntário do lar por mais de dois anos, alienação mental e incurável, embriaguez e condenação a pena maior (cf. Bramão, Alberto 1908: 371/372).
- O divórcio por mútuo acordo deve existir, de modo a evitar a exposição vexatória da vida íntima nos tribunais (cf. Bramão, Alberto 1908:372/373).
- O cônjuge que promova o divórcio só poderá casar cinco a dez anos depois (cf. Bramão, Alberto 1908:374).
- O registo civil obrigatório deve ser instituído (cf. Bramão, Alberto 1908:370/371).

-
- Conservam-se as disposições relativas à separação de pessoas e bens (cf. Bramão, Alberto 1908:375/376).

Tendo em atenção estas propostas, foi apresentado em 1909 um completo *Projecto-Lei* de divórcio. O seu autor tinha consciência de que representava a primeira modificação profunda na organização e estrutura familiar no País. Apelando para a necessidade de ‘progresso, de liberdade, de tolerância, da razão e do direito civil’, faz notar a importância da introdução do seu *Projecto* no contexto legislativo sobre a família no País.

Deste *Projecto-Lei*, salientavam-se:

- A impossibilidade da mulher divorciada contrair um novo casamento sem terem passado trezentos dias sobre a data da anterior dissolução (Capítulo II, art. 4º).
- Os fundamentos legítimos para divórcio seriam: adultério; condenação a pena maior; sevícias ou injúrias; abandono do domicílio por tempo não inferior a um ano; ausência sem conhecimento por tempo não inferior a dez anos; loucura (Capítulo III, secção I - art. 10º).
- Restrição ao divórcio por mútuo consentimento dos casais sem filhos ou sendo estes menores de idade (Capítulo IV, art. 41º).
- Continuação do regime de separação de pessoas e bens (Capítulo V, art. 48º).
- Proferida a sentença que autoriza a separação de pessoas e bens, não havendo reconciliação dos cônjuges no prazo de dois anos, qualquer um poderá requerer a transformação da separação em divórcio (Capítulo V – art. 51º).

(cf. Carvalho, Luís de Mesquita 1910:43-59).

Acrescente-se que as causas para Separação seriam iguais para os dois géneros, situação que pretendia colocar no mesmo plano jurídico a mulher e o homem.

Sendo assim, a defesa do sistema familiar passa pela intervenção dos poderes públicos que deverão legislar em conformidade com os interesses e necessidades dos cidadãos que compõem a sociedade, num ambiente adaptado aos tempos modernos, como escrevia Alberto Bramão: “ *O nosso Código Civil (...) ficou parado, como aquelle deposito de velharias jurisperitas, no meio da civilização moderna olhando com pasmo e terror para o caminhar triumphal das ideias europeias. (...) O Código Civil será então reformado profundamente. (...) A indissolubilidade, repugnando á intelligencia por fundamentalmente absurda, e repugnando ao coração, por originar*

crimes e miséria, não pôde subsistir n'uma legislação em que a índole da justiça prevaleça” (Bramão, A. 1908: 217).

Compreende-se este apelo à intervenção do Estado em favor do bem público, isto é, em benefício dos que mais precisavam em relação à sua situação familiar. Esta preocupação já vinha de trás, quando Teixeira Bastos advogava em 1886, no *Projecto de um programma federalista radical para o Partido Republicano Portuguez*, que o Estado estabelecesse “ *as condições indispensaveis para o organismo humano se poder desenvolver intellectual e materialmente, conforme as suas aptidões naturaes, e de outro, a regular e coordenar as relações dos indivíduos, das famílias, das associações, dos municípios (...)*” (1886 : 24).

Este apelo à intervenção do Estado no âmbito familiar (ligado antes de mais à necessária separação da Igreja), encontrou eco noutros intelectuais, como Trindade Coelho, que no *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, solicitava que o Estado tivesse “ *por objectivo o bem dos membros do corpo social, que são os indivíduos. Para o conseguir, o Estado deve velar para que as relações entre os indivíduos assentem no sentimento de justiça innata em todos os corações, não consentindo que o forte opprima o mais fraco*” (1906: 62).

Sendo assim, o Estado devia prover essa necessidade social aos que estavam impossibilitados de regularizar a sua situação familiar, abrindo-se o caminho para que a sua legislação civil interferisse no processo de constituição e dissolução familiar. A sua posterior intervenção no plano conjugal, como veremos, acabou por afectar as disposições legais sobre a família no seu todo.

Esta preocupação em fazer intervir os Poderes Públicos na ordem destes acontecimentos, mais não era do que generalizar a convicção “ *de que só um Estado laico e uma educação laicizada poderiam restituir aos indivíduos a capacidade para se libertarem do «obscurantismo» e de bem usarem os seus direitos naturais*” (Catroga, F. 2000: 229).

Assim se compreende a acção destes intelectuais de inspiração republicana. Compreendendo que a opinião pública estava, em última análise, encorpada pela cultura dominante de inspiração católica romana em íntima convivência com a monarquia, somente com a criação e divulgação de uma ideologia baseada na ciência e no direito natural, poderiam aspirar à transformação da sociedade, tarefa a que se dedicam com

empenho os ideólogos republicanos e em especial os positivistas na linha de Teófilo Braga.

Se numa primeira fase é o individualismo liberal anti – ultramontano que ensaia um conjunto de medidas tendentes a diminuir o poder espiritual do catolicismo no País – extinção das Ordens religiosas, venda dos bens da Igreja, introdução do casamento civil (...) – foi a partir dos anos 70/80 do século XIX que começaram a fazer-se notar as intervenções republicanas (e também maçónicas e socialistas), no sentido da autonomização da sociedade civil consubstanciada na afirmação do princípio da unidade de soberania, característica do novo Estado – Nação (cf. Catroga, F. 2000: 202).

Por isso, o anti-clericalismo deu um renovado vigor a esta luta secularizadora da sociedade (que já vinha da tradição regalista e do anticongregacionismo), “ *mas procurou levar às últimas consequências a separação da religião da política, vincando com mais vigor os princípios da independência nacional em relação a Roma, as responsabilidades do Estado em matéria de formação moral e cívica dos indivíduos e o cariz essencialmente privado das opções e práticas religiosas*” (Catroga, F. 2000:202).

Esta estratégia, visando os valores da modernidade, reclamava também uma mentalidade crítica e racionalista, liberta de coacções impostas pela tradição e pelas crenças inerentes aos valores típicos do Antigo Regime. Daí as intervenções de intelectuais e juristas que, baseados nos pressupostos naturalistas, positivistas e no direito natural, conduziram a uma clara afirmação do Estado face à doutrina da Igreja, no domínio da formação e dissolução familiar.

Serão sobretudo os republicanos quem irão capitalizar a seu favor este processo de mudança, assumindo “*um projecto de hegemonização de uma nova mundo vivência (...) que simultaneamente iria funcionar como verdadeiro motor de transformações das próprias estruturas económicas e sociais*” (Catroga, F. 2000:204/205).

Era evidente que o poder político teria de se separar da religião oficial, respeitando o princípio da liberdade de consciência, mas também precisaria anular o monopólio religioso sobre o capital simbólico nos actos essenciais da vida, onde se incluía a formação da família.

Em 1910, quarenta e três anos depois da questão sobre o casamento civil, a estratégia de laicização da família estava cumprida: o registo civil passava a ser obrigatório e o divórcio já era possível. Anunciava-se a reconstituição familiar, agora sem a necessidade da existência do cônjuge sobrevivente.

5. Enquadramento Histórico das *Leis de Família e de Divórcio* na Primeira República: 1910-1926

Tal como na discussão do casamento civil e depois na controvérsia à luz dos princípios do Positivismo e do Cientismo, a Igreja via contestada a sua influência na vida e no ordenamento da sociedade com a definitiva intromissão do poder civil na sua esfera de influência.

Em boa verdade, o problema estava ligado com o antagonismo do pensamento intelectual da época e as tradições seculares de um País, cujos mentores não admitiam outro universo de referências morais senão o seu. De facto, estruturada sobre juízos de valores cristalizados no tempo e demonstrando uma enorme aversão por quem contestasse o seu ordenamento social e espiritual, a Igreja não tomava em conta o desgaste provocado pelas novas correntes de pensamento cultural, perante as quais expunha penosamente os velhos argumentos da falência familiar e social, resultantes do abandono da fé e da religião (cf. A.A.V.V. 1985:274 - vol. V).

Por outro lado, a secularização da sociedade (que vemos difundida na literatura de cariz republicano, maçónica, socialista e anarquista, publicada na transição do século XIX para o XX) exigia a intervenção de um Estado forte. De facto, uma sociedade civil que pretendesse fazer ascender os cidadãos a um grau superior de desenvolvimento intelectual, próprio para a consciencialização dos direitos e deveres inerentes à condição humana, teria imensas dificuldades em impor esse desiderato face a uma instituição com um forte capital (material e cultural) acumulado ao longo do tempo, como era o caso da Igreja (cf. Catroga, F. 2000:232). A secularização da sociedade exigia assim o intervencionismo político, expresso numa ampla acção educativa, com a introdução de novas leis e instituição de novos costumes (cf. Catroga, F.2000:233).

A vitória da República em Outubro de 1910 representou o corolário final do alastramento das ideias republicanas dentro de uma base social de apoio envolvendo uma pequena e média burguesia rural e urbana, intelectuais, além de um operariado nascente, que aproveitaram a degradação política de uma monarquia constitucional em descrédito e também a impopularidade do clero católico envolvido com os interesses monárquicos (cf. A.A.V.V. 1985:291- vol. V).

Com a República veio também o pensamento de colocar o País acima de tudo, pelo que o patriotismo se tornou uma essência nacional, sendo relevante o facto do novo

regime só entender a história numa concepção laica, despida de qualquer alusão à metafísica divina.

Aproveitando o anti - clericalismo dominante, em especial nos centros urbanos onde a República tocava mais nas afinidades dos cidadãos, uma série de diplomas publicados pelo Governo Provisório procurou reduzir substancialmente a influência católica na sociedade portuguesa, dando expressão às principais aspirações republicanas.

A legislação anticlerical teve início poucos dias após a proclamação da República, tendo o Decreto de 8 de Outubro de 1910 extinguido todas as Ordens Religiosas existentes no País (Jesuítas, Beneditinos, Salesianos, Lazaristas, Doroteias e Dominicanos), ficando os seus bens à guarda do Estado (Decreto de 31 de Dezembro de 1910).

Outros Diplomas legislativos, entretanto publicados, versavam principalmente os aspectos simbólicos do clericalismo. Estão neste caso a abolição do juramento religioso e sua substituição por fórmulas laicas (Decreto de 18 e 23 de Outubro de 1910), a conversão dos dias santificados em dias úteis e de trabalho (Decreto de 12 de Outubro de 1910), a extinção do ensino da doutrina cristã nas escolas (Decreto de 22 de Outubro de 1910), a extinção da Faculdade de Teologia (Decreto de 23 de Outubro de 1910) e a Lei de Registo Civil, que o tornava obrigatório e exclusivo para nascimentos, casamentos e óbitos (Decreto de 20 de Outubro de 1911).²⁷

Foi igualmente relevante nesta contenda contra a Igreja a publicação da *Lei de Divórcio*, pelo decreto de 3 de Novembro de 1910, mediante a qual a indissolubilidade do matrimónio católico deixou de ter expressão prática no plano familiar, pois podia ser dissolvido na esfera civil.

Neste propósito, as *Leis de Família* (I. *Lei do casamento* II. *Lei de Protecção aos Filhos*), publicadas em 25 de Dezembro do mesmo ano, vieram organizar a sociedade conjugal, ficando estabelecido que a forma de celebração do matrimónio canónico deixou de ter qualquer valor legal perante o Estado, passando o casamento civil a ser obrigatório.

²⁷ Neste aspecto estava presente um importante ponto de vista para os dirigentes republicanos – a moralização de costumes. De nítida inspiração burguesa, procurava-se terminar, com o casamento civil obrigatório, as uniões de facto que eram a regra nas classes populares, nomeadamente entre os casais operários.

Como corolário deste combate anticlerical, em 20 de Abril de 1911 publicou-se a *Lei de Separação do Estado das Igrejas*, segundo a qual o catolicismo deixou de ser a religião oficial do País, ao mesmo tempo que a propriedade considerada da Igreja era nacionalizada e sujeita ao respectivo arrolamento e inventário. (cf. A.A.V.V. 1991: 494-496 – vol. XI).

Este quadro de medidas anticlericais fora recebido com evidente desagrado pela Igreja, pois esta, na opinião de Oliveira Marques “ *não ficava apenas empobrecida e nivelada com todos os demais corpos existentes no País. Ficava reduzida a uma situação de subserviência frente ao povo católico como jamais tivera no passado (...). Se aplicada com rigor e constância, a Lei de Separação laicizaria de facto o Estado e abateria, de uma vez por todas, o poderio da Igreja.*” (1991: 496-497 – vol. XI).

Por outro lado, ao intervir no domínio familiar o Estado assumia claramente o seu propósito de colocar a família debaixo do seu controle, seja pela instauração de políticas familiares, seja pela continuidade da prática legislativa sobre esse assunto. A ‘Família’ estava sob o olhar atento do poder central, quer na definição jurídica que lhe dava, quer na maneira como regulamentava a filiação, as modalidades de transferência através do direito sucessório e da herança, ou mesmo no estabelecimento de regras próprias no campo da constituição e dissolução familiar (cf. Segalen, M. 1999:306/307).

Obedecendo a uma ideologia própria que o estimulava, o Estado assumia os seus direitos sobre os indivíduos e concretamente sobre as famílias, uma vez que a definição, a concepção e a imagem que dela fazia, estava muito próxima das estruturas políticas e sociais que determinavam o seu conteúdo e precisavam o seu sentido.

Se neste contexto histórico o poder político teve declaradamente uma participação e uma responsabilidade acrescida no processo de construção social da família, vamos analisar o modo como o Poder Público Republicano tratou e legislou sobre essa matéria no âmbito do Direito de Família.

5.1. As *Leis de Família e de Divórcio* na Primeira República – análise jurídica

A intervenção republicana no Direito de Família do País foi modelar quando instituiu o divórcio pelo decreto – lei de 3 de Novembro de 1910, seguido pela publicação das *Leis de Família* em 25 de Dezembro do mesmo ano. Esta legislação implicava uma nova regulamentação na constituição familiar, na relação entre os seus

membros, nos deveres e garantias do casal, no poder paternal, regras sucessórias e também nas modalidades de dissolução conjugal.

Representando também um evidente propósito de laicização da sociedade, este conjunto legislativo transformou o anterior princípio normativo em matéria de constituição familiar (regulado sobretudo pelo *Código Civil* de 1867 que considerava o matrimónio perpétuo e indissolúvel), terminando com a íntima associação entre Igreja e Monarquia a qual favorecia o monopólio do sistema religioso nos actos essenciais da vida familiar. Mostrava ainda a nova orientação política, social e cultural pela qual a sociedade se devia reger (cf. Marques, A. H. Oliveira 1978:446).

Portanto, será no quadro dos princípios ideológicos republicanos que passamos a explorar a estrutura interna da família, começando por analisar o plano jurídico sob a qual foi regulamentada.

Decalcado em grande parte do projecto de Luís de Mesquita Carvalho, o decreto de 3 de Novembro, vulgarmente conhecido como *Lei de Divórcio*, assentava na ideia do casamento como instituição humana de carácter civil e como contrato bilateral eventualmente dissolúvel. Nesta base, o carácter contínuo do casamento consignado no artigo 1056 do *Código Civil* de 1867 “*presume-se perpétuo, sem prejuízo da sua dissolução por divórcio*” – art. 2º do Decreto nº 1, de 25 de Dezembro de 1910. Deste modo, o estabelecimento do casamento civil obrigatório, ao impor a lógica do casamento como contrato, abria a possibilidade da sua dissolução por divórcio.

Mesmo assim, o casal tinha a obrigação de “*guardar mutuamente fidelidade conjugal, (...) viver juntos, (...) socorrer-se e ajudar-se mutuamente*” – art. 38º - capítulo V, do Decreto nº 1, de 25 de Dezembro de 1910.

O artigo seguinte renovava esta ideia, salientando que a sociedade conjugal devia basear-se “*na liberdade e na igualdade*”, embora definisse claramente os papéis sociais atribuídos a cada membro do casal: “*ao marido [incumbe] especialmente, a obrigação de defender a pessoa e os bens da mulher e dos filhos, e à mulher, principalmente, o governo doméstico e uma assistência moral tendente a fortalecer e aperfeiçoar a unidade familiar*” – artigo 39º – capítulo V do Decreto nº 1, de 25 de Dezembro de 1910.

Como vemos, embora a lei apresente contornos claros de igualdade conjugal, os aspectos tradicionais do casamento continuavam a manter-se e a esposa, em princípio, tinha a obrigação de adoptar a residência do marido (cf. A.A.V.V. 1999: 548 – vol. 7).

Esta situação, de resto, estava igualmente visível na *Lei de Divórcio* de 3 de Novembro de 1910, que também igualava o marido e a mulher nas causas que o motivariam, mas estabelecia algumas diferenças entre o casal. Este Diploma Legislativo contemplava quatro capítulos principais:

I – Da dissolução do casamento.

II – Do divórcio litigioso.

III – Do divórcio por mútuo consentimento.

IV – Da separação de pessoas e bens.

Os dois capítulos restantes, envolviam as Disposições Gerais – V e as Disposições Transitórias – VI.

No total, este Decreto envolvia 70 artigos, sendo subjacente a esta lei o princípio geral da igualdade de ambos os géneros perante o casamento (cf. Cascão, Rui 1986: 155). Este aspecto comprova-se com base “*na enumeração das causas de divórcio, que são rigorosamente idênticas para os indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino*” (Cascão, Rui 1986: 155).

Ainda na questão da dissolução do vínculo conjugal, a lei admitia igualmente que esta podia ocorrer pela morte de um dos cônjuges, sendo os efeitos destas duas causas de dissolução conjugal idênticas, de acordo com o artigo 2º do Decreto de 3 de Novembro: “*O divórcio, autorizado por sentença passada em julgado, tem juridicamente os mesmos efeitos da dissolução por morte, quer pelo que respeita às pessoas e aos bens dos cônjuges, quer pelo que respeita à faculdade de contraírem novo e legítimo casamento*” (artigo 2º - Capítulo I, da *Lei de Divórcio* – 3 de Novembro de 1910).

Compreende-se o sentido desta correspondência uma vez que a possibilidade de reconstituição familiar era concedida em ambos os casos.

Restava saber se a equiparação legal do divórcio à viuvez apresentava uma rigorosa exactidão em termos sociais. Os juristas Gusmão Madeira e Pereira de Mello, comentando este Diploma, sustentavam que o divórcio nessas condições “*não pode de forma alguma, nem mesmo na abstracção das regras jurídicas, equiparar-se à morte. (...) dissolvido pelo divórcio, ainda alguma coisa subsiste do vínculo matrimonial, que a lei não consegue por completo anular*” (Madeira, G. & Mello, P. 1926:19).

Na verdade, se o divórcio tinha juridicamente os mesmos efeitos da dissolução por morte, o facto é que do vínculo conjugal até então existente, continuavam a existir ‘Direitos e Obrigações, nomeadamente:

- Direito e obrigação mútua de alimentos (art. ° 29 e 35, capítulo III, secção IV da *Lei de Divórcio*).
- Comparticipação no pátrio poder sobre os filhos; proibição de renunciar ao mesmo e obrigação de concorrer para o seu alimento (art. ° 22,23 e 24, respectivamente, capítulo III, secção II da *Lei de Divórcio*).
- Proibição da mulher usar o nome do marido (art. ° 19 - ponto 2, capítulo II, secção I da *Lei de Divórcio*).
- Emancipação de direito dos filhos com mais de 18 anos, pelo divórcio dos pais (art.° 60 - ponto 2, capítulo V da *Lei de Divórcio – 3 de Novembro de 1910*).

Se estas circunstâncias decorrentes do divórcio do casal o distinguem da dissolução por morte, o mesmo sucedia quanto à possibilidade de os divorciados poderem contrair um novo casamento, situação que os distinguiu dos viúvos que desejavam contrair segundas núpcias, de acordo com o ponto 1 do artigo 55, que colocava os cônjuges divorciados numa situação distinta, pois eram dispensados dos prazos exigidos a todos os viúvos, de acordo com os pontos 5,6 e 8 do artigo 4º da *Lei de Divórcio*. Estes pontos regulamentavam as situações decorrentes do ‘abandono completa do domicílio conjugal por tempo não inferior a três anos’; ‘ausência, sem notícias do ausente, por tempo não inferior a quatro anos’ e ‘a separação de facto, livremente consentida, por dez anos consecutivos’ (cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926: 19/20).

Aplicadas aos cônjuges divorciados, estas circunstâncias colocava-os em plano de igualdade quando desejassem contraírem um novo casamento. Não se verificando esse pressuposto, aplicava-se o artigo 55 da *Lei de Divórcio* e o artigo 10 da *Lei do Casamento*, segundo os quais “ *a mulher divorciada não poderá contrair novo casamento sem que haja passado um ano completo sobre a data de dissolução do casamento anterior; e o marido também só o poderá fazer passados seis meses*” (art. ° 55 – capítulo V da *Lei de Divórcio - 3 de Novembro de 1910*). Para esta distinção, naturalmente, estava em causa uma eventual gravidez do anterior casamento.

Neste processo de segundas núpcias, torna-se interessante observar ainda que a nova legislação não apresenta o casamento como sinónimo de matrimónio. O ‘Casamento Civil’, de acordo com o capítulo I da *Lei de Casamento*, é a única forma de

união com o fim de “*constituir legitimamente a família*” (cf. art. ° 1 do Decreto n ° 1 de 25 de Dezembro – *Lei do Casamento*). O matrimónio (sacramento) – termo válido perante a Igreja – só por si nada valia perante os oficiais do Registo Civil, pois a nova lei era taxativa: “*Todos os portugueses celebrarão o casamento perante o respectivo oficial do registo civil, com as condições e pela forma estabelecida na Lei Civil, e só esse é válido*” (art. ° 3, capítulo I do Decreto n ° 1 de 25 de Dezembro – *Lei do Casamento*).

A obrigação de recorrer ao Registo Civil e a exigência prévia da cerimónia laica antes da consagração religiosa vincavam a superioridade civil e davam provimento legal às indispensáveis transformações sociais preconizadas pelos republicanos, tendo em vista a aceitação das propostas laicas pela restante população do País. De igual modo, “*todas as causas de nulidade ou anulação do casamento ficaram competindo exclusivamente ao foro civil*” (A.A.V.V. 1999: 548 – vol. 7). Obviamente, a Igreja nunca aceitou este procedimento na lei, considerando uma humilhação este tipo de prioridade civil em face das suas tradicionais prerrogativas no domínio da constituição familiar no País.

Quanto à iniciativa da dissolução do casamento (outro aspecto duramente criticado pela Igreja), um ou ambos os cônjuges o podiam requerer, dando lugar ao divórcio ‘litigioso’ ou por ‘mútuo consentimento’, respectivamente (cf. artigo 3, capítulo I da *Lei de Divórcio*).

Na primeira situação, a lei civil exigia condições ou termos precisos para ser solicitado e concedido:

“ São taxativamente causas legítimas para o divórcio litigioso:

- 1- O adultério da mulher.
- 2- O adultério do homem.
- 3- Condenação definitiva de um dos cônjuges a qualquer das penas maiores fixas, dos artigos 55 e 57 do código penal.
- 4- As sevícias ou injúrias graves.
- 5- O abandono completo do domicílio legal por tempo não inferior a três anos.
- 6- A ausência, sem que do ausente haja notícia, por tempo não inferior a três anos.

-
- 7- A loucura incurável quando decorridos, pelo menos, três anos sobre a sua verificação por sentença passada em julgado, nos termos dos artigos 419 e seguintes do *Código de Processo Civil*.
 - 8- A separação de facto, livremente consentida, qualquer que seja o motivo dessa separação.
 - 9- O vício inveterado de jogo de fortuna ou azar.
 - 10- A doença contagiosa reconhecida como incurável ou uma doença incurável que importe aberração sexual” (artigo 4, capítulo II, secção I, da *Lei de Divórcio*).

Podemos dizer que os primeiros dois pontos revelam uma igualdade na sociedade conjugal, uma vez que o adultério masculino passou a ser igual em carácter de gravidade ao da mulher (cf. Artigo 61, capítulo V da *Lei de Divórcio*). Alterava-se deste modo a disposição existente no *Código Penal*, que agravava em importância o adultério feminino, atendendo à possibilidade de introduzir no meio familiar filhos estranhos ao marido (cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926:28/29).

Sobre o terceiro ponto, os poderes públicos exigiam a condenação ‘definitiva’ para poderem julgar a acção de divórcio. Com isso, a Lei Civil contemplava uma situação de ordem física (impossibilidade de coabitação conjugal) e de ordem moral (procedente da condição infame da pena aplicada), conforme regulada pelos artigos 55 e 57 do *Código Penal* (cf. cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926:33/34).

Quanto às sevícias e injúrias, bastava a prova de qualquer mau trato físico para ser decretado o divórcio. O mesmo se passava quanto à ‘injúria’, onde a honra e a consideração do ofendido tornasse impossível a convivência conjugal. A decisão, no entanto, estava dependente das circunstâncias especiais das pessoas envolvidas ou do meio social em que viviam (cf. cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926:37).

Sobre o ‘abandono completo do domicílio conjugal’, o fundamento para divórcio caracterizava-se pela existência de três requisitos:

- A saída voluntária e permanência em sítio desconhecido.
- A saída voluntária contra a vontade do outro cônjuge.
- A negligência e desinteresse pelo lar abandonado.

Esta situação violava também os pontos 2 e 3 do artigo 38 da *Lei do Casamento*, que atribuía como norma conjugal a vida em comum, devendo o casal socorrer-se e ajudar-se mutuamente (cf. cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926: 42/43 e 46).

No domínio da ‘loucura incurável’, só depois de constatada tal situação e decorridos os três anos fixados pela lei, poderia haver fundamento para a dissolução conjugal. O prazo contava-se a partir da data do trânsito em julgado da sentença que decidi a interdição. Face à espera de três anos, um decreto publicado em 21 de Novembro de 1910 possibilitou ao juiz designar na sentença (quando possível), o espaço de tempo mínimo já decorrido da loucura incurável (cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926: 51/52; cf. Santos, E. 2003: 79).

No campo da ‘separação e facto livremente consentida’, a lei exigia o acordo mútuo (ou livre consentimento) para a interrupção da vida conjugal. A lei exigia ainda o prazo de dez anos de separação para fundamentar o divórcio, mas não admitia a prova da culpa a qualquer um dos cônjuges (cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926: 54/55).

Os restantes fundamentos legais para dissolver o casamento na forma litigiosa envolviam o ‘vício inveterado do jogo’ e a ‘doença contagiosa incurável’. Gusmão Madeira e Pereira de Mello consideraram o primeiro como sendo o menos compreensível e justificável dos motivos para divórcio, enquanto o segundo foi classificado como desumano e cruel pela necessidade de apoio familiar que o cônjuge doente necessitava. Justificam no entanto a presença destes dois motivos para divórcio com a faculdade que a lei concede aos cônjuges de os usarem, de acordo com o seu arbítrio (cf. Madeira, G. ; Mello, P. 1926: 58/61).

Como vemos, a via litigiosa para dissolver o casamento estava estruturada de modo a solucionar o maior número de situações conjugais em crise. Demonstra-se igualmente o carácter ‘contratual’ do casamento, situação que o define como ‘presumivelmente indissolúvel’, de acordo com o articulado geral da *Lei do Casamento*.

Ainda de acordo com o citado Diploma, não deixa de ser importante a existência de itens que contemplavam o ‘abandono do domicílio conjugal por tempo não inferior a três anos’, a ‘ausência sem notícias, por tempo não inferior a quatro anos’ e a ‘separação de facto livremente consentida’.

O divórcio por ‘mútuo consentimento’ podia ser requerido pelos “*cônjuges casados há mais de dois anos, tendo ambos completados, pelo menos, vinte e cinco anos de idade*” (artigo 35º - Capítulo III, da *Lei de Divórcio* – 03.11.1910).

Haveria duas conferências, com tentativa prévia de conciliação. Não existindo reconciliação na primeira conferência, o juiz decretava o divórcio provisório pelo espaço de um ano, não se autorizando os cônjuges “*a exercer direito algum resultante*

da dissolução do casamento, quer pelo que respeita às pessoas, quer pelo que respeita aos bens, suspendendo-lhes apenas a obrigação de viver em comum". A administração dos bens do casal continuavam a pertencer ao marido, podendo a mulher “ *requerer arrolamento dos mobiliários e pedir alimentos provisórios*”, situação que seria estipulada pelo Juiz na falta de acordo dos cônjuges (artigo 39º, ponto 1 e 2 - Capítulo III, da *Lei de Divórcio* – 3 de Novembro de 1910).

Decorrido esse prazo e não existindo conciliação entre o casal, seria decretado o divórcio a título definitivo (cf. Artigo 40º - Capítulo III, da *Lei de Divórcio*; Santos, Eduardo 2003: 80).

Desta maneira, o Decreto de 3 de Novembro de 1910, admitia cinco modalidades de dissolução conjugal: divórcio litigioso (artigo 4º); divórcio provisório (artigo 39º); divórcio por mútuo consentimento (artigo 40º); divórcio por conversão da separação de pessoas e bens (artigo 46) e divórcio de direito (artigo 61º - ponto 6 – cf. Santos, Eduardo 2003: 80).

Podemos ainda dizer, de acordo com a análise de Eduardo dos Santos, que este mesmo Diploma legislativo “ *instituiu o divórcio – sanção (o adultério da mulher e do marido, a condenação a pena maior, as sevícias e injúrias graves, o abandono do domicílio conjugal, o vício inveterado o jogo e o decaimento em acção criminal de adultério); o divórcio – remédio (a ausência, a loucura e a doença incurável), o divórcio – malogro (a separação de facto e a conversão da separação judicial de pessoas e bens) e o divórcio – constatação (divórcio por mútuo consentimento)* ” (2003:81).

Pela importância e diversidade do conjunto de itens relacionados com o divórcio – sanção, mas sobretudo pelos índices de dissolução do casamento registados, podemos dizer que este modelo de divórcio constituiu durante a Primeira República a principal referência em termos de orientação jurídica para decretar o fim da relação conjugal.

Por outro lado, o conjunto destas modalidades de divórcio fora ao encontro das necessidades sociais de casais desavindos na época, permitindo a resolução de situações com vários anos de existência e facultando a legalização ou reconstituição de novas unidades familiares. Com isso, podemos dizer que a *Lei de Divórcio* possibilitou a legitimação de muitas famílias e respectiva prole, acompanhando de perto a regulamentação jurídica a nível europeu neste assunto. Estas recomposições familiares, naturalmente, obedeciam a um conjunto de situações diversas (em concordância com as

várias modalidades de divórcio), estando ligadas sobretudo a um estrato médio da população com ocupações profissionais no domínio do funcionalismo público e profissões liberais, mas também na camada semiprivilegiada da sociedade (comércio, indústria), como passamos a descrever.

5.1.1. Os efeitos da *Lei de Divórcio* na vida social do País

Estabelecida como Lei geral para o País em 1910, o divórcio afectou durante décadas a formação e a dissolução conjugal ao romper com uma tradição intimamente ligada às normas da Igreja católica no plano familiar. Dispondo de uma base social de apoio suficientemente forte para estabelecer a supremacia do poder laico face à influência religiosa, o Estado impunha a sua ideologia e estruturava com vários Diplomas legislativos a organização geral da Família em Portugal.

Seria pois a questão do divórcio uma reivindicação social da época? Ou tratava-se mais de uma questão prática ligada ao anticlericalismo e à necessidade de reequacionar a questão religiosa? Por outras palavras: correspondia o divórcio a uma qualquer aspiração nacional ou era apenas o produto de um liberalismo individual, consubstanciado nas formas modernas de pensamento ligadas ao Cientismo e ao Naturalismo evolucionista?

Para Fernando Catroga (2000), era de facto uma franja específica da sociedade (muito activa e militante ligada ao cientismo e ao positivismo republicano) quem reclamava estas mudanças, animados por um ideal de construção de uma sociedade avançada, transformada e renovada pelo combate ao obscurantismo. Estavam ainda convictos que a verdadeira República só seria possível através de uma educação que criasse um cidadão aberto à mudança, formado no seio de instituições liberais, mas afastadas do espírito jesuítico ou monárquico (cf. Serrão, J. 1985:293 - vol. V; Catroga, F. 2000:233 e Delgado, P.1998: 76).

Por outro lado, como defende Anália Torres (1987), o problema não era tanto a cedência à pressão dos separados que pretendiam ver resolvida a sua situação legal (se bem que esta pareça existir), mas antes a gestão de assuntos civis pela Igreja que pretendia a imposição racional da lei tal como definia o *Código Civil* para esses casos. Com isso, abria-se a questão dos filhos «espúrios», num País que tinha das mais altas taxas de ilegitimidade da Europa e que, sem a criação de um quadro normativo civil favorecendo a sua legalização familiar, ficariam claramente a perder. (cf. Torres, Anália 1987:117).

Seja como for, a mudança tinha de acontecer e neste propósito, com o estabelecimento da Lei, Rui Casção salienta que os anos de 1911 e 1912 foram tempos de liquidação do passado, existindo em Portugal nos finais de 1911, de acordo com o respectivo *Censo da*

População, cerca de 2.685 divorciados – 1.177 do sexo masculino e 1.398 do sexo feminino (cf. Cascão, R.1985:155,163).²⁸

Uma significativa percentagem dos divorciados já estava separada de facto há mais de dez anos, devendo ainda acrescentar-se que muitos casais se apartavam sem recorrer à sanção legal da lei, num processo menos moroso e escandaloso, além de económico e cómodo. Estariam neste último caso as classes populares, sobretudo operários, cuja regra era a união de facto. (cf. Cascão, R.1985:157).

Rui Cascão estudou ainda as sentenças de divórcio publicadas no *Diário do Governo* (como estipulava o artigo 19º do Decreto de 3 de Novembro de 1910) envolvendo casos registados na cidade do Porto, cidades de província, vilas e zonas rurais (num total de 473 casos cuja sentença foi proferida nos primeiros anos do regime republicano).

A investigação apurou que os principais motivos para divórcio envolviam as sevícias e injúrias graves (27,7% do total das sentenças), seguindo-se a separação de facto, livremente consentida, por mais de dez anos consecutivos (17,8%), o adultério feminino e o abandono completo do domicílio conjugal por mais de três anos, com idêntica percentagem – 17,1%. O adultério masculino fornecia 14,8% das causas de divórcio sentenciadas (cf. Cascão, R.1985:158).

Embora estes resultados sejam referentes aos primeiros anos de vigência da *Lei de Divórcio*, podemos estendê-los para as décadas seguintes, com pequenas variações no índice percentual da causa aduzida para a dissolução conjugal. De facto, as sevícias e injúrias, o adultério e o abandono do lar, continuavam a ser os fundamentos mais solicitados para divórcio, ao longo dos anos 30 (cf. Delgado, P. 1996:139).

Analisando o significado dos motivos que levaram à dissolução conjugal, podemos verificar que, sob a designação de ‘sevícias e injúrias’ se escondem “*toda a espécie de violências quotidianas e de misérias no seio das famílias*” (Cascão, R. 1985:158). Demonstra-se igualmente o peso controlador do elemento masculino, numa posição dominante face ao quadro familiar da época, reflectindo também a continuidade dos preceitos definidos no *Código Civil* de 1867 a nível familiar.

Na questão do ‘adultério’, o feminino parece ser superior ao masculino, com excepção nas zonas rurais. No primeiro caso, a infidelidade das mulheres seria porventura mais difícil de encobrir, não sendo por acaso que a ilegitimidade nessa época era elevada (cf. Montalvão, M. 1957:95-100; Cascão, R. 1985:158; Delgado, P. 1996:129). Por outro lado,

²⁸ O número elevado de mulheres divorciadas explica-se pela maior possibilidade do género masculino voltar a casar, uma vez que as mulheres normalmente ficavam com a custódia dos filhos.

nas regiões rurais o adultério masculino ultrapassa o feminino, “*o que se pode atribuir ao peso inibidor do controle social sobre a vida sexual das mulheres casadas*” (Cascão, R. 1985:159).

Quanto às causas objectivas e directas para a dissolução do casamento por divórcio, existem várias situações a ponderar. Se uma parte substancial dos divorciados, nomeadamente os residentes nos centros urbanos do litoral, reflecte um padrão subcultural próprio, até que ponto são os restantes casos condicionados por outras razões de carácter social?

Na verdade, não podemos esquecer factores tão importantes como a precocidade do casamento, a diferença de idades entre cônjuges, as desigualdades de estatuto social e cultural ou até as estratégias familiares do casamento, muitas vezes sem a concordância do elemento feminino, ou sem o necessário vínculo afectivo na relação familiar. Tudo isto, ao ser articulado com a diversidade cultural a nível regional, motivaria decerto um conjunto de análises muito variáveis no País (cf. Cascão, R. 1986: 160,165).

Sendo assim, as regiões com maior índice de dissolução familiar nesta época (1910-1926), envolviam sobretudo os distritos de Lisboa e Porto, zonas marcadamente urbanas e que maior apoio deram à causa do divórcio, com especial incidência entre a burguesia. Era sobretudo o funcionalismo público a par de uma burguesia comercial e industrial quem mais recorria ao divórcio (cf. Torres, A. 1996:33).

Esta conclusão é retirada da análise de casos envolvendo divórcios decretados nas várias freguesias envolvendo as cidades de Lisboa e Porto, sendo visível uma maior preponderância de divorciados nas zonas burguesas ou neoburguesas, em contraponto aos bairros de cariz mais operário ou popular. Estas últimas, economicamente mais débeis, raramente recorriam a esta prática de dissolução conjugal, preferindo apartar-se livremente do cônjuge (cf. Cascão, R. 1986: 156/157).

Para além destas variações, mantinha-se a diferenciação de níveis de dissolução conjugal entre o litoral e o interior e também entre a região norte e sul do País. Neste campo, a maior incidência verificava-se em distritos como Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Faro, Leiria e Santarém. As regiões com menor incidência eram as de Braga, V. Castelo, Vila Real, Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja (cf. Delgado, P. 1996: 131).

Nas regiões do interior norte e norte litoral, fruto da marca conservadora do catolicismo, encontramos uma menor ocorrência de divórcios, embora distritos como Viseu e Guarda apresentem nesta altura sintomas de uma certa penetração do divórcio. De um modo geral, as populações destas regiões preferiam recorrer à Separação de Pessoas e Bens

em caso de conflito conjugal, como de resto preceituava a Igreja católica em tais situações (cf. Delgado, P. 1998: 77).

As regiões do sul do País são igualmente zonas onde o divórcio tem pouca expressão, mas aqui o factor explicativo deve levar em conta o número de casais coabitando juntos sem a sanção legal do casamento, numa clara distinção subcultural em relação ao restante do País e onde a ligação estrutural à Igreja Católica era muito limitada (cf. Delgado, P. 1998: 77-78).

Deste modo, como faz notar Mário Leston Bandeira (1996), o que separa o Norte do Sul não será tanto a industrialização ou urbanização, mas os *“sistemas de valores dominantes, [as] referências culturais, [e as] tradições familiares que caracterizam duas sociedades de dominante rural distintas, embora pertencendo ao mesmo País”* (1996:334).²⁹

Se estas problemáticas estão ligadas ao âmbito familiar, outros elementos devem ser tidos em atenção, nomeadamente quando existiam filhos das uniões conjugais agora dissolvidas por divórcio. O destino a dar aos filhos bem como os seus direitos estava claramente regulado pelas leis do Estado, que reservava o direito de resolver todas as

29

QUADRO 1 – Casamentos Dissolvidos por Divórcio – Continente e Distritos: 1917/29

DISTRITOS	1917 – 1919 *	1920 - 1929
V. Castelo	15	110
Braga	14	167
Porto	239	987
V. Real	13	85
Bragança	4	48
Aveiro	73	285
Viseu	25	173
Guarda	33	109
Coimbra	62	243
Leiria	34	148
Santarém	31	118
Castelo Branco	6	43
Lisboa	446	2.157
Setúbal	-	3**
Portalegre	15	47
Évora	16	47
Beja	17	45
Faro	36	160
CONTINENTE	979	5.037

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal. Lisboa: INE*).

* Dados não apurados entre 1910 e 1916

** Distrito criado só em 1929.

dúvidas que eventualmente fossem criadas pela aplicação das novas leis (cf. art. ° 70 – capítulo IX da *Lei do Casamento*, de 25 de Dezembro de 1910).

5.1.2. Os efeitos da *Lei de Protecção dos Filhos na vida familiar*

O Decreto nº 2 de 25 de Dezembro de 1910 estava dividido em VII capítulos, abrangendo disposições relativas aos filhos legítimos (capítulos I e II); filhos perfilhados (capítulos III e IV); alimentos e socorro às mães com filhos ilegítimos (capítulo V); direitos dos filhos não perfilháveis e disposições transitórias (capítulos VI e VII, respectivamente). Os primeiros dois capítulos envolviam um articulado evocando razões de carácter jurídico, enquanto os restantes salientavam razões de natureza moral e económica.

No primeiro capítulo da Lei, o destaque é dado pela leitura do artigo 2º. Este artigo declarava que o casamento dos pais tornava legítimos os filhos nascidos antes da sua celebração, podendo a legitimação ser efectuada no “*assento do casamento ou no do nascimento dos mesmos filhos ou em testamento ou escritura pública, quer anteriores quer posteriores ao matrimónio*” (art. ° 3, ponto 1 – capítulo I, Decreto nº 2 de 25 de Dezembro de 1910).

Ficando estabelecido esse princípio de legitimação dos descendentes do casal através do casamento, deve-se salientar que a legislação da República manteve o estatuto privilegiado dos filhos legítimos, nomeadamente quanto aos direitos sucessórios que lhes eram reconhecidos (cf. art. ° 14 – capítulo I, Decreto nº 2 de 25 de Dezembro de 1910). No entanto, neste Decreto é visível a protecção concedida sobretudo aos filhos ilegítimos, atribuindo-lhes direitos que o *Código Civil* então vigente lhes negava.³⁰

Os filhos ilegítimos (adulterinos) tinham o direito a ser perfilhados e depois de regularizarem a sua situação nos termos da lei, adquiriam o direito “*de usar os apelidos do pai ou da mãe perfilhante*” e de lhes “*suceder, ou de suceder aos avós, ou haver parte nas respectivas heranças, conforme disposto nos artigos 1990º a 1992ª do Código*

³⁰ Os artigos 1990, 1991 e 1992 do *Código Civil* colocavam em plano subalterno os filhos ilegítimos em relação à herança patrimonial, cabendo-lhe apenas um terço tal como preceituava o artigo 1785. Por outro lado, o elemento feminino foi igualmente contemplado, especialmente na questão dos alimentos e socorro às mães pobres com filhos ilegítimos, como prescreviam os artigos 47 a 49 do Decreto nº 2 de 25 de Dezembro de 1910.

Civil e decreto com força de lei de 31 de Outubro de 1910” (artigo 31, pontos 1 a 3 – capítulo III do Decreto nº 2, de 25 de Dezembro de 1910).

A excepção nestas disposições prendia-se com os filhos incestuosos. A lei declarava como incestuosos “ *os filhos de parentes por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau de linha recta, ainda que o casamento, causa da afinidade tenha sido dissolvido*” e os “ *filhos de parentes por consanguinidade no segundo grau da linha transversal*” (artigo Único, pontos 1 e 2 – capítulo III do Decreto nº 2, de 25 de Dezembro de 1910 – *Lei de Protecção dos Filhos*).

Mesmo assim, a lei garantia aos filhos assim nascidos o direito de exigir dos pais os ‘alimentos’ necessários à sua sobrevivência.³¹

É claro que estamos perante situações de evidente significado antropológico, tanto no domínio do parentesco consanguíneo como da regulamentação sexual. Ao legislar sobre regras que definem e delimitam o papel dos indivíduos no domínio sexual, o Poder Público gerou mecanismos sociais cujos princípios normativos encontrariam a sua base na família nuclear conjugal.

No caso dos filhos incestuosos, o ‘desvio’ a essa norma era reprimido, quer no plano da igualdade social (não podiam ser perfilháveis), quer no económico (só podiam exigir alimentos) ou ainda no plano ético e moral (seriam estranhos aos pais e às famílias destes) (cf. artigo 51º – capítulo VI do Decreto nº 2 de 25 de Dezembro de 1910 – *Lei de Protecção dos Filhos*).

Pretendia a Lei emendar o que a realidade social (e familiar) muitas vezes acabava por demonstrar, num evidente ambiente de promiscuidade e carência económica? Ou reprimia-se o que sociologicamente era condenável? Falta algo mais que o legislador não pôde ou não soube resolver social e familiarmente nesta questão.

Situação diferente era aquela que a *Lei de Divórcio* estipulava em relação à situação dos filhos, em caso de dissolução conjugal. A Lei salientava que os eventuais filhos seriam confiados, de preferência, ao cônjuge a favor de quem tivesse sido proferido o divórcio. Em caso de manifesta inconveniência dos pais, seriam confiados a uma terceira pessoa, preferindo-se os parentes próximos da linha paterna ou materna (cf. artigo 21º - secção II do Decreto de 3 de Novembro de 1910).

³¹ Entende-se por alimentos o que é indispensável ao sustento, habitação e vestuário do alimentado.

O parentesco consanguíneo era, portanto, solicitado na resolução de questões conjugais. Com isso, demonstra-se igualmente que continuavam bem vincadas na estrutura familiar desta época algumas características de família tradicional, cujos pressupostos estavam regulados desde o *Código Civil* de 1867, nomeadamente com os artigos 1058, 1061, 1206, 1207, 1208 e 1209.³²

Seja como for, numa época onde a ilegitimidade era grande³³, o direito ao divórcio era também reclamado na perspectiva de moralização dos costumes tendo em vista a resolução da ilegitimidade que atingia os filhos dos que contraíam novas uniões conjugais sem se poderem divorciar da anterior esposa. Nesta situação, o divórcio foi considerado como “*alicerce fundamental da reorganização social que estrutura a família e a nação*” (cf. *O Século* – 18 de Outubro de 1910; pp.2 – col.3)

A própria imprensa da época registou ainda outros artigos de opinião semelhante, tendo o advogado Loff de Vasconcellos considerado que o divórcio acabava por funcionar “*não como necessidade individual, mas social, reveladora de higiene social, de moralidade pública e de libertação*” (cf. *O Século* – 21 de Outubro de 1910; pp. 4 – col.2). Também Ana de Castro Osório salientou que a aplicação da Lei de Divórcio permitiria “*libertar os que estão presos, dando-lhes a faculdade de procurar a felicidade (...) e sobretudo (...) garantir aos filhos a protecção da lei*” (Osório, Ana C. 1911:135).

Sendo assim, este princípio legislativo tomava em consideração uma desejável moralização da vida familiar, ainda que fosse mais ao encontro dos interesses da burguesia, aquela que mais beneficiava com a introdução desta lei pelos evidentes propósitos de legalização ou reconstituição de novas unidades familiares e também pela legitimação dos filhos existentes nesse novo relacionamento familiar.

³² Estes artigos regulavam a proibição do casamento em situações de menoridade dos contraentes, mas no caso de existirem opiniões diferentes sobre o casamento de filhos não emancipados, era a opinião do pai que prevalecia – artigos 1058 e 1061, respectivamente. Os restantes artigos salientavam o papel do Conselho de Família em caso de separação de pessoas e bens e sobre o destino a dar aos filhos menores.

³³ Montalvão Machado, estudando a situação da ilegitimidade em Portugal durante a vigência da Primeira República, cita o médico Ricardo Jorge que considerava a ‘ilegitimidade como um mal sob todos os pontos de vista: moral, social, sanitário’. Reunindo a informação disponível, este autor salienta que eram os distritos de Setúbal, Beja, Évora, Lisboa, Faro, Vila Real e Portalegre quem apresentavam taxas superiores à média nacional, concluindo que “*os nascimentos ilegítimos surgem-nos, com maior frequência, onde há mais intenso urbanismo e onde há mais excessivo ruralismo, embora num e noutro caso sejam diferentes os motivos*” (1957:100). Do mesmo modo, Rui Cascão traça um quadro importante na questão da ilegitimidade da época com base no *Anuario Estatístico de Portugal* – 1900 e 1917 (cf. Cascão, R.1986:158).

Este último ponto era francamente contrariado pela Igreja que não aceitava equiparar, de acordo com o Direito Canónico, “*os filhos legitimados absolutamente em todos os direitos e capacidades aos filhos legítimos*”, numa situação que tinha como finalidade “*refrear as paixões, fazendo ponderar aos interessados as consequências funestas de seus actos ilegítimos a repercutir-se no futuro de seus filhos*” (Lourenço, Joaquim M. 1943: 114).

Tal posição, claramente eivada de algum preconceito, ganhava mais força na opinião do padre Joaquim Maria Lourenço, quando escrevia sobre as consequências da aplicação dos Decretos de 31 de Outubro, 3 de Novembro e 25 de Dezembro de 1910 no domínio da família e da filiação: “*as restrições representam portanto um princípio moralizador. Inversamente, as facilidades de legitimação teem efeitos desmoralizadores o que é sobejamente provado pela experiência. Neste sentido, são condenáveis as facilidades de legitimação e a equiparação, nos direitos e capacidades, dos filhos legitimados aos filhos legítimos*” (1943: 114).

A questão da filiação era assim apresentada como elemento principal na oposição ideológica envolvendo a Igreja e a República laica. Defendendo a estabilidade familiar, os sectores eclesiásticos salientavam os amplos benefícios que os filhos poderiam receber por viver numa família onde o casamento era entendido como um sacramento e não como um simples contrato civil. Estas posições eram sempre rebatidas pelos republicanos que advogavam a importância da própria *lei do divórcio* para a criação de um bem-estar emocional no âmbito familiar, como salientava neste propósito José Montez: “*(...) o casal onde lavra a desunião e que não póde dissolver-se porque a lei lhe não permite, bem longe de constituir um bom exemplo, concorre para a desmoralização de cada um dos cônjuges e da prole que é a que mais sofre em taes condições*” (Montez, J. 1913:18).

Explicando melhor os seus argumentos, Montez continua: “*Os filhos, que os anti-divorcistas vêem inteiramente prejudicados com o divórcio, ficam indubitavelmente, apoz o divórcio, em melhor situação do que aquela em que estavam, assistindo todos os dias ás consequências derivadas do mau viver dos seus progenitores e que seriam de perniciosa influencia na sua educação*” (Montez, J. 1913:121).

Mesmo em situações envolvendo a separação de pessoas, Montez defendia “*que em tal regime os filhos não ficam melhor, se é que não ficam pior, do que com o divórcio*” uma vez que limitando-se a lei a autorizar a separação, “*os paes irão*

procurar em ligações ilegais, na mancebia, em que quasi fatalmente irão cair, uma nova família que aos filhos não oferece as garantias da moralidade e pudor que a família legitimamente constituída pode oferecer-lhes”. E conclui José Montez: “Melhor, pois, ficam os filhos no regime de divórcio do que no da separação” (1913: 20/21).

Portanto, são óbvias as formas de salvaguarda do ambiente familiar em relação aos descendentes quando a discórdia estava presente no quotidiano dos cônjuges. Por conseguinte, a ideologia republicana justificava a necessidade do divórcio em assuntos familiares com dois fundamentos: a necessidade de salvaguardar os filhos de situações consideradas prejudiciais ao seu desenvolvimento e a possibilidade concedida aos cônjuges desavindos de poderem reconstituir a sua vida familiar. Neste último caso era valorizado o novo ambiente doméstico, livre das anteriores discussões onde imperava a violência verbal ou física, seguida muitas vezes pelo abandono do lar conjugal.

Sendo evidentes as diferentes formas de entender e organizar o tecido social do País, é visível a demonstração de supremacia dos Poderes Públicos face a outras instituições (a Igreja) com projectos e pensamentos divergentes na mesma questão familiar.

Colocando nas suas mãos a necessidade de continuar com a sua obra legislativa no campo familiar, o Estado Republicano olhava também para os grupos sociais do País mais limitados a nível económico e sobretudo educativo. Era necessário que os Poderes Públicos apoiassem as famílias mais carenciadas e desprotegidas, em especial os filhos, como demonstrou o Decreto com força de lei de 27 de Maio de 1911. Este Diploma criou instituições de protecção às crianças mais desfavorecidas, regulando igualmente a sua organização interna.

No preâmbulo, o legislador pretende colocar o decreto “*entre as que abrem mais largo e mais fácil caminho ao sonho patriótico da regeneração da família portuguesa*”, sendo fundamental nesse processo a “*Educação, a purificação [e o] aproveitamento da criança – a base das sociedades, a matéria-prima com que hão-de construir-se e cimentar-se os alicerces, erguer-se a arquitectura desempenada de uma nacionalidade nova, solidamente organizada*” (Diário do Governo, 14 de Julho de 1911: 2530).

Contemplando 184 artigos, o diploma estabelecia os objectivos que presidiam a cada ‘tutoria’, para além de regular o recrutamento de pessoal auxiliar e pedagógico bem como o regime de internamento. Tudo isso tinha em vista a futura integração das

crianças desprotegidas, numa intervenção do Estado que pretendia dar resposta às necessidades de índole familiar nesta época. Revelava com isso uma preocupação simultaneamente protectora dos mais desfavorecidos, mas também controladora da sociedade, numa situação própria de afirmação da autoridade do Estado face a potenciais concorrentes das suas atribuições legislativas no plano civil em geral e na esfera familiar em particular (por exemplo, a acção social da Igreja e também de filantropos ou associações de beneficência social).

Mesmo assim, a aplicação das *Leis de Família* e de *Divórcio* em relação aos membros da sociedade conjugal acabou por se revelar pouco profunda em relação a certas matérias de aplicação familiar e social, pois mantinha a postura tradicional de muitos preceitos familiares, nomeadamente no que tocava às diferentes funções do marido e da mulher no campo conjugal, dando larga supremacia ao elemento masculino.

Por outro lado, o laicismo e o espírito positivista, cujo pensamento militante estava bem presente nas transformações culturais que os dirigentes republicanos pretendiam implementar na sociedade, suscitava críticas vigorosas de outros quadrantes sociais que viam nesta legislação uma evidente limitação à sua acção, ansiando por mudanças drásticas em relação a este modelo de orientação familiar que a República desejava impor no País.

Obviamente, as reacções dos elementos ligadas sobretudo à Igreja viriam a aumentar a sua voz à medida que a Primeira República caminhava para o seu fim. É nítida porém, a aplicação de uma estratégia que visava determinados objectivos.

5.2. Limitações, críticas e debates em torno das *Leis de Família* e de *Divórcio* da Primeira República

Fenómeno marcadamente urbano, a ideologia republicana foi ganhando os seus adeptos não só por um persistente trabalho de base efectuado pelos seus destacados dirigentes e intelectuais, mas também pelo descrédito que a monarquia e a Igreja desencadeavam nos grupos sociais do País.

Como vimos, eram os grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa e Porto, quem mais aceitava a introdução destes novos valores, mas o País era ainda dominado nas zonas rurais e sobretudo no interior, por um catolicismo bastante activo e hostil contra a República.

Se o desejo das chefias republicanas consistia em afastar as pessoas desta influência secular decretando um conjunto bem articulado de Diplomas legislativos de âmbito familiar (*As Leis de Família e de Divórcio*), o facto é que “ o casamento na Igreja continuava a ser a regra geral, seguindo-se ao casamento civil a que a lei obrigava” (A.A.V.V. 1991: 654).

Desta realidade social se depreende, segundo A. H. de Oliveira Marques, “ *que o divórcio nunca se generalizou, restringindo-se apenas a casos anómalos e sem expressão fora das grandes cidades. A separação simples era mais frequente, sobretudo entre casais urbanos. [...] Na maior parte dos casos, cada cônjuge achava seu dever aguentar situações menos agradáveis, pressionado como estava pela tradição, pela existência de filhos, por razões sociais e económicas, pelo hábito, etc.*” (A.A. V.V. 1991:654).

Entre os meios operários, como salientava um artigo escrito em *O Sindicalista*, a situação era igualmente clara: “*Quanto ao divórcio, de há muito que o problema, melhor ou pior, tinha sido resolvido pelos trabalhadores: juntar os trapinhos e separá-los ; eis a fórmula á qual se subordinam em grande parte as relações familiares entre os trabalhadores quando as circunstancias imperiozas da vida os forçam a alterar e a remodelar as velhas relações*”. E concluiu o articulista: “*divórcio, pelas suas exigencias de processo de advogado, pelo seu custo numa palavra, não está ao alcance da magra bolsa dos trabalhadores, nem elles de tal necessitam pelas razões que já apontámos. Esta lei será portanto, quando muito, útil á burguezia, e dos seus benefícios e utilidades só ella poderá aproveitar, visto que para ella se creou!*” (*O Sindicalista*, 4 de Dezembro de 1910, nº 4 – pp. 1-col. 1).

Aqui, como em muitas situações sociais, estava em causa a sobrevivência económica do casal que preferia juntar-se e partilhar as despesas da vida em comum, assumindo cada membro o seu papel social no interior do lar conjugal. Quando a relação conjugal falhava, o casal preferia apartar-se e escolher novas uniões conjugais, numa situação adequada à sua situação pessoal.

No campo feminino, embora a legislação republicana tenha representado um largo passo em frente nos direitos da mulher³⁴, a grande verdade é que o líder incontestável da família continuava a ser o marido, detendo poderes e direitos que o garantiam como tal.

³⁴ Revogou-se o artigo 1185º do *Código Civil*, que obrigava a prestar obediência ao marido; definiu-se a liberdade e a igualdade dos cônjuges pelo artigo 39º do Decreto – Lei nº 1 de 25 de Dezembro de

Podemos dizer que se mantinham os preconceitos e obstáculos a uma partilha de decisões, impedindo o elemento feminino de assumir grandes responsabilidades na administração dos bens de família. Como salienta Oliveira Marques, “ *a grande maioria das esposas dependia economicamente dos maridos, não trabalhando fora de casa. Sendo, mais do que os homens, analfabetas e incultas, as mulheres confiavam-lhe tudo o que respeitava à administração dos bens, a questões políticas e de direitos civis e até, quase sempre, ao gozo de vivências culturais elevadas*” (A.A. V.V. 1991: 654).

Na época, um especialista em Direito Comercial, José Tavares, escrevia já o seguinte: “ *a autorização marital não foi um poder de força e tirania dado ao homem para dominar a mulher, mas (...) uma prevenção engenhosa da lei, destinada, por um lado a garantir o princípio fundamental da organização da família, e, por outro, a evitar que a mulher se desvi[asse] do seu papel sagrado de senhora da vida interna do lar doméstico, para se entregar, com prejuízo da sua própria tranquilidade, à administração espinhosa e ingrata dos negócios externos*” (Tavares, J. 1924 : 25;cf. Catroga, F. 1986: 144).

Na própria questão de uma eventual reconstituição familiar, como vimos, o artigo 55º da Lei do Divórcio impedia a mulher divorciada de contrair um novo casamento sem ter decorrido um ano completo sobre a data de dissolução do anterior, enquanto o ex-cônjuge o podia fazer passados seis meses (cf. pp.104 – ponto 5.1. da Primeira Parte).

No entanto, ao regularizar as situações de facto e de transmissão patrimonial que a separação de pessoas e bens ou o concubinato impediam total ou parcialmente, o estabelecimento do divórcio em Portugal permitiu a clarificação de vários aspectos conjugais e a legalização de outros, numa situação que correspondia sobretudo aos anseios dos extractos burgueses da sociedade, aqueles que mais beneficiavam com a introdução desta lei.

Interessa no entanto saber, como aponta Fernando Catroga, se o que estava também em causa (a par destas questões de ordem ideológica), “ *não dizia [igualmente] respeito*

1910. Igualou-se ainda o adultério masculino e feminino para efeitos de separação de pessoas e bens, reconhecendo-se à mulher o direito de publicar sem autorização do marido, de acordo com os artigos 4º e 44º, respectivamente, do citado decreto. Na questão dos alimentos, foi concedido à mulher o direito de solicitar alimentos provisórios, mesmo no caso de ser o adultério feminino o motivo invocado para divórcio – artigo 20º da lei de Divórcio de 3 de Novembro de 1910 (cf. Delgado, Pedro, 1996: 70/71; cf. Catroga, F. 1986: 144).

à busca de uma saída para a crise da instituição familiar resultante do impacto do desenvolvimento industrial finissecular, crise essa que pode ser detectada no crescimento dos filhos ilegítimos e das separações de pessoas e bens” (1986: 145).

Curiosamente, a legislação republicana mantinha ou continuava muitos aspectos da vida e da família tradicional. Na verdade, ao marido e pai cabia exercer a autoridade; os filhos deviam-lhe obediência e respeito, enquanto o papel feminino estava praticamente reduzido ao ambiente doméstico e à efectiva dependência económica face ao marido.

Por isso e contrariamente ao que sustentavam os meios católicos do País “ *a República esforçou-se por dignificar a família monogâmica e patriarcal, recobrando-a com uma espécie de sacralidade laica, visível na elevação do dia 25 de Dezembro a feriado nacional*” (Catroga, F. 1986: 145).

Naturalmente, para os meios sociais ligados ao catolicismo, a única forma de dignificação familiar teria de passar pelas leis tradicionais da Igreja, sobretudo da sua tradicional educação religiosa. Revestindo o casamento como sacramento e nunca como contrato civil, defendendo permanentemente a indissolubilidade do vínculo matrimonial e condenando vigorosamente o divórcio, os partidários da Igreja multiplicavam os seus esforços na defesa dos valores morais e espirituais que supostamente o matrimónio canónico garantia ao casal.

Assim procedeu o padre Abúndio da Silva³⁵, exemplo personificado do pensamento clerical nesta matéria, para quem o divórcio não passava de uma “*verdadeira monstruosidade*”. Enquadrando a *Lei do Divórcio* num plano de paganização geral, de modo algum a podia considerar uma “*grande obra de restauração nacional ou social*” e muito menos envolvê-la “*num programa de restauração ou avigoramento moral*”, como realçava o regime republicano (Silva, A. 1913:210/211).

Nesta base, o autor pretende mostrar que a existência do Divórcio na sociedade portuguesa envolvia aspectos contraproducentes à defesa da família, uma vez que encontra nesse Diploma:

- uma degradação e corrupção moral dos indivíduos;
- um passo que cavava lentamente a ruína da sociedade;
- uma Lei que avilta e degrada a mulher;

³⁵ Padre católico, foi um activo militante da causa clerical durante a Primeira República, expondo com clareza o pensamento da Igreja em assuntos de natureza política, social e familiar.

- um elemento decisivo na instabilidade da família (cf. Silva, A. 1912 : 130-135).

Por isso finaliza: *“O legislador não pode prestar-se a transformar a crise de um casal na crise do matrimónio, e o salvar um ou outro filho atribulado à custa do favorecimento de rupturas eventuaes e da insegurança do berço de todos os filhos. Não se trata do interesse de uma família, mas da Família”* (Silva, A. 1912:130/131).

Compreendendo que vinha longe *“a hora de serem atendidas as razões de ordem religiosa e moral que devem aduzir-se contra semelhante aberração”* (1913:210), Abúndio da Silva apresenta as ‘soluções’ da Igreja em face do quadro normativo do regime republicano referente à família:

- Espalhar o catecismo e apontar os perigos e consequências do divórcio, para que seja menor o número de casais dissolvidos pelas sentenças do poder judicial;
- Promover a formação moral dos indivíduos, de modo a neutralizar os efeitos dissolventes da Lei do Divórcio;
- Fortalecer a união orgânica das famílias com base em leis morais seguras e na organização providencial da Igreja;
- Sanear os costumes e fazer cair na reprovação pública os divorciados;
- Promover um intenso e extenso trabalho de catequese católica (cf. Silva, A. 1913:213 – 217).

Deste modo, Abúndio da Silva conclui: *“ A própria Lei caducará pelo não uso, se a educação, a formação moral dos indivíduos for robusta, e se os costumes, devidamente saneados e christianizados, proliferarem com rigor ... ”* (1912:136).

Pode dizer-se que a Igreja, ao ser afastada da direcção e da condução da sociedade com o regime republicano, reage com dureza e ásperas críticas em face da legislação publicada sobre a família. Acusa por isso o ‘ laicismo republicano’ de *“corromper os costumes ancestrais dos portugueses ao legalizar nas repartições do registo civil o concubinato daqueles que se aproveitam do divórcio para contrair outras uniões fora da Igreja”* (Silva, A. 1913: 215/216).

A imprensa de inspiração católica fazia igualmente eco desta situação, com a publicação de vários artigos censurando as leis republicanas em geral e as referentes à família em particular. Filipa de Vilhena, por exemplo, escrevia no jornal *A Paz*, que *“ o divórcio [estava] longe de ser uma conquista da civilização, sendo antes uma regressão*

que na mulher redundava em miséria e desonra” (*A Paz*, 9 de Março de 1913, p.2,cols. 2 e 3).

Desejando atacar o que considerava ser a raiz do problema, este jornal ligado à Igreja católica continuou a publicar vários artigos onde condenava o “*livre - pensamento*” como grande instigador da desordem familiar, ao defender a adopção do divórcio como lei geral do País (cf. *A Paz*, artigo de 19 de Outubro de 1913 – pp.1 e artigo de 9 de Novembro de 1913 – pp. 1).

São visíveis deste modo, as mesmas linhas de orientação que a Igreja apresentava desde a problemática referente ao *Código Civil* no plano familiar. Contrariamente ao que pareciam indicar as críticas e censuras efectuadas às *Leis de Família* e do *Divórcio*, os meios clericais continuavam a exhibir um discurso previsível, com argumentos já conhecidos e por isso sem vigor concludente na mensagem que pretendiam divulgar.

De facto, torna-se interessante verificar que muito raramente são apresentadas análises críticas da *Lei do Divórcio* em termos argumentativos que pusessem em causa esse Diploma Legislativo. Embora existisse uma condenação enérgica, era quase sempre feita em termos gerais e usando os ‘velhos’ preceitos da falência da família e da religião. Tornava-se um discurso penoso, incapaz de contestar as argumentações republicanas sobre a melhoria do ambiente familiar quando um casal, incapaz de superar as suas desavenças e vendo os filhos assistir diariamente a discussões ou à indiferença conjugal, preferia divorciar-se.

Na verdade, desejando cortar com as ‘velhas tradições’ existentes no País, os republicanos baseavam a sua acção na convicção de que só seria possível criar uma sociedade aberta à mudança e com um grau superior de desenvolvimento cívico, com base em reformas que a afastasse progressivamente da esfera religiosa (cf. Delgado, P. 1995:97/98).

Se era inevitável um conflito nas relações entre Estado e Igreja, seria também natural que esta última procurasse numa primeira fase defender-se dos ataques de que era alvo pelo novo regime político do País. Daí a reacção dos Bispos face ao conjunto de reformas decretadas pelo governo visando diminuir a influência da Igreja na sociedade portuguesa e todo o conjunto de estratégias que terá de utilizar para não ser submersa na onda republicana de 1910 (cf. Lopes, Virgílio 1978: 92-99).

Progressivamente, porém, encontrará as alianças necessárias para estabelecer a sua estratégia no campo político e social do País. Com efeito, tendo perdido desde o século

XIX o papel basilar como grupo social dominante que desempenhava na sociedade do ‘Antigo Regime’ em favor de um sistema liberal burguês, a Igreja passa a disputar a hegemonia que lhe escapa no sistema representativo que entretanto foi criado: a Assembleia Republicana com os seus partidos políticos. Neles e através deles, procurará doravante novos planos de intervenção ideológica e institucional (cf. Braga da Cruz, Manuel 1980:30/40).

Com efeito, a influência social para os sectores eclesiásticos sempre se revelou uma necessidade, na medida em que não era suficiente uma simples articulação com as estruturas de poder para garantir a vigência dos seus valores sociais e dos seus padrões de vida. Obrigada a definir a sua acção no campo social e realizando a sua função entre a população (decorrente da influência que lhe vinha da esfera do religioso), a Igreja *“insistirá na necessidade de organização e união dos católicos para intervirem na vida pública, com destaque para uma acção parlamentar suprapartidária, defensora dos interesses da Igreja, assente numa acção moderadora da vida social e política e num patriotismo com base na tradição”* (Ferreira, A. M. 1993:341).

Nesse aspecto e tendo necessidade de se mover no quadro político institucional da revolução republicana, *“foi o clero que fomentou e enquadrrou grande parte (...) das conspirações e revoltas, motins e outras formas de luta armada contra a República (...). Na falta de um partido monárquico forte e unido, a Igreja providenciava os meios ideais de oposição à república, com organização e difusão às escalas nacional e internacional. Podia arvorar-se em representante da maioria da nação, mesmo que essa maioria fosse a mais atrasada culturalmente e a mais subdesenvolvida economicamente”* (A.A.V.V. 1991: 499). De facto, o ‘País real’ permanecia ligado à influência dos padres, que o enquadravam até à mais escondida aldeia do interior onde, a partir do púlpito e no segredo do confessionário corroía a autoridade do Estado Republicano, quando não convidada abertamente à dissidência.

A Igreja compreendia que a recuperação da sua força moral, do seu prestígio social e da sua autoridade ideológica sobre as pessoas passava agora, mais do que nunca, pelo poder político. *“Importa, pois, disputá-lo, pressioná-lo, conquistá-lo, se não formal e directamente, pelo menos através de influências terceiras do seu laicado”* (Braga da Cruz, Manuel 1980:40).

Inspirada na orientação e nas directivas emanadas do Vaticano (em especial sob as normas de ‘alinhamento’ com os governos liberais desde o pontificado de Leão XIII), a

Igreja parte à conquista da influência política através de um partido confessional e à recristianização da sociedade através do movimento social católico (cf. A.A.V.V. 1999:194/195 – vol. 8).

As ‘convulsões’ políticas e sociais por que passou a Primeira República e a instabilidade verificada no campo económico, acabarão por suscitar projectos compatíveis com a sua regular influência na sociedade e o reconhecimento institucional da hierarquia e dos direitos que reclamava no âmbito dessa influência. “*A questão religiosa, como questão da disputa pela hegemonia perdida, vai dar lugar à questão social nas preocupações da Igreja. [...] As atenções dominantes deslocam-se do estado e do poder político, com quem agora se estabelecem acordos de conveniência, para a sociedade civil*” (Braga da Cruz, Manuel 1980:42)

Com o final do quadro político e institucional da primeira república assistimos a este aspiração. A *democracia cristã* militante da Igreja (que se caracterizou pelo seu carácter elitista e doutrinário) em íntima ligação com a Universidade de Coimbra (cujo Centro Académico de Democracia Cristã era influenciado por Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira) foram determinantes para o triunfo do movimento social católico que viu dois dos seus mais proeminentes membros cooptados para o governo saído do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 – Oliveira Salazar e Mendes dos Remédios.

Agora era apenas uma questão de tempo para começar a reivindicar a sua posição junto do Estado e na Sociedade, quer a nível de influência política, quer na aplicação dos seus valores morais e espirituais na sociedade.

O advento do Estado Novo (passado um primeiro momento de regularização das relações entre o Estado e a Igreja no consulado de Sidónio Pais – 1917/1919) marcará o início de uma colaboração frutuosa entre as duas Instituições. Estendendo-se por várias décadas, esta colaboração acabará por modelar o ambiente familiar com um pendor marcadamente tradicionalista e nacionalista, próprio aos respectivos programas ideológicos, acabando ainda por se legitimarem socialmente no plano institucional.

6. A Família e o Estado Novo – da Constituição de 1933 à Concordata de 1940

O Estado Novo acabou por ser um modelo encontrado pelo corpo social da época para conter a instabilidade política, social e económica então existente. As estratégias utilizadas garantiram uma resposta estabilizadora para o País, expressas num projecto de paz social, com a prévia necessidade de criar “*um tempo para arrumar o País, que lhe*

permitisse sair da estagnação económica em que se encontrava e voltar aos tempos da prosperidade” (Silveira, Paula 1987: 306).

Salazar oferecia à hierarquia católica garantias de resolver as pretensões da Igreja em matéria de política religiosa e social. Em contrapartida, “ *a atitude da maioria dos católicos foi a de secundar a acção de Salazar [...] tentando impedir que outras directrizes se impusessem dentro do regime e procurando que nele prevalecesse a orientação católica. Daí o seu empenho na instituição nascente do Estado Novo. [...] Os intelectuais católicos não se cansavam de enaltecer [...] e defender o empenho tanto da Igreja como do Estado no terreno social*” (Braga da Cruz, M. 1980: 234).

Oliveira Marques confirmou este aspecto ao salientar que “ *o estado corporativo e autoritário tentou e, em parte, conseguiu moldar um Portugal diferente, estreitamente vinculado ao Estado e, nesta medida, de difícil destruição [...]* ” (1998: 435).

No seguimento, o Estado Novo “*vai querer construir o sossego, a calma, a paz a organização*” uma vez que “*só com o País parado seria possível fazê-lo andar*” (Silveira, Paula 1987: 306). Nesta base, a melhor alternativa para os fins em vista passaria pela aliança com a Igreja, a Instituição mais vocacionada para ajudar a levar até ao fim este projecto de estabilidade social.

A Igreja (e os católicos em geral), acolheram por sua vez o Estado Novo com fundadas expectativas pois Salazar parecia oferecer-lhes, pela colocação que tinha no governo e pelo ascendente que tinha no regime, garantias de poder resolver as pretensões católicas no domínio da sua liberdade institucional e sobretudo no campo da sua área de acção de catolicismo social, com destaque para o campo familiar. Esta confiança em Salazar era reforçada pelo seu ideário político, onde defendia “*uma aliança entre o pensamento católico e o pensamento contra-revolucionário do final do século XIX [encontrando-se] como traços dominantes o nacionalismo, o catolicismo político e social, a crítica [...] mais ou menos assumida e ostensiva, à democracia, à tradição liberal e ao ideário da revolução francesa (...)*” (Mesquita, A.P. 2003:69).

Tendo presente estes aspectos, os ideólogos do Estado Novo em conjunto com os círculos católicos procuraram recuperar os aspectos mais tradicionais do casamento e da família em Portugal, em especial os valores religiosos, passando a mostrar a família conjugal como elemento de base da sociedade e como meio natural para o crescimento e bem-estar dos seus membros

A acentuação de uma mensagem baseada na «moral» e na «tradição cristã» numa sociedade onde o analfabetismo era ainda significativo, correspondia logicamente aos propósitos de enquadrar o sistema familiar numa ordem nova, ao mesmo tempo que o Estado promovia um conjunto de leis tendo em vista a sua defesa através da melhoria das condições de assistência social (cf. Delgado, P. 1998 a:90).

Uma nova ‘ideologia de família’ estava a ser construída, envolvendo ‘Deus, Pátria e Família’ como principais ingredientes. À volta destes novos valores, serão devidamente redimensionados as antigas tradições do ‘bom povo português’, criando-se uma sintonia de valores em termos de estabilidade social em contraponto à antiga desordem existente durante o consulado republicano (cf. Barros, Júlia Teresa L. e Henriques, Raquel P. 1987:159/160).

O ideal expresso consistirá numa sociedade “*bem organizada, com tudo nos seus lugares, tudo com ordem, um tempo para cada coisa, um lugar para cada coisa, de pessoas muito trabalhadoras, úteis ao país, fraternais, bem integradas nos seus deveres para com os seus grupos de pertença – família, escola, profissão – e para com a pátria*” (cf. Barros, Júlia Teresa L. e Henriques, Raquel P. 1987:159/160).

De igual modo, assim como a figura do ‘Chefe de Estado’ passará a ser exaltada, o mesmo sucederá com o ‘chefe da família’, cujo conceito conhecerá ao logo da vigência do Estado Novo uma crescente relevância.

Por conseguinte, a Família servirá como uma metáfora para a estabilidade e segurança dos seus membros; tudo o que lhe é exterior ou sentido como tal era entendido como uma ameaça.

Para a formação desta ideia, encontramos dois momentos particularmente significativos: a *Constituição* de 1933 e a *Concordata* de 1940. Vejamos o respectivo enquadramento legislativo e suas implicações no tecido familiar o País

6.1. Princípios ideológicos da *Constituição* de 1933 na organização da Família

A *Constituição* de 1933³⁶, peça fundamental no processo de legitimação política do Estado Novo, apontou em vários artigos a importância da nova visão do Estado sobre a

³⁶ Podemos dizer que a ‘reforma do *Código Civil*’ em 1930 (Decreto nº19.126 de 16 de Dezembro de 1930), não trouxe alterações de relevo ao direito de família, pois em grande parte tinha assento mais na legislação republicana do que na produzida em 1867. O que ainda estava no *Código Civil* era sobretudo o direito patrimonial da família “*e foi nestas que incidiram as alterações da Reforma, que deu redacção diferente a quinze disposições diferentes inseridas no capítulo do Código respeitante ao casamento*”, harmonizando-as com a legislação vigente (A.A.V.V. 1999:549).

família, ao considerá-la como meio natural e primário da educação e formação integral dos cidadãos (cf. artigos 11, 12 e 13 da *Constituição* de 1933 – Miranda, J. 1976:289).

Pormenorizando melhor o artigo 12, o Diploma salienta: “ *o Estado assegura a constituição e defesa da família como fonte de conservação e desenvolvimento do povo português, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa, pela sua agregação e representação na freguesia e no município*” (*Constituição* de 1933; artigo 12 – título III – cf. Miranda, J. 1976:289).

Esta orientação era mais explícita no artigo seguinte, ao salientar que a ‘constituição da família’ assenta:

“ *1º – No casamento e filiação legítima;*

2º – Na igualdade de direitos e deveres dos dois cônjuges, quanto à sustentação e educação dos filhos legítimos;

3º – Na obrigatoriedade de registo do casamento e do nascimento dos filhos”

(*Constituição* de 1933; artigo 13 – cf. Miranda, J. 1976:289).

No último articulado, o ponto 2 era esclarecedor: “*É garantido aos filhos legítimos a plenitude dos direitos exigidos pela ordem e solidez da família, reconhecendo-se aos ilegítimos perfilháveis, mesmo os nascituros, direitos convenientes à sua situação, em especial o de alimentos [...]*” (*Constituição* de 1933; artigo 13, ponto 2 – cf. Miranda, J. 1976:290).

Encontramos assim um modelo de família nuclear composto pelo pai, mãe e filhos, num ambiente de legitimidade na filiação e supostamente estável nas suas relações internas. De resto, esta era a tónica colocada pelo Estado Novo na sociedade portuguesa, intimamente ligado à procura das ‘virtudes morais’ tão defendidas pelos meios ligados à Igreja (cf. Baptista, Luís V. 1986:194/195).

Nesta linha de pensamento, os Poderes Públicos da época não esqueciam o seu papel na protecção e defesa das ‘famílias do País’, tal como pretendia demonstrar o artigo 14º da *Constituição*:

“ *Em ordem à defesa da família, pertence ao Estado e autarquias locais:*

1 – Favorecer a constituição de lares independentes e em condição de salubridade, e a constituição do casal de família;

2 – Proteger a maternidade;

3 – *Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a adopção do salário familiar;*

4 – *Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção, ou favorecendo as instituições particulares que se destinem ao mesmo fim;*

5 – *Tomar todas as providências no sentido de evitar a ‘corrupção dos costumes’ ”*

(*Constituição de 1933* – artigo 14 – cf. Miranda, J. 1976:290).

Assim, o Estado tinha o dever de proteger a Família, pois era dela que dependia a actividade fecunda da Nação e simultaneamente era a fonte de todas as virtudes morais e cívicas dos seus membros mais jovens. Para isso, as famílias deveriam educar os seus filhos dentro da orientação dos princípios da educação cristã (cf. Baptista, Luís V. 1986:194).

Se era intenção do Estado zelar pelo bem-estar das famílias do País, o facto é que a sua acção intervinha decididamente em áreas tradicionais da sua própria competência, como seria o caso da função educativa, da assistência e de segurança social. Esta situação, de resto, começava a ficar materializada em situações, como a construção de Bairros Sociais, na protecção à maternidade e na promoção do ‘salário familiar’ ou seja o ‘abono de família’. (cf. A.A. V.V. 1991: 213).

Referenciados pelo Estado como esteios para a protecção da geração, o ‘abono de família’ e a ‘protecção à maternidade’ merecem alguma reflexão quanto ao alcance da sua implementação a nível social. O primeiro, criado em 1942 pelo Decreto – Lei nº 32 192 de 13 de Agosto como benefício separado para trabalhadores assalariados da indústria e serviços, tinha na sua base a ideia da “*necessidade de minorar as dificuldades que a carestia da vida trazia para os chefes de famílias numerosas*” (cf. Decreto – Lei nº 32 192).

Este aspecto releva da ideia defendida pelo regime corporativo segundo o qual o trabalhador individual não devia ser considerado como indivíduo isolado, mas como parte integrante de uma família. Se a missão do Estado corporativo era a promoção e defesa da família, então compreende-se a sua preocupação em promover a adopção de um salário familiar, assegurando deste modo um rendimento ao trabalhador que fosse suficiente para garantir não só o seu sustento, mas também o do seu grupo familiar.

O problema, de acordo com o articulado da Lei³⁷, consistia no facto desse sistema de benefícios não admitir as situações conjugais de ‘união de facto’ ou de ilegitimidade de nascimentos, para além dos beneficiários estarem dependentes da actividade profissional exercida e apenas em certos sectores. Também os níveis de pagamentos eram extremamente baixos.

Quanto à protecção social à maternidade e embora alguns dos primeiros contratos e acordos firmados inserissem a garantia de uns dias de licença às mulheres por altura do parto com remuneração de pelo menos um terço do salário, a prática geral era ignorar esse pagamento (cf. Patriarca, M^a. Fátima 1990: 811).

Apesar de todas estas limitações, o objectivo era claro: o Estado Novo desejava ligar-se ao sistema familiar por um vínculo de solidariedade, protecção e estabilidade que alicerçasse mais os seus padrões ideológicos e políticos na sociedade portuguesa. Depois, como salienta Karin Wall (1995), *“a contrapartida deste sistema consistia numa ideologia encorajadora de uma ética de trabalho forte (segundo a qual as pessoas tinham de trabalhar para resolver situações de carência) e de valores familiares, bem como de legislação em que a obediência ao chefe de família e a ajuda mútua entre membros da família eram enfatizadas. Isto significava, por exemplo que os membros mais novos da família tinham o dever de entregar o seu salário ao chefe de família ou permanecer em casa, como filho ou filha solteiros, caso o pai ou a mãe tivessem disso necessidade”* (1995: 434/435).

No entanto, o apelo a uma família estruturada segundo princípios de um modelo tradicional, nem sempre coincidia com as realidades familiares na época, de acordo com os estudos de Paul Descamps (1959). Neste campo, seria interessante saber em que medida este modelo de família monogâmica legítima e nuclear, correspondia efectivamente à realidade do sistema familiar da época (cf. Descamps, P. 1959: 224-232/245-247).

Uma consulta às estatísticas torna visível a continuação da frequência de alta ilegitimidade nos nascimentos, além de uma paulatina subida de casais divorciados ou separados judicialmente. Por outro lado, o discurso ideológico do Estado Novo

³⁷ De acordo com a Lei e ao longo dos anos 40/50, o chefe de família podia candidatar-se a benefícios para os filhos legítimos ou perfilhados, bem como para os da mulher, com menos de 14 anos, (ou menores de 18 se fossem estudantes), para os netos, para quaisquer crianças ou adultos inválidos, independentemente da sua idade (cf. Decreto – Lei n° 32 192 de 13 de Agosto de 1942, pp.1025; cf. Wall, K. 1995:434).

sublinhava e divulgava que era no mundo rural que se encontravam as virtudes morais e tradicionais do povo português, um mundo campestre de famílias modestas e analfabetas, espessamente imóvel, rotineiro, tradicional e religioso que transformava com o seu peso no sector primário, a sociedade portuguesa dos anos 30/40.

Podemos assim questionar se este modelo de família legítima e nuclear, tão defendida nos meios citadinos e católicos, tinha uma correcta expressão na realidade social e familiar do País (cf. Mónica, M^a Filomena 1978:270-271).

Assim, para além do analfabetismo, existia ainda um mundo de problemas de ordem cultural, moral, económico, político e administrativo, cuja solução seria solidária com a dos problemas de educação da família. Depois, a legislação civil sobre a Família produzida durante a Primeira República e ainda em vigor, não se harmonizando totalmente com o conteúdo ideológico da nova *Constituição*, criava alguma desconexão em relação aos aspectos normativos a implementar.

Por outro lado, como salienta Irene Pimentel (1996) o Estado Novo teve uma política contraditória em relação ao trabalho feminino: “ *a legislação serviu, sobretudo, o patronato – os salários mínimos compatíveis com as necessidades das empresas não chegavam nem para uma alimentação modesta e obrigavam cada vez mais mulheres a procurar trabalho; as proibições ao emprego de mulheres não eram fiscalizadas e eram quebradas pela possibilidade de requerimentos feitos ao INTP*” (1996: 64). Tudo isto para se concluir que “ *a mulher no lar nunca deixou de ser uma utopia salazarista e da Igreja. As mulheres, ora eram toleradas nas fábricas porque eram baratas, ora eram impedidas de trabalhar quando o desemprego ou a concorrência desleal apertavam. Nos anos quarenta, o Estado Novo tentou afastá-las de um trabalho cujo salário fazia falta ao rendimento da família, aquela que ele erigia como núcleo primário e principal do corporativismo. De qualquer forma, mesmo que a ideologia não tenha sido levado à prática, manteve-se a orgânica corporativa de ‘cada um no seu lugar’ – a mulher como elemento da família e sujeita ao chefe, com a sua não-especialização, o seu analfabetismo e o seu salário pela metade* ” (1996: 64).

Portanto, mais do que a *Constituição* estabelecia, a verdade é que prevaleciam as posições doutrinárias do chefe do Governo e fundador do novo Regime.

Esta situação colocava o tecido familiar do País numa dependência ideológica do Estado, cuja mensagem era bem incisiva nos seus objectivos doutrinários, em especial nas classes de inferior condição social e económica, convencendo-as da imutabilidade

da sua condição e da necessidade de servir os grupos sociais dominantes (cf. Baptista, Luís V. 1986:193).

No entanto, existe outro factor que complementa e de certo modo justifica esta ideologia social do Estado Novo – a Igreja e a sua actuação junto do novo aparelho político.

6.2. A acção da Igreja a partir de 1926

No campo da actuação política, parecia que os grupos sociais agora soberanos no País, em especial a Igreja e os elementos económicos mais importantes que apoiavam o novo regime, estavam satisfeitos com a situação. A Igreja via “ *não só abolidos e eliminados muitos dos factores de perseguição e limitação da sua acção, como via restaurados muitos dos seus desideratos e criadas condições particularmente vantajosas para a sua acção*” (A.AV.V. 1992:206)

Deste modo, era reposta a sua tradicional autoridade religiosa na sociedade, ganhando de novo o reconhecimento público, prestígio e sobretudo a capacidade de voltar a influenciar a vida social do País. Os seus valores, novamente apresentados sob a forma de princípios éticos ou de moral, eram repetidamente exibidos como força de coesão da união social e familiar, factores que colocariam de novo a família num plano de estabilidade e de coerência com os desejos anunciados pelos novos dirigentes do Estado, no combate à ‘indisciplina dos costumes modernos’.

Na verdade, para os sectores mais ortodoxos ligados ao novo regime, a decadência da Família estava ligada sobretudo a três factores principais: a nível económico, a concepção individualista na gestão do trabalho humano; a nível social, a desordem dos costumes modernos e a nível ideológico, os princípios liberais ligados à revolução francesa (cf. Mónica, M^a Filomena 1978: 269).

Neste sentido, o combate pela regeneração da célula base da sociedade desenvolveu-se nesses três planos. No campo económico, o Estado Novo pretendeu persuadir os meios capitalistas a encararem os trabalhadores como chefes de família, pais e maridos e não como assalariados individuais ou simples máquinas de produzir riqueza. A nível social e ideológico, o regime propunha como panaceia a fé católica e a sua ideologia tradicional, fazendo renascer na sociedade e no País a antiga moralidade cristã. (cf. Mónica, M^a Filomena 1978:269-270).

A própria família precisava ser educada após anos de republicanismo, impondo-se o saneamento do meio social e a proibição do divórcio no caso dos casamentos católicos. Nesta visão, a ordem familiar estaria totalmente dependente do sentido divino – garantia de orientação e de estabilidade do casal – em nada se devendo assemelhar às pretensões humanas de laicidade dos vínculos familiares, esses sim, sujeitos à instabilidade causada pela dissolução do casamento pelas instâncias civis.

Por isso, embora registassem com agrado as ideias defendidas pelos dirigentes do Estado – Novo, os sectores mais conservadores da sociedade mostravam ainda a sua insatisfação pela continuidade da realidade legislativa instaurada durante a vigência da Primeira República no campo da organização familiar, pressionando o poder político vigente para harmonizar os princípios da nova Constituição com um novo plano legislativo na área da Família.

Considerando o casamento como sacramento e por isso dissolúvel só pelo falecimento de um dos cônjuges, a supressão das *Leis de Família* e *Lei de Divórcio*, apresentavam-se como prioridade comum nas suas intervenções públicas.

Facilmente identificável pelas ideologias que proclamam e pelas práticas que adoptavam, os elementos eclesiásticos movimentam-se agora na esfera política do Estado Novo tentando obter a mudança da legislação republicana referente à Família. Como vimos, esta actividade estava ligada à proximidade de posições ideológicas entre a Igreja católica e o Estado sobretudo desde a revolução de 1926, mas também à dinâmica interna do catolicismo, especialmente desde a realização do ‘Concílio Plenário Português’ nos meses finais de 1926. Foram aí definidos os princípios gerais de um programa de revitalização da Igreja na sociedade. A análise desses princípios aponta para aspectos que constituiriam parâmetros da actuação, particularmente do clero, nas décadas seguintes.

Após a aprovação do Vaticano dos princípios gerais delineados no citado Concílio, uma ‘Pastoral’ de 1930 (13 de Julho), sublinhou as prioridades da Igreja com especial destaque para as seguintes actividades no âmbito do seu catolicismo social: “*formação e comportamento público do clero, enquadramento das formas de religiosidade popular, disciplina sobre prática dos sacramentos, defesa da necessidade do reconhecimento civil do matrimónio católico, afirmação da necessidade de congregações religiosas, valorização das diversas experiências de movimento católico,*

importância da actividade missionária, reivindicação da liberdade de ensino” (A.A.V.V. 1999: 261).

A criação da ‘Acção Católica Portuguesa’ em 1933 estava incluída neste processo de revitalização das instâncias religiosas. Este organismo demonstrava também uma concepção e vivência activa do cristianismo como ideal de transformação da sociedade. A prática dessa vivência “*correspondeu essencialmente a uma elite, padres e leigos, empenhada no movimento social católico, com o objectivo de recristianizar a sociedade*” (A.A.V.V. 1999: 261).

A sua argumentação foi feita de acordo com vários aspectos, mas tendo sempre como ponto comum a referência às normas da Igreja em matéria familiar.

Na visão da Igreja, o sentido da Família estava dependente da vontade divina, que orientava e condicionava a vida do casal. “*A ideia defendida é de que o casamento (origem e fundamento da Família) tem um significado transcendente (...) que pela vontade do Todo-Poderoso se efectua através do Sacramento da Igreja (...) Sendo a finalidade primeira desta instituição «dar filhos a Deus e membros à Igreja», este acto indestrutível impõe «deveres gravíssimos» (para toda a vida), pelo que deve ser entendido como ideal de vida: estado de santidade sujeito à autoridade da Igreja o que o torna radicalmente diferente de um simples contrato*” (Baptista, Luís Vicente 1986:198). Por outras palavras: todos os valores familiares derivam de um código pré-estabelecido pela vontade divina que em nada se assemelham à pretensão humana, inconstante e mutável, de um *Código Civil*.

Considerando o casamento como sacramento e portanto inviolável face às leis civis, a supressão da lei de divórcio apresentava-se como prioridade comum nas intervenções públicas destas elites ligadas à Igreja. A realização de várias conferências e a produção de uma abundante literatura contra o divórcio é sintoma desse objectivo.

6.2.1. As Críticas da Igreja face às leis Republicanas sobre a Família e o Divórcio

O padre Leonel Franca, por exemplo, expõe a ideia de dissolução familiar pelo divórcio como sendo um estímulo para o adultério legalizado (cf. Franca, L. 1936: 267). Conotando ainda o divórcio como factor de decadência moral, o autor coloca algumas questões: “[*Com o divórcio*] *progrediu e aperfeiçoou-se a moralidade conjugal? A família entrou a desempenhar melhor a sua função essencial de conservadora da espécie e educadora dos cônjuges? Os filhos encontraram lares mais estáveis? Houve*

uma baixa sensível do egoísmo humano, inimigo de toda a vida elevada? Individual, familiar e social?” (Franca, L. 1936 : 274).

Avaliando os resultados ligados à ilegitimidade e lares desfeitos pelo divórcio (famílias que o autor não caracteriza, mas simplesmente alude com base nas estatísticas), Leonel Franca pretende assim justificar a necessidade de indissolubilidade do casamento pois seria o único modo possível do marido, esposa e filhos viverem em segurança no lar comum (1936:63). Torna-se evidente que os factores explicativos ligados à questão da ilegitimidade eram mais profundos e tocavam outras áreas do que os apresentados por Leonel Franca, mas a necessidade de legitimar a visão tradicional da Igreja em matéria familiar justificava este tipo de análise demasiado geral.

E quanto à questão da infelicidade dos cônjuges no casamento, que constituía um forte argumento para os republicanos laicos defenderem o divórcio do casal? Leonel Franca responde desta maneira: “ *Seria essa a primeira vez ou a única vez que uma lei impõe renúncias árduas? Sacrifício doloroso, mas necessário; (...) Infelicidade conjugal, enquanto houver imperfeições humanas, nenhuma lei as evitará. O divórcio tende a multiplicá-las; a indissolubilidade a restringi-las*” (Franca, L. 1936: 64).

Estamos perante mais um valor que deveria estar presente na vida do casal – o sacrifício em prol da família, em geral, e dos filhos em particular; algo que fazia parte integrante da própria ideologia secular da Igreja. Como salienta Luís Vicente Batista: “ *A imperiosa necessidade de manter inviolável a instituição familiar é feita a partir de dogmas religiosos e sociais que remetem para o divino a sua justificação. Os argumentos utilizados são no sentido da preservação do mundo doméstico, de evitar a corrupção e a decadência da própria sociedade*” (1986: 199).

Portanto, para a Igreja, alguma coisa se teria de perder em nome da estabilidade da família: a satisfação pessoal na relação conjugal, conformando-se o casal com a sua situação de vida. Mas neste caso, seria de prever que a degradação progressiva do ambiente familiar viesse a degenerar numa separação de pessoas e bens, abrindo efectivamente caminho a relações de concubinato caso fosse possível a obtenção legal do divórcio.

Como fazer então, que os futuros casais aderissem à ideia de indissolubilidade do seu casamento? Abel de Andrade (professor de Direito Canónico) seguindo o raciocínio já apresentado em décadas anteriores por Abúndio da Silva, argumentou em várias intervenções públicas com a necessidade imperiosa de preparar moral e espiritualmente

os católicos do País para o matrimónio religioso e, por consequência, alcançar a ideia de uma família estável e indissolúvel pelo divórcio (cf. Andrade, A. 1932:28-29/34).³⁸

Este último ponto tornou-se mesmo um objectivo nas suas intervenções, pois consideravam que a supressão do divórcio permitiria a dignificação da mulher dentro do lar, garantia os direitos patrimoniais aos filhos legítimos e celebrava a estabilidade familiar (cf. Andrade, A. 1940:67,77,82). Essa posição resultava das suas concepções de divórcio, que considerava ser:

- *“Ofensivo da consciência religiosa da maioria dos portugueses [...]”*
- *“ Contrário às leis da natureza, porque é a natureza e não o Estado que constitui a família e constitui-a indissolúvel.”*
- *“ Ofensivo e contrário à sociedade, pois aumenta o número de adultérios, contribui para a loucura, suicídio e diminuição da natalidade.”*
- *“ Subversivo, porque representa a derrogação dos preceitos constitucionais, em especial do art. ° 12, art. ° 143, n° 5 e art. ° 43, ponto 3, relativos à defesa da família, organização do carácter e virtudes morais/cívicas dos cidadãos portugueses [...]”* (Andrade, A. 1940:78/79).

Torna-se evidente que todo este propósito de preparação moral e espiritualmente dos católicos do País para o matrimónio religioso estava ligado à necessidade de revogar a legislação da república laica e anticlerical no domínio social e familiar, a qual teria difundido novos valores na sociedade, claramente afastados do ensino religioso que a Igreja tradicionalmente defendia para a sociedade. A mudança só poderia ser feita através da indissolubilidade, cujo efeito imediatamente visível consistia na pretendida

³⁸ Abel de Andrade, ainda assim, não esquecia que a ressurreição moral da nação passava também pela adopção de um salário familiar que permitisse elevar as condições materiais de vida da família: *“Deve atribuir-se ao operário um salário que lhe permita prover à sua subsistência e à dos seus. De certo, os outros membros da família, cada um segundo as suas forças, devem contribuir para o sustento comum. Mas de modo algum é permitido abusar da idade das crianças e da fraqueza das mulheres. O trabalho das mães de família deve ser prestado de preferência na sua casa ou nas suas dependências, em serviços domésticos, [enquanto] os pais de família devem receber uma remuneração que lhes permita fazer face às suas necessidades domésticas (...). A justiça social ordena que se proceda sem demora a reformas que garantam ao operário adulto um salário correspondente a essas necessidades”* (Andrade, A. 1932:25).

No mesmo sentido iam as propostas de Pestana Vasconcelos (1933), que defendia ‘a remuneração justa do trabalho realizado e a condenação do trabalho remunerado antes dos 17 anos bem como da concorrência feminina no mercado de trabalho’ (1933:36-38). Criticando também a influência do individualismo herdado das práticas liberais, apela a Salazar para corrigir o ‘problema da dissolução do lar e da família com uma directriz política que junte os aspectos morais e sociais nas boas tradições do País’ (1933:27-33).

ligação estável e contínua da vida do casal. Daí o recurso constante a expressões ligadas ao casamento como sendo de instituição divina; à defesa da fidelidade conjugal; à integridade moral e à garantia de educação dos filhos (cf. Batista, Luís Vicente 1986: 199).

Foi desse modo que argumentaram outros membros do clero, como o cónego Fulgêncio de Andrade e o padre Fino Beja. Defendendo que só o retorno às normas e valores da Igreja referentes à família podia trazer verdadeiros benefícios aos cônjuges, a indissolubilidade matrimonial constituiria o primeiro passo para uma garantia de equilíbrio e solidez no vínculo matrimonial. Por isso, ao referir as consequências da *Lei de Divórcio* na sociedade, Fulgêncio de Andrade salientou que as rupturas da vida conjugal tiveram uma relação directa com a ‘ profanação do matrimónio canónico’ (cf. Andrade, F. 1940:120/121).

Reconhecida a ideia de que só na indissolubilidade desse modelo matrimonial se podia encontrar a solução para a harmonia conjugal, o autor expõe as influências nefastas da manutenção da *Lei do Divórcio* no panorama legislativo do País:

- “ *O divórcio é [...] a evolução mais perfeita do individualismo feroz. É a paixão indómita que tenta opor-se à obra da natureza, [...] do cuidado da prole, da fidelidade conjugal e da prosperidade social.*”
- “*É um dos maiores flagelos que ameaça a velha Civilização Europeia.*
- “*Perturba a paz das famílias dos divorciados.*”
- “*Corrompe os costumes tradicionais do País*”
- “*Rebaixa a dignidade da mulher*” (Andrade, F.1940:123 e 149/150).

Considerando como causas básicas desta situação o liberalismo filosófico do século XVIII, Fulgêncio de Andrade admite que a valorização e libertação do Homem da dependência de uma esfera religiosa até então dominante, produziu na ordem jurídica um subjectivismo que teria concedido ao ser humano um conjunto de direitos individuais incondicionais. Estes porém, ao provocarem inúmeras transformações no sistema de vida, nos costumes e nos valores da sociedade, não terão concorrido para uma vida melhor face às condições objectivas da vida do casal, em especial no domínio dos sentimentos de afeição entre marido e mulher ou entre pais e filhos (cf. Andrade, F. 1940:122 a 142).

Sendo assim, o reforço da autoridade do Estado e a legislação por este produzido em termos de valorização do poder laico (a existência do casamento civil e do divórcio devem ser enquadradas nesse conjunto de transformações), não significaram um grande desenvolvimento para a vida familiar e muito menos lhe garantiram maior estabilidade e dignidade (cf. Andrade, F.1940:146).

Por isso e em concordância com a Acção Católica Portuguesa, Fulgêncio exhibe sensacionalmente as estatísticas dos divórcios decretados no País e também na Europa, com as conseqüentes anomalias familiares daí resultantes e concluído pela necessidade imperiosa de revogar as leis republicanas nesse domínio. Fulgêncio, em conjunto com os círculos católicos, considera-as “ *o maior ilogismo e a maior vergonha da legislação portuguesa, verme formidável que, a continuar a viver há-de inutilizar toda a obra de ressurgimento que se está operando em Portugal* ” (Andrade, F.1940:146).³⁹

Se o problema residia nas leis republicanas, tornava-se necessário reformar a legislação de modo a suprimir a “ *prioridade do registo civil sobre o matrimónio religioso para os católicos* ” (Andrade, F.1940:121), de modo a instituir o matrimónio indissolúvel “ *como garantia de estabilidade e bem-estar familiar* ” (Beja, Fino 1939: 251).

Nada de novo, portanto, com excepção das considerações feitas sobre os efeitos que a legislação de pendor laico produziu na sociedade portuguesa. Aparentemente, as mudanças sentidas no tecido social e cultural dos portugueses não teriam produzido os melhores resultados para a vida familiar no País. Por isso reclamam junto do Estado o cumprimento das suas próprias responsabilidades sociais, tal como vinham expressas na *Constituição* de 1933, que se ocupa pela primeira vez da protecção à família e que a consagra como uma ‘corporação’ fundamental da sociedade (cf. Miranda, J. 1976:XXVII e 290).

³⁹ São interessantes as conclusões apresentadas por Fulgêncio Andrade, depois de consultar as estatísticas: “ *Desde 1910 até hoje [1938] desfizeram-se em Portugal para cima de 16.000 famílias. Num País de 6 milhões de almas e no curto período de 28 anos, mais de 16.000 famílias destruídas, e cerca de 13.000 crianças sacrificadas ao torpe egoísmo dos seus progenitores* ” (Andrade, F.1940:146). Antes, Abel de Andrade apresentou também “ *a perniciosa influência que o divórcio tem exercido na organização da família portuguesa (...) num País de seis milhões de almas [onde] num curto período de 22 anos, houve 12 mil famílias destruídas, cerca de 12 mil crianças sacrificadas ao torpe egoísmo dos seus progenitores! E, pior do que isto, 12 mil focos de propaganda dessa lei nefasta, em todas as classes sociais, sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto* ” (Andrade, Abel de 1932: 20/21).

Sendo assim, exigem a harmonização do teor da Constituição com novos princípios legislativos, onde a ‘ indissolubilidade matrimonial’ seja contemplada na vida familiar (cf. Gonçalves, Ernesto 1940:64).

Este foi outro dos objectivos perseguidos pelos círculos católicos, a avaliar pelos consequentes projectos – lei apresentados na Assembleia Legislativa, visando a revogação das leis republicanas que não se adaptassem aos princípios Constitucionais do Estado – Novo.

6.3. Projectos – Lei sobre Família e Divórcio, na Assembleia Legislativa

Em Fevereiro de 1935, de acordo com os sentimentos dos círculos católicos do País, José Braga da Cruz apresentava à Assembleia Legislativa um Projecto – Lei onde declarava ser ilógico e nocivo continuar em vigor as *Leis de Família e Lei de Divórcio* de 1910, bem como a precedência obrigatória do casamento civil.

O autor considerava necessário adequar a legislação familiar aos princípios constitucionais, nomeadamente os artigos 12 e 13 da *Constituição* de 1933. Por isso, o seu Projecto contemplava a indissolubilidade do casamento, em contraposição às disposições legislativas da I República, que considerava como “*germe destruidor da vida familiar*” (*Diário das Sessões*, 11 de Fevereiro de 1935:175).

Eram as seguintes as bases gerais do seu Projecto Político:

“ *I – Para que à constituição da família sejam reconhecidos direitos civis é obrigatório o registo do casamento e do nascimento dos filhos, podendo aquele ser livremente precedido ou seguido do casamento realizado de harmonia com a religião dos nubentes.*

II – O casamento é indissolúvel, ficando revogadas todas as leis e demais, que permitam o divórcio dos cônjuges.

III – Os descendentes legítimos estão isentos do pagamento de imposto sobre sucessões e doações [...].

[Os pontos IV e V contemplam compensações a atribuir pela disposição anterior].

VI – O disposto na base II aplica-se a todas as causas e processos em que não haja sentenças em julgado [...]” (*Diário das Sessões*, 11 de Fevereiro de 1935:175- 176).

Torna-se evidente, de acordo com o ponto II deste Projecto, o desejo de recuperar a ‘indissolubilidade do casamento’, retomando-se as teses da Igreja sobre o casamento/sacramento, para além de se defender a legitimidade de filiação, para as questões fiscais em relação a direitos sucessórios, como previam os pontos III, IV e V, do citado Projecto.

Faltam porém, a definição dos papéis masculino e feminino no interior do modelo de família conjugal a que o Projecto alude e, de um modo geral, as funções que esta devia desempenhar no sistema social onde estava inserida, embora se conheça o âmbito das suas atribuições e a posição de supremacia masculina no âmbito conjugal.

(cf. Pires, José 1997:78 - 82).

Para a indispensável aprovação e exequibilidade do Projecto tornava-se necessário o ‘Parecer’ da Câmara Corporativa, o Órgão Consultivo da Assembleia Nacional e do Governo. O ‘Parecer’ salientou que a supressão da precedência obrigatória do casamento civil em relação ao canónico, não devia ser reclamada em nome da defesa da família, pois entendia-se que o ‘registo civil’ continuava a ser um instrumento indispensável na regularização de várias situações, especialmente quando era necessária a intervenção da lei civil.

Admitia-se, porém, que ao casamento canónico se atribuísem efeitos civis, filiando-se desse modo a defesa da família no “ *revigoroamento moral que para ela adviria da sua instituição legislativa*” (Diário das Sessões – 22 de Março de 1935:2).

Sendo assim, o ‘Parecer’ legitima a intervenção dos Poderes Públicos no domínio familiar, quando salienta: “ *Ao Estado não pode deixar de interessar a constituição e organização da família, a disciplina jurídica do matrimónio, a fonte dos mais importantes feitos jurídicos, de todo um complexo de relações de carácter pessoal e patrimonial. (...) Mas ao estabelecer essa disciplina jurídica, deve naturalmente apoiar-se na própria realidade social, conformando-se com as ideias, costumes, sentimentos e aspirações dominantes na sociedade*” (Diário das Sessões – 22 de Março de 1935:2).

Como a maioria da sociedade portuguesa professava o catolicismo e de harmonia com ela celebrava os seus matrimónios, seria legítimo atribuir efeitos civis a esse casamento canónico. Conclui-se igualmente que os subscritores deste ‘Parecer’ procuraram ligar os preceitos estabelecidos na lei civil com as leis canónicas, situação

que demonstra o peso e a influência que os círculos católicos começavam novamente a exercer na sociedade portuguesa da época.

A Igreja não terá perdido a sua capacidade de resposta face às necessidades espirituais, morais e éticas dos indivíduos e das famílias, muito embora algumas regras respeitantes ao modo de vida e a princípios morais pudessem ser recebidas com algumas reservas (a questão do divórcio, por exemplo). Sabia, no entanto, que num contexto de personalização dos valores, as pessoas continuariam a remeter-se ainda à sua autoridade. Para isso, tornava-se necessária uma estreita colaboração com um Estado fortemente impregnado de ideologia, de modo a mobilizar as famílias para uma causa comum.

Foi nesse sentido que o ‘*Parecer*’ encerra a sua opinião, ao tecer várias considerações de carácter histórico sobre a família e o divórcio. Começando por considerá-lo um elemento dissolvente da instituição familiar, o divórcio foi enquadrado numa longa análise, com especial incidência no liberalismo francês do século XVIII e XIX, cuja influência a nível legislativo teria desencadeado em Portugal o aparecimento de um anti-clericalismo que levou a declarar o casamento como um contrato civil e, consequentemente, a permitir a introdução do divórcio no País (cf. *Diário das Sessões* – 22 de Março de 1935:6).

Considerando que a sociedade e o País nada lucraram com este afastamento dos preceitos e normas tradicionais veiculados pela Igreja, o ‘*Parecer*’ salienta: *“É de toda a conveniência não ferir a antiga ideologia moral do País e revigorar os princípios éticos que a informavam, compreendendo-se ao mesmo tempo que eles só podem florescer no âmbito familiar [...] impondo-se como lógica a condenação do divórcio (Diário das Sessões – 22 de Março de 1935:6).*

Verifica-se uma posição próxima das teses da Igreja, indiciando a necessidade desta retomar o controlo social do sistema familiar, de modo a moldar o comportamento ético dos indivíduos. Isso mesmo está presente na parte final do ‘*Parecer*’ da Câmara Corporativa quando aconselha a necessidade de se realizar uma ‘campanha de preparação moral’ na sociedade, tendo em vista a redução de motivos para a fundamentação do divórcio. Algumas sugestões são inclusivamente apresentadas nesse sentido:

- Supressão do divórcio por mútuo consentimento.

-
- Revogação do artigo 46 ° do decreto de 3 de Novembro de 1910, que possibilitava a conversão da separação em divórcio.
 - Limitação das causas para divórcio litigioso, admitindo-se apenas os que constam do Código Civil para a separação de pessoas e bens.
 - Os termos ‘sevícias e injúrias’ deverão ser definidos com maior rigor (cf. *Diário das Sessões* – 22 de Março de 1935: 6).

Mesmo assim, os Poderes Públicos continuavam a exercer o principal controlo social, enquadrando legalmente os aspectos normativos a vigorar na sociedade. Por isso e embora se fizessem sentir as pressões de certos círculos sociais, o projecto de Braga da Cruz não foi aceite para futura legislação.

No entanto, as sugestões da Câmara Corporativa foram atendidas e poucos meses depois foi apresentado à Assembleia Nacional um novo projecto sobre idêntica matéria dos deputados Cunha Gonçalves e Ulisses Cortês.

Conhecendo as objecções colocadas ao projecto de Braga da Cruz, os autores não propunham a supressão total do divórcio, mas a restrição a alguns dos possíveis fundamentos de dissolução conjugal, enquanto o divórcio por mútuo consentimento era eliminado neste projecto. Desse modo, procuravam limitar o que consideravam ser as excessivas facilidades para a dissolução do casamento concedidas pela lei de 3 de Novembro de 1910 (*Lei do Divórcio*), para além de corresponderem às sugestões do ‘*Parecer*’ da Câmara Corporativa.

Estes deputados não eram partidários da revogação total da lei republicana porque entendiam que a ‘Nação Portuguesa’ não se compunha só de católicos, exemplificando a situação com a população não católica existente no País e sobretudo nas colónias ultramarinas (cf. *Diário das Sessões* – 24 de Fevereiro de 1936).

De modo consciente ou não, estava contemplado o princípio da diversidade cultural e com isso, o reconhecimento da não existência de modelos únicos de famílias, embora na altura esta situação não constituísse uma grande preocupação social.

Este Projecto – Lei estava agrupado em 6 capítulos, num total de 48 artigos. No primeiro (*Da Dissolução do Matrimónio*), são visíveis as restrições operadas em relação à dissolução conjugal por divórcio, se o compararmos com a lei de 1910. Depois, o divórcio só podia ser solicitado com base num processo litigioso, baseado nos seguintes fundamentos:

“[...]

1 – *Adultério da mulher.*

2 – *Adultério do marido, com amante teúda e manteúda dentro ou fora da casa conjugal, embora sem escândalo público, ou com abandono físico e moral da mulher legítima.*

3 – *Ausência ou desaparecimento do cônjuge por mais de 10 anos [...].*

4 – *Ofensas corporais e quaisquer outros delitos contra a pessoa do cônjuge requerente, ou a condenação à pena maior por homicídio ou ofensas corporais graves contra filho, ascendente ou irmão do cônjuge requerente, ou contra filho comum.*

5 – *Injúrias graves e reiteradas.*

Único – *A gravidade das injúrias será apreciado na sentença final conforme a classe social, o grau de educação ou sensibilidade moral dos cônjuges”*
(*Diário das Sessões* – 24 de Fevereiro de 1936: 669).

Em termos de uma sociologia jurídica, este projecto faria desaparecer o princípio que igualava em carácter de gravidade o adultério do marido ou da esposa. Deste modo, o adultério masculino só constituía motivo para divórcio desde que o marido tivesse “amante teúda e manteúda”. Era evidente o retrocesso face à Lei Republicana de 1910, mas uma aproximação em relação ao disposto no *Código Civil* de 1867 – art. ° 1204, nº2.⁴⁰

Significava isso também que o marido passaria a ter o domínio total da família conjugal, cabendo-lhe as funções instrumentais de ganhar o sustento, enquanto a mulher deveria providenciar o necessário equilíbrio afectivo no lar. Deste modo seria possível harmonizar os princípios presentes na *Constituição* de 1933 com este Projecto de futura legislação familiar.

Torna-se igualmente interessante observar que as ‘*Injúrias graves e reiteradas*’ seriam apreciadas com base na “*classe social, educação e sensibilidade moral dos*

⁴⁰ O artigo 1.204 do *Código Civil* de 1867 salientava:

“*Podem ser causa legítima de Separação de Pessoas e Bens:*

1º - *O adultério da mulher.*

2º - *O adultério do marido com escândalo publico, ou completo desamparo da mulher, ou com concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal.*” (*Código Civil*, 1907:177).

cônjuges”, numa clara discriminação social (e cultural) em relação ao fundamento de divórcio, ficando ao critério do Juiz a deliberação final sobre esse assunto.

Os restantes capítulos do Projecto apresentam novas restrições à acção de divórcio, para além dos seus efeitos nos cônjuges, filhos menores e bens. Em especial, destaca-se o Capítulo II – *Do exercício da acção de divórcio*, onde se realça o art. ° 4:

“ *Não podem requerer o divórcio:*

- 1- *O cônjuge que ostensivamente consentiu ou incitou o adultério do outro.*
- 2- *O cônjuge que houver incorrido para com o outro em idêntica culpa.*
- 3- *O cônjuge ofendido que, nos casos dos números 1,2,4 e 5 do art. ° 2, houver perdoado ofensas, reconciliando-se e continuando a viver no lar comum”*

(*Diário das Sessões* – 24 de Fevereiro de 1936:669)

Se as duas primeiras situações são bem claras, já a terceira causa alguma admiração, especialmente se o cônjuge reincidissem na sua falta. Que valores de natureza ética ou moral podiam ser apresentados para continuar a manter uma família numa situação dessas? Parecia que o ‘Projecto’ desejava manter o casamento, não se importando com os eventuais custos sociais decorrentes desse procedimento, alinhando em termos de Direito familiar com a teologia defendida pela Igreja, segundo a qual o matrimónio só era dissolvido pela morte de um dos cônjuges. Os deputados Cunha Gonçalves e Ulisses Cortês tinham bem a noção destes valores e normas da Igreja ao restringir desta maneira quem tivesse optado pela via religiosa do seu casamento.

O capítulo III – *Dos efeitos do Divórcio* – copia o espírito dos artigos 19 e 55 da Lei Republicana de 1910, quanto à proibição da mulher usar o nome do marido de quem se divorciou, mas o aspecto orgânico do novo Projecto de Cunha Gonçalves e Ulisses Cortês estabelecia algumas restrições quanto a novos casamentos. Assim, pelo art. ° 12, não podia contrair um novo casamento o cônjuge que por duas vezes se tivesse divorciado com causa imputável, ou que tivesse condenação por homicídio voluntário (consumado ou frustrado) na pessoa do outro cônjuge ou seus ascendentes (cf. *Diário das Sessões* – 24 de Fevereiro de 1936:670).

Daqui resultava uma clara inibição à liberdade de reconstituir uma nova família, situação que envolvia uma severa punição em termos sociais. Naturalmente, os indivíduos assim restringidos poderiam subverter a norma vigente, adoptando um comportamento dito ‘desviante’, ao passarem a viver juntos com outra pessoa. Em tal

situação, os filhos nascidos desta união sujeitavam-se a fortes limitações nos seus direitos patrimoniais dado o carácter ilegítimo do seu nascimento.

Outras alterações quanto ao regime jurídico familiar vigente na época, estavam contempladas nos artigos 36 e 37, do capítulo IV. No artigo 37 por exemplo, Cunha Gonçalves e Ulisses Cortês recuperam o papel do Conselho de Família. A sua função consistia especialmente em participar na tentativa de conciliação dos cônjuges e emitir parecer sobre a conveniência do divórcio, bem como as providências a tomar quanto ao destino e alimento dos filhos menores, numa situação que recuperava o artigo 1206 do *Código Civil* de 1867, que preconizava a sua existência para resolver problemas a nível familiar.

A possível constituição deste Conselho era igualmente importante noutro sentido. Composto pelos parentes mais próximos do casal e tomando decisões sobre a conveniência do divórcio a nível conjugal, o Conselho de Família continuava a ligar-se às concepções dominantes no século XIX sobre a estrutura e o funcionamento do agregado familiar. Reflectia também o conceito de ‘família tradicional’ enquanto unidade coesiva, constituindo um meio de protecção contra as condições de vida instável (económicas ou afectivas) do elemento conjugal. (cf. Catroga, Fernando 1986: 145).

Resta no entanto saber se no quadro geral do País, era este o modelo de família predominante ou corresponderia antes a um tipo de família claramente acima da grande generalidade da vida conjugal existente. Em concreto, estes legisladores desejavam que as relações de afinidade e aliança derivadas dos laços contraídos pelo casamento envolvessem mais os grupos familiares. Com isso recuperar-se-ia o lado tradicional do sistema familiar ligado estruturalmente à Igreja e satisfaziam-se as concepções familiares defendidas pelo poder político, tal como vinham exaradas na *Constituição* de 1933. Por isso não constituía surpresa neste Projecto Político o artigo 48, segundo o qual seriam revogados o decreto de 3 de Novembro de 1910 – *Lei do Divórcio* – e diplomas posteriores que nele se baseassem.

Parecia que tudo se encaminhava para a aprovação deste Projecto – Lei, dado o ‘Parecer’ globalmente positivo da Câmara Corporativa, faltando apenas a necessidade de reconhecer efeitos civis ao matrimónio realizado segundo os preceitos da Igreja. No final, este matrimónio a que o Estado reconheceria efeitos civis deveria considerar-se

indissolúvel. Retomava-se também aqui o sistema familiar presente no *Código Civil* de 1867, que consagrava (como vimos) uma dualidade no regime de casamento.

Seja como for, se a Lei fosse aprovada e passasse a assegurar como válido o casamento segundo as normas da religião católica (com carácter de indissolubilidade), o problema do divórcio estaria resolvido na sociedade portuguesa, dado o elevado número de casais unidos pela Igreja. Esquecia-se porém que o domínio das sensibilidades afectivo/conjugais são muito mais complexas do que um sistema normativo pode regular. Relegando ainda para segundo plano esta situação, não constituiria surpresa que mais tarde viessem a surgir os argumentos já apresentados e presentes na literatura anti-divorcista do final da monarquia constitucional.

No momento, estavam definidas as orientações a que deveria obedecer qualquer reforma envolvendo o regime jurídico sobre dissolução familiar por divórcio e ao mesmo tempo que contemplasse o problema da indissolubilidade do casamento (cf. Lopes, Virgílio 1978:169/170).

Esperava-se assim a aprovação deste projecto na Assembleia Nacional, pois de um modo geral foi aceite pela Câmara Corporativa. Em seu lugar foi publicado o decreto nº 29 637 de 28 de Maio de 1939, que alterava a lei de divórcio no tocante ao item ‘mútuo consentimento’. Este, só podia ser utilizado como fundamento de divórcio ou separação judicial “*pelos cônjuges casados há mais de cinco anos e que tivessem completado, pelo menos, 25 anos de idade*” (art. ° 1472 do Decreto – Lei nº 29 637 de 28 de Maio de 1939: 378).

No acto de conferência, o juiz deveria exortar “*os cônjuges a desistir do seu propósito, chamando-lhes a atenção para os efeitos nocivos do divórcio ou da separação no que respeita ao futuro dos filhos*” (art. ° 1475 do Decreto – Lei nº 29 637 de 28 de Maio de 1939: 378).

O aspecto mais significativo prende-se com a alteração dos anos de casamento para solicitar o divórcio por ‘mútuo consentimento’. Esta medida devia ser enquadrada no âmbito da ‘preparação moral’ da opinião pública a que aludiam os ‘Pareceres’ da Câmara Corporativa, o mesmo devendo ser entendido quanto ao papel do Juiz, que se apresentava como importante conciliador ao fazer ver aos cônjuges os efeitos nocivos do divórcio quanto ao futuro dos filhos.

Se aqui os poderes públicos têm uma palavra a dizer quanto à necessidade de proteger o cônjuge mais fraco em face do outro, especialmente no campo da prestação

de alimentos ao cônjuge que deles necessite e sobre o destino a dar aos filhos (poder paternal), o regime concordatário será mais um caso concreto e marcante onde tudo terá o seu epílogo lógico quanto à situação da Família em Portugal.

De facto, nas ‘Pastorais’ da época, os bispos manifestavam publicamente a ideia de que a população portuguesa era maioritariamente católica. Sendo assim, tornava-se legítimo ter uma participação significativa na condução da sociedade, nomeadamente em questões de valores morais, os quais combinavam com a grande diversidade de práticas públicas ou privadas de devoção das populações (procissões, festas religiosas, romarias). Viam porém que esses critérios gerais de identificação católica do País, acabavam ainda por não ter grande expressão prática a nível da sua influência religiosa nas instâncias governamentais, acabando por denunciar o facto da legislação vigente coarctar o exercício do seu magistério social (cf. A.A.V.V. 1999:260 – Vol.7).

Não podendo encontrar argumentos válidos e sólidos, capazes de levar o inteiro corpo social do País a aceitar (sem imposições) a indissolubilidade do casamento, a Igreja encontra no Estado o aliado necessário para estabelecer no plano legislativo as suas convicções em matéria familiar.

Com a assinatura de uma *Concordata* em 1940, entre o Governo português e o Vaticano, a hierarquia católica viu finalmente reconhecida a situação jurídica da Igreja e revisto o âmbito da sua actuação no País, enquanto o regime corporativo do Estado Novo a envolveu como um dos seus mais importantes apoios sociais, associando-a ao seu ideário de ‘revolução nacional’ (cf. A.A.V.V. 1999:261 – Vol.7)

Na verdade, “ *a Concordata funcionou como elemento integrador e de solidificação do apoio político, nacional, e internacional, necessário à conservação do regime [...] aproveitando o fenómeno religioso como elemento estabilizador da sociedade*” (A.A.V.V. 1999:391 – Vol. 7)

Deste modo, Estado e Igreja encontraram um meio decisivo para o estabelecimento do que parecia ser uma coesão nas famílias do País, dado que a maioria dos portugueses professava a religião católica. O futuro porém, acabaria por demonstrar que a solução encontrada na área familiar com a impossibilidade dos cônjuges requererem o divórcio, caso optassem pela via canónica do seu matrimónio, não terá sido nem doutrinal, nem social, nem politicamente a mais correcta (cf. Lopes, Virgílio 1978: 198/199).

6.4. O sistema concordatário e suas implicações na textura social e jurídica do País

Como vimos, um amplo movimento de acção das instâncias religiosas para revitalizar a acção da Igreja na sociedade e promover o seu catolicismo social começou a tomar forma no início dos anos trinta. Este movimento, de resto, dava seguimento ao seu plano de intervenção ideológica e institucional no quadro representativo político da Primeira República.

Definindo um programa de actuação em torno do qual foram estabelecidos um conjunto de objectivos (formação do clero, necessidade de congregações religiosas, importância da actividade missionária, ensino religioso nas escolas, etc.), a defesa do reconhecimento civil do matrimónio canónico constituía um elemento fundamental tendo em vista a organização da vida familiar, de acordo com os princípios de moral religiosa. Se as várias conferências realizadas, literatura impressa e discussões públicas sobre família, casamento e divórcio estavam enquadradas nesse propósito, as leis gerais do País em matéria de ordenamento familiar continuavam no entanto, a ser regidas pelos princípios ideológicos das leis republicanas de 1910.

No momento em que os vários sectores da sociedade pugnavam pela limitação à livre prática do divórcio a bem da Família, Salazar celebrava uma ‘*Concordata*’ com o Vaticano. Com a introdução do articulado jurídico referente à família no Direito interno do País, a situação passou a mudar, para além de serem satisfeitas muitas das tradicionais reivindicações das instâncias católicas.

De facto, a Igreja passou a ter o reconhecimento jurídico da sua personalidade (artigo 1º da Concordata), a poder afirmar o seu direito de propriedade; a serem respeitadas as suas instituições canónicas e a ensinar livremente os seus valores éticos e morais (artigos 4,5 e 6 respectivamente).

Em contrapartida, concedeu ao Estado algumas concessões no que se refere aos bens confiscados durante a vigência da Primeira República, encerrando a questão religiosa que se arrastava desde a instauração do Liberalismo no País, com a expropriação dos bens das ordens religiosas em 1834 e em 1910 (cf. Braga da Cruz, M. 1992: 207/208).

Nesta base, “ *o Estado, ao apaziguar as relações com a Igreja, não só consagra a simpatia e o acatamento da grande maioria dos portugueses como católicos, como tira partido do conservadorismo do catolicismo português da época. A Igreja, numa sábia distinção entre influência e poder, renuncia à reivindicação de todos os seus bens e de*

qualquer indemnização [...] em troca da garantia de que o Estado lhe asseguraria a liberdade [e] os meios necessários [...] para exercer a sua acção [...]” Braga da Cruz, Manuel (1992:208).

Factor fundamental em todo este processo, Salazar conseguiu atrair a simpatia e o respeito da grande maioria da população católica, tirando partido, como vimos, da atitude conservadora e tradicional da Igreja. A defesa da instituição familiar ganhou assim um peso maior dentro da estrutura social do País, sobretudo pelos preceitos religiosos que estariam na sua base: a indissolubilidade matrimonial.

Não surpreende portanto, que a *Concordata* tenha permitido a passagem do casamento civil obrigatório para casamento civil facultativo, sendo agora possível às instâncias religiosas a recuperação do matrimónio e da vida familiar, que o casamento civil e o divórcio de algum modo lhe tinham retirado (cf. Baptista, Luís Vicente 1986: 199/200).

Deste modo, os católicos nubentes deixavam de comparecer perante o funcionário do Registo Civil, passando o casamento canónico a produzir todos os efeitos legais (cf. artigos 22 e 23 da *Concordata*). Neste campo da constituição familiar, o artigo 24 era o mais relevante, especialmente pelos efeitos provocados no ordenamento familiar do País:

“ Em harmonia com as propriedades essenciais do casamento, entende-se que, pelo próprio pacto da celebração do casamento canónico, os cônjuges renunciarão à faculdade civil de requererem o divórcio, que por isso não poderá ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos ” (art. ° 24 da *Concordata*; cf. Reis, Cesário. 1940:26).

As implicações deste artigo são imensas. Em primeiro lugar, foi afastado o princípio estabelecido no artigo 54 da Lei de Divórcio de 1910, segundo o qual era proibido estipular qualquer restrição à faculdade de requerer ou renunciar ao divórcio. Depois, passou a estabelecer uma desigualdade entre os casados pela norma canónica e pelo sistema civil, retirando-se aos primeiros a possibilidade de divórcio. Para mais, eram obrigados a renunciar antecipadamente à possibilidade civil de requerer o divórcio (uma renúncia forçada), decorrendo desse acto a impossibilidade dos tribunais civis emitirem qualquer sentença envolvendo os matrimónios realizados pela Igreja.

Sobrepujam-se assim na jurisprudência interna do País duas ordens de Direito: o canónico e o civil. Este critério dualista permeabilizou o sistema familiar do País,

acabando por originar situações particularmente importantes aos casais que optaram pelo matrimónio canónico, a maioria como veremos.

Quanto aos casamentos celebrados pela Igreja depois de 1910 e até ao início da vigência da Concordata (1 de Agosto de 1940), o problema não se colocava, pois a Igreja considerava-os juridicamente inexistentes (cf. Figueiredo, Mário 1940: 91; Delgado, Abel 1961:6).

Portanto, a *Concordata* celebrada entre o Estado Novo e o Vaticano e o Decreto – Lei nº 30.615 de 25 de Julho de 1940 (que lhe deu execução jurídica a nível de Direito interno), acabaram por influenciar durante décadas os aspectos normativos fundamentais em matéria de constituição e regulação da *Família* em Portugal.

No momento porém, as futuras implicações sociais eram naturalmente desconhecidas. Por outro lado, os defensores do casamento civil (de um modo geral ligados à formação individualista liberal, mas também à ideologia progressista republicana), não entendiam por que razão os cônjuges casados pela Igreja tinham de renunciar à faculdade civil de requerer o divórcio, pois continuava a existir no Direito interno a separação de poderes entre o Estado e a Igreja, tal como preceituava o artigo 45 da *Constituição* de 1933. Depois, a proibição do divórcio para os matrimónios canónicos ia contra a liberdade religiosa individual, conforme delineado no artigo 3, ponto 2, da *Constituição* (cf. Pereira Coelho, Francisco 1970:263).

Para os sectores ligados à Igreja porém, a proibição do divórcio era a melhor forma de conciliar esta nova ordem jurídica a nível familiar com os preceitos canónicos do casamento, pois consagrava o princípio da indissolubilidade em relação ao vínculo matrimonial.

Por outro lado, o Estado estava interessado em dotar o País de uma coesão e autenticidade sócio - cultural. Com a *Concordata*, os dirigentes políticos do Estado Novo conseguiram resolver o problema religioso aberto pelos republicanos com a Lei de Separação, ao mesmo tempo que satisfazia os sectores católicos do regime, pois atribuíam-se eficácia civil ao matrimónio religioso (cf. *Diário das Sessões*, de 27 de Maio de 1940: 71/82).

Neste respeito e em termos de especialidade, o ‘Parecer’ da Câmara Corporativa foi elucidativo: “ *A Câmara Corporativa, dando o seu voto à indissolubilidade do casamento católico, único visado na Concordata, não fez mais do que manter-se fiel a si própria (...) pois, como vimos, à indissolubilidade vivem ligadas vantagens de ordem*

social independentes da natureza religiosa ou não religiosa do casamento, que nem por ser civil, deixará de ser casamento – instituição e não casamento – contrato” (Diário das Sessões, 1940:871).

Portanto, com a introdução da *Concordata* abriu-se um novo espaço no plano da regulamentação familiar em Portugal, radicalmente diferente do anterior procedimento republicano. Como tal, os defensores de cada sistema inevitavelmente acabariam num confronto de ideias.

6.4.1. As questões sociais levantadas pela *Concordata* – um olhar na imprensa da época

Documento com relevância central para a resolução do problema ente Estado e Igreja levantado desde a Primeira República, a *Concordata* marcou um momento de viragem nas relações entre o Estado e a Igreja a partir de 1940.

No campo do Direito de Família, como vimos, propostas católicas de rectificação da *Lei de Divórcio* de 1910 não haviam encontrado atendimento na Assembleia Nacional e nos ‘Pareceres’ da Câmara Corporativa. Com a *Concordata*, porém, são tornadas leis algumas reivindicações da Igreja, tais como a abolição do divórcio para os casados religiosamente e o ensino da religião católica nas escolas.

Foi sobretudo na imprensa diária que assistimos a um vivo debate entre os diferentes defensores da ordem familiar, sem no entanto existir um conjunto novo de argumentos nesta matéria de bem-estar familiar apresentado pelos partidários da indissolubilidade do casamento católico ou pelos defensores da regularização familiar, quanto à possibilidade legal de uma reconstituição familiar depois do divórcio. O debate no entanto, serve para mostrar alguma insatisfação da parte dos sectores ligados à Igreja, que esperavam ter ido mais longe nas suas reivindicações, especialmente porque a *Concordata* não pôs fim ao casamento e ao divórcio pela via civil.

Abel de Andrade, ao comentar no jornal católico *Novidades*, a introdução do sistema concordatário nas leis gerais do país, tornou evidente que não estavam esquecidas as velhas questões sociais, jurídicas e religiosas decorrentes da introdução da lei de Divórcio de 1910. Foi por aí que este professor de Direito Canónico começou, salientando os ‘graves efeitos’ da manutenção da lei republicana no País durante várias décadas, argumentando que as principais vítimas teriam sido a família, os filhos e a sociedade em geral (cf. *Novidades* – 7 de Janeiro de 1942 – pp. 1, col. 1 e 2).

Apresentando a indissolubilidade matrimonial como necessidade de bem-estar social, Abel de Andrade entendia que só assim a família podia continuar a constituir-se como base primária da educação, disciplina e harmonia social, tal como preconizavam os dirigentes políticos do estado Novo.

O mesmo autor escreveu posteriormente um extenso artigo no mesmo jornal, solicitando novamente a revogação da Lei de Divórcio de 1910 (cf. *Novidades*, de 11 de Dezembro de 1942 – pp.1 col. 1-3 e pp. 4 col. 1-4). Era sobretudo um artigo que pretendia reflectir sobre a necessidade de adequar a sociedade portuguesa aos princípios estabelecidos na *Concordata* (em especial o artigo 24º), algo que o autor não encontrava no País devido à existência de várias modalidades de celebração do casamento:

“ - *Casamentos católicos celebrados depois da Concordata (...) que produzem todos os efeitos civis e não podem ser dissolvidos pelo divórcio.*

- *Casamentos católicos e casamentos civis celebrados (...) antes e depois do Decreto – Lei de 3 de Novembro de 1910 até à Concordata [podendo ser] dissolvidos pelo divórcio.*

- *Casamentos que não são católicos, celebradas depois da vigência da Concordata [que] podem ser dissolvidos pelo divórcio”* (*Novidades*, de 11 de Dezembro de 1942 – pp. 1, col 1.).

Preocupado com a suposição de que a sociedade portuguesa estaria satisfeita com a aplicação da *Lei de Divórcio* quer nos casamentos católicos, quer nos casamentos civis celebrados entre 1910 e 1940, Abel de Andrade deseja “ *mais do que nunca [uma] campanha contra a lei do divórcio [sendo] lamentável que ainda não tenha sido publicado diploma que revogue, pura e simplesmente o decreto – lei de 3 de Novembro de 1910 e mais legislação complementar”* (*Novidades*, de 11 de Dezembro de 1942 – pp. 1, col. 1 e pp. 4, col. 2).

Esta linha de pensamento constitui uma novidade no velho debate com os defensores do casamento e do divórcio pela via civil. Abel de Andrade salienta que a revogação das leis de família republicanas seriam fundamentais para a vida familiar, pois só assim se garantia aos membros da família uma medida de estabilidade para que cumpram o seu sentido de vida: “*Não são antagonistas os esposos que põem a sua vida em comum. O seu fim é dar organização social e moral à união dos sexos. A sua regulamentação deve corresponder à natureza permanente da pessoa humana, cujo desenvolvimento normal exige a permanência da família. Sem dúvida, a família assenta*

em bases subjectivas, sentimentos recíprocos de afeição entre marido e mulher, pais e filhos, mas existem nas famílias ideias objectivas, por exemplo a perpetuidade do lar, a indissolubilidade do matrimónio, a autoridade paterna. E estas ideias objectivas imprimem-lhe a natureza de Instituição” (Novidades, de 11 de Dezembro de 1942 – pp. 4, col. 4).

Portanto, o bem-estar familiar, da sociedade e do País não podia aceitar a permanência de um princípio legislativo de raiz republicana cuja manutenção no Direito interno seria responsável pelos ‘tradicionais’ infortúnios sociais dentro da família:

- ‘Degrada a dignidade da mulher, diminui a natalidade, sacrifica os filhos aos caprichos dos pais, conduz à livre prática da devassidão, incita ao adultério, envenena as inevitáveis desavenças conjugais, cria dificuldades às reconciliações’ (cf. Novidades, de 11 de Dezembro de 1942 – pp. 4, col. 1).

Mencionando os projectos políticos de Braga da Cruz em 1935, Cunha Gonçalves e Ulisses Cortês em 1936 e dos respectivos ‘Pareceres’ da Câmara a Corporativa onde se exaltava a necessidade de famílias estáveis contribuírem para a harmonia da social, Abel de Andrade conclui o seu artigo com importantes recomendações em matéria familiar: *“Não deve esquecer-se que a indissolubilidade matrimonial interessa ao indivíduo, à família e à sociedade e, portanto, ao bem comum de Portugal a que devem subordinar-se todos os interesses individuais, todos os portugueses sejam quais forem as suas confissões religiosas”* (Novidades, de 11 de Dezembro de 1942 – pp. 4, col. 4).

E conclui o articulista: *“ Temos até por certo que o Estado Novo, sobre cuja orientação espiritual não é lícito pôr quaisquer dúvidas (...) propõe-se coroar em breve a obra, que em todos os sectores da vida portuguesa tem realizado, com a abolição da lei do divórcio e a restituição do matrimónio indissolúvel à sociedade portuguesa”* (Novidades, de 11 de Dezembro de 1942 – pp. 4, col. 4).

Este artigo publicado num jornal de inspiração católica era modelar. Por um lado demonstra que a recordação da Primeira República em matéria de legislação familiar ainda perdurava fortemente nos quadrantes clericais. Depois, apelava ao Estado Novo na esperança do restabelecimento do antigo modelo matrimonial indissolúvel como garantia de estabilidade e de harmonia conjugal.

Confirma-se no entanto, uma certa desilusão por não se ter ido mais longe em matéria de Direito Familiar, nomeadamente com a revogação das leis republicanas de 1910 sobre a dissolução conjugal por divórcio.

Comentando especialmente esta última intenção, encontramos um editorial publicado no jornal *O Século* com título: “Os intolerantes”. O editorial considera que o artigo de Abel de Andrade ao reclamar a revogação da *Lei de Divórcio* voltou a lembrar “*uma das mais melindrosas [questões] para a sociedade portuguesa, sobre a qual os espíritos sensatos e tolerantes supunham terem recaído já com a sanção de quem podia julgá-la em derradeira instância, as soluções adequadas e justas por ela requeridas*”. Por isso, o articulista continua: “*Verifica-se, todavia, não sem surpresa nem espanto, que não acontece assim, que ainda há quem queira mais do que já lhe foi concedido, que ainda existem intolerantes em fermentação, clamando que as satisfaçam em detrimento de direitos e regalias, tão respeitáveis pelo menos, como aqueles que se querem fazer valer contra a justiça e contra a própria instituição que se pretende defender e fortalecer*” (*O Século* de 7 de Janeiro de 1943 pp.1, col. 1).

O autor prossegue, esclarecendo que a lei republicana permitia a dissolução do casamento desde que estivesse de acordo com as condições estipuladas no Diploma. Com a vigência da *Concordata*, o recurso ao divórcio era ainda permitido a todos os casais constituídos antes da sua entrada em vigor, quer tivessem casado pela Igreja ou pelo Registo Civil. Apenas os casamentos efectuados pela via canónica depois da entrada em vigor da *Concordata*, seriam indissolúveis, enquanto os casamentos celebrados perante as autoridades civis eram os únicos a poderem ser dissolvidos pelo divórcio.

Sendo assim, o articulista continua: “*O espírito equitativo destas novas disposições, a sua lógica e o seu perfeito equilíbrio são tão evidentes que seria quasi uma impertinencia encarecê-los. [...] Os católicos viram, se não todas, pelo menos as mais essenciais das suas reclamações atendidas. Acabou-se-lhes com a exigência da prioridade do registo civil sobre o religioso, criando-se em sua substituição um simples averbamento [...]. Pôs-se assim termo áquele vexame, como alguns católicos diziam, de se ter de comparecer numa repartição do Estado para celebrar um acto civil que mais tarde regularizavam religiosamente*” (*O Século* de 7 de Janeiro de 1943 pp.1, col. 2).

Considerando ser estranho que depois da doutrina consagrada na *Concordata* os círculos católicos solicitassem a revogação total da lei de divórcio republicana, o autor concluiu com algumas questões: “*Que mais querem? Que aqueles que não são católicos sigam doutrinas que não professam? É inadmissível! E por o ser é que os espíritos superiores que negociaram a Concordata saltaram sobre a excessiva*

pretensão, criando ou fazendo valer esta regra indestrutível: deveres religiosos para quem professa uma religião, seja ela qual for; direito de os não observar para quem os não tem pela simples razão de não pertencer a religião nenhuma. Esta é a verdadeira tolerância [...] Tudo o que não for isto não se admite nem se compreende” (O Século de 7 de Janeiro de 1943, pp.1, col. 2).

Neste editorial está presente uma crítica quanto às pretensões dos elementos mais conservadores da sociedade, que parecem só querer admitir um único universo de referências culturais. Torna-se igualmente visível na resposta do autor a ligação a um liberalismo de raiz urbana, onde estava presente a ideologia republicana na defesa da escolha individual que assiste a todas as pessoas quanto ao modo de viver em sociedade. Ficar preso a um só conjunto de procedimentos que atentem contra a sua liberdade de escolha não podia ser admitido. Daí a intolerância que o colunista temia da parte dos que propunham a proibição do divórcio para todos os casamentos.

Numa réplica inteligente, Abel de Andrade recusou a ideia de intolerância que o seu artigo fez pensar. Recordando o *Parecer* da Câmara Corporativa sobre a Concordata, conclui que seriam as exigências da própria sociedade que impunham a revogação da lei republicana de 1910, pois só assim seria possível conservar a família como organismo social e requisito indispensável para nela poder assentar o aperfeiçoamento moral dos indivíduos. Por isso assevera: “*Não é intolerante o que, em nome do bem comum, pede a abolição da lei do divórcio, como não é intolerante o que em nome do bem comum reclama a reorganização do casal de família. E não pode contestar-se que o bem comum impõe a condenação da lei do divórcio*” (Novidades, de 9 de Janeiro de 1943, pp. 1, col. 2).

Mais adiante questiona: “*Como pode dizer ‘O Século’ que a abolição da lei do divórcio fere direitos e regalias dos que pretendem casar-se em regímen de divórcio e dos casados que pretendem divorciar-se, e que, em lugar de defender e fortalecer a família, essa abolição fere-a como a própria justiça? Não! Não há direitos e regalias contra o bem comum*” (Novidades, de 9 de Janeiro de 1943, pp. 4, col. 2)

Com esta linha de argumentos, Abel de Andrade conclui: “*Não pedimos a revogação do decreto-lei de 3 de Novembro de 1910 por intolerância religiosa, mas, principalmente, por considerações de carácter político-social, pelo próprio conceito do casamento – instituição, e até em nome dos novos princípios constitucionais em que assenta o Estado – Novo*” (Novidades, de 9 de Janeiro de 1943, pp. 4, col. 2).

Na réplica a este artigo *O Século* começa por fazer notar que a revogação da lei de divórcio já não é solicitada em nome das ideias religiosas, mas por imperativos sociais, onde avulta a ideia de considerar o divórcio como um atentado ao ‘bem público’ e claro, à ‘Família’ (cf. *O Século*, de 22 de Janeiro de 1943, pp.1, col.1).

Nesta situação, o articulista ironiza mesmo se o mal das famílias desunidas e dos filhos abandonados era devido ao divórcio dos pais ou ao casamento deles, acabando por concluir: “*o mal apontado não seria oriundo da instituição divórcio, mas da instituição casamento, porque os cônjuges sem a noção de família e sem a compreensão dos seus deveres para com os filhos procederiam sempre do mesmo modo, quer se divorciassem quer não*” (*O Século*, de 22 de Janeiro de 1943, pp.1, col.1).

Esta observação era muito importante pois lembrava a necessidade de revalorizar o projecto republicano de emancipação social e humana dos portugueses. Não tendo sido concluído no passado, acabou por limitar os membros sociais de conhecer conscientemente os seus direitos e deveres em matéria familiar.

Criticando por isso os argumentos de Abel de Andrade, o editorial prossegue: “*O divórcio não é agente de dissolução moral, não ataca a solidez da família, não põe em risco as bases espirituais dos povos que o admitem e praticam. É, pelo contrário, um correctivo imprescindível, às causas que o tornam necessário*” (*O Século*, de 22 de Janeiro de 1943, pp.1, col. 1). Para mais, “*a intangibilidade matrimonial nunca foi nem pode ser um dogma religioso, social ou jurídico [...] e tanto assim é que a própria Igreja Católica [...] não tem hesitado, através dos séculos, de anular casamentos celebrados solenemente adentro do seu grémio ...*” (*O Século*, de 22 de Janeiro de 1943, pp.1, col. 1).

Portanto, ficou bem claro neste editorial que o divórcio não devia ser confundido como um agente de dissolução moral da família e da sociedade, mas que se afigurava como correctivo imprescindível às causas que o tornavam necessário, situação que podia até mesmo envolver os casados canonicamente. Por isso devia ser mantida a *Lei de Divórcio*, pois os casais com problemas conjugais teriam a possibilidade de refazer a sua vida com a sanção legal da Lei e não incorreriam em situações de concubinato ou mancebia, derivadas da existência de um matrimónio indissolúvel.

Para além disso, parecia óbvio que um meio familiar onde fossem evitadas discussões conjugais permanentes na presença dos filhos, daria mais estabilidade aos membros da família, contribuindo efectivamente para o bem-estar de todos.

Parecia correcta esta análise em termos de ambiente familiar, mas o Professor de Direito Canónico voltou a contestar o artigo escrito no *Século*, apresentando agora as estatísticas. Insistindo na desorganização familiar provocada pelo divórcio, exhibe um extenso quadro referente ao Movimento Fisiológico do País entre 1920 e 1941, demonstrando que ao longo dos 32 anos de vigência da Lei Republicana ocorreram 19 mil divórcios, resultando em “*19 mil famílias destruídas e [...] mais de 15 mil crianças sacrificadas ao torpe egoísmo dos seus progenitores*” (*Novidades*, de 2 de Fevereiro de 1943, pp. 2, col. 1 e 2).

Insistindo nesta ideia de desagregação familiar, Abel de Andrade reforça a ideia de que “*o divórcio não é válvula de segurança da família que desorganiza, nem da sociedade que dissolve; mas sim, válvula de segurança do capricho dos cônjuges que não querem cumprir os deveres do matrimónio, ou que não querem suportar com resignação o sacrifício que por vezes lhe impõe o cumprimento desses deveres*”. Para esses, “*peçoas que não possuem a noção de família, nem a compreensão dos seus deveres para com a prole*”, aconselha a separação de pessoas e bens (*Novidades*, de 2 de Fevereiro de 1943, pp. 1 col. 3).

Tudo isto tinha um objectivo: reforçar a ‘unidade e a indissolubilidade’ do matrimónio, que garantia ao casal um “*vínculo conjugal [...] absolutamente seguro e organizaria em bases sólidas a família*” (*Novidades*, de 19 de Fevereiro de 1943, pp. 2, col. 2 e 3).

Na época, esta discussão ideológica sobre a Família tinha a sua razão de existir, tendo sido exposta igualmente em várias conferências (cf. Andrade, Abel; 1939, 1940 e Fulgêncio, A. 1940), mas passada a euforia destes debates, vemos que os argumentos utilizados acabam por fazer cair na monotonia este debate, não só pela linha de argumentação apresentada, mas também por tudo aquilo que separa os contendores.

De facto, as suas posições ideológicas nesta matéria são bem conhecidas, vindo já desde a questão do *Código Civil*. Se a existência da vida familiar estável e a segurança dos filhos é comum aos dois lados, tudo se altera quando o edifício familiar, por algum motivo se desmorona.

Para os partidários do divórcio, a indissolubilidade não seria mais do que um preceito ou lenitivo moralístico para perpetuar o que já não tem sentido, nem futuro. O divórcio serviria para evitar essas “*anomalias sociais*”, essas “*chagas perigosas*”, esse “*quadro alucinante oferecido pelas ruínas e destroços matrimoniais*” (*O Século*, de 5

de Fevereiro de 1943, pp.1, col. 1). Só dessa maneira a família podia encontrar “*absoluta necessidade de reparação e de equilíbrio*”, algo que a “*simples separação de pessoas e bens, com o fatal concubinato [...] não podia [...] suprir*” (*O Século*, de 5 de Fevereiro de 1943, pp.1, col. 2). Nesta perspectiva, abria-se a possibilidade de um segundo casamento, mais sadio a nível de ambiente familiar e sem que isso implicasse uma perda grave para os filhos a nível de património herdado (sempre garantido pela legislação presente no *Código Civil* ou em várias leis de protecção a menores), como lhes daria igualmente estabilidade emocional por não assistirem a desavenças conjugais.

Para os adeptos da indissolubilidade matrimonial a questão era clara: só na união estável do matrimónio indissolúvel se alicerçavam as bases familiares do País e a Sociedade podia prosperar. Desse modo, “*o fim natural do casamento não é criar entre os cônjuges obrigações pessoais recíprocas ou produzir uma situação contratual, cuja manutenção seja subordinada à execução de compromissos recíprocos dos contraentes ou à felicidade dos Cônjuges, mas dar origem a uma nova família, garantir a procriação e a educação dos filhos [...] Não podem eximir-se a essa responsabilidade pela simples razão de que o casamento não lhes proporcionou a satisfação que esperavam.*” (*Novidades*, de 19 de Fevereiro de 1943, pp. 4 col. 2).

O conjunto destas declarações revelam alguma intransigência no modo de conceber e estruturar a realidade familiar no País, algo que deve ser encontrado, antes de mais, no conjunto das identidades culturais inerentes às intervenções de cada grupo social.

Por conseguinte, serão os poderes públicos que irão arbitrar esta velha contenda e assistiremos à manutenção, lado a lado, de duas práticas sociológicas diferentes, mas igualmente institucionalizadas pelo Estado: casamento civil com possibilidade de dissolução por meio do divórcio; casamento católico, onde a indissolubilidade do vínculo matrimonial só podia acontecer com o falecimento de um dos cônjuges.

Esta dupla situação não agradava aos sectores mais conservadores do País, com especial destaque para os círculos católicos. O próprio Abel de Andrade apresentou a sua insatisfação nestes termos: “*O Estado assegura a constituição da família que, entretanto, se dissolve pelo divórcio. O Estado propõe-se evitar a corrupção de costumes e, todavia, legitima a poligamia, o adultério disfarçado com o nome de divórcio. O Estado ministra o ensino orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais no País, e continua a imoralidade do divórcio*” (1940:79/80; cf. *Novidades*, de 11 de Dezembro de 1942 – pp. 4, col. 4).

Era natural esta insatisfação para os sectores católicos mais conservadores, para quem a *Concordata* podia e devia ter ido mais longe. A própria *Constituição* de 1933 era pouco tida em conta pelos apoiantes do regime, especialmente porque reflectia um compromisso nítido entre os princípios demo – liberais e as tendências do tipo integralista – autoritário, expressos nos decretos promulgados a partir de 1926, para além de representar ainda um compromisso entre república e monarquia (cf. Oliveira Marques, A.H.1998: 469) e (cf. A.A.V.V. 1999: 194 e 234 – Vol. 8).

No momento, as disposições relacionadas com a família presentes na *Concordata* vieram, aparentemente, resolver importantes questões suscitadas com a introdução do casamento civil e do divórcio na sociedade portuguesa. De facto, o advento da República favoreceu a difusão do casamento civil, aumentando progressivamente a nível nacional essa forma de celebração. Mas a implantação das instituições do Estado Novo, dominadas por uma ideologia conservadora familialista e clerical, veio quebrar de maneira brutal a dinâmica laica, a qual progressivamente entrou em declínio em todas as regiões do País, com excepções dos distritos a sul do Tejo (cf. Bandeira, M. Leston 1996:334).

Aproveitando toda a campanha de moralização e de estabilidade, tanto o Estado como a Igreja passam a expor as disposições familiares contidas nesse Diploma como elemento regulador da vida conjugal, apresentando novamente a indissolubilidade matrimonial como garantia de estabilidade e segurança para o casal. Esta indissolubilidade passa a ser o fundamento principal do novo conceito de família durante o Estado Novo. Este modelo matrimonial corresponderia a um casamento tradicional, fundado na instituição e cuja finalidade era a manutenção da vida familiar até à morte dos cônjuges e a que corresponde habitualmente a ausência de divórcio ou então a sua excepionalidade (cf. Torres, Anália 1996:56)

Conseguiu este sistema concordatário dar a prometida estabilidade às famílias portuguesas, como pugnavam os sectores eclesiásticos? Ou na tentativa de resolver a situação criada pelo poder político em 1910, o problema foi irremediavelmente agravado?

6.4.2. As consequências sociais de âmbito familiar causadas pela Concordata

A realidade familiar do País, quinze anos depois da assinatura da Concordata, foi analisada num artigo publicado no jornal *República*, onde são apontadas as

consequências do impedimento do divórcio para todos os casais que optaram pela via canónica do seu matrimónio.

Considerando que o próprio juiz só decreta o divórcio de um casal quando lhe apresentam provas concretas da sua impossibilidade de vida em conjunto, o articulista salienta que estando agora libertos dos laços que os prendiam, os cônjuges podem “ *encontrar a felicidade constituindo outro lar. Não casam de novo, perante a Igreja, mas casam e tornam, novamente, legal a sua união. O Divórcio dá, deste modo, a estes dois seres que tinham sido infelizes, outras possibilidades de uma nova vida [...]* ” (República, de 18 de Abril de 1955, pp.1, col. 1).

Rejeitando a ideia de ‘união livre’ que tal procedimento levantava para os círculos mais conservadores do País, o artigo prossegue por mostrar que “ *o amor livre, mais ou menos encapotado passa efectivamente a existir, ao desaparecer a lei de divórcio, como desapareceu depois da Concordata, para os que casaram ou casam pela Altar [e] não podendo viver juntos, o tribunal os declarou separados de pessoas e bens. Vão, como se estivessem divorciados, cada um para seu lado [...] e, encontrando [...] outras almas que sentem ser mais dignas do seu carinho e do seu afecto, não podem a elas ligar-se perante a Lei. Acabam por se juntarem e passarem a estar amancebados, sem possibilidade de refazerem a família* ” (República, de 18 de Abril de 1955, pp.1, col. 1).

Este comentário pretendia demonstrar a gravidade de um problema que começava a existir para os cônjuges casados pela Igreja e aos quais só era permitida, como solução, a separação de pessoas e bens. Naturalmente, os cônjuges podiam refazer a sua vida familiar, torneando a questão da sua separação, mas não podendo legalizar a nova situação familiar, o vitupério da ‘mancebia’ (com todo o significado social aí encerrado), manchava a reputação do casal e dificilmente conseguia ser dissimulado socialmente.

O sentido crítico perante esta situação foi visivelmente apontado pelo articulista: “ *Se, em vez de separação, tivessem sido abrangidos pelo divórcio, resolviam o seu problema. Donde se conclui, portanto, não ser verdade [...] a simples ideia do divórcio ser um agente de desordem familiar. Pelo contrário, é um sólido esteio da defesa da família, como facilmente se prova* ” (República, de 18 de Abril de 1955, pp.1, col. 1).

O objectivo a atingir era claro – a indissolubilidade canónica não era garantia de entendimento e bem-estar familiar, especialmente quando a diferenças de carácter e de personalidade dos cônjuges condicionavam fortemente a harmonia conjugal no lar.

Reconhecendo esse aspecto, mas estando impossibilitados de reconstituir legalmente a sua vida familiar, só lhes restava incorrer na via da ‘mancebia’ e do ‘concubinato’⁴¹, atributos dados pelas instâncias religiosas a quem passava a coabitar com outra pessoa que não fosse o seu cônjuge legal.

O autor conclui ainda por apresentar o absurdo da existência de duas ordens de valores legislativos a marcar a vida familiar, com clara primazia para uma das partes intervenientes: “ *Que interesse tem a Igreja em se opor a que, já que não o fazem religiosamente, se casem pelo civil os cônjuges desavindos? Não podem consorciar-se pelo altar os divorciados dum casamento civil? Podem. [...] Porque motivo se não há-de dar a inversa? A Igreja, naquele caso, não reconhece o primeiro matrimónio. Seja assim. Que no outro caso não reconheça o segundo casamento, também se compreende [...], mas que passe daí e imponha a sua vontade é que parece não fazer sentido. Milhares de pessoas, repetimos, esperam que lhes resolvam a aflitiva situação em que se encontram. Não há direito de proibir aos que não foram felizes, que o possam vir a ser*” (República, de 18 de Abril de 1955, pp.1, col. 1).

A Igreja esperava, em concordância com o Estado, que a sociedade aderisse às suas normas numa situação tão importante como era a constituição familiar através do casamento canónico. E se algo não corresse bem no casamento, a ideia do sacrifício em prol dos filhos, deveria ser determinante para a manutenção de um casamento, que seria mais de «aparência» do que de «felicidade». Para mais, a Igreja zelava pelo cumprimento dos papéis sociais inerentes à vida do casal, com o homem a trabalhar para o sustento da família e a mulher a zelar pela casa e pelos filhos. Esquecia porém, que o sentimento do casal também podia mudar, transformar-se em algo mais do que um sacrifício a favor dos filhos ou por pressão familiar ou do falatório dos vizinhos. A transformação do País a nível económico (desenvolvimento industrial, maior presença feminina no mundo laboral) e também social/ cultural (guerra colonial, emigração) era igualmente algo a ter em conta à medida que avançamos nas décadas seguintes.

Seja como for, a indissolubilidade do matrimónio católico, longe de resolver a questão familiar em Portugal, contribuiu para a formação de importantes problemáticas sociológicas, cujas consequências já eram visíveis nos meados dos anos cinquenta. Se este assunto afectava os cônjuges casados canonicamente, também se produziram

⁴¹ Mancebia e concubinato, aos olhos da Igreja, correspondiam claramente a uma situação conjugal onde existia uma união de esposos, que viviam juntos sem a sanção legal do matrimónio, correspondendo por isso a uma situação de coabitação.

situações delicadas a nível do reconhecimento legítimo da filiação e estigmatizou socialmente os ex-cônjuges que escolheram novas uniões maritais, impossíveis de serem reconhecidas legalmente pelos poderes públicos, pois estavam impossibilitados de o fazer.

Na verdade, ao ‘optarem’ pelo matrimónio canónico, o casal só podia recorrer à separação judicial de pessoas e bens em caso de manifesta degradação do relacionamento familiar. Não vivendo juntos, mas mantendo o vínculo conjugal, uma eventual ligação afectiva com outra pessoa só podia ser catalogada como uma mancebia. O que a Igreja queria evitar com a impossibilidade do divórcio para o casal desavindo estava agora a verificar-se. Pior do que isso, a coabitação familiar à margem da lei e os filhos nascidos dessas uniões conjugais eram considerados ilegítimos, e nessa época tal designação era particularmente estigmatizante. Aqui residiu um dos motivos necessários que originou em 1965 à criação do *Movimento Pró-Divórcio*. Fundado com o objectivo de alterar as disposições na lei que impediam a legitimação dos filhos nascidos fora do casamento, viu os poderes públicos decidirem em sentido contrário.

De facto, a reforma do *Código Civil* em 1967 acabou por não resolver nenhum desses problemas sociais, acabando até por agravar esta situação, como veremos.

6.5. A reforma do *Código Civil* de 1967 e as críticas suscitadas ao ordenamento familiar criado no Estado Novo

A reforma do *Código Civil* em 1967 correspondeu aos anseios da Igreja que ‘saudou’ as disposições aí estabelecidas quanto à manutenção dos preceitos familiares instituídos com a *Concordata*. O novo *Código* (aprovado pelo Decreto – Lei nº 47.344 de 25 de Novembro de 1966) ao manter a legislação canónica em matéria familiar no Direito interno no País, garantia a continuidade do sistema nos seus elementos fundamentais. Nesta base, a indissolubilidade do matrimónio católico é mantida pelo artigo 1790.

Curiosamente, restringia-se ainda mais o divórcio, mesmo para os que não casavam pela Igreja, pois de acordo com a lei, os que casavam pelo registo civil ficavam impedidos de se divorciarem directamente por ‘mútuo consentimento’, possibilidade que se tinha mantido em vigor desde a Lei republicana de 1910 (cf. artigo 1792).

A ‘separação de pessoa e bens’ por sua vez, podia ser decretada segundo a modalidade litigiosa ou por mútuo consentimento, mas continuava a não dissolver o

vínculo conjugal. Em contrapartida, o casal deixava de estar sujeito ao dever de coabitação e assistência. Quanto aos bens, a separação produzia efeitos similares à dissolução do casamento por divórcio (cf. artigo 1774).

Em resumo: “ *Quem casava pela Igreja, além da anulação, tinha ao seu alcance como única possibilidade a separação litigiosa ou acordo mútuo e estas separações nunca eram convertíveis em divórcio. No caso dos casamentos pelo Registo Civil, só era possível pedir o divórcio na situação de litígio. Não sendo este o caso, podia requerer-se a separação judicial de pessoas e bens (por mútuo acordo) e só passado três anos esta separação era susceptível de se converter em divórcio. A norma mantém-se até 1974*” (A.A.V.V. 1999: 570).

Em termos gerais, os fundamentos para ser decretada a separação litigiosa ou mesmo o divórcio nos casamentos realizados até Agosto de 1940 (data da entrada em vigor da Concordata⁴² não foram radicalmente alterados conforme delineado na lei republicana de 1910.

No entanto, passaram a existir algumas limitações quanto à possibilidade de decretar o divórcio por acordo mútuo, situação que deve ser enquadrada no âmbito de uma certa visão imobilista e de imutabilidade do universo religioso da Igreja católica.

De facto, mantém-se a defesa dos valores e da moral cristã nos princípios tutelares da instituição familiar em Portugal da época, tal como reafirmava a Pastoral da Igreja sobre a aprovação do novo *Código Civil*, expressando a sua satisfação “ *pela salvaguarda da instituição familiar nos seus elementos essenciais e pelo respeito da legislação canónica em tal matéria*”. Demonstrando ainda a sua adesão aos princípios ideológicos que deram corpo ao Estado – Novo, a Pastoral conclui: “ *Ao Estado não compete apenas a defesa da moralidade pública contra todas as formas de corrupção (...), pois antes dos valores económicos hão-de colocar-se os valores espirituais e morais – os únicos que dão aos homens e às Pátrias a verdadeira medida da sua dignidade*” (Pastoral do Episcopado, 1967: 11 e 12).

Seria caso para perguntar se vinte e sete anos depois da entrada em vigor do sistema concordatário as famílias portuguesas encontravam estabilidade nas suas vidas.

⁴² Como vimos, instituíam-se pelos artigos 22 a 24 da Concordata que os casamentos católicos celebrados a partir de 1 de Agosto de 1940 e os casamentos civis seguidos de matrimónio canónico não se podiam dissolver por divórcio.

De facto, a cláusula da *Concordata* que previa a indissolubilidade do matrimónio pela via canónica (artigo 24º), estava a provocar graves consequências no plano familiar, pois muitos casais desavindos não podiam refazer legalmente a sua nova vida familiar, nem legitimar os filhos nascidos dessas uniões conjugais. Por outro lado, a *Concordata* no âmbito da constituição familiar quebrou a unidade do sistema matrimonial do País criada pela Primeira República ao admitir que os casamentos católicos passassem exclusivamente a ser regidos pelo Direito Canónico, não podendo ser dissolvidos pelos tribunais civis.

Reagindo contra a situação existente, o jurista Fernando Tavares de Carvalho discute abertamente em 1967 a viabilidade da absorção da ordem canónica pela ordem jurídica do Estado, visto que a *Concordata* vigorava como Direito interno português. Não aceitando que os cônjuges tivessem “*de renunciar à faculdade civil de requerer o divórcio, pelo facto de celebrarem um casamento religioso*”, Tavares de Carvalho argumentou com a existência de uma separação jurídica de poderes entre o Estado e a Igreja (Carvalho, Tavares de, 1966:86). Ainda que fosse possível a inter-penetração dos dois regimes matrimoniais (civil e religioso), não fazia sentido o Estado conceder efeitos civis ao matrimónio canónico uma vez que o artigo 15º da *Constituição* de 1933 opunha-se a tal situação ao prescrever o registo do estado civil dos cidadãos como sendo uma competência da soberania nacional. (cf. Carvalho, Tavares de, 1966:87).

Aparentemente, o Estado salvaguardava as suas prerrogativas através da *Constituição*. No entanto, embora esta consignasse “*toda a sorte de liberdades e direitos individuais [...] fazia-os depender de ‘leis especiais’ que a regulariam. Na prática, essas ‘leis especiais’ contradiziam muitas vezes a própria Constituição, tornando-se em leis efectivas do País*” (Oliveira Marques, A.H. 1998:654).

Podemos dizer que o regime jurídico presente na *Concordata* em relação à constituição do sistema matrimonial em Portugal constituiu uma dessas ‘leis especiais’.

Deste modo, Tavares de Carvalho criticava a intromissão do Direito canónico no Direito civil do País em matéria tão importante como era a constituição familiar. A situação tinha razão de existir pois este jurista denunciava o princípio errado de serem católicos todos os casados pela Igreja, “*quando é certo que os católicos aparentes serão seguramente em maior número do que os autênticos e recorrem ao sacramento matrimonial, na generalidade dos casos, mais por motivos de tradição de família, de*

solenidade e preconceitos da sociedade em que vivem, do que propriamente por injunção de solenidade religiosa” (Carvalho, Tavares de, 1966:87).

Por outro lado, salienta que os cidadãos não se podem colocar “ *em situação de desigualdade perante a lei, como inevitavelmente resulta de uns [se] poderem divorciar e outros não [...], visto essa desigualdade representar, afinal, uma derivante hostil contra os católicos aparentes por os privar de um direito que lhes está garantido na lei*” – artigo 5º da Constituição de 1933 (Carvalho, Tavares de, 1966:87).

A defesa das teses concordatárias e do seu efeito para o bem-estar da família, foram realizadas pelo professor de Direito Canónico António Leite. Em primeiro lugar, não aceita que o Estado, ao admitir no seu direito interno o casamento canónico, tenha renunciado à sua soberania legislativa e jurisdicional em favor da Igreja. Pelo contrário, deu provimento ao desejo maioritário dos cidadãos em celebrar um casamento indissolúvel, reconhecendo desse modo a matiz religiosa da maioria dos portugueses. Em face da dualidade de regimes matrimoniais aceites pelo Estado, António Leite revela alguma ironia quando diz: “ *Se houvesse de uniformizar inteiramente os regimes jurídicos do casamento quanto à indissolubilidade, segundo os bons princípios democráticos da maioria, deveriam ser os 10% que celebram casamentos dissolúveis a acomodar-se aos 90% que preferem o matrimónio indissolúvel*” (Leite, António 1968: 754).

Compreendendo (à sua maneira) a não existência de uma igualdade entre os cidadãos, uma vez que alguns tinham a possibilidade de se divorciar, enquanto outros estavam impedidos juridicamente de o fazer, António Leite justifica o problema, dizendo: “ *[...] as mulheres não estão sujeitas ao serviço militar enquanto as pessoas solteiras não têm os mesmos direitos que as casadas. Do mesmo modo, não há propriamente excepção para os casados catolicamente. Eles optaram livremente por um casamento indissolúvel e nada mais [...]*”. Sendo assim, conclui: “ *a manter-se o regime duplo [do matrimónio], parecia lógico que se permitisse também aos que casam só civilmente a liberdade de optarem por um casamento indissolúvel ou dissolúvel, conforme preferissem*” (Leite, António;1968: 756/757).

Portanto, o Estado não fazia mais do que respeitar a ‘vontade maioritária’ dos que preferiam realizar um casamento canónico, cuja natureza indissolúvel era a melhor salvaguarda para o bem-estar dos filhos, dos cônjuges e das famílias, em geral.

A ideia já era conhecida, mas nota-se uma ausência de argumentos sobre a possibilidade dos casamentos celebrados pela Igreja serem realizados com base na solenidade do acto ou se eram motivados pelo respeito e obediência às tradições gerais da Igreja nesta matéria. Encontramos até uma dureza de posições em António Leite, sobretudo quando ventila a hipótese dos casamentos civis incluírem a possibilidade de indissolubilidade.

No fundo, continuamos com as ideias do pensamento religioso no domínio da estabilidade familiar, mostrando ainda a manutenção do relacionamento institucional estabelecido desde 1940 entre o Estado e a Igreja em matéria familiar, reforçado com a conservação desses princípios no *Código Civil* de 1967. Revelam-se claramente os efeitos da aliança estrutural entre Estado Novo e Igreja, a qual acabou por estabelecer uma certa rigidez na norma e nos valores fundamentais a serem cumpridos na sociedade. Neste campo, o modelo matrimonial estava profundamente orientado para a defesa e a salvaguarda do sistema familiar. Essa finalidade, essencialmente conservadora, pretendia assegurar a estabilidade da relação familiar e transmitir à geração seguinte um património material ou simplesmente simbólico.

A indissolubilidade exprimia uma das condições indispensáveis para o funcionamento desse modelo matrimonial. O imobilismo a que assistimos neste domínio é modelar pois foi sempre perseguido pelo ideário católico, sobretudo porque a indissolubilidade do matrimónio corporiza toda a sua preocupação e acção social. Em consequência, o País absorveu durante décadas a imagem do *“rústico e humilde chefe de família católico simbolizando, no microcosmo familiar, a imagem do chefe no macrocosmo político. Uma família em que só os filhos legítimos contariam, em que o divórcio seria banido. Em que a mulher seria sobretudo doméstica, submissa, atada a um marido eterno por laços indissolúveis do matrimónio católico, ficando no lar, serva do varão, em vez de se aventurar fora dele para concorrer com o homem e arriscar-se assim a ser devorada pelo mundo exterior, contrário à santidade e à doçura do lar. Uma família tradicional e tradicionalista. Em suma, uma família como queria o Estado – Novo: nacionalista, cristã, dirigista, rural, e conservadora [...]”* (A.A.V.V. 1993: 127 – Vol. XII).

Este ideal de família ainda permanecia com poucas alterações no imaginário colectivo do País quando o deputado Francisco Sá Carneiro solicitava em 1971 na Assembleia da República, a revisão da *Concordata* pelas questões sociais que tinha

feito nascer, em especial pela existência de situações consideradas marginais em matéria familiar. O deputado afirmou claramente que a *Concordata* era um “ *acordo desactualizado [...] com mal entendidos, ambiguidades e situações injustas, [parecendo] já não corresponder às actuais concepções das altas partes contraentes*” (Diário das Sessões, 15 de Janeiro de 1971: 1351).

Demonstrando essas ambiguidades e injustiças, Sá Carneiro apresenta a ineficácia da norma concordatária no plano familiar: “ *Não é por se não poderem divorciar que os casais se mantêm unidos ao longo do tempo da vida e das adversidades. Nem deixam de separar-se e de contrair novas uniões por se lhes vedar o divórcio, como se torna cada vez mais evidente com o aumento do número de pessoas nessa situação. Ao que a solução actual conduz é a ter como ilegal a situação destes casais e a haver como ilegítimos os seus filhos, enquanto aqueles que casaram civilmente e depois se divorciaram vêem a sua situação familiar perfeitamente legalizada do ponto de vista civil*” (Diário das Sessões, 15 de Janeiro de 1971: 1349).

O deputado conclui mais adiante a sua intervenção: “ *A desigualdade estabelecida pela actual solução, que traduz imposição civil em matéria religiosa e ingerência da Igreja em matéria civil, conduz assim a desigualdades chocantes na vida corrente, onde casais e filhos na mesma situação de facto, são havidos perante a lei como legítimos uns e ilegítimos outros. Por todas estas razões [...] creio que se impõe a revisão da Concordata, iniciativa que pertence ao Governo e não à Igreja* ” (Diário das Sessões, 15 de Janeiro 1971: 1351).

Sá Carneiro explora sobretudo a dualidade de estatutos e de critérios em matéria de divórcio, especialmente nas consequências produzidas no campo familiar pela aplicação das leis da Igreja numa parte da sociedade, ao mesmo tempo que o Estado permitia a outros viver sobre as suas regras civis.

Portanto, só com a revisão das leis existentes e a uniformização da lei em matéria familiar podiam alterar a situação, pois os poderes públicos da época, indiferentes à gravidade destes casos sociais, continuavam a aplicar a lei como se nada de anómalo existisse. É nesse sentido que Sá Carneiro intervém novamente na Assembleia Nacional, apoiando-se num inquérito onde 42,7% se pronunciaram a favor de uma revisão da *Concordata*. Em relação ao regime de indissolubilidade do seu casamento, 73,3% dos inquiridos entendiam que não deviam existir leis que proibissem o divórcio aos

casamentos celebrados pela via canónica (cf. *Diário das Sessões*, 23 de Julho de 1971:2555).

O problema arrastava-se sem solução à vista. As situações marginais em matéria familiar cresciam, com a existência de milhares de casais desavindos no seu relacionamento familiar, mas impossibilitados de regularizar as suas novas uniões conjugais, nem de legitimar os eventuais filhos, devido ao carácter indissolúvel dos seus matrimónios.

Esta situação era no entanto apreciada por vários juristas, os quais afirmavam não ser totalmente perfeito e estável o regime de indissolubilidade, pelas *“frequentes situações irregulares dentro desse regime, que dão lugar a uma espécie de hipocrisia institucionalizada, além de colocarem à margem do Direito – da vigilância e protecção do Estado – núcleos conjugais com tanta estabilidade (ou instabilidade) como a dos matrimónios legalmente perpétuos”* (Azevedo, Hugo de 1971:72).

Por outro lado, como nota Virgílio Lopes, *“é possível que a Concordata contribuisse para que se fosse generalizando, cada vez mais, a errada convicção de que todo o casamento não celebrado segundo o rito católico não [era] verdadeiro matrimónio, independentemente de as pessoas serem ou não serem baptizadas, podendo, por conseguinte, sem problemas, ser desfeito por meio do divórcio”* (1978:211)

Desenhava-se um amplo movimento de contestação às disposições da *Concordata*, mas só pelas transformações político-sociais (e também culturais) verificadas em Portugal a partir de 1974, se criaram as condições para uma ruptura com o passado, impondo-se as reformas necessárias para adaptar o sistema jurídico familiar aos novos aspectos e aspirações da sociedade portuguesa.

Um indicador claro do efeito da nova regulamentação referente à forma de celebração do casamento foi a evolução do número de casamentos, divórcios e separações. Vejamos como se processou esse facto durante a vigência do Estado – Novo.

7. Casamentos, Divórcios e Separações Judiciais de Pessoas e Bens durante o Estado Novo (1933-1974): um retrato a partir dos números

Durante a Ditadura Militar (1926 a 1933), a constituição familiar ainda obedecia à prioridade civil em matéria de casamento, embora pudesse ser seguida pela celebração

religiosa. Neste período e em relação à população do País, o número de casamentos celebrados indica alguma flutuação nos quantitativos apurados. A partir de meados dos anos 30 o seu número começa a crescer de forma consistente até aos anos 70, acompanhando o aumento da população do País.

Em termos gerais, a constituição familiar ao longo do Estado Novo (1933-1974) foi realizada na sua grande maioria de acordo com a norma religiosa católica, situação que faz recuar o número de casamentos pela via Civil. Nos anos 50, por exemplo, cerca de 88% dos casamentos são contraídos segundo a celebração canónica e apenas 12% pelo Civil, quando em 1930 atingia praticamente os 30% (cf. Delgado, 1996: 133; cf. Bandeira, Mário Leston 1996:332).

Se o anticlericalismo e o contencioso entre o Estado e a Igreja foram factores determinantes para a progressão da laicização do casamento nos centros urbanos, também se verifica que nos distritos do sul do País, sobretudo em Setúbal, Évora, Beja e Faro, mas também em distritos como Santarém e Leiria, existia uma nova corrente laica que no início dos anos 30 tinha uma forte visibilidade social.

Este acontecimento foi importante para determinar até que ponto a expansão do laicismo em regiões pouco ou nada industrializadas ou urbanizadas contradiz a afirmação de Fernando Catroga, segundo o qual o laicismo seria uma corrente de raiz urbana e industrial. Na verdade, a fraca adesão social a formas institucionais de prática religiosa, aliada à reduzida implantação da Igreja nas regiões citadas justificavam essa situação, principalmente na zona alentejana.

Ainda em relação às zonas meridionais do País regista-se uma endémica ‘crise de nupcialidade’ sem que isso implique uma diminuição de natalidade, como explica Mário Leston Bandeira: *“as causas que impediam a celebração de muitos casamentos residiam antes no acréscimo das dificuldades de natureza económica e social de que sofriam as populações mais pobres”* (1996:333). Portanto, muitos casais viviam juntos sem a sanção legal da lei (quer civil, quer religiosa), não como justificação para um modo de vida individual, mas sobretudo por carência económica, a par de uma fraca adesão social às normas e valores religiosos em assunto nupcial.

De um modo geral, a população que casava era constituída na esmagadora maioria por solteiros. Os elementos estatísticos anotados a partir de 1960 nos *Anuários Demográficos* permitem observar, em termos de reconstituição familiar, que o número

de viúvos que contraíam um novo casamento era quase o dobro das viúvas, sinal de que estas aceitavam mais passivamente a sua condição familiar.

Os divorciados que constituíam nova família eram poucos. Existiam também mais homens do que mulheres a fazê-lo. A possível existência de filhos poderia constituir um obstáculo em relação à população feminina divorciada, mas livre para voltar a casar.

Nos anos 70, este último estado de coisas começa a modificar-se. Muito embora a maioria dos casamentos celebrados continuem a envolver nubentes solteiros e o número de viúvos que voltam a casar ainda seja o dobro das viúvas, no campo da população divorciada verifica-se a partir de 1975 uma subida no número de casamentos celebrados, numa situação explicada pela clarificação de situação familiar de muitos cônjuges nessa altura com a alteração dos dispositivos jurídicos que impediam o divórcio aos casais cujas uniões conjugais tinham sido celebradas pela Igreja Católica.⁴³

Os elementos estatísticos consultados para este período permitem ainda concluir uma contínua celebração dos casamentos baseados na Comunhão Geral de Bens, numa situação que, aparentemente, mostrava o empenho tradicional dos cônjuges em conservar o seu casamento. Os Bens Dotais são pouco representativos nestas estatísticas, reflectindo talvez falta de informação ou constrangimentos de vida sócio/moral.⁴⁴

⁴³ Estado civil anterior ao casamento dos cônjuges – 1960/1979 (Continente e Ilhas):

QUADRO 2 – ESTADO CIVIL ANTERIOR AO CASAMENTO

ANOS: 1960-1969			
ESTADO CIVIL ANTERIOR – HOMENS		ESTADO CIVIL ANTERIOR – MULHERES	
• Solteiros	720 222	• Solteiras	733 428
• Viúvos	24 512	• Viúvas	13 324
• Divorciados	5 537	• Divorciadas	3 519

ANOS: 1970-1979			
ESTADO CIVIL ANTERIOR - HOMENS		ESTADO CIVIL ANTERIOR - MULHERES	
• Solteiros	820 046	• Solteiras	839 323
• Viúvos	26 399	• Viúvas	13940
• Divorciados	19 502	• Divorciadas	11 384

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: I.N.E.; cf. Delgado, P.1996: 133).

⁴⁴ Entre 1930 e 1959, os casamentos celebrados nestas modalidades e as percentagens respectivas, são as seguintes:

Este comportamento social, mais visível nos casamentos celebrados nas regiões Centro e Norte do País, explica-se sobretudo pelo peso e influência das subculturas dominantes na época, nomeadamente a Igreja católica.

Nos anos 40 e celebrada a *Concordata*, parecia que a sociedade portuguesa entraria numa ordem nova, em sintonia com a ideologia do Estado Novo em matéria familiar e com a doutrina da Igreja no campo da indissolubilidade do matrimónio.

Embora os primeiros anos da sua vigência revelem alguma quebra no número de divórcios (se os compararmos com os anos 30), a partir de meados dos anos 40 até à segunda metade dos anos 50, assistimos a um gradual crescimento do seu número, com especial incidência em casais que celebraram a sua união pelo Registo Civil. São sobretudo os centros urbanos, com particular destaque para Lisboa, Porto e Setúbal, onde se registam os maiores índices absolutos (cf. Delgado, P. 1996:135/136).

As transformações sentidas em Portugal a partir dos anos 60 – início da guerra colonial, emigração, imigração, crescente industrialização e maior solicitação do trabalho feminino – fazem deste período uma época distinta das anteriores.

Sobre a constituição familiar nessa altura assistimos a uma certa irregularidade no seu número até meados da década, passando depois a existir um aumento sequencial do seu quantitativo. A preferência continua a ser a celebração canónica, mas começa a notar-se desde 1965 um ligeiro aumento de casais que escolheram a celebração civil para o seu casamento (cf. Delgado, P. 1996:168).

No Regime de Bens, a preferência dos casais consorciados nos anos 60 continua na Comunhão Geral de Bens, representando 75,7% do total de casamentos da década. A ‘Comunhão de Bens Adquiridos’ atinge no entanto 21% das preferências conjugais, sinal de que começam a fazer-se sentir algumas transformações em relação ao modelo

QUADRO 3 – CASAMENTO E REGIME DE BENS

ANOS	<i>Casamentos Celebrados segundo o Regime de Bens</i>		
	COMUNHÃO GERAL DE BENS.	SEPARAÇÃO DE BENS.	COMUNHÃO GERAL DE BENS ADQUIRIDOS.
1930-1939	463. 193 – 98,3%	7. 441 – 1,5%	* – 0,02%
1940-1949	589. 939 – 98,3%	8. 198 – 1,3%	1.828 – 0,03%
1950-1959	682. 981 – 98,2%	10. 719 – 1,5%	1.917 – 0,02%

* Dado inexistente no conjunto da década, com excepção de 1930 – 114 casos.

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: I.N.E.; cf. Delgado, P.1996: 133).

tradicional de celebração do casamento nesta modalidade como a década seguinte comprovará em pleno (cf. Delgado, P. 1996:172).⁴⁵

Quanto às dissoluções familiares por divórcio, os anos 60 acompanham a tendência verificada desde os meados da década anterior – diminuição gradual do seu número. Na esmagadora maioria, os casais divorciados tinham efectuado o seu casamento pela via civil, mas existiam também cônjuges divorciados que tinham realizado o seu casamento pela Igreja embora numa época anterior à celebração da *Concordata*. Em geral, as Separações Judiciais de Pessoas e Bens decretadas em igual período tiveram como base de realização o matrimónio canónico, numa clara indicação de obediência à ordem social vigente em matéria familiar.

Portanto, estas situações estão directamente relacionadas com o sistema jurídico que regia a constituição, dissolução e separação familiar, implementado no País a partir de 1940 e tendo como base jurídica as disposições estabelecidas na *Concordata*. Neste caso, a indissolubilidade para os que optavam pela via canónica do seu matrimónio, só podia conduzir à Separação de Pessoas e Bens como único recurso em caso de desavenças conjugais.

No entanto, os casais que não estavam abrangidos pelas disposições concordatárias de 1940, mas efectuaram o seu matrimónio pela norma católica, também podiam obter legalmente o divórcio e reconstituir assim a sua vida familiar, pois as entidades religiosas não reconheciam direitos de indissolubilidade a tais casamentos celebrados antes da entrada em vigor da *Concordata*. Para comprovar a situação, nesta parte final dos anos 60, a maioria dos casais divorciados tinha 20 ou mais anos de casamento, mesmo tendo celebrado o seu casamento pela Igreja.

⁴⁵ Casamentos segundo o Regime de Bens: décadas de 60 e 70 – Continente e Ilhas:

QUADRO 4 – CASAMENTOS SEGUNDO O REGIME DE BENS

DÉCADAS	60	70
CASAMENTOS CELEBRADOS	750. 271	865. 947
Comunhão de Adquiridos	157. 869 <> 21,04%	710. 518 <> 82,05%
Comunhão Geral	568. 670 <> 75,7%	94. 388 <> 10,89%
Separação de Bens	23. 696 <> 3,15%	60. 903 <> 7,03%
Bens Dotais	36 <> 0,004%	138 <> 0,015%

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: I.N.E.).

Em geral, parecia que os dirigentes políticos do Estado Novo tinham conseguido incentivar a coesão familiar como base da Nação, esforçando-se em implementar a ‘ideologia da família’ (Deus, Pátria, Família) como metáfora para uma estabilidade social. A Igreja, por seu lado, reforçou essa ideia com a ‘indissolubilidade matrimonial’, garantindo à primeira vista a perenidade do casamento e uma clara definição dos papéis sociais a cumprir no lar: a esposa cuida do lar e dos filhos; o marido trabalha para o sustento da família, tornando-se igualmente o esteio principal a nível económico.

Nos primeiros anos da década seguinte são também visíveis os efeitos produzidos pela reforma do *Código Civil*, continuando a verificar-se uma descida do número de divórcios decretados. A menor incidência ocorreu, naturalmente, entre os cônjuges que tinham efectuado o seu consórcio pela norma católica. De 1969 a 1974 somente 34 casais o conseguiram⁴⁶. Portanto, continuaram maioritários os casos de dissolução conjugal decretados com base na celebração do casamento pela via civil.

Em contrapartida, no campo das Separações judiciais, entre 1960 e 1974, o seu número era relativamente elevado, atingindo os casais consorciados pela via canónica, com especial destaque nos distritos do Norte do País, muito ligados à tradição e influência católica neste domínio (cf. Delgado, Pedro 1996:171).

Se é este o panorama apresentado para a constituição e dissolução familiar durante a vigência do Estado Novo, os aspectos ligados à idade dos cônjuges, a duração do seu casamento, o fundamento do divórcio ou separação, o número de filhos havidos na altura da dissolução ou separação do casal e também o peso evidenciado pelas subculturas regionais nestas áreas em análise, merecem seguidamente a nossa atenção.

7.1. Casamentos, divórcios e separações, segundo a idade dos cônjuges e duração do seu casamento

Como observámos, de meados dos anos 30 até meados dos anos 70, é visível um progressivo aumento do número de casamentos, acompanhando o aumento da população portuguesa em igual período. Embora os dados estatísticos para os anos 30 a

⁴⁶ Convém esclarecer, de acordo com o *Direito Canónico*, que um casamento celebrado pela Igreja pode ser considerado ‘nulo’, desde que sejam provadas as incapacidades dos cônjuges assumirem as ‘obrigações essenciais do matrimónio’, tais como: incapacidade física ou psicológica; falta de liberdade; falta de honestidade do cônjuge, que nunca teve intenções de assumir os valores do matrimónio. Quando o casamento não é ‘consumado’, por incapacidade física ou impotência, e existem provas de inconsumação, o vínculo matrimonial também pode ser dispensado pela Igreja (cf. *Código de Direito Canónico* 1984: 711 – cânone 1134 e 1142, respectivamente).

50 sobre a idade dos nubentes seja inexistente, a análise efectuada para os anos 60 e 70 indica que o maior número de casamentos se efectuava entre os 20 e os 24 anos, nos dois géneros. Vinha depois o período compreendido entre os 25-29 anos para o homem e menos de 20 anos para a mulher.

Portanto, em termos gerais, o casamento acontecia mais cedo entre a população feminina do que masculina, situação que acabará por influenciar as faixas etárias onde se verifica maior índice de divórcio ou de separação. De facto, na população masculina, o agrupamento com maior número de dissoluções conjugais era constituído por pessoas com 35 – 39 anos. No campo feminino, verificava-se entre os 30 – 34 anos. Nas separações judiciais de pessoas e bens, situava-se entre os 35 – 39 anos para os dois géneros (cf. Delgado, Pedro 1998:100).

Na questão da duração dos casamentos, notamos ao longo dos anos 30 uma maioria de divórcios situados entre os 5 e 9 anos de casamento. Seguem-se os casais com 10 – 14 anos de vida em comum e, em terceiro lugar, os casamentos com 20 ou mais anos de duração.

Na década seguinte, encontramos algumas alterações, pois surgem agora em primeiro lugar os divórcios ocorridos em casais com 10-14 anos de duração do seu casamento. São seguidos pelos de 5 a 9 anos e, em terceiro lugar, os cônjuges que apresentam 20 ou mais anos de matrimónio.

Esta maior duração de casamentos terminados em divórcio torna-se mais visível ao longo dos anos 50. Com efeito, a principal faixa de divorciados surge em casais com 20 ou mais anos de vida conjugal, seguido pelos que apresentavam 10-14 anos e só depois, os que apresentavam 5-9 anos de duração do seu casamento.

Esta realidade social explica-se pelas consequências da *Concordata* de 1940 no panorama da Família em Portugal, pois com o passar dos anos, só os casais com mais anos de matrimónio podiam obter o divórcio visto terem contraído o seu casamento antes da entrada em vigor desse acordo, celebrado entre o Estado português e o Vaticano. Nos finais dos anos 40 e ao longo das duas décadas seguintes as estatísticas comprovam claramente esta situação (cf. Delgado, P. 1996: 137/138).

Deste modo e tendo presente as idades dos nubentes na altura do casamento (mesmo possuindo apenas elementos estatísticos a partir de 1960), será razoável concluir que até meados dos anos 40 o grande grupo de idade em que o divórcio ocorria com mais frequência situava-se, para as mulheres entre os 25 /34 anos e para os homens

entre os 30/35, numa situação que traduzia disponibilidade para uma reentrada na lógica conjugal e portanto, para uma reconstituição familiar. Isto permite ainda concluir que a ruptura conjugal parecia jogar-se nos grupos médios – nem nos primeiros anos de vida conjugal, nem nas durações ou nas idades mais avançadas.

Com o passar do tempo, esta relação altera-se irremediavelmente verificando-se o aumento na idade dos cônjuges na altura do divórcio se estabelecermos uma relação com a duração do casamento onde ocorrem maiores índices de ruptura conjugal.

Em relação às Separações Judiciais, nota-se um percurso diferente. De facto, se os dados estatísticos para as décadas de 30 a 50 continuam a ser inexistentes, nos anos 60 encontramos na primeira metade da década um maior índice de separações em casamentos com 10 – 14 anos de duração, seguidos pelos de 5 – 9 anos e em terceiro lugar, os casais com 15 – 19 anos de duração do seu matrimónio.

Será razoável supor que essa situação seja igualmente verificada na década anterior. Nota-se porém, a partir da segunda metade dos anos 60, um grande acréscimo de separações em casamentos com 20 ou mais anos de duração, revelando-se com isso duas situações:

- Influência das normas da Igreja em assuntos de interrupção do casamento e consequente aceitação deste procedimento adoptado pelos casais em dificuldades conjugais;
- Maior incidência neste procedimento em casais residentes nas regiões do Litoral Norte e Norte Interior do País, aqueles onde o peso regulamentador da Igreja é maior junto das populações (cf. Delgado, Pedro 1998:101).

Nos primeiros anos da década de 70, a maior incidência de separações surge claramente em casais com 20 ou mais anos de casamento. Na segunda metade dos anos 70, observamos uma acentuada quebra no número de Separações Judiciais, cuja explicação reside no fim das restrições ao divórcio com base na legislação de família publicada a partir de 1975.

**QUADRO 5 – DURAÇÃO DO CASAMENTO DISSOLVIDO POR DIVÓRCIO.
Portugal (1930 – 1974)**

ANOS	Duração do casamento					
	Menos de 2 anos.	Entre 2 – 4 anos.	Entre 5 – 9 anos.	Entre 10 – 14 anos.	Entre 15 – 19 anos.	20 ou mais anos.
1930 – 1939	351	1 001	2 356	1 982	1 278	1 610

1940 – 1949	153	818	2 448	2 291	1 621	2 079
1950 – 1959	53	805	1 772	1 787	1 768	3 264

ANOS	Duração do casamento					
	Menos de 1 ano.	Entre 1 – 4 anos	Entre 5 – 9 anos.	Entre 10 – 14 anos.	Entre 15 – 19 anos.	20 ou mais anos.
1960 - 1969	10	793	1 493	1 252	856	2 536
1970 – 1974	0	552	834	538	345	779

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: I.N.E.).

QUADRO 6 – DURAÇÃO DO CASAMENTO INTERROMPIDO POR SEPARAÇÃO JUDICIAL DE PESSOAS E BENS - Portugal (1930 – 1974)

ANOS	Duração do casamento					
	Menos de 1 ano.	Entre 1 – 4 anos.	Entre 5 – 9 anos.	Entre 10 – 14 anos.	Entre 15 – 19 anos.	20 ou mais anos.
1930 – 1959	X	X	X	X	X	X
1960 - 1969	6	417	1 182	1 413	1 169	1 118
1970 – 1974	1	243	788	789	639	965

X – Dado inexistente.

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: I.N.E.).

7.2. Casamentos dissolvidos por Divórcio e por Separação Judicial, segundo os fundamentos e duração

Fazendo uma análise relativa às razões para fundamentar o divórcio, podemos observar até meados dos anos 30, em primeiro lugar, os motivos relacionados com as ‘sevícias ou injúrias graves’, seguidas pelo ‘adultério feminino’.

Estes motivos invertem-se a partir de 1936 e até final da década encontramos, numa linha sequencial, o ‘adultério masculino’, o ‘abandono do lar por tempo não inferior a 3 anos’ e a ‘separação após 10 anos consecutivos’.

Os dados referentes aos anos 40 permitem observar uma tendência para a diminuição de dissoluções conjugais recorrendo ao ‘mútuo consentimento’ e uma estabilização nos casos de ‘separação após 10 anos consecutivos’. Em contrapartida, surge um claro avanço nos motivos referentes ao ‘adultério feminino’, das ‘sevícias e injúrias’ e do ‘adultério masculino’, que fundamentam 2/3 dos casamentos dissolvidos por divórcio.

Até meados da década seguinte a tendência de crescimento destes fundamentos para divórcio é perceptível, mas a partir daí notamos uma retracção nos índices do adultério feminino e masculino. A excepção prende-se com as ‘sevícias e injúrias’ e o ‘abandono do lar’, que começam de novo a subir nos anos finais da década.

Sendo estes os fundamentos consignados no espectro da lei para dissolver o casamento, compreende-se que por trás deles se escondem situações sociais e familiares marcantes. De facto, se as ‘sevícias e injúrias’ apresentam uma grande expressão como fundamento de dissolução conjugal, a realidade espelha seguramente toda a espécie de violência quotidiana e de miséria no seio de muitas famílias.

O ‘adultério feminino’ por sua vez, se existe em maior grau do que o masculino, é porque será mais fácil de comprovar ou então, mais difícil de encobrir. A questão da ilegitimidade também colhe aqui muita da sua explicação, embora não se deva esquecer que muitos casais possuíam uma união estável sem estarem devidamente casados, como sucedia frequentemente nas regiões meridionais do País (cf. Bandeira, M. Leston 1996:332/334).

Nota-se porém, desde os meados dos anos 50 que o número de dissoluções do casamento por divórcio começa a ficar mais controlado e com tendência para baixar nos anos finais da década. Aqui, como factor explicativo, temos de recorrer aos propósitos que inspiravam os sectores dominantes do Estado e da Sociedade, criando uma representação de Família onde a perpetuidade do casamento e a clara definição dos papéis sociais a cumprir no lar estavam bem presentes no imaginário colectivo da população (cf. Bandeira, M. Leston 1996:335).

Com a década de 60 e até 1974, os dados estatísticos permitem concluir que são já os casais com 20 ou mais anos de casamento quem mais solicita o divórcio, fundamentando-o com base em ‘abandono do lar’ e ‘sevícias e injúrias’. Esta última causa bem como o ‘adultério feminino’ foram o motivo mais solicitado para divórcio entre os cônjuges com 5 – 9 anos de vida comum. O mesmo sucedeu no grupo que possuía entre 1 e 4 anos de vida conjugal. Nos cônjuges com 10 – 14 anos de duração do casamento, encontramos como principais motivos para fundamentar o divórcio as ‘sevícias e injúrias’, seguidas pelo ‘abandono do lar conjugal’.

Convém salientar que era igualmente possível verificar-se mais do que um motivo na justificação da dissolução conjugal por divórcio. De facto, o adultério masculino ou feminino muitas vezes conduzia ao abandono do lar e por arrastamento ou

indefinição da relação, passavam muitos anos até ser tomada a decisão de por termo ao casamento. Nos casos de adultério masculino, normalmente a iniciativa do divórcio era tomada pelo cônjuge feminino.

Depois da revisão do *Código Civil* em 1966 e a sua entrada em vigor no ano seguinte, os fundamentos apresentados residem em grande parte no artigo 1778 – alínea a), que envolvia o adultério de qualquer cônjuge. Assim sucedeu entre os casais com 20 ou mais anos de casamento, seguidos pelos casais nas faixas dos 5 – 9 e 10 – 14 anos de vida conjugal.

Como segundo item de divórcio mais solicitado nessa altura, surge a alínea f) do mesmo artigo, regulando o ‘abandono completo do lar por tempo superior a três anos’. A alínea g), referente à integridade física ou moral (leia-se sevícias ou injúrias), aparece como terceiro motivo mais solicitado para terminar a vida conjugal.

Deste modo, é possível concluir que os anos 60 não apresentam alterações significativas em relação à década anterior. De igual modo, a via litigiosa foi solicitada maioritariamente na questão da dissolução do casamento por divórcio, até porque o *Código Civil* passou a impedir o divórcio por mútuo consentimento aos que se casavam apenas pelo Registo Civil, possibilidade que desde a Primeira República se mantinha em vigor (cf. A.A.V.V. 1999:570 – Vol. 7).

No período compreendido entre 1970 e 1974, os maiores índices (tendo em conta os divórcios decretados com uma só causa, continuam a ser fundamentados maioritariamente no artigo 1778, alínea a), regulando o adultério. No domínio conjunto da duração do casamento e fundamento do divórcio, foi igualmente nesse item que se basearam os divórcios decretados entre casais com 20 ou mais anos de casamento. O mesmo sucedeu em relação aos cônjuges com 5 – 9 e 10 – 14 anos de casamento (cf. Delgado, P. 1996: 186/188).

O universo da Separações Judiciais neste período está, como era de prever, intimamente relacionado com o decreto nº 30.615, que regulamentou no plano interno a *Concordata* entre o Vaticano e Portugal. De facto, para os casais que celebraram o seu matrimónio pela Igreja, a separação de pessoas e bens era a via consentida legalmente para a interrupção do casamento entre cônjuges católicos em caso de dificuldades ou desavenças conjugais.

Os dados disponíveis para a análise da separação judicial de pessoas e bens em Portugal surgem estatisticamente a partir de 1960. Nos primeiros sete anos da década, a

maior incidência de casos tem fundamento nas ‘sevícias ou injúrias’. Segue-se o ‘adultério feminino’ e em terceiro lugar as situações envolvendo o adultério masculino (cf. Delgado, P. 1996:200/201).

A principal faixa de separações é constituída pelos casais com 20 ou mais anos de casamento. Nesses casais, o principal motivo para fundamentar a interrupção do casamento foram as ‘sevícias ou injúrias’, seguidas pelo ‘adultério masculino’. Em idêntica situação estão os casais com 10 – 14 e 15 – 19 anos de vida conjugal comum para o primeiro motivo (sevícias ou injurias), embora o segundo fundamento mais utilizado para separação tenha fundamento no ‘adultério feminino’.

Em comum, verifica-se que as agressões verbais ou físicas constituem uma base importante para as separações judiciais decretadas, reflectindo uma situação de carência a vários níveis. Mostra também que a sociedade portuguesa da época continuava a exhibir uma mentalidade e uma prática social baseada na dominação masculina, como demonstram as fundamentações da separação de pessoas e bens com base no adultério.

Não surpreende por isso que, no conjunto da década, as separações judiciais com recurso litigioso tenham sido superiores às obtidas por mútuo consentimento.

Na primeira metade dos anos 70, surgem em primeiro lugar os fundamentos baseados na alínea a) do artigo 1778 (adultério de qualquer dos cônjuges). Quanto à duração dos casamentos, os elementos obtidos permitem concluir que se mantém a tendência verificada na década anterior, sendo maioritárias as separações judiciais em casais com 20 ou mais anos de matrimónio, fundamentados no ‘adultério’ de qualquer dos cônjuges (alínea a) do artigo 1778). Com idênticos motivos apareciam os casais com 5 – 9 anos e 10 – 14 anos de vida conjugal comum.

Eram sobretudo as populações do Litoral Norte e Interior quem mais recorria à interrupção do casamento, continuando a fazê-lo com base na obediência aos ditames da Igreja neste assunto (cf. Delgado, P. 1996:202/206).

No entanto, os grandes centros urbanos como Lisboa e Porto também apresentavam elevados índices de Separações Judiciais em casais consorciados pelo ritual canónico e a quem estava vedado nessa época o recurso ao divórcio. Nestes casos de casais separados, a possibilidade de reconstituir família de uma forma legal era impossível pois a separação interrompia o casamento, mas não o anulava.

Sendo assim, este campo de separações judiciais acabará também por encobrir um conjunto vasto de cônjuges separados, mas que mantinham relações maritais com outras

peças. Eram situações à margem da lei e por isso impossíveis de ser legalizadas por um segundo casamento, dada a proibição canónica do divórcio e as disposições na lei civil para quem tivesse optado pela via religiosa do seu matrimónio. Neste caso, os filhos havidos desta coabitação enfrentavam um conjunto de situações problemáticas, especialmente pelo seu carácter de filhos ilegítimos e a ilegitimidade nessa altura era vivida como uma situação particularmente estigmatizante.

QUADRO 7 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO O FUNDAMENTO E DURAÇÃO: 1930 – 1974.

Anos	Duração do casamento					
	<i>Menos de 2 anos</i>	<i>Entre 2 – 4 anos</i>	<i>Entre 5 – 9 anos.</i>	<i>Entre 10 – 14 anos.</i>	<i>Entre 15 – 19 anos.</i>	<i>20 ou mais anos.</i>
1930 - 1939	351	1 001	2 356	1 982	1 278	1 610
1940 - 1949	153	818	2 448	2 291	1 621	2 079
1950 -1959	53	805	1 772	1 787	1 768	3 264

Fundamento do divórcio	Anos		
	1930 – 1939	1940 – 1949	1950- 1959
Mútuo Consentimento	586	257	290
Adultério Feminino	2 174	2 714	2 139
Adultério Masculino	1 642	1 930	1 837
Sevícias	2 198	2 354	1 861
Abandono do Lar	1 501	1 708	1 269
Ausência não inferior a 4 anos	120	47	80
Separação Livremente consentida	325	377	416
Outros motivos (loucura, condenação a pena, vício jogo, doença incurável).	57	31	16

Anos	Duração do Casamento	Fundamentos										
		Mútuo Consen- timento	Adult. Mulher	Adult. Marido.	Sevícia e Injúrias	Aband. do lar conju- gal.	Separação livremente consentida	Ausência não inf. a 4 anos	Lou- cura	Cond pena maior	Vício do jogo	Do- ença Incu- rável
1960 – 1967	<i>- de 1</i>	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-
	<i>1 - 4</i>	1	128	52	122	22	-	-	-	-	-	-
	<i>5 – 9</i>	63	187	100	208	175	1	5	-	4	-	-
	<i>10 -14</i>	55	138	86	155	151	15	5	-	4	-	-
	<i>15 -19</i>	31	105	55	98	92	26	4	1	-	-	-
	<i>20 e +</i>	77	186	178	281	279	172	20	2	2	1	-

Ano	Duração	Fundamentos										
		Conver- são da Sep. Em Divórc	Alínea a) Do art. 1778	Alínea b) Do art. 1778	Alínea c) Do art. 1778	Alín- ea d) Do art. 1778	Alínea e) Do art. 1778	Alín- ea f) Do art. 1778	Alínea g) Do art. 1778	Acções Antes De 1967	Duas ou mais causas art. 1778	Mútuo Consen- timento
1968	<i>- de 1</i>	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-
	<i>1 - 4</i>	-	56	-	-	-	1	7	20	39	53	-
	<i>5 – 9</i>	-	71	-	-	-	2	27	29	83	69	15

1969	10 – 14	-	41	1	-	-	2	27	8	66	79	13
	15 – 19	-	22	-	-	-	1	11	10	48	36	12
	20 e +	-	65	1	-	-	3	41	19	126	118	19
1970 – 1974	- de 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1 – 4	1	202	2	2	-	1	34	90	1	-	-
	5 – 9	4	254	4	2	-	1	140	85	1	-	-
	10 – 14	6	156	2	-	-	-	92	53	1	-	-
	15 – 19	3	90	1	1	-	4	67	22	2	-	-
	20 e +	15	177	3	2	-	2	211	33	5	-	-

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: INE).

QUADRO 8 – CASAMENTOS INTERROMPIDOS POR SEPARAÇÃO JUDICIAL, SEGUNDO O FUNDAMENTO E DURAÇÃO: 1960 – 1974.

		Fundamentos										
Anos	Duração do Casamento	Mútuo Consen- timento	Adult. Mulher	Adult. Marido.	Sevícia e Injúrias	Aband. do lar conjug	Separação livremente consentida	Ausência não inf. a 4 anos	Lou- cura	Cond pena maior	Vício do jogo	Do- ença Incu- rável
1960 – 1967	- de 1	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-
	1 – 4	2	74	21	143	27	-	-	-	-	-	-
	5 – 9	72	198	75	225	65	1	1	-	3	-	-
	10 – 14	73	179	114	216	79	11	1	-	3	-	-
	15 – 19	67	101	89	142	70	27	1	1	2	-	-
	20 e +	62	62	103	151	64	33	1	2	-	-	-

		Fundamentos										
Anos	Duração Do Casamento	Mútuo Consen- timento	Alínea a) Do art. 1778	Alínea b) Do art. 1778	Alínea c) Do art. 1778	Alínea d) Do art. 1778	Alínea e) Do art. 1778	Alínea f) Do art. 1778	Alínea g) Do art. 1778	Acções Antes De 1967	Vício do jogo	Do- ença Incu- rável
1968 - 1969	- de 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1 – 4	2	18	-	-	-	-	2	11	17	-	-
	5 – 9	29	57	-	-	-	1	13	21	54	-	-
	10 – 14	34	72	1	-	-	-	19	21	68	-	-
	15 – 19	30	59	-	-	-	2	16	23	62	-	-
	20 e +	34	56	-	-	-	1	19	22	79	-	-
1970 – 1974	- de 1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1 – 4	19	67	-	1	-	-	13	53	-	-	-
	5 – 9	138	220	2	-	2	-	73	82	2	-	-
	10 – 14	137	201	1	6	3	-	94	65	1	-	-
	15 – 19	107	152	3	1	1	4	81	45	2	-	-
	20 e +	160	233	3	1	1	2	125	79	1	-	-

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: INE).

7.3. Casamentos dissolvidos por divórcio e separação judicial, segundo o nº de filhos por fundamento e duração

Entre os anos 30 e os anos 60, podemos notar uma larga maioria de casais divorciados sem filhos, com especial incidência verificada entre os meados da década de 40 e de 50. No conjunto destes 30 anos, representam cerca de 46% de casais

divorciados sem filhos. Surgem depois os casais divorciados com um filho – 28,9% e com dois, cerca de 14,8% de casais divorciados. Em menor número apareciam ainda os casos com 3 e mais filhos, certamente representando casais com uma maior duração de vida conjugal (cf. Delgado, P. 1996:140/141).

Infelizmente, os dados estatísticos para as três décadas em consideração ainda não contemplavam os fundamentos e a duração destes casamentos, razão pela qual não são aqui apresentados.

Em relação aos anos 60, podemos notar entre 1960 e 1967 uma grande expressão de casais divorciados sem filhos, numa linha já sentida em décadas anteriores. Maioritariamente, esses casais basearam a sua dissolução conjugal com base nas ‘sevícias ou injúrias’. O segundo motivo mais utilizado por esses casais envolvia o ‘abandono do domicílio conjugal’. Relacionando este aspecto com a duração do casamento, eram os casais com 20 e mais anos de casamento que apresentavam maiores índices de divórcio, sendo seguidos pelos casais com 5 – 9 e 10 – 14 anos de matrimónio.

Quanto aos cônjuges que se divorciaram com um filho, o motivo mais utilizado foi o ‘adultério feminino’; fundamento também extensível aos casais divorciados com 2, 3,4 ou mais descendentes.

Depois da entrada em vigor do novo *Código Civil* em 1967, o estudo dos últimos anos da década permite concluir que o número de cônjuges divorciados sem filhos continuava a ser superior aos que se divorciavam com um filho.

No primeiro caso, o principal fundamento utilizado foi a alínea a) do artigo 1778, referente ao adultério do cônjuge; seguido pela alínea f) do mesmo artigo – ‘abandono completo do lar por tempo superior a três anos’. No terceiro lugar vinha a alínea g), relacionada com ofensas à moral ou à integridade física.

Estes motivos eram igualmente válidos para os restantes casais divorciados com 1, 2 e 3 ou mais filhos, por esta ordem.

Na década seguinte, continua a verificar-se uma maioria de casais divorciados sem filhos, continuando a fundamentar a sua dissolução conjugal nos motivos citados anteriormente.

No caso dos cônjuges divorciados com um ou mais descendentes, a diferença para os últimos anos da década anterior só se verifica no 3º fundamento, que desta vez foi a ‘

conversão da separação em divórcio' e não a alínea f) do artigo 1778. Aparecida em 1970, a conversão da separação em dissolução familiar foi depois largamente utilizada a partir de 1975, quando finalmente se possibilitou uma melhor solução aos casais separados, muitos deles já com filhos das suas novas ligações conjugais.

Sobre a duração do casamento, a maior incidência envolvendo os casais divorciados sem filhos atinge a faixa dos que apresentavam 20 ou mais anos de vida conjugal comum, seguidos pelos que tinham 5 – 9 e 10 – 14 anos de casamento. (cf. Delgado, P. 1996:195/197).

Em relação às separações judiciais de pessoas e bens, só estão disponíveis dados estatísticos a partir de 1960. Para o conjunto dos anos 60 até meados dos anos 70, a análise estatística dos dados permite observar a continuidade das décadas anteriores, sendo maior a percentagem de casais separados sem filhos – cerca de 35,9%

Surgem depois os casais separados com um filho – cerca de 33,3% - numa situação que indicia um aumento de situações neste grupo de casais.

No domínio da duração do matrimónio, verificamos que os casais separados sem filhos, com 5 – 9 anos de casamento, são maioritários, seguidos a curta distância pela faixa com 10 – 14 anos de matrimónio. Com um filho, o maior índice vai para o período compreendido entre 10 – 14 anos, seguido pelos de 5 – 9 e 15 – 19 anos de vida conjugal interrompida por separação judicial.

Durante o biénio de 1968/1969, nota-se que o número de casais separados com um filho foi ligeiramente superior ao dos que não tinham descendentes.

No conjunto da década, o mútuo consentimento foi o fundamento mais utilizado pelos casais sem filhos, enquanto a alínea a) do artigo 1778 (adultério do cônjuge) teve uma elevada expressão nos casais separados com um filho. De igual modo, os casais mais atingidos pela separação com um filho, apresentavam 10 – 14 anos de duração do matrimónio, seguidos pelo bloco com 5 – 9 anos e 15 – 19 anos de vida comum. Os cônjuges separados sem descendência tinham maior expressão nos casais com 20 ou mais anos de vida conjugal.

Nos primeiros cinco anos da década seguinte, assistimos à evolução da situação já verificado no biénio de 1968/69, onde a maior expressão surge nos casais separados com um filho – 35,5%; seguido pelos que não tinham descendência – 31,0%. Em ambos os casos, os dois principais fundamentos da separação envolviam a alínea a) do artigo 1778 e o 'mútuo consentimento'.

Quanto à duração do casamento segundo o número de filhos, mantinha-se a condição verificada nos anos terminais da década de 60.

As variações que encontramos a nível de divórcio e de separação judicial devem ser entendidas à luz das condições de vida objectivas dos casais em causa, concorrendo para isso situações como o estatuto sociocultural, a idade dos cônjuges, por vezes a saturação conjugal devido à diferença de personalidades, mas sobretudo era a violência doméstica ou o adultério praticado pelos membros conjugais que explicam boa parte destas variantes e às quais não devem ser alheias as situações de dominação masculina no seio da família. Na generalidade dos casos, era a população feminina quem mais sofria com a situação, especialmente se não tivesse meios de sustento próprios.

Em relação ao estatuto sócio – profissional dos divorciados, se na Primeira República, o divórcio surge como forma de afirmação de uma nova ideologia, laica, positivista e moderna, a verdade é que a ele tendiam a recorrer sectores muito delimitados da população portuguesa: comerciantes, quadros, profissionais liberais, sectores da administração pública. Estes grupos profissionais apontados devem ter continuado a recorrer ao divórcio ao longo dos anos 30 a 50, com especial incidência nos centros urbanos de Lisboa e Porto, locais onde os divórcios decretados superam por vezes os que existem para o conjunto do País. É particularmente a partir dos anos 60 que o divórcio tende a alargar-se a outros sectores sociais (quadros superiores, empregados de escritório, operários) enquanto se vai diversificando no espaço nacional, numa situação igualmente ligada ao desenvolvimento económico que o País conhece a partir dessa década.

São tempos que adivinham transformações importantes neste domínio da família, mas que só se revelam verdadeiramente quando são eliminadas as barreiras que obstavam ao divórcio, facto que só acontecerá na segunda metade dos anos 70. Entretanto, para o conjunto do País, a análise destes dados nas subculturas regionais mostra ser igualmente interessante.

QUADRO 9 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS: 1930 – 1959 (Continente e Ilhas)

Anos	Sem Filhos	Com um	Com 2	Com 3	Com 4 e mais
1930 – 1939	4 042	2 267	1 291	546	451
1940 – 1949	4 253	2 822	1 413	549	349
1950 – 1959	4 312	2 835	1 364	485	403

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: INE).

QUADRO 10 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS, DURAÇÃO DO CASAMENTO E FUNDAMENTO DO DIVÓRCIO: 1960 – 1967

(Continente e Ilhas)

Fundamento do divórcio	Sem Filhos	Com um	Com 2	Com 3	Com 4 e mais
Mútuo Consentimento	99	67	38	11	12
Adultério Feminino	290	274	112	38	27
Adultério Masculino	235	150	51	16	20
Sevícias	477	298	124	41	39
Abandono do Lar	353	219	78	27	13
Ausência não inferior a 4 anos	23	8	1	2	-
Separação Livremente consentida	104	67	29	8	9
Outros motivos (loucura, condenação a pena, vício jogo, doença incurável).	5	7	1	1	-

Anos	Duração do Casamento	Sem Filhos	Com um	Com 2	Com 3	Com 4 e mais
1960 – 1967	- de 1	7	-	-	-	-
	1 - 4	417	173	26	1	-
	5 - 9	603	462	104	22	7
	10 -14	419	420	133	33	10
	15 -19	304	267	103	30	11
	20 e +	890	557	365	148	158

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: INE).

QUADRO 11 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS, DURAÇÃO DO CASAMENTO E FUNDAMENTO DO DIVÓRCIO: 1968 –

1969(Continente e Ilhas)

Fundamento do divórcio	Sem Filhos	Com um	Com 2	Com 3	Com 4 e mais
Art. 1778 – Alínea a)	113	89	34	14	6
Alínea b)	-	1	1	-	-
Alínea c)	-	-	-	-	-
Alínea d)	-	-	-	-	-
Alínea e)	2	5	2	-	-
Alínea f)	62	40	7	3	1
Alínea g)	43	25	9	8	1
Mútuo Consentimento	32	21	10	5	-
Acções antes de 1967	176	121	43	13	9

Anos	Duração do Casamento	Sem Filhos	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4 e mais
1968 – 1969	- de 1	3	-	-	-	-
	1 - 4	117	51	6	1	1
	5 - 9	138	127	25	6	-
	10 -14	86	102	33	13	3
	15 -19	55	45	29	10	1
	20 e +	182	109	58	29	14

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: INE).

QUADRO 12 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS, DURAÇÃO DO CASAMENTO E FUNDAMENTO DO DIVÓRCIO: 1970 – 1975
(Continente e Ilhas)

Fundamento do divórcio	Sem Filhos	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4 e mais
Art. 1778 – Alínea a)	483	397	167	48	23
Alínea b)	31	24	15	2	1
Alínea c)	-	-	-	-	-
Alínea d)	-	-	-	-	-
Alínea e)	-	-	-	-	-
Alínea f)	337	220	92	31	6
Alínea g)	168	134	57	19	6
Conversão da separação em Divórcio	319	202	130	31	14
Acções antes de 1967	176	121	43	13	9

Anos	Duração do Casamento	Sem Filhos	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4 e mais
1970 – 1975	- de 1	4	-	-	-	-
	1 - 4	463	233	38	3	2
	5 - 9	464	522	161	21	3
	10 -14	277	271	173	51	22
	15 -19	183	212	95	45	11
	20 e +	610	371	223	85	55

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: INE).

7.4. As subculturas regionais: constituição e dissolução familiar

A nível regional, os casamentos celebrados registaram um progressivo aumento entre 1930 e 1960, com maior incidência a partir dos anos 40, altura em que também assistimos a um acréscimo da natalidade. Tal como propunha a ideologia do Estado Novo, a norma canónica passou a ser largamente solicitada para a realização dos casamentos, levando a uma sucessiva diminuição das celebrações civis.

Em relação aos divórcios decretados, os anos 30 apresentam alguma irregularidade nos distritos do País, nomeadamente em Coimbra, Guarda, V. Real, Beja, Setúbal e

Viana do Castelo, que depois de algum crescimento, apresentam uma quebra nos índices de dissolução conjugal a partir da segunda metade da década. Lisboa e Porto, como principais zonas urbanas, apresentavam os maiores níveis de divórcio, embora os anos desta década apresentem uma grande irregularidade nos índices obtidos (cf. Delgado, Pedro 1996: 142 e 158 -167).

Nos anos 40, regista-se um aumento estatístico nos distritos citados, embora se comece a notar para a segunda metade da década alguma quebra das taxas de divórcio, numa situação que se prolonga nos primeiros anos da década seguinte. A excepção prende-se com o distrito de Setúbal, onde os níveis de divórcio aumentam durante esse período, numa situação também observada em distritos como Lisboa, Beja, Faro, Aveiro, Coimbra e V. do Castelo, embora com menor índice de crescimento.

Deste modo, é possível concluir que a faixa litoral apresenta maior taxa de divórcio, com especial destaque para as zonas urbanas de Lisboa, Porto e Setúbal, enquanto a menor expressão se situa nos distritos do interior (cf. Delgado, Pedro 1996: 142 e 158 -167).

A partir dos anos 60 e até meados dos anos 70, assistimos a uma diminuição retracção no índice de casamentos celebrados segundo a tradição canónica, enquanto as uniões conjugais sancionadas pelo registo civil aumentam de um modo gradual. Mesmo assim, continuam largamente maioritárias a formação de casais que escolhiam a celebração canónica para o início da conjugalidade, quer fosse pelo conformismo, por tradição religiosa ou por influência familiar.

Em relação à diversidade regional do País, até meados dos anos 70 o número de casamentos mantém-se estável na totalidade dos distritos do País. A predominância pertence, naturalmente, às celebrações canónicas, embora distritos como Lisboa, Setúbal, Évora e Beja apresentem um elevado índice de casamentos pelo Registo Civil.

Durante esse período, o número de divórcios decretados foi pouco significativo, verificando-se uma ligeira descida nos números entre 1968 e 1974. Este recuo sucede especialmente nos casais que efectuaram o seu matrimónio pela Igreja, impossibilitados de se divorciarem legalmente, como preceituava a *Concordata*.

Os distritos onde é possível detectar uma maior incidência de divórcios face à população casada são os de Lisboa, Setúbal e Faro. Com índices razoáveis temos ainda os distritos de Santarém, Leiria e Porto.

As menores incidências surgem nos distritos do interior, numa linha de continuidade em relação às décadas anteriores. Estão neste caso os distritos de Bragança, V. Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Portalegre. Distritos do Litoral como V. Castelo e Braga também apresentam um fraco índice de divórcio, embora superior aos distritos citados. Naturalmente, o peso religioso do Minho aliado à tradicional influência dos valores e tradições católicas no interior do País ajudam a explicar esta situação, especialmente porque também são estes distritos que apresentam, de um modo geral, um maior índice de separações judiciais de pessoas e bens em casais que celebraram o seu matrimónio pela norma canónica.

Em distritos onde já se verificava um número significativo de divórcios face à situação geral do País, como Lisboa, Setúbal e Faro, os índices de separação judicial não são tão elevados, como se compreende (cf. Delgado, P. 1996: 214/216).

**QUADRO 13 – CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO FAMILIAR NOS DISTRITOS DO PAÍS:
1930/1969.**

DISTRITOS	CASAMENTOS				DIVÓRCIOS			
	1930-39	1940-49	1950-59	1960-69	1930-39	1940-49	1950-59	1960-69
V. Castelo	14 148	17 645	19 462	21 540	176	106	106	30
Braga	25 736	32 478	40 972	47 669	193	122	93	49
Porto	61 953	78 494	91 515	103 569	1 359	1 382	1 071	431
V. Real	14 802	20 696	22 772	22 819	139	92	61	22
Bragança	12 798	13 705	17 501	15 662	59	57	53	13
Aveiro	28 498	35 040	40 744	44 470	556	378	317	109
Viseu	20 006	34 667	35 723	34 983	336	196	187	45
Guarda	19 619	22 724	22 199	19 209	131	85	49	19
Coimbra	28 330	32 041	43 300	34 842	353	342	240	92
Leiria	22 437	28 913	33 905	36 616	273	223	249	158
Santarém	27 276	32 606	38 527	37 946	293	257	269	165
Castelo Branco	20 886	26 616	25 940	24 606	99	44	54	14
Lisboa	62 934	92 797	114 371	139 689	3 483	4 936	5 177	4 554
Setúbal	12 463	21 801	26 199	35 903	167	296	582	701
Portalegre	11 960	14 202	16 202	14 698	117	109	77	35
Évora	10 549	14 438	17 114	18 371	173	116	102	40
Beja	14 213	15 687	18 718	19 804	93	74	103	66
Faro	19 467	26 280	25 536	25 928	335	313	296	228
PORTUGAL (Continente)	428 075	560 830	650 700	698 324	8 335	9 128	9 086	6 771
(Continente e Ilhas)	470 740	600 817	695 373	750 271	8 594	9 419	10 107	6 940

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*. Lisboa: INE- volumes de 1930 a 1969).

7.5. As subculturas regionais: fundamentos da dissolução familiar e duração do casamento

Como notámos anteriormente, os distritos do País apresentam uma diversidade de situações em relação à sua vida familiar, concorrendo para essa situação um conjunto de realidades sociais e culturais diferentes, envolvendo factores como a maior ou menor ligação estrutural aos preceitos da Igreja em assuntos conjugais, situações de carência económica ou mesmo relacionados com as solicitações quotidianas inerentes à vida urbana.

Assim, no período subjacente aos anos 30, o fundamento mais utilizado nas dissoluções conjugais por divórcio nos distritos de Lisboa, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Guarda foi o ‘adultério feminino’, enquanto o Porto, Aveiro Coimbra, Beja e Faro apresentam em primeiro lugar as ‘sevícias ou injúrias graves’. Como segundo fundamento de dissolução conjugal devemos inverter estas causas nos dois conjuntos de distritos considerados.

Situações envolvendo o adultério masculino ou o abandono do lar conjugal figuram normalmente como terceiro motivo para divórcio nos distritos considerados.

Entre 1940 e 1955, os *Anuários Demográficos* publicados pelo Instituto Nacional de Estatística omitiram a informação sobre este assunto. A partir de 1955, os dados passaram novamente a ser registados, tendo sido possível observar que o principal fundamento de dissolução do vínculo familiar envolvia ainda o ‘adultério feminino’. Era o caso de distritos como Faro, Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Viana do Castelo. O ‘adultério masculino era maioritário como causa de divórcio em Vila Real e as ‘sevícias ou injúrias’ surgiam em primeiro lugar nos distritos de Beja e Guarda (cf. Delgado, Pedro 1996: 147/156).

O segundo motivo mais utilizado para terminar a relação conjugal envolvia o ‘abandono do lar’, como sucedia nos distritos de Setúbal e Vila Real, enquanto o adultério feminino’ era mais utilizado no Porto e em Beja. Por sua vez, ‘as sevícias e injúrias’ surgiam em distritos como Faro, Lisboa, Coimbra, Aveiro e Viana do Castelo.

Os dados para a década de 60 revelam a mesma diversidade de fundamentos na dissolução conjugal. Assim, nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, as ‘sevícias e injúrias’ continuam a ser a principal causa invocada para divórcio, seguida pelo ‘abandono do domicílio conjugal e em terceiro lugar o ‘adultério feminino’. Outros centros urbanos de relativa importância, como Setúbal e Faro, apresentavam em

primeiro lugar o ‘adultério feminino’, seguido pelas ‘sevícias ou injúrias graves’ (cf. Delgado, Pedro 1996: 220).

Nos distritos do Norte interior, como Bragança, Vila Real e Guarda, além de Castelo Branco e Portalegre, os dados obtidos são pouco significativos. Mesmo assim, os fundamentos mais utilizados na dissolução conjugal envolviam as ‘sevícias ou injúrias’ e o ‘adultério feminino’, com números absolutos muito próximos.

Quanto aos distritos do Minho, o ‘adultério feminino’ e as ‘sevícias ou injúrias’ são os mais significativos em zonas como Viana do Castelo e Braga, respectivamente.

No Alentejo, o ‘adultério feminino’ tem maior incidência nos distritos de Évora e Beja, enquanto Santarém, Leiria e Aveiro seguem os dados apontados para Lisboa e Porto.

Nesta década portanto, é possível concluir que os distritos do Litoral apresentam maior índice de dissolução conjugal por divórcio, com destaque para os distritos de Lisboa, Setúbal e Faro. Na zona Litoral Norte, encontramos o distrito do Porto, enquanto no Norte e Centro interior, para além da região do Minho, encontramos uma menor dissolução familiar pelo divórcio, como é visível em Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Viana do Castelo e Braga, respectivamente.

Com a reforma do *Código Civil* em 1967 e a introdução de algumas alterações na estrutura jurídica do divórcio, continuamos a encontrar entre 1968 e 1975 a mesma tendência verificada na década anterior. Pese embora a alteração da designação dos fundamentos justificativos da dissolução conjugal por divórcio, os distritos do Porto, Aveiro e Coimbra registam em primeiro lugar a ‘adultério do cônjuge’ (terminou a distinção entre adultério masculino e feminino), a ‘conversão da separação em divórcio’ e com números próximos, o ‘abandono do lar’ e ‘as ‘ofensas à integridade física ou moral do cônjuge’, o mesmo é dizer ‘sevícias ou injúrias’.

Em relação a distritos do Litoral Centro como Leiria, Santarém, Lisboa e também Setúbal, o ‘abandono do lar’ surge em primeiro lugar, seguido pela ‘conversão da separação em divórcio’ e depois pelas ‘ofensas à integridade física ou moral do cônjuge’.

Já na zona Norte / Centro Interior, incluindo o Minho, encontramos o mesmo cenário evidenciado para a década de 60, mas com menor índice de dissolução conjugal.

Nos distritos do Alentejo – Évora e Beja – o adultério do cônjuge continuou a ser o fundamento mais utilizado para terminar o vínculo conjugal. (cf. Delgado, Pedro 1996: 221).

Portanto e como dissemos, não existiram grandes alterações nos fundamentos de divórcio mais utilizados nestes anos, numa clara continuação das anteriores décadas, pese embora a evidente diversidade regional do País com as suas escolhas neste domínio.

Perante esta variedade de situações, conclui-se que as condições decorrentes da organização social e das subculturas dominantes em cada distrito devem ser tomadas em consideração para a explicação desta realidade. Igualmente acrescentamos que as causas alegadas de divórcio podem não ser as reais, devendo ser relacionadas com os fenómenos objectivos da vida das populações. Com efeito, as famílias dos vários distritos considerados podem ser mais afectadas do que outras, especialmente quando existem situações de carência económica, os maus-tratos físicos poderem ser uma constante, o alcoolismo e analfabetismo serem endémicos e o adultério juntamente com a ilegitimidade atingirem níveis elevados. Não será de estranhar por isso que uma grande incidência de dissoluções familiares tivesse sido fundamentada com base em ‘sevícias ou injúrias graves, ‘adultério’ e ‘abandono do lar’, em todos os distritos considerados.

Mesmo com o desenvolvimento económico operado no País a partir dos anos 60, as condições de vida das populações não se alteraram significativamente, em especial nas situações de vida conjugal, onde as dificuldades económicas continuavam a subsistir e a violência doméstica marcava ainda o quotidiano de inúmeros casais.

Por outro lado, os elevados índices de adultério na maioria dos distritos considerados lança a discussão da natalidade considerada ilegítima.

Esta questão da ilegitimidade é igualmente essencial na análise do quadro da vida conjugal, sendo importante para nos situarmos em relação à existência de muitos divórcios fundamentados na infidelidade conjugal e também nas sevícias e injúrias.

A nível estatístico, os anos 30 acentuam o crescimento da ilegitimidade verificada no País. De facto, em face do número de casamentos celebrados nessa década, o número de nados vivos ilegítimos representam quase 15% do conjunto de nascimentos

verificados, numa situação que se mantém desde os tempos da Primeira República (cf. Delgado, P. 1996:230).

Nas décadas seguintes, o crescimento do número de matrimónios, agora sob os efeitos do novo regime jurídico de família inspirados na *Concordata*, revelam uma descida paulatina dos dados referentes à ilegitimidade, sendo razoável supor uma diminuição dos seus índices a nível geral do País.

No entanto, a diversidade regional não acompanha sempre a tendência a nível nacional. No distrito de Beja, por exemplo, encontramos um alto grau de ilegitimidade dos nascimentos verificados, numa situação que se mantém até aos anos 50. Quanto ao distrito de Setúbal, os dados da ilegitimidade são igualmente elevados durante os anos 30, só começando a descer a partir dos anos 50.

Estes dois distritos da zona sul do País distinguem-se claramente dos restantes em termos de resultados face à ilegitimidade registada. Estaria a família em crise nesta região? Pensamos que um significativo número de mulheres em idade casável, a proximidade económica e cultural entre os habitantes dos dois distritos e um tipo de solicitações sociais idênticas explicam uma parte substancial deste acontecimento. Precisando melhor, o distrito de Setúbal tem nos anos 30 um significativo índice de ilegitimidade, ao qual não deverá ser alheia uma situação de imigração do Sul do País para essa zona, bem próxima de Lisboa. Nas décadas seguintes a situação tende a normalizar-se, embora os índices da ilegitimidade continuem elevados até final dos anos 50.

Em relação ao distrito de Beja, os índices da ilegitimidade estarão relacionados, em boa parte, com a imigração sazonal que procurava o distrito nas épocas de ceifas e por lá permanecia algum tempo. Nestas situações, não devemos esquecer os casais que se juntavam sem contrair oficialmente o casamento. De facto, eram inúmeros os casos, de pessoas vivendo em uniões de facto sem se casarem, numa situação explicada pela tradição, por necessidade económica ou pela reduzida implantação da Igreja católica nessas zonas.

Por isso, convém salientar a relatividade deste conceito de ‘ilegitimidade’, pois nem todos os filhos ilegítimos significavam nascimentos fora de uma família estável.

Em relação aos grandes centros urbanos, Lisboa e Porto acompanham a tendência do País neste assunto, com a progressiva quebra dos dados da ilegitimidade a partir dos anos 40 e 50. Tal situação sugere que a aliança institucional entre Estado e Igreja

visando uma formação moral dos membros sociais estavam a dar os seus resultados. Aparentemente e numa escala maior, a junção da ideologia conservadora do Estado com o sentido familialista da Igreja acabou por produzir efeitos na estrutura familiar do País.

Quanto aos distritos do Norte, podemos dizer que Vila Real, Viana do Castelo, Guarda e em certa medida Coimbra, tendem a aproximar-se das médias nacionais ao longo das três décadas em análise, ou seja, progressiva redução do índice de ilegitimidade, confirmando que algo novo se produziu em termos sociológicos com a introdução das disposições concordatárias na área familiar.

Nessa medida, somos também levados a concluir que os efeitos das *Leis de Família* da Primeira República ainda se faziam sentir nos anos 30, especialmente nos grandes centros urbanos onde de facto o laicismo favoreceu a prática do casamento civil. Por sua vez, o peso espiritual da Igreja com as suas normas e valores familiares, era mais sentido nas populações do Norte e sobretudo nas do Interior do País. Claramente influenciadas pela sua ‘mensagem’, as famílias correspondiam a essa doutrina, encarando o casamento como sacramento (e portanto só dissolúvel por morte de um dos cônjuges), sendo visível um número de nados ilegítimos menor em comparação com outros distritos com igual população casada, como eram os casos dos distritos do Sul do País.

Portanto, torna-se mais seguro procurar na especificidade cultural, social e sobretudo económica dessas populações, os reais motivos desse problema.

Durante os anos 60 continuamos a assistir a progressiva diminuição do número de nados vivos ilegítimos, passando a representar 9,8% do total de nascimentos ocorridos no País (cf. Delgado, P. 1996:230).

Sendo esta a situação verificada no País, alguns distritos mantêm a sua especificidade neste assunto, como são os casos de Setúbal, Évora, Beja e Faro – para além de Lisboa, onde a ilegitimidade ainda é elevada face ao geral do País.

Se é possível estabelecermos alguma relação entre esse facto e o número de divórcios, com especial fundamentação no adultério, no abandono do lar e nas sevícias ou injúrias, também devemos procurar as razões desse acontecimento na força de atracção que os grandes centros urbanos exercem no domínio da imigração, onde o cosmopolitismo de vida aí existente, a secularização da população e razões de natureza económica, concorrem também para a explicação do fenómeno e naturalmente, para a ocorrência de nascimentos fora do casamento. Nos distritos do Alentejo, em especial,

converge ainda como factor explicativo a continuação da tendência dos casais se juntarem sem legalizarem o casamento, revelando com isso dificuldades de natureza económica e social, muito correntes nos habitantes dessa região.

Durante a primeira metade dos anos 70 parece acentuar-se a diminuição dos nascimentos ilegítimos a nível do País, embora distritos como Lisboa, Setúbal, Faro e Porto tenham aumentado ligeiramente o seu índice de ilegitimidade.

No geral e tendo em atenção as décadas em estudo, os distritos a sul do Tejo continuam a deter a proporção mais elevada de nados ilegítimos em face do número total de nascimentos aí ocorridos. Inversamente, os distritos do Minho (Viana do Castelo e Braga), do Norte Interior (Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu) e do Centro Interior (Portalegre e Castelo Branco) são os que mais se destacam no âmbito do menor índice de ilegitimidade.

Devemos relacionar essa situação com vários factores – população residente, número de casamentos celebrados, filhos legítimos nascidos, número de divórcios e seus fundamentos, para além do peso do peso e das influências subculturais dominantes em cada distrito. Tudo isso serve para comprovar que distritos com uma proporção semelhante de casamentos, divórcios e filhos nascidos apresentam resultados diferentes face à ilegitimidade existente, numa situação ligada objectivamente ao peso e às influências subculturais dominantes em cada distrito. É possível assim verificar uma diferença de procedimentos neste assunto entre as regiões Norte e Norte Interior com as do Sul do País. E também nas zonas urbanas do litoral em confronto com as do interior. Os grandes centros como Lisboa e Porto, são claramente dois pólos de aglutinação deste fenómeno a nível nacional, numa situação que envolve outras consequências sociais e humanas, nomeadamente a nível da estrutura familiar.

Na verdade, a questão da ilegitimidade tem de ser igualmente relacionada com as consequências do sistema concordatário no âmbito da família em Portugal. Significa isto que as instituições de poder, ao impedirem o divórcio para os cônjuges casados pela Igreja, apenas disponibilizavam para os casais com sérias e prolongadas desavenças a separação judicial de pessoas e bens. Estando separados, o casamento não se encontrava dissolvido, sendo apenas eliminados alguns deveres dos cônjuges como o de coabitação.

Sendo assim, o casal separado continuava sujeito a deveres conjugais como o da fidelidade, estando impedidos de legalmente assumirem uma nova ligação conjugal sancionada pela lei. Querendo refazer a sua vida familiar, os cônjuges só tinham como

recurso viverem juntos com outros parceiros, sujeitando os filhos havidos dessas ligações conjugais ao estigma de ‘filho ilegítimo’, sem direito ao ‘abono de família’ e, muitas vezes, segregados nas escolas que frequentavam.

Esta situação, como vimos, já era alvo de crítica social nos meados dos anos 50, motivando em 1965 o aparecimento do primeiro movimento pró-divórcio, fundado com o objectivo de conseguir a mudança da lei neste assunto. Os poderes públicos, no entanto, iam no sentido contrário, como foi o caso da legislação presente no *Código Civil* a partir de 1967, levando mesmo a intervenções críticas realizadas na Assembleia Nacional em 1971 pelo então deputado da ala liberal do Regime, Sá Carneiro.

Só com a regularização da situação conjugal dos casais separados foi possível legitimá-los tendo como base a nova legislação de família, saída a partir de 1976. Este novo Direito de Família está directamente relacionado com as transformações que a sociedade portuguesa conheceu a partir de 1974 e das quais falaremos mais adiante.

Saber como se organizava a família e reproduzia o seu legado ao longo da área cronológica desta primeira parte em estudo, constituirá o tema a ser apresentado seguidamente.

III. ESTRUTURA, IMAGENS, ESTRATÉGIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAMÍLIA EM PORTUGAL – DO ANTIGO REGIME À MODERNIDADE

Como notámos nas primeiras páginas deste trabalho, a família do Ocidente Europeu apresentava uma diversidade de práticas familiares, tanto em função das localizações distintas a nível geográfico, como também dos diversos lugares ocupados no espaço social.

O modo como a população estruturava a sua vida quotidiana em íntima associação com os aspectos familiares demonstram igualmente como eram importantes as imagens construídas a partir dessa relação e as representações sociais daí decorrentes.

Neste propósito, as abordagens surgidas a partir dos estudos e das fontes da demografia histórica (Laslett, 1972), forneceram conclusões importantes quanto à existência do casamento feminino tardio e do predomínio dos grupos domésticos conjugais desde o início da época moderna. Estas descobertas contrariavam as ideias herdadas de Le Play, segundo o qual predominava na sociedade tradicional europeia “*famílias do tipo patriarcal*” (pressupondo a co-residência de um grande número de descendentes sob a autoridade de um mesmo patriarca) e família estirpe ou troncal (co-residência do patriarca e do filho sucessor e seus descendentes (cf. Nuno G. Monteiro, 1993:284/85).

Por sua vez, as pesquisas utilizando fontes qualitativas foram essenciais para reconstruir os sentidos atribuídos às relações e comportamentos familiares pelos actores sociais nelas envolvidos. Nestes trabalhos (Ariès, 1973; Flandrin, 1976; Stone 1977) destacou-se a ideia dos baixos níveis de privacidade e afectividade de vida familiar na sociedade europeia do Antigo Regime, tendo sido os grupos sociais ligados às elites (nobreza e burguesia) quem teria iniciado um processo de mudança que levaria à progressiva nuclearização da vida familiar.

No entanto, uma terceira linha de investigações sobre a família mostrou a necessidade de reconstituir os processos sociais subjacentes à estrutura familiar existente durante o Antigo Regime, levando investigadores como L. Berkner (1976), D. Levine (1977), L.Tilly e J. Scott (1981) a procurarem interpretar o grupo doméstico dentro de um contexto ligado ao comportamento económico e social dos seus membros.

Estes estudos colocaram em evidência o modo e as condições sob as quais os recursos económicos se tornavam acessíveis à família, as estratégias utilizadas em criar

e explorar esses recursos e apurar as relações de poder existentes dentro da estrutura familiar.

A posse, utilização e transmissão de propriedade por exemplo, foram alvos preferenciais de pesquisa sobretudo porque era através desse meio que se fazia a reprodução do sistema social, permitindo explorar também outras vertentes ligadas à dinâmica interna da vida familiar, em especial as estratégias nupciais e a consequente construção, organização e qualidade das relações familiares.

Em Portugal, os estudos referentes aos sistemas familiares da população têm-se desenvolvido a partir de fontes passíveis de tratamento quantitativo (*Os Róis de Confessados e Róis de Desobriga*, por exemplo), mas também de fontes jurídicas e estatísticas (*Ordenações Filipinas; Constituições, Código Civil, Leis de Família, Recenseamentos*), para além de literatura publicada ao longo de vários séculos (romances, cartas, relatos de viagens) reflectindo os valores e as práticas sociais de cada época histórica. Estas fontes constituem importantes meios de reconstituição dos grupos domésticos do passado.

É chegada a altura para analisarmos as várias representações sociais da família em Portugal. Vejamos então como se tem processado o estudo da dimensão familiar a nível dos seus vários processos de estruturação económica, social e cultural (dinâmicas internas) e o modo como se relacionam com as imagens, estratégias e representações sociais da família em Portugal, começando por enquadrar esse objectivo numa sucinta abordagem histórica.

8. A Família em Portugal – situação geral nos primórdios da nacionalidade

Quando se formou a nacionalidade portuguesa era ainda habitual a predominância da intervenção colectiva do grupo familiar nas questões de foro interno, em detrimento do papel e da autoridade do Estado, ainda em construção. A solidariedade de todos os membros de uma *Família*, no sentido mais vasto, revestia-se de particular importância quando era necessário manifestar-se em questões jurídicas e no exercício da tutela. Esta realidade estava igualmente enquadrada na relação fortemente hierarquizada da sociedade, correspondendo a cada indivíduo uma classe com funções, direitos e deveres próprios.

A documentação medieval permite ainda concluir que o regime matrimonial era predominantemente exogâmico, ainda que não se excluísse nas regiões de fraca

densidade demográfica do interior a prática endogâmica, especialmente em locais onde as dificultadas de comunicação impediam os contactos e as relações com outros lugares. (cf. Monteiro, Ana 1990:18-20).

No entanto, à medida que o Estado se preocupava em organizar e enquadrar os respectivos grupos sociais, notava-se cada vez mais a influência da legislação real sobre o sistema familiar.⁴⁷

Entretanto, surgiram também normas jurídicas que reflectiam a consideração do casal e dos filhos como núcleo independente, passando a privilegiar-se a descendência directa em questões de capacidade sucessória. Para José Mattoso (1985), as *Inquirições* de 1258 revelam já o ‘casal’ como unidade de contagem para recenseamento e cálculos dos respectivos rendimentos (cf. Mattoso, J. 1985:264-265).

A própria estrutura social revelava o carácter indissolúvel do casamento, a que se acrescentava um poder paternal centralizado na figura masculina.

Em todo este processo de estruturação família, devemos salientar o papel do cristianismo, em particular na sacramentalização do contrato de casamento, na garantia de liberdade de decisão das partes envolvidas e no reforço da união conjugal, só dissolúvel por morte de um dos cônjuges.⁴⁸

Com os Descobrimentos e a Expansão, a sociedade portuguesa passou a conviver com outras realidades: o negro e o mestiço são trazidos em grande número para a metrópole, que apresenta também entre muitos dos seus membros ausências prolongadas do lar, abandonos familiares, bigamias e grande emigração.

Torna-se evidente que a transformação da estrutura familiar acabou por acontecer, embora não tivesse sido de uma maneira uniforme. Com efeito, nas cidades essa mudança vai avançando progressivamente para uma forma mais moderna, mas no campo permanece sob formas arcaizantes durante longos anos. Não podemos igualmente esquecer que as leis que se conhecem são predominantemente aplicadas nas

⁴⁷ D. Afonso II e D. Afonso III promulgaram leis que consagravam expressamente o princípio da liberdade das partes na celebração do casamento para os vassalos do Rei, não a fazendo depender, como antes, da autorização Régia ou dos Senhores Nobres. As Leis de Afonso III dispunham ainda que, em qualquer forma de casamento, o regime de bens fosse o de comunhão geral. D. Dinis, por seu lado, procurou regulamentar o casamento de ‘pública fama’, prescrevendo o prazo de sete anos seguidos de vida em comum, publicamente conhecidos como marido e mulher. Já a *Lei Mental* de D. Duarte excluía da sucessão dos bens da Coroa, os filhos do ‘matrimónio a furto’ (cf. Monteiro, Ana 1990:21 e 29).

⁴⁸ As *Leis Gerais* da época medieval e as *Ordenações Afonsinas* constituíam sobretudo uma regulamentação dos preceitos do Direito Canónico, embora também estivessem contemplados certos usos muito arraigados na sociedade, herdados sobretudo da tradição germânica.

idades, locais que a monarquia consegue controlar melhor. A generalização do acto litúrgico do ‘sacramento’ do matrimónio por todos os crentes, por exemplo, é muito tardia, predominando sobretudo nas camadas superiores da sociedade (cf. Monteiro, Ana 1990:22-23).

Sendo assim, vejamos como se estruturavam nos grupos sociais do Antigo Regime as suas relações familiares e que dinâmicas estão subjacentes ao processo de mudança até à época Liberal.

8.1. A estrutura familiar da Nobreza – estratégias nupciais, vida conjugal e ambiente familiar no Antigo Regime

Na sociedade de Antigo Regime, o mais aparente é a sua divisão em três ordens: Clero, Nobreza e Povo. Como salienta Vitorino Magalhães Godinho (1971) “ *é uma divisão jurídica por um lado [mas também] uma divisão de valores e de comportamentos que estão estereotipados. (...) Cada qual ocupa uma posição numa hierarquia rígida, segundo tem, ou não, títulos e tem, ou não, direito a certas formas de tratamento*” (1971:71).

Numa sociedade assim constituída, o ideal familiar era construído com base numa relação de homogamia social, claramente definido no tipo de aliança que o matrimónio instituíra. Esta situação era claramente assumida pelos grupos sociais do País que estruturavam as suas estratégias, alianças e quotidiano familiar com base na sua escala hierárquica.

Neste caso, entre a fidalguia do século XV/XVI era habitual realizarem-se os esponsais (noivado) entre os membros da mesma categoria social. Combinado o dote, fixava-se a data do casamento que seria realizado na Igreja com a participação de um clérigo que abençoava a união marital. A imposição mútua de anéis significava também a promessa da união e de afeição entre os cônjuges (cf. Oliveira Marques, A.H. 1987: 116).

O regime jurídico habitual no casamento era a comunhão de administração dos bens, embora a mulher pudesse dispor dos seus bens próprios, nomeadamente o seu enxoval constituído por roupas, alfaia, mobília, etc., para além dos presentes dados pelos pais, parentes e noivo por ocasião do seu próprio casamento (cf. Oliveira Marques, A.H. 1987: 116/117).

O ambiente familiar depois do casamento devia pautar-se pelo respeito de todos os que estavam sob a autoridade do principal elemento masculino da Casa Nobiliárquica, contribuindo em muito para o que designamos ‘Família’, uma palavra de contornos muito vastos na época, nela se incluindo agnatos (geração) e cognatos (afinidades), mas também os criados e escravos; todos sob a primazia do ‘Pater’. Este era o aspecto mais evidente entre a Aristocracia ao longo dos séculos XVII e XVIII, onde o respeito e a obediência eram devidas ao chefe da Casa Nobre.

Contudo, se a deferência lhe eram devidas igualmente tinha um conjunto de obrigações a cumprir, algo que começa a ser mais visível na literatura escrita a partir do século XVI. Assim, o principal dever do ‘Pater Familias’ para com os filhos era educá-los *“espiritualmente, moralmente e civilmente, fazendo-lhes aprender as letras (...) prestar-lhes alimentos (...) e tudo o mais que pertence ao sustento, como o vestir e calçar [e] dotá-los para matrimónio”* (cf. Hespanha, A.M. 2003: 275).

Sendo também a família considerada uma ‘entidade natural’, os filhos seriam *“antes de mais, os que o são pelo sangue, independentemente de terem nascido na constância do casamento. Isto [era] particularmente verdade em Portugal, onde (...) os filhos naturais de plebeus estavam equiparados aos legítimos, pelo menos no plano sucessório* (cf. *Ordenações Filipinas IV*, 92); *já os dos nobres, embora adquiram a qualidade nobre do pai e tenham direito a alimentos, carecem de legitimação para herdar”* (Hespanha, A.M. 2003: 274).

No entanto, quanto à principal obrigação dos pais (sustento e educação) os filhos eram todos, *“os legítimos, os ilegítimos e até, com alguma limitação, os espúrios – aqueles cujos pais não eram nem poderiam ser casados, por existir entre eles algum impedimento (...) como o estado de clerical ou um prévio casamento com outrem”* (Hespanha, A.M. 2003: 274).

Em tal ambiente, os filhos tinham igualmente as suas obrigações, devendo sobretudo mostrar gratidão e obediência a seus pais, a quem deveriam ajudar em caso de necessidade.

Um caso interessante registado por António Manuel Hespanha (1993), era o facto das *“Ordenações Filipinas deserdarem os filhos menores (de 25 anos) que casassem contra a vontade dos pais”*, estabelecendo-se uma contradição entre o poder paternal regulado pelo direito e as disposições previstas desde o Concílio de Trento que enfatizava *“o carácter livre e voluntário do matrimónio”* (1993:275).

Para A. M. Hespanha, esta situação conduziu a uma reacção dos sectores sociais mais ligados à tradição os quais a partir da segunda metade do século XVIII se manifestaram por um retorno a uma rigorosa disciplina familiar, onde a matéria de núpcias fosse da exclusiva responsabilidade dos pais, “*sem atenção alguma aos filhos, os quaes só se contemplão, como ministros e executores da vontade paterna [...]. Donde se segue com infallivel certeza, que, competindo aos pais a escolha dos cazamentos, devendo estes attender ás qualidades dos espozos e espozas que buscão para seus filhos, não devem estes intrometer-se ao Officio Paterno (...)*” (Bartolomeu Coelho Neves Rebelo, 1773; citado por Hespanha, A.M.1993:275).

O casamento e a relação conjugal por sua vez, envolviam uma reciprocidade em termos de fidelidade e vida em comum, disposições que eram facilitadas pela igualdade de condição e riqueza dos cônjuges. Na prática porém, homem e mulher encontravam-se em patamares diferentes quando se tratava de encarar as suas verdadeiras identidades sociais. Se a fidelidade conjugal era especialmente visada, os desvios à conduta moral eram particularmente punidos.

O adultério, por exemplo, embora fosse censurado pelas normas de moral da época, o Direito Civil acabava por julgar de modo diferente o adultério feminino, justificando-o não só pela vergonha que fazia cair nos filhos e por ensombrar a paternidade, mas sobretudo pelo ataque feito à honra e bom nome do marido, Daí, como salienta Frágoso, “*a impudícia da mulher [ser] muito mais detestável do que no homem*” (Frágoso, 1641; citado por Hespanha, A.M. 1993: 283).

A par da teorização do matrimónio como sustentáculo da família, a Igreja determinava escrupulosamente o lugar secundário da mulher, associado fundamentalmente pela fraqueza do seu género. Não deve assim surpreender a supremacia masculina em assuntos familiares e o estabelecimento de uma liderança efectiva do homem na vida do casal. Situações envolvendo a desigualdade no seio conjugal foram idealmente apresentadas por D. Francisco Manuel de Mello (1650), na conhecida *Carta de Guia de Casados*.

Começando por prevenir os futuros maridos em relação às qualidades ou características da esposa, o autor escrevia: “*Os que casam com mulheres maiores no ser, no saber e no ter, estão em grandíssimo perigo*” (s.d:24).

Sendo assim, tornava-se necessário para uma boa administração da Casa e para o equilíbrio do ambiente doméstico que o homem orientasse, sustentasse e corrigisse a

esposa. Por isso acautelava os maridos em relação às intromissões femininas no seu desempenho: “ *Nos cuidados e empregos dos homens não se metam as mulheres, fiadas em que também têm como nós, entendimento, e em que a alma não é macho nem é fêmea, como alguma em seu favor alegava* ” (s.d:85).

Esta desvalorização da mulher surge associada ao cumprimento da sua função dentro do lar, mostrando a inferioridade da natureza do seu trabalho e a necessidade de não interferir em coisas verdadeiramente importantes, reservadas para os maridos, tal como considera: “ *Disse que seria bom ocupar a mulher no governo doméstico; e é bom, e é necessário, não só para que ela viva ocupada, senão para que o marido tenha menos esse trabalho. Coisas tão miúdas não é bem que pejem o pensamento de um homem; e para os da mulher são mais convenientes* ” (s.d.:65).

Ainda nas funções a cumprir pela mulher no lar conjugal, D. Francisco M. Mello era claro: “ *Digo, senhor [...] com verdade, que me parece deve uma mulher honrada tratar o dinheiro com aquele mesmo temor que ao ferro e fogo, e outras coisas de que convém sejam medrosas. Parece o dinheiro em mão de mulher arma imprópria* ” (s.d.: 38). Noutra passagem, acrescenta os verdadeiros deveres a cumprir pela mulher no lar conjugal: “ *Senhor meu. Casa limpa. Mesa asseada. Prato honesto. Servir queda. (...) Filhos sem mimos. Ordem em tudo. Mulher honrada. Marido cristão (...)* ” (s.d. : 189). Assim sendo, conclui: “ *Seja mulher como a mão do relógio, e o marido seja o relógio. Aponte ela, e soe ele. Um mostre, outro resolva (...)* ” (s.d.:85).

No plano familiar, portanto, a mulher deveria estar submissa ao marido, possuir uma escassa autonomia monetária e mesmo essa, essencial ao bom governo da casa, para além de saber orientar as tarefas domésticas em termos de asseio, alimentação e educação dos filhos.

Na prática, existe um princípio de organização familiar sob a orientação e protecção do ‘Pater’. Este dirige, orienta, corrige e espera obediência. Não significa isso que o marido não possa solicitar a opinião da esposa, mas na hora da decisão final a sua vontade prevalecerá (cf. Mello, D. Francisco M; s.d: 85).

A própria educação dos filhos tinha as suas regras, como sugere o mesmo escritor: “ *(...) aos filhos nascidos guardem de contar graças nem estremecer sobre eles. Tudo isso os faz malcriados, e aos pais é de pouca opinião. As mães querem que os maridos os tragam, e folguem com eles; quando V.^a Mercê caia nesta venialidade, seja a modo de ofício em Igreja interdita, quero dizer a portas fechadas. Não é coisa pertencente a* ”

um homem ser ama, nem berço de seus filhos. Fazer-lhes aqueles seus momos, falar-lhes naquela sua linguagem, tudo é indecente. Basta que os veja e ame, e lhes procure todo o regalo, e boa criação. Essas outras figurarias são próprias das mães, a quem se não há-de tomar em nada o modo nem ofício” (s.d: 119).

São evidentes a atribuição de papéis sociais a cumprir no âmbito desta sociedade de Antigo Regime, sendo já visível uma educação que dá atenção à criança no seio familiar, privilegiando o seu bem-estar, atenção (sem excessos de carinho da parte do pai), mas com regras de civilidade a cumprir. Interessante é também a atenção que o autor consagra ao modo privado de demonstrar afecto e amor aos filhos, numa transformação de costumes em relação à infância e à questão da privatização do lar (cf. Ariès, P. 1988:305/307).

Por outro lado, o casamento não era mais do que uma estratégia que tinha como função a aliança de duas famílias de modo a permitir a sua continuidade, mais do que a satisfazer o amor entre os dois nubentes.

A investigação de Nuno Gonçalves Monteiro (1993) sobre as estratégias matrimoniais dos filhos primogénitos da Nobreza de elite (titular) que se casavam, revelou ainda uma percentagem altíssima de matrimónios realizados (cerca de 94%). Em relação à descendência, “ *embora com uma forte tendência descendente ao longo do século XVIII, a aristocracia titular portuguesa caracterizava-se por uma altíssima fertilidade. No século XVIII, o número médio de filhos nascidos por casal situava-se perto de oito e o número médio de filhos sobreviventes por casal com sucessores era cerca de cinco. Durante o século XVIII, apesar da quebra verificada, o número médio de filhos sobreviventes situava-se ainda em perto de quatro.*” (1993:366).

De acordo com o mesmo autor, “ *a explicação para estes números encontra-se, em primeiro lugar, na idade média do primeiro casamento feminino, que era de menos de dezoito anos no século XVII, retardando-se depois gradualmente até perto dos vinte e quatro anos no início do século XIX, o que serve de explicação suficiente para o declínio da fertilidade*” (1933:366).

Quanto ao casamento dos filhos desta aristocracia tutelar portuguesa, Nuno Gonçalves Monteiro continua por dizer que na primeira metade do século XVII os matrimónios eram realizados em mais de 50% dos casos com filhas de detentores da terra com jurisdição, comendadores e alcaides e cerca de 34% com filhas de outros titulares. Durante a segunda metade do século XVII, este modelo de casamento subiu para índices

que se situavam acima dos 80%. Paralelamente a esta situação, regista-se igualmente que mais de três quartos do total de casamentos de sucessoras de casas titulares efectuados desde 1650, realizaram-se com filhos de titulares.

Portanto, estamos perante um modelo de casamento que era coerente com os constrangimentos sucessórios de casas titulares da Nobreza, cujos bens possuíam a natureza de ‘bens de vínculo’ ou de ‘coroa’, estando por isso sujeitos a regras precisas de indivisibilidade, primogenitura e masculinidade. Tratava-se de bens que se transmitiam por sucessão e não por herança (cf. Monteiro, Nuno Gonçalo 1993: 367).

Quanto aos filhos segundos desta nobreza titular, o principal mercado matrimonial das filhas era constituído pelos herdeiros de outras casas, enquanto no lado masculino aqueles que chegavam a casar faziam-no com sucessoras de títulos ou com sucessoras de casas de comendadores, ou ainda com filhas não sucessoras de outras casas titulares, tendo para isso fundado uma casa com rendimentos autónomos, depois de uma carreira colonial, militar ou diplomática bem sucedida (cf. Monteiro, Nuno Gonçalo 1993: 368; A.A.V.V.2001:426).

Até aos meados do século XVIII estes últimos casos não foram numerosos, pois a maior parte dos filhos segundos não se casavam. Significa isso que a aristocracia titular portuguesa praticava uma homogamia social e também uma endogamia familiar excepcionalmente apertada, própria de quem tem um património a preservar e não a dividir.

Esta situação leva igualmente a encarar o casamento e o celibato como dimensões complementares de estratégias reprodutivas que tinham como função manter e mesmo ampliar o capital simbólico das casas nobres. No seu conjunto, estas práticas serviram, até ao 3º quartel do século XVIII para reforçar a identidade social de grupo, realçando a fronteira entre quem estava dentro e quem estava fora da Nobreza de corte.

Portanto, em relação ao modelo reprodutivo destas Elites Sociais “ *ele repousava na existência do sucessor privilegiado, quase sempre o varão primogénito, em cujas mãos ficava a administração dos bens vinculados. A dimensão complementar eram as altas taxas de celibato definitivo feminino e, embora com muito mais oscilações no tempo, masculino. As carreiras eclesiásticas regulares femininas representavam um elemento estável indispensável à manutenção deste modelo, pois absorviam a maior parte das filhas solteiras*” (Monteiro, Nuno Gonçalo 1993: 282).

Em relação aos filhos segundos da Nobreza, os seus destinos seriam mais variáveis, podendo seguir a carreira das armas, a carreira eclesiástica regular ou secular.

Interessante porém, era o facto de ser aceitável socialmente a ideia do filho bastardo poder suceder a “ *muitos vínculos até um período tardio. Mas ao longo do século XVIII a exclusão decorrente da imposição dos preceitos trentinos (que tendiam a desqualificar o seu estatuto), foi-se consagrando*” (Monteiro, Nuno Gonçalo 1993: 282). Começa assim a estar presente nos valores e na moral da época um conjunto de princípios normativos que a jurisdição civil acabará por adoptar, consubstanciando na prática a doutrina da Igreja em elevar o matrimónio a um sacramento e a privilegiar a linha legítima da descendência. Este facto terá como consequência a perda de estatuto social dos filhos nascidos fora do casamento. No futuro, a figura de filho adulterino será considerada humilhante, acabando por ser preterido em questões de transmissão patrimonial em relação aos filhos legítimos nascidos no casamento.

Em comum, esta nobreza de elite (pólo principal de atracção e influência exercida entre os meios aristocráticos) atravessa o Antigo Regime sob a protecção e o beneplácito régio, de quem recebe proventos, cargos e títulos.

Quanto à nobreza de província, composta por fidalgos de solar e de morgados, as suas profundas raízes genealógicas eram claramente identificadas nas armas e nos frontões das suas *Casas Senhoriais*. Concentrando-se principalmente nas províncias de Entre - Douro e Minho, Trás - os - Montes e Beiras, tinham na posse da terra a base real do seu poder. Estavam menos dependentes da Coroa do que a nobreza titular e cortesã, mas a edificação de solares e quintas indica o crescimento e a disponibilidade de receitas destes fidalgos. Seria pois de esperar que reproduzissem, tal como a nobreza titular ou de corte, os mesmos pressupostos de homogamia social em termos de alianças matrimoniais.

De um modo geral, “*os filhos primogénitos herdavam a Casa e a administração dos vínculos acumulados na família; por sua vez, os filhos segundos, quando não era possível legar-lhes bens de raiz, eram tendencialmente canalizados para uma carreira religiosa – muitas vezes com os olhos nos cabidos e colegiadas – burocrática ou militar. As armas continuavam a representar uma alternativa para a promoção de secundogénitos oriundos da fidalguia de província (...)*” (AAVV. 2001:427 – Vol. VII).

Seria de prever também altas taxas de celibato definitivo feminino, tal como sucedia entre a nobreza titular, numa tentativa de preservar o património e manter o capital simbólico de prestígio das casas nobres.

Todavia, a ruptura que representou a Revolução Liberal de 1820 e as consequentes alterações legislativas (que modificaram profundamente o regime de acesso à produção da terra e consequentes rendimentos fundiários), afectaram bastante os meios aristocráticos do País, levando a um progressivo endividamento da Nobreza e ao seu posterior declínio (cf. Fonseca, Fernando T. 1993:461-463). Acresce salientar que o sistema de recompensas sociais, ao passar a obedecer sobretudo a critérios de fidelidade político - ideológica, penalizou ainda mais os elementos da elite aristocrática pois colocou novas personagens no topo da hierarquia social. Doravante terá de partilhar com uma nova elite oriunda dos meios burgueses os símbolos do prestígio e da proeminência política e social no País, como veremos mais adiante.

Em relação às camadas populares, a situação familiar apresentava características próprias, em especial os meios rurais, locais onde vivia a grande maioria da população portuguesa, conforme passamos a apresentar.

8.2. O mundo rural no Portugal do Antigo Regime

O povo, termo caracterizador do *terceiro estado*, revestia uma realidade social muito diversificada, pois abrangia uma variedade de actividades profissionais e de estatutos.

Nas camadas superiores do *terceiro estado*, encontramos não só os letrados, mas também homens de negócios e lavradores abastados. Não pertencendo à nobreza, também não corriam o risco de serem confundidos com os membros ligados às actividades mecânicas ou artesanais, tendo também a possibilidade de ascensão social. Nos concelhos, por exemplo, tinham assento nas assembleias e podiam ser eleitos para desempenhar actividades ligadas à administração e funcionamento municipal.

As trajectórias sociais dentro de cada uma destas camadas populares variavam com os indivíduos, não se podendo dizer que existia um percurso modal, estando também sujeitos a muitos condicionalismos (maus anos agrícolas ou comerciais). O facto, é que nem todos os lavradores estavam ao mesmo nível económico e nem todos os mercadores partilhavam o mesmo tipo de comércio (colonial ou de venda a retalho).

Seja como for, a importância das actividades agrícolas entre os séculos XVII e XVIII são referenciadas e alvo de vários privilégios, referindo-se a Lei de 25 de Janeiro

de 1712 (no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha e na sequência de maus anos agrícolas – 1707/1712) que concedeu aos lavradores o privilégio dos seus filhos e criados não serem alistados como soldados. Sublinhe-se ainda a reedição da obra do bacharel Afonso de Toar da Silveira, *A Nobreza dos Lavradores e louvores do trabalho pastoril*, publicada originalmente no século XVII e na qual se elogia o ofício dos lavradores e sua importância para a economia do País (cf. A.A.V.V. 2001:431/433 – Vol. VII).

Assim e enquanto a vida rural se manteve dentro do ambiente tradicional da sociedade e sem sofrer grandes modificações técnicas que substituíssem o trabalho manual, a vida agrária seguia o seu curso normal dentro dos quadros institucionais que o Antigo Regime facultava às camadas populares, numa situação que se prolongou sem grandes alterações até aos finais do século XIX.

Com efeito, se em meados da centúria de oitocentos a percentagem da população rural existente no País atingia mais de 88%, na última década do século XIX ela ainda envolvia cerca de 85% da população do País, correspondendo “ *a um declínio lento, quase irrelevante, da população rural, [e] sugerindo a inexistência de uma repartição significativa entre os campos e as cidades*” (Vaquinhas, I. 1993:482). Na verdade, o recenseamento de 1890 permite observar que 60% a 70% da população activa se dedicava à agricultura, significando em termos gerais que “ *para uma população de 5 milhões de habitantes, 3,5 milhões viviam da agricultura ou, por outras palavras, 7 em cada 10 portugueses viviam no campo e para o campo*” (Vaquinhas, I. 1993:482).

Por outro lado, a norte do Tejo e nas regiões do noroeste do País, o número de camponeses totalmente desprovidos de terras constituía uma pequena minoria, pois quase todo o rural possuía uma courela mínima para cultivar por sua conta. A sul do Tejo a situação era diferente, sendo muito significativo o número de camponeses que não tinham qualquer propriedade (cf. AAVV. 1991:190 – Vol. XI)

Mesmo assim, nos locais onde as famílias podiam dispor de alguma propriedade, mas que se revelava insuficiente para sustentar a família, o pequeno proprietário convertia-se na maior parte do tempo num renteiro ou mesmo assalariado agrícola.

Este dado foi confirmado pelo próprio Léon Poincard, que analisou cuidadosamente a população rural portuguesa na primeira década do século XX, onde as estruturas de base continuavam a perseguir o ideal tradicional do mundo rural de séculos anteriores. (cf. AAVV. 1991:191/193 – Vol. XI).

Em tais situações, como podemos relacionar a organização económica e social destas populações com o modo de conceber a estrutura familiar de Norte a Sul do País?

Por outras palavras: como podemos avaliar a organização e as estratégias de reprodução do grupo doméstico neste ambiente rural?

8.2.1. Estratégias matrimoniais e estrutura do grupo doméstico nos meios rurais

Em termos gerais, a reprodução do grupo familiar durante o Antigo Regime era regulada através do património familiar e do funcionamento da nupcialidade. A idade tardia do primeiro casamento – 27/28 anos para os homens; 25/26 ano para as mulheres – era habitual, reflectindo claramente os padrões de acesso a bens patrimoniais que permitissem a sobrevivência e reprodução do grupo doméstico (cf. pp.31 – ponto 2.2.1. da Primeira Parte).

Aparentemente, não era exercido qualquer controle da natalidade dentro do casamento e todos os filhos nascidos eram filhos para se alimentarem, seguindo de perto as normas da Igreja em matéria de procriação (cf. Cabral, João Pina 1989:73)

No entanto, as regiões do Centro e a Sul do Tejo não pareciam obedecer à mesma estrutura familiar, nem ao mesmo modelo demográfico. As províncias do Sul por exemplo, apresentam uma celebração mais precoce do casamento, reflectindo-se este facto no modelo económico do respectivo grupo doméstico.

Álvaro Ferreira da Silva (1989), referindo-se ao Sul do País, salienta a existência de um casamento feminino precoce, uma marcada diferença nas idades dos cônjuges e uma maior intensidade de casamento, quando comparado com as regiões do Noroeste de Portugal e mesmo da Europa (cf. A. Ferreira da Silva, 1989:113).

Em relação ao Noroeste, os valores elevados do celibato definitivo e da idade média do primeiro casamento feminino qualificavam o modelo familiar na região, o qual estava ainda relacionado com um maior peso das formas de família complexa e com uma maior presença do modelo de família troncal. O Minho, por exemplo, caracterizar-se-ia “ *pelo predomínio, entre outras coisas, de um padrão tardio do primeiro casamento feminino que se combinaria com um peso mais elevado das formas de família complexa e troncal. O Sul de Portugal situar-se-ia no pólo oposto, no que se refere aos mesmos indicadores*” (Monteiro, Nuno Gonçalo 1993:281).

Robert Rowland (1984) salienta igualmente os contrastes verificados a Norte e a Sul de Portugal, tanto a nível de nupcialidade como na estrutura dos grupos domésticos.

O padrão de casamento e as estruturas familiares assim formadas levaram este autor a estabelecer para Portugal desde o século XVIII até meados do século XIX dois grandes sistemas de formação de agregados familiares. Um deles, seria caracterizado pela idade relativamente baixa no primeiro casamento feminino, pela fraca ocorrência de celibato definitivo entre homens e mulheres e pela elevada incidência de famílias nucleares, que o autor localiza sobretudo nas áreas centrais e do sul do País – Beira Baixa, Ribatejo, Alentejo e Algarve. O outro caracterizava-se pela elevada idade no primeiro casamento e níveis elevados de celibato definitivo nos dois géneros, bem como uma proporção significativa de famílias complexas, verificável sobretudo na Norte/Noroeste do País – Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Litoral (cf. Rowland, R.1988:120,121; cf. Cascão, Rui 1993:428).

Torna-se ainda significativo notar para o Noroeste de Portugal a existência de *“um sistema de formação de agregados familiares baseado na residência patrilocal do herdeiro após o casamento, e restrições ao casamento (com residência neolocal) para os restantes filhos. Embora não constitua nunca o agregado familiar mais numeroso, o modo dominante de formação de agregados familiares é aqui o do sistema familiar troncal”* (Rowland, R. (1984:43).

O mesmo autor salienta depois a relação deste sistema familiar prevalecente no Noroeste de Portugal (família – souche ou troncal) com a sucessão à propriedade da terra e os comportamentos nupciais (cf. Rowland. R. 1984:19)⁴⁹

Para Rowland, a existência da família troncal nesta região do País estava intimamente relacionado com o sistema de herança aí existente. De facto, desejando evitar a fragmentação da terra e assegurar a continuidade da *Casa* (habitação, edifícios que a rodeiam, pessoas que nela vivem e terra que possui) um dos filhos escolhido pelo pai e a ele associado (normalmente o primogénito) herdava a propriedade, ao passo que os irmãos ficavam a viver sob a tutela do mais velho, adoptando o celibato para o resto da vida ou partindo à procura de outro meio de vida. O filho escolhido herdava igualmente os deveres do pai em relação aos seus irmãos, aos idosos e aos que não podiam viver de maneira independente.

⁴⁹ A Família Troncal apresenta três características principais: constitui um grupo doméstico que reúne sob o mesmo tecto três gerações – a do pai/mãe, a de um dos filhos casados e sua esposa e filhos destes. Podem-se juntar os outros irmãos solteiros e os criados. Engloba também a residência e suas dependências, construções anexas e as terras, direitos de utilização de águas, florestas e pastos comunitários. Decorre deste princípio a existência de um apelido para todos os membros da família troncal, não podendo a *Casa* ser dividida e só um dos filhos será o herdeiro (cf. Segalen, M. 1999:54-55).

Este último aspecto porém, serviu para Caroline Brettel (1991) encarar no Noroeste do País a formação de agregados familiares complexos sob uma perspectiva diferente. Sem contestar a ideia de que, ao manter uma irmã ou irmão celibatário em casa a família podia ter sido torneado o problema da divisão da propriedade, em última instância porém, os agregados familiares complexos resultam também da obrigação de assistir os pais na velhice e de alojar os irmãos solteiros.

Portanto, podem ter sido as obrigações de assistência aos parentes idosos e necessitados que impediram o ideal de uma nuclearização familiar efectiva nas regiões do Noroeste do País, sendo possível *“encarar o sistema familiar troncal como um modo, entre outros, de formação de agregados familiares no Noroeste de Portugal”* (Brandão, M^a Fátima 1994:201).

Por outro lado, não podemos esquecer a forte emigração registada em certas zonas do País na questão do casamento tardio e mesmo do celibato. Robert Rowland (1997) salienta o impacto que a emigração teve sobretudo nas regiões do noroeste de Portugal (predominantemente masculina), que desequilibraram o mercado matrimonial e permitiram a coexistência de uma nupcialidade relativamente mais intensa para os homens que ficaram e de uma nupcialidade mais restrita para as mulheres.

Temos assim uma nupcialidade restrita mas com mecanismos diferentes de acordo com os géneros: nas mulheres, o acesso ao casamento seria limitado por uma idade média de casamento elevada, mas também por altos índices de celibato definitivo; em relação aos homens, o mecanismo principal passaria pela emigração, cujos níveis elevados possibilitariam aos que ficaram um mercado matrimonial muito favorável (cf. Rowland, R. 1997: 114).

O mesmo autor considera que nas regiões do interior Norte (Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda), os níveis mais baixos de emigração impuseram um modelo matrimonial mais equilibrado. Para as regiões do Centro do País e também da Estremadura, o mecanismo regulador passa sobretudo pela idade média de casamento e pelo modelo mais nuclear de constituição familiar, enquanto no Alentejo e Algarve, parece predominar um modelo regulado também pelo celibato (cf. Rowland, R. 1997: 116)

Portanto, a nupcialidade portuguesa neste período caracteriza-se por uma diversidade de situações a nível regional, motivando igualmente um sistema familiar

diversificado, com uma clara influência na estrutura do grupo doméstico existente – troncal ou conjugal/nuclear.

Neste sentido, Maria de Fátima Brandão realizou um estudo monográfico na freguesia de Mosteiro – Minho, tendo analisado os dados locais à luz do padrão regional sugerido por John Hajnal⁵⁰, concluindo não ser o sistema familiar troncal o único aí existente, embora o casamento tardio fosse o traço dominante nesse modelo.

Com efeito, as famílias mais pobres parecem ter seguido uma regra de neolocalidade e de nuclearidade e mesmo quando se encontram famílias complexas entre artesãos, jornaleiros ou caseiros, elas parecem *corresponder “a um expediente transitório para ajudar os recém casados a montarem casa própria (...) do que uma associação permanente entre pais e um filho casado com o objectivo de assegurar a continuidade da casa, tal como era vulgar entre as famílias de lavradores”* (Brandão, M^a Fátima 1994:201).

Nas famílias mais abastadas da freguesia, Maria de Fátima Brandão considera sem quaisquer dúvidas existir uma incidência do sistema familiar troncal. Mesmo com as disposições estabelecidas no *Código Civil* que a partir de 1867 passou a regular as questões de herança⁵¹, as famílias mais ricas encontravam-se numa posição mais confortável para preservar a unidade das suas explorações agrícolas visto possuírem um património diversificado que podia incluir vários casais, tendo ainda meios para orientar os filhos para carreiras alternativas ou arranjar o dinheiro necessário para os compensar (cf. Brandão, M^a Fátima 1994:309).

⁵⁰ Hajnal (1965) constatou que o modelo de casamento da Europa Ocidental pré-industrial associava uma tendência para o casamento tardio com elevados índices de celibato definitivo. Para isso, analisou os recenseamentos de finais do século XIX e verificou que, a leste de uma linha imaginária que vinha de S. Petersburgo a Trieste, o matrimónio era precoce e quase universal para os dois géneros. Mas a Oeste da mesma linha, pelo menos 10% de cada geração não se casava e os que contraíam matrimónio faziam-no tardiamente, com idades superiores a 24/25 anos. Para Robert Rowland (1997), o regime matrimonial europeu que Hajnal demonstrou ser específico das sociedades do ocidente europeu, corresponde à institucionalização de uma nupcialidade socialmente controlada, permitindo activar ou desactivar, segundo as conjunturas, o potencial representado pela população feminina, cuja fecundidade biológica era mais elevada.

⁵¹ O privilégio do filho beneficiado pela sua primogenitura ou pela escolha dos pais justificou-se ao longo da Idade Média para evitar a fragmentação do património. Mas a partir do século XVIII este sistema tende a desaparecer, não só por acção de filósofos e educadores que contestavam a legitimidade da tal prática, contrária à equidade entre filhos, mas também pelo sistema jurídico que o estabelecerá como princípio de Lei no *Código Civil Francês* a partir de 1804 e depois por toda a Europa Ocidental (cf. Ariès, P. 1988: 268/270).

Por isso, nas práticas de sucessão e herança familiar na freguesia de Mosteiro (Minho) deve-se abandonar a ideia “ *de que o sistema de herança era rigidamente determinado pela obrigatoriedade legal de dividir a terra igualmente entre os herdeiros forçados [pois] tanto pais como filhos tinham algo a dizer quanto aos termos da partilha do património familiar, fazendo uso da quota disponível, das disposições legais sobre doações, da possibilidade de licitação nos bens da herança, renunciando a uma parte [deles] em favor das reservas em dinheiro prometidas (...). As opções tomadas transpareceram num padrão de práticas restritivas de sucessão e herança, reforçado pelo celibato e pela emigração, com vista a garantir que o filho favorecido pudesse ganhar o controle do Casal Familiar*” (Brandão, M^a Fátima 1994:315).

Quanto às famílias mais pobres, não dispondo de um património que pudesse garantir um modo de vida independente a um dos filhos, o incentivo para evitar a divisão da exploração agrícola era extremamente difícil. Neste caso, Maria de Fátima Brandão considera que havia maior disponibilidade para dividir o património familiar. Mesmo pequeno para constituir um verdadeiro *Casal*, a sua divisão contribuía para a subsistência de outros agregados familiares, desde que associados a mais terra (comprada ou arrendada) ou então a um ofício remunerado. (cf. Brandão, M^a Fátima 1994:310).

Portanto, o casamento desempenhava um importante papel social na constituição de novas unidades de produção e era simultaneamente um meio de garantir a exploração agrícola.

Mas as situações, como já vimos para a questão dos modelos familiares seguidos no Norte e Sul do País, não eram iguais em todo o lado.

Os estudos efectuados por Guilhermina Mota para as zonas rurais do bispado de Coimbra a partir dos dados do recenseamento de 1801, demonstram que os agregados familiares simples (casal e filhos), ou os isolados, eram mais comuns entre os trabalhadores assalariados (jornaleiros) do que entre os lavradores. Estando dependentes do seu salário para subsistirem e não possuindo terras para explorar ou transmitir hereditariamente, os assalariados agrícolas casavam mais cedo embora outros vivessem sozinhos durante bastante tempo. Quando se estabeleciam, os seus agregados familiares diferenciavam-se dos agregados de lavradores pelo baixo número médio de pessoas por fogo – 4,06 contra 5,67 dos segundos (cf. Vaquinhas, I. 1993: 483).

Na região de Lisboa, Álvaro Ferreira da Silva (1993), analisou as dinâmicas de transformação da morfologia dos grupos domésticos existentes na freguesia de Oeiras entre 1738 e 1806. A sua investigação sobre a dimensão média de cada ‘fogo’ concluiu que este não era mais do que o resultado do processo de nascimento, criação e saída dos filhos do lar e não da adição de quaisquer outros parentes. De facto, estes últimos têm, no estudo de A. Ferreira da Silva, uma reduzida importância como parentes co-residentes exteriores à família nuclear e do seu peso residual como determinantes da dimensão dos ‘fogos’: “ *O nascimento dos filhos, a fase da sua criação e por fim a sua saída do lar, retomando o ‘fogo’ a dimensão do casal, agora na fase terminal da sua vida, são justamente as fases usualmente associadas aos processos de expansão e contracção dos grupos domésticos, naquilo que é designado o «ciclo de vida da família moderna»* ” (1993:215; cf. também pp.114-118).

No entanto, o modo como se efectuava a formação do agregado familiar era diferente entre os trabalhadores e os cultivadores caseiros (lavradores) que viviam nesta localidade situada a poucos quilómetros de Lisboa, de onde eram originários os proprietários e senhorios de grande parte dos bens da freguesia de Oeiras.

Deste modo, quando o casamento originava a formação de um agregado familiar, os trabalhadores assumiam a residência neo-local como solução. Por conseguinte, cada novo casal forma um novo lar, abandonando os cônjuges a casa paterna, pressupondo que o novo agregado familiar consiga angariar rendimentos, de modo a que a unidade doméstica se mantenha como unidade de consumo.

Já para os lavradores que arrendavam a quase totalidade das terras que exploravam, a lógica do desenvolvimento do grupo doméstico confere à sucessão intergeracional na chefia do fogo um papel necessário. Significa isso que apenas um dos filhos casava no lar paterno e ascendia depois à chefia do grupo doméstico e da exploração agrícola após a morte dos membros do casal mais velhos, embora a transmissão da autoridade depois do casamento também fosse possível (cf. Silva, A.F. 1993:273).

Como vemos, esta organização do grupo doméstico é parecida com a que encontramos na família camponesa do Noroeste de Portugal (e também no Noroeste Peninsular, zona que integra o mesmo sistema cultural), sendo visível entre os lavradores de Oeiras um tipo de estratégia de sucessão que era associada à defesa do património familiar. Torna-se ainda interessante verificar que a reprodução do grupo

social efectuava-se sem a existência de bens fundiários próprios, mas a sucessão intergeracional de autoridade no lar e do controle sobre os recursos fundiários desempenhavam aí a mesma função que a herança de bens patrimoniais entre os camponeses com terra. Como concluiu Álvaro da Silva, “ *não se transmitiam bens próprios, mas um direito de acesso ao arrendamento dos Casais*” (1993:273).

Com base nestas investigações, é possível notar o contraste existente nos sistemas familiares existentes em Portugal na época em consideração. Com efeito, nas regiões onde a herança familiar era substancialmente elevada para transmitir, o alvo principal da estratégia familiar é a *Casa* (o património, mas também a própria identidade do grupo forjada ao longo de gerações). Neste caso, o acesso ao casamento era determinando por regras sucessórias que excluía as mulheres a favor dos homens e os mais novos em relação aos mais velhos. Num «universo de dirigismo matrimonial», as probabilidades de casamento dos excluídos do direito à sucessão estavam condicionadas pelos recursos patrimoniais que a família disponibilizava para o respectivo dote.

Mas neste sistema familiar não era só o acesso dos homens ao casamento que estava dificultado. A lógica dos recursos e do património impunha também restrições à mulheres, cuja probabilidade de casamento dependia do dote. Este seria também uma razão para o seu casamento tardio e para a elevada proporção de mulheres solteiras. Em tais casos, a lógica de apoio à velhice proporcionada por estas mulheres podia constituir uma mais-valia para o ambiente familiar, tudo numa lógica de obediência e dependência do irmão mais velho, o herdeiro principal do património familiar.

Mesmo assim, devemos também levar em consideração para certas regiões do Noroeste do País o factor emigração. Atingindo mais fortemente a população masculina, desequilibrava o mercado matrimonial ao permitir uma maior nupcialidade para os homens que ficavam e uma nupcialidade mais restrita para as mulheres. Em tal situação, o celibato feminino teria de ser muito mais elevado. Por outro lado não devemos esquecer o papel que as mulheres tinham no interior do grupo doméstico, levando os progenitores a protelar tanto quanto possível o casamento das filhas (cf. Brettell, C. 1991:154/155).

Portanto, os factores económicos, demográficos e culturais devem ser tidos em consideração na tentativa de explicação tanto na questão da nupcialidade como na estruturação dos grupos domésticos, sobretudo no noroeste do País.

Em relação à predominância das famílias nucleares no Sul, o facto de existir uma menor ligação estrutural à posse da terra permite encarar essa situação como sendo o resultado de uma necessidade de sobrevivência económica e não uma eventual quebra dos laços com a terra, levando a uma progressiva autonomização familiar decorrente do tipo de trabalho assalariado que realizavam e profundamente necessário à sobrevivência da sua unidade doméstica.

Seja como for, na estrutura social do Antigo Regime e até aos finais do século XIX, havia uma grande variedade de sistemas familiares, necessariamente adaptadas a um fundo estrutural de práticas familiares.

Neste campo, a família – tronco era o sistema que melhor se adequava ao carácter de herança patrimonial e casamento tardio, em especial no Norte do País, mas de modo algum era o modelo dominante. Por outro lado, a lógica da «empresa familiar» (o espírito de poupança e as exigências colocadas à sobrevivência do estabelecimento familiar) não podiam deixar de caracterizar a família nuclear. E porquê? Porque a estratégia «empresarial» da família nuclear que levava ao casamento precoce (sobretudo a sul do Tejo), era a única que convinha à autonomia e aumentava a possibilidade de sobrevivência da família conjugal. Por outro lado, na família nuclear a questão do dote das mulheres seria menos importante do que na família tronco e nesse caso as mulheres teriam maiores probabilidades de se casarem ainda jovens.

Esta situação leva-nos também a falar dos protagonistas deste mundo rural: os jovens, os homens e as mulheres.

No primeiro caso, as crianças contribuía com o seu trabalho para a economia familiar, quer auxiliando nos trabalhos do campo, ou guardando o gado, quer alugando a sua força a lavradores abastados. Seria natural que a sua força de trabalho tivesse sido usada desde muito cedo, especialmente nas famílias mais carenciadas e onde muitas vezes a fome e a miséria eram comuns no quotidiano rural de muitos lares.⁵² Os

⁵² Eça de Queiroz regista muito bem no romance *A Cidade e as Serras* o quotidiano de muitas famílias rurais, em especial dos caseiros mais pobres (cf.2001:175-179). A fome, a doença, as deficientes condições de salubridade das casas e o número de filhos são exemplarmente apresentadas pelo escritor em várias passagens, embora não se possa generalizar essa descrição a toda a vida rural em Portugal no século XIX. Júlio Dinis, por exemplo, apresenta um quadro mais pitoresco da realidade campestre do mesmo século quer em *As Pupilas do Senhor Reitor*, ou mesmo em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, onde, sob o aparente imobilismo da vida rural, são diagnosticadas sintomas de transformação nas relações sociais, pondo ainda em evidência as estruturas tradicionais de vida do Antigo Regime em contraste com as mudanças que a Regeneração estava a produzir no inteiro corpo da sociedade portuguesa do século XIX.

assalariados por sua vez, constituíam o grupo mais numeroso da população rural. Inseridos nos escalões inferiores da sociedade agrária, eram quase totalmente desprovidos de bens próprios, tendo uma existência quotidiana de modéstia material. Viviam sobretudo da força dos serviços prestados, recorrendo com frequência a trabalhos sazonais e ganhando ‘alcunha’ de acordo com a região de onde provinham: *Caramelos* do Baixo Mondego; *Gaibéus* do Ribatejo; *Avieiros* das praias da foz do rio Lis; *Ratinhos* da Beira Baixa (cf. Vaquinhas, I. 1993:486).

Em relação à participação da mulher nos trabalhos agrícolas, a sua presença tornou-se imprescindível para a manutenção da economia familiar, dada a escassez de recursos tecnológicos no trabalho dos campos. O próprio carácter selectivo da emigração, (fundamentalmente masculina), contribuiu para reforçar o seu papel na produção agrícola, passando a mulher a desempenhar actividades que tradicionalmente eram reservadas ao homem – sementeiras, mondas, ceifas, colheita da azeitona, etc.

Em termos específicos, as filhas constituíam um bem precioso e como vimos, a sua contribuição em termos de trabalho era tão importante como o dos filhos. Caroline Brettell (1991) no estudo realizado no Concelho de Vieira do Minho salienta mesmo que “*os pais podem ter preferido manter as filhas solteiras o maior tempo possível ou mesmo solteiras para sempre, a fim de as reter como um recurso económico [e por isso] as diferenças quanto às expectativas ou aos papéis esperados de filhos e filhas (...) podem explicar em grande medida as variações por sexo dos modelos tanto de emigração como de celibato definitivo*” (1991:155).

De qualquer modo, haveria alternativas sociais compensadoras para as filhas que ficavam fora do casamento e procriação, podendo ajudar a irmã casada ou o irmão que enviuvou e que já não voltava a casar, ajudando-o na criação dos filhos. Esta situação levou Caroline Brettell a concluir que “*existe toda uma cultura feminina do celibato no Noroeste de Portugal e é obvio que está muito longe de ser considerada uma situação infeliz*” (1991:162).⁵³

⁵³ Gaspar Pereira Martins (1993) no entanto, salienta que a situação verificada na zona noroeste de Portugal, poderia não ter uma correspondência igual em todas as regiões do País, onde a carga negativa da expressão popular «ficar para tia», revelava uma imagem negativa da mulher celibatária, para além do facto admitido por C. Brettell no seu estudo, segundo a qual as filhas que não casavam faziam com frequência parte da população de mulheres que tiveram filhos fora do casamento (1993:325).

8.2.2. Homogamia e Endogamia social, valores e representações sociais da ilegitimidade

No mundo rural (como na cidade), os casamentos realizados entre as camadas populares são homogâmicos, com destaque para o campo sócio – profissional (caso dos lavradores, dos jornaleiros e dos pescadores). A homogamia tem muitas vezes como consequência a endogamia, “*dado que a unidade patrimonial é constituída pela terra e por isso o cônjuge é procurado na mesma localidade (...)*” (Saraceno, C. e Naldini, M. 2003:140).⁵⁴

No caso da endogamia ligada à consanguinidade (ou afinidade), esta não representava apenas uma escolha de necessidade, mas em alguma medida tornava manifesto o valor atribuído à escolha de um semelhante sendo o cônjuge ideal aquele que era ao mesmo tempo um parente, um amigo ou um vizinho. O casamento entre parentes surgia assim como uma escolha intencional para unificar patrimónios de terras e reduzir os riscos de dispersão e de intervenção de estranhos, quer no âmbito do grupo de parentesco e nos mecanismos de transmissão hereditária, quer no âmbito das relações e da vida quotidiana (cf. Saraceno, C. e Naldini, M 2003:140).

Para além de uma endogamia por afinidade, temos igualmente de falar de uma forte endogamia geográfica, em especial nas áreas rurais onde o cônjuge era da mesma

⁵⁴ Em questões de homogamia e endogamia social, convém igualmente ter em conta aspectos ligados à vida familiar no Litoral, sobretudo entre as comunidades piscatórias. O estudo antropológico de Sally Cole realizado em Vila Chã (povoação situada na costa minhota, próxima de Vila do Conde) mostrava como os pescadores (social e economicamente separados dos lavradores) se tinham tornado essencialmente um grupo endogâmico. Esta situação (já visível na viragem do século XIX para o XX), mostrava claramente que os pescadores, não sendo detentores de terras e vivendo ciclicamente com momentos de extrema carência económica, reconheciam ser muito difícil qualquer situação de mobilidade social ascendente, preferindo o casamento endogâmico para alicerçar uma teia de alianças familiares virtualmente impenetrável (cf. Cole, S. 1994:50-51 e 64).

Tendo consciência de que faziam parte dos meios mais pobres da freguesia, os filhos e filhas de marítimos acabavam por casar entre si – «os pobres casavam com os pobres. Cresciam juntos no ambiente da praia. Sabiam que nenhum tinha nada, nenhum tinha riqueza, por isso eram iguais e não iriam discutir mais tarde sobre quem tinha trazido mais no casamento». Significa isso que entre as famílias marítimas de Vila Chã, a propriedade raramente era um factor determinante na escolha de marido/mulher. Contrastando essa realidade, entre os lavradores da freguesia o facto de se possuir ou de se esperar a herança de propriedade constituía o aspecto mais determinante na escolha do cônjuge: “*Nas casas de agricultores abastados, os pais procuravam casar os seus filhos e filhas dentro de outras casas de agricultores abastados. O resultado dessa diferença relativamente às estratégias de casamento foi o aparecimento de dois tipos de casamento endogâmico na freguesia: os filhos das casas de agricultores tendiam a casar com filhos de outras de agricultores, e os filhos das casas de pescadores tendiam a casar com os filhos das casas de pescadores e de outras casas não proprietárias*” (Cole, S. 1994:65).

paróquia ou de paróquias vizinhas. O casamento assim constituído assegurava também a estabilidade e o equilíbrio da relação, quer na transmissão do património, quer na constituição de uma unidade económico-produtiva eficiente.

Neste caso, a escolha da esposa era geralmente feita entre as raparigas solteiras da aldeia e este tipo de comportamento restringia o seu número. Neste nível, a fuga às normas sociais do mundo rural exigia uma «reparação» que o processo de censura social pretendia assegurar.

Com efeito, um aspecto igualmente importante para caracterizar a sociedade rural de oitocentos envolvia o casamento de viúvas, o adultério e as mancebias, que muitas vezes eram alvo de manifestações ruidosas e satíricas entre as populações rurais.

De facto, aqueles que transgrediam as regras da sociedade rural corriam o risco de serem ridicularizados ou insultados por meio de canções obscenas, mostrando claramente que as comunidades rurais, onde todos sabem da vida de todos e onde a opinião pública era o principal (senão único) agente de disciplina moral, “ *as transgressões eram consideradas desestabilizadoras de uma ordem que convinha manter. Ao censurar-se a imoralidade das raparigas solteiras ou o casamento de viúvos com mulheres jovens, tentava-se preservar um dos princípios básicos da organização da sociedade aldeã: a endogamia matrimonial* ” (cf. Vaquinhas, I. 1993:490/491).

Como vemos, um sistema destes que previa tanto a estratégia de sucessão patrimonial como a nuclearização familiar, não envolvia só o aspecto económico e a respectiva associação com os comportamentos nupciais, mas também uma lógica de organização e funcionamento interno que atravessava todas as áreas de actividade da vida camponesa.

Essa mesma situação era observada em outros espaços da vida das populações especialmente no interior do ambiente doméstico. Por exemplo, na ausência de apoios sociais à velhice dentro dos quadros institucionais do Estado Absoluto, era no grupo familiar que se fazia a assistência aos mais necessitados (sem esquecer os mecanismos informais de assistência prestada pelos vizinhos).

Por isso, no domínio das funções desempenhadas pelo grupo doméstico encontravam-se as que levavam à integração de indivíduos aparentados que necessitavam de assistência e protecção, como seria o caso de crianças e jovens órfãos, mas também parentes em dificuldade que a morte e a doença causavam na centúria de setecentos e oitocentos. Mesmo que esse auxílio fosse prestado durante um curto

período de tempo (o tipo de economia familiar praticado e o espaço existente na casa não deixavam outra alternativa), era um recurso existente para ultrapassar os momentos de crise (cf. Silva, A. F. 1993:275/276).

Neste processo também se pode integrar (ainda que em condições excepcionais) o nascimento de filhos ilegítimos. Também aqui, as realidades não eram as mesmas em todo o lado.

António Amaro das Neves (2001), no estudo efectuado para a região do Minho entre os séculos XVI e XVIII sublinhou os contrastes da realidade minhota com o padrão europeu em relação à ilegitimidade. Um dos dados conclusivos da sua investigação *“centra-se no princípio da variação da frequência da ilegitimidade consoante o rigor do controle social, o qual seria maior no meio rural do que no espaço urbano. A noção de que as mulheres solteiras se dirigiam para os centros urbanos, onde o controlo social seria menos rigoroso, para aí darem à luz e baptizarem os frutos dos seus amores clandestinos não parece ter completa correspondência com a realidade minhota (pelo menos, estava longe de ser regra geral) e o inverso era frequentemente verdade (...), [significando isso] que era o centro urbano o local onde o controlo social se fazia sentir com maior rigidez”* (Neves, A. 2001:205).

Mesmo com esta variante na região do Minho, tornava-se fundamental distinguir as situações de ilegitimidade que resultavam do nascimento em que os pais não podiam unir-se pelo casamento pois um deles já era casado com outra pessoa. Juridicamente, esta situação estava conotada como ilegitimidade espúria, que podia incluir, conforme os casos, filhos adulterinos, incestuosos ou sacrílegos – filhos de alguém que fez voto de castidade (cf. Neves, A. 2001:121).

De facto, vários factores podiam estar envolvidos na gravidez ilegítima. As raparigas provenientes de famílias mais carenciadas economicamente costumavam ser enviadas para casas de lavradores abastados ou da aristocracia local. Essas jovens trabalhavam aí e com eles viviam, passando a fazer parte do agregado familiar. Outras eram mandadas para aldeias vizinhas ou uma cidade próxima. Deixando a família na adolescência e longe da vigilância dos pais, podiam ser seduzidas por alguém da mesma posição social, por pessoas de classe mais elevada (patrões) ou envolver-se mesmo em prostituição, resultando daí um lote de situações diferentes de ilegitimidade como vimos, mas perfeitamente plausível na sua ocorrência (cf. Brettel, C. 1991:245/252; cf. O'Neill, Brian Juan 1978:371-375).

Nestas condições, *“o controle social, guiado pela pureza da fé e dos costumes e associado a fortes relações de vizinhança estabelece, em última análise, uma hierarquia entre os nascimentos fora do casamento distinguindo-os entre os culpáveis ou não”* (Matos, Paulo 2003:210). De facto, a submissão da condição feminina presente na legislação civil (Ordenações Filipinas) consubstanciava uma particularidade que veio até ao *Código Civil* de 1867: enquanto se punia severamente as adúlteras, havia maior condescendência para com as mulheres solteiras, desde que não tivessem relações com clérigos, homens casados ou nobres (cf. Matos, Paulo 2003:IV).

Em termos de transmissão patrimonial *“se o homem fosse peão com descendência ilegítima de mulher solteira, as Ordenações determinavam que o filho estava em igualdade jurídica face aos legítimos. A contenção legislativa centrava-se assim nos filhos espúrios resultantes de diversos impedimentos matrimoniais, como a consanguinidade e a afinidade. Todos os demais ilegítimos eram considerados naturais por serem o produto de homem e mulher susceptíveis de casamento”* (Matos, Paulo 2003:V).

Na maior parte dos casos porém, uma gravidez indesejada dava, muitas vezes, origem ao abandono de uma criança, por vezes o infanticídio.

Até 1867, a *roda* era o expediente utilizado para levar a cabo o referido abandono, que dava também origem a elevadas taxas de mortalidade. Nesta circunstância, as crianças sobreviventes *“eram entregues a amas que os criavam nas suas casas até aos sete anos e, a partir desta idade, ficavam sob a alçada dos juizes dos órfãos, os quais lhes nomeavam tutores, ou os acomodavam como empregados, a troco de alimentos, vestuário e dormida, passando a receber salário a partir dos 12 anos. Aos 20, eram emancipados”* (AAVV. 2000: 519 – vol. IX; A.A.V.V. 1993: 504 – VOL V).

Já em pleno regime liberal, caminhou-se para a substituição do abandono anónimo e definitivo para um sistema em que os pais eram obrigados a identificarem-se e a recuperar os filhos após a lactação subsidiada pela assistência pública. Estava em causa sobretudo a mãe solteira e desprotegida (ou então mães adúlteras), que devia submeter um processo às autoridades distritais, candidatando-se a um subsídio, a lactação, destinada a pagar o aleitamento da criança. A concessão desta ajuda passava pela identificação dos pais da criança e pela recuperação desta após a amamentação, nunca sendo o subsídio directamente entregue aos pais (cf. A.A.V.V. 1991: 520 – vol. XI).

Nesta época (século XIX), ajudar as mães solteiras envolvia a existência de uma forma de política familiar, sem que isso significasse a reabilitação da mãe adúltera e muito menos a condição de filho bastardo, adulterino ou espúrio, nomes que acompanhavam para toda a vida os que nasciam fora de um casamento (cf. Neves, A. 2001:122; cf. Perrot, Michelle 1990:266-269). Os preceitos de Trento no domínio da primazia na descendência legítima estavam já oficializados na moral da época.

Em todas estas circunstâncias verifica-se que as mulheres mais carenciadas a nível económico ou familiar são também aquelas que mais sofrem com os ditames sociais desse tempo. Por outro lado, o agregado doméstico constituído por estas mães solteiras e seus filhos formavam, para todos os efeitos, o que designamos como família monoparental. Estudos antropológicos que analisaram este fenómeno na viragem do século XIX para o XX, como o desenvolvido por Brian O'Neill (1984) numa aldeia de Trás – os – Montes, salientam a existência de uma proporção elevada de jornaleiras, entre os 32 e 59 anos, que em 1896 viviam com um ou dois filhos ilegítimos, representado 8,2% dos agregados domésticos aí existentes (cf. O'Neill, B. 1984: 427/430).

Nos meios urbanos também encontramos uma expressiva proporção de famílias monoparentais. O estudo de Gaspar Martins Pereira sobre a estrutura dos agregados domésticos na freguesia da Cedofeita (Porto) em 1881, mostra igualmente que as famílias monoparentais simples representavam 12,3% do total dos grupos domésticos aí existentes – 9% de viúvas vivendo com os filhos; 2,5% de pais/mães solteiros com filhos e 0,8% de casados com o cônjuge ausente e com filhos (cf. Pereira, G.M. 1993:98/99). Recuando mais no tempo, a investigação de Teresa Ferreira Rodrigues encontra na freguesia de Santiago (Lisboa) cerca de 10,4% de famílias monoparentais vivendo em agregados de uma família simples em 1630 – 5,6% de viúvas vivendo com os filhos; 4,8% de pais/mães solteiros com filhos (cf. Rodrigues, T.F. 1985:79/105)

Embora seja possível aceitar que as proporções de famílias monoparentais devam ter sofrido variações importantes em função dos comportamentos demográficos e da composição social característica de diferentes contextos, é possível afirmar que a monoparentalidade existia sob diversas formas e representava valores numéricos importantes. Para Karin Wall (1999), trata-se de uma monoparentalidade tradicional que aparece sob a forma de três fenómenos: *“o falecimento de um dos cônjuges, o celibato associado à procriação de filhos fora do casamento e a ausência/emigração do cônjuge*

(a qual, como é sabido, podia conter situações de separação conjugal) ” (Wall, K; Lobo, C. 1999: 128).

Circunstâncias diferentes eram aquelas que podíamos encontrar entre os estratos privilegiados da sociedade.

Com efeito, no ambiente familiar burguês há muito que se observava a existência de uma moral controladora e vigiada dos seus membros, caracterizando um modelo de família cuja construção radica igualmente no Antigo Regime, mas que se desenvolve com a industrialização de uma maneira evidente, criando normas, valores e condutas próprias, como passamos a observar seguidamente.

8.3. A ascensão social da burguesia e o seu modelo familiar

A ascensão da burguesia, a sua progressiva tomada de consciência como grupo social, com projectos ou valores próprios e tornando-se o padrão de aculturação para as camadas populares, foi realizada a um ritmo lento no País permanecendo como uma estrutura tradicional sob a capa de modificações jurídicas.

Na verdade, o fraco desenvolvimento industrial operado em Portugal ao longo do Antigo Regime e nos primeiros tempos da governação liberal, o peso da influência aristocrática e a permanência dos valores tradicionais criaram obstáculos a uma afirmação burguesa no panorama político e social do País. Longe do radicalismo revolucionário de outros países europeus, a burguesia portuguesa (falamos sobretudo da alta burguesia ligada ao comércio colonial) quando era nobilitada por Alvará Régio, tinha abertas as portas para um maior envolvimento social, mas a velha distinção que a própria nobreza cultivava entre si (nobreza de linhagem, titular, cortesã, provincial) criavam obstáculos a um eventual casamento dos seus filhos com a nobreza titulada.

No entanto, a ascensão nos quadros sociais da época era vantajosa para muitos burgueses e disso tiravam partidos sobretudo os seus filhos, abrindo-lhes novos rumos: carreiras eclesiásticas, universitárias, militares ou mesmo de funcionalismo público.

Beneficiando da crescente complexificação da burocracia do Estado e do alargamento e fluidez da noção de nobreza, os letrados afirmaram-se também como nobres, embora de origem mais recente. Com efeito, a própria jurisprudência do Antigo Regime reconhecia esse estatuto a bacharéis, licenciados e doutores em Teologia, Direito, Medicina Filosofia e Matemática (cf. AA.VV. 2001:429 – Vol. VII).

Em especial, os especialistas da lei revelaram-se importantes instrumentos no processo de construção do Estado Moderno e em certos casos, podemos encontrar pessoas da mesma família sucedendo nos cargos de magistrados ao serviço da Coroa, situação que era potenciada pela canalização sucessiva dos filhos em relação aos estudos jurídicos. O seu estatuto jurídico tinha mudado e de facto, estavam no topo da Sociedade, possuindo comendas e morgadios no seu património, ganhando com o tempo um capital de prestígio entre os meios aristocráticos.

Por outro lado, começa a surgir uma burguesia letrada composta por escritores, advogados, médicos e ainda proprietários e militares de carreira, que se manifestavam pela diferença. Tomando parte activa na Revolução Liberal de 1820, puseram fim à sociedade de Antigo Regime estruturada numa base funcional (Ordens ou Estados) onde cada categoria social tinha um lugar, um estatuto e uma função a cumprir.

Rompendo com os privilégios de alguns (Clero e Nobreza), o regime liberal procurou criar um País de cidadãos, com os mesmos direitos e deveres, num contexto de igualdade perante a lei. A *Constituição* de 1822 foi o primeiro documento fundamental do novo regime, marcando o início de um novo relacionamento entre o Estado Liberal e a Sociedade Civil.

A instabilidade política verificada durante a primeira metade do século XIX e as contradições em que se debatia a jovem sociedade liberal atrasaram a definitiva instauração do ordenamento institucional económico e político da sociedade burguesa, o que permitiria fornecer também os mecanismos necessários para a sua afirmação social e cultural na sociedade.

Com a *Regeneração*, começam a estar disponíveis os ingredientes necessários ao desenvolvimento do capitalismo e ao crescimento efectivo da influência burguesa no futuro do País, cujos pressupostos de acção a partir dos modelos estrangeiros começam a ser visíveis por meio de uma conduta e de um comportamento específico, acabando por a fazer diferenciar, quer dos grupos sociais dominantes na sociedade de Antigo Regime, quer das camadas populares. As suas estratégias nupciais e alianças familiares são igualmente modelares para a criação do modelo burguês de família.

Vejamos como se processou essa aspiração e como foi conduzido esse processo a nível das suas estratégias familiares e sobretudo das vivências quotidianas.

8.3.1. A vida familiar nos meios burgueses – estrutura e estratégias familiares em ambiente urbano

O modelo burguês de família começa a estruturar-se ainda durante o Antigo Regime (cf. Ariès, P. 1988:191/192), mas é com o triunfo das revoluções liberais (realizadas por toda a Europa durante os séculos XVIII e XIX) que verdadeiramente tem o caminho aberto para apresentar as suas reivindicações, impor os seus valores e criar as suas expectativas sociais.

A ascensão da burguesia e o reforço da sua mentalidade são assim dois princípios basilares da evolução deste grupo social ao longo do século XIX. Se num primeiro momento (Antigo Regime), a sua condição era transitória pois à medida que enriquecia procurava adquirir o título que a integrava na nobreza, pouco a pouco esse modelo de ascensão foi-se modificando, na mesma proporção em que ganhava consciência da sua importância política e social ao ter acesso ao Poder.

Em tal situação, como podemos caracterizar a reprodução do seu estatuto e modelo de vida social em termos de estratégias familiares?

A escolha do marido, no caso de uma família burguesa pertencente aos estratos sociais mais privilegiados, era motivo de cuidadosa escolha. Entre os ricos negociantes e industriais (mas também médicos, juristas e militares), convinha gerir o capital social que as filhas poderiam constituir numa lógica de alianças. Nestes estratos, tal como na generalidade das camadas sociais ligadas ao funcionalismo público e às profissões liberais, as raparigas não saíam de casa para trabalhar, embora devessem desenvolver as suas qualidades femininas e formação nos trabalhos domésticos junto da mãe. (Pereira, Gaspar M. 1993:193).

Essa aprendizagem, algo que constituía um importante capital social de grande valor na ideologia burguesa de oitocentos, deveria preparar as jovens raparigas para a disciplina, obediência e atenta aprendizagem dos modelos transmitidos pela geração anterior. Como noiva, devia então preparar-se para ser esposa e mãe, o mesmo é dizer, ser conhecedora de uma rigorosa gestão doméstica, ter solicitude conjugal e mostrar suprema alegria na maternidade e na vida do lar (cf. Guinote, P. 1997:87).

Portanto, a mentalidade burguesa do século XIX, desenvolveu uma oposição entre o público e o privado, mas associando a vida pública ao elemento masculino, enquanto a mulher (conotada com os aspectos sentimentais e menos racionais da vida, não sabendo conduzir-se no exterior da esfera social sem a ajuda e apoio masculino), acabou por

marcar uma clara divisão de papéis sociais a cumprir dentro do casamento. A futura noiva burguesa cresce assim num ambiente moral e recatado do lar, tendo o objectivo de se resguardar das perversões mundanas e permanecer pura até ao casamento, devendo aprender a saber organizar e dirigir as actividades no interior do lar, tivesse ou não criadas ao seu serviço (cf. Pereira, Gaspar M. 1993:193).

Estes aspectos explicam também a generalização de um modelo burguês de casamento, onde a escolha do noivo pelos pais é característica habitual e onde a futura desposada não tem papel interventivo de relevo. Em tais condições, como se processava o casamento e que estrutura familiar era depois reproduzida?

A investigação desenvolvida por Gaspar Martins Pereira (1993) permite esclarecer aspectos significativos dessa questão. Tendo como base uma série de *Livros de Desobriga*⁵⁵ da paróquia de Cedofeita (uma das maiores da cidade do Porto, representando 15% da população aí existente entre 1878 e 1911), o autor salienta que as estratégias nupciais seguidas envolvem uma acentuada diferença de idades entre os noivos, nos estratos privilegiados da sociedade. Os dados estudados eram claros na conclusão que apresenta: “*É no grupo dos proprietários, negociantes e capitalistas que se verifica uma proporção assinalável (cerca de 305) de homens que casam com mulheres muito mais jovens (10 anos ou mais), sendo, pelo inverso, muito poucos os que casam com mulheres mais velhas*” (1993:311).

Já as escolhas matrimoniais das pessoas ligadas ao funcionalismo público e às profissões liberais revelaram-se mais simétricas, reduzindo-se significativamente o número de casamentos onde o noivo era mais velho que a noiva. Portanto, existiria uma lógica de maior igualdade social.

Facto também interessante, foi notar neste estudo que nos meios burgueses a co-residência na casa materna, após o casamento, era mais frequente que nos meios populares (até pelas próprias condições do espaço residencial). No entanto, verificou-se que o tempo da co-residência era quase sempre transitório, apontando, na verdade, para um ideal de neo-localidade (cf. Pereira, Gaspar M. 1993:381).

Portanto, a par de uma escolha do cônjuge onde o elemento parental tem uma importante palavra a dizer (e cujas implicações mais adiante abordaremos), nas camadas

⁵⁵ Registos feitos sob a responsabilidade do padre local que assumem autênticos censos da população paroquial. Incluem praticamente todos os menores existentes nas famílias, os estados civis da população, as relações de parentesco com o chefe de família e ainda observações importantes relacionadas com o estatuto socioprofissional.

privilegiadas da sociedade a vida conjugal era mais elaborada e sujeita a um conjunto de regras a cumprir dentro do ambiente familiar, como era o caso da fase inicial da vida conjugal em co-residência, normalmente em casa dos pais da esposa.

O casamento passava ainda por considerações patrimoniais, cuja principal consequência era a tendência para retardar o casamento no caso masculino. Daí a (grande) diferença de idades entre o casal, facto que poderia originar problemáticas futuras dentro do seu relacionamento conjugal.

As segundas núpcias envolviam também constrangimentos de ordem moral, mas sobretudo económicos. O celibato podia acontecer, algumas vezes por opção pessoal outras devido ao excedente feminino normal no conjunto da população, mas sobretudo por falta de dote adequado entre os meios burgueses (cf. Guinote, 1997:212-222).

No estudo de Gaspar Martins Pereira, uma importante conclusão a tirar refere-se à estrita relação conjugal que se pretende iniciar com o beneplácito do sacramento religioso. Daí não ser novidade concluir que outro aspecto distintivo do modelo burguês de casamento seja a coincidência entre este e o início da vida conjugal, uma vez que a coabitação dos noivos antes do casamento era raríssima devido aos padrões e comportamentos morais presentes neste grupo social.

De facto, a relação sexual com a noiva só em casos excepcionais parece acontecer, a avaliar pela escassez de nascimentos de filhos ilegítimos nesse grupo. Mas isso não significava que os rapazes burgueses que se casavam tardiamente, não tivessem relações sexuais pré-maritais. Tinham-nas, mas com outras mulheres: “ *A literatura realista e naturalista do fim do século está cheia de dandies e janotas que oscilam entre os amores adúlteros da mulher casada, ou então os da prostitua elegante, da actriz ou da costureira, cujo sonho é ser mantida independente pelo amante. Pelo inverso, a moral burguesa impõe às raparigas a mais estrita castidade até ao casamento*” (Pereira, Gaspar M.1993:308).

Deste modo, não surpreende que a estrutura família assim constituída entre os meios burgueses (apesar destes desvios mundanos), seja caracterizada por uma família aparentemente estável, fundada nos princípios de um modelo conjugal nuclear “*hierarquizada a partir do poder marital*”, o qual era encarado “*como a célula económica e afectiva básica para a reprodução fisiológica e social e para a interiorização ideológica dos mecanismos de autoridade*” (Catroga, F. 1986:137).

A *Casa*, por sua vez, constituía o fundamento da moral e da ordem social burguesa. “*É o âmago do privado, mas de um privado submetido ao pai, único capaz de domesticar os instintos, de domesticar a mulher*” (Perrot, Michelle, 1990:95).

O facto é que o marido era o chefe incontestado da família, tendo poderes e direitos que o garantiam como tal, bastando ver o articulado específico às relações familiares presentes no *Código Civil* de 1867.

Temos portanto uma família conjugal estruturada sobre princípios de autoridade masculina e submissão feminina, onde os papéis sociais a cumprir não são simétricos nem complementares, mas bem delimitados na esfera social da família burguesa: o exterior para o marido; o interior doméstico para a esposa gerir.

Os princípios assim estabelecidos, é claro, correspondem a uma parcela limitada da população, particularmente referente ao caso da mulher burguesa. As imagens do seu quotidiano e as consequências para a mulher deste modelo de família merecem seguidamente uma atenção mais detalhada.

8.3.2. Imagens do quotidiano nos meios familiares burgueses

Despertando para uma nova mentalidade, quer no domínio da moral familiar, quer na escolha de novos hábitos de convívio e de lazer, os meios burgueses vão traduzir essa afirmação social num amplo movimento de transformação dos costumes e rotinas diárias, algo que se vai acentuar nas últimas décadas do século XIX. Como salientam Irene Vaquinhas e Rui Cascão, “*mais do que em qualquer outro período, a cultura burguesa difunde-se, dispondo de meios de influência decisivos na transformação das mentalidades (...). Lenta, mas inexoravelmente, a sociedade «emburguesa-se», difundindo-se novos gostos, novos costumes, que vão minando, aos poucos, as velhas estruturas sociais*” (1993: 457).

Neste domínio de transformação das rotinas quotidianas, assume particular interesse o estudo de vários *Manuais de Civilidade*, obras onde conjugavam regras de cortesia com princípios de cultura moral. Esta literatura teria como objectivo transmitir os ensinamentos necessários à legitimação dos valores e da moral burguesa através dos preceitos e normas sociais aí descritos.

A nível familiar, por exemplo, é possível notar uma valorização do papel feminino através do recurso à sua educação. Sendo incontestável para os ideais liberais que a função social da mulher era a de ser esposa e mãe, seria natural que, para desempenhar

esse papel, necessitasse sobretudo de valores morais e sentimentais para melhor cumprir o papel social que dela se esperava.

Será neste sentido que se dará uma valorização das suas funções tradicionais, não só como esposa e mãe, mas sobretudo como educadora dos filhos. Esta preocupação era latente nos meios intelectuais da segunda metade de oitocentos, passada a visão romântica que Garrett e Herculano tinham dado da mulher nos seus romances. Algo mais estava a ser estruturado visando conceder à mulher um papel social no interior da família, mas do qual pouco mais lhe seria admitido em termos de independência nas suas decisões pessoais.

Em 1872, J.J. Lopes Praça, católico convicto, mas adepto das ideias modernistas, escrevia também sobre a importância do desempenho feminino na família, procurando demonstrar a preocupação em fazer ascender a mulher a um maior grau de instrução de modo a tornar-se uma pessoa útil à família, à sociedade e ao País.⁵⁶

Não estava em causa a questão da emancipação ou independência feminina face ao homem, (embora já constituísse no último quartel do século XIX tema de análise), mas proporcionar à mulher conhecimentos e práticas que a habilitassem ao correcto cumprimento das suas funções maternais.

Sobre isso, J.J. Lopes Praça escreveu: “ *A educação das meninas deve dirigir-se a torná-las boas filhas, boas irmãs, boas esposas, boas mães, boas operárias, e, n’uma só palavra afazer com que cumpram religiosamente os deveres impostos a um ser racional, social e livre. É preciso educar suas inteligências e revigorar seu pensamento com uma instrução forte e sóbria para poderem compartilhar nas carreiras de seus maridos, e para convenientemente dirigirem nos primeiros anos a educação dos seus filhos. A instrução desperta mil forças ocultas na alma das mulheres; a ignorância adormece-as deixando-as resvalar na licença que as perde, corrompendo-as*” (1872:81/82).

⁵⁶ A preocupação, de resto, não era nova. Nos meados do século XVIII, Luís António Verney considerava já a importância do estudo para as mulheres, não só na economia doméstica, mas também ‘na leitura, na escrita, na história universal e na história da pátria’. Escrevia Verney: “*Elas, principalmente as mães de família, são as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida. Elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras ideias das coisas. E que coisas boas nos hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizem? (...) Além disso, elas governam a casa. E que coisa boa pode fazer uma mulher que não tem alguma ideia de economia?*” (Verney, L. A. 1984: 216) Considera-se portanto, que da educação proporcionada pelas mães dependia o êxito futuro dos filhos, algo que conduzia a um reforço dos laços familiares, especialmente nos meios da nobreza e da burguesia (cf. pp.38 - ponto 2.3. e 200 - ponto 8.1. da Primeira Parte).

Compreende-se esta preocupação. A questão educativa era fundamental para uma emancipação feminina, que obviamente não passava por uma autonomia da mulher em termos profissionais ou políticos, mas seria uma forma de mostrar a sua importância no interior do grupo conjugal sobretudo nas funções conjugais (esposa) e maternas (mãe). Neste caso e segundo Lopes Praça, era na família que se deviam operar as mudanças fundamentais quanto a essa educação que elevasse a mulher ao seu verdadeiro patamar de importância social. Isso representava abandonar preconceitos que prejudicavam gravemente a situação e o futuro das mulheres no País. Só assim “ (...) *o seio da família tornar-se-há (...) um centro, um foco de luz e de vida, que fará perecer os prejuízos e crimes nascidos da ignorância e do fanatismo*” (1872:82).

A família, como grupo conjugal, seria a primeira a beneficiar com tal intenção pois passaria a representar um lugar privilegiado de experiência e de dignidade em relação ao marido e aos filhos do casal, situação que permitiria superar a tradicional representação de uma fragilidade feminina excessiva, tanto no domínio afectivo como no intelectual (cf. Castro, Helena Gonçalves 2000:69).

Além disso, uma progressiva educação da mulher na família teria como consequência uma dimensão regeneradora na mulher e na sociedade. Estes novos valores deveriam favorecer a educação das mulheres, mas também abranger os homens. Lopes Praça era claro em apontar as realidades sociais do seu tempo em assuntos de natureza sexual: “*Perdoa-se ao mancebo a imoralidade e os extravios da juventude; na mulher punem-se essas irregularidades como crimes irreparáveis. D’ahi o pesar sobre as meninas uma desconfiança de ferro. (...) Com que razão os princípios de moralidade, á luz dos quaes são julgadas as meninas, hão de ser relaxados na sua aplicação ao procedimento masculino?*” (1872:82).

Está presente uma preocupação em relação a uma igualdade no que diz respeito à exigência de uma vida moralmente honesta, onde homens e mulheres sejam responsáveis. Este será um dos argumentos que Lopes Praça utilizará sobre os direitos civis da mulher, criticando muitos dos aspectos tradicionais que encontra no *Código Civil* de 1867 e também no *Código Penal*, documentos onde a condição da mulher ainda se apresentava numa situação inferior à do homem (cf. Lopes Praça, J.J. 1872: 170-174;188-190; 210-211).

É possível encontrar nesta reflexão uma mensagem em favor da condição feminina. O facto, é que todos estes propósitos devem ser enquadrados numa perspectiva burguesa

sobre a idealização e condição da mulher, especialmente na criação de uma imagem de maior dignidade e valorização do seu papel dentro do círculo familiar como esposa e mãe, agora que a família conjugal dentro do quadro familiar burguês está em pleno processo de privatização e de separação da vizinhança.

A passagem do campo teórico para a prática social dentro do inteiro panorama da família em Portugal porém, era diferente. D. António da Costa (que advogou a criação do Ministério da Instrução Pública) descreveu em termos pessimistas a situação do ensino em Portugal considerando que o estado da instrução feminina em Portugal era lastimável, com o analfabetismo entre a população feminina a atingir em 1878 cerca de 89,3% das mulheres portuguesas (cf. Vaquinhas, I. e Cascão, R. 1993:451).

Com este quadro social, somente os sectores mais privilegiados da sociedade estariam em situação favorecida para se distinguir das camadas populares e poder preservar a sua diferença, quer pela educação e polidez no trato, quer pela relevância da sua privacidade familiar.

Este será o aspecto fundamental na burguesia ascendente no País – a sua imagem e a sua diferença. Com efeito, a família conjugal burguesa deixa transparecer o sentimento que une o casal e também os filhos, projectando essa imagem no seu modo de vida.

Por isso, na valorização do círculo familiar assumirá grande importância no quadro dos valores burgueses a relevância dada às regras de etiqueta e boas maneiras, através da divulgação de *Manuais de Civilidade*. Traduzidos ou adaptados de obras de origem estrangeira, as ideias de educação e cortesia aí presentes visavam proporcionar o prestígio que a obtenção de um título nobre só por si não conferia. Por isso, ao eger um conjunto de novos valores e regras de cerimónia, a burguesia começa também a distinguir-se dos hábitos da antiga nobreza e a distinguir-se pela sua originalidade e traços distintivos em relação a outros.

A investigação de Maria de Lourdes Lima dos Santos (1983) com base nos *Manuais de Civilidade* publicados no século XIX, permite concluir que o lar cada vez mais se assume como lugar de paz familiar, abrigo para os problemas do quotidiano e de bem-estar para os membros da família conjugal. Portanto, um santuário para todos os que nela residem (cf. Santos, Maria L.L. 1983:25,26).

Este fechar da família em torno da sua vida privada avança à medida que o desenvolvimento do capitalismo industrial a vai dispensando como unidade de produção.

A consequência mais visível deste processo de privatização foi o afastamento progressivo dos criados e serviçais do convívio com os senhores da casa. Novas regras impõem o afastamento físico entre amos e criados, com divisões especiais dentro de casa para cada um deles. A etiqueta manda também que exista uma atitude de reserva na comunicação entre ambos e até as crianças merecem cuidados especiais no contacto com os serviçais: *“os filhos da casa não devem conviver muito familiarmente com os criados; as meninas não saem sob a guarda de um criado masculino; nunca um criado entrará, quaisquer que sejam as necessidades de serviço, no quarto de uma menina ou de uma senhora mesmo de certa idade”* (Santos, Maria L.L. 1983:31).

Sendo assim, a *civilidade*, ou seja, a polidez de coração e de acção, devia constituir uma aprendizagem. Isso mesmo transparece no perfil que os *Manuais de Civilidade* conferem ao papel do pai e da mãe dentro do lar. O comportamento dos dois deve ser a escola onde os filhos devem aprender a cortesia, o respeito e a educação: *“a delicadeza do marido para com a mulher e desta para com aquele é, não só a «melhor garantia de paz conjugal», mas também o exemplo pelo qual, «mil vezes melhor do que pelo preceito», se ensinam as crianças «a reconhecer os bons processos»*” (Santos, Maria L.L. 1983:26).

Os *Manuais* aconselham ainda o chefe da família a mostrar decoro e compostura para guardar a sua família, devendo admoestar e repreender *“«até mesmo com severidade», os restantes membros da família, embora sem recorrer «a termos injuriosos e ofensivos», a fim de poupar «o amor-próprio da esposa, dos filhos e dos serviçais»*” (Santos, Maria L.L. 1983:26).

A esposa, por seu lado, assumia o papel de dona de casa, mas não como *“agente a quem competirá «tratar de tudo quanto diz respeito ao bem-estar interno da família» (gestão dos ganhos do marido, organização das refeições, manutenção da ordem e asseios domésticos (...), mas antes, nas suas funções de significante de prestígio, de testemunho das capacidades da família em gastos de dinheiro e de tempo. Neste sentido, a dona de casa, a própria zona de representação da casa e a criadagem são todos eles componentes de um consumo de prestígio, abonatório do estatuto do chefe de família”* (Santos, Maria L.L. 1983:39).

Está igualmente presente um modelo de actuação que confere ao elemento masculino a autoridade no lar e na família conjugal, tal como de resto vinha patente em documentos como *O Código Civil* que conferiam ao marido a supremacia no lar. Tal como escrevemos (cf. ponto 3.2. pp.73 – 1ª Parte), a sociedade burguesa do século XIX assumia-se claramente como condutora de um conjunto de mudanças sociais, não deixando imune a instituição familiar, quer no seu ordenamento jurídico, quer no modelo adoptado para reproduzir um conjunto de valores inerentes à sua ideologia e prática social.

Significava isso que o marido devia exercer um controle sobre as actividades da esposa, mesmo que esta tivesse a autonomia suficiente dentro do lar para dirigir e orientar os criados.

Em relação ao amor dos pais para com os filhos e destes para com os pais, podemos dizer que existia uma maior formalismo nas relações, expresso por um grande respeito e obediência dos filhos face aos seus pais e restantes parentes.

A criança educada nos meios burgueses era alvo de cuidados médicos, boa alimentação, bem trajada e também recebia carinho nos tratos diários, o que não significava deixar de recorrer a castigos quando era necessário, algo muito mais frequente nas camadas populares, onde a rudeza de costumes e a força da necessidade se traduziam muitas vezes em pancada e subalimentação. Para estes últimos, as dificuldades de sobrevivência eram maiores, pese embora a melhoria na alimentação e nos cuidados médicos verificados nas décadas finais do século XIX, terem diminuído os índices de mortalidade infantil.

Em relação ao marido, a sua preponderância em assuntos familiares era indiscutível, desempenhando um papel orientador da mulher e dos filhos no interior do lar conjugal. Significava isso que, em termos ideais, ao homem estava reservado o papel de sustento do lar, competindo ao marido a agitação da rua e do espaço público.

A mulher, cuja primeira implicação no seu casamento envolvia a passagem para o estatuto de esposa, era um elemento fundamental na formação de uma nova unidade familiar, cabendo-lhe a consequente gestão do espaço doméstico. Devia assumir-se também como apoio e refúgio afectivo ao marido, para além da gestão do espaço familiar privado (cf. Guinote, P. 1997:99).

Portanto, seja dentro da aristocracia ou na burguesia (e até nas camadas populares), a figura de esposa era associada a maturidade feminina, significando adquirir a

responsabilidade de auxiliar o marido, embora respeitando as respectivas competências e campos de acção dentro da família.

Neste caso, as suas atribuições envolviam a gestão da economia doméstica (com maior ou menor recurso a criados, ou mesmo sem eles), a alimentação familiar e a limpeza do espaço doméstico, incluindo-se aqui o vestuário e os hábitos de higiene íntimos, não esquecendo a ocupação de momentos de lazer, os quais crescem na proporção em que se sobe na hierarquia social (cf. Guinote, P. 1997:99-100).

Ser mãe, por sua vez, era visto como uma aspiração central nas preocupações femininas. De acordo com os estereótipos dominantes na transição do século XIX para o XX, considerava-se uma mulher fracassada aquela que não contribuísse para a propagação da espécie e da linhagem. Como mostra Paulo Guinote, “*era o modelo apresentado como natural – função específica da fêmea na Natureza, exemplo a seguir na espécie humana*” (1997:105).

Como mãe e tendo cumprido a sua missão natural, algo que as próprias feministas evitavam em negar essa vocação primeira da natureza feminina e em por a luta pela emancipação política, cultural e económica das mulheres em oposição ao seu papel no lar e na família (cf. Carvalho, Maria Amália Vaz 1886: 121), quaisquer interesses egoístas deveriam ser ignorados em nome do ser a que tinha dado vida e que deveriam (saber) proteger.

Significava isso que, “*durante o tempo de criação, a mãe tem de estar ao serviço do seu filho e não goza da liberdade de dispor de si para reuniões mundanas, para bailes, para theatros. Não pode dizer que passará a noite a somno solto, porque, a qualquer hora, terá de prestar cuidados ao pequenino ser que há-de perpetuar a sua raça e a sua família*” (Silva, A. da 1912:223-224).

Uma literatura própria de cunho científico ligada à protecção materno – infantil e para os cuidados a serem observados, quer para a vida sexual do casal ou para os aspectos de higiene da mulher ou até durante a gravidez, era publicada com alguma regularidade, comprovando o interesse que a vida conjugal despertava nos círculos mais cultos da sociedade (cf. Guinote, P. 1997:109-112).

Terminada a primeira infância, o mais comum seria anunciar-se uma nova gravidez. O controlo da natalidade era um fenómeno muito circunscrito e passava, na maior parte das vezes, pela continência conjugal, situação que podia entrar em franca contradição com os ditames da Igreja nesse assunto.

Com efeito, os aspectos carnavais do matrimónio para as correntes mais ligadas à Igreja restringiam-nos a simples mecanismos reprodutores e nunca ao da voluptuosidade imoral, considerado enganador dos verdadeiros valores a preservar no matrimónio.

Mas a obediência a estas regras sociais, não obstavam a um modo de vida peculiar e distinto. Tomando como referência os publicistas da época, a mulher burguesa (sobretudo das camadas médias e altas da sociedade) aumentou o seu espaço de acção ao passar a circular livremente nas ruas, experimentando uma liberdade que nos séculos anteriores (XVIII e grande parte do XIX) estava muito limitada.

A presença nas lojas de comércio, em especial de vestuário, era habitual, tomando contacto com a moda europeia, principalmente a francesa. Mas também a frequência de pastelarias e do restaurante (seja para o almoço, o chá das cinco ou o jantar), mostravam a dinâmica de lazer que as camadas mais favorecidas da população podiam ostentar.

Naturalmente, nem todos os locais eram alvo preferencial dos seus passeios, especialmente para não tomar contacto com a existência e modo de vida das camadas mais desfavorecidas da sociedade. Estas, por força das necessidades de sobrevivência diária, estavam habituadas à vida nas ruas como imperativo de sobrevivência da sua família e dos filhos.

Daí a especialização em zonas de frequência habitual para os seus passeios, como a Baixa, o Chiado, a Avenida, os jardins da Estrela, de Alcântara e do Campo Grande.

Factor igualmente importante a considerar nos meios de mais alta condição social (onde a pressão económica não se fazia sentir e o prestígio social era uma dado adquirido), era o facto de uma ocupação profissional remunerada ser possível unicamente com base numa forte vocação natural ou uma decisão voluntária em adquirir autonomia e afirmação pessoal.

Como vimos, trabalhar era encarado nestes estratos sociais como contingência inerente a indivíduos de categoria inferior, enquanto o lazer era um símbolo de distinção e poder. Nestes meios, o campo das artes era o escolhido como sentido de talento, ainda que apresentado como pura ocupação de tempos livres e não propriamente como modo de vida (cf. Guinote, P. 1997:258-259).

Eis em potencia a família burguesa nos finais do século XIX, cujo ideologia e modelo de acção, acabarão por influenciar progressivamente a vida familiar das camadas populares.⁵⁷

⁵⁷ Torna-se evidente que o modelo familiar burguês exerceu grande influência na forma de conceber a vida quotidiana das camadas populares. Nesta medida, a burguesia influenciou a adopção de uma compostura e expressão corporal, para além de um discurso normativo em relação aos cuidados a observar na higiene, no vestuário e adornos, no modo de andar e de falar. A reserva e a sobriedade eram aconselhadas, devendo o porte ser sério e grave, de modo a conquistar a aprovação. Falar alto ou gesticular deveria ser evitado, tal como se devia esconder os bocejos ou abafar a tosse. A moderação (fundada na ética e no comedimento) impunha-se como regra de vida e os burgueses foram exemplares na adopção e propagação deste modo de vida (cf. Santos, Maria L.L. 1983:34).

Este modelo servia também os desejos de uma pequena/média burguesia que recebeu os valores da Alta Burguesia numa fase em que esta já estava instalada no quadro social e político da época. Um facto interessante foi verificar que esta última passou a ostentar um consumo sumptuário ligado ao ócio e ao tempo livre (uma forma de patentear a sua diferença face a outros grupos sociais privilegiados), mas rapidamente é copiada, ainda que nos limites impostos pela respectiva disponibilidade económica.

Foi nesse sentido que a alta burguesia começou a imprimir na sociedade de oitocentos novos hábitos de lazer e diversão, tornando acessível a grande parte da população divertimentos que, num passado ainda recente, eram apenas reservados à nobreza. Falamos da vulgarização do acesso às estâncias balneares.

De facto, entre 1840 e 1870, a moda do veraneio foi-se deslocando do campo para a praia, certamente por influência da corte e da elite aristocrática e burguesa, que foram trocando Sintra e as suas quintas pela proximidade do mar. Ainda que tivessem sido inicialmente ditadas por preceitos higiénicos e sanitários, a atracção pelas zonas litorais, a água salgada e o sol passaram a entrar nos hábitos e costumes da população.

Ramalho Ortigão caracterizou o ambiente das praias portuguesas, em especial as diferentes camadas sociais que as frequentavam. Por um lado, fala das praias cujo acesso se tinham democratizado e por outro, aquelas em que a selecção social era mais restrita. No primeiro caso Ortigão refere as praias da Póvoa de Varzim, para onde vinham os habitantes de Entre Douro e Minho de todas as origens sociais, além das praias de Espinho, Nazaré e Figueira da Foz. No segundo caso encontramos as praias da Costa do Estoril, onde imperava nos seus frequentadores o fino espírito e a boa educação (cf. Ortigão, R.1876: 32-52).

De igual modo, as estâncias termais constituíram uma nova forma de sociabilidade das elites nacionais. Tal como os banhos do mar, tinham uma dupla função: curar os enfermos e contribuir para o descanso de quem vive nas cidades, ou seja, contribuir para a ‘higiene da sociedade’ (cf. Vaquinhas, I. e Cascão, R. 1993:454/455).

O desenvolvimento dos transportes, em especial o caminho-de-ferro, facilitou a popularização destes locais, cada vez mais ao alcance das pessoas.

A par destes novos divertimentos, agora ao alcance de todos, encontramos ainda outros, por onde a burguesia da segunda centúria de oitocentista se movimentava, como teatros, clubes, cafés, recintos de bailes, casinos, corridas de cavalos, regatas e também os desportos, alguns dos quais (futebol) se tornaram populares.

Da mesma maneira, o ‘Passeio Público’ de Lisboa concitava as atenções gerais dos habitantes da cidade. Começando por ser um espaço de sociabilidade das classes ascendentes, o local terá passado a ser na segunda metade do século XIX uma zona de convivência interclassista, embora tivessem mais acesso os escalões médios e inferiores da burguesia, especialmente pelo preço envolvido na entrada e também o uso de uma gravata (cf. Santos, Maria L.L. 1983:41).

Mas também as camadas populares lá chegarão, especialmente quando adoptaram a postura de um passeio ‘domingueiro’. O operário acaba por querer vestir-se como o burguês para entrar e misturar-se com a população citadina. O Domingo passa progressivamente a revestir-se de um novo significado: ‘endomingar-se’ é mostrar que também as camadas populares têm acesso a um moral de limpeza e de apresentação; para as jovens empregadas de comércio ou criadas dos burgueses, é assumir os novos requintes da sedução feminina, com o uso da botina, do lenço perfumado, do peito moldado e de uma nova postura na sociedade (cf. Perrot, M. 1990: 450).

Resta no entanto saber em que medida este conceito burguês de família encontrava uma reciprocidade de tratamento a nível social entre o marido e a mulher, especialmente em termos de ambiente doméstico e relacionamento conjugal quando o casamento entrava em crise.

8.3.3. Relações familiares e tensões conjugais

O ambiente familiar na família burguesa parecia algo a ser copiado, tal era a forma como eram encarados e difundidos os valores e as normas de convivência entre os casais. Estabelecidas as relações entre o casal e como se harmonizavam os interesses e a coexistência dentro do ‘santuário familiar’, interessa agora saber como eram estabelecidas muitas alianças matrimoniais e que efeito teriam na vida do casal a idade dos cônjuges, a sua formação e sobretudo como era exercida no ambiente doméstico a tradicional supremacia masculina.

Como vimos, nesta época de transição do século XIX para o XX, o casamento presumia-se perpétuo, quer pela via civil, quer pela prática religiosa. Mesmo com a proclamação da República, a realização do casamento na Igreja era a regra geral, depois de celebrada a cerimónia civil, tal como consignava a lei (cf. ponto 5.1. pp.101).

No entanto, lendo os autores da época (finais do século XIX), que se dedicaram ao estudo das relações familiares (J.J. Lopes Praça, Teixeira Bastos, Eduardo d’Almeida, Luís de Mesquita, Roboredo S. Mello, Alberto Bramão), podemos sentir que nem tudo ia bem no relacionamento do casal e muito menos na aceitação da ideia concebida do matrimónio indissolúvel, apesar de ser esta, na essência, a doutrina defendida para o casamento entre os meios burgueses.

O certo, é que se notava vozes discordantes em relação à manutenção do casamento quando os esposos se sentiam infelizes no mesmo. A generalidade das suas opiniões, como vimos (cf. ponto 4.1. pp.82), acabou por estar ligada ao individualismo liberal, mas também à influência do Naturalismo e da Sociologia Positivista que se faziam sentir nas décadas finais do século XIX. Em tudo isso, acresce integrar todos estes condicionalismos num amplo movimento de laicismo social. A ideia do divórcio ganha assim expressão social, mas é sobretudo entre os meios intelectuais burgueses que ela se estabelecerá como reivindicação social.

Neste caso, a ideia de reconstituir a vida familiar através de um novo casamento legitimado pela lei civil, consubstanciava já os desejos sociais de quem vivia uma

situação de degradação conjugal, num ambiente doméstico de desordem e vergonha. Este argumento constituía um ponto comum em todos os defensores do divórcio, considerando que uma família vivendo nesses termos deveria ter a possibilidade de se divorciar e os seus membros a possibilidade de refazerem novamente a sua vida conjugal, de uma forma legal perante a lei e a sociedade.

O sentido da liberdade individual com origens liberais está também presente no momento em que os intelectuais burgueses defendiam o divórcio como um acto que visava corrigir as injustiças decorrentes do casamento que, em muitos casos, era convencionado pelos pais dos noivos por meros interesses e proveitos pessoais, acabando por se tornarem prisões para os futuros cônjuges e gravosas para os filhos vindouros. As palavras de Roboredo Sampaio e Mello iam nesse sentido: “ *E por ventura não é, infelizmente, muito geral nas nossas classes sociaes, e muito particularmente nas mais superiores, o contrahirem-se casamentos que são uma aventura, ou uma mercancia em que há sempre um illudido ou uma victima, mais ou menos explorada, se não expoliada, por completo? E n’esses casamentos a vida conjugal não se torna, quasi sempre, um torturante e insuportável inferno pela constante animosidade, surdo e continuo mau humor d’um ou d’ambos os cônjuges, doloroso estado este que muitas vezes desencadeia em tempestades de impropérios, ou em graves offensas pessoaes, até ao envenenamento e assassinato?*” (1906:409-410).

Esta ideia resultava, antes de mais, pela estratégia de combinação pelo qual passava o casamento, conforme denunciado na época: “ *Uma mulher casa. Tem dezoito annos. É uma creança. Na realidade não casa. Casam-na. Os paes teem a ideia de que são elles que organisam a felicidade de seus filhos, mesmo quando a felicidade só pode ser obra d’estes. (...) Effectuado este casamento, em que um dos cônjuges é absolutamente sacrificado a uma vontade alheia à sua, resulta que semelhante enlace não tem razão de ser. O marido é muitas vezes um homem detestável e um detestável marido. Casou por ambição (...) casou por sensualidade, e torna sua mulher tão profundamente infeliz que esta, não podendo supportar por mais tempo a vida em comum, prefere a separação*” (Bramão, A. 1908:204).

Este era um ponto crítico na realização de muitos casamentos. Com efeito, a apresentação formal de uma menina na sociedade (entre os dezasseis e os dezoito anos), anunciava a sua disponibilidade, bem como da sua família, para a possibilidade de um adequado noivado, seguido do correspondente matrimónio.

Frequentando recepções, bailes e outras festas mundanas, acompanhando os pais ao teatro, a récitas ou exposições, a jovem entraria necessariamente em contacto com rapazes e homens, o que tinha tanto de atractivo como de problemático. Educada segundo rígidos padrões de regras e valores do seu grupo social, especialmente em termos de boa educação, civilidade e reservas de ordem moral, devia ocultar as suas preferências, não permitindo que outros as conhecessem para não ferir susceptibilidades nem por a sua família em causa, quando a escolha apropriada fosse feita.

O problema principal residia no facto dessa escolha, como seria natural, não lhe pertencer, ou então, era mínima a sua intervenção directa. A selecção do futuro noivo deveria ser deixada aos progenitores, principalmente ao pai e lateralmente à mãe, de acordo com os jogos de conveniências e interesses familiares (cf. Guinote, P. 1997:242).

Em tais circunstâncias, o matrimónio assim estabelecido comprometia o jovem casal para uma vida comum num casamento indissolúvel, havendo poucas saídas em caso de incompatibilidade de personalidades, mau desempenho das responsabilidades do marido, sem falar na precocidade do casamento, diferença de idades entre os cônjuges e diferenças de estatuto cultural entre o casal, pondo a descoberto a diferente relação de poderes dentro do quadro familiar (cf. Cascão, R. 1986:160).

Ana de Castro Osório denunciava essa situação de submissão e desconhecimento das implicações de um mau casamento, escrevendo: *“Quantas vezes não são os próprios pais e irmãos que respondem ás suas queixas e protestos com um encolher de hombros e um ar maçado: – que se governe, não se casasse!... – sem quererem ver que se ellas se casaram atabalhoadamente, sem garantias de felicidade, com o primeiro desconhecido que lhe apareceu disposto a fazê-lo, a culpa é só delles, que não lhe souberam ou quizeram dar uma educação que a tornasse moral e economicamente um ente superior, um ser digno de fundar dignamente uma nova e mais útil família (...)”* (1911:49).

Portanto, esta situação correspondia tipicamente a um casamento de conveniência, onde os respectivos pais não colocavam em primeiro lugar como fundamento principal do matrimónio, a inclinação ou paixão amorosa dos filhos.

Como tal, o divórcio podia e devia ser encarado como uma conquista fundamental para a mulher quando o marido não cumprisse as suas obrigações em relação à família que constituiu e quando a sua conduta lançasse a vergonha nos seus membros, quer pela

agressão verbal ou física, quer pelo ambiente de degradação familiar proporcionado à esposa e aos filhos.

Neste caso, as argumentações em favor do divórcio seguiam um modelo bem perceptível desde os finais do século XIX, ou seja: o divórcio é uma conquista fundamental para a mulher, como libertação de um jugo, muitas vezes injusto, do casamento, servindo ao mesmo tempo para defender os filhos de consequências mais nefastas do que a simples separação dos pais. Simultaneamente, constituía uma das reformas sociais necessárias à regeneração nacional e ao afastamento das influências nocivas dos preconceitos religiosos que asfixiavam a sociedade portuguesa da época, numa medida que também servia a propaganda republicana (cf. ponto 4.1.1.pp.85 – 1ª Parte).

É ainda Ana de Castro Osório quem nos elucida com estas palavras: “ (...) *quando alguém se queixa da tortura dum casamento desventurado, o que lhe aconselha a Igreja? Resignação, conformidade, esperança na vida futura, rezas e orações, (...) já que teve a inferioridade de procurar uma vida que não é o estado perfeito do crente.*” Sendo assim e vendo que esta não era a solução ideal para o casal em litígio e muito menos para o crescimento equilibrado dos filhos dentro do lar, a autora apresenta mais adiante o divórcio como verdadeira solução para a vida familiar em crise. Por isso continua: “ (...) *a lei do divórcio é a dissolução da família – dizem. Não é tal. Pois haverá maior dissolução, maior vergonha, de que seja uma família em que os dois chefes se odeiam, se maltratam, se increpam mutuamente, dando aos filhos o espetáculo desolador da sua incompatibilidade? E não digam que as aparências se podem sustentar, que os esposos podem viver mal sem que os filhos o percebam*” (1911:111 e 112).

Por conseguinte, a legitimação de um divórcio na vida do casal assumia plena justificação, uma vez que o relacionamento conjugal existente impossibilitava qualquer reconciliação, abrindo-se para cada um a possibilidade de refazer a sua vida através de um segundo casamento. Tal era a perspectiva defendida por muitas feministas e até por publicistas como Alberto Bramão, Luís de Mesquita e Roboredo de Sampaio e Mello, que mostravam ser essa a melhor oportunidade da mulher alcançar a sua felicidade.

No entanto, em assuntos de fundamentação do divórcio e tendo presente a lei republicana de 3 de Novembro de 1910, a iniciativa de despoletar o processo apenas indica uma ligeira preponderância feminina, contrariando as expectativas quanto a um

maciço recurso a esta medida pelas esposas, tidas como principais vítimas em muitas uniões conjugais.

A verdade porém, deve ser relacionada sobretudo com as maiores dificuldades materiais, culturais e sociais que o elemento feminino precisava ultrapassar para enfrentar uma situação de divórcio.

A investigação desenvolvida por Paulo Guinote (1997) chegou a essa conclusão, especialmente porque era necessário “ *muita coragem pessoal, para além de acarretar, no mínimo, alguns meios e instrução para poder levar em frente o seu intuito, contratar advogado e fundamentar devidamente a sua pretensão* ” (1997: 244).

Este estudo, em conjunto com os dados já estabelecidos por Rui Cascão (1986), procurou conciliar os elementos socioprofissionais dos casais divorciados durante a primeira república, para formar um modelo da divorciada durante esse período.

Neste caso, Paulo Guinote (1997) encontra dois padrões de mulheres divorciadas:

- Uma mulher com 10 anos de duração do seu casamento, entre 25 e 40 anos, de condição social média, sem filhos ou apenas um, que por adultério ou por sevícias e injúrias do marido, decide-se por um pedido de divórcio.
- O mesmo quadro anterior (idade, duração do casamento e condição social), mas onde o marido é o elemento ultrajado na sua honra e obriga a mulher ao divórcio, como via mais civilizada do que uma vingança imediata (cf. Guinote, P. 1997:244).

As situações descritas poderiam ser o resultado de “*um casamento acertado entre as famílias, raramente por verdadeira afeição, ou então devido a incompatibilidades de personalidades que se acentuam ao longo do tempo [sendo por isso] uniões conjugais que encontram poucas razões para subsistir, mesmo do ponto de vista feminino, potencialmente mais lesado pela situação*” (Guinote, P. 1997:244). Daí também o forte empenho argumentativo dos partidários do divórcio para que este constituísse uma ‘errata do casamento’, possibilitando aos respectivos cônjuges a reformulação da sua vida conjugal.

Mas, que futuro poderia ter a mulher divorciada no quadro social deste tempo?

Na realidade da prática social, uma mulher divorciada tinha poucas possibilidades de voltar a recompor a sua vida familiar. Depois, a própria família parental dificilmente a aceitaria nas suas relações e convívio interno, tendo de ter ou constituir meios próprios que permitissem a sua sobrevivência pessoal e dos eventuais filhos que tivesse a seu

cargo. Como salienta Paulo Guinote, “o divórcio significaria essencialmente o fim de uma situação problemática, o encerrar de um ciclo infeliz, mas dificilmente a abertura de horizontes desmedido de felicidade. [O mais certo] seria um resto de vida solitário, dentro ou fora do ambiente familiar, sem qualquer hipótese de segundo casamento (se acaso isso seria seu desejo), o que afastava a hipótese de reassumir o estatuto de esposa” (1997:245).

Sem dúvida, a actividade profissional exercida na altura do divórcio (e que lhe poderia facultar o acesso a tal prática) podia garantir a sua sobrevivência. Sem essa possibilidade, dificilmente o divórcio constituiria uma opção válida para todas aquelas que descobrissem ter casado mal.

A própria Ana de Castro Osório admitia: “ *A condição da mulher divorciada é tal qual a da mulher separada, ou da mulher viúva. Renovará a experiência dum segundo casamento, ou não? Isso é com ella e o segundo marido, que não tendo a psychologia complicada dum doente a quem o ciúme desvaira, poderá ser absolutamente feliz, sem pensar num passado que lhe não pertenceu. (...) E se o homem se julga, mais do que a mulher, no direito de exigir contas do passado da sua companheira, é porque ainda prevalece no seu modo de ser psychico o preconceito de que a mulher é a sua propriedade (...)* ” (1911:132/133).

Esta ideia de preconceito em relação à mulher é fundamental para entender o combate pela igualdade de direitos entre os géneros, onde as camadas mais cultas da burguesia surgiam como principais impulsionadores deste processo. Ana Castro Osório apresenta mesmo as contradições no funcionamento das leis (leia-se o *Código Civil*), para mostrar como o elemento feminino se encontra num plano inferior face ao masculino: “ *As leis devem ser traçadas para proteger o fraco do forte, o ignorante do instruído, o explorado do explorador; com o casamento dá-se exactamente o contrario: o favorecido, o protegido, o visivelmente superiorizado, é o mais forte física e socialmente. Se a mulher, quando casa, não encontra no marido as garantias de tolerância e de honestidade (...) pouca protecção encontrará na lei e nenhuma ou quasi nenhuma na sociedade* ” (1911:48/49).

Por outro lado, não deixa de ser significativo o facto do adultério feminino ser aceite como a causa mais frequente de dissolução conjugal pelo divórcio, apesar de ser reconhecido pela generalidade dos observadores que o adultério era mais frequente nos homens casados do que nas esposas. Neste caso, questões relacionadas com a honra,

(mais forte no caso masculino), impeliam os homens a uma maior severidade no julgamento de situações como essas. Depois, a existência de um conjunto de valores que penalizavam fortemente a mulher em caso de infidelidade, tornavam a rejeição da esposa adúltera um facto praticamente consumado. Simultaneamente, recomendava-se maior compreensão à mulher perante os desvios conjugais do marido.

Portanto, mais do que apelar para uma modificação do papel social da mulher, desejava-se reivindicar uma igualdade na condição jurídica e política que visasse a independência da mulher, tendo em atenção o papel central do elemento feminino desempenhado no lar, na maternidade e na sociedade.

Na época porém, o pensamento e a prática social reflectiam claramente o predomínio masculino na vida familiar, sinónimo também dos valores burgueses. Por isso, não se deve estranhar a enorme dependência das mulheres em relação aos maridos neste modelo de sociedade. Com efeito, tendo maiores índices de analfabetismo, as mulheres delegavam nos homens tudo o que respeitava à administração de bens e restante património, enquanto nas questões políticas ou direitos civis, mau grado algumas contestações de carácter literário (protagonizadas sobretudo por mulheres como Ana de Castro Osório ou Maria Amália Vaz de Carvalho), poucas modificações ocorreram.

Mesmo assim, registaram-se momentos de avanço com a legislação republicana, nomeadamente em questões relacionadas com o *Registo Civil* e a legislação sobre divórcio e separação conjugal, tal como foram apresentadas nas *Leis de Família*, de 25 de Dezembro de 1910 (cf. pp.101 e Seg. – ponto 5.1. da Primeira Parte).

Entre as camadas populares, o sentido da vida conjugal assumia também características próprias, de acordo com o seu estatuto socioprofissional. Não restam dúvidas porém, que também aqui já tinha chegado a influência burguesa de conceber a vida familiar.

8.4. A vida familiar nas camadas populares – estrutura e estratégias familiares em ambiente urbano

Como vimos anteriormente, a vida no mundo rural (predominante no País na alvorada do século XX e mesmo nas suas primeiras décadas), continuava o seu curso tradicional de vida ligada às actividades agrícolas e sujeita a valores e rotinas quase imutáveis.

Neste meio envolvente, o trabalho de todo o grupo doméstico (homem, mulher e filhos), era fundamental para a sua sobrevivência. Se o marido era a autoridade em questões familiares, a mulher colaborava em todas as actividades profissionais, do campo à oficina, constituindo a base funcional da organização familiar.

Com as transformações operadas a partir da segunda metade do século XIX no País (transformações na agricultura, progressos na higiene, saúde e alimentação, crescimento da população, mecanização das agricultura), aliado aos baixos salários pagos nas actividades agrícolas, gerou-se um progressivo êxodo rural, que se acentuou nos anos terminais do século XIX.

As cidades mais importantes do País absorveram esta massa de gente oriunda dos meios rurais, não apenas nas fábricas que começavam a despontar nos meios urbanos, mas também no sector do comércio e dos serviços, neste último com uma abundância de criadas que passavam a estar ao serviço dos estratos privilegiados da sociedade.

Tal como no campo, a mulher tornou-se rapidamente um elemento fundamental na sobrevivência diária da família no ambiente urbano. Nesta mudança para um mundo diferente, seria possível o desenvolvimento de novas formas de família, de relações familiares ou mesmo de composição do agregado doméstico?

A investigação desenvolvida por Gaspar Martins Pereira (1993) permite esclarecer aspectos significativos dessa questão. Tendo ainda como base os elementos registados nos *Livros de Desobriga* na freguesia de Cedofeita⁵⁸ o autor relacionou a distribuição do tipo de ‘fogo’ existente na freguesia com o estatuto socioprofissional do agregado familiar, concluindo pela existência do predomínio da família nuclear simples entre as camadas populares aí residentes.

Entre as camadas médias – sobretudo mestres de ofícios e pequenos industriais – o autor encontra uma proporção relativamente alta de fogos múltiplos, parecendo nítida a existência de um modelo residencial que passa pela reunião de parentes ou mesmo de unidades conjugais aparentadas, sempre que tal se revele útil à continuidade da unidade produtiva (cf. Pereira, G.M. 1993:182).

Relacionando este dado com a composição dos grupos domésticos segundo o aspecto socioprofissional, os dados extraídos pelo autor reforçam a imagem de uma maior coesão da família conjugal nos meios populares, raramente se detectando um

⁵⁸ Lembramos que representava 15% da população existente no Porto existente entre 1878 e 1911.

casal incompleto, tal como refere: “*A complementaridade da função doméstica terá levado à adopção de estratégias conjugais de recasamento ou de uniões de facto, essenciais à sobrevivência individual, provocando uma densidade forte do núcleo conjugal nas famílias trabalhadoras*” (1993:182).

Em contraposição, nas famílias pertencentes aos estratos superiores, a relação conjugal era menos intensa pois o casamento passava por considerações patrimoniais que tendiam a retardar o laço conjugal. Consequentemente, as eventuais segundas núpcias sofriam nos meios burgueses maiores constrangimentos de ordem moral e económica, algo que não se colocava nas camadas populares.

Efectivamente, mesmo em ambiente urbano, a família funcionava como grupo de trabalho e sendo estável para todos a ocupação profissional exercida, o grupo doméstico era normalmente constituído pela família conjugal nuclear.

Naturalmente, o crescimento dos filhos levava-os a formarem, logo que possível, o seu próprio grupo doméstico, ainda que rentabilizando o suporte assistencial e entre - ajuda que a residência na vizinhança dos pais ou de núcleos aparentados, podia conceder (cf. Pereira, G. M 1993:210).

No entanto, nem sempre era possível tal acontecer. Gaspar M. Pereira considera que a entrada dos filhos no mundo do trabalho tinha como consequência directa o aumento dos recursos económicos do grupo doméstico, possibilitando a procura de melhores condições de alojamento (lembramos as célebres ‘ilhas’ portuenses, onde as condições de habitabilidade eram muito condicionadas pelo espaço existente nas casas).

Inversamente, a saída dos filhos em idade de ganhar um salário corresponderia a uma baixa de rendimento familiar. Portanto, seria de esperar um controle efectivo do pai não só sobre o salário do filho, mas também no momento em que este poderia autonomizar-se, comprovando a ideia de uma estreita dependência da economia familiar ligada a um artesanato doméstico às condições de trabalho proporcionadas nos meios urbanos pelo capitalismo industrial da época (cf. AA.VV. 1991:206/207).

No entanto, em momentos onde diminuía o trabalho executado pelo grupo doméstico e por conseguinte as necessidades de mão-de-obra não eram prementes e os gastos com o consumo de todos os membros da família cuja rentabilidade económica não fosse necessária seriam grandes, levava alguns dos filhos a abandoná-lo e a procurar trabalho fora de casa, autonomizando-se em relação aos pais (cf. Pereira, G. M.1993:210).

Mesmo assim, torna-se interessante verificar nesta investigação que os casais cujo percurso foi possível reconstituir apresentavam pouca inclinação para um modelo neo-local de residência. Para Gaspar M. Pereira, isso reforça a ideia da manutenção de padrões de autoridade paterna fortes (mesmo entre os meios populares urbanos), expresso em níveis relativamente elevados de co-residência do novo casal no lar paterno (cf.1993:320), demonstrando também ainda a necessidade de entreaajuda como estratégia de sobrevivência em muitos casais cujo estabelecimento matrimonial estava longe de ser estável economicamente (cf. Bandeira, M.L. 199:108/109).

Por conseguinte, não é de estranhar que, para além de um número significativo de casos em que o novo casal residia na casa de um dos pais, Gaspar M. Pereira verifique situações de coabitação anterior ao casamento, que considera vulgar entre as camadas populares mais carenciadas. Situações relacionadas com a ilegitimidade de nascimento teriam aqui uma explicação lógica, recorrendo-se ao casamento muitas vezes para regularizar a vida conjugal e legitimar a criança entretanto nascida (cf.1993:329).

Importante é ainda a tendência uxorpatri-local⁵⁹ de residência do casal neste meio urbano, algo que se pode relacionar com o papel assistencial das filhas face à velhice dos pais. Não se deve colocar de parte alguma atitude paternalista que tenderia a manter as filhas sob a protecção paterna (vigiando o genro também), ou então estratégias de sobrevivência e entreaajuda, numa época onde as relações económicas do tipo capitalista eram marcantes na vida familiar.

Por outro lado, nos casos de maior independência face à autoridade paterna e que facilitavam a escolha de uma residência neo-local, a ruptura com a família de origem não teria de acontecer forçosamente. Eram frequentes os exemplos detectados de filhos e sobretudo filhas casadas a viver na vizinhança dos pais (cf. Pereira, G. M.1993:324).

Assim e em contraponto ao modelo burguês de família, podemos apresentar como características básicas de modelo popular de casamento os seguintes aspectos, conforme evidenciado na investigação de Gaspar M. Pereira: “ *Casamento relativamente precoce, com idades médias em torno dos 25 anos para os homens e de 24 anos para as mulheres; no grupo etário dos 20-24 anos, cerca de 55% dos homens e das mulheres já estão casados ou vivem maritalmente.*”

⁵⁹ Regra de residência segundo a qual o casal vive com o grupo parental da esposa, neste caso, com os pais desta.

-
- *Celibato definitivo relativamente raro entre os homens (cerca de 3% no grupo etário dos 45-54 anos); embora mais reduzido que nas camadas superiores, o celibato feminino nos meios populares é ainda assim elevado (cerca de 15%), dada a forte feminilidade da população urbana.*
 - *A coabitação frequente dos noivos antes do casamento é, como vimos, um dos aspectos mais salientes deste modelo face ao modelo burguês. No grupo etário dos 20-24 anos, pelo menos 7% dos homens e 10% das mulheres vivem em situações de união livre.*
 - *Maior incidência de recasamento.*
 - *Menor diferença de idades entre os noivos.*
 - *A homogamia profissional, favorecida pela própria participação crescente da mão-de-obra feminina, sobretudo em determinados ramos, como o têxtil, num contexto de diferenciação social progressiva dos espaços urbanos, articula-se com uma redução do espaço matrimonial, reforçando a endogamia em áreas residenciais relativamente restritas.” (1993:323).*

Esta investigação, mesmo servindo os propósitos de uma análise detalhada de uma importante freguesia do Porto, permite concluir que os meios populares apresentavam igualmente um conjunto de estratégias diversificadas de casamento face aos constrangimentos de que eram alvo (alojamento, coabitação, ilegitimidade, trabalho precário, etc.)

É possível generalizar estes resultados para situações vividas em outros centros urbanos de maior ou menor dimensão (com os devidos cuidados face à proveniência regional), onde as situações de coabitação e por vezes de ilegitimidade podem ser explicadas pela necessidade de sobrevivência em meios populares extremamente carenciados.

Com efeito, no conjunto da sociedade urbana, as camadas populares provenientes do mundo rural estavam sujeitas a fortes constrangimentos nesta alvorada do século XX, com especial incidência no meio feminino, especialmente as mulheres que se empregavam em ambientes fabris. Sofrendo uma concorrência directa com os homens nesse mercado de trabalho, a sua presença em território urbano nem sempre podia ser bem sucedido se não tivesse a protecção de alguém – um marido ou um homem. Ora, se o trabalho industrial da mulher era importante, o facto é que ele era mais reconhecido como uma necessidade ocasional, mas não um destino normal, situação que poderia

marcar negativamente a sua sobrevivência diária (cf. Bandeira, Mário Leston 1996:120/121).⁶⁰

Portanto, “ *associando as capacidades de trabalho do homem e da mulher (...) o modelo de casamento popular constitui em si mesmo uma estratégia de sobrevivência.*

Isoladamente, o homem ou a mulher enfrentariam maiores dificuldades de sobrevivência nas conduções da vida urbana e de organização do trabalho” (Pereira, Gaspar, M. 1993:324).

Daí as situações de co - residência a nível de alojamento ou de residência neo-local, mas na vizinhança dos pais para melhorar as possibilidades de sobrevivência económica. Esporadicamente, a solução passava por ficar dentro do lar, vivendo ou cuidando dos pais idosos. O lar também se afigurava um destino possível para o elemento feminino a nível das estratégias familiares nos meios urbanos, algo que futuramente começará a estar nas preocupações dos publicistas e políticos da época (cf. Bandeira, M.L. 1996:120/121).

A vivência diária e as situações ligadas com o quotidiano das camadas populares nos meios citadinos merecem igualmente uma atenção detalhada.

8.4.1. Imagens do quotidiano nos meios populares urbanos

Migrando para as cidades, num êxodo rural contínuo sobretudo a partir do último quartel do século XIX, a mulher pertencente aos meios populares continuou a ser um elemento necessário à sobrevivência do seu grupo doméstico.

Em cidades como Lisboa, a vida nas ruas constituía uma parte significativa da sua actividade económica, executando trabalhos como lavadeira, aguadeira ou vendedora ambulante. Como parte da sua sobrevivência diária, as convenções sociais pela qual se regiam os meios burgueses não tinham aqui lugar.

Mas a presença nas ruas era apenas uma parte da sua vida, justificada porque o salário do marido (ou do homem com quem coabitava) não cobria todos os gastos familiares). No interior do lar, a mulher também assumia as tarefas do quotidiano, desde a cozinha até ao tanque da roupa suja, trabalhando ou não fora de casa.

⁶⁰ Torna-se interessante a maneira como *O Sindicalista* trouxe à atenção as relações familiares entre os meios operários onde, por uma questão de sobrevivência, homem e mulher “*juntavam os trapinhos*”, aliviando as dificuldades que sob si pesavam nesses tempos. (cf. *O Sindicalista*, 4 de Dezembro de 1910 – pp.1, col. 1).

Nesta altura (viragem do século), estamos perante um proletariado feminino, não qualificado, que tradicionalmente se incorpora num contingente de população activa, mas economicamente vulnerável, que precisava sobreviver nos meios urbanos, desenraizada como estava da zona rural de proveniência (cf. Cabral, Manuel Villaverde 1988:168/169).

Constituiu-se assim um conjunto de profissões específicas ao elemento feminino e ao qual muitas mulheres vão aderir como ocupação profissional – costureiras, modistas, capelista, criadas de servir e amas.

Se estas profissões correspondem a um crescimento evidente nas actividades profissionais executadas em ambientes urbanos, também revelam a existência de uma transformação em relação a novos hábitos de elegância nestes meios (caso das costureiras e modistas), ou na ocupação profissional directamente ligada aos sectores burgueses da capital, como era o recrutamento e colocação de criadas vindas directamente da província (cf. *O Diário de Notícias*, 1 Fevereiro de 1900, toda a página 5, por exemplo).

A presença de um grande contingente de mulheres em tais serviços leva-nos a falar da sua ligação aos meios parentais. Se viviam ainda no lar paterno, os meios de vigilância deste último podia criar obstáculos a uma eventual emancipação económica e individual. No caso de estarem libertas da supervisão dos pais e entregues a si próprias, a partida para a cidade podia ser atractiva, mas era também penosa em muitos sentidos.

Trabalhar com a ‘agulha e o dedal’⁶¹, não era uma actividade agradável para quem fazia deles o seu meio de subsistência. O quotidiano dessas trabalhadoras era duro, a avaliar pelo que vemos escrito numa crónica da época: “ *A sua vida durante a semana, das oito da manhã às oito da noite, com o intervalo d’huma hora para comer o lunch, a sua atenção fixa ao trabalho, o seu devaneio de mulher a não poder seguir enquanto não der a tarefa pronta, a graça, a delicadeza a usar com as freguezas na casa das provas, tudo isso são méritos que os Domingos mal pagam*” (*Ilustração Portuguesa* de 12 de Agosto de 1912, página 210).

Portanto, vemos um trabalho constante, com breve pausa para a refeição e regresso à ‘agulha e dedal’, numa repetição mecânica e rotineira. Ao cair da noite dá-se o

⁶¹ Filmes como a *Canção de Lisboa*, mostram um arquétipo ideal deste tipo de trabalho, que de modo algum corresponde ao ‘brilho’ que parece transparecer dos diálogos existentes e nas condições de trabalho apresentadas.

regresso a casa (para junto dos pais ou de familiares), ou para um quarto, se a moça veio da província.

Será isso que explica, entre as mais raparigas mais jovens, a sedução como arma para alcançar uma vida melhor? Como esclarece Michelle Perrot (1990), *“uma ligação pode fornecer um complemento de recursos, ou mesmo regular a questão sexual ou afectiva fora do casamento”* (1990:301).

Significa isso que possuir um homem ou arranjar companheiro podia constituir uma estratégia de sobrevivência económica nestes tempos de transição para um modelo de vida urbano ligado à industrialização. Daí as relações sexuais pré-nupciais, a união livre e a ilegitimidade serem mais detectáveis nas camadas populares, levando os meios intelectuais burgueses a associá-los à imoralidade, à desorganização e instabilidade da família popular, esquecendo as enormes dificuldades pelas quais passavam estes casais, os quais só teriam recursos suficientes para viver se dividissem as despesas referentes ao alojamento e alimentação (cf. Bandeira, M.L.1996:192; cf. Saraceno, C. 1992:36).

Por outro lado, nem todos os casos de ilegitimidade estariam relacionados com desorganização da vida familiar. Com efeito e tendo ainda presente o estudo de Gaspar Martins Pereira (1993), se existiam relações sexuais passageiras que geravam filhos ilegítimos não reconhecidos pelo elemento masculino e causando graves dificuldades à sobrevivência da mulher solteira, estes casos podem ser interpretadas com um malogro das expectativas dessas mulheres que apontavam no sentido do casamento.

Já as concepções pré – nupciais, mas legitimadas pelo casamento, ou então a legitimação de filhos nascidos de uniões livres reflectiria uma concepção de casamento que assentava numa união consensual relativamente estável do casal, que esperava a melhor oportunidade para regularizar a sua vida familiar à face da lei (1993:328/329).

Explicadas as várias possibilidades da existência da ilegitimidade, temos ainda de falar de outra possibilidade incontornável nesta época – a prostituição.

Deixando de lado os contornos do discurso moralista burguês, defensor dos bons costumes que encarava a prostituta como mulher possuída pelo ‘vício’, e apenas atenta ao apelo das suas inclinações, a questão da prostituição nesta época passou a interessar os publicistas da época, reconhecendo-se que em alguns casos, a prostituição era uma consequência dos mecanismos de injustiça social do mundo moderno e não uma degenerescência moral das mulheres nela envolvidas (cf. Sousa, José de Saldanha Oliveira 1896:9).

De onde vinham, que motivos explicavam a sua opção de vida, mas sobretudo, qual era o ambiente familiar de onde provinham, valores e características que as afastaram do modelo feminino tido como normal?

Eram várias as situações que levavam muitas mulheres a entrar neste modo de vida. De acordo com a investigação de Paulo Guinote sobre os quotidianos femininos no início do século XX, o autor aponta os seguintes:

- “- A jovem seduzida, que segue o amante que depois a abandona sem meios para poder subsistir;*
- A jovem, igualmente seduzida de forma mais ou menos ocasional, que o amante não aceita e a família rejeita, sendo obrigada a lutar pelos seus meios para sobreviver;*
- A rapariga, vinda para a cidade em busca de melhores oportunidades de vida, mas que as dificuldades enfrentadas para estabilizar o seu modo de vida conduzem à prostituição (...);*
- A mulher com uma ocupação profissional, mas que, como complemento de subsistência em momentos de maior carência (...) recorre mais ou menos sistematicamente a essa actividade;*
- Uma situação de puro e simples despojamento material, para a qual não é pressentida outra hipótese de escape.” (1997:190).*

Perante este quadro, é possível confirmar alguns dos motivos relacionados com a ilegitimidade em meios populares mais desfavorecidos, ligados a uma lógica de expectativa gorada de casamento em função da necessidade de uma sobrevivência económica. Conclui-se igualmente que em muitas das situações descritas estão presentes traços comuns, com especial destaque para a deslocação dos meios rurais para a capital, onde a diferença dos respectivos modos de vida e os obstáculos a ultrapassar para uma satisfatória inserção num novo modelo económico e de quotidiano, produziam desajustamentos mais ou menos dramáticos. Tudo isto se inseria na ‘Questão Social’, perceptível quando observamos os escritos publicados sobre pobreza, alcoolismo, e prostituição.

Bento Carqueja (1916), por exemplo, apercebia-se desses desajustamentos quando referenciou as situações económicas e sociais relacionadas com a prostituição no seu tempo. Nas estatísticas que apresentou, concluiu que 44% das mulheres envolvidas em

prostituição tinham sido ‘criadas de servir’; 16% tinham sido ‘costureiras’, 5,4% ‘operárias fabris’; 2,9% ‘operárias agrícolas’ e 2,3% não tinham profissão. Estes dados combinam com os apresentados por Paulo Guinote para as ‘prostitutas inscritas no Porto e em Lisboa, com dados baseados em autores da época, como Ângelo Fonseca e Armando Gião (cf. Guinote, P. 1997:185/187).

Em relação às idades, Bento Carqueja menciona as seguintes percentagens:

- 3,3% prostituíam-se com menos de 16 anos; 26% com idades entre 16 e 18 anos; 36% entre os 22 e 30 anos e 3,1% com idade superior a 30 anos (Carqueja, B. 1916:359).

É possível observar que entre os 16 e os 22 anos as percentagens são mais elevadas, exactamente nos ciclos de vida onde as questões de sobrevivência diária se fazem sentir mais e onde eventuais dificuldades de inserção no mercado de trabalho desviavam seguramente milhares de pessoas para este tipo de vida como último recurso de sobrevivência (cf. AA.VV. 1991:655).

Outros indicadores registados por Bento Carqueja apontam para uma elevada percentagem destas mulheres serem analfabetas (cerca de 86%), enquanto o estado civil era o seguinte: 75% eram solteiras; 3,4% casadas e 1,3% eram viúvas. (cf. Carqueja, B. 1916:359).

Mais uma vez encontramos uma relação entre a deslocação dos meios rurais para os centros urbanos e obstáculos a ultrapassar para uma satisfatória inserção num novo modelo económico, situação mais dramática para o elemento feminino que estivesse sem apoio familiar ou vivendo sozinha.⁶²

⁶² Em situações de solidão, a questão da viuvez sobretudo nas camadas populares também seria premente. As circunstâncias em que uma viúva podia sobreviver à morte do marido estavam dependentes das condições em que ambos tinham vivido. Na verdade, a idade, a existência de parentes que pudessem servir de refúgio e a presença de filhos, eram variáveis que se devem ainda relacionar com o estatuto socioeconómico, para determinar como seria a sobrevivência.

Se nos grupos intermédios da sociedade (pequena e média burguesia), a situação poderia ser um pouco melhor, nas camadas populares implicava a necessidade de trabalhar para as poucas mulheres que tinham evitado essa situação em vida do marido. Neste caso, se fosse relativamente jovem, com filhos menores e poucos recursos económicos a que pudesse recorrer, a ajuda de parentes revelava ser essencial em muitas situações evitando que a viúva caísse na mendicância ou em actividades mal remuneradas ou de má reputação. Situação diferente seria o caso de pertencer aos estratos favorecidos da sociedade, uma vez que podia regressar à casa paterna.

Em qualquer dos casos, que hipóteses teria para desenvolver novamente um relacionamento afectivo que conduzisse a um segundo casamento? As probabilidades de um segundo casamento (ao contrário do que se verificava durante o Antigo Regime onde a morte de um dos cônjuges permitia que a família se pudesse refazer uma ou mesmo duas vezes) eram baixas neste período. Só em casos excepcionais o

Portanto, uma estratégia importante para estas pessoas passava pelo casamento, mas o facto de ser mulher nesta altura não trazia os dividendos esperados no modelo de sociedade então existente. Paradoxalmente, o ideal de uma vida conjugal de acordo com as regras e os valores burgueses era apresentado como modelo a seguir, numa lógica de compromisso familiar que esse tipo de aliança matrimonial obrigava: primazia do papel masculino na família e marido como provisor do lar, enquanto à esposa estariam confinadas as tarefas da casa e da criação dos filhos.

Desenhava-se paulatinamente o mesmo modelo de vida familiar para as camadas populares, a avaliar pelos apelos que se faziam sentir entre as elites culturais nesse sentido para uma maior presença da mulher casada dentro do lar.

8.5. O ideal burguês de família e as classes assalariadas

Nas últimas décadas do século XIX, podemos notar uma certa preocupação dos grupos sociais mais privilegiados com a situação da família pertencente às camadas populares, do que consideravam ser uma infinidade de desvios sociais, tais como a ilegitimidade, a prostituição, a concubinação, as separações e a promiscuidade.

O objectivo a atingir consistia em adoptar procedimentos que visassem a continuidade dessas práticas entre as camadas populares, considerando que uma família fundada nos princípios e práticas burguesas seria o principal factor que poderia contribuir para eliminar os elementos caracterizadores da desordem social verificada nas famílias das camadas populares.

segundo casamento era concretizado para uma mulher, a menos que tivesse uma situação patrimonial atraente. Por outro lado, os homens solteiros não encaravam com agrado um casamento com uma viúva, salvo algum celibatário de longa data.

Para além destes aspectos, a discrepância entre a capacidade de um homem e de uma mulher se voltarem a casar estava igualmente relacionada com questões de ordem material. Com efeito, se não tivesse património herdado do marido anterior a viúva não dispunha de dote e com isso diminuía claramente as suas possibilidades em contrair um novo casamento, agravadas ainda, em muitos casos, pela existência de filhos a seu cargo. Por outro lado, não podem ser esquecidos preconceitos sociais que ficavam claramente explicitados nas recomendações que se faziam a uma mulher que desejasse contrair segundas núpcias, lembrando-a de que já não era uma simples noiva e que devia agir com discrição pois um segundo casamento era algo considerado como artificial, algo que já tinha perdido a pureza original do acto (cf. Guinote, P. 1997:170-172).

Por conseguinte, conclui-se que as donzelas casadoiras eram sempre as mais atractivas para o homem que procurava uma esposa, até por questões de prestígio e honra masculina, associadas à virgindade, independentemente da idade e do estado civil do noivo.

A implementação de medidas sociais pelo Estado liberal visando combater aspectos ligados com a prostituição, o abandono dos filhos, a frequência escolar e nos cuidados higiénicos e de saúde pública constituiu um primeiro passo efectivo visando a mudança de costumes. (cf. Cascão, R. 1993:437/439).

Este último ponto torna-se relevante pois o desejo de estabelecer uma ligação orgânica entre a medicina e a família para combater a promiscuidade social e o abandono dos filhos, implicava a valorização da acção da mãe que passou a ser vista como um elemento central na família. Recomendava-se assim a educação da mulher como garantia de novos processos de coesão social dentro da família, como recomendavam J.J. Lopes Praça, Teixeira Bastos, Trindade Coelho, Afonso Costa, entre outros.

Torna-se evidente porém, que o desejo sentido pelas elites culturais burguesas a favor de uma educação da classe feminina, não era para que pudessem competir melhor com os homens em questões de trabalho ou de vida e acção social ou política, mas para que soubessem cumprir com eficácia as suas atribuições sociais e desincumbirem-se bem do seu verdadeiro papel social – serem boas esposas, mães e donas de casa. Só assim se podiam eliminar os vícios e desvios sociais entre as famílias populares e promover a sua dignidade social.

No entanto, a realidade económica entre as camadas populares era muito diferente para corresponder a esse tipo de desejos. Nos meios vulgares da população trabalhava-se para que o orçamento familiar permitisse a subsistência de todo o grupo doméstico. Neste compromisso, as mulheres e as crianças tinham uma parte substancial de trabalho a desenvolver no interior das fábricas. Mesmo sendo um trabalho mal remunerado, era fundamental para a sobrevivência familiar.

O problema começava exactamente aí. Sendo mal remunerado, mas aproveitado por um patronato sem escrúpulos, diminuía bastante a possibilidade dos homens valorizarem o seu próprio trabalho visto existir uma concorrência feminina e infantil em vários sectores do trabalho fabril. Daí a intervenção dos intelectuais burgueses em defesa do papel social da mulher na família, exigindo a intervenção do Estado com uma legislação que restringisse a presença de crianças no duro mundo do trabalho fabril.

Teixeira Bastos (1884) estava já apercebido desta situação, sobretudo da exploração do trabalho feminino e as consequências que isso produzia na organização interna da família: “ *Para se efectuar de um modo sã e moralizador o desenvolvimento da*

família, é condição indispensável, nas classe proletárias, como nas classes burguezas, a presença constante no lar domestico da mulher, esposa e mãe, como o verdadeiro eixo de rotação de todo o systema de relações conjugaes, maternas e filiaes. (...) Desde que a mulher, em vez de ir desmoralisar-se, corromper-se, masculinizar-se nas fábricas e nas officinas, ficar em casa applicando-se aos serviços domesticos, cuidando dos filhos, tratando da sua educação physica e moral, entanto o homem com o seu trabalho ganha para toda a família, os proletários entrarão no verdadeiro caminho do progresso e da regeneração social” (1884:194/195).

O positivista e republicano Eduardo D’Almeida reforça este último pensamento vigente entre os intelectuais positivistas e republicanos quando escreve sobre a mulher: *“A sua sustentação p’lo homem impõe-se como um dever phisico e moral. Porque é fraca e porque é mãe. Só assim acabaria a triste miséria das fábricas, a sua exploração mercantil p’lo homem” (1911:330).*

A alternativa ao trabalho nas fábricas era clara – ficar em casa, organizar o lar e educar a prole!

Intelectuais, como Trindade Coelho, afirmavam peremptoriamente a necessidade da mulher ficar em casa a cuidar dos filhos e a educá-los, deixando para o marido a tarefa de alimentar a família com o seu trabalho: *“É evidente que a missão social do homem differe do da mulher. Áquelle, pertencem os trabalhos da vida exterior, os cuidados de manter a família (...), Á mulher, os trabalhos domésticos, cuidar dos filhos, embellezar interiormente a habitação. D’esta diversidade de missões entre os dois sexos, resulta não serem os mesmos os direitos e os deveres de cada um. (...) Assim, na família deve haver um chefe, que é naturalmente o homem.” (1906:57).*

Este ideal burguês segundo o qual o homem é o chefe da família e deve sustentar a mulher acabou por obter grande simpatia entre as camadas operárias. Para estes, o trabalho da mulher fora de casa desvalorizava, pelo baixo salário recebido, o trabalho do homem. Daí a exigência de um verdadeiro ‘salário familiar’ e a limitação do trabalho da mulher na fábrica terem assumido o carácter de uma reivindicação de muitos sectores operários na viragem do século.

Significava isso que não deveria haver qualquer forma de trabalho feminino fora do lar? O catolicismo social de J.J. Lopes Praça revelava já a preocupação de conceder às mulheres das camadas populares uma oportunidade para viverem com dignidade através do trabalho: *“ Milhares de mulheres precisam de conquistar o pão quotidiano com o*

suor do seu rosto (...) As mulheres não devem ser reduzidas a morrer de fome pela abstenção do trabalho” (1872:257).

Para Lopes Praça, as leis de trabalho deveriam ser igualmente aperfeiçoadas no sentido de melhorar as relações sociais e promover a equidade de oportunidades em todos os sentidos (cf. Castro, Helena Gonçalves 2000:133). Isso não indicava que elas tivessem entrada forçada em todas as indústrias e em cada uma das suas especialidades, mas que se deveria fazer um esforço lógico de valorização do trabalho feminino, vendo em que indústrias ou actividades produtivas se podia aplicar o seu esforço (cf. Lopes Praça, J.J.1872:257/258).

Portanto, esta questão da presença da mulher no interior do lar era alvo de algum debate na transição do século XIX para o XX, revelando claramente as transformações familiares em curso no modelo de sociedade que a industrialização estava a criar (a nível dos novos reguladores sociais e nas relações sociais de produção).

Sentindo a elite cultural burguesa que a melhor forma de combater a desigualdade social no domínio familiar passava pela adopção dos seus valores e práticas familiares, seria natural que a sua influência se fizesse sentir progressivamente nos meios populares. Para isso, os poderes públicos agirão em conformidade, criando ou legislando sobre os quadros normativos familiares a terem de ser cumpridos. Temos assim um modelo que propõe o domínio masculino na família e a submissão da mulher, face aos imperativos sociais da época.

Será este o modelo progressivamente adoptado pelos meios populares na constituição e reprodução social da sua família conjugal.

Em íntima associação com esse modelo e rentabilizando a forte influência moral que tradicionalmente desempenhava na sociedade, não podemos esquecer a actividade que os sectores eclesiásticos desenvolvem em prol da celebração canónica do matrimónio, apresentado como indissolúvel e por isso uma garantia de estabilidade para o casal.

Este facto mostra igualmente que, para além de acções de carácter civil e laico, a Igreja implementou (sobretudo desde o Concílio de Trento), medidas de moralização e orientação de âmbito familiar (questões do casamento obrigatoriamente a ser registado pelo pároco e na primazia da legitimidade dos filhos do casal), cujos efeitos se vieram a sentir nos valores e práticas tradicionais a serem observadas em relação ao matrimónio (indissolúvel) e à formação da família conjugal (estabilidade dos seus membros).

Em resumo: por influência dos meios intelectuais burgueses, empresariais e também pelas atribuições que o Estado adquire em termos de regulação da vida pública, (legislação de âmbito familiar presente no *Código Civil*, protecção aos menores, apoio aos carenciados ou desprotegidos) a ‘domesticação’ das classes populares começa a ser intensificada nos finais do século XIX. Aparentemente, um único modelo matrimonial estatisticamente dominante e sociologicamente normal era reproduzido com naturalidade por todos os estratos sociais, sendo aceite quer na forma de celebração civil ou religiosa.

Temos assim em Portugal na alvorada do século XX uma família nuclear conjugal caracterizada pelo poder do homem, dependência económica das mulheres em relação aos maridos e restrição do espaço de autonomia da mulher, normalmente reservados ao interior do lar. Nesse espaço, cumpre a tarefa de educar os filhos e executa o seu papel familiar – ser esposa, mãe e dona de casa.

Está assim estabelecido o enquadramento institucional que doravante constituirá o modelo social a seguir. Pese embora a igualdade jurídica que o regime republicano estabelecerá entre homem e mulher em termos de dissolução da vida familiar pelo divórcio e as intervenções que realiza em termos de primazia da prática de casamento civil (intervindo directamente no monopólio eclesiástico em termos de casamento), o facto é que a legislação republicana sobre a família manteve ou continuou muitos aspectos tradicionais na maneira de conceber as relações sociais no interior do grupo conjugal, já delimitada num modelo de família nuclear conjugal (cf. pp.113 – ponto 5.1.2. da Primeira Parte).

Estabelecido o quadro familiar pelo qual se vai reger o âmbito familiar, interessa saber como se vai estabelecer na prática das famílias populares a validade deste ordenamento assim criado. O estudo realizado por Ana Nunes Almeida sobre a vida de famílias operárias no Barreiro com referência particular aos anos 20 constitui um importante meio de comprovar isso mesmo.

8.5.1. Os meios operários e as estratégias familiares

A base da população urbana em Portugal no início do século XX não era de raiz predominantemente urbana, fruto do atraso e incipiente industrialização que o País viveu em comparação com os europeus, nomeadamente França, Inglaterra e Alemanha.

Mas embora tardias, as transformações que a industrialização provocou no tecido social do País foram sentidas em múltiplos domínios e o familiar não escapou a essa mudança.

Com efeito, a «questão social» estava nas principais preocupações dos governos republicanos, não só pelo clima de instabilidade que as greves operárias provocavam graças à sua atitude de combate. Do lado governamental registou-se uma legislação abundante que, embora viesse dos tempos monárquicos, tinha em consideração um conjunto de mecanismos tendentes a melhorar o bem-estar do proletariado urbano. Essa legislação respeitava sobretudo a horários de trabalho, acidentes laborais, arbitragem entre conflitos de trabalho (patrões e empregados), mas também tinha em conta as questões de habitação operária (AA.VV. 1991: 207/208 – Vol. XI).

Embora tardia na sua execução, o bairro social do Arco do Cego (inaugurado em 25 de Abril de 1919) por exemplo, deveria motivar a construção de outros bairros semelhantes pelas cidades do País, não deixando apenas à iniciativa patronal (nas empresas mais progressistas) a preocupação em construir bairros para os seus operários, situados próximos da fábrica de laboração (cf. AA.VV. 1991: 212/213 – Vol. XI).

Mas os tempos difíceis da Primeira República e sobretudo a instabilidade política e económica a que esteve sujeita, não deixavam margens para dúvidas: a situação de vida operária, exceptuando alguns sectores mais especializados e por isso bem remunerados, era de uma completa carência, expressa de muitas formas – orçamental, alimentar, e habitacional (cf. AA.VV. 1991:214/217 – Vol. XI).

Em tais situações, que estratégias familiares eram seguidas pelos meios operários no sentido de resolver a sua situação de vida?

O estudo de Ana Nunes de Almeida (1993) sobre histórias e percursos de vida dos operários e seus familiares nas fábricas de cortiça do Barreiro nos anos 20, ajuda a compreender como se estabeleceram estratégias familiares de sobrevivência numa zona próxima de Lisboa, ao mesmo tempo que nos informam sobre os valores da vida familiar presentes no interior do grupo doméstico.

Em relação ao principal meio de sustento, o salário masculino representava a parcela mais substancial do orçamento doméstico, o que está de acordo com o padrão social estabelecido, prevendo-se que o faça numa actividade contínua ao longo de todo o ciclo de vida familiar. Mesmo assim, o trabalho remunerado das mulheres casadas fora de casa, apesar de tudo, constitui uma peça fundamental do magro orçamento familiar de uma família corticeira.

No entanto, nesta época o salário de uma mulher na fábrica é ligeiramente superior ao de um menor e cerca de metade do auferido pelo marido. A consequência deste facto pesava consideravelmente na decisão de abandono do trabalho na fábrica, quando os filhos a podiam substituir na laboração fabril. “ *Não admira que o grupo possa prescindir do salário feminino a partir de certas fases do ciclo da vida familiar, [dispensando-o] não tanto a favor do masculino, mas sobretudo a troco do trabalho dos filhos. Por isso, ao deixar a fábrica, a corticeira não o faz no momento em que se casa, mas apenas (...) quando é mãe*” (Almeida, Ana N.1993:100).

Portanto, para Ana N. Almeida a estratégia destas famílias em meio operário passava por uma colocação permanente do casal e dos seus filhos no mercado de trabalho local. Trazer dinheiro para casa constituía um dever para todos de que apenas as mulheres podiam renunciar em fases particulares do ciclo de vida familiar (1993:101).

Neste caso, o trabalho doméstico (criação dos filhos e manutenção da casa) constitui outra vertente do trabalho exclusivamente feminino, sendo muito rígida essa observância a nível dos papéis sociais a cumprir. Significa isso que, na ausência de braços femininos suplementares (a filha mais velha, uma irmã solteira ou a sogra) seria a operária que executava a lida da casa, prolongado o seu dia de trabalho. Mesmo que o homem se dispusesse a ajudar, expunha-se à chacota pública dos seus parceiros masculinos.

Factor importante das suas atribuições de gestão do lar era o facto de também receberem e gerirem o dinheiro proveniente dos diversos salários do grupo familiar.

É claro que nestes meios, o homem teria de ficar com algum dinheiro para si, podendo logo que recebeu o salário guardar uma parte para as suas distrações: normalmente a ‘taberna’ e aos Domingos e Feriados um petisco com outros homens ou jogando à ‘batota’ (1993:102/103).

Os filhos, enquanto menores, entregavam à mãe todo o dinheiro ganho, mas não deixavam de criar estratégias próprias para ficarem com algum e usá-lo convenientemente nas suas distrações – o berlinde, o pião, um bolo, uma ida furtiva ao teatro ... Já em idade adolescente, a mãe condescendia em permitir que o filho criasse o seu próprio fundo monetário visando a criação do enxoval para um futuro casamento (1993:103).

No caso das raparigas, desde cedo eram ensinadas pelas mães a fazer o trabalho da casa, tratar dos irmãos, cozinhar, lavar a roupa, arrumar e limpar a casa. Curiosamente, nestes meios operários e ao contrário do que era corrente na época em que as famílias camponesas enviavam as filhas solteiras para criadas de servir em casas abastadas ou nas cidades, essa estratégia não era seguida nestes meios operários. O facto explicava-se pela oferta significativa de lugares no trabalho fabril. Este aspecto mostra como os pais reproduziam nas filhas a sua própria condição operária (1993:105).

A escola por sua vez, embora fosse de frequência obrigatória por lei para todas as crianças entre os 7 e os 12 anos, estava longe de ser para estas famílias de operários corticeiros um dado adquirido. De uma maneira directa (ou discreta), os pais afastavam os filhos da instituição escolar. Embora as escolas primárias existentes no Barreiro dos anos vinte não chegassem para albergar a população estudantil do ensino primário, o principal motivo da recusa inequívoca de frequentar a escola residia nas próprias práticas familiares dos operários corticeiros. Recrutados para esse trabalho fabril em meios sociais (Alentejo) onde o saber transmitido pela escola era algo de estranho e até desnecessário para a aprendizagem profissional, tendiam igualmente a reproduzir nos filhos esse hábito.⁶³

Portanto, para os pais a frequência escolar representava um atraso na ansiada entrada do filho no mundo do trabalho (1993:106/107).

Igualmente significativo neste percurso de vida familiar dos operários corticeiros era também a rede de parentesco e a solidariedade familiar. Ao contrário de certos modelos nucleares conjugais directamente adaptados à realidade industrial e urbana e onde a rede de parentesco pouco contava (tese de Talcott Parsons), para os operários corticeiros do Barreiro a família não se resumia ao grupo que partilhava a residência, até porque no mesmo espaço podia viver outro casal.

Significa isso que o grupo de parentesco, formado pelos grupos domésticos aparentados ou co-residentes, ocupava um lugar central no quotidiano de muitas

⁶³ Vale a pena recordar as condições de vida das famílias operárias noutros contextos, como os descritos por Soeiro Pereira Gomes em ficções como *Esteiros* (1941) e *Engrenagem* (1944). No primeiro caso, são apresentadas as dificuldades de sobrevivência diária dos ‘filhos dos homens que nunca foram meninos’, num terrível ambiente de pobreza e carência generalizada, onde as crianças abandonam a escola para trabalhar na fábrica. No segundo, são visíveis as dificuldades de integração no novo modelo de trabalho ligado à produção fabril da parte das anteriores famílias camponesas, agora ligadas aos processos de relações sociais capitalistas em meios industriais.

famílias corticeiras, sendo “*uma peça chave da estratégia de sobrevivência dos grupos domésticos corticeiros na vila industrial*” (1993:109).

De facto, os parentes já residentes no Barreiro assumiam um papel importante no recrutamento de mão-de-obra de fora do concelho para as fábricas locais. E facilitavam também a estes recém chegados da província a procura de alojamento partilhando até com eles temporariamente a sua residência. Tudo se passava como se a mudança do campo para a vila industrial não partisse, mas relativizasse, as tradicionais redes de parentes que existem para além da família nuclear.

Com base nesta análise de Ana Nunes de Almeida, será possível encontrar procedimentos semelhantes em outros contextos sociais de raiz urbana, apoiando a vinda de familiares da província para trabalhar nas cidades em outros sectores de actividade económica – construção civil, comércio, serviços domésticos?

Sabemos que a migração para as cidades mais importantes do país era visível desde os finais do século XIX. Historicamente, este é um ponto que não deixa dúvidas.

Avaliando a proveniência desses migrantes e o modo como se estabeleciam nas principais cidades do País (primeiro vinha o homem e depois a mulher e os filhos) seria natural que depois de instalados, compelissem outros da mesma família ou da mesma aldeia a imigrar para junto de si, ajudando a instalar-se e a sobreviver nos primeiros tempos de vida na cidade. Este é um elemento a ter em conta para o estabelecimento destas pessoas em Lisboa e no Porto.

Portanto, a entreaajuda familiar mostrava a existência de uma forte componente afectiva e podia revelar um impressionante apego aos valores do ‘dever familiar’, uma herança dos meios rurais onde a ajuda de familiares e vizinhos era essencial à sobrevivência diária, sendo agora transportada para o ambiente urbano nesta fase inicial do seu estabelecimento.

No caso dos filhos que já estavam casados (num claro ambiente de homogamia social e profissional), a partilha de residência entre dois casais aparentados era frequente, num contexto de grande dificuldade económica e de carestia de rendas. “*Um casal jovem nem sempre tem a possibilidade material de pagar o aluguer de um quarto ou muito menos o de um andar. A situação não se torna um obstáculo para o casamento. O novo casal opta simplesmente por viver em casa dos pais de um dos cônjuges durante alguns anos. É uma experiência vivida por quase todos os corticeiros*

no arranque da sua vida familiar e que se pode prolongar para lá do nascimento dos primeiros filhos” (1993:111)

De qualquer modo, a co-residência de jovens casais teria as suas vantagens – ficando ao cuidado de uma mulher da família que não trabalhava fora, as crianças não precisavam sair de casa e a mãe operária rentabilizava melhor o seu tempo. Esta é uma das razões que levavam muitos jovens casais a prolongarem a estadia em casa dos pais para além do momento do nascimento dos filhos, numa situação semelhante à verificada na investigação de Gaspar Martins Pereira para a região do Porto (cf. Pereira, G.M. 1996:320).

Também a necessidade de assistência aos pais idosos podia ocasionar a formação de ‘famílias alargadas’. Com efeito um pai ou uma mãe no estado de viúvo podia acolher-se junto de um dos filhos casados e partilharem a mesma casa, convivendo várias gerações dentro do mesmo espaço habitacional. (cf. Pereira, G.M. 1996:108/109).

Estas situações comprovam a existência de diferentes estádios do ciclo da vida individual e familiar, com momentos de expansão e de retracção. Daí, família alargada e família nuclear não se opunham necessariamente, mas podiam constituir diferentes fases de um ciclo de vida familiar.

Por conseguinte, a conclusão a tirar, seja no estudo conduzido por Gaspar Martins Pereira no Porto, como na investigação de Ana Nunes de Almeida no Barreiro (próximo de Lisboa), é verificar que não existem modelos únicos de família, mas antes, uma grande diversidade de comportamentos familiares que variam consoante as necessidades económicas e das estratégias familiares dos grupos sociais envolvidos.

E a eventual ilegitimidade existente nestes meios operários? Para Ana Nunes Almeida, longe da tese de E. Shorter (1975) para quem a ilegitimidade resultava dos novos valores sexuais das classes trabalhadoras em meios industriais, sobretudo pela sua entrada no mercado de trabalho capitalista e acesso a um salário, a sua análise mostrou que o trabalho feminino na fábrica só raramente se traduzia numa experiência de emancipação e de escolha do seu próprio modo de vida.

No caso vertente do Barreiro, a presença de trabalho das mulheres na fábrica fazia parte da estratégia de sobrevivência das famílias das classes trabalhadoras. Quanto às altas taxas de ilegitimidade que caracterizava esta vila industrial até aos anos 40, longe de corresponderem a uma forte instabilidade familiar, atribuem-se a um resultado do inconformismo face aos valores católicos e um efeito também da instalação em meio

urbano dos tradicionais costumes de conjugalidade transportados pelos migrantes alentejanos e algarvios que ali afluíram ao longo de décadas (cf. Bandeira, M.L. 1996:321/322).

Portanto, uma conclusão geral sobre esta investigação revela que nos anos terminais da I República já estão interiorizados vários comportamentos sociais a serem cumpridos dentro do grupo conjugal e cuja origem é de inspiração burguesa, a saber: rigorosa definição dos papéis masculinos e femininos no lar, autonomia do marido face à esposa e sujeição da prole ao chefe de família.

Questões relacionadas com a co-residência do casal em casa dos progenitores inserem-se nas estratégias de sobrevivência económica que seriam prementes a muitas unidades conjugais, não significando a ilegitimidade existente um modelo de desagregação ou instabilidade familiar.

Mais interessantes são as estratégias de sobrevivência do grupo familiar em ambientes urbanos, mostrando que não se perderam aspectos tradicionais de entreajuda familiar, necessários à inserção e sobrevivência nos meios industriais urbanos.

Curiosamente, o período de vigência do Estado Novo não altera este modelo familiar, nem as disposições de entre ajuda e solidariedade que devem existir em termos de parentesco, embora seja visível numa primeira fase alguma desconexão entre os ideais do regime e a ordem jurídica existente sobre a família. Depois, interessa verificar em que medida os ideais referentes à família do Estado Novo encontram na sociedade a sua plena aceitação, à medida que avançamos na corrente do tempo.

8.6. Valores, práticas e realidades familiares na organização da família durante o Estado Novo

Como vimos, a ideologia de família reflectida pelos ideólogos do Estado Novo, envolve a recuperação dos aspectos mais tradicionais do casamento e da família em Portugal, em íntima associação com os valores religiosos. Passada a instabilidade política e social da época republicana, o novo regime encontra na Igreja um aliado natural em relação aos pressupostos ideológicos que orientam o governo em assuntos de Família e de algum modo, na política social a seguir pelos novos poderes públicos (cf. pp.125 e seguintes do ponto 6 – Primeira Parte).

Mantendo como elemento base da sociedade a família nuclear/conjugal, o novo regime enquadra a família num tradicionalismo de funções e rigorosa definição de

papéis sociais a cumprir no interior da família. Será nessa base que encontramos a acentuação de uma mensagem baseada na «moral» e na «tradição cristã».

Como vimos, a militância dos círculos católicos pugnando pela alteração às leis republicanas consideradas destruidoras da família (não só pela existência do casamento civil e do divórcio, mas também de toda a regulação do Estado em assuntos familiares tradicionalmente ligados às normas e preceitos da Igreja, como era o caso do Registo Civil), acaba por colher bastante influência junto dos círculos políticos que dominam agora o aparelho do Estado.

Numa sociedade onde o analfabetismo era ainda significativo, este aspecto correspondia logicamente aos propósitos de enquadrar o sistema familiar numa ordem envolvendo ‘Deus, Pátria e Família’ como principais elementos integrantes.

À volta destes novos valores, serão devidamente redimensionados as antigas tradições do ‘bom povo português’, tal como Salazar preconizava nos seus discursos.

E onde se encontravam as raízes dessa tradição? Obviamente, no mundo rural, o tipo ideal da sociedade portuguesa, «pobrezinha, mas honrada».

Com efeito, “*os camponeses representavam, na sociedade idealizada por Salazar para Portugal, o refúgio da pureza e da virtude; pobres, mas trabalhadores e honrados, por oposição ao cosmopolitismo urbano, fonte de todos os vícios, males e desvios*” (Alão, Ana Paula 1990:68).

Existe aqui, sem dúvida, a idealização do ambiente rural constituir a origem das virtudes e da boa moral; inocente em relação à maldade existente na cidade e solidária com os necessitados, situação que o regime não deixou de explorar em várias vertentes⁶⁴.

⁶⁴ Torna-se interessante observar neste sentido como é que a propaganda do regime mostrava as tentações da cidade para uma inocente moça de província no filme *Maria Papoila*. A malandrice da personagem revela uma grande ingenuidade quando confrontada com a verdadeira malícia do habitante da cidade, local cheio de tentações e de perigos. A carga negativa que envolvia o crescimento das ambições dos camponeses parece ter aqui um motivo para se afastarem do mundo urbano, possuidor de uma escala de valores diferentes e que poderia fazer as suas vítimas na cidade imoral (cf. Alão, A. P. 1990: 68).

Também encontramos na literatura escolar da época uma grande valorização deste ambiente rural, num País onde a qualidade dos seus habitantes seria uma “*mistura equilibrada das características dos heróis com as de camponeses, o grupo perene que guarda a identidade nacional*” (Almeida, Miguel V. 1991:255). Na análise feita por Miguel Almeida no livro de leitura da 3ª classe, são muitos os textos que falam das virtudes da aldeia, do campo e da família camponesa. Nas várias descrições das actividades do campo, sempre numa situação de entreatajuda, destaca-se a ideia de que o trabalho agrícola era saudável, trazia alegria à vida e gerava solidariedade entre as pessoas. A ausência de progresso tecnológico no

Nestas circunstâncias, o ideal familiar que transparece tomava em consideração o modelo de uma família onde a autoridade centralizada do chefe de família era uma realidade e onde os restantes membros se predispõem para a obediência e respeito pelas normas vigentes. Sabemos no entanto que nem os hábitos, nem a mentalidade rural do País tinham a ver com essa realidade, salvo raras excepções motivadas por questões de sobrevivência económica.

No entanto, este ideal de autoridade acaba por estar estruturado no modelo familiar conjugal presente no mundo urbano, não só por influência da Igreja em fazer adoptar este sistema nos meios familiares, mas também por acção do Estado que impõe esse princípio nas leis gerais do País.

Observemos, por exemplo, a *Constituição* de 1933 que delimitava o âmbito das atribuições dos membros da família nuclear. O parágrafo único do artigo 5º estabelecia a igualdade dos cidadãos perante a lei. No entanto, abria excepções quanto à mulher, justificadas pela sua ‘natureza’ e pelo papel desempenhado a ‘bem da família’. A situação desigual dos cônjuges era ainda confirmada a nível laboral pelo disposto no artigo 31º do Decreto – Lei nº 23 048 de 23 de Setembro de 1933 (referente ao Estatuto do Trabalho Nacional), no qual o trabalho das mulheres seria regulamentado por disposições especiais conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade e da vida doméstica (cf. Silva, Aurora 1999: 43-44).

Portanto, estamos numa época onde as convenções sociais mantêm o que já vigorava na prática familiar em décadas anteriores. Significava isso que o olhar masculino em relação à mulher estava perfeitamente estabelecido em termos de desigualdade conjugal, mas com uma novidade: a visão que se instituiu entre as camadas privilegiadas da sociedade sobre o papel feminino no lar (maternidade, educação dos filhos, lida da casa) passou a estar regulada juridicamente pelos dirigentes do Estado Novo que deram resposta positiva às reivindicações dos sectores conservadores do País. Estes, desde sempre pugnavam no sentido de fundar a família num vínculo matrimonial indissolúvel e de boa moral, cabendo ao homem as funções

trabalho dos campos não era negativa, “*uma vez que o cerne da questão está na consciência, no valor do trabalho e na alegria natural e na não-conflitualidade dos camponeses portugueses*” (Almeida, Miguel V. 1991:255). Outros textos do mesmo livro permitem notar a transição do plano do trabalho para a descrição do percurso de vida do camponês e da sua interacção social, onde o valor e a protecção da Família ficavam bem estabelecidos. Portanto, o contexto rural foi muito utilizado para inculcar o valor da modéstia, da fé, da obediência, do trabalho e das relações parentais divinamente sancionadas e transpostas para as relações sociais trans-familiares (cf. Almeida, Miguel V. 1991:254-256).

instrumentais de ganhar o sustento do lar e à mulher a necessidade em disponibilizar o necessário equilíbrio afectivo no lar.

Com este pressuposto em mente, não deve surpreender a noção de família que se pretendia reproduzir junto da sociedade.

O próprio Salazar deu o seu contributo para esta idealização de família conjugal fundada no respeito pela autoridade do marido e no cumprimento do papel feminino em relação aos seus deveres domésticos ao salientar o seguinte: *“O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos (...). Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensado pelo salário recebido. (...) Assim, temos como lógica na vida social e como útil à economia, a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente; defendemos que o trabalho da mulher casada e geralmente até o da mulher solteira, integrada na família e sem responsabilidade da mesma, não deve ser fomentado: nunca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse imenso que fazer.”* (Salazar, A. 1961:203/204).⁶⁵

Formado nos velhos princípios tradicionais (e religiosos) de conceber a família, mas também com um discurso onde se notam as influências burguesas a nível do cumprimento social dos papéis conjugais, Salazar encarava a família como imagem de estabilidade e de reprodução social, geração após geração, sem grandes novidades na forma de pensar e viver a família. No fundo, a família ideal salazarista devia ser estática e essencialmente autoritária.

Enquadrada ideológica e juridicamente (pela Igreja e Estado, respectivamente), tudo se processava como se o tempo tivesse parado na organização estabelecida para a família; como se tivesse atingido um patamar de estabilidade e de harmonia conjugal,

⁶⁵ Torna-se interessante, numa entrevista dada a António Ferro, a seguinte consideração: *“ (...) a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a função de mãe e educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem (...) A instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental numa sociedade bem organizada, ameaça ruína. Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua ... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá papel mais belo, mais alto e mais útil.”* (cit. por Gameiro, José 1990: 358).

onde tudo o que pudesse provocar a mudança (como o trabalho feminino fora de casa, o divórcio, a prostituição ou o concubinato), era encarado com suspeição e ameaça.

Salazar era peremptório quando dizia publicamente: “*Não discutimos a família. (...) Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco (...) desaparece a intimidade e o pudor, submerge-se a autoridade dos pais e o respeito dos filhos*” (Moura, H. s.d: 294/295).

Factor fundamental neste discurso era dissuadir o trabalho da mulher fora do lar. Neste propósito, Maria Filomena Mónica foi clara ao escrever: “*o recurso à mão-de-obra feminina nas sociedades modernas representava (...) um «crime social», uma vez que destruí a própria instituição que o Estado Novo procurava preservar – a família repressiva tradicional, em que a mulher não tinha o estatuto de parceira com os mesmos direitos, mas o de «sócia subordinata», com um papel de intermediária entre o marido e os filhos*” (1978:275).

Por isso, não deve então surpreender os discursos moralizadores e os conselhos dados às jovens donas de casa ou mães, revelando a mentalidade da época em relação à família e ao casal. Mas para evitar que as mulheres se sentissem desencorajadas com o seu estatuto secundário, glorificava-se as suas funções na família, como esposa e mãe, ao mesmo tempo que o lar (pobre, mas asseado e aconchegado) era o único lugar de conforto certo, directamente ligado ao trabalho feminino (cf. Mónica, M^a Filomena 1978: 276-278).

Revistas de grande divulgação na época, como a *Mocidade Portuguesa Feminina* e a *Crónica Feminina*, constituem exemplos marcantes desta maneira de pensar, não só pelos conselhos dados à mulher no apoio ao marido, mas também nos cuidados que esta deveria ter no interior do lar conjugal, contribuindo com o seu trabalho doméstico para o bem-estar e felicidade da família.

Um número da *Crónica Feminina* publicado em 1956 mostrava num artigo intitulado: “Mulher – cuidado com o amor”, como era necessário à esposa não se esquecer desse papel, em especial na educação dos filhos. Mesmo contando com uma eventual ajuda do marido em questões de higiene diária da criança ou na lida da casa, o artigo referia os cuidados que ainda assim a mulher deveria ter para não exigir a colaboração do marido em assuntos domésticos.

Apresentando uma hipotética situação onde o marido cuidava dos filhos enquanto a esposa passava horas a falar coma a vizinha, o artigo mencionava que, no final, se o

marido estivesse encolerizado com a esposa por esta ter estado ausente do lar, teria toda a razão na discussão conjugal daí resultante, pois a mulher não tinha cumprido o seu dever principal – cuidar dos filhos e acarinhar o marido pelo seu longo dia de trabalho. Por isso a exortação final ia no sentido de desaconselhar qualquer tentativa de ajudas domésticas da parte do marido, cujo resultado seria provocar mudanças desnecessárias nos tradicionais papéis femininos (cf. Gameiro, J. 1990: 358/359).

A mentalidade da época é visível nesse artigo onde “*a mulher surge como única responsável pelo cuidar dos filhos, [sendo] fortemente culpabilizada das desavenças conjugais motivadas pela partilha dos cuidados com as crianças (...)*”. Gameiro, J. 1990: 359).

Portanto, o lugar recatado e honrado da mulher dentro do lar era importante para a estabilidade e harmonia da sua família conjugal. Não cumprindo com o seu rígido papel social, a mulher podia ser acusada de faltar ao seu compromisso para com os filhos e o marido, sendo responsável por quaisquer desavenças conjugais resultantes da sua imprudência.

Uma publicação de 1955 dedicada às mulheres em situação de noivado prevenia essa situação. Começando por aludir ao desempenho da mulher em termos de trabalho eficaz na casa⁶⁶, as páginas seguintes abordavam claramente como deviam executar as suas funções no interior do lar, a bem da família que iam constituir.

No seguimento da planificação geral das tarefas a cumprir na residência (cuja gestão era da sua inteira competência), lembrava-se à futura esposa que o bom êxito nessas tarefas era uma condição necessária ao bom ambiente no lar. Mesmo assim, as suas responsabilidades como esposa não terminavam no exemplar cumprimento das suas tarefas femininas. No cumprimento do dever como esposa e futura mãe, salientava-se que o matrimónio só seria feliz “*se soubesse dar felicidade ao marido*”. Não existindo essa premissa “*o equilíbrio de vosso lar ficará irremediavelmente comprometido*”. (Santos, L. 1955:17).

Portanto, esperava-se que a futura esposa soubesse gerir o interior do lar com rigor e competência, esforçando-se em atender as necessidades de todos os membros da família. Mas o facto de estar comprometida para toda a vida com o futuro marido

⁶⁶ O Prólogo começava assim: “*A vida da mulher tem de assentar na economia, no aperfeiçoamento das aptidões domésticas e numa cultura prática e compreensiva da sua própria missão. Só assim, ela realizará o sonho de um lar feliz, com a segurança do dia de amanhã e com a possibilidade duma boa educação dos seus filhos*” (Santos, L. 1955).

exigia-lhe igualmente continuar a reproduzir a estrutura tradicional da conjugalidade defendida pelo Estado Novo, ou seja, um ambiente estático e sobretudo autoritário, onde o marido se torna o provedor do lar e a esposa terá como principal ocupação cuidar da casa, do marido e dos filhos.

Outro número da *Crónica Feminina* de 1968 continuava ainda a manifestar a tendência de comprometer a esposa ao trabalho doméstico e de apoio ao seu marido. Neste último caso, o artigo mencionava o papel da esposa em ajudar o marido a tratar uma depressão nervosa, fruto das difíceis tarefas desempenhadas no seu trabalho. Os conselhos dados à esposa estão enquadrados no seu papel de ‘fada do lar’, devendo amparar o marido e ajudá-lo a superar os seus problemas, para o bem de todos na família. No final, a ‘recompensa’ da esposa era assim descrita: “ *Quanto a si (...), lute para que a depressão nervosa do seu marido não a contamine. Arranje uns momentos para descansar durante o dia. Saia, vista-se o melhor possível, trate da usa beleza como se tudo estivesse normal. É realmente aborrecido coabitar com uma pessoa nesse estado. Mas sentir-se-á recompensada logo que ele recupere a alegria de viver. Até lá, desejamos-lhe apenas muita paciência.*” (1968:37).

Factor fundamental nesta distribuição e rigidez de papéis familiares era o modo como se processava a educação sexual desde a infância. José Gameiro caracteriza este aspecto quando salienta que “ *as crianças no fim dos anos 50 são apresentadas como assexuadas, frequentando escolas separadas e nunca contactando através da aprendizagem com a realidade da bissexualidade. (...). Esta separação total de sexos desde a infância iria condicionar mais tarde as atitudes em face do namoro e do casamento*” (1990:360)

Com efeito, a educação familiar (e da sociedade em geral) ensinava tanto a rapazes como a raparigas uma distinção nos modelos relativos às expectativas a levar para o namoro e conseqüente casamento. Neste caso, os estereótipos da época levavam os rapazes a ansiar pela noiva angélica e radiosa que os levaria à tranquilidade da vida matrimonial, enquanto as raparigas eram educadas para desejarem um casamento estável, com o aparecimento natural de filhos no devido tempo. Curiosamente, tudo isso era apresentado sem a mínima alusão à vida sexual. “ *E se a ela se alude é apenas dentro do casamento, tendo como finalidade suprema a procriação, enquanto o fim supremo do casamento, o exercício do amor, é secundarizado*” (Alão, A. P. 1990: 370).

A marca inspiradora da Igreja neste tipo de discurso era por demais evidente. A necessidade da rapariga se guardar para o dia do seu casamento marcavam as famílias dos estratos sociais intermédios ou elevados da sociedade e a censura social de todas as manifestações sexuais pré-matrimoniais (secundadas pela própria autocensura) eram poderosos meios de coerção, quer no ambiente feminino, quer no masculino. A diversidade de sentimentos em relação ao género é grande nestes jovens, mas um dos mais fortes é a culpabilidade, tanto mais acentuada quanto os actores sociais (a sociedade) consideram os desejos sexuais fora do casamento como impuros e maus.⁶⁷

Teólogos, como Fino Beja, exteriorizavam esse sentimento no que escreviam: *“Que tem a esperar a família e a sociedade de rapazes licenciosos, profissionais da luxúria que passam, mergulhados no vício a mais bela quadra da vida; cuja mocidade se estragou e queimou na fogueira alimentada por actos abomináveis, secretos e públicos; e das raparigas que cedo perderam os encantos da delicadeza e do pudor, inimigas do sacrifício e do recolhimento, que andam aí, por todas as festas, numa correria louca e exhaustiva atrás do prazer, atrás de todos os divertimentos, que, pelas palavras, atitudes e vestuário, parece oferecerem-se ao primeiro que passa, quando um dia se casarem? Que espécie de maridos e de pais, que espécie de esposas, de mais, de educadoras e donas de casa, nos dará essa juventude que despreza a mais bela das virtudes, que desconhece a moderação nos prazeres, que não cultiva a honestidade de costumes, nem a disciplina dos sentidos (...)?”* (Beja, Fino 1939:86/87).

Sobressai neste discurso a necessidade de um controle rígido no comportamento dos jovens, mas também que estes (cidadinos ou rurais, de classe privilegiada, remediada ou carenciada) cheguem ‘puros’ ao casamento pois só o desejo de uma vida comum protegida pela conjugalidade do matrimónio indissolúvel poderia garantir uma vida limpa e decente ao casal.⁶⁸

Por outro lado, a necessidade de realizar uma obra moralizadora no interior da família (muito divulgada pelos sectores tradicionais da sociedade que pugnavam pela regresso às tradições da Igreja em assuntos familiares passado o consulado republicano – cf. pp. 132 – ponto 6.2. da Primeira Parte), teve como efeito a recuperação de um

⁶⁷ Torna-se interessante observar em revistas com foto novelas (*Corin Tellado*, por exemplo) onde uma eventual situação de adultério era rigorosamente prevenida ou até censurada. Pelo contrário, o amor romântico era apresentado como ideal a ser apresentado nos argumentos dessas novelas, revelando um grande sentido de respeito e dignidade pelo casal envolvido.

⁶⁸ Obviamente, isso exigia uniões sem desnivelamentos sociais, económicos e educativos, numa clara alusão à homogenia social desde há muito conhecida e até promovida pela ideologia salazarista.

conjunto de valores morais onde sobressaía a diferença de princípios educativos ministrados a rapazes e raparigas.

Consequentemente, o facto de a rapariga ser obrigada a interiorizar, desde a infância, a noção de que uma mulher devia ter relações sexuais com um só homem, leva-a no íntimo a guardar-se para esse homem e a conceber a fidelidade como uma regra a seguir. O homem também estava consciente dessa regra, mas a ele a sociedade e os costumes não lhe exigiam um cumprimento rígido. É por isso que o desejo de ganhar uma boa reputação leva as mulheres ‘decentes, puras e imaculadas’ a colocarem-se num pedestal para não serem confundidas com as mulheres fáceis, que se ‘*oferecem ao primeiro que passa*’ (Beja, Fino 1939:87).

Como salienta Ana Paula Alão, “ *o medo de perder a sua reputação é um factor eficaz para a manutenção de um comportamento de extrema reserva e, consequentemente de castidade. A respeitabilidade, fortemente alimentada nas raparigas, incitava-as à reserva dita do seu sexo, ao mesmo tempo que o orgulho familiar e, principalmente, os princípios religiosos mantinham as raparigas numa atitude muito casta*” (1990: 371). Com todo este recatamento e defesa da honra feminina, as relações sociais que se jogavam no lar conjugal envolviam claramente um espaço doméstico feminino, feito de ternura e compreensão, e um espaço da rua masculino, feito de trabalho e poder.

No entanto, o período dourado do salazarismo, período de exaltação de um modelo de família conjugal fundado na autoridade e sustento do pai e no desempenho das tarefas domésticas pela esposa começava a transformar-se e deste modo também o padrão de relações internas no âmbito familiar.

8.6.1. Valores, práticas e realidades familiares no final do Estado Novo

Desde o final dos anos 50, mas sobretudo na década 60 que a sociedade portuguesa é sacudida por dinâmicas que alteram progressivamente a feição ruralista do País. Fluxos migratórios do campo para a cidade e para o estrangeiro, crescimento e expansão industrial (sobretudo à volta de Lisboa e Porto) e um maior peso na relação salarial nos vários sectores de actividade produtiva, alteram progressivamente a paisagem social e económica das famílias portuguesas, levando também a uma inevitável mudança de valores.

O Regime ensaia ainda um momento defensivo com a revisão do *Código Civil* em 1967, mas o modo de vida da época e até a própria concepção de vida familiar estão a mudar com as transformações económicas, sociais, políticas e culturais sentidas em Portugal desde os anos sessenta.

Estes factos não deixaram de se reflectir no modo como a mulher passou a desempenhar o seu papel no ambiente familiar. É novamente a *Crónica Feminina* que seguimos para dar conta dessa transformação. Aproveitando alguma abertura proporcionada pelo Regime, esta revista passou a inserir opiniões e até entrevistas corajosas, como é o caso da realizada a Luzia Maria Martins, na altura Directora Artística da Companhia Teatro-Estúdio de Lisboa.

O artigo começa por abordar a situação da mulher que, “ *à custa de muita luta, conseguiu conquistar o lugar que lhe compete na sociedade e [pode agora] tomar parte activa na produção e na vida pública.*” Sobre a realidade portuguesa, considerava-se que “ *a mulher ainda não conquistou totalmente aquela promoção que lhe é devida, mas tem progredido bastante nos últimos anos*”. Daí a necessidade de uma efectiva promoção feminina em termos de tornar igual o seu trabalho ao do homem a nível de remuneração quando executam o mesmo serviço, combatendo as situações em que, devido à insuficiência do ordenado para pagar a uma empregada, a mulher ainda tinha “ *de fazer a lida doméstica e tratar dos filhos*” (1968:4 - nº 620).

É neste contexto que Luzia Maria Martins critica a promoção feminina no País, salientando que “ *em Portugal, a mulher evoluiu apenas teoricamente, porque na prática não se verifica uma evolução. Ainda há uma atitude feudal em relação às mulheres, por muito que isso seja camuflado da parte de certos homens que se consideram progressistas e evoluídos*” (1968:4 - nº 620).

Salientando que teria ainda de ser feito muito trabalho tendo em vista a emancipação feminina, Luzia Maria Martins criticava os poucos esforços que a mulher fazia para se libertar da tutela masculina, acrescentando que tal era devido a não ter sido educada para isso, gostando antes “ *de ser encarada como um ser frágil que pode vencer pela astúcia e não pela justiça*” E conclui: “ *A mulher portuguesa gosta que a considerem frágil*”, encontrando aí as razões para a submissão da esposa, realidade que podia ser vista “ *em todas as classes sociais. Duma forma mais arcaica nas classes baixas e duma forma mais subtil nas classes elevadas.*” (1968:5 - nº 620)

Se as gerações nascidas e educadas no Portugal Salazarista tendiam a aceitar e a reproduzir na sua descendência os mesmos princípios ideológicos, já as novas gerações acabaram por estar cientes da mudança, provocando a alteração de forças dentro do lar e a necessidade de valorizar o papel da mulher na sociedade. A ruptura com os modelos anteriores estava em marcha.

Dessa situação dá conta outro número da *Crónica Feminina*, publicado também em 1968. Falando sobre as qualidades essenciais de uma boa mãe e dona de casa, a colunista realçava a necessidade de mudar o conceito das pessoas que consideravam “*como mãe e esposa ideal aquela que se dedicava em exclusivo ao lar e aos filhos sem perder tempo com outras coisas, desde que o seu ordenado não seja indispensável à manutenção do lar*” (1968:1 - nº 614).

Alertando para a necessidade de encarar com igual interesse a esposa e mãe que participava activamente na vida do dia-a-dia do casal com o seu trabalho, o seu interesse e as suas ideias, a colunista mostrava que só assim o pleno ideal de felicidade podia ser alcançado no círculo familiar (1968:1- nº 614)

Esse mesmo princípio veio a ser destacado noutra edição da *Crónica Feminina* ao comentar os resultados de um inquérito sobre a vida doméstica em diversos países do mundo. Salientando que eram os casais jovens e as categorias sociais médias as que apresentavam uma maior proporção de maridos colaboradores com as esposas nos trabalhos caseiros, o artigo punha em contraste as atitudes masculinas prevalecentes “*nos meios rurais e superiores, [onde] o trabalho do homem era praticamente nulo.*” (1968:82 - nº 628).

Avaliando os resultados desse inquérito na realidade português, o artigo colocava em evidência as “*numerosas mulheres que consideravam chocantes os seus maridos porem um avental e ajudarem-nas a lavar a louça, mostrando que se conservavam fiéis à distribuição tradicional dos papéis masculinos e femininos, reivindicando com orgulho a responsabilidade do bom andamento da casa*”. Ressalvava no entanto que outras mulheres “*mais de acordo com a vida actual, entendiam ser útil e até indispensável, a ajuda do marido nos trabalhos caseiros*” (1968:82 - nº 628).

O artigo falava sobretudo dos jovens casais, educados nos princípios da escola salazarista, mas inseridos num ambiente social e cultural que tendencialmente encarava o Homem e a Mulher de uma forma diferente da época vivida pelos seus pais. A colunista era clara ao concluir: “*Na nossa época, não é possível conceber as tarefas domésticas como há um século, especialmente quando a mulher trabalha no exterior. (...) Se o marido discute é*

altura de o por em face das suas responsabilidades: ou colabora no trabalho de casa, ou aceita os sacrifícios tornados necessários à organização doméstica. (...) O segredo de um casal feliz, de uma vida realizada, consiste na aceitação mútua, na renúncia à transformação alheia, uma vez que ninguém é capaz de se transformar a si próprio” (1968:83 - nº 628).

Estamos perante uma modificação de valores em relação ao modo de entender a vida íntima do casal, facto que se iria repercutir igualmente na maneira de encarar o namoro, o casamento e até a vida conjugal no interior do lar.

José Gameiro (1990) salientou bem a importância dessas transformações ao mostrar que as pessoas não ficavam insensíveis a conceitos como o amor, a relação igualitária, o casamento como local privilegiado de expressão de emoções e de sentimentos. “*O casamento começa a ser vivido não como institucionalização do amor, mas, o que constitui uma evolução da mentalidade vigente, como um desafio de manutenção de uma relação viva e criativa*” (1990:362).

Com efeito, a partir dos anos sessenta assistimos progressivamente à entrada no sistema escolar e no mercado de trabalho das raparigas da pequena e média burguesia. O crescimento nos índices de emprego e a maior presença da mulher nas indústrias da época ou nos sectores ligados aos serviços públicos acabam por trazer para o ambiente exterior da residência muitas raparigas que antes se mantinham no recanto do lar. Simultaneamente, o período de adolescência, em resultado do alongamento do tempo passado no sistema escolar também aumenta e a consequência directa é a formação de uma maior liberdade de pensamento e na maneira de conceber a relação rapaz/rapariga; homem/ mulher.⁶⁹

Ao tomar consciência da importância da sua actividade fora de casa e tendo conhecimento da importância do seu salário para o orçamento familiar, a mulher adquire progressivamente autonomia económica, mas sobretudo ganha consciência de que pode sair de uma relação conjugal que não a satisfaz, exactamente porque já não está dependente do seu marido para o sustento do lar.

Ângela Miguel e Rui Grácio consideravam já esse assunto em 1966 quando escreveram sobre o trabalho feminino: “*Os adversários do trabalho da mulher fora de casa lastimam uma nova ordem de coisas que é, sob certos aspectos, muito velha: as mulheres do povo miúdo dos campos e das cidades (...) sempre trabalharam e*

⁶⁹ Não esqueçamos ainda todo o ambiente cultural de mudança por que passaram as gerações mais novas dessa época, convivendo com a influência de novas expressões musicais, materiais e ideologias políticas mais contestatárias, das quais o Maio de 1968 em França foi talvez a mais importante.

trabalham cumulativamente, dentro e fora de casa. O seu trabalho, duro e servil, não parece ter nunca inquietado tanto como o trabalho qualificado que emancipa.” (1966:10).

A própria constituição de um Movimento em prol do Divórcio em 1965 marca uma viragem na maneira de conceber a vida familiar a nível das decisões pessoais em assunto de manutenção da relação conjugal. Também demonstra a abertura do caminho para a passagem das funções tradicionais da família para as da família actual.⁷⁰

Estas transformações vão continuar com o início dos anos setenta, mas é sobretudo no pós 25 de Abril que elas verdadeiramente se vão expandir, numa altura em que o próprio sistema jurídico foi obrigado a regularizar todos os ‘desvios’ que desde a *Concordata* de 1940 passaram a ter lugar no âmbito da constituição e dissolução conjugal em Portugal.

Portanto, a relação entre homem e mulher não ficou imune e doravante vamos passar a ver na transformação das funções familiares, o catalisador de um processo que terá profundas implicações na maneira de abordar e conceber o equilíbrio afectivo da vida conjugal do casal.

Significa isso que o sentimento passou a constituir um factor decisivo na constituição do casal e só enquanto ele durar o casamento poderá subsistir. Por outras palavras: a vida conjugal enriquece-se pelo afecto que une o casal na altura do matrimónio, mas torna-se mais instável a relação assim estabelecida.

O divórcio é um dos reflexos dessa instabilidade, pois é possível agora dissolver a relação conjugal desde que ela não corresponda às expectativas sentimentais de um dos cônjuges. Estabelecido a partir da revisão do sistema concordatário a partir de 1975, a regularização familiar de muitos casais desavindo separados, mas vivendo em novas uniões conjugais à margem da lei altera radicalmente os dados estatísticos nos anos finais da década de 70.

Passado esse momento, a sociedade portuguesa já não é a mesma e disso se irá ressentir o modelo familiar tradicional herdado do Estado Novo, conforme passamos a mostrar.

⁷⁰ Um número da *Crónica Feminina* (nº 15, Março de 1957) mostrava já o mal-estar provocado pela impossibilidade de divórcio aos casados canonicamente, dizendo: “*Nunca se fez um esforço tão apurado como hoje se faz, para manter de pé um lar onde entrou a incompatibilidade. Consultam-se as sumidades médicas [...] e depois disto, se o caso não tem cura, é realmente preferível que se afastem um do outro, contra todas as opiniões sociais e a despeito da «boa vontade» devida aos familiares.*”. Mas se na época a separação de pessoas era a possibilidade que juridicamente se abria num casamento canónico, a colunista concluiu de forma astuciosa (a censura ainda estava activa): “*Estes dois seres nunca mais servirão para nada, um ao outro. Serão dois contendores que estragarão os seus melhores dias, presos a uma infinidade de opiniões desconhecedoras do seu caso e pelas quais deixaram perder o que o Homem pode ter de melhor ... a alegria de viver*” (1957:1).

SEGUNDA PARTE — As Transformações Familiares no Portugal da Modernidade

IV. A SITUAÇÃO JURÍDICA DA FAMÍLIA – A MUDANÇA DEPOIS DE ABRIL DE 1974

Podemos caracterizar a sociedade portuguesa anterior ao 25 de Abril de 1974 como estando fechada sobre si própria, reproduzindo no seu interior os discursos conservadores impregnados de obediência e ideologicamente ligados à noção de ‘Pátria, Família e Autoridade’.

O atraso económico, técnico e científico, o hermetismo do regime, o progressivo isolamento internacional, a consciência e o comportamento regido pela moral tradicional, constituíam também outras notas dominantes na sociedade, que via a Igreja Católica envolver com uma espécie de manto protector este modelo de vida social.

Poder Político e Poder Religioso reproduziam e reafirmavam a sua aliança tradicional no domínio das respectivas atribuições, reprimindo direitos humanos e civis ou ignorando a essência igualitária entre Homem e Mulher na sociedade. Se no primeiro caso, a natureza do regime impedia o exercício de uma cidadania livre e responsável, já o poder religioso realçava o papel masculino na condução da família como seu dono incontestável, dando o pretexto para a discriminação e desigualdade na família (cf. *Código Civil* de 1967 – artigos 1672º;1674º;1676º;1678º;1686º).

De facto, a vida conjugal nos casais tradicionais ficava reduzida a uma rotina diária, onde o homem exercia a sua dominação nas relações afectivas e familiares, enquanto a mulher aguardava o momento de cumprir o seu dever para com o marido. “ *A atracção amorosa, a novidade e necessidade de proximidade do outro esgotavam-se nos primeiros anos de casamento pela coabitação sem partilha do quotidiano*” (Diniz, M^a Clementina 1994:496).

Os filhos, por sua vez, estavam impedidos de perguntar ou falar sobre sexualidade, cultivando-se a ignorância, o preconceito e até a vulnerabilidade perante o abuso dos adultos.

No âmbito familiar, a aliança institucional com a Igreja marcou o destino de todos os casais consorciados ao abrigo da *Concordata* celebrada em 1940.

Assim estamos, até ao momento em que vários factores económicos, sociais e políticos iniciam um processo de pressão social para a mudança, que finalmente eclodiu na madrugada do dia 25 de Abril de 1974.

Este processo tem as suas raízes nos anos 60, década em que nasceram e cresceram as mudanças necessárias no tecido social do País. Ao fenómeno da industrialização e das oportunidades profissionais que se abrem sobretudo às mulheres, temos de contar com a mobilização dos jovens para a Guerra Colonial e a emigração para a Europa, reforçando-se uma corrente de novos valores quando regressam ao País de origem, ano após ano, ricos, gastadores e aculturados. Mas é também o movimento estudantil em crescendo, os protestos e as lutas dos trabalhadores (reflexo do Maio de 1968 em França) e claro, as perseguições políticas da PIDE, que fazem pender o lado para a mudança de processos e para o encerramento de um ciclo de vida social e política no País.

Temos portanto uma estrutura de *‘Tempo’* que acabará por engendrar várias transformações a nível económico e social, as quais acabaram por criar progressivamente novas mudanças de consciência e de mentalidade. Como salienta José Machado Pais, *“o 25 de Abril veio, na verdade, desbloquear e generalizar uma dinâmica de mudança cultural que, virtualmente, já existia”* (1998:181).

Mas com a Revolução de Abril, a liberdade social adquirida com o fim do anacrónico Estado Novo faz surgir também o triunfo da liberdade individual. A consciência dos direitos sociais, humanos e civis desdobra-se e aprofunda-se a consciência dos direitos das pessoas. Desde então, nada ficaria igual nas suas vidas (cf. Diniz, M^a Clementina 1994:498).

É inegável portanto, que esta Revolução acabou por despertar alterações profundas na sociedade em diversos níveis. Surgiram novas dinâmicas sociais e culturais, resultados imediatos do fim da censura e da instauração da liberdade de expressão e pensamento. Depois, as condições económicas sofreram melhorias relevantes e uma nova vivência de cidadania passou a ter a oportunidade de se manifestar e desenvolver em relação ao todo social.

A política social no período seguinte a 1974 foi marcada por um considerável alargamento de objectivos, quer em termos do papel do Estado, quer em termos da população beneficiária. Neste campo, a *Constituição* de 1976 deu um forte realce às funções que o Estado devia executar em termos de organização e coordenação do

sistema de protecção social das pessoas. Mas também estabeleceu dois importantes princípios basilares quanto a uma nova ‘família modelo’, ao promover o processo de reestruturação do *Código Civil* em 1977: a igualdade entre homens e mulheres e a não discriminação de crianças nascidas fora do casamento. Enfatizou igualmente a liberdade dos cidadãos para constituírem a sua vida familiar da forma como bem entendessem (cf. Wall, Karin, 1995:435/436).

Chegados ao final do século XX e estando já cumprida a primeira década do novo século, tornou-se evidente que o actual panorama das relações familiares em Portugal passou a reflectir a individualidade do casal, para além de mostrar ainda que a família se diversificou, numa clara alusão aos novos enquadramentos familiares que são adoptados na vida das pessoas.

Neste panorama de transformação, as Políticas Públicas foram chamadas a intervir no tecido familiar, mas agora num processo que visou facilitar a mudança e não opor-se a ela, conforme passamos a desenvolver.

1. A Transformação Social e a Criação de Novos Valores no Pós 25 de Abril

Vivendo momentos de euforia revolucionária nos anos seguintes à Revolução de Abril, a sociedade portuguesa mobilizou as pessoas para uma outra escala de valores e de representações sociais, de que estivera arredada durante décadas.

A vida privada e a esfera pública, mantidas em secretismo e em silêncio, abrem-se como um processo de limpeza, cheio de surpresas, novidades, acção e movimentação.

A sociedade, até então fechada sobre si própria, iniciou um diálogo com a política, discutindo o Marxismo/Leninismo, o Socialismo e a Social-Democracia. As manifestações políticas sucederam-se a um ritmo vertiginoso e as pessoas habituaram-se a verbalizar a revolta, o inconformismo, a repulsa ou a mostrarem adesão a novas causas – as campanhas de alfabetização e as campanhas cívicas do M.F.A. bem sistematizadas no P.R.E.C.

No final deste processo revolucionário, a sociedade portuguesa adquiriu uma consciencialização dos seus direitos e deveres cívicos como nunca teve até então. Esta euforia acabou por ter um profundo impacto em todo o tecido social do País e notadamente nas camadas mais jovens.

Com efeito, numa sondagem colectiva realizada em 1977 a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos, foi possível traçar o seu perfil, sendo de

destacar o interesse dispensado à política, convívio e literatura, para além dos estudos. Nessa mesma sondagem, no campo das relações entre pais e filhos, os jovens queixavam-se do autoritarismo exercido pelos progenitores, sinal claro do modelo de educação em que tinham sido instruídos os seus pais, que tendiam a reproduzir o mesmo exemplo com os filhos (cf. Revista *Opção*, nº75 – 1977, pp. 31).

Passada a euforia do processo revolucionário e à medida que os anos 80 se aproximam e implantam, a sociedade portuguesa vai sendo progressivamente arrastada para um amolecimento nas grandes frentes de ideologia política e partidária.

Por um lado, em assuntos de sociabilidade, essa década reforçou o direito à privacidade em detrimento da esfera pública e social. Como salienta Cecília Barreira (1993), *“deixa de se viver a política com o entusiasmo dos anos 70, para com ela se conviver com uma certa [indiferença], facto sentido especialmente pelos jovens cujos pólos de atracção se deslocam para as noites citadinas, para o desporto e para o convívio”* (1993:493).

Nesta medida, também a apresentação pública das pessoas começou a mudar, regressando-se paulatinamente à camisa e gravata, enquanto nas mulheres surgia uma maior preocupação com a vestimenta. A relação consigo próprio e com o corpo ganharam espaço, reflectindo-se no desenvolvimento de espaços como o ginásio e institutos de beleza, para além de preocupações com a saúde e o lazer da qual o *‘footing’* é uma expressão significativa. O hedonismo e a permissividade caracterizam bastante os anos 80, tendo Cecília Barreira (1993) sintetizado deste modo os estilos de vida e de convívio quotidiano: *“A abertura de bares (...) apela para um outro estilo de convivência entre as pessoas, marcado por músicas (...) sem qualquer conotação política, para uma reflexão mais activa em torno dos trilhos do ego, do ser e da existência. (...) Uma onda de consumismo e de lazer invade o quotidiano [especialmente no aparecimento] da televisão a cores, que apela a uma maior permanência em casa; na proliferação da telenovela (...) e nos electrodomésticos (...). Sobretudo, é a necessidade de comprar o inacessível automóvel, o sonho dourado de todas as famílias, dos jovens que querem impressionar as namoradas ou dos mais idosos, que pretendem finalmente adquirir a abençoada viatura. (...) Consumir, torna-se a grande meta das pessoas, individual ou colectivamente, inseridas nas células familiares ou nas empresas”* (1993:493).

Para o lisboeta, por exemplo, vários espaços comerciais começam a tornar-se obrigatórios, começando pelo *'Drugstore'*, passando pelo *Centro Comercial* até à vaga de *Hipermercados* e outras grandes superfícies comerciais, da qual o mais emblemático na época foi construído nas Amoreiras. Este projecto, símbolo de uma Lisboa que se desejava modernizar, representou o expoente desse consumismo nos anos 80, num País que desejava integrar-se numa Europa, também ela virada para esses padrões.

Este sentimento instalou-se progressivamente nos grandes centros urbanos do País, fixando o consumidor a um padrão de consumo, senão na qualidade pelo menos na quantidade.

Nestas condições os valores reorganizam-se, sendo possível admitir que, depois do 25 de Abril, *“nasceu uma geração com uma identidade própria, cultivando uma atitude distinta das anteriores (...) distanciadas de valores associados às virtudes da religião e da disciplina, do trabalho como dever e da comunhão propiciada pela pobreza, característica da típica casa portuguesa salazarista”* (Pais, J. Machado 1998:181).

Também no Ensino e na Educação encontramos grandes alterações. Mesmo com a reforma no Ensino iniciada por Veiga Simão, será ainda com uma taxa elevada de analfabetismo que o País se confronta nas vésperas da Revolução de Abril.⁷¹ Havia que recuperar este atraso no âmbito das qualificações escolares, algo a que os Poderes Públicos deram resposta com sucessivas mudanças na área educativa.⁷²

Por exemplo, a aposta na 'massificação' do ensino foi benéfica ao manter no sistema de ensino milhares de jovens que de outro modo teriam abandonado a escola. Este facto, de algum modo, esteve na origem de alguma quebra na qualidade de ensino ministrado nas escolas e de algum índice de indisciplina na sala de aula, mas a realidade é que deu a muitos alunos a oportunidade de continuar os seus estudos para além de um nível médio.

Os jovens do pós-25 de Abril viram abertas as possibilidades de maior escolarização, inclusive a nível de ensino superior. Em 1970, os alunos inscritos no

⁷¹ Na primeira metade dos anos 70 verificava-se a continuação de uma taxa de analfabetismo muito elevada. Em 1970 por exemplo, cerca de 53% da população com mais de 60 anos não sabia ler nem escrever. Com mais de 50 anos, a percentagem ainda continuava elevada, atingindo cerca de 41%. A população analfabeta com mais de 40 anos atingia 30% (cf. Ferreira, José Medeiros 1994: 168).

⁷² Podemos citar, como exemplo, o Decreto 167/75 de 28 de Março, que aponta para o plano de construções escolares no 1º Ciclo; o Decreto 260 – B/75, de 26 de Maio, que cria escolas secundárias em várias localidades do País; a Portaria nº 43/75, de 9 de Julho, que apresenta a revisão da legislação relativa à alfabetização e ensino primário supletivo para adultos; o Decreto – Lei nº 260 – A/75, de 4 de Outubro, que fixa os quadros do pessoal docente dos liceus e escolas de ensino técnico secundário.

Ensino Universitário atingiam 49.500, mas em 1976 eram já 86.200. Praticamente o dobro em seis anos (cf. Ferreira, José Medeiros 1994: 169).

Particularmente significativa foi também a recomposição do género, a nível de público universitário. Em 1960, as alunas que frequentavam o Ensino Superior constituíam uma clara minoria, representando 29,5% dos estudantes universitários. Desde então, o crescimento foi contínuo e no início dos anos 90, o efectivo universitário feminino quase atingiu os 60% (cf. Almeida, João Ferreira et al. 1993:316).

Esta recomposição sexual acabará por ter efeitos no sistema profissional, sendo também um dos factores que contribuiu para o crescimento global da actividade feminina e em consequência, para uma maior autonomia da vida social e pessoal da mulher, bem como nos estilos de vida e nas relações familiares no interior do lar conjugal.

Tal situação reflecte, de resto, a tendência estrutural das sociedades contemporâneas para a constituição de uma esfera profissional claramente diferenciada do espaço doméstico e da vida familiar. Esta diferenciação traduziu-se ao longo dos anos 90 por uma progressiva separação dos papéis sociais e dos domínios de actividade de homens e mulheres, resultando numa evidente transformação estrutural da sociedade portuguesa à medida que se fazia a inserção da população feminina na esfera profissional.

Em todo este processo, temos de considerar também as mudanças na legislação, que desde Abril de 1974 constituem a formulação e formalização do que mudou nas normas e nas regras sociais.

As leis, com efeito, podem reflectir as formas de um certo ‘estar social’, que interessa a algumas forças sociais manter, impedindo a transformação e o progresso, como se viu com muitos aspectos de legislação familiar durante o Estado Novo (a *Concordata* de 1940 e o *Código Civil* de 1967, por exemplo). Paralelamente, os Poderes Públicos podem regulamentar a ‘mudança’, integrando os novos meios e recursos derivados da transformação social, formando uma nova consciência social e comportamentos individuais, promovendo simultaneamente novos progressos.

Estão neste caso as novas *Leis de Família* publicadas após o 25 de Abril, envolvendo o divórcio, a união de facto, a filiação legítima e a nascida fora do casamento, a maternidade, a paternidade e mais recentemente a educação sexual e a interrupção voluntária da gravidez. Por outro lado, o casamento civil e o divórcio permitem perceber que a sacralização religiosa do casamento será sempre e só uma

opção individual e particular, onde não cabem os conceitos de ‘divino’, ‘eterno’ e ‘infinito’.

A própria noção de ‘união de facto’ veio abalar os conceitos de mancebia, concubinato ou mesmo de mulher desonesta e homem irresponsável ou mulherengo. Esta opção conjugal permite no momento actual o direito à intimidade e ao amor partilhado entre o casal de um modo diferente, revelando que a honestidade da mulher não estava na fidelidade sexual, mas num comportamento que se desejava digno, onde a responsabilidade em manter a relação conjugal deve ser partilhada tanto pelo homem como pela mulher.

Também a lei da maternidade e da paternidade (cf. *Constituição da República Portuguesa* – 1976 – artigo 68º e Decreto – Lei nº 496/77 de 25 de Novembro, o qual deu uma nova redacção aos artigos 1671º e 1901º do *Código Civil*) formulou simultaneamente a igualdade de direitos e deveres dos pais, libertando o elemento feminino da sujeição e da responsabilidade quase exclusiva na criação dos filhos, acabando por envolver o pai na sua responsabilidade de maturação afectiva e social dos filhos, tanto como a esposa o deverá fazer. Neste campo, o objectivo envolve a necessidade dos pais reconhecerem nos filhos um futuro homem ou mulher que terão igualmente a sua vida pessoal privada.

Com isso, abriu-se um processo de transformação onde o autoritarismo, a incompreensão e a rigidez posta muitas vezes na educação, podiam ser substituídos por interesse, atenção e indicação da noção dos limites a serem inculcados nos filhos. Trata-se de uma transformação educativa visando a promoção de atitudes mais democráticas no interior familiar, que não impedem a crítica, a observação e o contraponto à tomada de posição dos filhos, ajustando-os ao conselho, o que se torna mais eficaz do que a proibição e imposição (gerador de conflito e rupturas).

Em todos estes casos, a *Constituição* de 1976 foi clara ao mostrar nos artigos 12º, 13º e 36º o princípio da igualdade entre Homem e Mulher em todos os domínios de vida em sociedade. A revisão constitucional de 1997 (IV revisão) pretendeu ser mais abrangente do que as anteriores e promoveu algumas alterações no articulado constitucional favorecendo no campo laboral a igualdade entre os géneros (cf. artigo 9º - alínea h; artigo 26º - nº 1 e artigo 68º da *Constituição* – revisão de 1997; cf. Aurora, Silva 1999:48).

Por outro lado, já desde 1976 estava constitucionalmente proibida qualquer tipo de discriminação entre filhos nascidos dentro ou fora do casamento legalmente válido, reconhecendo assim a protecção social devida a todos os cidadãos, independentemente do enquadramento legal da sua vida familiar.

Estabeleceram-se deste modo na sociedade portuguesa significativas e profundas alterações no âmbito institucional, social e cultural do País, onde a esfera familiar não ficou imune a esse processo de mudança. Acompanhando todas estas transformações, começam também a singularizar-se modelos de família com valores, interacções e comportamentos próprios, bem visíveis na sociedade actual.

Neste campo, os últimos 37 anos da História de Portugal estabeleceram um quadro global de socialização substancialmente diferente daquele em que foram formadas as gerações mais velhas, diferença essa passível de se reflectir culturalmente na aparecimento e fixação de novas atitudes, valores e representações entre as gerações vindouras.

Delineado o contexto histórico onde se movimentaram os actores sociais em geral, cabe agora dar lugar ao estudo do processo particular de transformação da Família em Portugal a partir da Revolução de Abril de 1974.

2. A Situação Social e Jurídica da Família depois de Abril de 1974

Como vimos, o apoio implícito do poder político à manutenção da legislação Concordatária no Direito de Família e posteriormente a sua conservação no *Código Civil* de 1967, mantiveram o carácter indissolúvel do matrimónio católico durante a vigência do Estado Novo. Só pelas transformações político-sociais verificadas em Portugal a partir da Revolução de 1974 foi possível realizar importantes reformas tendentes a adoptar a breve prazo o sistema jurídico familiar aos novos aspectos e aspirações da sociedade portuguesa.

Para esse objectivo muito contribuiu o «Movimento Pró-Divórcio» que tinha agora a possibilidade de pugnar pela exigência do divórcio para os casais que tinham efectuado o seu matrimónio pela Igreja.

Incansável nos seus objectivos, angariou adeptos, promoveu comícios, fez campanhas na imprensa, deu entrevistas, emitiu circulares e apresentou a várias entidades petições e exposições sobre a sua causa. A primeira e seguramente a principal, retomava o problema da ilegitimidade. Com efeito, as crianças nascidas de ligações

conjugais resultantes de novas uniões conjugais dos casais separados, mas impossibilitados de se divorciar, eram considerados ilegítimos.

Por sua vez, a nova situação conjugal (para todos os efeitos uma união de facto) era considerada ‘mancebia’, não porque resultasse de uma opção de vida, mas por ser a única via possível para quem desejasse refazer a sua vida familiar. Finalmente, não fazia sentido que uma lei da Igreja (a indissolubilidade matrimonial do casamento canónico) estivesse presente na lei civil (cf. Torres, Anália 1996:58-61).

Vejamos como se processaram estas linhas de argumentação.

2.1. Os Argumentos do Movimento Pró-Divórcio e respectivo impacto social na Revisão Concordatária – a nova legislação sobre família e divórcio

Para os defensores da dissolução conjugal por divórcio, a legislação que pôs termo ao sistema concordatário do casamento foi acolhida com evidente satisfação, pois viram atendidas as suas principais reivindicações:

- Revogação do artigo 1790º do *Código Civil* e do artigo 24º da Concordata de 1940.
- Concessão em divórcio de todas as separações judiciais de pessoas e bens.
- Abolição da condição de filho ilegítimo e das normas jurídicas que restringiam os seus direitos (cf. *República*, de 19 de Junho de 1974 – pp.2, col.5 e 6).

Em todo este processo de revisão das leis, assume particular importância o ‘Movimento Nacional Pró-Divórcio’, que se esforçou logo após a Revolução de 1974 em denunciar as situações conjugais e sociais em que viviam muitos casais portugueses. Publicações como *O Século*, *República*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias* e *A Capital*, dedicaram atenção a este assunto, entrevistando ou confrontando as posições da Igreja e dos sectores divorcistas, neste assunto.

No geral, estes últimos salientavam os efeitos do sistema concordatário nas relações conjugais, especialmente nos casais cujo relacionamento interpessoal se degradou, impossibilitando a continuidade de uma vida em comum com dignidade e respeito, mas que ainda assim estavam impedidos de reconstituir legalmente a sua vida familiar com outro parceiro.

Recordando algumas fases significativas realizadas por este ‘Movimento’, podemos mencionar as entrevistas concedidas pelo Dr. Afonso Baptista de Carvalho a vários órgãos noticiosos, salientando a necessidade de “*revogar preceitos tão injustos*,

anacrónicos e obsoletos como os que interditam o divórcio aos casados canonicamente, que engendram situações revoltantes de paternidade e maternidade e que, a pretexto de defender as famílias, concorrem flagrantemente para a sua desagregação” (República, de 19 de Junho de 1974 – pp.2, col.5 e 6).

Sendo óbvia a condenação da situação familiar criada desde 1940 pelo convénio estabelecido entre a Igreja e o Estado Novo, Baptista de Carvalho faz notar que a revisão do *Código Civil* de 1967 “*destruiu os progressos alcançados com a legislação de 1910, e não deu solução aos problemas que então afectavam a vida familiar e sentimental dos portugueses*” (República, de 19 de Janeiro de 1974 – pp.2, col.5 e 6).

Entre emissões radiofónicas e televisivas, um dos pontos mais significativos da acção deste ‘Movimento’ registou-se no comício realizado no Pavilhão dos Desportos, em 21 de Junho de 1974.

Reunindo entre 8 a 10 mil pessoas, foi feito um apelo ao então Ministro da Justiça (Dr. Salgado Zenha) para a revogação imediata da lei que proibia a dissolução dos casamentos católicos por divórcio (cf. República, de 22 de Junho de 1974 – pp.20 col.2-4).

Igualmente significativa foi a discussão sobre a categoria de ‘filhos ilegítimos’ e da condição de ‘mulher separada’ ou ‘vivendo com um homem separado’. No primeiro caso, denunciou-se a situação “*vexatória e estigmatizante*” dos filhos nascidos fora do casamento legítimo, num País cuja legislação o tornou “*no quarto produtor mundial de filhos ilegítimos*” (República, de 22 de Junho de 1974 – pp.20 col.1).

Neste âmbito, foram salientados casos de segregação nas escolas uma vez que essas crianças não tinham averbado o nome do pai ou mãe, para além de não receberem o ‘abono de família’ e verem ainda limitados os seus direitos em situações de herança patrimonial.

Portanto, a protecção dos filhos era um dos argumentos justificativos para a existência do divórcio. Um artigo publicado no *Diário de Lisboa*, evocando o acontecimento no Pavilhão dos Desportos, reiterava essa exigência: “*Em primeiro lugar, é necessário evitar o labeu de filho ilegítimo para as crianças que nascem de uma segunda união. Mas o divórcio também pode proteger os filhos em circunstâncias muito diferentes. (...) Em certos casos (...) a continuação do casamento deixa de proteger os filhos. Pelo contrário, prejudica-os. É o que sucede com pais ou mães que maltratam os filhos e que se dão tão mal entre si que desorganizam totalmente a*

mentalidade da criança, ou que se tornam alcoólicos ou criminosos. Nestes casos é necessário não só divorciar os pais um do outro, mas igualmente fazer um divórcio entre os filhos e um dos pais. As autoridades competentes (Tribunais de Infância, Tutórias) entregam a educação dos filhos àquele dos pais que ofereça as melhores condições afectivas e de equilíbrio. Uma segunda união da pessoa divorciada e dos filhos também ‘divorciados’, pode trazer aos jovens um meio familiar muito mais harmonioso do que aquele que existia inicialmente” (Diário de Lisboa, de 17 de Julho de 1974, pp.20, col.5).

Esta perspectiva mostra como alguns quadrantes sociais da época defendiam a relação familiar, mantendo nos seus argumentos os princípios já vistos em 1910 e em 1940 (cf. ponto 5 e ponto 6.4.2., respectivamente), privilegiando uma linha de pensamento onde se destaca a individualidade e o prazer na vida familiar e não tanto a tradição do vínculo familiar, tão do agrado da ideologia Salazarista.

Em relação à condição da mulher que *“juntou o seu destino ao de um homem com quem não podia casar”*, o resultado, de acordo com a lei ainda vigente, era o seguinte:

- *“ Não tem direito a bom comportamento moral e civil”.*
- *“ Não tem direito a subsídio de alimento, e às vezes, a férias de parto”.*
- *“ Não tem direito a dormir em hotéis com o seu marido de facto”.*
- *“ Não podem dar o seu nome a seus filhos, quando não (...) declararem que eram filhos do seu marido, à face da lei e não do homem que o gerou”.*
- *“ Muitas (...) inscreveram-se como criadas dos seus companheiros, para terem direito a assistência médica e medicamentosa” (Diário de Lisboa, 22 de Junho de 1974, pp. 13, cols.3 e 4).*

Tornava-se então necessário a reconquista do direito ao divórcio conjugal de modo a que *“ milhares de famílias vivendo em concubinato, possam vir a regularizar as suas uniões”*. Por isso, questionava-se o Poder Político e as Instâncias Religiosas em relação a esse assunto: *“ Onde está a imoralidade da existência do divórcio? Imoral é, na realidade, a situação a que se viram forçados a constituir os casais impedidos de, legalmente, refazerem as suas vidas destroçadas, perante uma lei iníqua e anacrónica, que em paridade com as pressões da família e da sociedade em que se inserem, dando satisfação aos hábitos ancestrais, se viram um dia condenados à maior das penas: a*

impossibilidade de refazer a sua vida familiar” (República, de 22 de Junho de 1974 – pp.20 col.2).

Pese embora o clima de emoção na apresentação destas realidades sociais, estes eram os factos concretos num País onde muitas mulheres e crianças foram, afinal, as principais vítimas do sistema concordatário, arrastando posteriormente como um «estigma» a sua situação de vida perante a sociedade, sem terem contribuído para isso e sem terem a possibilidade de se legalizar com uma nova vida familiar (*Diário de Lisboa*, 19 de Junho de 1974, pp. 20, cols.1 e 2).

Foi com esta quadro social que o ‘Movimento Pró-Divórcio’ fez chegar ao Conselho de Estado da época um requerimento solicitando a declaração de inconstitucionalidade do artigo XXIV da *Concordata* de 1940. A petição foi apresentada com base nos artigos 5º e 8º da *Constituição*, que consagravam o princípio da igualdade entre os cidadãos perante a lei e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas.

A colaboração do Vaticano porém, era indispensável para se proceder à revisão da *Concordata*. Foi então elaborado outro requerimento com idêntica pretensão, entregue na Nunciatura da Igreja católica, em Lisboa. Entre a argumentação apresentada, são particularmente importantes os seguintes aspectos:

- “ *O artigo XXIV da Concordata introduziu um regime discriminatório, impedindo a uma parte dos cidadãos portugueses – os casados catolicamente – o exercício do direito reconhecido pela lei civil. Discriminatório ainda, porque aqueles que casaram também catolicamente, mas antes de 1 de Agosto de 1940, continuaram a poder obter o divórcio”.*
- “ *O referido artigo XXIV [...] ao dizer que pelo simples facto de contraírem casamento canónico, os cônjuges renunciarão ao direito de requerer o divórcio, [...] recorreu a uma lei civil para vincular a consciência dos cristãos ao princípio da indissolubilidade do matrimónio. Este princípio, baseado numa motivação de fé e portanto numa opção de consciência, não pode nem deve ser imposto aos cidadãos através do poder secular. A força deste princípio deve antes arreigar-se no imperativo das convicções do cristão.*
- “ *O facto de, por força da Concordata, se impor aos cidadãos, através do poder civil, a indissolubilidade dos casamentos católicos não impede obviamente que os casamentos se deterioreem. [...] Desavindos os cônjuges [...] não podem refazer*

legalmente a sua vida conjugal. E são aos que supomos, mais de 200 mil pessoas. Daqui advém todo um pavoroso cortejo de situações aflitivas em que avulta a proliferação de filhos ilegítimos cujo número excede o de um milhão; indesejáveis mancebias e até processos-crime, fruto desta mesma situação”.

- *“Nem [...] se diga que quem casou catolicamente o fez sempre de livre vontade. Inúmeras eram as pressões sociais, psicológicas, morais e até políticas que levaram esses cidadãos ao altar. Pessoas arreigadas a conceitos medievais exerciam e exercem influência sobre os noivos, desencorajando-os de contrair matrimónio civil que rotulavam de pura mancebia [...]. A muitos cidadãos era imposto o casamento católico como forma de obter trabalho, casa e segurança [...]. O poder de deliberação dos cidadãos quanto à forma do seu casamento – civil ou canónico – era praticamente nulo.”*
- *“A Igreja católica só beneficiará com o direito ao divórcio, reconhecido aos casados canonicamente. [...] Derrogado o artigo XXIV [...] a Igreja terá de trabalhar muito mais sob o ponto de vista pastoral, para que a indissolubilidade [...] seja algo desejado e cultivado pelas pessoas, não repousando [...] numa lei civil que impede o divórcio aos casados catolicamente”* (Lopes, Virgílio 1978:251-255).

O comentário a estas observações indica que o problema, tal como foi exposto, envolvia mais do que a simples revogação do artigo XXIV da Concordata. Tornava-se necessário realizar uma profunda reforma no ambiente legislativo referente ao Direito de Família, onde a protecção da mulher e da criança estivesse garantida em qualquer circunstância.

Foi nesse sentido que se enquadrou a legislação familiar iniciada com o Decreto – Lei nº 261/75, cujos objectivos corresponderam às expectativas e anseios deste Movimento Nacional Pró-Divórcio.

De um modo geral, a força da argumentação centrava-se essencialmente na descrição das injustiças sentidas, mas a posição concertada de todos os aderentes ao Movimento foi essencial para a modificação da Lei.

Em Setembro de 1974, o «Plano de Acção» do Ministro da Justiça, Salgado Zenha, contemplou a revisão das leis de divórcio, promovendo assim as mudanças necessárias na Concordata estabelecida entre o Estado Novo e o Vaticano em 1940.

2.2. As modificações jurídicas no *Direito de Família*

Deste modo, em 15 de Fevereiro de 1975, foi assinado o «Protocolo adicional à Concordata» entre o governo português saído da Revolução e o Vaticano, que modificou a redacção do artigo 24º, passando a ter a seguinte forma: “*Celebrando o casamento católico, os cônjuges assumem por este facto, perante a Igreja, a obrigação de se aterem às normas canónicas que o regulem e, em particular, de respeitarem as suas propriedades essenciais. [...] A Santa Sé, reafirmando a doutrina da Igreja sobre a indissolubilidade do vínculo matrimonial, recorda aos cônjuges que contraírem o matrimónio católico, o grave dever que lhes incumbe de se não valerem da faculdade civil de requerer o divórcio*” (Weyl, M.1977:15).

Torna-se significativa a última parte deste *Protocolo* pois abria a possibilidade civil aos católicos de requererem o divórcio apesar de, pela doutrina da Igreja, não o deverem fazer. Os motivos eram claros: o direito canónico atribui um carácter indissolúvel ao vínculo matrimonial, não reconhecendo o divórcio decretado por tribunais civis. Mas a possibilidade de poder agora recorrer às Leis do Estado em matéria de dissolução conjugal acabou por ir ao encontro das expectativas de milhares de cidadãos casados pela Igreja, especialmente os separados judicialmente de pessoas e bens ou por todos aqueles que viviam maritalmente com outro cônjuge, em uniões de facto não reconhecidas pela lei até então vigente.

Neste caso, a publicação do Decreto nº 261/75 de 27 de Maio procedeu à regularização do protocolo celebrado entre o Estado português e o Vaticano, modificando o nosso direito interno em assuntos de natureza familiar. Começando por aludir às críticas de largos sectores da opinião pública quanto ao duplo regime matrimonial (civil e canónico) existente no País desde 1940, o decreto teve como objectivo criar os instrumentos jurídicos que permitissem o divórcio aos cônjuges consorciados pela Igreja.

Revogando deste modo o artigo 1790º do *Código Civil* (que concedia ao Direito Canónico o regime exclusivo em matéria de dissolução do casamento pela Igreja), o novo diploma, embora reconhecesse valor e eficácia ao matrimónio católico, passava a sujeitar o casamento (civil ou religioso) a uma única lei – a Lei do Estado.

Deste modo, “*o casamento católico passará a poder ser dissolvido nos tribunais civis, nos mesmos termos e com os mesmos fundamentos com que pode ser dissolvido um casamento civil*” (Decreto – Lei nº 261/75: 733).

A publicação deste Diploma constituiu um elemento fundamental em toda a problemática conjugal da época, pois anunciou o fim do sistema legislativo que impedia a dissolução dos casamentos celebrados pela Igreja e deu a supremacia ao poder civil em assuntos de natureza familiar.

Com efeito, o próprio Decreto anunciava uma maior e profunda alteração ao Direito de Família ainda vigente, mas desejava conceder imediata *“satisfação aos desejos de muitos portugueses verem regularizada a sua situação e a dos filhos, pelo que se legisla já no sentido de permitir o divórcio dos casados católicos, sem prejuízo da remodelação, já em estudo, do direito de família”* (Decreto – Lei nº 261/75: 734).

A consequência mais evidente da publicação da nova lei foi a assimilação de um importante foco de ‘desvio’ social com a regularização da situação familiar de todos os casais separados, para além da legitimação dos filhos que entretanto tivessem nascido das eventuais uniões conjugais dos pais (cf. Decreto – Lei nº 261/75: 735).

Outras medidas de amplo alcance social permitidas pelo Diploma de 27 de Maio de 1975 incluíram:

- 1- Revogação do artigo 1794 ° do *Código Civil*, que permitia ao tribunal decretar, na sentença final, a separação judicial de pessoas e bens, em vez do divórcio solicitado.
- 2- Reintrodução do divórcio por *mútuo consentimento*, tendo como base os fundamentos previstos no artigo 1778 ° do *Código Civil* e referentes à separação litigiosa de pessoas e bens.
- 3- Introdução de novos fundamentos para dissolução conjugal por divórcio, nomeadamente: *“g) imputação grave feita por um cônjuge ao outro, no decorrer do processo de divórcio”*; *“ h)separação de facto, livremente consentida, por cinco anos consecutivos”*; *“ i)Qualquer outro facto que ofenda gravemente a integridade física ou moral do requerente”* (Decreto – Lei nº 261/75: 735).

Portanto, este programa legislativo veio ao encontro das necessidades sociais de casais desavindos, permitindo regularizar a sua situação familiar depois da revisão dos artigos 23 e 24º da *Concordata*. Apontou igualmente no sentido da remodelação do *Direito de Família* e suscitou-lhe outro enquadramento jurídico (cf. Santos, Eduardo 2003:109/110).

Foi assim a primeira resposta dos novos Poderes Públicos em face das solicitações sociais da época, materializado num Decreto – Lei muito simplificado, claro nos objectivos e pouco burocratizado⁷³.

Na verdade, ao revogar as disposições que não permitiam a dissolução por divórcio dos casamentos canónicos desde 1940, ao simplificar as formalidades processuais para a conversão da separação judicial de pessoas e bens em divórcio, reintroduzindo o divórcio por mútuo consentimento e dando uma nova redacção a vários artigos do *Código Civil*, este Diploma permitiu a regularização de muitas situações familiares que se arrastavam por décadas sem solução à vista. Simultaneamente, enquadrou-se num tempo e num espaço e reivindicações sociais que estiveram cerceadas durante décadas pelos anteriores poderes públicos do País.

Com este Decreto, Eduardo dos Santos considera que a tipologia do divórcio, no âmbito jurídico, adquiriu uma nova expressão ao serem alargados os fundamentos do “*divórcio – sanção, [quando] tenham sido feitas imputações ofensivas da honra e dignidade do outro cônjuge; [ao admitir] o divórcio – constatação, directamente na forma de divórcio por mútuo consentimento e indirectamente por conversão da por mútuo – consentimento, e [ao aceitar] o divórcio – malogro, com fundamento na separação de facto livremente consentida e na conversão da separação litigiosa*” (2003:110).

O Decreto – Lei nº 6/76 de 10 de Janeiro veio regular os casos dos casais casados pela Igreja e separados judicialmente de pessoas e bens, mas a quem por morte do outro cônjuge já não era possível requerer a conversão da separação em divórcio. Teriam ainda de aguardar o prazo internupcial (cento e oitenta dias para o homem e trezentos dias para a mulher) embora já tivessem contraído uma nova ligação conjugal da qual tinham nascido filhos.

Desse modo e de acordo com o artigo 2 da citada lei, passou a ser “*permitido à mulher contrair novas núpcias se tiverem decorrido cento e oitenta dias sobre a sentença de separação judicial de pessoas e bens, se entretanto houver falecido o outro cônjuge com quem estava casada catolicamente e obtiver a declaração judicial de que não está grávida ou tiver tido algum filho depois de a sentença que decretou a separação ter transitado em julgado*” (Decreto – Lei nº 6/76:26).

⁷³ cf. Decreto-Lei nº 261/75 – artigos 1599,1605 e 1417 sobre o requerimento a efectuar, serviço de advogado, prazos e certidões a obter, respectivamente.

Algum tempo depois surgiu o Decreto nº 561/76, publicado em Julho de 1976. Começando por salientar o interesse social de ajustar a lei às novas realidades sociais (conforme indicado pelo decreto 261/75), este novo Diploma apresentou algumas inovações de modo a permitir:

- 1 – A resolução dos obstáculos jurisprudenciais levantados à admissão do divórcio.
- 2 – A liberalização do prazo internupcial, admitindo que ele deixe de vigorar em certas situações.
- 3 – Um novo fundamento para o divórcio ou para separação litigiosa de pessoas e bens (alínea h – do artigo 1778 do *Código Civil*).

Nesta base, foi necessário dar uma nova redacção aos artigos 605 e 1778 do *Código Civil*.

Se no primeiro caso o problema residia numa necessidade de clarificação jurídica, o segundo tinha como objectivo cessar o ‘impedimento nupcial’, no caso de estarmos perante uma conversão em divórcio de uma separação decretada há mais de 180 ou 300 dias, conforme se tratasse de um homem ou de uma mulher.⁷⁴ No terceiro caso, o novo fundamento justificava-se pela atitude rigorosa que certos juízes vinham tomando em face do Decreto – Lei nº 261/75.

Esse Diploma declarava taxativamente como fundamento de divórcio “*a separação de facto livremente consentida por cinco anos consecutivos*” (Decreto – Lei nº 261/75 – artigo 1778, alínea h, nº 1).

No entanto, alguns juízes entendiam ser necessário que os cônjuges tivessem deliberado de modo expresso e inequívoco que desejavam essa separação, enquanto outros salientavam que a separação de facto era sempre um fundamento para o divórcio fosse ou não ‘livremente consentida’. Em termos práticos, isso significava que um cônjuge vingativo poderia boicotar o sucesso de uma acção de divórcio, mesmo que o casal fosse inconciliável e a situação familiar insustentável (cf. Weyl, M. 1977:17).

Foi assim que o Decreto 561/76 veio eliminar da Lei a fórmula «livremente consentida», com base na qual o juiz podia restringir o pedido.

⁷⁴ O decreto – Lei nº 6/76 de 10 de Janeiro veio apenas precisar juridicamente os casos de impedimento do prazo internupcial dos casais separados judicialmente de pessoas e bens, mas a que por morte do outro cônjuge já não lhes era possível requerer a conversão da separação em divórcio. Mas apenas precisou esse prazo aos cônjuges casados pela Igreja. A lei nº 561/76 aplicou agora esse regime legislativo a todos os tipos de casamento.

Nesta base, a alínea h) do artigo 1778 do *Código Civil* passou a incluir como fundamento de divórcio ou separação a existência de uma simples “*separação de facto por seis anos consecutivos*” (Decreto – Lei nº 561/76, artigo 1778, alínea h).

Em todo este assunto importa salientar a preocupação do legislador em mostrar que os fundamentos jurídicos que regulavam a dissolução conjugal por divórcio ou a simples separação de pessoas e bens, permaneciam dominados pela ideia de que representavam uma espécie de *sanção* ou, pelo menos, de um *remédio* para situações criadas por actos ilícitos ou moralmente reprováveis, de que seriam, total ou parcialmente, responsáveis os cônjuges. Essa ideia era até exemplificada pelo facto do Juiz seguindo o disposto no artigo 1783º do *Código Civil*, ter o dever de declarar na sentença se ambos os cônjuges eram culpados ou apenas um deles.

Atento a essa realidade, o legislador observava também que, pelos mais variados motivos, podiam ser criadas situações em que os cônjuges se desinteressavam completamente um do outro, rompendo todos os laços afectivos e renunciando à vida em comum. Nessas situações, o vínculo conjugal não passava de uma ficção que perdurava, unicamente, por desinteresse ou obstinação de um deles relativamente à possibilidade de conseguirem dissolver ou interromper aquele vínculo por mútuo consentimento. Daí este decreto, na óptica do legislador, desejar ajustar a lei às realidades sociais, muito mais complexas do que eram apresentadas nas formas esquemáticas da lei (cf. Decreto – Lei nº 561/76 de 17 de Julho: 1570).

Sendo assim não surpreende a continuação das alterações à legislação produzida durante o Estado Novo, revelando a necessidade de uma adaptação da Lei às situações sociais e familiares do País. O interessante é notar que os Diplomas posteriores a 1974 vieram ‘restaurar’ ou ‘alargar’ as anteriores modalidades de divórcio já existentes na Primeira República.

O Decreto – Lei nº 261/75 de 27 de Maio e o Decreto – Lei nº 605/76 de 24 de Julho são exemplos do que dizemos. Este último, precisando o novo rumo em assuntos de formação e dissolução familiar, tinha como objectivos:

- Facilitar o divórcio e a separação judicial, por ‘mútuo consentimento’.
- Simplificar o processo de divórcio, quer ‘litigioso’ quer por ‘mútuo consentimento’.

No primeiro caso, o Diploma nº 605/76 de 24 de Julho veio alterar a redacção do artigo 1786º, que definia as condições para requerer a separação por ‘consentimento

mútuo'. Anteriormente, o preceituado no *Código Civil* de 1967 impedia o divórcio por mútuo consentimento, mas a Lei nº 261/75 revogou esse aspecto, abrindo novamente esta modalidade de divórcio, numa situação já existente na lei republicana de 3 de Novembro de 1910. A Lei nº 261/75 tornava necessário que os cônjuges fossem “casados há mais de três anos e tivessem completado vinte e cinco anos de idade” (Decreto – Lei nº 261/75 de 27 de Maio).

Com a Lei nº 605/76, os cônjuges apenas necessitavam de dois anos de casamento, embora cumprissem os mesmos requisitos quanto à idade (cf. Decreto – Lei nº 605/76 de 24 de Julho e a nova redacção ao artigo 1786º do *Código Civil*). Esta situação aproximava-se igualmente do estabelecido no artigo 35º da *Lei de Divórcio* de 1910 (cf. Decreto – Lei de 3 de Novembro de 1910 – artigo 35, capítulo III).

Foi igualmente reduzido o prazo de separação provisória dos cônjuges. Anteriormente, pelo artigo 1788º do *Código Civil* de 1967, os casais separados por ‘mútuo consentimento’ tinham de aguardar um ano para que a sua situação fosse declarada definitiva

Com este Diploma, reduziu-se tal período para três meses, findo os quais podia ser declarado a título definitivo o divórcio ou a separação judicial de pessoas e bens, esta última também passível de ser convertível em divórcio; (cf. Decreto – Lei nº 605/76 sobre o artigo 1788 do *Código Civil* e o Decreto – Lei de 3 de Novembro de 1910, artigo 39, capítulo III).

O último Diploma normativo em assuntos ligados ao Direito de Família nesta época foi dado pelo Decreto – Lei nº 496/77 de 25 de Novembro.

Inspirado na lei francesa nº 75-617 de 1975, trouxe significativas alterações ao preceituado no *Código Civil*, de modo a ajustá-lo à nova *Constituição* da República em matéria de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Defendendo os princípios constitucionais que impunham a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, o Diploma levou à revisão do regime de filiação e casamento, quer em extensão quer em profundidade, revogando ou dando nova redacção ao preceituado no *Código Civil* sobre essa matéria.

Pode dizer-se que este decreto marcou o fim das alterações pontuais ou clarificações efectuadas no Direito de Família por anterior legislação. Estamos assim perante um Diploma que apresenta uma grande revisão do *Código Civil*, num trabalho moroso, mas

extremamente revelador dos princípios que vão orientar o inteiro corpo da sociedade no campo familiar

Analisando o Decreto, nota-se a consonância com os princípios constitucionais em matéria de direitos e deveres entre os cônjuges, nomeadamente quanto à manutenção e educação dos filhos, não podendo ser objecto de qualquer discriminação qualquer filho nascido fora de um casamento legítimo. Com isso, foram revistos alguns artigos referentes ao casamento e praticamente toda a disciplina da filiação.

Em relação à igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, o artigo 1671º - nº 1, passou a consagrar o princípio de o casamento assentar nessa mesma ideia. Com isso, o ‘poder marital’ deu lugar à igualdade conjugal em termos de orientação da vida familiar. Daí, aos deveres recíprocos de fidelidade, coabitação e assistência, juntaram-se também os de ‘respeito’ e ‘cooperação’, tal como definia o artigo 1672º.

No regime de divórcio e separação judicial de pessoas e bens, as inovações introduzidas foram limitadas, uma vez que a legislação publicada logo após a revolução de 1974 respondeu às pressões sociais do momento como clarificou as linhas de força a seguir nessa matéria.

Mesmo assim, este Diploma julgou preferível que a regulamentação do divórcio precedesse no *Código Civil* a de separação de pessoas e bens e fosse mais específica do que essa. Também pareceu melhor regular o divórcio por ‘mútuo consentimento’ antes do ‘litigioso’, de modo a marcar o empenho da Lei pela via consensual.

Deste modo, o Estado e o legislador ‘impunham’ ao juiz o dever de obter um acordo de divórcio por ‘mútuo consentimento’ e de continuar a permitir a opção por esta modalidade, em qualquer altura do processo – artigo 1774º, nº 2.

Ainda no campo do divórcio por consentimento mútuo, foi eliminada a exigência de uma idade mínima dos cônjuges, mas elevou-se para três anos o período mínimo de duração do casamento para este ser dissolvido – artigo 1775, nº 1. Determinou-se, por outro lado, que o juiz devia indeferir o pedido de divórcio se os acordos estabelecidos pelos cônjuges sobre os pontos relativamente aos quais a lei exigia um consenso, não acautelassem suficientemente os interesses de um deles ou dos filhos – artigo 1788º, do *Código Civil* (cf. Decreto – Lei nº 496/77 de 25 de Novembro).

Quanto ao divórcio litigioso, estabeleceu-se uma distinção para as situações onde o fundamento do divórcio estivesse relacionado com a violação culposa dos deveres

conjugais (artigo 1779º do *Código Civil*) ou com a simples ruptura de vida em comum (artigo 1781º do *Código Civil*).

No primeiro caso, foi substituída a tipicidade das causas de divórcio adoptada em 1910 e no *Código Civil* de 1967, por uma cláusula geral que autorizava qualquer cônjuge a requerer o divórcio se o outro violasse culposamente os deveres conjugais (artigo 1799º, nº 1 do *Código Civil*).

Na segunda situação, o artigo 1781º do mesmo *Código Civil* passou a indicar os seguintes fundamentos para dissolução do casamento:

- a) A separação de facto por 6 anos consecutivos.
- b) A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a 4 anos.
- c) A alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure mais de 6 anos e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum (Artigo 1781º do Decreto-Lei nº 496/77).

Sendo assim e em face desta legislação, voltámos a ter um quadro normativo sobre divórcio muito parecido com a situação verificada em 1910, quando a lei republicana sobre este assunto apresentava um clausulado jurídico muito parecido com o de 1977.

O exercício do poder paternal, por sua vez, era exercido num plano de igualdade dos pais, na constância do casamento. Em caso de divórcio ou separação judicial, os progenitores deviam decidir o destino dos filhos e os ‘alimentos’ devidos, por acordo comum. Esse acordo ficaria sujeito à homologação do tribunal, que poderia recusá-lo se o interesse dos filhos assim o exigisse. Não existindo acordo entre os pais, a decisão caberia ao Juiz, de acordo com os interesses do menor (artigo 1905º, nº 1, 2 e 3 do Decreto – Lei nº 496/77).

Quanto ao ‘regime de tutela’, foram eliminadas as disposições inconciliáveis com a *Constituição* de 1976, nomeadamente as que assentavam na distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. Em função deste aspecto, adoptaram-se novas regras sobre a escolha dos vogais referentes ao Conselho de Família (artigo 1952º do Decreto – Lei nº 496/77).

Por conseguinte, a categoria de ‘filhos incestuosos’ desapareceu, pois não se afigurava compatível com o espírito da nova *Constituição* (1976), nomeadamente o ponto 4 do artigo 36º.

Outros artigos contemplavam ainda o exercício do poder paternal (artigo 1829º e 1830º) e a presunção legal da filiação (artigo 1874º, 1875º e 1876). Todas estas alterações foram plenamente assumidas pelo *Código Civil* editado em 1979.

Podemos assim concluir que este Diploma legislativo completou a renovação do *Direito de Família* iniciado com a Decreto – Lei nº 261/75. No conjunto da legislação então publicada foi visível o desejo dos poderes públicos saídos da Revolução de 1974 em adaptar a legislação familiar às realidades sociais desse tempo, regularizando a vida familiar de muitos cônjuges separados e legitimando a situação dos filhos nascidos fora do casamento (cf. Ferreira, F. 2002:167-172).

Naturalmente, uma legislação que colocava num plano de igualdade os membros do casal e eliminava os entraves anteriores à obtenção do divórcio acabava por introduzir novamente na sociedade o princípio da liberdade individual, em contraponto à leitura da *Concordata* e dos pressupostos que defendia, onde estavam claramente delineada a defesa do casamento como instituição e da família como organismo social, requisito fundamental para que nela assentasse o aperfeiçoamento moral da sociedade.

Se na Primeira República as condições sociais do usufruto pleno dos direitos individuais e laicos eram restritos a alguns grupos sociais, com o 25 de Abril foram sem dúvida mais alargadas. Prova da clara e inequívoca liberalização do divórcio nesta época, será a avaliação da disposição genérica do nº 1 do artigo 1779º, que permitia uma maior acesso à via litigiosa, para além da supressão de uma idade mínima dos cônjuges para requererem o divórcio por ‘mútuo consentimento’.

Na opinião de Eduardo dos Santos e seguindo novamente a tipologia do divórcio a nível jurídico, este Diploma admitia assim “o **divórcio – sanção** (*violação culposa dos deveres conjugais*), o **divórcio – remédio** (*ausência e alteração das faculdades mentais*), o **divórcio – malogro** (*separação de facto e conversão da separação litigiosa em divórcio*) e o **divórcio – constatação** (*divórcio por mútuo consentimento e conversão da separação por mútuo consentimento*) ” (2003:117).

Em face destas alterações ao *Direito de Família* em assuntos de filiação, casamento e dissolução por divórcio, interessa agora observar como reagiu a Igreja a todas estas inovações legislativas e que influência provocou na sociedade em termos de mudança cultural este novo quadro institucional e normativo.

2.2.1 A Posição da Igreja

Naturalmente, a Igreja reagiu face a esta mudança legislativa. Através da imprensa regional, especialmente ligada às Cúrias Diocesanas, fez valer as suas razões neste assunto. O *Jornal da Beira*, por exemplo, teceu algumas considerações sobre as atitudes e movimentações dos sectores afectos ao divórcio: “ *O clamor dos mal casados por matrimónios católicos é dos casos que, no ambiente de explosivas reacções do actual movimento político, mais ressonâncias tem tido em colóquios, comícios, paradas, entrevistas e comunicações, [...] onde os artigos, editoriais e notícias não cessam de repetir-se numa insistência sistemática.*” (*Jornal da Beira*, 23 de Agosto de 1974, pp.1, col.3).

Discordando das alegações sustentadas pelas teses divorcistas, o colunista considera ainda a questão da iniciativa sobre a revisão concordatária, que de modo algum podia pertencer às instâncias religiosas: “ *Não é à Igreja que [se] pode esperar, sob pena de negar-se a si própria, a iniciativa pretendida; tanto, só ao Estado pode caber, até porque, liberto de quaisquer peias que não sejam as suas preocupações partidárias, pode denunciar a concordata ou ab-roga-la discricionária e violentamente*” (*Jornal da Beira*, 23 de Agosto de 1974, pp.1, col. 3).

Estas palavras demonstram até que ponto as Hierarquias Clericais criticavam a possibilidade de serem revogadas (por acordo) os princípios da *Concordata*. Sabiam claramente que a partir daí se produziria uma mudança no Direito de Família, deixando de ter controlo num «Sistema» que durante décadas souberam administrar e fazer corresponder ao seu plano doutrinário e ideológico.

Para a Igreja seria um regresso não desejado ao ponto de partida, confirmado de resto quando o Movimento Pró-Divórcio apelou ao Estado para elaborar a nova legislação “*a partir da lei de 1910 sobre divórcio e não do último Código Civil de 1966*” (*Diário de Lisboa*, 17 de Julho de 1974, pp. 16, col. 6).

Assinado e ratificado o protocolo de alterações do artigo XXIV da *Concordata*, a Igreja passou a movimentar-se numa clara situação de compromisso com os novos poderes públicos: por um lado, afirmava o dever de consciência dos cônjuges em não utilizarem a possibilidade civil do divórcio, mantendo presente a doutrina e a orientação da Igreja nesse assunto; mas passou a aceitar o recurso ao divórcio na esfera civil para dissolver o casamento, mesmo celebrado de acordo com as leis canónicas. Tal foi o teor expresso pela *Pastoral* do Episcopado Português em 1975.

Posteriormente, a publicação do Decreto – Lei nº 496/77 de 25 de Novembro, que consignou importantes alterações ao *Código Civil* em matéria de Direito de Família, motivou igualmente áspers críticas do Episcopado.

A nova concepção institucional do Direito de Família e do casamento baseou-se num conjunto de postulados com os quais a Conferência Episcopal não podia estar de acordo, nomeadamente na questão do alargamento do divórcio para todos os casamentos, mesmo os canónicos. Por outro lado, o citado decreto ia ao encontro do espírito da nova *Constituição* do País, abolindo a figura de chefe de família e dos poderes especiais do marido, consagrando a igualdade de direitos entre os cônjuges e dos progenitores em relação aos filhos, garantindo a igualdade dos filhos tidos dentro ou fora do casamento e assegurando também o reconhecimento jurídico das uniões de facto (cf. Ferreira, J. M. 1993:268).

Torna-se evidente que o problema principal para a Igreja surgia devido ao que estava estipulado nos artigos 36º e 67º da *Constituição* (1976). O primeiro, destacava a família e o casamento como parcelas de único direito, mas realçando o facto de todos terem direito a constituir família em condições de plena igualdade. O segundo apontava a família como elemento fundamental da sociedade, com direito à protecção da sociedade e do Estado e a efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal de todos os seus membros.

Sendo assim, um dos primeiros aspectos a destacar envolvia uma possível dissociação entre família e casamento, abrindo portas a que a família socialmente designada como *união de facto* fosse reconhecida como família à luz da realidade social, embora a nível do jurídico existissem lacunas por resolver.

Ora, se em legislações anteriores e ainda mais a partir da *Concordata* de 1940, o casamento era o único fundamento legal de constituição da família, passava a aceitar-se com a nova legislação constitucional que o casal nascido da ‘união de facto’ também devia ser considerado família, contrariando a tendência anterior que a considerava uma forma de concubinação ou de mancebia. Naturalmente, esta mudança nunca poderia ser aceite pela Igreja que continuava a considerar o casamento como único fundamento da família, pelo que a devia anteceder (cf. Leandro, Mª Engrácia 2001: 102/103).

De igual modo, o vínculo de perpetuidade do casamento católico ao ser trespassado com a nova legislação, (uma vez que os tribunais civis passaram a poder decretar a dissolução do vínculo sacramental do casamento), suscitou a crítica das instâncias

religiosas, ainda que tal situação não tivesse produzido qualquer efeito no seu Direito Canónico. Revela, no entanto, a impossibilidade da Igreja em impor como norma legal a vigorar na sociedade as suas ideias na área da dissolução conjugal.

Perante esta situação e não podendo contrariar a vontade política em legislar sobre uma área de tradicional influência clerical, a Igreja passou a concentrar os seus esforços na linha de preparação e realização do matrimónio, realçando a necessidade de uma tomada de consciência das exigências do casamento católico e do seu significado no contexto familiar.

Resumindo, a Igreja passou a entrar activamente na renovação da preparação e vivência do matrimónio, dando apoio às famílias em crise ou em conflito. Pretende com isso integrar “*na pedagogia do reencontro de caminhos*” os casais em declarada ruptura, ao mesmo tempo que enaltecem a constituição de famílias orientadas por valores legítimos e verdadeiros, onde se destaca a estabilidade familiar, que assegure aos seus membros as condições necessárias ao seu progresso e à plena satisfação no interior do círculo familiar (cf. Rama, Maria e Plantier, Carlos 1975: 80 – 81)

Ao encontrar (ou reencontrar) um meio de intervenção social onde pode incentivar a defesa dos seus valores morais, éticos, culturais e, claro, a promoção da indissolubilidade do matrimónio católico, a Igreja volta a adaptar o seu discurso ideológico em face das necessidades do momento, tal como tinha feito em 1867 quando se discutiu a possibilidade de existir casamento civil; em 1910 quando se instaurou o divórcio e em 1975 quando se procedeu à revisão dos artigos da *Concordata* de 1940 referentes ao casamento e ao divórcio.⁷⁵

Em todo este processo, que papel assumiram os poderes públicos saídos da Revolução de 1974? Tal como em 1940, o Estado assumiu novamente o papel de árbitro ao legislar sobre importantes questões da vida em sociedade. A sua intervenção conduziu a um novo reposicionamento da família face aos papéis desempenhados pelos seus membros no interior do lar conjugal, face ao casamento, divórcio, coabitação e

⁷⁵ Recordemos neste propósito, o que escrevemos nas páginas 123 e 124 – ponto 5.2. da Primeira Parte deste trabalho, numa clara influência dos ditames do Concílio Vaticano I sobre a relação da Igreja com o Estado, privilegiando-se uma linha de colaboração com os governos, os quais, a troco da neutralidade da Igreja face ao regime político existente, acedessem a reconhecer-lhe a saliência a que aspirava (cf. AA.VV. 1999:194; – Vítor Neto, V. 1998:580-582. Também devemos recordar as palavras do Padre Abúndio da Silva em 1913, quando mencionava a necessidade de promover “*a formação moral dos indivíduos [e] fortalecer a união orgânica das famílias [quer pelo] catecismo [quer pela] organização providencial da Igreja*” (Silva, A. da 1913:213).

recomposição familiar. Em consequência, a sua participação na formação de um novo Direito de Família depois de 1974 estabeleceu uma nova orientação da vida familiar no País e confirmou a preponderância da lei civil na vida em sociedade.

Por outro lado, o sentido liberal destas novas disposições é evidente, confirmando a necessidade de atender o maior número possível de situações familiares e resolvê-las num clima de legalidade e igualdade dos cônjuges perante a lei. Basta lembrar que, até ao Decreto – Lei nº 261/75, o divórcio então admitido constituía sempre uma sanção contra o cônjuge ofensor.

Esta situação é particularmente interessante, pois a legislação publicada pode revelar o controlo do Estado ou de instituições como a Igreja, na atitude e no comportamento das pessoas, como foi disso exemplo a *Concordata* de 1940 ou a revisão do *Código Civil* em 1967. Assim, em termos conclusivos torna-se particularmente significativa a opinião de Virgílio Lopes sobre este assunto: “*Provavelmente, o regime [...] estabelecido pela Concordata Portuguesa, por se prestar a confusões doutrinárias graves, não é totalmente positivo. E, depois, a mesma experiência mostra que [...] também no aspecto político as bases em que assentou [foram] demasiado frágeis. Com efeito, a vontade individual e o princípio da liberdade religiosa invocados com tanta firmeza, pelos [...] defensores do sistema concordatário serviram também e, talvez com igual verdade, para os seus adversários. Estes [...], uma vez adquiridos, com a mudança do regime político, maior liberdade de expressão e movimentos, não tiveram qualquer dificuldade em obter o triunfo. Por isso, o problema do divórcio em Portugal, iniciado em 3 de Novembro de 1910 e, na aparência, resolvido pelo menos para os católicos com a solução concordatária de 1940, voltou, operada a transformação política do País, precisamente ao ponto de partida*” (Lopes, Virgílio, 1978:282/283).

Comparando os argumentos do Movimento Pró-Divórcio com os que eram avançados na Primeira República, Anália Torres (1996) salienta que em 1910 estava em causa um programa ideológico mais vasto, tendo como objectivo instaurar uma ordem de valores ligada aos preceitos laicos, defendidos sobretudo por uma burguesia que propunha uma legislação em nome de uma nova ética.

Em 1974, porém, os argumentos são de natureza mais prática, onde a pressão social impõe a adaptação da Lei à realidade familiar do momento (cf. Torres, Anália 1996:39).

Mas embora não fosse uma nova ética que se desejava implantar, (sobretudo, tratava-se de acabar com uma situação estigmatizante para milhares de pessoas) o facto é que uma ordem de valores com raízes no pensamento liberal republicano estava presente em muitos sectores aderentes a este Movimento. Não surpreende por isso o conjunto de transformações evidentes no âmbito familiar desde Abril de 1974, começando com a alteração das Leis referentes ao *Direito de Família*, mas avançando posteriormente para um processo de transformação no plano das práticas sociais e de novos valores directamente relacionados com a relação conjugal no casamento e na vida familiar a ela inerente.

Com efeito, numa altura em que as alterações produzidas no Direito de Família (e também na *Constituição*), tornaram o Homem e Mulher iguais nos seus direitos e deveres sociais, não surpreende que se tenha desenvolvido uma maior liberdade de pensamento, de autonomia e de realização pessoal, consubstanciado no direito à felicidade no vínculo conjugal, situação que levará a encarar de modo diferente a maneira de reproduzir a vida familiar inerente a um casamento, como veremos.

De facto, a legislação saída em 1975 acabou por exceder as expectativas dos actores sociais que mais se tinham empenhado pelo divórcio para os católicos. Até mesmo figuras jurídicas como o ‘mútuo conhecimento’ e a ‘união de facto’, aparecem na legislação de 1975 sem terem sido explicitamente defendidas pelo Movimento no seu conjunto e acabam por ser regulamentadas no Decreto – Lei nº 261/75

No imediato, os elementos estatísticos relacionados com o período posterior à Revolução de 1974 comprovam claramente os efeitos do regime concordatário pois a grande maioria dos divórcios decretados entre 1975 e 1979 envolveram casais consorciados segundo o regime canónico.

3. O Divórcio em Portugal: 1975 – 1979: um retrato estatístico

Como vimos, a pressão social ligada ao Movimento Pró-Divórcio levou os novos Poderes Públicos a introduzir no *Direito de Família* uma legislação mais liberal na questão da formação e dissolução familiar por divórcio.

Deste modo, entre 1975 e 1979 vamos assistir a uma subida gradual dos seus níveis, explicada pelo fim das restrições ao divórcio nos casamentos canónicos, mas também devido à regularização familiar efectuada pelos que converteram a sua separação judicial em divórcio ou que simplesmente estavam apartados do anterior cônjuge,

vivendo em coabitação com outra pessoa e que finalmente puderam legalizar a sua situação familiar. Estamos assim perante um primeiro grande momento de recomposição familiar, mesmo que esteja relacionada com um segmento específico da população, que aproveitou a reposição do divórcio para legalizar a sua situação.

Provou-se ainda que os efeitos da concordata estiveram longe de dar estabilidade aos cônjuges, tal como defendiam em 1940 os promotores deste diploma, pois a maior incidência de divórcios decretados neste período surgiram nos casais consorciados pela Igreja.

Os quadros estatísticos seguintes comprovam esta situação, bem como os motivos aduzidos para a dissolução conjugal, duração média do casamento e forma da sua celebração. Começamos por apresentar os dados ao longo dos anos 70, observando com especial atenção a mudança operada desde os meados da década em relação à dissolução do casamento por divórcio.

3.1. Duração do casamento dissolvido por divórcio – 1975/1979

Se até meados dos anos 70, os números apontam para uma maior incidência de divórcio nos casais com 20 ou mais anos de casamento, a partir de 1975 e até 1979 os índices de dissolução conjugal foram acentuados em todas as faixas de duração do casamento.

Num plano global, a maior incidência surge em casais com 20 ou mais anos de matrimónio, seguidos pelo período de 5 – 9 anos e em terceiro lugar pela faixa com 10 – 14 anos de duração do casamento (cf. Delgado, P. 1996: 177-179).

Coincidindo com a entrada em vigor de nova legislação sobre Família, o divórcio passa a acentuar-se ao longo dos anos 80. De facto, é visível uma diminuição na duração média do casamento ao longo dessa década. A anterior celebração canónica do casamento não terá criado obstáculos jurídicos à sua dissolução, constituindo esses até a grande maioria dos divorciados. A análise das estatísticas mostra ainda que a maior incidência de divórcios (números absolutos) surge em casamentos com 5 – 9 anos de duração, seguindo-se as dissoluções ocorridas em casais com 20 ou mais anos de casamento. Em terceiro lugar e a curta distância da faixa anterior, surgem os casais com 10 – 14 anos de duração (cf. Delgado, P. 1996: 179).

Sendo assim, se num primeiro momento os divorciados não são mais do que as ‘vítimas da Concordata’, que podem finalmente regularizar a sua situação conjugal à

face da lei, desde os anos 80 o divórcio tem seguido uma linha diferente de crescimento, motivada essencialmente por razões de ordem mais individual e desligada dos aspectos tradicionais do casamento, tal como a legislação contempla e os números apontam. Simultaneamente, a subida do divórcio dá-se em todos os grupos sociais, revelando também outro tipo de mudanças na sociedade portuguesa, pois envolvem segmentos mais amplos da população, como veremos.

QUADRO 14 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO A DURAÇÃO E CAUSAS: 1970 – 1979.

ANOS	Duração do Casamento	Conversão da Sep. Em Div.	Alínea a) art. 1778	Alí. b)	Alí. c)	Alí. d)	Alí. e)	Alí. f)	Alí. g)	Duas ou + causas	Ações Antes de 1967
1970	- de 1 ano	1	202	2	2		1	34	90	219	1
até	1 – 4 anos	4	254	4	2		1	140	85	343	1
	5- 9 anos	6	156	2				92	53	228	1
1974	10-14 anos	3	109	1	1		4	67	22	155	2
	15-19 anos	15	167	3	2		2	211	33	331	5
	+ 20 anos										
TOTAL		29	888	12	7		8	544	283	1276	10
1975	- de 1 ano	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-
até	1 – 4 anos	494	102	356	3	3	1	21	100	46	-
	5- 9 anos	1.836	210	554	12	6	1	43	215	83	188
	10-14 anos	1.531	218	421	5	4	1	47	197	81	290
1978	15-19 anos	1.176	221	329	9	1	-	24	141	56	329
	+ 20 anos	2.475	638	655	30	6	4	52	391	156	1127
TOTAL		7.515	1389	2315	59	20	7	187	1044	422	1934

ANOS	Duração do Casamento	Conversão da Sep. Em Div.	Alínea a) art. 1781	Alí. b)	Alí. c)	Art. 1779	Duas ou + causas	Mútuo Consenti.
	- de 1 ano	-	-	-	-	-	-	-
	1 – 4 anos	3	-	-	-	307	-	411
	5 – 9 anos	10	113	9	16	211	1	1.149
1979	10 – 14 anos	13	168	12	19	155	-	761
	15 – 19 anos	8	158	8	23	111	2	479
	+ 20 anos	35	396	22	64	237	4	1.034
TOTAL		69	835	51	122	1.021	7	3.834

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1970 – 1979*. Lisboa: INE.).

Pelos resultados estatísticos obtidos, no período compreendido entre 1970 e 1974, os maiores índices de divórcio são observados na modalidade: *duas ou mais causas*, do artigo 1778. Tomando em conta os divórcios decretados com base num só motivo, encontramos em primeiro lugar a alínea a) do citado artigo, que regulava o ‘adultério de qualquer cônjuge’, seguido pela alínea f) do mesmo artigo, que fundamentava o ‘abandono completo do lar por tempo superior a 3 anos’.

Cruzando os dados em relação à duração do casamento e fundamento do divórcio onde foi aduzida uma só causa, os casamentos com 20 ou mais anos de duração tiveram até 1974 uma maior incidência na alínea f) do artigo 1778, enquanto nos casamentos com duração entre 5 e 9 anos, o motivo mais utilizado para a dissolução do vínculo conjugal, foi a alínea a) do artigo 1778. Os casais com 1-4 anos de casamento, oscilaram entre as alíneas a) e g) do artigo anterior.

A partir de 1975 os dados começam a alterar-se significativamente quanto ao número de divórcios decretados, pelos motivos já conhecidos. A regularização familiar é um dado adquirido se atendermos à relação do número de divórcio e de casamentos que se operam sobretudo entre 1976 e 1979. Nesta altura, as estatísticas revelam que o motivo mais utilizado na dissolução conjugal foi o ‘mútuo consentimento’. Seguem-se a alínea a) e a alínea h) do artigo 1778 (Adultério do Cônjuge e Separação de Facto por seis anos consecutivos, respectivamente) e a ‘Conversão da Separação em Divórcio’.

Verifica-se ainda que a faixa com 20 ou mais anos de casamento apresenta o ‘Mútuo Consentimento’ como principal motivo para divórcio, envolvendo sem dúvida os casais que já estavam separados por largos anos. Esta modalidade foi igualmente usada nos blocos compreendidos entre os 5 – 9 e 10-14 anos de duração do casamento, pese embora os elevados índices fundamentados na alínea a) e na alínea h) do artigo 1778.

Neste período é visível ainda um crescimento dos casamentos com recurso à celebração civil, modelo escolhido pelos múltiplos casais que regularizaram a sua situação familiar, mas que estariam impedidos de celebrar esse casamento pela via canónica, dado terem recorrido à esfera civil para dissolver o seu primeiro casamento, celebrado pela Igreja.

Em relação ao conjunto da década de 70, a informação obtida permite concluir que o maior número de casamentos se situa entre os 20 e os 24 anos, em ambos os géneros. Vinha depois o período compreendido entre os 25-29 anos para os homens e menos de 20 anos para a mulher, o que revelava a tendência para o casamento acontecer mais cedo entre a população feminina (cf. Delgado, P. 1996: 174).

Com efeito, nos anos 70 o período de maior divórcio situava-se nos 35-39 anos na população masculina e 25-29 anos na feminina. O segundo grupo etário mais atingido situava-se entre os 30-34 anos em ambos os sexos. Convém sublinhar que entre 1975 e 1979 ocorreram muitos divórcios na faixa situada entre os 40 – 44 anos, explicável pela

regularização da situação conjugal de muitos casais separados, mas impossibilitados de se divorciar pela existência legal do regime concordatário, como temos vindo a fazer referência.

Significa isto que, já antes do 25 de Abril estamos perante um conjunto substancial de actores sociais que tinham rompido com a norma do casamento indissolúvel e assumiam situações de ilegitimidade. Viviam essa situação com estigma e foi nesse sentido que forçaram a mudança legal. Torna-se também evidente que as reformas legislativas empreendidas pelos novos poderes políticos motivaram outras mudanças, nomeadamente em relação aos direitos da mulher.

Neste sentido, os índices estatísticos apresentados permitem compreender a existência de várias formas de viver o divórcio e dos seus protagonistas se posicionarem em relação a ele, de uma maneira geral. Com efeito, para muitos casais divorciados ele foi vivido como divórcio – sanção, ou porque um deles deixou de cumprir os seus deveres conjugais, ou simplesmente abandonaram o lar. Para outros, houve um divórcio – malogro e neste sentido, independentemente de ter sido um ou outro a tomar a iniciativa, houve um projecto inicial que por várias circunstâncias não foi concretizado (cf. Santos, E. 2003:117).

Factor comum em todo este processo é notar que os direitos individuais se afirmaram e se traduziram a nível formal numa nova legislação familiar, mais liberal e que prevê uma maior autonomia às partes interessadas, ou seja, os cônjuges. O divórcio é exactamente a expressão desta afirmação de autonomia perante o outro; ou então de uma maior conflitualidade/contradição que a afirmação da individualidade numa relação conjugal sempre pressupõe.

3.2. Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos: 1976 – 1979

A análise dos dados estatísticos (números absolutos) permite observar entre 1976 e 1979 uma maior incidência de divórcio em casais com 20 ou mais anos de duração do seu casamento, sem filhos. Todavia, se na segunda metade dos anos 70, a soma individual de cada faixa considerada permite concluir que os cônjuges divorciados sem descendência figuram em primeiro lugar, tal já não sucede nos blocos compreendidos entre os 5 – 9; 10 – 14 e 15 – 19 anos de casamento, onde o índice de casais divorciados com um filho é francamente superior. Para isso concorre, como explicação básica, o novo sistema jurídico familiar da época.

QUADRO 15 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS E DURAÇÃO DO MATRIMÓNIO: 1976 – 1979.

DURAÇÃO DO CASAMENTO	SEM FILHOS	COM 1 FILHO	COM 2 FILHOS	COM 3 FILHOS	COM 4 OU MAIS FILHOS	TOTAL
– de 1 ano	-	-	-	-	-	-
1 – 4 anos	1.435	824	124	16	4	1.103
5 – 9 anos	1.970	2.456	958	164	39	5.577
10 – 14 anos	1.385	1.759	1.228	350	124	4.846
15 – 19 anos	1.006	1.286	987	339	247	3.765
20 ou mais	3.656	2.316	1.676	636	548	8.832
TOTAL	9.452	8.641	4.973	1.505	962	

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1970 – 1979*. Lisboa: INE.).

4. Os processos dinâmicos de transformação da vida familiar entre os anos 80 e os primeiros anos do século XXI

Como vimos, o carácter específico da modernização portuguesa, mais brusca e acelerada do que aconteceu genericamente noutros contextos e fortemente influenciada pela ruptura institucional que o 25 de Abril de 1974 representou quando revolucionou as formas de organização política, jurídica, socioeconómica e cultural, causou um evidente impacto na vida familiar.

Neste campo, as relações familiares acabaram por se tornar mais diversificadas e os poderes dentro da família mais equilibrados, pelo menos a nível jurídico, uma vez que a *Constituição* de 1976 estabelecia a igualdade entre os géneros. Os valores começam gradualmente a transformar-se, acabando o individualismo e o idiossincrático por sobressair face ao geral e ao anónimo. O direito à diferença é sublinhado e reforçado, enquanto a tolerância e a aceitação ganharam terreno à rigidez e ao conservadorismo. O próprio poder da Igreja diminuiu à medida que emergia uma cultura mais crítica e anti-clerical. A fé e as crenças religiosas cresceram num sentido menos dogmático e mais singular (cf. Pinto, Henrique Almeida; Pereira, M^a da Graça 2005:35/36).

Todo este processo ganhou visibilidade ao longo dos anos 80, altura onde é possível sentir uma crescente transformação nas formas de conjugalidade adoptados pelos casais em Portugal. Por outro lado, a relação com o casamento e com o divórcio passou a ser encarada de uma maneira diferente, menos como necessidade de sobrevivência e mais como relação baseada nos afectos. Na generalidade, o casamento deixou de ser para sempre, durando enquanto for gratificante para a vida do casal. Com isso, é todo um

conjunto de mudanças a nível de valores e mentalidades que se destacam no modo de encarar a vida em sociedade, com as inerentes implicações no plano familiar.

Factor particularmente significativo foi o País ter avançado para um processo de recomposição estrutural significativo, alterando uma geografia de sociedade rural para uma nova textura atravessada pela urbanização e litoralização da população, pela desertificação do interior, pelo envelhecimento populacional e pela modernização demográfica visível na quebra da natalidade ou da nupcialidade, por mudanças no papel social e familiar da mulher ou pela emergência e alargamento das classes médias (cf. Aboim, Sofia 2006:57/58).

Em resumo: os processos de urbanização, terciarização e o declínio dos sectores económicos ligados aos aspectos mais tradicionais da vida do País – agricultura, sobretudo – fomentam essa mudança, num processo que se interliga de forma estreita com as estruturas familiares e os valores sociais (cf. Torres, Anália 1996:41).

No entanto, a mudança social no plano das relações humanas, como aponta Anália Torres (1987), acabou por ser um processo complexo, uma vez que se conjugaram na transformação da vida familiar aspectos visivelmente modernistas, com outros, mais tradicionalistas, cujas raízes se reencontram no passado recente de uma sociedade que até aos anos 60 albergava uma modernização muito incipiente.

Significa isso que ainda existem permanências na modernidade conjugal, as quais envolvem desigualdades sociais que se mantêm e que se traduzem em formas diferentes de viver os direitos conjugais, formalmente ao alcance de todos; ou então permanecem realidades estruturadas que configuram formas diferentes de práticas familiares em determinados contextos (religião, pertença social, cultural ou regional, por exemplo); factores que revelam o modo como a dinâmica do grupo familiar possuem uma grande capacidade de adaptação ou de resistência a certo tipo de mudança.⁷⁶

⁷⁶ Neste respeito, quando se trata de repensar a família contemporânea e as transformações de que tem sido alvo, os valores tradicionais não desaparecem por completo. Por exemplo, normalmente, homens e mulheres aceitam a união livre, mas na realidade, esta prática aparece mais centrada em casais jovens ou sem filhos; aprova-se o trabalho profissionalizado da mulher, mas nem por isso ela está dispensada de continuar, mais do que o homem, a ocupar-se dos filhos e das tarefas domésticas. Aceita-se e adere-se a um certo liberalismo sexual, mas reservado a um aspecto íntimo na vida do casal e não se contraria o recurso ao divórcio, conquanto se preserve a qualidade da relação conjunta dos pais e dos filhos. Portanto, há que ter em consideração o que se pensa e o que se pratica (cf. Leandro, Maria Engrácia, 2001: 251/252; citando François de Singly, 1994).

Por outro lado, não podemos esquecer os constrangimentos económicos, sociais e culturais que determinam as escolhas dos indivíduos ao longo do seu percurso ou trajectória de vida, algo que se reflecte claramente no tipo e na qualidade da relação conjugal. A própria escolha do cônjuge é socialmente determinada e a homogamia é uma regularidade presente nas uniões actuais. Logo, acabam por existir várias formas ou modelos de família para diferentes grupos sociais, com a consequente pluralidade de comportamentos existentes nessas configurações familiares

Será neste campo que se revela fundamental a intervenção do Estado com as suas políticas familiares, não só em termos de adequação da legislação em face da existência dos vários modelos de família na sociedade, mas também como forma de criar mecanismos que, através da família e desta em ligação com os serviços públicos, favoreçam processos de socialização e integração social de todos os seus membros.

Na área jurídica da família, com a *Constituição* de 1976 e as respectivas revisões em 1982, 1988, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005, podemos dizer que a situação familiar também se inscreve no campo da mudança social. Com efeito, como corolário das transformações a nível familiar, também o *Código Civil* foi reformado pelo Decreto – Lei nº496/77 de 25 de Novembro. O ideal *Constitucional* passou a estar aí inscrito, situação que permitiu modificar a noção de família, a natureza do casamento, os papéis conjugais e parentais, a relação entre pais e filhos, as funções da família e o divórcio.

Assim, juridicamente ganharam peso as ideias de igualdade de género e de apoio à maternidade e paternidade, modificando-se tanto o estatuto das mulheres como a protecção social das crianças, sendo a partir desta relação entre a família e o social que podemos falar em políticas familiares (cf. Decreto – Lei 4/84 de 5 de Abril – artigo 2º, nº2). Daí que esta relação nunca seja neutra, mas antes inspirada pelas concepções que o Estado, as forças políticas partidárias e a sociedade em geral engendram sobre a família (cf. Leandro, Maria Engrácia 2001: 246/247).

Em relação a Portugal, embora com tendências gerais que vão no sentido de acompanhar o que se passa em outros países do Ocidente Europeu, podemos sentir actualmente na vida do casal a valorização de uma relação a dois, mais afectiva e menos assimétrica, onde a criança está enquadrada por normas claras de regulamentação social, o que lhe vem dar direito a novas protecções jurídicas no seio familiar.

Tudo isto leva a concluir que, “*apesar da permanência de lógicas tradicionais (presentes na solidariedade e na ajuda familiar ou no respeito pela perenidade do*

casamento), observamos na década de 80 uma família mais modernizada, já diferente daquela que a precedera no passado tanto no que respeita à articulação entre família e produção económica, como às dinâmicas internas do grupo familiar e doméstico” (Sofia Aboim 2006:59).

Simultaneamente, Mário Leston Bandeira (1996) salienta a importância das práticas contraceptivas modernas na família actual: *“ O facto de as mulheres poderem, só por si, decidir se querem ou não ter filhos confere-lhes um novo poder, com o qual passam a usufruir não apenas dos atributos do poder paternal que tradicionalmente estavam reserva dos aos homens, como também de uma nova relação à sexualidade” (1996:419).*

Para este autor, a principal incidência das práticas modernas de contracepção acabam por alterar as relações de poder dentro da família, em benefício das mulheres. *“Mas estes novos poderes podem ter uma expressão meramente teórica se, à competência doméstica com que, no quadro da família conjugal, as mulheres tradicionalmente se apresentam, não acrescentarem um outro tipo de competência: a competência profissional. Na realidade, é a autonomia que essa competência lhes confere que legitima a liberdade de escolha no campo da procriação. Não admira, por isso, que sejam as mulheres activas e, principalmente, as mais escolarizadas, que recorrem com maior frequência a praticas contraceptivas eficazes, isto é, modernas ” (1996:419).*

Este dado confere uma nova dinâmica à relação conjugal, mais baseada na gratificação pessoal e informal da vida familiar, do que propriamente numa visão tradicional dos papeis de género dentro do círculo familiar.

Por isso, ao longo dos anos 90 foram-se acentuando as mudanças decorrentes do 25 de Abril, acabando por se consolidarem as anteriores tendências de modernização. Como salienta Sofia Aboim, *“o ritmo das transformações, mais veloz nuns casos e mais lentos em outros, acentuou as marcas do processo de modernização da vida familiar” (2006:66).*

Sendo assim, passamos a assistir a um *“ reforço da informalização do laço conjugal e de pluralização do leque de transições possíveis nos percursos familiares, acrescendo-os de momentos de ruptura e de recomposição, em conformidade com uma visão menos institucional da relação a dois e da própria família. (Sofia Aboim 2006:69).*

Em conformidade com este sentimento, é possível notar o decréscimo da nupcialidade, bem como o adiamento do momento do casamento na trajectória individual ou mesmo a sua crescente laicização, para além de uma vida conjugal e parental estruturada de modo mais informal com descendências pouco numerosas (entre 1991 e 2001 o número médio de filhos por mulher não foi além de 1,5 filhos) constituir o traço central da vida familiar no presente (cf. Aboim, S. 2006:69-71).

O crescimento do divórcio constituiu igualmente uma tendência que não se pode marginalizar no contexto actual da família em Portugal. Se nos anos 80 começamos a notar uma tendência de subida nos índices de divórcio, com os anos 90 o número de dissoluções conjugais duplicou por cada 100 casamentos efectuados, passando de 15 casos registados no início da década para mais de trinta (cf. Aboim, S. 2006:71).

Portanto, mais do que uma escolha sentimental e amorosa para dar início ao casamento, passou a ser fundamental que o amor, o companheirismo e o entendimento perdurem ao longo da relação conjugal. Esta perspectiva está seguramente implícita na explicação da subida das taxas de divórcio nas últimas décadas.

No entanto, as situações de recomposição familiar após um divórcio continuam a surgir, originando em certos casos um recasamento, enquanto noutros assistimos primeiro a um período de coabitação do casal como experiência transitória para um novo casamento, ou então de um período permanente de coabitação, onde normalmente não se vislumbra a necessidade de um segundo casamento.

Os estudos relacionados sobre essas situações familiares permitem ainda evidenciar alguns dos factores que exercem impacto em tais configurações conjugais, nomeadamente a presença ou ausência de filhos, a idade, a instrução, a inserção profissional e a diferenciação regional. As modalidades que compõem essas variáveis reforçam, em certos casos, o casamento, mas em outros a coabitação.

Vejamos como se têm processado estas realidades no âmbito familiar do País.

4.1. A constituição familiar em Portugal: a nupcialidade e o regime de bens no País

Para Chiara Saraceno (2003), nada parece mais distante da cultura e das representações sociais contemporâneas sobre o casamento do que a linguagem das estratégias familiares, as alianças entre grupos de parentesco, os casamentos de conveniência ou combinados e rigorosamente homogâmicos (2003:142).

Antigamente, a maioria das pessoas casava apenas para constituir família. O papel das mulheres era de submissão e passividade. Ensinadas a serem boas esposas e mães, abdicavam de ambições pessoais. A maioria não tinha uma profissão; a sua única preocupação era cuidar da família. Tal situação, financeiramente, tornava a esposa totalmente dependente do marido. Assim se representava o quadro da família em Portugal até ao último quartel do século XX.

A grande mudança na instituição familiar no Portugal actual verifica-se com o 25 de Abril. A partir daí alteram-se as mentalidades, bem como o papel da mulher na sociedade.

Com efeito, a igualdade de direitos e a progressiva centralidade na ideologia do amor como base do casamento (algo mais avançado nas restantes sociedades da Europa Ocidental) originou uma mudança no modelo de socialização, implicando que os indivíduos sejam educados para se apaixonarem e para se deixarem guiar por este sentimento na escolha do cônjuge. Esta selecção do parceiro conjugal com base nos afectos e não como dimensão social de sobrevivência do casal, determinou também a existência de valores que enfatizam mais a relação interpessoal no casamento do que propriamente a sua vertente institucional. É assim que vemos hoje o casamento ser entendido pela maioria dos seus contraentes, se bem que continuem a existir aspectos tradicionais que o *tempo* ainda não desgastou e modificou.

Curiosamente, a tendência para uma homogamia social/profissional e até uma relativa endogamia regional continuam a coexistir nos estudos efectuados sobre o casamento.

Em Portugal e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (I.N.E.), é possível concluir que a nupcialidade, em Portugal, depois de subir até à década de 70, desce acentuadamente até ao presente, tendo o divórcio aumentado também a partir dos meados dos anos 70⁷⁷. Hoje, a vida familiar regista a igualdade entre os cônjuges, novos padrões educativos e valorização do indivíduo. Mantêm-se, ainda, os contrastes entre o Norte e o Sul do País. A Norte regista-se uma percentagem elevada de casamentos católicos e um menor número de nascimentos fora do casamento. A Sul uma percentagem alta de casamentos civis e de divórcios, assim

⁷⁷ Convém salientar que entre 1975 e 1979 o número elevado de casamentos registados justifica-se não só pela regularização de situações matrimoniais que não eram permitidas devido à Concordata, mas também pelo retorno de portugueses das ex-colónias e dos militares que tinham participado na Guerra Colonial.

como um maior número de nascimentos fora do casamento (cf. Delgado, P. 1996:214-216 e 232-234).

A tendência que se destaca dos *Censos* de 1991 para 2001 vai no sentido de os casais sem filhos terem taxas de crescimento superior às dos casais com filhos, situação que reflecte claramente algumas das mudanças que têm vindo a ocorrer na sociedade, designadamente o envelhecimento da população, a diminuição do número médio de filhos e o protelamento da conjugalidade e da parentalidade por parte da população jovem (cf. Ferreira, Pedro Moura 2003:68).

Em 2004 registaram-se 49.178 casamentos, o que representa uma redução de 8,5% em relação ao ano anterior (53.735). Os números revelam que os portugueses adiam para cada vez mais tarde o primeiro matrimónio. As mulheres passaram a casar-se, em média, aos 27 anos, e os homens aos 28,6 anos. Em 1994, as mulheres casavam-se aos 24,8 anos e os homens aos 26,7.

Os dados do I.N.E. referem que se mantém a tendência dos casais também adiarem para mais tarde o nascimento do primeiro filho. Em 1994 a mulher tinha, em média, 25,4 anos quando era mãe pela primeira vez. Em 2004 essa idade passou para 27,5 anos.

Em Portugal, verifica-se ainda um aumento gradual das idades medianas à saída da casa dos pais e ao primeiro casamento, legal ou de facto, nas gerações mais jovens.

Também é possível verificar desde o início da década de 90 que a evolução dos casamentos por idades dos cônjuges vem evidenciando uma importância relativa de alguns grupos etários, confirmando o facto de os portugueses casarem cada vez mais tarde, em particular os homens.

Actualmente, o grupo etário dos 25 aos 29 anos passou a ser a classe modal na distribuição dos casamentos por idades, tanto nos homens como nas mulheres, tendo vindo a aumentar desde 1960 até hoje a média da idade referente ao primeiro casamento. Também a evolução dos casamentos católicos tem vindo a diminuir significativamente, enquanto a constituição das famílias pelo vínculo do casamento é adiada em favorecimento da vida académica ou profissional das pessoas.

Com base neste panorama, é visível uma modificação nas práticas e nos valores em relação à família e ao casamento em Portugal, algo que se inscreve no espírito da modernidade avançada, embora permaneçam simultaneamente vários elementos tradicionais. Estes, ainda que dependentes de algumas variações regionais, têm maior expressão no Norte do País (cf. Leandro M. E. 2001:100-101).

Em relação ao casamento, a escolha principal de constituição familiar continua a ser o casamento entre solteiros. Aqui, as mulheres fazem-no em número ligeiramente superior ao elemento masculino, especialmente porque casam com idade mais jovem. No caso dos homens, cujo estado civil anterior era o de viúvo e divorciado, a tendência é casarem em número superior ao das mulheres, sinal que é mais fácil para o elemento masculino reconstituir uma nova família do que para o elemento feminino, ou por ter filhos à sua guarda ou por esperar mais tempo para voltar a tentar um segundo casamento.

Quanto ao Regime de Bens escolhido na altura do casamento, os anos 80 revelam entre a população que entrou na conjugalidade com base no estado civil de solteiro (masculina e feminina), escolheu na grande maioria o regime de *Bens Adquiridos*, seguido a larga distância pela *Comunhão Geral de Bens*. A *Separação de Bens* era pouco expressiva na escolha dos casais.

Entre os viúvos (masculinos e femininos) que voltaram a casar, a preferência é clara pela *Separação de Bens* ou pelos *Bens Adquiridos*, registando-se uma diferença pouco significativa entre as duas. Já entre a população masculina divorciada que voltou a casar, a preferência pelo Regime de *Bens Adquiridos* é claramente maioritária, registando-se idêntica escolha no campo feminino.

Torna-se significativo notar nestes dois grupos conjugais – viúvos(as) e divorciados(as) – que durante os anos 80, o regime de Separação de Bens e o regime de Bens Adquiridos passaram praticamente a ter uma equivalência nas escolhas, quando nos anos 70 o procedimento largamente preferido era o primeiro modelo.

Ao longo dos anos 90, podemos notar que os casais cujo estado civil anterior era o de solteiro, escolheram a *Comunhão de Bens Adquiridos* como regime a vigorar no seu casamento de uma forma quase total. Em relação aos que casaram tendo a viuvez como estado civil anterior, os homens fizeram-no mais segundo o regime de *separação de bens* e em 2º lugar, a alguma distância, a *comunhão de adquiridos*. No caso feminino, nota-se ao longo desta década um relativo equilíbrio entre a *comunhão de bens adquiridos* e a *separação de bens*. Residual, era a *comunhão geral de bens* nos dois géneros.

Finalmente, entre a população casada, mas cujo estado civil anterior era o de divorciado, os homens elegeram preferencialmente a *comunhão de bens adquiridos*, seguido a alguma distância pela *separação de bens*. No caso feminino, nos primeiros

anos da década assistimos a uma ligeira superioridade da *comunhão de bens adquiridos* face à *separação de bens*. A partir de meados da década, a primeira é já superior face à segunda. Continua residual a celebração do casamento com base na *comunhão geral de bens*, tanto a nível masculino como feminino.⁷⁸

Até meados da primeira década do século XXI, continuamos a assistir à mesma tendência verificada nos anos 90 quanto ao regime de bens escolhido para o casamento.⁷⁹

4.2. A dissolução conjugal por Divórcio

A questão do divórcio evoluiu muito desde o Estado Novo, passando de um indício de instabilidade familiar ou de sanção de um delito contra o parceiro, para uma situação de opção individual, com procedimentos judiciais mais fáceis e relativamente rápidos.

O certo é que nos últimos 35 anos a frequência do divórcio em Portugal atingiu uma relevante expressão estatística, num movimento contínuo e para o qual concorrem obviamente múltiplas situações.

Por exemplo, o actual aumento da esperança média de vida pode conduzir a um aumento na duração do casamento, e as tensões inerentes à vida conjugal ao longo dos anos contribuem para aumentar as possibilidades de divórcio; ou podem criar expectativas de novas oportunidades que poderão levar o casal à ruptura.

Também a falta de comunicação entre os cônjuges, nomeadamente na divisão de tarefas no lar e na partilha das decisões, nas rotinas diárias e na falta de compromisso em relação à vida conjugal, até mesmo no apoio e companheirismo que a relação conjugal deve pressupor, acabam por ter influência no sucesso da vida do casal. Por outro lado, na análise dos processos de divórcio são significativos os níveis de insatisfação com a relação conjugal motivados pelo nascimento de vários filhos e a inerente sobrecarga de trabalho, para além da existência de problemas na sexualidade ou na vida profissional do casal (cf. Saraceno, C. 1992:109; Torres, A. C. 2000: 63/64).

Com efeito, mesmo no interior do lar conjugal várias pesquisas concluíram que a situação de isolamento das mulheres domésticas, associado ao alto sentido de responsabilidade pelos cuidados com os filhos, tendia a causar neurastenia e sentimento de vazio (cf. Torres, A. 2001:62). Em outras investigações, salientou-se a correlação

⁷⁸ O *Código Civil* de 1967 impôs o regime supletivo de *Comunhão de Adquiridos* e não de *Comunhão Geral*, entendendo que o casamento era acima de tudo um projecto afectivo.

⁷⁹ cf. Elementos estatísticos recolhidos que sustentam a análise efectuada no ANEXO I – pp.676 – referente à Segunda Parte – *As Transformações Familiares no Portugal da Modernidade*.

negativa entre saúde mental e trabalho doméstico, para além de se ter concluído que os papéis sociais concedidos ao homem no casamento dão à mulher uma imagem desvalorizante dela mesma, o que se traduz num desequilíbrio familiar capaz de provocar tensões conjugais graves (cf. Torres, A. 2001:63).

Quanto à agrado da mulher no casamento, um conjunto de trabalhos realizados nos Estados Unidos e na Europa nos anos 70 revelaram que a satisfação conjugal declina com o nascimento dos filhos e mantém-se baixa até os filhos serem adolescentes. A partir dessas idades, o grau de prazer parece novamente aumentar, podendo estar associada à retoma de uma actividade profissional por parte das mulheres (cf. Torres, A. 2001:63).

Os níveis de insatisfação com a relação conjugal podem reforçar-se com o nascimento do segundo filho e parecem estar relacionados, entre outros factores, com a sobrecarga de trabalho, a existência de maiores problemas no relacionamento sexual, menos dinheiro, mais problemas com a profissão do marido ou a falta de comunicação entre ambos. Assim, não deixa de ser curioso notar, ao contrário do que em termos de senso comum poderíamos esperar, a maternidade parece ser ‘inimiga’ da relação conjugal e da satisfação feminina no âmbito do relacionamento no lar conjugal (cf. Torres, A. 2001:63).

Por outro lado, é também possível observar uma correlação muito nítida entre a taxa de divórcio e a actividade profissional da mulher, pois tendo esta adquirido uma maior autonomia (sobretudo financeira), acaba por lhe possibilitar uma relativa independência em caso de dissolução conjugal. A este divórcio, que ocorre em números absolutos sobretudo entre os 5 – 9 anos de casamento, deve-se acrescentar o divórcio que envolve uma maior duração do vínculo matrimonial, mas onde a situação da mulher aparece mais desprotegida, tanto no plano psicológico como material.

Depois, a mudança de valores e de comportamentos sentidos desde meados de 70 acentuam outra ruptura com o modelo tradicional do casamento na sociedade portuguesa. Neste aspecto, não é só a igualdade da mulher em termos de *Direitos Cívicos* que se repercutiu neste novo modelo de entender e conceber a vida familiar, acrescido da determinação em obter dela uma relação gratificante e satisfatória. É também a diminuição dos *tabus* referentes à mãe solteira, a protecção legal das crianças nascidas fora do casamento e a procura de novos estilos de vida, onde a coabitação começa a ser um facto cada vez mais visível na sociedade portuguesa.

Finalmente, as pessoas nestas últimas décadas divorciam-se mais porque estão menos dependentes do casamento como forma de sobrevivência. Neste caso, passando a trabalhar fora de casa, a mulher deixou de ter como único modo de vida o casamento e a maternidade, numa situação que a encorajou a perseguir objectivos ligados à sua carreira, onde a valorização da sua relação autónoma é nítida face à dimensão institucional do casamento.

Coexistem assim diversos modelos de vida conjugal comum e, claro, outros tantos modelos de divórcio. Significa isso que estando implícito no modelo de casamento, o divórcio confirma hoje o valor social e simbólico do matrimónio (cf. Torres, Anália 1996:56-60).

Portanto, por trás do número de divórcios decretados anualmente com base nos fundamentos especificados na Lei, encontram-se situações psicossociais relevantes, desde razões de ordem sócio - profissional e cultural, até insatisfações e desencantos pela inexistência de uma realização pessoal no casamento. Neste caso, o casal, ao centrar a sua relação nos aspectos negativos, muitas vezes inicia um processo de desintegração conjugal. Por outro lado, as pessoas com atitudes mais favoráveis ao divórcio têm igualmente uma maior probabilidade de dissolver o seu casamento, em contraponto às pessoas com um sentido de perenidade desse vínculo institucional (cf. Pinto, Henrique Almeida; Pereira, M^a da Graça, 2005: 44, citando os estudos desenvolvidos nessa área por Amato e Rogers (1997), além de Booth e White (1980).

Existindo uma variedade de factores associados à dissolução do vínculo conjugal, em todos eles existe a ideia de que o casamento evoluiu de uma dimensão instrumental de sobrevivência e perenidade, para uma dimensão afectiva, tornando-se mais vulnerável à dissolução. A qualidade da relação também conta e o que podemos chamar de abordagem ecológica da vida quotidiana, onde se presta atenção ao ambiente onde decorrem as interacções familiares e ao bem-estar individual numa relação que se deseja satisfatória no plano afectivo, mas também ao parentesco e à vizinhança, acabam por ser elementos fundamentais na preservação da vida conjugal (cf. Aboim, S. 2006:45).

Os elementos estatísticos seguintes e respectivas fundamentações jurídicas da dissolução conjugal completam os aspectos ligados a estas considerações, ajudando a compreender o alcance desta transformação familiar.

4.2.1. Os fundamentos jurídicos para o divórcio: 1980 – 1989

Durante os anos 80, e a par de uma legislação de carácter mais liberal, foi possível estabelecer uma linha evolutiva de crescimento do divórcio, consubstanciado no amplo recurso à dissolução conjugal por ‘Mútuo Consentimento’. Sendo este o fundamento mais utilizado para o divórcio (para além de envolver um processo menos dispendioso e moroso), o art. ° 1779 e a alínea a) do art. ° 1781 completam no campo litigioso os restantes motivos para a dissolução conjugal.

Estes dois novos artigos resultam da aplicação da nova legislação sobre Família, presente no *Código Civil*, em vigor desde 1979. No fundo, o art. ° 1779 continua a referir-se ao adultério, pois envolve a “*violação culposa dos deveres conjugais*”, enquanto a alínea a) do art. ° 1781 se refere “*à separação de facto por seis anos consecutivos*”.

Os divórcios nesta década, em números absolutos, são maioritários entre o 5º e o 9º ano de casamento, (com maior expressão no 7º ano), tendo como base o ‘Mútuo Consentimento’. Este fundamento é igualmente o mais utilizado nas restantes faixas de duração do casamento. Conclui-se que as dissoluções conjugais fundamentadas no *Mútuo Consentimento* suplantam largamente os itens da *Via Litigiosa*.

No entanto, precisamos esclarecer que um divórcio por ‘mútuo consentimento’ não é concebido como um divórcio sem causa. Também ele possui um motivo que os cônjuges, por conveniência, desejam manter secreto. Com efeito, o divórcio por mútuo consentimento não significa a ausência de um conflito entre os cônjuges, ou então a opção por esta modalidade é justificada em muitos casos devido aos atrasos judiciais e aos custos económicos mais elevados de um processo litigioso.

Assinale-se também que, depois de sucessivas alterações jurídicas ao regime de dissolução familiar, o ‘adultério’ sempre se apresentou como uma causa recorrente para justificar o divórcio, tal como as ‘sevícias e injúrias’ e o ‘abandono do lar conjugal’.

No fundo, são estes os fundamentos jurídicos tradicionalmente utilizados nas dissoluções do casamento em Portugal.

QUADRO 16 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO A DURAÇÃO E CAUSAS: 1980/89

ANOS	Duração do Casamento	Mútuo Consen- timento	Art. 1779	Artigo 1781- Alínea a)	Alínea b)	Alínea c)	Conversão Da Sep. Em Div.	Dois ou mais Fundamentos.
1980 / 1989	– de 1 ano	-	-	-	-	-	-	-
	1 – 4 anos	5.287	3.444	-	-	-	22	41
	5 – 9 anos	16.079	3.727	540	64	15	40	128
	10 – 14 anos	12.798	3.826	1. 023	41	21	68	161
	15 – 19 anos	7.014	2.632	923	30	12	83	109
	20 ou mais	11.085	4.875	2.940	74	48	366	337
TOTAIS		52.263	18.504	5.426	209	96	579	776

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*: 1980 – 1989. Lisboa: INE.).

4.2.2. Casamentos dissolvidos por divórcio, segundo o número de filhos: 1980/1989

Nos anos 80, o número de casais divorciados com um filho é superior aos restantes casos, considerados individualmente. Assim, na duração dos casamentos os blocos situados entre os 5 – 9 e 10 – 14 anos possuem um número superior de divorciados com um filho, enquanto as faixas com 1 – 4 e 20 ou mais anos de matrimónio apresentam uma maior tendência para se divorciar sem filhos, naturalmente pelas características próprias que evidenciam.

Estamos perante uma evidência clara no domínio da dissolução conjugal, onde o elevado número de casais divorciados com um descendente leva a naturalmente a concluir que a existência de filhos no casamento não constitui obstáculo para o eventual divórcio dos pais. Por outro lado, estamos a falar em valores absolutos, onde o número de casais com filhos é maior, face aos que não têm filhos. Registe-se ainda que no bloco compreendido entre os 15 – 19 anos de duração do casamento, os divorciados com 2 filhos são superiores aos cônjuges divorciados com um filho. Isso evidencia outro aspecto da expansão do divórcio nos anos 80.

QUADRO 17 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS E DURAÇÃO DO MATRIMÓNIO: 1980-1989

DURAÇÃO DO CASAMENTO	SEM FILHOS	COM 1 FILHO	COM 2 FILHOS	COM 3 FILHOS	COM 4 OU MAIS FILHOS	TOTAL
– de 1 ano	15	1	-	-	-	16
1 – 4 anos	5.551	2.850	319	30	3	8.753
5 – 9 anos	7.443	11.280	3.641	441	92	22.897
10 – 14 anos	3.608	7.001	5.760	1.128	303	17.800
15 – 19 anos	1.875	3.023	3.885	1.295	496	10.574
20 ou mais	7.682	4.357	4.167	1.829	1.442	19.477
TOTAL	26.174	28.512	17.772	4.723	2.336	

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*: 1980 – 1989. Lisboa: INE.).

4.2.3. O Divórcio e as Regiões do País – 1980/1989

Os dados estatísticos permitem ainda concluir que são os Centros Urbanos, nomeadamente os do Litoral, quem mais contribuem para o divórcio na sociedade portuguesa, não só pela maior população aí existente e pelas características como centros económicos de algum peso, mas também pelo maior cosmopolitismo de que esses locais dão provas.

Em contraste, as regiões do Norte Interior apresentam uma menor incidência de dissolução conjugal, a que não será alheio uma maior ligação estrutural com as normas da Igreja. Não deixa de ser interessante verificar que entre os meados dos anos 70 e os anos 80, distritos como Lisboa e Setúbal registaram um número de casamentos pelo registo civil mais elevado face aos matrimónios canónicos, facto que explica o maior número de dissoluções conjugais em casais que efectuaram o seu casamento pela via civil (cf. Delgado, P. 1996: 218/219).

4.3. O Divórcio nos anos 90

A década de 90, como vimos, acentuou as mudanças no âmbito familiar, consolidando as tendências de modernização que já se faziam sentir anteriormente. Por conseguinte, o ritmo de transformação serviu para que as marcas do processo de modernização da vida familiar se tornassem mais visíveis.

Assim, seria de prever igualmente a existência de alterações no campo da dissolução conjugal. Com efeito, a análise aos primeiros anos desta década permite observar uma contínua tendência no aumento do número de divórcios.

Parece visível que os anos 90 consolidam também a maior independência de cada membro do casal, seja porque o elemento feminino cada vez mais assume a sua independência a nível económico ou então porque sente ser pouco gratificante uma vida dedicada à casa ou aos filhos, sem outra forma de realização pessoal.

Esta situação também se encontra presente quanto ao regime de bens escolhido, pois a comunhão de bens adquiridos foi de longe a principal via seguida pelos nubentes na celebração matrimonial.

No plano legislativo, dois Diplomas particularmente importantes passam a regulamentar alguns aspectos sobre o processo de divórcio: o Decreto – Lei nº 131/95 de 6 de Junho e a Lei nº 47/98 de 10 de Agosto.

A ideia geral que preside ao primeiro diploma reside em simplificar e desburocratizar procedimentos, transferindo certas competências para as conservatórias do registo civil. Deste modo, o processo de divórcio e de separação de pessoas e bens por mútuo consentimento poderá passar a *“poder correr os seus termos na conservatória do registo civil, sendo decidido, a final, pelo respectivo conservador”* (Decreto – Lei nº 131/95)

O segundo estabeleceu algumas alterações aos artigos 1775º, nº 1 e 1781, alíneas a), b), c) e d) do *Código Civil*, que passaram a ter a uma nova redacção.⁸⁰

A Lei 47/98 de 10 de Agosto foi um diploma legislativo que maior importância trouxe nos finais dos anos 90 sobre o divórcio. Simplificando os prazos e diminuindo em certos casos o tempo para que um dos cônjuges recorresse à dissolução do casamento pelo divórcio, a lei adequava-se ao ritmo de vida das pessoas e aos seus interesses pessoais, para além de vincar o plano da igualdade de direitos dos cidadãos perante a lei e o respeito pela intimidade da vida privada.

No domínio da dissolução conjugal, segundo os fundamentos e duração do casamento, os índices seguintes são reveladores quanto à opção escolhida pelos cônjuges, nesta década.

4.3.1. Fundamentos Jurídicos para o Divórcio: 1990 – 1999

O principal fundamento para divórcio na primeira metade dos anos 90 envolveu novamente o ‘Mútuo Consentimento’, especialmente verificado em casais com 5 a 9 anos de casamento. Com números absolutos igualmente expressivos surgem os matrimónios com 10 – 14 e 15 – 19 anos de duração.

⁸⁰ O artigo 1775.º nº 1 passou a ter a seguinte redacção:

“1 – O divórcio por mútuo consentimento pode ser requerido pelos cônjuges a todo o tempo.

2 – (...)

3 – (...)”

O artigo 1781.º passou a ter a seguinte redacção:

“São ainda fundamento do divórcio litigioso:

- a) A separação de facto por três anos consecutivos;
- b) A separação de facto por um ano se o divórcio for requerido por um dos cônjuges sem oposição do outro;
- c) A alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de três anos e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum;
- d) A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a dois anos”. (Lei nº 47/98, de 10 de Agosto).

No campo litigioso, a modalidade mais utilizada foi o artigo 1779, notando-se uma maior incidência deste recurso nos casais com 1 – 4 anos de casamento. A curta distância situa os casamentos com 10 – 14 anos e 5 – 9 anos de duração, respectivamente. Com alguma expressão, podemos ainda apontar a alínea a) do art.º 1781, utilizada maioritariamente como fundamento de divórcio pelos casais com 25 ou mais anos de casamento.

Se a via consensual do mútuo *consentimento* é a modalidade mais solicitada (o que pressupõe uma relação tendencialmente igualitária no casamento), não podemos esquecer que muitas vezes um dos cônjuges decide por essa via, levando o outro a aceitar tal decisão, seja pelo receio de represálias seja por não estar interessado numa guerra de desgaste com o cônjuge. Por outro lado, como já referimos, o sistema judicial tende a aconselhar os requerentes a modalidade de mútuo consentimento para evitar a lentidão do processo e o seu prolongamento em caso de litígio, agravado pelos custos financeiros.

Mesmo assim, é possível visualizar que a via litigiosa abre-se quando estão em causa situações como adultério, abandono do lar, violência ou maus tratos do marido, tal como indicam os divórcios decretados com base no artigo 1779, regulando a violação culposa dos deveres conjugais e o artigo 1781- a) sobre a separação de facto por 3 anos consecutivos.⁸¹

A segunda metade da década acentuou de modo evidente os números da dissolução familiar em Portugal, em especial nos dois últimos anos, tal como demonstram os dados estatísticos.

Com efeito, é visível o incremento do divórcio na segunda metade desta década, em especial na vertente relacionada com o *Mútuo Consentimento*. Por outro lado, verifica-se no campo litigioso uma diminuição gradual do número de dissoluções com base nos itens respectivos.

O bloco com 5-9 anos de duração do casamento continua a ser aquele onde se verificam maior número de dissoluções conjugais, sendo seguido pelo bloco com 10-14 anos de duração do casamento.

Deve-se realçar que o terceiro bloco mais afectado pelo divórcio é agora constituído pelos casamentos com 1 a 4 anos de duração e não a faixa com 15 – 19, como sucedeu

⁸¹ Recordamos que, pela redacção da Lei nº 47/98, de 10 de Agosto, a separação de facto passou de 6 anos para 3 anos.

ao longo dos anos 80 e primeira metade dos anos 90. Tal facto ilustra a rápida evolução da dissolução conjugal na sociedade portuguesa do momento, tal como podemos também comprovar na relação: divórcio / n.º de filhos do casamento.

QUADRO 18 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO A DURAÇÃO E CAUSAS: 1990 – 1999 (Continente e Ilhas).

ANOS	Duração do Casamento	Mútuo Consent.	Art. 1779	Artigo 1781- Alínea a)	Alínea b)	Alínea c)	Conversão Da Sep. Em Div.	Dois ou mais Fund.
1990 / 1999	– de 1 ano	14	56	-	-	-	-	1
	1-4 anos	13.987	4.293	26	17	-	5	3
	5-9 anos	28.082	4.182	747	83	3	21	67
	10-14 anos	20.459	4.119	1.338	76	18	22	132
	15-19 anos	15.855	3.584	1.233	91	15	36	121
	20 -24anos	10.900	2.546	1.035	47	7	25	91
	25 ou mais	11.746	3.353	1.920	109	13	112	224
TOTAIS		101.043	22.133	6.299	423	56	221	639

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1990 – 1999*. Lisboa: INE.).

4.3.2. Casamentos dissolvidos por Divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 1990 – 1999

O estudo efectuado ao longo dos anos 90, permite concluir que não existem alterações à tendência delineada na década anterior – em números gerais, os casais divorciados com um filho, continuam a ser superiores aos restantes casos em análise.

Registe-se no entanto um crescimento significativo de filhos existentes em casamentos dissolvidos com 10 a 14 anos de duração, facto também relacionado com o grande número de divórcios decretados nos anos 90.

O fundamento mais utilizado nos casais divorciados com um filho envolveu claramente o ‘Mútuo Consentimento’. A segunda causa mais solicitada – ‘artigo 1779’ – atingiu os casais sem filhos, num ligeiro ascendente em relação aos casais divorciados com base no mesmo fundamento, mas com um filho. Neste aspecto e uma vez mais, recordamos que os valores absolutos apontam para um maior número de rupturas conjugais quando há filhos, mas na verdade, também é maior o número de casais com filhos do que sem filhos.

Se a maior incidência de divórcio aconteceu nos casais com um filho, ela está relacionada sobretudo com os casais que apresentavam 5 a 9 anos de duração do matrimónio, facto que também permite esboçar uma linha de continuidade em relação

ao verificado na década anterior. Mesmo assim são significativos os casais divorciados com 1 a 4 anos e 5 a 9 anos de duração do casamento, mas sem filhos.

Reparemos novamente na existência de um número relativamente elevado de casais divorciados com dois filhos, com 15 a 19 anos de duração do seu casamento, mostrando que a existência de filhos não chega para impedir o divórcio dos pais. Significa também que a insatisfação pessoal no matrimónio atingiu um limite, preferindo-se o divórcio à continuação do mesmo casamento.

QUADRO 19 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS E DURAÇÃO DO MATRIMÓNIO: 1990-1999 (Continente e Ilhas).

DURAÇÃO DO CASAMENTO	SEM FILHOS	COM 1 FILHO	COM 2 FILHOS	COM 3 FILHOS	COM 4 OU MAIS FILHOS	TOTAL
– de 1 ano	141	13	5	-	2	161
1-4 anos	12.657	5.188	442	34	3	18.324
5-9 anos	12.385	16.615	3.799	325	40	33.164
10 – 14 anos	5.352	11.966	7.177	1.047	174	25.716
15 – 19 anos	3.396	7.505	7.808	1.716	510	20.935
20 – 24 anos	3.142	4.769	4.854	1.313	579	14.657
25 ou mais	6.282	3.619	4.459	1.483	1.216	17.059
TOTAL	43.355	49.675	28.544	5.918	2.524	

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1990 – 1999*. Lisboa: INE.).

4.3.3. O Divórcio e as Regiões do País – 1990/1999

Nesta década, continuamos a assistir a um maior índice de divórcios nos grandes centros urbanos, especialmente na região de Lisboa / Vale do Tejo (envolvendo os distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém), onde os números absolutos superam largamente os índices de divórcio da região norte – distritos de V. Castelo, Braga, Porto, V. Real e Bragança, embora o Porto como grande centro urbano do Litoral, registe um valor mais elevado face aos restantes. Em relação a percentagens e tomando em consideração a relação número de casamentos / número de divórcios, os distritos de Lisboa, Setúbal e do Porto, apresentam um maior índice de dissolução conjugal em comparação com os restantes distritos do País (cf. Delgado, P. 2003: 97).

A celebração matrimonial pela Igreja, por tradição, desejo familiar ou norma social, foi ainda a mais utilizada. Consequentemente, a população divorciada ou separada judicialmente é largamente constituída por casais que realizaram a sua união conjugal pela via canónica. Encontramos também, sobretudo nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro, uma grande percentagem de casamentos e de divórcios tendo como base a celebração civil, revelando uma opção laica no momento da constituição familiar. É

possível assim ensaiar a ideia da impossibilidade de rejeição do divórcio, mesmo entre a população católica do País, observando-se no casamento um assunto que diz respeito aos homens e mulheres nele empenhados (cf. Costa, F. et al. 1998: 68/69).

4.4. O Divórcio nos primeiros anos do Século XXI

Como vimos, a ideia de que seria melhor o casal não sacrificar a sua vida pessoal para manter um casamento infeliz, releva da ideia da sociedade moderna incentivar a selecção do parceiro conjugal na base dos afectos e não da sobrevivência.

Sendo o sentimento mais efémero do que a sobrevivência, o casamento baseado no amor será mais vulnerável do que o baseado nas necessidades económicas. Talvez por estarem menos dependentes do casamento como forma de sobrevivência, as pessoas tendem a divorciar-se mais. Por isso, a alteração de valores e de atitudes face ao casamento desempenha um papel importante na actual dissolução conjugal, sem esquecer o ambiente familiar onde se desenrolam as interacções familiares.

Esta situação não deixa de estar presente quando se tenta explicar a crescente subida nos índices de dissolução conjugal por divórcio. De acordo com os dados estatísticos referentes aos primeiros cinco anos do novo século, é visível a consolidação da tendência de subida já verificada nos anos 90 quanto ao aumento do número de casais divorciados.

No domínio da dissolução conjugal, segundo os fundamentos e duração do casamento, os índices absolutos seguintes são reveladores quanto à opção escolhida pelos cônjuges nesta década.

4.4.1. Fundamentos Jurídicos para o Divórcio: 2000 - 2005

Seguindo o modelo já verificado nas décadas anteriores, o fundamento mais solicitado para divórcio na primeira metade do novo século envolveu o ‘Mútuo Consentimento’, de novo com maior incidência nos casais com 5 a 9 anos de duração do casamento. Com índices absolutos igualmente expressivos surgem os matrimónios com 1 – 4 e 10 – 14 anos de duração, por esta ordem. Este dado permite agora reparar que os casamentos dissolvidos com 1 – 4 anos de duração figuram em 2º lugar, realçando a transformação que se opera quanto à duração do casamento.

No campo litigioso, a modalidade mais utilizada foi o artigo 1779, mas agora são os casais com 25 ou mais anos de duração de casamento a apresentarem os índices mais

elevados. A alguma distância situam-se os casamentos com 5 – 9 e 10 – 14 anos de duração, respectivamente. Com alguma expressão, podemos ainda apontar a alínea a) e a alínea b) do art. 1781, utilizada maioritariamente como fundamento de divórcio pelos casais com 25 ou mais anos de casamento.

Se a via consensual do *mútuo consentimento* continua a ser a modalidade mais solicitada para a dissolução conjugal (representando quase 90% das dissoluções conjugais decretadas) não podemos esquecer que esta modalidade está a envolver cada vez mais os casais com relativamente pouco tempo de vida conjugal comum, implicando uma diminuição do tempo médio de duração do casamento.

Por outro lado, a via litigiosa continua a ter uma significativa expressão entre os casais com 25 e mais anos de casamento. Neste caso, estamos perante situações ligadas ao adultério, abandono do lar, violência ou maus-tratos do marido, tal como indicam os divórcios decretados com base no artigo 1779 e nas várias alíneas do artigo 1781. Estes casos são também sinais de um certo desgaste de uma vida em comum mais ou menos longa, onde as tensões inerentes à vida conjugal acabam muitas vezes por aumentar significativamente as possibilidades de divórcio; ou podem ser expectativas quanto a novas oportunidades de vida agora que os filhos deixaram o lar, que poderão levar o casal à ruptura. São múltiplas as situações que tendencialmente justificam os divórcios entre os casais com décadas de casamento, onde deve ser igualmente equacionado a qualidade da vida do casal no interior do lar conjugal, ou seja, o seu próprio ‘nicho ecológico’.

Paralelamente, o grupo etário que mais protagonizou o divórcio nesta primeira metade da década no campo masculino situa-se entre os 30-34 anos e não, como aconteceu ao longo dos anos oitenta e noventa, na faixa entre os 35-39 anos, que passou a ocupar agora a segunda posição.

No campo feminino, o grupo etário com maior número de divórcios situa-se também ente os 30-34 anos, mantendo a tendência já verificada nas décadas anteriores. O maior índice absoluto de divórcio verifica-se no bloco com 5 – 9 anos de duração do casamento.

Em termos gerais, tem vindo a diminuir o tempo médio de duração do casamento desde os anos oitenta, o mesmo sucedendo no campo masculino e feminino quanto aos grupos etários que presentemente mais se divorciam (cf. *Anuários Demográficos*, 2000-

2007). Vejamos então os dados estatísticos, tendo em atenção a primeira metade deste novo século:

QUADRO 20 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO A DURAÇÃO E CAUSAS: 2000 – 2005 (Continente e Ilhas).

ANOS	Duração do Casamento	Mútuo Consent.	Art. 1779	Artigo 1781- Alínea a)	Alínea b)	Alínea c)	Conversão Da Sep. Em Div.
			LITIGIOSO				
2000 / 2005	– de 1 ano	1.586	4	1	-	-	-
	1-4 anos	19.843	662	208	34	-	9
	5-9 anos	25.074	1.322	781	112	3	23
	10-14 anos	22.011	1.309	953	134	3	37
	15-19 anos	16.009	1.168	828	115	4	22
	20 -24anos	12.559	990	737	99	3	32
	25 ou mais	17.229	1.591	1.426	137	3	87
TOTAIS		114.311	7.046	4.934	631	16	210

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 2000 – 2005*. Lisboa: INE.).

4.4.2. Casamentos dissolvidos por Divórcio, segundo o número de filhos e duração do matrimónio: 2000 – 2005

Analisando os dados estatísticos referentes aos primeiros cinco anos deste século, podemos concluir que se mantém a tendência delineada nas duas últimas décadas – em números totais, os casais divorciados com um filho, continuam a ser superiores aos restantes casos em estudo.

Por outro lado, acentuou-se o crescimento significativo do número de filhos existentes em casamentos dissolvidos, facto directamente relacionado com o elevado número de divórcio decretados nestes primeiros anos do século XXI.

O fundamento mais utilizado nos casais divorciados sem filhos ou tendo um filho envolveu claramente o ‘Mútuo Consentimento’. A segunda causa mais solicitada – ‘artigo 1779’ – atinge agora os casais com 1 filho, num ligeiro ascendente em relação aos casais divorciados com base no mesmo fundamento, mas sem filhos. Esta situação representa também uma mudança face aos anos 90, quando se verificava até então o oposto.

No momento presente, a maior incidência de divórcio acontece nos casais com um filho, no bloco com 5 a 9 anos de duração do matrimónio. Este facto continua a verificar-se desde os anos 80. Torna-se igualmente significativo notar que os casais divorciados sem filhos com 1 a 4 anos de vida conjugal são largamente maioritários em

comparação com os casais que apresentam 5 a 9 anos de duração do casamento, numa evidente alteração ao que se verificava ainda nos anos 80.

Registe-se também o número relativamente elevado de casais divorciados com dois filhos e com 25 ou mais anos de duração do seu casamento, numa evidente situação em que os filhos provavelmente já estão casados ou em vias de o fazer. De facto, superam os restantes blocos onde existam 2 ou mais filhos. Significa também que a insatisfação pessoal no casamento atingiu um ponto crítico e o divórcio surge como acontecimento natural face à situação existente.

QUADRO 21 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS E DURAÇÃO DO MATRIMÓNIO: 2000 – 2005 (Continente e Ilhas)

DURAÇÃO DO CASAMENTO	SEM FILHOS	COM 1 FILHO	COM 2 FILHOS	COM 3 FILHOS	COM 4 OU MAIS FILHOS	TOTAL
– de um ano	1.468	108	13	-	2	1.591
1-4 anos	15.631	6.506	740	41	10	22.828
5-9 anos	10.293	16.840	4.298	361	93	31.885
10 – 14 anos	4.609	11.517	7.214	903	244	24.487
15 – 19 anos	2.454	7.036	7.067	1.314	394	18.265
20 – 24 anos	2.478	5.197	5.175	1.172	403	14.425
25 ou mais	5.251	4.658	7.507	2.108	1.071	20.595
TOTAL	42.184	51.862	32.014	5.899	2.217	

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 2000 – 2005*. Lisboa: INE).

4.4.3. O Divórcio e as Regiões do País: 2000 – 2005

Nos primeiros anos do novo século e seguindo os dados extraídos nas estatísticas do I.N.E. com base na distribuição geográfica (NUT II), continuamos a assistir a um maior índice de divórcios nos grandes centros urbanos, novamente com a região da Grande Lisboa em primeiro lugar. Os índices absolutos apurados superam largamente o número de divórcios da região Norte, que aparece em 2º lugar. O Porto, como distrito mais representativo, apresenta valores mais elevados face aos restantes.

As regiões seguintes com expressão a nível de dissolução conjugal são, respectivamente, o Centro (envolvendo distritos como Aveiro, Leiria, Coimbra, Viseu e Guarda), o Alentejo (distritos de Portalegre, Castelo Branco, Évora e Beja) e o Algarve (distrito de Faro).

Como a celebração canónica foi ainda a mais utilizada, a população divorciada é largamente constituída por casais que realizaram a sua união matrimonial pela Igreja, muito embora seja de referir o crescimento de uma grande percentagem de divórcios tendo como base a celebração civil, especialmente na Região da Grande Lisboa, no

Alentejo e no Algarve. Continuamos assim com uma divisão Norte – Sul e também Litoral / Interior do País, numa situação estrutural, onde se mantêm aspectos tradicionais ligados às alianças matrimoniais, a par de sinais inequívocos de modernidade, especialmente marcante nos grandes centros urbanos.

Em termos gerais, o divórcio foi justificado maioritariamente em todo o País com base no *mútuo consentimento*. Nos casos litigiosos, os índices mais elevados contemplaram o artigo 1779 (nº 1 do *Código Civil*, regulando a violação culposa dos deveres conjugais) e o artigo 1781, (alínea a; regulando a separação de facto).

No campo litigioso, a Região Norte recorreu em maior número aos dois fundamentos citados para justificar a dissolução do casamento. A segunda área onde se verificou maior recurso aos mesmos artigos foi a Região da Grande Lisboa e em terceiro lugar a Região Centro.

QUADRO 22 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E FUNDAMENTOS: 2000 – 2005 (Continente).

REGIÕES	Total	Mútuo Consent.º	Art.º 1779	Artigo 1781- Alínea a)	Alínea b)	Alínea c)	Conversão Da Sep. Em Div.
			LITIGIOSO				
NORTE	39.360	34.978	2.632	1.481	197	2	73
CENTRO	23.872	21.513	1.260	897	137	4	51
LISBOA/ V. TEJO	50.765	47.082	1.929	1.538	153	7	61
ALENTEJO	7.045	6.489	214	300	36	-	7
ALGARVE	6.123	5.677	178	230	29	3	7
PORTUGAL (Continente)	127.165	115.739	6.213	4.446	488	16	199

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 2000 – 2005*. Lisboa: INE.).

QUADRO 23 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E FORMA DE CELEBRAÇÃO: 2000 – 2004 (Continente).

REGIÕES DO PAÍS	CELEBRAÇÃO CIVIL	CELEBRAÇÃO CANÓNICA	TOTAIS
NORTE	7.785	24.657	32.442
CENTRO	5.916	13.307	19.223
LISBOA/ V. TEJO	22.462	20.852	43.314
ALENTEJO	2.675	3.234	5.519
ALGARVE	2.830	2.422	5.252

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 2000 – 2004*. Lisboa: INE.).

4.5. Estatuto socioprofissional dos divorciados

Na transição dos anos 80 para os anos 90, uma das realidades sociológicas a reter envolveu não só a adesão crescente a uma vida activa da parte do elemento feminino, mas também o modo como se fixaram nele de uma forma contínua. Significa isso que passou a existir no mercado de trabalho um grande número de mulheres que passaram a ter um peso significativo no andamento da vida ou da situação conjugal.

Nesta base, é possível estabelecer uma relação entre as actividades profissionais exercidas pelos diferentes grupos sociais e o divórcio. Torna-se igualmente necessário juntar a esse dado o aumento da escolarização da população, factor que terá a sua repercussão nas camadas sociais que aderem à prática do divórcio quando o seu projecto de vida conjugal entrou em crise, ou não alcançou as expectativas que inicialmente o casamento supunha alcançar.

Assim, no campo da relação *escolarização/actividade profissional/divórcio*; um estudo conduzido por Anália Torres em 1996 salientou que eram os grupos socioprofissionais com actividades ligadas a ambientes intelectuais, científicos e técnicos, os directores e quadros dirigentes (profissionais liberais e quadros médios e superiores) para além de empregados executantes, quem mais recorria ao divórcio. Esta subida associa-se indirectamente a outra: o aumento dos níveis de instrução da população portuguesa (cf. Torres, A. 1996: 41)

Os primeiros, sendo menos dependentes de constrangimentos económicos, têm ainda uma visibilidade pública acrescida, constituindo-se porta-vozes de novos modelos de comportamento, não hesitando em divorciar-se quando for caso disso. Quanto aos empregados executantes, são constituídos por um leque variado e diferenciado de profissões onde se incluem funcionários dos sectores administrativos e empregados do comércio, que têm em comum o facto de estarem concentrados nos grandes centros urbanos, com destaque para a Grande Lisboa, região onde se localizam os serviços centrais de administração pública que absorvem igualmente um número considerável de mulheres pertencentes a este sector socioprofissional. (cf. Torres, A. 1996: 42)

Este grupo de empregados executantes era igualmente diversificado na escolarização, incluindo pessoal dos sectores administrativos com níveis de instrução intermédia e empregadas de limpeza com escolaridade básica. Por isso, também aqui a situação de divórcio é susceptível de ser vivida de forma diferenciada. Com efeito, embora constituam um conjunto alargado de pessoas que podem divorciar-se, para

alguns essa situação envolve mais riscos, especialmente para as mulheres com baixa escolarização para quem o divórcio constitui, muitas vezes, um passo decisivo para a entrada em situações de fragilidade económica e até de exclusão social. (cf. Torres, A. 1996: 42/43).

Também Mário Leston Bandeira (1996) esboçou um retrato social do divórcio em Portugal nos anos 80/90, calculando que cerca de 40% dos divorciados masculinos pertenciam ao que se poderia chamar genericamente classes populares urbanas – empregados de escritório e operários. Entre a população feminina, o facto mais significativo que apontou era a elevada proporção de mulheres inactivas que se divorciaram – cerca de 41%; tendo a frequência do divórcio maior expressão entre as empregadas de escritório (cerca de 16%), seguindo-se as trabalhadoras científicas e técnicas (cerca de 9,5%) (cf. Bandeira, M. Leston 1996:339/340).

Este autor concluiu ainda que o carácter popular do divórcio era ainda acentuado pelos indicadores relativos à instrução dos divorciados, onde cerca de 43% dos homens e das mulheres que se divorciaram nos anos 80 em Portugal tinham apenas a escolaridade obrigatória. Se acrescentarmos a este grupo o das pessoas que não frequentaram qualquer escola (28% entre as mulheres e 30% entre os homens), temos mais de 70% de divorciados com um nível de instrução baixo ou muito baixo (cf. Bandeira, M. Leston 1996:340/341).

Aparentemente, estes indicadores sociais sobre os divorciados refutam a ideia corrente segundo a qual o divórcio seria sobretudo praticado por pessoas pertencentes às classes médias altas ou às classes superiores, com um nível de instrução elevado. Na realidade, considera o autor, apenas entre as profissões intelectuais (que constituem obviamente uma minoria dentro das classes referenciadas) se podiam detectar indícios de uma maior predisposição para o divórcio, calculando que 10% dos divorciados em 1988 eram considerados trabalhadores científicos e técnicos. No entanto, o mesmo investigador considera: “ *É provável, no entanto, que o peso desta categoria socioprofissional seja mais elevado, dado que provavelmente uma parte significativa dos cerca de 26% de homens que se divorciaram (9% entre as mulheres) cuja profissão o I.N.E. não conseguiu classificar, exercerão ou actividades do tipo intelectual ou profissões no sector dos serviços o qual aparece muito sub-representado*” (Bandeira, M. Leston 1996:341).

Os dados que recolhemos e analisámos permitem notar uma linha de evolução entre os anos 90 e o momento actual, revelando numa primeira fase maior índice de divórcio entre os sectores médio-baixo da sociedade (operários, pessoal de serviços/vendedores e empregados de escritório) que atingem índices superiores em relação às profissões intelectuais e científicas. Por esse motivo também, a escolaridade básica é predominante nos sectores populacionais que mais se divorciam.

No entanto, ao longo dos anos 90 até ao presente, foi visível o crescimento dos níveis de instrução da população portuguesa, acabando esse facto por ter consequências no grau de instrução dos casais divorciados. Atendendo a este factor, é claro também o crescimento do divórcio sobretudo entre os quadros superiores, as profissões intelectuais e os técnicos de nível intermédio, cujos índices podem ser mais elevados, tendo em atenção a indicação de Mário Leston Bandeira sobre as actividades profissionais que o I.N.E. não conseguiu classificar, onde seguramente estarão representados mais ocupações de tipo intelectual e científico. No conjunto porém, o divórcio permanece mais elevado entre os sectores populares da sociedade, também porque são estes os sectores mais representados nos índices de casamentos e divórcio realizados.

Portanto, é possível concluir que o divórcio atinge na actualidade todos os quadrantes sociais do País, tendo grande expressão nos estratos sociais médios/altos com actividades ligadas a ambientes intelectuais, científicos e técnicos, mas também afecta em alto grau as classes populares urbanas, quer sejam empregados executantes com níveis básicos de escolaridade, quer estejam ligadas ao funcionalismo público.

Elemento comum em relação aos estudos de Anália Torres e Mário Leston Bandeira é o facto de considerarem os índices de actividade laboral feminina como um factor relevante para uma eventual dissolução conjugal.

No entanto, se é verdade que se pode estabelecer uma relação entre o aumento da participação da mulher na actividade profissional e o divórcio, isso não significa necessariamente que exista uma relação de causa / efeito em relação a este fenómeno.

Como acrescenta Anália Torres (1996), *“o aumento das rupturas conjugais coexiste com o crescimento dos chamados sectores intermédios na sociedade portuguesa, que são aqueles que mais tendem a defender os valores da conjugalidade moderna contemporânea. A escolha do cônjuge segundo critérios afectivos, valorização da relação conjugal na base da partilha, mas também da autonomia dos cônjuges,*

paralelismo de objectivos de realização profissional e familiar entre o homem e a mulher [são] modelos (...) que tenderiam a produzir maior proximidade entre os cônjuges, maior democraticidade na relação entre pais e filhos, mas também novas dificuldades quanto ao acerto dos trajectos, quanto à conciliação entre as lógicas individuais e as conjugais e familiares. Tensões e dificuldades que contribuiriam para tornar o divórcio mais frequente nesses grupos.” (cf. Torres, Anália 1996:41).

Por outro lado, convém lembrar que “ *a ruptura da conjugalidade engendra também a sua posterior reconstituição, agilizando progressivas mudanças no cenário da vida familiar*”, sem esquecer que muitos desses casamentos (ou coabitações familiares) acabarão por envolver a existência de filhos anteriores a essa nova reconstituição familiar (cf. Torres, A. 2002:573).

Se as segundas (e por vezes terceiras conjugalidades) no actual quadro da vida familiar revelam o cenário de transformação da vida familiar ao longo dos anos noventa, os factos apontam agora para um modelo familiar mais desinstitucionalizado caracterizado por conjugalidades informais onde muitas vezes se tem poucos filhos, o casamento se adia para mais tarde e são cada vez menos religiosos, com percursos assinalados pela marca de rupturas e recomposições, contribuindo para a erosão dos fundamentos tradicionais do casamento como instituição.” *A linearidade dos percursos familiares e a perenidade o casamento são componentes que estão hoje muitas vezes ausentes, abrindo uma nova pluralidade de formas de organizar a vida conjugal e familiar.”* (cf. Aboim, Sofia 2006:72).

Factor igualmente a tomar em consideração envolve a vida doméstica das famílias. Constituindo-se como uma área onde a modernidade dos comportamentos privados também se reflecte com acuidade, constata-se desde logo que as pessoas vivem hoje em agregados domésticos mais pequenos do que em 1991. “ *Esses indicadores são suficientemente evidentes para atestarem a consolidação do processo de individualização da vida familiar; por outro lado, denotam também o aumento do espaço individual no seio do interior doméstico (...)*” (Aboim, Sofia 2006:72).

Será neste campo que se inscreve, após o divórcio, a reconstituição familiar, seja pela realização de um segundo casamento, seja pela coabitação. Mesmo que a formação familiar tenha ainda no casamento a sua maior expressão social, a recomposição familiar começa a ganhar uma significativa expressão no universo do relacionamento conjugal, correspondendo igualmente a outro momento de transformação familiar.

Vejamos primeiro os elementos estatísticos recolhidos que sustentam a análise efectuada, para depois observar como se tem processado a recomposição familiar em Portugal.

QUADRO 24 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, POR PROFISSÃO DO CÔNJUGE FEMININO E SEGUNDO A PROFISSÃO DO CÔNJUGE MASCULINO – 1995/1999

Profissão dos Cônjuges (masculino)	TOTAIS	Profissão do Cônjuge Masculino									Ignorada ou mal definida
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	
		3.530	3.127	4.891	3.686	6.707	1.043	10.974	2.357	2.149	7.428
Profissão dos Cônjuges (feminino)	TOTAIS	Profissão do Cônjuge Feminino									Ignorada ou mal definida
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	
		1.479	4.960	5.445	6.563	9.167	315	5.751	217	6.067	6.919

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*: 1995 – 1999. Lisboa: INE).

QUADRO 25 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, POR PROFISSÃO DO CÔNJUGE FEMININO E SEGUNDO A PROFISSÃO DO CÔNJUGE MASCULINO – 2000/2004⁸²

Profissão dos Cônjuges (masculino)	TOTAIS	Profissão do Cônjuge Masculino									Ignorada ou mal definida
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	
		8.479	8.368	7.413	6.073	11.665	1.613	20.159	5.041	4.333	12.048
Profissão dos Cônjuges (feminino)	TOTAIS	Profissão do Cônjuge Feminino									Ignorada ou mal definida
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	
		4.170	10.628	9.068	11.576	16.729	543	9.730	390	11.172	9.299

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal*: 2000 – 2004. Lisboa: INE).

⁸² Classificação Nacional de Profissões (CNP – 94)

0 – Militares.

1 – Quadros Superiores.

2 – Profissões intelectuais e científicas.

3 – Técnicos de nível intermédio.

4 – Empregados de escritório.

5 – Pessoal de Serviços e Vendedores.

6 – Agricultores / Pescadores.

7 – Operários.

8 – Operadores de Máquinas/ Condutores de Veículos.

9 – Trabalhadores não qualificados (minas, construção civil)

QUADRO 26 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CÔNJUGES - 1990/1994 -

Grau de instrução dos Cônjuges (masculino)	TOTAIS	Grau de Instrução do Cônjuge Masculino					
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler, sem ter frequentado a escola	Ensino Básico	Ensino secundário	Ensino Superior	Outros Cursos
		195	9.397	29.918	13.867	3.944	618
Grau de instrução dos Cônjuges (feminino)	TOTAIS	Grau de Instrução do Cônjuge Feminino					
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler, sem ter frequentado a escola	Ensino Básico	Ensino secundário	Ensino Superior	Outros Cursos
		252	9.397	30.727	13.751	3.303	509

QUADRO 27 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CÔNJUGES - 1995/1999 -

Grau de instrução dos Cônjuges (masculino)	TOTAIS	Grau de Instrução do Cônjuge Masculino				
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler, sem ter frequentado a escola	Ensino Básico	Ensino secundário	Ensino Superior
		564	2.521	37.484	23.051	5.933
Grau de instrução dos Cônjuges (feminino)	TOTAIS	Grau de Instrução do Cônjuge Feminino				
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler, sem ter frequentado a escola	Ensino Básico	Ensino secundário	Ensino Superior
		664	2.564	40.878	22.658	6.224

QUADRO 28 – CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CÔNJUGES - 2000/2004 -

Grau de instrução dos Cônjuges (masculino)	TOTAIS	Grau de Instrução do Cônjuge Masculino				
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler, sem ter frequentado a escola	Ensino Básico	Ensino secundário	Ensino Superior
		425	2.421	60.937	36.726	9.060
Grau de instrução dos Cônjuges (feminino)	TOTAIS	Grau de Instrução do Cônjuge Feminino				
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler, sem ter frequentado a escola	Ensino Básico	Ensino secundário	Ensino Superior
		466	2.082	57.995	37.160	14.769

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1995 – 2004*. Lisboa: INE.).

V. AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES EM PORTUGAL E RESPECTIVA CARACTERIZAÇÃO

Desde meados dos anos 70 que a família portuguesa atravessa uma profunda transformação. Se os indicadores demográficos fornecem indícios sugestivos em relação a questões de nupcialidade (celebração, regime de bens) e de fecundidade (número médio de filhos por casal), o mesmo devemos dizer em relação ao crescente número de dissoluções conjugais pelo divórcio.

De igual modo, as Políticas Familiares relacionadas com o *Direito de Família* tem acompanhando estes indicadores, adaptando o discurso jurídico face às necessidades sociais, como são disso exemplo a publicação de vários Diplomas regulando a ‘Norma Familiar’.

Mas se a constituição familiar ainda se faz maioritariamente através de um casamento, não podemos ignorar no actual panorama do País outras configurações familiares que perseguem o mesmo objectivo – vida familiar em casal, assumida de forma plena pelos seus membros.

Naturalmente, o significado e as estratégias que levam a esta pluralidade de formas familiares podem ser diferentes, mas apresentam em comum o desejo de uma conjugalidade vivida de forma autónoma e com sentido liberdade face a condicionalismos de ordem tradicional familiar.

Temos assim pessoas que casam e se divorciam; mas voltam a casar ou a coabitar, enquanto outras permanecem em situação monoparental/unipessoal. Para além dessas, encontramos ainda outras pessoas que escolhem viver o seu projecto conjugal em união de facto, fazendo-o numa situação de experimentação ou de pré-casamento.

Conhecer e compreender os motivos dessas opções de vida familiar para além de caracterizar o campo socioprofissional e escolar nele envolvido, constituem motivos de interesse e de reflexão, algo que passamos seguidamente a desenvolver.

5. O Recasamento, no conjunto da vida familiar em Portugal

Entendido como o casamento de indivíduos que passaram por uma anterior relação conjugal, terminada por viuvez ou por divórcio, apresenta-se com reduzida expressão no âmbito geral do casamento entre solteiros, mas atinge maior significado se o contextualizarmos no panorama do divórcio em Portugal.

Com efeito, este segundo (e por vezes terceiro) casamento envolve actualmente dimensões mais relacionadas com o divórcio do que com situações de viuvez, como acontecia no passado, altura em que *“os recasamentos de viúvos eram proporcionalmente tão numerosos quanto são hoje os casamentos de divorciados – o divórcio veio substituir a viuvez precoce dos séculos passados”* (Lobo, C. e Conceição, C. 2003:141).

Por conseguinte, novas configurações familiares têm sido formadas, as quais merecem igualmente uma referência quanto à sua estrutura e relacionamento no interior do lar conjugal.

Assim e contrariamente a outras formas de família em que o casal, só o pai ou só a mãe constituem o principal elemento da organização familiar, no caso de uma família recomposta a existência e circulação dos filhos ganha um papel preponderante.

Naturalmente, os indivíduos que a integram, partilham uma vida em comum como em qualquer outro modelo de família, mas pelas experiências já vividas, pelas redes de relações que se rompem ou enfraquecem e também pela complexidade das que se vão forjando, são distintas no todo que formam (cf. Leandro, Maria Engrácia 2001:274/275).

Seguindo a proposta de Didier Le Gall (1997), podemos identificar vários esquemas possíveis de configurações familiares dentro da recomposição familiar. Cada uma envia para uma realidade específica, de acordo com várias articulações. Estão neste caso as estabelecidas entre os pais e os filhos; entre estes e o padrasto ou madrasta; a presença de novos filhos no seio das novas configurações conjugais; os vários modos de guarda dos filhos e a periodicidade no tempo.

Significa isto que existem situações em que os enteados vivem no dia-a-dia com o padrasto e a sua mãe (situação mais comum), mas podendo passar o fim-de-semana com o pai e a madrasta. Portanto, temos uma situação continuada e quotidiana e outra que se vive por intermitência (cf. Leandro, Maria Engrácia 2001:275, citando Le Gall, Didier, 1997).

Existe porém um aspecto comum: todas estas novas configurações familiares decorrem de uma reorganização familiar, após uma ruptura conjugal anterior. Os novos cônjuges têm de reelaborar a sua rede de relações, as quais devem igualmente contemplar os filhos de um, do outro ou dos dois. Será a lógica dos teus, dos meus e dos nossos.

Portanto, a família contemporânea está mais centrada sobre a qualidade das suas relações, ao contrário dos séculos anteriores onde os vínculos decorrentes das coisas primavam sobre os vínculos entre as pessoas, uma vez que a organização familiar tinha como principal objectivo a manutenção dos bens domésticos da família e onde todas as considerações de ordem pessoal se tornavam secundárias perante as de ordem material.

O problema na família actual surge quando se verifica o divórcio do primeiro casamento, seguido pela composição de um segundo casal (família recomposta), mas onde as leis e as regras sociais não são ainda suficientes para legitimar social e culturalmente o novo ambiente conjugal.

De facto, a criação da primeira família inscreve-se nas regras jurídicas e culturais da sociedade, ou seja, passam pelo noivado, casamento e nascimento do primeiro filho. Para uma família recomposta, estas passagens acontecem sem qualquer ritual especial. Depois, quando se verifica o segundo casamento, a lei vai definir novamente as ligações no seio do novo casal, mas parece ignorar a relação entre os direitos e os deveres de um padrasto e de um enteado.

Se não existir o casamento, limitando-se o casal a viver (coabitar) em comum, a questão é ainda mais difícil, pois o sistema jurídico carece não só de referências, mas também de linguagem. De facto, como vamos designar as relações no seio de uma família recomposta, mas fora do casamento legítimo? O namorado da mãe, não é propriamente um padrasto e os filhos de cada um dos membros do casal não estão ligados entre si por qualquer vínculo jurídico. No entanto, coabitam no mesmo lar onde, para lá da ausência de reconhecimento jurídico, só poderão existir eventuais vínculos relacionais. (cf. Cutsem, Chantal 2004:23).

Por outro lado, em que momento se pode afirmar que uma família se recompõe? Juridicamente será pela efectivação do segundo casamento, mas se o casal preferir coabitar é possível considerar essa relação uma recomposição familiar? E se tiverem filhos de uniões anteriores, mas continuarem a viver em união de facto? Será que podemos afirmar que estamos perante uma família recomposta apenas quando tiverem um filho em comum?

Neste nível, a ideia que cada membro do novo casal tem da nova vida em comum determina a definição que podem dar da sua vida conjugal e claro está, do seu enquadramento em termos familiares. A existência de um filho do primeiro casamento e o nascimento de outro filho no novo relacionamento conjugal acabam também por se

tornarem pontos de referência em torno dos quais se devem organizar as diferentes relações familiares no interior do lar.

Por isso, embora um divórcio separe os cônjuges que ficam livres para recomeçar a sua vida, poderá subsistir sempre uma coisa da anterior relação conjugal familiar: os filhos. Significa isso que o ‘casal parental’, na expressão de Irene Théry, sobrevive ao casal conjugal, levando a uma necessária cooperação entre os elementos do primeiro casamento e a nova circunscrição familiar estabelecida pela realização de uma segunda união conjugal, estabelecida por meio de um casamento legal, ou através de uma coabitação (cf. Cutsem, Chantal 2004:25).

Na verdade, a família recomposta *“será sistematicamente confrontada com problemas que nada têm a ver com os colocados pelos primeiros casamentos. (...) Não só as relações familiares são complexas, na medida em que as novas figuras parentais não substituem os pais do primeiro casamento [como] a criação de uma família recomposta funcional exige muito trabalho a todos os seus membros: trabalho psicológico, ligado à evolução das posições relacionais e trabalho de organização da vida quotidiana (...)”* (Cutsem, Chantal 2004:25).

Tudo isso sucede porque este modelo familiar tem uma especificidade própria: é constituído por pessoas que, num passado mais ou menos próximo, estiveram integradas num outro sistema familiar.

A integração numa nova família é uma tarefa difícil, uma vez que, para ocorrer de uma forma pouco atribulada, é necessário que passe um certo tempo relativamente à figura do pai ou da mãe ausente, os novos elementos sejam aceites e também se constituam novas regras e novos padrões transaccionais.

Com efeito, o processo de recomposição familiar em que uma mulher com filhos se casa com um homem sem filhos, ou vice-versa, será radicalmente diferente da família que começa com a formação do casal. As dificuldades que o primeiro tipo de família tem de enfrentar relativamente ao segundo são muito maiores. Uma das grandes dificuldades prende-se com as memórias do passado. Cada elemento traz para a relação memórias da anterior relação, comparando constantemente o presente com o passado. Quando, neste processo, se sobrevaloriza os aspectos negativos do presente e se desvaloriza o que de negativo aconteceu no passado, então a construção da nova relação pode estar ameaçada.

A integração dos filhos na nova família é outra missão delicada, uma vez que estes frequentemente alimentam a fantasia da reconciliação dos pais biológicos. Em consequência disto podem gerar-se alianças e coligações que fragilizam as novas relações estabelecidas. Neste campo, torna-se fundamental que o padrasto e a madrasta compreendam que o tempo é o melhor aliado na gestão da mudança, devendo resistir à tentação de ter, inicialmente, um papel activo face a eles. Por outro lado, quanto mais velhos forem os filhos, mais o padrasto/madrasta devem assumir um papel de auxiliar, uma vez que maior é a resistência relativamente ao novo elemento na família e às regras que este poderá querer impor dentro do novo lar (cf. Poussin, Gérard; Lebrun, Elisabeth 1997:205-220; Cutsen, Chantal 2004:90-93; Lobo, Ana Cristina, 1994:103-118).

O âmbito e o alcance de uma família recomposta incluem, portanto, não só a família do progenitor que tem a guarda das crianças, mas também a do progenitor que a não tem. A visão do sistema fica assim centrada nas relações que o filho (ou filhos) mantém com cada um dos seus pais, mas também com cada membro da nova família e com as diferentes famílias de origem.

Portanto, estamos perante situações de complexidade a nível de relacionamento familiar, merecendo seguramente a atenção dos Poderes Públicos em face da diversidade de situações que atingem estas famílias. No contexto do País, os estudos que seguidamente apresentamos mostram a realidade social envolvendo estes indivíduos.

5.1. O Recasamento no País – um retrato a partir dos números

No contexto do País, a investigação desenvolvida por Cristina Lobo e por Cristina Conceição (2003) comparou os dados obtidos nas *Estatísticas Demográficas* de 1981, 1991 e 2000, tendo registado várias conclusões importantes. Assim, verificou-se em termos absolutos que o elemento masculino (viúvo ou divorciado) foi quem mais protagonizou o recasamento no âmbito da recomposição familiar. No entanto, embora se mantenha um maior peso masculino nesta área (algo sobretudo assumido pelos divorciados), foi no campo feminino que se registaram maiores taxas de crescimento, uma vez que o número de mulheres que contraíram um novo casamento após um processo de divórcio cresceu quase 100% de 1981 para 2000 (2003:143).

Embora estes números não sirvam para fazer frente à esmagadora maioria de casamentos celebrados entre pessoas solteiras, verificamos ainda assim a existência de

dinâmicas de modernidade na estrutura familiar portuguesa, sem que isso implique a diminuição da importância do casamento (cf. Amaro, Fausto 2006:129).

Por outro lado, é interessante notar o estado civil anterior dos indivíduos que contraíram um novo casamento. O estudo efectuado concluiu que o casamento de mulheres divorciadas com homens solteiros era pouco significativo. No caso de homens viúvos, era frequente o casamento destes com solteiras. No caso das mulheres, sempre se verificou uma forte incidência de recasamento com homens em igual situação (cf. Lobo, C. e Conceição, C 2003:144).

Observando a incidência das segundas núpcias nos diversos escalões etários, as autoras constataram que este tende a ter lugar, maioritariamente, entre os 30 e os 40 anos, quando se trate de uniões posteriores a divórcio, tanto nos homens como nas mulheres: *“Cerca de 41% das mulheres divorciadas que contraíram um novo casamento em 2000 encontravam-se nesse escalão etário, sendo este peso relativo de cerca de 36% no caso dos homens em situação similar”* (2003:144).

O recasamento de pessoas em anterior situação de viuvez assumia contornos diferentes, *“ocorrendo numa fase mais avançada da vida. Tal é especialmente notório entre os viúvos do sexo masculino, cujos recasamentos tomam lugar maioritariamente aos 60 anos de idade (...). No caso das mulheres, a ocorrência (...) tende a estar menos concentrada numa única faixa etária, ainda que na maioria dos casos estes casamentos tomem também lugar após os 60 anos de idade”* (2003:144/145).

Entre os homens divorciados que voltaram a casar, dos que tinham entre 40 – 49 anos, cerca de 50% casaram com mulheres entre os 30 – 39 anos de idade. Na faixa dos 50 – 59 anos, cerca de 45% casaram com mulheres que tinham entre 40 – 49 anos. No caso feminino, o estudo realizado notava alguma tendência para escolherem homens na mesma faixa etária ou ligeiramente mais velhos (cf. Lobo, C. e Conceição, C. 2003:144).

Tendo em atenção o maior número de casamentos masculinos e ficando normalmente sem os filhos do casamento anterior a seu cargo, o mercado matrimonial torna-se mais favorável para estes do que para as mulheres.

Em relação ao tempo que decorreu entre o divórcio e um novo casamento, uma parte significativa destes últimos ocorre menos de dois anos depois de terminado o casamento anterior, particularmente no género masculino. Entre as mulheres, as viúvas tendem a esperar mais tempo antes de iniciarem um novo relacionamento conjugal,

normalmente entre 6 – 10 anos ou então entre 14 e 20 anos. As divorciadas esperam menos tempo, embora não voltem a casar tão rapidamente como os homens.

Cristina Lobo e Cristina Conceição (2003) acrescentam também que *“entre 1995 e 1999, cerca de 29% das divorciadas e 40% dos divorciados legitimaram uma nova relação antes dos 2 anos após a dissolução do casamento anterior. Não há dúvida que muita coisa se joga na vida afectiva dos divorciados e das divorciadas, nos primeiros anos a seguir ao divórcio”* (2003: 146).

Esta situação mostra, sobretudo entre os indivíduos mais jovens, que o relacionamento conjugal não desaparece das suas intenções após uma situação de divórcio, comprovando a estabilidade afectiva que um novo relacionamento pode devolver às suas vidas. Significa também que as pessoas separam-se ou divorciam-se numa idade em que podem voltar a casar. Portanto, terá sido a sua vida conjugal que entrou em crise e não o casamento em si. Depois, o elemento feminino (em resultado da sua educação, do seu trabalho, e dos valores actuais) ganhou maior autonomia e independência, não sentindo como estigma o divórcio na sua vida.

Na variável ‘escolaridade’, verificava-se nos finais dos anos 80 que metade dos indivíduos que contraíam um novo casamento – viúvos(as) e divorciados(as) – só tinham o 1º ciclo do Ensino Básico. O primeiro grupo contribuía mais para essa situação, visto pertencerem a uma geração com 60 ou mais anos de idade. No caso dos divorciados, a dispersão por diversos graus de ensino era maior, embora o 1º Ciclo fosse o grau de ensino predominante – em 1991, 45% dos homens e 48% das mulheres possuíam apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico (cf. Lobo, C. e Conceição, C 2003:146).

A mudança por que passou a sociedade portuguesa desde os meados dos anos 70 no capítulo da escolarização da população, acabou por alterar significativamente este modelo de baixo índice escolar nos indivíduos que contraíram um novo casamento. Em 1999 por exemplo, cerca de 21% dos divorciados e 20% das divorciadas que voltavam a casar eram já detentores do ensino secundário, enquanto 16% e 13% respectivamente, tinham habilitações a nível de Ensino Superior.

Habitualmente, estes novos cônjuges realizam os seus casamentos em contextos de proximidade social, quer a nível de habilitações escolares, quer profissionalmente. Neste último campo, acresce referir que a relação entre as segundas núpcias e a profissão revelou, tanto em 1995 como em 1999, tendências semelhantes. Assim, destacam-se em primeiro lugar, no género masculino, o recasamento de operários

industriais viúvos (35%), seguidos pelo operariado industrial divorciado (25%) e dos serviços e vendas (16%). Seguem-se as profissões intelectuais/científicas (13%) e os dirigentes e quadros superiores de administração e de empresas (12%) e (cf. Lobo, C. e Conceição, C 2003:147).

No campo feminino, destacam-se as trabalhadoras dos serviços e do comércio (23%), as administrativas (21%), as mulheres com profissões científicas (12%) e dirigentes/quadros superiores da administração pública (6,4%).

Embora o operariado industrial mantenha um índice apreciável de segundas núpcias é possível verificar que a soma dos empregados executantes dos escritórios, comércio e serviços com as profissões liberais e intelectuais ganham maior expressão no contexto do recasamento. No caso feminino, o grupo de empregadas executantes divorciadas (escritórios, comércio e serviços) é também a que mais protagoniza o recasamento.

À luz dos processos de recomposição social no País, verifica-se desde os anos 80 a diminuição do peso relativo do operariado industrial e um aumento substancial dos sectores intermédios na dinâmica económica do País. Daí serem também os homens e mulheres das profissões liberais e quadros médios e superiores quem mais se destacam na realização de um novo casamento após o divórcio.

Geograficamente, a distribuição do recasamento reflecte claras assimetrias regionais, nomeadamente entre o Norte e o Sul do País. Assim, os recasamentos (tal como o divórcio, a coabitação e os nascimentos fora o casamento) encontram-se concentrados na região de Lisboa/Vale do Tejo. O Algarve também registou um forte índice de recasamentos, pois de todos os casamentos aí celebrados cerca de 20% envolviam divorciados ou viúvos. No pólo oposto encontramos as regiões do Norte do País, onde apenas 8% dos casamentos registados eram protagonizados por essas pessoas.

Curiosamente, muitos destes novos cônjuges tiveram uma experiência de coabitação. Em 1999, de acordo com a investigação de C. Lobo e C. Conceição (2003), *“cerca de 50% dos recasamentos foram precedidos de coabitação; em contrapartida, apenas 8% dos casados coabitaram antes de casarem”* (2003:148)

Significa isso que a forma mais habitual de entrada na conjugalidade em Portugal é o casamento e não a coabitação. Também a prática da coabitação prévia ao segundo casamento assume maior expressão no caso das mulheres e dos homens cujo anterior casamento terminou sob a forma de divórcio.

Nestes casos, a existência de filhos não representou um impedimento para o recasamento dos pais biológicos. Os homens com filhos de relacionamentos conjugais anteriores voltaram a casar mais pois geralmente não ficam com a guarda dos filhos, mas sim a mãe. Apesar da existência de filhos por vezes não facilitar a tomada de decisões da mãe em relação a um novo casamento, o facto é que ele se realizará, mais tarde ou mais cedo, caso seja essa a sua opção.

Fenómeno igualmente importante no contexto da recomposição familiar após um divórcio ou viuvez é aquele que envolve a coabitação sem a existência de um casamento que legalize oficialmente a situação conjugal.

6. A União de Facto/Coabitação e a perspectiva jurídica

Num contexto histórico, a ‘união de facto’ tem sido qualificada com vários termos, desde ‘união livre’ a ‘concubinato’, passando também pela definição de ‘união livremente contraída e livremente dissolvida’. Qualquer uma destas expressões traduz uma vivência em comum na forma simplificada de habitação e relacionamento conjugal. No entanto, nenhuma delas está isenta de uma catalogação sancionadora ou de desaprovação social, sendo vista como um factor que atenta ou pode atentar contra a instituição legítima de constituição familiar – o casamento.

Foi assim que a Igreja condenou socialmente a prática da ‘união conjugal livre’, chamando-a de mancebia ou concubinato e foi nessa linha de pensamento que os poderes públicos do País, em determinados momentos, estigmatizaram os casais que assim viviam. Com a *Constituição* de 1976 abriu-se a possibilidade para ‘todos terem o direito de constituírem família’, tal como preceituado no artigo 36º - nº 1.

Porém, juristas como Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira, consideram que família e casamento são realidades distintas. No entanto, concluem que se a *união de facto* não está directamente prevista na *Constituição*, está porém abrangida no direito ao desenvolvimento da personalidade tal como a revisão de 1977 o reconheceu de modo explícito no nº 1 do artigo 26º onde estabelecer uma união de facto seria certamente uma manifestação desse direito. Por isso, uma “*legislação que proibisse a união de facto, que a penalizasse, impondo sanções aos membros da relação e coarctando de modo intolerável o direito de as pessoas viverem em união de facto, seria manifestamente inconstitucional*” (Pereira Coelho; Guilherme de Oliveira, cit. por Pitão, França 2006:36).

Para o jurista França Pitão (2006), a ‘união de facto’, não deveria ser colocada a par com a instituição casamento pois este último realiza-se dentro de um quadro legal pré-definido, tal como consta no artigo 1577º do *Código Civil*, enquanto a ‘união de facto’ se realiza fora desse enquadramento normativo. No entanto, “ *a união de facto é, à luz do Código Civil, um casamento de facto, pelo que a noção daquela deve ser modelada na própria noção de casamento* ” (2006:35/36). Nessa base, sustenta que os elementos ou requisitos da *união de facto* que se impuseram como preceitos orientadores do reconhecimento dessas situações deverão ser aqueles que resultaram do artigo 2020º do *Código Civil*, tal como apresentado no Decreto – Lei 496/77 de 25 e Novembro.⁸³

Em termos reais, parece não se registar no País a tendência que se verifica na Europa do Central e do Norte em relação a um aumento significativo da coabitação. Mas embora a sua expressão estatística seja baixa existem milhares de pessoas que escolheram esta forma de vida conjugal, passando a enquadrar o seu dia-a-dia neste modelo familiar.

Atendendo às situações de coabitação, vários Projectos de Lei foram sendo apresentados ao longo dos anos noventa através dos grupos parlamentares, visando dar um estatuto à *união de facto*. Neste propósito, podemos falar do Projecto apresentado pelo Partido Comunista em 1997 (Projecto – Lei nº 384/VII, DAR II Série – A N.º 53 de 19 de Junho de 1997 – p. 1049); do partido Os Verdes (Projecto – Lei nº 414/VII, DAR II Série – A N.º 3 de 17 de Outubro de 1997 – p. 16) e também da Juventude Socialista em 1998 (Projecto – Lei nº 527/VII, DAR II Série – A N.º 54 de 28 de Maio de 1998 – p. 1176).

Em comum, realçavam a crescente importância da coabitação na realidade social, partindo do pressuposto que a mera existência de uma comunhão de vida devia conferir automaticamente direitos e benefícios sociais. Neste caso, desejavam os proponentes da Lei que os companheiros vivendo em união de facto beneficiassem das mesmas prestações que os casados a nível de segurança social, incluindo os decorrentes de acidentes de trabalho; que no direito fiscal beneficiassem do mesmo regime de imposto sobre os rendimentos; que no direito de família pudessem ter acesso à adopção, de acordo com as regras gerais que a regulamentam e que no direito à habitação gozassem de protecção quanto à casa de morada da família e à transmissão do arrendamento.

⁸³ Este artigo salienta no nº 1 que a pessoa não casada ou separada judicialmente de pessoas e bens que tenha vivido com outra “*há mais de dois anos em condições análogas às dos cônjuges*” teria direito a exigir alimentos da herança dessa pessoa (cf. *Código Civil* 2007:563).

Criticando estes projectos, Heinrich Hörster (2001), salientou a falta de jurisprudência dos tribunais acerca de problemas jurídicos surgidos durante a vivência em união de facto, não tomando igualmente estes projectos em consideração as indicações existentes no *Código Civil* em matéria de poder paternal em situações de união de facto, asseverando ainda que existia uma vontade de legislar, *“não obstante a ausência de dados seguros e a falta da prova da insuficiência da legislação em vigor, porque existem objectivos e intenções ideológicas que são apresentados sob o rótulo de protecção social”* (Hörster, H. 2001:66).

Perante estas posições e no sentido de clarificar as situações envolvendo o casal vivendo em situação de facto, a Lei nº 135/99 de 28 de Agosto veio precisar muitos aspectos. Começando por definir o estatuto sexual das pessoas vivendo em ‘união de facto’, a Lei dizia que tinham de ser de ‘género’ diferente – artigo 1º. Depois, clarificava outras situações onde sobressaíam como impedimentos jurídicos a alínea a) idade inferior a 16 anos e a alínea c) casamento anterior não dissolvido, salvo se tivesse sido decretada separação judicial de pessoas e bens – artigo 2º.

Outro aspecto importante na Lei envolvia o direito à protecção da casa de morada da família e aplicação do regime do imposto de rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens – artigo 3º. Os restantes artigos abordam questões relacionadas com a casa de morada da família – artigo 4º – e a transmissão por falecimento – artigo 5º (cf. Lei nº 135/99 de 28 de Agosto).

Uma análise sumária deste Diploma revela a exclusão da atribuição de efeitos a outras ‘uniões de facto’ que não decorressem de vida em condições análogas às dos cônjuges, exigindo por isso a diversidade de género entre os seus membros. Portanto, as ‘uniões de facto homossexuais’ não estavam protegidas directamente no plano social ou fiscal pois a Lei 135/99 excluía a atribuição de efeitos a outras uniões de facto ‘que não decorressem da vida em condições idênticas à dos cônjuges’. Quanto à alínea c) do artigo 2, a razão de ser do impedimento na ‘união de facto’ não seria aquela que o justificava no casamento, ou seja, a bigamia. No caso em análise, porque se tratava de regular apenas uma situação de facto, estava em causa a moral pública no sentido de não atribuir qualquer efeito a uma relação conjugal quando um dos seus membros ainda se encontrava vinculado pelo casamento anterior, o qual ainda não havia sido dissolvido.

Nessa media, a lei desejava que a anterior situação conjugal fosse regularizada para se poder atribuir o seu reconhecimento.

A ‘simples’ razão desta Lei não contemplar as *uniões de facto* entre homossexuais motivou da parte de quadrantes políticos do País alterações a este diploma (principalmente a Juventude Socialista e o Bloco de Esquerda, que se uniram num pacto de regime), tendo sido publicadas dois novos Diplomas – a Lei 6/2001 e a Lei 7/2001, ambas de 11 de Maio.

A Lei 7/2001 passou agora a regular os efeitos jurídicos relativamente às uniões de facto homossexuais, da mesma forma como são reconhecidas as uniões heterossexuais. Manteve-se também o requisito da exigência de durabilidade da união por um período superior a dois anos, tal como acontecia para os casais heterossexuais com a Lei 135/99 (cf. Pitão, França 2006: 76-77).

Factor igualmente importante era o que dizia respeito ao ‘Dever de Fidelidade’.

Se no casamento, a violação mais grave do dever recíproco dos cônjuges era o adultério, restava saber se existiria também tal dever de fidelidade recíproca entre os companheiros de uma ‘união de facto’. França Pitão limitava essa situação às *uniões de facto* heterossexuais, mas enquanto no âmbito do casamento a violação do dever de fidelidade, quando culposa, constituía fundamento para a dissolução de vida em comum (artigo 1779, nº 1 do *Código Civil*), a nível de união de facto heterossexual não se estabelece qualquer sanção para a sua violação (cf. Pitão, F. 2006:111).⁸⁴

Tal não significa, à semelhança do que acontece no casamento, a inexistência do dever de respeito entre os membros do casal (físico e moral), o dever de coabitação (comunhão de leito, mesa e habitação) e o dever de assistência e cooperação (próprias ao conjunto de responsabilidades inerentes à vida da família que fundaram).

Mesmo assim, a Lei 7/2001 foi clara ao estabelecer as bases para uma eventual dissolução de uma *união de facto*, tal como diz o artigo 8 – nº1:

“1. Para efeitos da presente lei, a *união de facto* dissolve-se:

- a) Com o falecimento de um dos seus membros.
- b) Por vontade de um dos seus membros.
- c) Com o casamento de um dos seus membros.”

⁸⁴ A Lei 61/2008 já não contempla essa possibilidade ao eliminar a noção de culpa como fundamento para o divórcio sem consentimento do cônjuge em relação a casais vinculados pelo casamento.

Em tal situação e no que diz respeito aos filhos nascidos, os membros da união de facto devem acordar a regulação do poder paternal no que diz respeito ao destino e guarda do menor bem como aos alimentos a serem prestados, algo que estará sujeito a homologação do tribunal – artigo 1915, nº 1 do *Código Civil*. Faltando esse acordo, há que decidir, mediante inquérito sobre a situação social, moral e económica dos pais a quem ficará o menor confiado.

Simultaneamente, a Lei 6/2001 estabeleceu uma quase equiparação de regime quanto às pessoas que viviam em economia comum, numa tentativa de proteger as situações de pessoas não abrangidas pela previsão da Lei 7/2001.

Portanto, partimos de um quadro em que as obrigações legais existentes na união de facto eram menores do que as existentes entre pessoas casadas e não tinham os mesmos benefícios em comparação com os casais legalmente constituídos, para uma situação em que, existindo carência económica, passaram a ter o direito de requerer alimentos na situação de viúvo(a) que tenha vivido como marido ou mulher durante mais de dois anos e em caso de falecimento do parceiro(a), poderem requerer uma pensão de alimentos sobre a herança do(a) falecido(a). (cf. *Código Civil* – artigos 2020, 2196; Lei 6/2001 e Lei 7/2001 de 11 de Maio).

Casais em coabitação têm igualmente direito automático ao arrendamento da casa no caso de morte do parceiro com quem viviam há mais de cinco anos. Já os casais legalmente casados têm o mesmo direito, para além de possuírem direitos de herança sobre a casa própria do casal ou do cônjuge falecido, além de direitos de usufruto sobre os bens móveis possuídos.

Naturalmente, os direitos de herança dos cônjuges vinculados pelo casamento legal, independentemente do regime de bens contraído pelo casamento, são diferentes dos reconhecidos aos casais em coabitação sem vínculo legal.

Finalmente, os direitos e deveres dos pais coabitantes face aos seus filhos são os mesmos dos casais legalmente casados. O *Código Civil* estabelece ainda as obrigações de um pai solteiro em relação à mãe de uma criança e por ele reconhecida legalmente como sua filha. Neste caso, o pai é obrigado a dar à mãe da criança uma pensão de alimentos durante a gravidez e durante o primeiro ano de vida da criança. (cf. *Código Civil* – artigos 2007º e 2009º).

Portanto, se a actual *Constituição* apresenta o organismo familiar como não estando dependente da sua formalização por meio de um casamento (civil ou religioso), a

realidade no momento presente mostra que os casais em coabitação têm, na essência ainda que não na sua totalidade, os mesmos benefícios em comparação com os casais legalmente constituídos. Porventura, em casos fiscais, adquirem até algumas vantagens.⁸⁵

6.1. Coabitação e vivências sociais

A designação adoptada pelo Instituto Nacional de Estatística em relação à *união de facto* – casados sem registo ou casados de facto que vivem em comunhão de cama, mesa e habitação – procura abranger as pessoas que coabitem sem qualquer vínculo institucional, ou seja, sem estarem legalmente casadas.

Sendo esta definição actual do conceito, a realidade anterior ao 25 de Abril de 1974 não espelhava uma situação legítima perante a sociedade que olhava para tais situações com censura, estigmatizando os casais que optavam por essa via de relacionamento conjugal.

O tempo passou, as mentalidades transformaram-se e a própria legislação passou a contemplar outros modelos de família.

Actualmente, uma das considerações que podemos fazer em relação ao padrão da coabitação em Portugal desde meados dos anos setenta até à primeira década do século XXI envolve mesmo o estudo de alguma diversidade nos estilos de coabitação conjugal. Se nos meados dos anos setenta essa coabitação correspondia a casais que não podiam regularizar a sua situação conjugal devido a impedimentos consignados no *Código Civil*, a partir do Decreto n.º 261/75 de 27 de Maio essa coabitação podia ser regularizada, recorrendo-se para isso ao casamento civil, como apontava a citada lei.

A época e também os valores tradicionais ainda presentes nestes casais conduziam naturalmente à regularização da sua situação conjugal mediante um casamento, embora situações marginais ao longo da segunda metade dos anos setenta fossem igualmente observadas e assumidas pelos seus intervenientes.

⁸⁵ Com efeito, os cônjuges legalmente casados (pela via civil ou canónica), devem apresentar uma declaração conjunta de I.R.S. enquanto os casais que optaram por viver em *União de Facto* com filhos, podem apresentar declarações de I.R.S. de modo separado, o que lhes permite abater pensões de alimentos que estejam obrigados a pagar por sentença judicial, ou acordo judicialmente homologado. Por sua vez, quem recebe a pensão, pode inscrevê-la na rubrica ‘Rendimentos de Pensões’, ficando isento de imposto até um montante máximo de 6 mil euros – valor em 2008. De igual modo, casais em coabitação com filhos, beneficiam de uma dedução à colecta num montante equivalente a 80% do salário mínimo nacional, ao passado que nos cônjuges casados a dedução à colecta não passa dos 55% do salário mínimo (cf. *Público* – 19 de Fevereiro de 2008 – pp. 10).

Acompanhando a revista *Casal d'Hoje*, é possível sentir essa marginalidade de situação por motivos pessoais, anunciando de qualquer forma o que se desenvolveria sobretudo a partir dos anos 80 na sociedade portuguesa.

Fazendo alusão à coabitação de jovens logo após o 25 de Abril, o número publicado em Novembro de 1979 mencionava as experiências de vários casais que recusavam a formalização da sua união conjugal. Curiosamente, os motivos aduzidos variavam consoante o seu capital cultural e económico, num prelúdio do que se iria notar claramente nos anos 80 / 90 e primeira década do actual século. Com efeito, o artigo registava a situação de jovens que se conheceram no meio universitário e decidiram viver juntos sem sentirem a necessidade de se casar.

Outras situações envolviam pessoas que se encontravam por motivos de trabalho nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto. Sendo originários de meios rurais, tendo problemas de solidão, de dinheiro e de casa, optaram pela coabitação justificando-a não só pelo sentimento, mas também por uma conveniência económica. Notamos, neste último caso, a ausência do olhar familiar (ou da comunidade de origem) sobre a opção conjugal tomada.

Outros casos envolviam a coabitação como experiência transitória, provavelmente para mais tarde voltarem à liberdade ou então apontando para um futuro que não excluía o casamento. Existia ainda a coabitação envolvendo casais que a isso eram obrigados, especialmente quando um dos dois estava separado, mas não divorciado. Também havia quem rejeitasse o casamento por convicção ideológica, considerando o casamento uma instituição burguesa.

Como conclusão, o artigo salientava que em todos estes casos a procura de uma relação mais espontânea, mais sincera e mais livre do que a institucionalizada era a finalidade de fundo a obter por estes casais. O facto de essa ligação não implicar uma união eterna, mas que esta se mantivesse apenas até ser viva e desejada, eram as condições apontadas para manter a autenticidade da relação, salvando-a da monotonia em que muitas vezes se caía após alguns anos de casamento (cf. *Casal d'Hoje*, n.º 4, Novembro de 1979, pp. 50/52).

Factor importante em todos estes casos era a rejeição das famílias face a esta opção conjugal. Eram sobretudo os pais da mulher quem expressavam maiores reservas visto considerarem o casamento como condição essencial para a sua segurança e para a salvaguarda de um bom-nome. São os valores tradicionais que mais sobressaem no

discurso parental, valores que têm por base a divisão de papéis sociais e o sentimento de que a união conjugal válida era o casamento.

Considerando o matrimónio como compromisso para toda a vida (ou mesmo como um contrato passível de divórcio), outros progenitores consideravam que a coabitação dos filhos acabava por envolver maior risco visto nada ter sido oficializado, para além da ausência de várias vantagens burocráticas, administrativas e legais de que gozavam os cônjuges legalmente casados. Outras considerações envolviam a antipatia que se adivinhava nos vizinhos e até de amigos que consideravam a coabitação um exibicionismo inútil (cf. *Casal d'Hoje*, n.º 4, Novembro de 1979, pp. 50/52).

Torna-se evidente que, no plano jurídico, havia uma diferença de procedimentos face a um casal em união de facto e outro em união de direito. No entanto, a *Constituição* de 1976 era clara ao equiparar o Homem e Mulher nos seus direitos e deveres sociais, pelo que uma opção conjugal envolvendo uma união de facto não sancionada por um Registo Civil teria de evoluir para novos fundamentos jurídicos.

Portanto, as pressões familiares e uma mentalidade mais conservadora levam à escolha mais prática – ceder aos valores morais da sociedade. Desta forma, a família não levanta problemas e a ideia negativa ligada à expressão "união de facto", principalmente relativa às mulheres, desaparece. Casando, tal imagem será esbatida, mesmo que depois as coisas não venham a correr como se deseja. E se o divórcio for a resposta, ele parece preferível em certos meios sociais, para manter a imagem feminina, já que mais vale ser divorciada, a não ter estatuto de espécie nenhuma.

Embora seja visível o crescimento da coabitação em Portugal ao longo dos anos 80 e 90, os aspectos tradicionais que envolvem o casamento continuaram a revelar-se decisivos em relação à entrada na vida conjugal. Anália Torres (1996), estudando este problema na área da Grande Lisboa, considerou existirem quatro razões que justificam esta opção para muitos casais:

- O *pragmatismo*, que visa eliminar divergências com a família, a qual continua a valorizar a entrada directa na vida conjugal pelo casamento, mesmo civil, embora o ideal seja ainda o religioso.
- O *Ideal Estatutário*, pois embora as uniões de facto desfrutem de um enquadramento jurídico consagrado na *Constituição* (artigo 36º) e no *Código Civil* (artigos 2020º e 2196º) que lhe conferem vários direitos, a realidade é que o casal coabitante tem de dar provas da sua situação, caso desejem ter acesso a certas

regalias sociais e familiares. Aparentemente, para o Direito, só a família constituída através do enquadramento legal é considerada uma ‘verdadeira família’.

- O *ritualismo*, que se insere na continuação da tradição e no aparato festivo que um acto social como o casamento confere ao casal.
- O *Institucional*, que poderá dar mais garantia em caso de dissolução conjugal pelo divórcio (cf. Torres, Anália 1996: 50-54; cf. Leandro, M^a Engrácia 2001: 99).

Por conseguinte, embora se vá operando uma modificação nas práticas e nos valores em relação à família e ao casamento e que se inscrevem no espírito da modernidade, permanecem simultaneamente vários elementos tradicionais nas decisões a tomar, cujo peso na constituição familiar (por via civil ou religiosa) é ainda vinculativo na opção de entrada na conjugalidade.

Assim, o casamento em Portugal mantém-se como instituição nuclear criadora de obrigações e responsabilidades entre cônjuges. É também dentro do casamento que o casal legalmente constituído se encontra mais protegido face a qualquer contingência. Mesmo assim, os direitos e deveres, bem como a protecção dos parceiros coabitantes numa união de facto têm vindo a ser alargados em comparação com o sistema jurídico de protecção social vigente durante o Estado Novo (cf. Wall, K. 1995:438-440).

Questão diferente é saber se os casais em *união de facto* sentem que o Direito de Família os trata de uma maneira distinta face à população legalmente casada e se notam alguma falta legislativa que contemple a sua situação. Podemos até interrogar-nos e ver em que medida a legislação existente protege os interesses dos casais que vivem em união de facto.

Seja como for, também no interior deste modelo conjugal existem situações de complexidade a nível de relacionamento familiar. No contexto familiar do País, os estudos seguintes mostram como se tem processado a coabitação envolvendo estes indivíduos.

6.2. A coabitação no contexto familiar do País

A nível sociológico e com base no *Inquérito às famílias no Portugal Contemporâneo*, coordenado por Karin Wall (2000), podemos sentir, na actualidade, como se tem processado a coabitação em Portugal. Neste propósito, Karin Wall e Sofia

Aboim traçaram um quadro interessante da coabitação em Portugal desde os anos noventa, onde é visível a diversidade de estilos de vida conjugal.

Neste sentido, uma primeira conclusão a tirar do seu estudo reside no facto do casamento religioso continuar ainda a ser o modelo dominante na formação do casal. Tendencialmente, o casamento é feito em idades relativamente jovens, “*depois de namoros que duram, em média, cerca de três anos e de alcançadas determinadas condições do ponto de vista profissional*” (Aboim, S. 2006:156).

O formalismo e ritualismo da cerimónia religiosa, o estatuto conferido social e juridicamente por meio do casamento e o desejo de evitar controvérsias com os familiares, como vimos, justificam maioritariamente esta opção.

No entanto, uma segunda conclusão deve realçar o progressivo enfraquecimento deste modelo tradicional de formação de casal sobretudo ao longo dos anos 90, altura em que a opção religiosa pelo casamento (católico essencialmente) tem vindo a descer gradualmente na sociedade portuguesa (cf. Leandro, M^a Engrácia 2001: 101).

Por conseguinte, a expansão normativa de uma concepção contratualista do casamento representa também uma transformação difícil de ignorar. Embora se caracterize por um encadeamento linear parecido com o casamento religioso, o namoro no entanto, é um pouco mais longo e o período da chegada do primeiro filho alarga-se por mais anos. Academicamente, as franjas populacionais que optam por um casamento civil tendem a ser mais qualificadas, tendo uma maior autonomia face ao parentesco e estão mais concentradas na região da Grande Lisboa e no Sul do País (cf. Aboim, S. 2006:157).

Factores que explicam esta situação prendem-se claramente com a laicização do casamento, alimentada pelo aumento dos vínculos civis, que contribuem igualmente para o desgaste do matrimónio religioso. Por isso, outro acontecimento importante sentido ao longo dos anos noventa foi assistir a um enfraquecimento do modelo de casamento – instituição e em consequência, notar uma crescente informalização da conjugalidade, ou seja, da coabitação, a qual constitui claramente uma mudança de grande porte nos fundamentos da relação conjugal, progressivamente distanciada do casamento como instituição rigidamente codificada.

Com efeito, os *Censos* da população registados em 1991 e em 2001 mostram já que as situações de conjugalidade informal quase duplicaram, crescendo a um ritmo muito superior em relação aos *Censos* de 1981 para 1991. Embora inclua casais com e sem

filhos, a progressão da coabitação é mais expressiva neste últimos, seja qual for o vínculo conjugal.

QUADRO 29 – CENSOS DA POPULAÇÃO (1991 E 2001)

CENSOS	1991		2001	
	Total	%	Total	%
POPULAÇÃO CASADA	4.817.699	96,1	5.139.592	93,1
Com registo.	194.315	3,9	381.120	6,9
Sem registo.				
TOTAL	5.012.014	100	5.520.712	100
Casal de direito sem filhos.	762.799	30,7	875.216	32,6
Casal de facto sem filhos	34.748	1,4	71.970	2,7
Casal de direito com filhos.	1.621.710	65,4	1.626.575	60,5
Casal de facto com filhos.	61.304	2,5	113.947	4,2
TOTAL	2.480.561	100	2.687.708	100

Fonte: Ferreira, Pedro Moura (2003:69).

A investigação desenvolvida por Sofia Aboim (2006) com base nos *Censos da População* de 1991 e 2001 permitiu ainda observar “*uma sociografia da conjugalidade com base em variáveis de percurso de vida individual e familiar (...) sendo uma primeira característica da população inserida em conjugalidades informais, a sua juventude* (cf. Aboim, S. 1996:76/77).

Com efeito, quer sejam casais com ou sem filhos, as mulheres em coabitação tendem a ser mais novas do que as casadas, surgindo sobre representados os grupos etários com menos de 20 anos ou entre os 20 e 29 anos.

A partir dos 30 anos e mais ainda a partir dos 40 anos, a percentagem de casais coabitantes decresce a favor de uma grande representação das situações de casamento (cf. Aboim, S. 1996:/77).

A juvenilização da coabitação é assim uma característica importante, permitindo duas observações: a coabitação situa-se mais frequentemente do que o casamento em fases iniciais da vida adulta. Mas à medida que as faixas etárias vão aumentando, uma parte destes casais tenderá, num certo percurso da sua vida, a legalizar a sua união conjugal ou então a desfazê-la. Conclui-se então que a coabitação constitui uma prática preferencial de jovens adultos.

A questão dos filhos, por seu lado, introduz novas situações na análise comparativa da coabitação e do casamento. Na sua investigação, Sofia Aboim nota uma conexão entre coabitação com filhos e situações de recomposição familiar que, ao juntarem

potencialmente filhos de anteriores conjugalidades e filhos da actual conjugalidade, podem contribuir para um aumento da descendência total a viver com o casal. De facto, os casais recompostos constituem cerca de um quarto do total de coabitantes com filhos, não representando no entanto, mais de 1% dos formalmente casados. (cf. Aboim, S. 1996:78).

Por outro lado, encontramos sinais claros de que a presença de filhos num quadro conjugal de coabitação acontece mais frequentemente em grupos academicamente menos qualificados, sugerindo a existência de uma maior fragilidade socioeconómica em comparação com o casamento.

Continuando a frisar o papel dos filhos na determinação das diferenças entre conjugalidade formal e informal, é de salientar a inexistência de diferenças relevantes entre casados e coabitantes quando o par conjugal não tem ainda uma descendência. Nas duas situações, neste período etário, a proporção de mulheres com o ensino superior é sobremaneira elevado, destacando-se o perfil qualificado de muitas situações de coabitação sem filhos, normalmente associadas a fases de construção da própria conjugalidade.

Com efeito, a tendência dos primeiros anos do presente século retrata o aumento generalizado dos capitais escolares da população coabitante. Se observarmos a evolução do perfil escolar das mulheres em coabitação entre 1991 e 2001, verificamos que a taxa de variação das uniões de facto (com e sem filhos), é tendencialmente mais elevada à medida que o nível de escolaridade da mulher aumenta (cf. Aboim, S. 1996:80).

Em face deste aumento da coabitação nos grupos mais escolarizados, impõe-se a conclusão de que o perfil dos casais em união de facto é hoje mais qualificado academicamente do que era em 1991, tendo registado uma progressão escolar mais rápida do que a verificada nos cônjuges que optam pelo casamento.

A par do movimento ascendente nas qualificações escolares, o aumento de proporção de mulheres empregadas a viverem em conjugalidade informal é igualmente assinalável. Quer os casais tenham ou não filhos, o crescimento do número efectivo de mulheres empregadas a viverem em união de facto ultrapassa, face a 1991, em mais de 100% o movimento correspondente observado entre os casados.

Assim, entre 1991 e 2001 assistimos não só a um reforço da escolaridade de quem vive em união de facto, mas igualmente a um aumento da profissionalização feminina.

Deste modo, conquistou-se uma maior igualdade conjugal a nível da divisão do trabalho profissional. Tradicionalmente mais vinculadas a situações pouco qualificadas e socialmente precárias, conforme demonstram alguns estudos sobre o tema realizados por J. Cutileiro (1977) e Mário Leston Bandeira (1996), as conjugalidades informais revelam agora uma tendência para a expansão em grupos sociais mais escolarizados, estreitando as fronteiras que as demarcam do casamento. (cf. Aboim, S. 2006:80/81).

Parece ainda existir alguma tendência para ligar a união de facto a novos encadeamentos entre as várias fases da vida familiar dos indivíduos, hoje mais escolarizados do que no passado recente. Estas novas formas de organizar a vida estão, portanto do movimento de modernização da vida familiar, que consiste na maior abertura do campo de possibilidades para a construção de percursos familiares, em comparação com a linearidade do esquema tradicional.

Porém, apesar da progressão escolar e profissional observada em mulheres coabitantes, a existência ou não de filhos marca algumas diferenças.

Com efeito, se casar ou coabitar constituem, quando não se tem filhos, práticas socialmente pouco diferenciadas e de algum modo transversais a vários grupos sociais, o mesmo não é verdade quando estamos em presença de famílias com filhos. Aqui, a população coabitante apresenta-se menos escolarizada do que a casada, sugerindo que o casamento constitui o quadro legal mais frequente para formar e aumentar a descendência entre os grupos detentores de maiores capitais escolares (cf. Aboim, Sofia, 2006:80/81).

Parece existir assim, alguma pluralidade de estilos e de motivações de coabitação. Com efeito, por um lado encontramos uma coabitação jovem e muito qualificada em conformidade com o traçado modernista; por outro, encontramos também uma coabitação mais popular e com vários filhos, provavelmente engendrada por condições de precariedade social e económica (cf. Aboim, Sofia, 2006:83).

No campo feminino, Sofia Aboim salienta ainda que as mulheres com percursos de coabitação frisavam não só a independência face à família próxima e mesmo à vizinhança (em contraste com o maior sentimento católico dos que casaram pela Igreja); mas também vincavam, mais do que as mulheres casadas, a autonomia pessoal na vida a dois (cf. Aboim, Sofia, 2006:157).

Presentemente e com base na análise minuciosa ao *Inquérito às famílias no Portugal Contemporâneo*, é já possível “*distinguir entre coabitação permanente ou duradoura e coabitação como experiência transitória*” (Aboim, Sofia, 2006:157).

No primeiro caso, este perfil aparece muito associado a idades mais tardias de entrada na conjugalidade (mais de 25 anos) a namoros curtos, a passagens rápidas para a parentalidade, a mulheres que frequentemente não têm profissão, a grupos sociais pouco qualificados e operários, a situações indiciadoras de precariedade socioeconómica. Prende-se também e em grande medida com a formação de segundas uniões conjugais – a união de facto de recomposição – e nesses casos é sobretudo um momento da vida pessoal que estruturou esta opção, seja porque bastou casar uma vez, seja porque os projectos individuais ainda são difusos dado que o primeiro casamento não resultou (cf. Aboim, Sofia, 2006:158/159).

Quanto à coabitação como *experiência transitória*, Sofia Aboim localiza-a no início da vida em comum e envolve maior número de casais do que a coabitação permanente ou duradoura, acabando por casar pelo Registo Civil ou pela Igreja, numa qualquer altura do seu percurso conjugal.

Cerca de um terço destas experiências transitórias de coabitação correspondem ao que se chama ‘pré-casamento’, caracterizadas por uma vida conjugal onde o casamento se realiza no primeiro ano de vida em comum, ligando-se à constituição de recursos comuns (a casa por exemplo) e à formação de uma família com filhos. Uma segunda situação alarga um pouco mais o período coabitante, configurando uma situação de experimentação, normalmente vivida antes de um casamento pela via civil. Um terceiro perfil identificado sinaliza uma coabitação de entrada na parentalidade, em que se casa passados vários anos e depois do nascimento do primeiro filho (cf. Aboim, Sofia, 2006:158/159).

6. 3. Causas sociais da coabitação

As práticas de coabitação e suas características intrínsecas evidenciam uma determinada marca de classe de quem as protagoniza.

Na investigação de Sofia Aboim, a coabitação de *pré-casamento* e a coabitação de *experimentação*, onde o casamento se realiza no primeiro ou primeiros anos de vida em comum, surgem mais frequentemente entre os segmentos escolarizados da população. Já a coabitação de *entrada na parentalidade* (onde se casa sobretudo depois do nascimento

do primeiro filho) e a união de facto de *primeira conjugalidade*, constituem práticas preferencialmente entre os meios populares. Finalmente, na coabitação de *recomposição familiar*, quando elas se tornam duradouras adquirem matizes diversos, consoante os meios sociais em que se desenvolve. Assim, nos meios populares apela-se sobretudo aos aspectos de carácter eminentemente material e prático, enquanto nos meios mais qualificados evocam-se sobretudo motivações de liberdade e de realização pessoal. (cf. Aboim, Sofia, 2006:160).

Portanto, a coabitação pode obedecer a lógicas e motivações muito diferentes, consoante a sua prática se localize em meios populares ou em meios mais qualificados. Mas em que medida a diversidade de perfis de coabitação se enquadra sobretudo num movimento modernista que põe em causa as formas institucionais (ou tradicionais) de conjugalidade?

É inegável, aponta Sofia Aboim, “ *que a erosão dos mecanismos de controlo social sobre os comportamentos privados constitui, na sociedade portuguesa, um fenómeno transversal a todos os meios sociais. Este movimento progressivo não exclui [...] a existência de formas mais atenuadas de regulação social e familiar das opções individuais, circunstância comum tanto nos meios qualificados como nos populares. Por toda a parte descobrimos sinais de conformidade social à institucionalização do casamento: a junção de recursos, os filhos, o gosto dos parentes próximos, ou a imagem social da família representam, afinal, alguns dos factores de pressão para a formalização da união encontrados em diferentes contextos sociais. Mas estas formas de regulação tendem, ainda assim, a ser globalmente mais atenuadas entre os casais coabitantes do que nos casados: entre os primeiros a independência residencial é mais frequente e as normas de relacionamento com os parentes e mesmo com a vizinhança privilegiam normalmente uma maior margem de independência, por contraponto ao «familiarismo católico» de quem iniciou a conjugalidade pelo matrimónio religioso*” (Aboim, S. 2006:161).

Depois, outra causa estrutural do crescimento da coabitação resulta do aumento das situações de recomposição familiar sem o vínculo institucional do casamento. Com efeito, o aumento do divórcio nos últimos anos gerou um movimento de informalização das segundas conjugalidades, factor que contribui para engrossar os efectivos da coabitação, sobretudo em uniões de facto duradouras ou permanentes.

Finalmente, devemos lembrar que a coabitação representa, em qualquer perfil, uma forma de desinstitucionalização, mostrando que o casamento (civil ou religioso) deixou de ser o único meio legítimo de acesso à conjugalidade ou à parentalidade.

No entanto, ao vermos reflectida quer nos meios populares, quer nos meios sociais mais qualificados a pratica da coabitação, existe efectivamente uma modernização da vida familiar em Portugal.

Em ambos os casos, a passagem de formas institucionais/tradicionais para formas modernas de organização familiar envolve claramente uma tendência de privatização da vida familiar nos nossos dias, onde o indivíduo e o seu bem-estar afectivo e a sua realização pessoal surgem em primeiro lugar.

Envolvendo situações próprias quanto ao modo da sua constituição e estando ligada a situações específicas de vida social, podemos admitir que a coabitação é *“uma prática que pode albergar múltiplas visões sobre a conjugalidade e que tem sido explicada sob vários ângulos, desde a identificação do fenómeno com a experimentação juvenil (...) que seria apenas uma etapa de transição para o casamento, até à sua interpretação como uma alternativa de facto ao casamento formal, dado colocar maior ênfase na liberdade individual e na recusa da instituição matrimonial”* (Ferreira, P.; Aboim, S.2003:423).

Em face dos múltiplos sentidos e durações que a experiência da coabitação pode assumir, interessa saber em que medida o crescente aumento estatístico de nascimentos fora do casamento pode corresponder a novas formas de entrada e de organização dos tempos da vida familiar.

Em relação à existência de filhos em casais coabitando, podemos distinguir três perfis diferentes, de acordo com o estudo desenvolvido por Pedro Ferreira e Sofia Aboim (2003). Para estes autores, o nascimento de um filho pode enquadrar-se numa fase inicial de constituição da família, correspondendo a um momento de transição do casal para a parentalidade (*a coabitação de entrada na parentalidade*); ou então a uma fase de alargamento da descendência e, logo que possível, consolidação da coabitação como modo alternativo de organização familiar (*a coabitação de longo curso*). Pode ainda estar relacionado com o seguimento de transições familiares que envolvem rupturas e consequentes recomposições conjugais que trazem para a nova relação filhos de anteriores conjugalidades (*coabitação de recomposição familiar*) (2003:423).

Por outro lado, a leitura dos nascimentos ocorridos em união de facto em função das fases de vida familiar em que se encontram os casais, permitiu constatar que os pesos percentuais dos três tipos de coabitação com filhos são muito diversos, sendo possível concluir que a coabitação se apresenta mais vinculada a momentos iniciais de transição na vida familiar e à formação de novas famílias do que a lógicas de alargamento da descendência numa mesma conjugalidade. Estes resultados vão de encontro à tendência para associar a coabitação a novas formas de organização da vida familiar, nomeadamente a entradas faseadas na conjugalidade, na parentalidade ou à formação de uma nova família com filhos, a seguir a uma ruptura conjugal, associações a que não são alheios o prolongamento da juventude nos modelos sociais actuais e também ao aumento do divórcio em Portugal.

Naturalmente, estes diferentes perfis de coabitação com filhos correspondem a populações com especificidades próprias. O citado estudo indicou ainda que “ *de um lado estão as mulheres que entram pela primeira vez na parentalidade: as mais jovens (com menos de 25 anos na generalidade) e as mais escolarizadas. Do outro, encontram-se as mulheres em coabitação de longo curso: mulheres com os mais baixos níveis de escolaridade e cujos parceiros têm (...) profissões operárias ou não qualificadas, evidenciando a articulação anteriormente referida entre viver em união de facto com vários filhos e possuir baixos capitais escolares e profissionais*” (Ferreira, Pedro ; Aboim, S.2003:424).

Por sua vez, a coabitação de recomposição abrange mulheres mais velhas, denotando a sua colocação numa fase relativamente mais avançada no curso de vida familiar. Estes autores, no entanto, referem que “ *a forma de divisão do trabalho profissional no casal é comum nos três tipos de coabitação, sobressaindo um modelo de profissão masculina e de domesticidade feminina, deixando antever a coabitação, mais do que o casamento formal, como cenário de acentuadas diferenciações de género.*” (Ferreira, Pedro ; Aboim, S.2003:424/426).

Curiosamente, a ausência da formalização conjugal não contribuiu para a igualdade entre cônjuges em qualquer das fases da vida familiar apresentadas, o que permite tirar duas conclusões aos investigadores: por um lado comprovam o impacto do movimento de desinstitucionalização na organização de novos modos de vida conjugal e familiar; por outro, denotam a presença de aspectos de matriz tradicional nesses modos de vida.

Neste estudo, portanto, as desigualdades de género que a baixa inserção profissional feminina parecem fazer sugerir nestes casais coabitantes, marcam uma certa oposição à ideia de relação conjugal entre iguais que a modernização pressupõe. Por isso, os autores deste estudo concluem: “ *Num contexto nacional de forte inserção feminina no mercado de trabalho, [esta] coabitação está assim, do ponto de vista da divisão do trabalho conjugal, mais próxima de um tipo de família «tradicional» do que de um tipo «moderno», resultado que contraria a associação (...) entre coabitação e autonomia feminina*” (Ferreira, Pedro ; Aboim, S.2003:426).

Com efeito, Leston Bandeira (1996) defende a ideia de que a expansão das uniões de facto na actualidade pode ser, em parte, um prolongamento, nos grupos urbanos com baixos capitais escolares e profissionais, de práticas tradicionais, agora facilitadas pela modernização dos valores e pelo afrouxamento do controle social.

Esta situação faz lembrar a tese de E. Shorter ao associar as transformações sociais do século XIX às estratégias familiares e reprodutivas das classes populares e ao ver na ausência de capitais uma mola impulsora de comportamentos menos institucionais.

Nos sectores mais escolarizados da população e onde a segurança económica é um dado adquirido, associado a um princípio de desinstitucionalização do casamento está também a ideia de contestação dos modelos tradicionais de organização e de divisão dos papéis de género que normalmente predomina na instituição matrimonial.

Neste caso, o modelo assumido de coabitação teria a tendência de funcionar segundo relações de género igualitárias, assentes na preservação da autonomia individual, onde o fundamento da relação assenta exclusivamente na base afectiva e no desenvolvimento da auto-expressão, para além de valores associados à qualidade de vida, à tolerância e à democracia no interior da relação conjugal (cf. Ferreira, Pedro; Aboim, S. 2003:442/444).

Devemos também lembrar que em grupos sociais mais qualificados o crescimento da coabitação com filhos tem sido visto enquanto indicador de desinstitucionalização do casamento, interpretação a que subjaz um duplo sentido: mais do que apenas o enfraquecimento e a secularização da instituição matrimonial, a desinstitucionalização prevê igualmente uma passagem de modelos de organização familiar alicerçados numa visão do casamento como instituição (onde direitos e deveres se encontram fortemente codificados), para modelos de conjugalidade e de família centrados no bem-estar

emocional dos seus membros e na privacidade entre indivíduos (cf. Ferreira, Pedro ; Aboim, S. 2003:421).

Entre os grupos sociais mais qualificados podemos lembrar também a tese de P. Ariès ao localizar a vanguarda da modernização entre os sectores mais habilitados da população; afinal aqueles que postulam normas mais modernistas e que mais frequentemente as associam às suas práticas de vida.

Globalmente, estes aspectos são importantes pois vão ao encontro da tese de Andrée Michel (1983) que defende uma distinção entre famílias tradicionais (muito estruturadas por papéis de género) e as famílias modernas (mais igualitárias nas suas condutas sociais), em termos de concepção da sua vida familiar (cf. Michel, A. 1983: 137-147).

Porém, sendo evidente que a informalização da conjugalidade assinala uma erosão de valores institucionais (largamente fundados na religião, na autoridade, e na indissolubilidade dos vínculos familiares), nem sempre aponta para o reforço da autonomia, da igualdade e da realização pessoal se não existir uma segurança económica que permita mais eficazmente essa opção. Este facto aponta para a existência de diferentes formas de conceber a coabitação, indicando também essas situações a existência de uma linha de continuidade entre *tradição* e *modernidade* na prática diária da vida conjugal.

Em conclusão, o desenvolvimento da coabitação coloca a questão da desinstitucionalização do casamento na base da compreensão das actuais tendências familiares, contribuindo para retirar alguma legitimidade ao casamento enquanto forma social de regulação da conjugalidade. Os nascimentos fora do casamento, por conseguinte, seriam cúmplices da instabilidade e da dissolubilidade que se apoderou das actuais formas conjugais e familiares.

No fundo, permite que o indivíduo realize ao longo do seu percurso de vida substituições entre diferentes vínculos conjugais, assumindo-se como prática moderna, não tanto no sentido individual, mas num movimento de abandono de constrangimentos tradicionais e religiosos, ou então num desenvolvimento de valores mais conotados com a ordem racional e secular, condições que muitas vezes aparecem ligadas a situações de precariedade económica e social.

Correspondendo a um modelo de coabitação com descendentes, a recomposição familiar envolve normalmente um cenário familiar com a presença de filhos provenientes de conjugalidades anteriores. À partida, este modelo de coabitação é

cúmplice de outro fenómeno de modernização familiar – o divórcio – mas passada a dissolução da primeira conjugalidade, a família reconstitui-se agora com o nascimento de um novo filho de outro parceiro.

Para Pedro Ferreira e Sofia Aboim (2003), estes novos arranjos familiares a seguir a uma ruptura conjugal contribuem para engrossar o número de nascimentos fora do casamento, sendo ainda de sublinhar que a não formalização destas novas uniões conjugais permanece mais fecunda entre quem detém menores capitais escolares e profissionais (cf. Ferreira, P. ; Aboim, S. 2003: 432).

6.4. Coabitação e diversidade regional

Coincidindo com outras divisões regionais, a distribuição dos núcleos familiares de casais em coabitação revela não só os contrastes existentes entre o Norte e o Sul, mas também os que opõem a interiorização às zonas litorais do País.

As divisões regionais, caracterizadas a partir das *Novas Unidades Territoriais* (N.U.T.), revelam que o casamento está mais enraizado no Norte do País, sobretudo na região litoral acima do grande Porto, na região da Serra da Estrela e no Pinhal Sul.

Pedro Ferreira (2000) considera que em todas essas zonas do País, o peso das situações de coabitação é inferior a 3%, um número significativamente baixo se tomarmos em consideração o peso da coabitação no País – 6,9%. Se considerarmos também as regiões onde situações idênticas não ultrapassam os 5%, verificamos que mais de 2/3 das N.U.T. apresentam valores de coabitação relativamente modestos ou mesmo baixos. *“A coabitação parece assim concentrar-se num pequeno número de regiões. Em particular vale a pena realçar as regiões com valores superiores a 10%, que se estendem por um contínuo que vai do Algarve, passa pelo litoral alentejano e termina na península de Setúbal”* (Ferreira, Pedro 1993: 78).

Por outro lado, a distribuição de casais recompostos (quer sejam coabitantes, quer estejam já casados) coincide praticamente com os casais em união de facto. Com efeito, enquanto nas regiões do Norte encontramos valores baixos de casais recompostos (com excepção do Grande Porto), à medida que caminhamos para Sul surge um crescimento gradual dos seus efectivos. As mesmas regiões que apresentam os valores mais altos de coabitação constituem o grupo com as percentagens mais altas de casais recompostos, ao qual se junta a região da Grande Lisboa.

Assim e tendo em atenção o mesmo estudo de Pedro Ferreira, a comparação entre as distribuições da coabitação e de casais recompostos *“permite ressaltar uma geografia praticamente coincidente. No norte do País, a forma de união privilegiada é o casamento, sendo a coabitação um padrão algo refractário e o recasamento pouco comum. No sul do País, a coabitação tende a ter uma aceitação bastante maior e as famílias recompostas são frequentes”* (2003:78/79).

Nesta geografia de diferenças entre o Norte e o Sul do País, existe ainda um efeito que opõe o litoral ao interior. Na verdade, as regiões junto do litoral tendem a contrastar com as que se situam no interior, acentuando as primeiras as percentagens de coabitantes e de casais recompostos e contribuindo para uma maior diversificação das situações conjugais. *“Esta diversidade integra-se (...) em padrões mais gerais, como sejam as estruturas domésticas ou as crenças religiosas, que contribuem para estruturar o País em torno de determinadas fracturas e oposições, mas também segundo linhas de continuidade”* (2003:79).

Permanecem então vários aspectos de natureza estrutural relacionadas com a identidade cultural das populações quanto ao modelo de encarar e reproduzir a sua vida familiar, tal como de resto já tivemos oportunidade de o demonstrar em épocas históricas anteriores (cf. ponto 8.2.1. e ponto 8.3. da Primeira Parte).

É igualmente significativo, em termos de diversidade de situações familiares, abordar o que se passa no âmbito da monoparentalidade, conceito que também joga um papel relevante nas situações de coabitação e de recomposição familiar.

7. As Famílias Monoparentais

A necessidade de identificar um tipo de grupo doméstico que nos países industrializados passou a ter uma expressão estatística significativa, levou à utilização deste conceito sobretudo a partir dos anos 70.

Para o efeito, concorreu especificamente o aumento da proporção de mães solitárias em resultado do crescimento entre 1970 e 1980 do divórcio, nomeadamente nos Estados Unidos (cf. Bandeira, M. Leston 1996: 122).

Podemos assim conceber o conceito “família monoparental”, quer na sociologia da família quer nos estudos de política social, como sendo referente a uma mãe ou um pai a viver sem cônjuge e com filhos dependentes.

Portanto, ao contrário da tradicional família nuclear conjugal, que apresenta uma estrutura triangular (pai, mãe, filhos), aqui encontramos uma estrutura bipolar centrada normalmente à volta da mãe, resultante de uma situação de divórcio, separação, viuvez ou de mãe solteira. Podemos dizer que esta forma de família, à partida, se apresenta com uma estrutura bipolar em consequência de situações anteriormente vividas e que estão na base desta configuração.

No passado, os casos de vida familiar envolvendo o pai ou a mãe sozinhos com os filhos abrangia quase exclusivamente os viúvos e as mães solteiras. Enquanto a situação dos primeiros era entendida como normal, no caso das mães solteiras a tendência geral era de discriminação social, embora a questão da ilegitimidade dos filhos pudesse variar de comunidade para comunidade.

Situação diferente envolve agora as famílias monoparentais tuteladas por homens ou mulheres divorciados, cujo número não pára de aumentar e que estão ligadas as outras dinâmicas de vida social, onde a ideia de carência não será o indicador que melhor caracteriza essas famílias (embora a falta de um dos membros do casal possa afectar a imagem social dessas famílias bem como o seu funcionamento).

Podemos então concluir, como diz Mário Leston Bandeira “ *que o conceito de família monoparental recobre principalmente situações de coabitação familiar provocadas pelo aumento do divórcio e o correlativo desaparecimento do ostracismo social de que eram objecto os divorciados e também à diminuição do estigma do celibato e da maternidade celibatária*” (1996:123).

Chiara Saraceno (2003) considera também que a instabilidade conjugal ligada ao divórcio acaba por ter influência na diversificação da estrutura familiar contemporânea, originando não só famílias monoparentais, mas também famílias unipessoais, que podem dar lugar posteriormente a uma recomposição familiar (2003: 62).

A mesma investigadora encara também a ideia da estrutura familiar monoparental poder resultar das necessidades dos idosos passarem a viver com um dos filhos divorciados ou mesmo terem de acolher um filho ou filha que entretanto enviuvou ou se separou. Neste caso, podemos falar de uma transformação do ciclo de vida, tanto individual como familiar, numa combinação de fenómenos demográficos (envelhecimento da população), como de alteração nos comportamentos individuais (instabilidade conjugal). Estes acontecimentos dão lugar a novas fases do ciclo da vida

familiar, mas também a novas modalidades de organização dos grupos doméstico (cf. Saraceno, C. 2003: 62).

Nos casos de divórcio, o filho menor é quase sempre entregue à mãe numa situação que não é baseada na determinação do eventual culpado da separação conjugal, mas pela maior adequação em tarefas parentais especialmente quando os descendentes são de tenra idade. Isto significa que os filhos pequenos passam mais tempo com a mãe do que com o pai, potenciando que uma percentagem significativa de filhos acabe por deixar de ter relacionamento afectivo com o pai ou acabe mesmo por perder o contacto com ele.

Maria Engrácia Leandro considera que este modelo de família encerra alguma complexidade, surgindo a mulher muito mais sobrecarregada do que o homem, pois ao ser-lhe confiada pelos tribunais guarda dos filhos, esta é quase sempre feita em nome da estabilidade psico-afectiva dos filhos (2001:273).

No entanto, ao confiar predominantemente à mãe a guarda dos filhos, a dimensão financeira assume um aspecto fundamental na organização interna da nova família. Ainda que o ex-cônjuge seja obrigado ao pagamento de uma pensão pecuniária de periodicidade mensal, as condições sócio – económicas desta família normalmente são inferiores à anterior situação familiar, originando respostas adequados dos Poderes Públicos em caso de comprovada necessidade. O *Rendimento de Inserção Social* é um exemplo, uma vez que passou a contemplar muitas famílias monoparentais carenciadas desde 1996 (cf. Leandro, Maria Engrácia 2001:275).

Presente como estrutura bipolar no panorama familiar do País, é sobretudo a partir dos dados estatísticos registados nos *Censos da População* que podemos aferir a real situação da monoparentalidade no País. Infelizmente, o tipo de informações que nos é fornecido nos *Censos* de 1960 e 1970 apenas permite contabilizar uma população total de famílias monoparentais constituídas pelo pai ou pela mãe e os respectivos filhos (cf. Bandeira, M.L.1996:399).

Em termos gerais, são incluídas neste modelo familiar diversas situações em termos de estado civil. Neste caso, os critérios seguidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas (alterados na realização dos *Censos da População* de 1991 para 2001), incluem os filhos viúvos, separados ou divorciados, que habitem com um dos pais e não tenham cônjuge ou filhos a viver na mesma residência, originando desse modo uma situação de monoparentalidade distinta: desde viúvos(as) com 80 anos a viver com um filho de 50

anos (viúvo ou solteiro) ou então um pai/ mãe divorciado(a) com 30 anos a viver com um filho de 3 anos.

Assim e comparando os *Censos* de 1991 e 2001, é possível notar um aumento acentuado do número absoluto de famílias monoparentais em função da alteração dos critérios utilizados pelo I.N.E. nesse registo. Por outro lado, a monoparentalidade envolvendo o pai ou a mãe vivendo com os filhos, mas com uma idade relativamente jovem, aumentou na década em consideração num movimento relacionado sobretudo com o divórcio. Estas famílias, de um modo geral, são formadas por mães a quem foram confiados os filhos em consequência da dissolução conjugal (cf. Wall, K. 2003:53).

Quanto à distribuição territorial das famílias monoparentais, embora existentes em todas as regiões do País, verificam-se contrastes que no final do século XX marcam a sua existência em Portugal. Deste modo, a região da Grande Lisboa/Vale do Tejo sobressai com os valores mais elevados, quer a nível da monoparentalidade no seu conjunto (24,3%), como também no âmbito monoparental jovem (10,8%). No pólo oposto destacam-se duas zonas: a região do Tâmega, onde encontramos o menor índice de famílias monoparentais com filhos de todas as idades e a região do Pinhal Interior Sul, onde reside o valor mais baixo da monoparentalidade jovem (cf. Wall, K. 2003:55).

Esta situação nas regiões do interior do País é explicada sobretudo pelo envelhecimento da população e pela diminuição generalizada dos casais sem filhos a morar nessas zonas. Já nas regiões do litoral e nos grandes centros urbanos é possível encontrar um maior peso das famílias monoparentais jovens, resultantes da concentração de muitas famílias activas com filhos e onde a taxa de divórcio é elevada.

Relacionando estes dados com os níveis de escolarização, encontramos agora alguns cenários de transformação. Com efeito, tendo em atenção os *Censos* de 1991, encontramos um perfil educacional nas famílias monoparentais mais elevado face aos índices verificados em 1981, onde predominava entre as mães solteiras o nível básico do sistema de ensino, enquanto as mães viúvas, muitas vezes, não tinham qualquer escolarização. Neste último caso, as mulheres mais velhas contribuíam bastante para esses índices, pois reflectiam o profundo atraso do desenvolvimento da sociedade portuguesa até aos anos sessenta, enquanto no caso das mulheres mais jovens se tratava da dificuldade em recuperar esse atraso a nível da sua instrução.

Analisando os mesmos aspectos dos *Censos* de 1991 para os de 2001, a diferença é ainda maior, como explica Karin Wall: “ *Há uma década apenas uma família*

monoparental em oito tinha um nível de educação acima do ensino básico; em 2001 uma em três tem um nível de educação acima do ensino básico e uma em dez possui um curso superior” (2003:60).

Curiosamente, as famílias monoparentais envolvendo pessoas solteiras também têm níveis de instrução muito próximos dos valores médios, apresentando assim um perfil social que contradiz, em parte, uma representação que associa as famílias monoparentais de pessoas solteiras a meios sociais desfavorecidos do ponto de vista educacional e socioeconómico.

No âmbito da actividade económica exercida por estas famílias, sublinhe-se que as mais jovens têm uma taxa de emprego elevada. Verifica-se igualmente que as mães sozinhas participam mais no mercado de trabalho do que as mães a viver em casal, sendo também estabelecida uma relação estreita entre o crescimento dos nascimentos fora do casamento e a união de facto. Pode ser apontada aqui uma eventual ligação entre o aumento de uniões de facto em Portugal e o peso crescente dos pais e mães solteiras.

QUADRO 30 – A MONOPARENTALIDADE EM PORTUGAL

Famílias Monoparentais NUT III	% de monoparentais no total de núcleos familiares com filhos			
	Filhos de todas as Idades		Pelo menos 1 filho <de 18 anos	
	1991	2001	1991	2001
Minho – Lima	18,9	18,7	9,9	6,8
Cavado	13,6	14,4	7,3	6,1
Ave	11,3	12,8	5,8	5,2
Grande Porto	13,2	17,9	6,7	7,7
Tâmega	10,5	12,0	4,9	4,8
Entre Douro e Vouga	11,0	12,9	5,4	5,2
Douro	13,5	16,0	6,3	5,5
Alto Trás-os-Montes	13,8	17,7	6,3	6,2
Baixo Vouga	12,4	15,9	6,8	7,0
Baixo Mondego	12,4	16,9	6,4	6,6
Pinhal Litoral	11,9	14,7	6,3	6,4
Pinhal Interior Norte	12,3	15,5	5,5	5,4
Dão – Lafões	13,8	15,3	7,4	6,4
Pinhal interior Sul	14,3	17,5	5,1	4,5
Serra da Estrela	13,5	16,6	6,4	6,3
Beira Interior Norte	12,4	14,6	5,1	4,7
Beira Interior Sul	11,8	15,3	4,9	5,1
Cova da Beira	13,0	15,8	6,1	5,3
Oeste	10,7	15,6	5,3	6,8
Grande Lisboa	15,3	24,3	8,3	10,8
Península de Setúbal	11,9	20,3	7,0	9,8
Médio Tejo	11,7	16,0	5,5	6,0
Lezíria do Tejo	10,4	16,3	5,2	6,7
Alentejo litoral	11,3	19,4	5,6	7,8
Alto Alentejo	10,8	16,7	4,7	6,2

Alentejo Central	11,3	16,1	5,1	6,2
Baixo Alentejo	11,7	17,8	4,8	6,3
Algarve	12,7	21,8	6,7	10,1
Portugal	13,1	17,9	6,8	7,5

Fonte: INE, *Censos* de 1991 e 2001.

7.1. A questão dos filhos menores

Numa situação de dissolução do vínculo conjugal por divórcio, as questões jurídicas envolvendo os filhos continuam a ser prementes, motivando a preocupação dos Poderes Públicos em relação aos menores.

Com efeito, a lei portuguesa sempre consagrou o interesse do menor como o único critério a ser utilizado nas decisões judiciais sobre a ‘guarda dos filhos’. Apenas entre 1910 e 1931, a lei de divórcio então vigente, estipulava uma preferência a favor do cônjuge inocente (artigo 21 da Lei de 3 de Novembro de 1910). Mesmo assim, a jurisprudência da época admitia que a guarda do menor fosse confiada ao cônjuge culpado se o interesse do filho o exigisse. No entanto, a guarda e o exercício de poder paternal não eram entendidos como sinónimos pois, de acordo com o *Código Civil* de 1867, se a guarda do menor era confiada à mãe, o pai continuava ainda a exercer um poder paternal – dever de representar os filhos menores, dirigir a sua educação e administrar os seus bens – (cf. artigo 137º e 138º do *Código Civil* de 1867).

Também o *Código Civil* de 1967 atribuía ao pai divorciado o poder de representar o filho, dirigir a sua instrução e autorizar a sua emancipação, de acordo com o artigo 1881º, tendo a mãe divorciada ou separada o direito de ser ouvida e de participar em tudo o que dissesse respeito ao interesse do filho. Na prática, portanto, a mãe que detinha a guarda dos filhos, como observa Maria Clara Sottomayor, “*estava colocada na dependência da autorização do pai do menor para tomar decisões relativamente à pessoa e aos bens do filho e sujeitava-se a interferências daquele na educação do filho*” (2001:146).

Resolvendo o problema, a reforma do *Código Civil* em 1977 acabou por estabelecer como princípio jurídico do exercício do poder paternal apenas o progenitor a quem foi confiado o menor. Neste sentido, seria o progenitor residente a educar o menor e a tomar as decisões relativas ao filho.

Em 1995 porém, a lei 84/95 de 31 de Agosto introduziu no *Código Civil* a possibilidade de os pais optarem pelo exercício conjunto do poder paternal (artigo 1906, nº 2) ou de acordarem que determinados assuntos fossem resolvidos por acordo entre

ambos, como estipulava o artigo 1906º, nº 3. Mantinha-se em primeiro lugar, porém, o princípio do poder paternal pelo progenitor a quem foi atribuída a guarda do filho, no caso de falta de acordo entre os pais – artigo 1906 - nº 1.

Neste aspecto, a regra judicial de atribuição da guarda dos filhos tem sido a preferência maternal para crianças de tenra idade, tendo os tribunais justificado tal critério sobretudo com a aplicação do Princípio VI da *Declaração Universal dos Direitos da Criança*, o qual sustenta que a criança de tenra idade não deverá ser separada da mãe, a não ser em casos excepcionais. Como salienta Maria Clara Sottomayor, “ a preferência maternal, representa assim, o triunfo do lado emocional da criança com o progenitor que cuida dela no dia-a-dia, sobre critérios patriarcais que consideravam o filho como propriedade do pai” (2001:149).

Finalmente, a Lei 59/99 de 30 de Junho veio abolir o princípio do exercício unilateral do poder paternal, transformando-o numa solução excepcional. Neste propósito, obtido o acordo dos pais é consagrando o exercício conjunto do poder paternal, como declara a nova redacção do artigo 1906, nº 1: “ Desde que obtido o acordo dos pais, o poder paternal é exercido em comum por ambos, decidindo as questões relativas à vida do filho em condições idênticas às que vigoram para tal efeito na constância do matrimónio”. Basta no entanto a recusa de um deles, para que seja decretado o exercício do poder paternal pelo progenitor a quem foi confiado o filho, conforme declara o nº 2 do mesmo artigo.

O exercício conjunto do poder paternal e o exercício unilateral constituem assim, duas soluções da Lei, não existindo qualquer preferência legal a favor do exercício conjunto do poder paternal.

Curiosamente, Maria Clara Sottomayor observa que a primeira opção, em traços gerais, é adoptada por casais divorciados que conseguem separar os seus problemas enquanto cônjuges, do seu papel como pais. Normalmente, têm ambos capacidade educativa, maior escolarização e uma boa relação afectiva com o filho (2001:151).

Portanto, é clara a intervenção do Estado quando o casal decide dissolver a sua relação pelo divórcio, regulamentando a atribuição da custódia dos filhos, regulando o direito de visita, os alimentos devidos e o cumprimento do que judicialmente foi estipulado pelo Tribunal, entre outros aspectos directamente ligados ao casal.⁸⁶

⁸⁶ Após o divórcio por *mútuo consentimento*, a lei exige a partilha de bens por escritura pública, devendo ser feitas as respectivas declarações para as Finanças e pagar os impostos devidos. Torna-se ainda

Elemento fundamental na questão legislativa sobre Direito de Família, o Estado, como vimos, assume o seu papel como juiz de um processo que o ‘bem público’ solicita a bem da sociedade.

Neste assunto envolvendo o casal e o Estado, torna-se significativo concluir a análise de outros espaços das políticas de família na defesa e na protecção jurídica dos mais desfavorecidos, começando por ver em que medida a prática legislativa tem sido coerente com o discurso político sobre a defesa da família.

8. Família e Política Social em Portugal: estruturas de base

A formação do Estado Moderno e com ele a constituição de uma esfera pública subtraída ao controlo directo do parentesco e da linhagem, constituiu uma condição essencial para o aparecimento da família como espaço privado, gerador de afectos e bem-estar pessoal dos seus membros. No entanto, apesar do contexto relativamente independente onde o casal passou a desenvolver a sua actividade a nível interno, nem por isso o Estado deixou de ser uma fonte de controlo e de normas sociais relativas à Família como Instituição.

Assim sucedeu em Portugal com a publicação do primeiro *Código Civil* em 1867, definindo regras claras em relação à constituição familiar (por via religiosa ou civil, ao papel do homem e da mulher no interior da família, a questões de filiação legítima e ilegítima, para além de regulamentar o acesso ao património, terminando com o sistema de morgadio e instituindo a plena igualdade dos filhos em relação à herança familiar).

Ainda que toda essa legislação tivesse sido inspirada numa lógica de família liberal burguesa, o papel do Estado foi claramente assumido na sociedade em regular as questões familiares, fomentando um conjunto de medidas que progressivamente vão sendo alargadas à totalidade da população.

Enquadraram-se nesse campo os referentes sociais das primeiras leis públicas com carácter assistencial e administrativo (que se desenvolvem nos vários países europeus em simultâneo com o processo de industrialização), os quais são dirigidos para as camadas populares, especialmente as famílias pobres e operárias, cuja diversidade em relação ao modelo de família burguesa era entendida como perigosas.

necessário ir a cada uma das conservatórias registar os anteriores bens comuns que passam agora a ser bens próprios de cada um dos ex-cônjuges.

Temos assim os Poderes Públicos a regular com evidente autoridade os aspectos ligados à vida familiar dessas pessoas, expresso nas primeiras prescrições sobre higiene e normas a seguir na educação das crianças, além das primeiras legislações para a tutela dos menores e do trabalho das mães (entre os finais do século XIX e o início do século XX), visando normalizar as famílias operárias.

Outro grande momento legislativo de intervenção estatal na vida familiar foi dado com as leis republicanas sobre o casamento e o divórcio, relegando a Instituição Clerical para um apoio espiritual e social na vida dos crentes e não como inspiradora de um certo modelo de família ligado aos preceitos e normas institucionais da Igreja.

As orientações anticlericais da época marcavam assim o papel do Estado em assuntos de constituição e dissolução familiar, fazendo eco de uma ideologia que privilegiava o poder laico do Estado na vida pessoal dos cidadãos. O mesmo propósito foi visível décadas mais tarde, em pleno Estado Novo, mas onde as indicações ideológicas são agora opostas às do regime republicano, orientando-se novamente por um sentido mais tradicional na vida familiar. Desse modo, a intervenção dos Poderes Públicos da época passaram a ser pautados por uma ligação aos preceitos da Igreja em assuntos familiares, tal como ficou expresso com a publicação da *Concordata* em 1940 e reforçadas com as disposições do *Código Civil* de 1967.

No entanto, nem só na constituição ou na dissolução familiar se fazia sentir a intervenção dos Poderes Públicos dessa época na vida familiar do País. Situações envolvendo os menores e também o apoio às famílias carenciadas eram evidentes na legislação existente, expresso nas situações de privilégio do filho legítimo e de desvantagem em relação ao filho adulterino. Também o abono de família marcou um momento importante na vida familiar com um apoio adicional ao complemento salarial da família.

É significativo porém, que Portugal se afigure como um País onde a institucionalização dos direitos sociais e do apetrechamento do Estado com os instrumentos necessários ao exercício de uma política social consequente, se tenham revelado tardiamente e de um modo problemático.

Na explicação desse facto, como explica Sílvia Portugal (2001), não são estranhas duas circunstâncias históricas que marcaram a transformação da sociedade portuguesa ao longo do século XX: a persistência de um regime ditatorial até meados dos anos 70 e

o carácter tardio do processo de industrialização, terciarização e urbanização num País com uma forte componente rural.

No primeiro caso, Salazar adoptou um modelo de regulação social pouco permeável ao desenvolvimento de políticas sociais consistentes, preferindo apostar numa ideologia ‘ruralista e familista’, que permitia a manutenção da solidariedade familiar e comunitária. Ao baixo nível de despesas do Estado no domínio social, acrescentava-se a fraca abrangência e relativa ineficácia das medidas estatais (cf. Portugal, Sílvia 2001:21/22).

A Lei e Ideologia do Regime alimentavam o pensamento de que a família teria de contar com os seus próprios recursos para fazer face aos seus problemas. Também a política de industrialização que se foi realizando no País, sobretudo a partir dos anos 60, nunca alcançou níveis de crescimento que provocassem o aparecimento de um novo modelo de política social, nem fomentou um desenvolvimento geral da terciarização em todo o País (com excepção dos grandes centros urbanos), capaz de motivar transformações tangíveis no campo familiar ou mesmo na sociedade.

Com o fim do Estado Novo, assistimos finalmente a um grande processo de mudança na forma e no modo de conceber um novo Direito de Família. Por imposição social, produziram-se grandes alterações no seu ordenamento jurídico, traduzindo-se este acontecimento pela adopção de uma legislação mais liberal na questão da dissolução conjugal e mais igualitária no plano do género. Consequentemente, seria de esperar outras inovações a nível de políticas sociais para a Família.

8.1. Políticas Familiares no Regime Democrático

Com o 25 de Abril de 1974 e a instauração do Estado Democrático, como vimos, foram muitas as reivindicações sociais a que o novo regime teve de atender. Com isso, o crescimento da despesa pública em assuntos de natureza e protecção social foi naturalmente subindo. Paradoxalmente, esse arranque foi dado numa conjuntura internacional de crise económica, numa altura em que os países com maior providência social se confrontavam com a necessidade de adoptar posturas mais restritivas.

Em Portugal e depois de uma etapa expansionista até ao final dos anos 70, seguiu-se uma fase de contenção de gastos a partir dos anos 80, o que impediu a aproximação do País aos modelos de produção de bem-estar social que caracterizavam uma boa parte dos países da Europa Ocidental.

As diferenças entre a realidade portuguesa e o modelo de sociedade europeia, levaram Sílvia Portugal a caracterizar o Estado Português como um *Semi-Estado providência*, cujo deficit de intervenção era compensado pela actuação de uma sociedade rica em relações de comunidade, inter-conhecimento e entreajuda, baseadas em laços de parentesco e de vizinhança (cf. Portugal, Sílvia 2001:23).

Por isso, podemos dizer que tem continuado a existir uma persistência desta ideologia familista no ambiente social quando se trata de abordar a Política da Família em Portugal.

Se esta situação levou à (re)descoberta da ideia segundo a qual as redes informais de solidariedade, sobretudo familiares, são elementos fundamentais no apoio social, as actuais mudanças sociais, económicas e demográficas, cada vez impõem maiores limites às acções da solidariedade familiar. A privatização dos serviços sociais do Estado; a gestão privada dos serviços públicos, a devolução à sociedade civil da protecção social estatal, produz inevitavelmente repercussões no sistema familiar.

Neste complexo sistema de relações entre o Estado e a Família, qual será o estatuto da política familiar em Portugal?

Para Sílvia Portugal (2001), *“em rigor, não podemos falar de política familiar em Portugal. Não existem, no interior das políticas sociais, processos de concepção e formulação que definem os objectivos a atingir para as famílias. Não existem, no interior dos poderes públicos, meios humanos, financeiros, administrativos com autonomia institucional e organizacional. Não existem formas de actividade social que construam as políticas no terreno: grupos profissionais, instituições, peritos, grupos de pressão, etc. Não existe (...) o reconhecimento social da necessidade de uma intervenção pública na vida das famílias, com objectivos sociais”* (2001:26).

Esta opinião está sobretudo vinculada ao que a autora considera ser a ‘falta de uma concepção e formulação que definam objectivos a atingir com as políticas familiares’, não devendo ser confundida com medidas de política social decretadas pelo Estado a favor das famílias. Para Sílvia Portugal, essas medidas de política social estão claramente relacionadas com legislação que abrange os benefícios fiscais, as prestações familiares, as leis que favorecem a conciliação entre o trabalho e a família, a criação de infra-estruturas para apoiar os cuidados com os dependentes, nomeadamente as crianças, os idosos e os deficientes, e claro, a legislação sobre casamento, divórcio,

uniões de facto, monoparentalidade, contracepção e aborto. (cf. Portugal, Sílvia 2001: 48).

Portanto, o que está em causa em toda esta acção do Estado no domínio da Família é a contradição (que não será certamente exclusivas da situação portuguesa) entre o discurso político, a prática governativa, a acção legislativa e os efeitos sociais das políticas realizadas.

Isabel Dias (1994) e Sílvia Portugal (2001) analisaram os discursos políticos e jurídico sobre este assunto desde os primeiros governos saídos da Revolução de Abril, até aos governos Constitucionais da actualidade e a primeira conclusão a tirar revela uma contradição entre um explícito comprometimento ideológico com a questão familiar (tal como a *Constituição* declara no artigo 67º - alínea g) e o carácter subsidiário que as políticas de família ocupam no conjunto das políticas sociais.

Essa contradição surge logo em relação aos programas dos governos Constitucionais. Numa análise envolvendo o seu compromisso institucional com a questão familiar, Sílvia Portugal (2001) considera que *“a legislação produzida na área da família é escassa e sobretudo de carácter regulamentar, de emanção governamental ou ministerial. As transferências monetárias assumem valores insignificantes. As infra-estruturas disponíveis para apoiar as famílias são francamente insuficientes”* (2001: 27).

Portanto, se a família continua sucessivamente como referência privilegiada no âmbito das políticas sociais, com a produção legislativa já não se passa o mesmo, existindo poucos diplomas representativos dessa acção.

Temos assim uma contradição entre o discurso político e a acção governativa, relevante pelo forte investimento retórico que se faz no primeiro caso e pelo vazio de acção que com ele coexiste, realidade que explica a ‘falta de objectivos a atingir para as famílias’.

Anteriormente, Isabel Dias (1994) tinha estudado a acção dos Governos Constitucionais no País entre 1976 e 1994, tendo concluído que existiram formas de tratamento e abordagens diferentes em relação à Família, o que reflectia a especificidade das orientações político-ideológicas subjacentes aos diversos executivos, mas também a influência da transformação histórica da sociedade desde a Revolução de 1974. No entanto, considera também que *“aquela especificidade nem sempre foi*

evidente e apreensível, assim como nem sempre foi possível identificar o modelo de família e de relações entre esta e o Estado” (1994:161).

Para a explicação desse facto concorreu a existência de alguns governos de iniciativa presidencial com uma natureza não partidária (III, IV e V Governos Constitucionais – 1978/1980), e também algumas coligações, onde as referências ideológicas eram distintas, tornando difícil a existência de consensos (II e IX Governos Constitucionais – 1978 e 1983/1985 respectivamente).

Quanto aos programas dos Governos onde foi possível detectar o modelo de família e de relações entre esta e o Estado, verificou-se a existência de um modelo modernista/simétrica (por oposição ao tradicional/institucional), onde era possível encontrar na família uma igualdade de direitos e de deveres entre os cônjuges (cf. Dias, I. 1994: 164/165).

Os programas dos partidos políticos analisados por Isabel Dias entre 1976 e 1994, também privilegiavam essa linha de orientação, parecendo existir um certo consenso quanto ao modelo de família e de relações entre esta e o Estado, reconhecidos como os mais adequados à sociedade portuguesa pós 25 de Abril (1994:164).

Ainda nesta investigação, o modo como a família era tratada no discurso do Estado, dos Governos Constitucionais e dos próprios Partidos Políticos com assento na Assembleia da República revelava que todos eles preconizavam um certo tipo de intervenção do Estado nos domínios da família (políticas sociais, demográficas, segurança social, emprego, fiscalidade, saúde, educação, defesa dos direitos das crianças e dos jovens, etc.), ainda que subsidiariamente, respeitando a sua autonomia e privacidade.

Por isso, para alguns governos (III, IV e V Governos Constitucionais – 1978/1980), não era a *Família* em si o objecto das atenções e medidas programáticas preconizadas, mas sim os seus membros. Neste campo, a condição feminina foi alvo de particular atenção, com a recusa de todo o tipo de discriminação entre o homem e a mulher, mas também as crianças, os jovens e os idosos mereceram maior atenção e interesse em relação aos seus direitos.

Por outro lado, a legislação sobre a família conheceu formas de tratamento e de abordagem diferentes, reflectindo a especificidade das orientações político – ideológicas subjacentes aos diversos executivos, como mostraram os Governos da Aliança Democrática (VI, VII e VIII Governos Constitucionais – 1980/1983), que tinham em

comum uma idêntica preocupação com a Família, encarada como instituição social fundamental e também os governos do Partido Socialista (XIII e XIV Governos Constitucionais – 1995/2002), que centraram mais a sua atenção sobre as famílias carenciadas e alvo potencial de processos de marginalidade e exclusão social.

Seja como for, parece clara a existência de uma autonomia relativa da Família face ao Estado, admitindo-se que este possa interferir nos domínios da vida privada familiar, sobretudo nas famílias socialmente mais desprotegidas ou quando as exigências sociais assim o solicitem, devendo fazê-lo dentro de limites constitucionais legais e politicamente definidos (cf. Dias, I. 1994: 157/165).

Completando a análise sobre toda esta actividade governamental, Sílvia Portugal (2002) assume uma posição crítica face desempenho na área da Família, encontrando apenas dois grandes momentos em que verdadeiramente se pode falar de uma intenção expressa de implantação de uma política familiar em Portugal: com os Governos da Aliança Democrática (1980/1983) e com os dois Governos do Partido Socialista (1995-2002).

Esta autora considera ter existido em 1982 com o governo da Aliança Democrática uma recuperação muito forte do discurso sobre a Família, com a implementação de um conjunto de estruturas governativas que tentavam colmatar a ausência de uma estrutura organizativa governamental que implementasse medidas concretas de apoio. Surge assim a *Secretaria de Estado da Família*; a *Direcção Geral da Família*, a *Comissão Interministerial da Família* e o *Conselho Consultivo para os Assuntos da Família* (cf. Portugal, Sílvia 2002: 9).

Os resultados práticos, segundo a mesma autora, ficaram aquém das expectativas geradas inicialmente, como não mereceram qualquer desenvolvimento posterior. A Família passou então a merecer tratamentos teóricos e a ser alvo de atenções pontuais da parte dos legisladores. Apenas a Direcção Geral da Família persistiu até 1996, em grande parte devido às comemorações do Ano Internacional da Família.

Com os Governos Socialistas do Engenheiro António Guterres (1995-2002), foi retomado o discurso da família, recuperando-se algumas estruturas criadas entre 1980 e 1982, modificando-se ou extinguindo-se outras, como foi o caso da *Direcção-Geral da Família*. Em sua substituição foram criados o *Alto-Comissariado para as Questões da Igualdade e da Família* e o *Conselho Nacional da Família*.

Estas estruturas governamentais pretendiam dar mais um passo na implementação das políticas de família, mas com a novidade de surgirem ligadas expressamente a políticas de igualdade. A questão do ‘Rendimento Mínimo Garantido’ (*Rendimento Social de Inserção* a partir de 2003) deve ser enquadrada neste tipo de medidas legislativas.

Em 1999 surgiu um documento legislativo importante – *Plano para uma Política Global de Família, a Lei de Bases da Família* – que pretendia formular os fundamentos de uma política de família, mas Sílvia Portugal considera que as propostas desse plano, tal como estavam formuladas, não seriam mais do que uma declaração de princípios numa área de forte investimento a nível retórico, mas de fraca acção política dada a forma vaga como foi redigido, sem prioridades e metas claramente definidas (cf. Portugal, Sílvia 2002: 9).

Tudo isto, no entanto, leva a mesma autora a considerar uma segunda contradição, a qual está relacionada com a definição de Família, subjacente à descrição das respectivas políticas para este sector.

Com efeito, a homogeneidade do conceito de família que regula o discurso político e jurídico (casal com filhos, detentor de uma união legalmente constituída), está longe de corresponder à pluralidade dos modelos de família que actualmente existem na realidade social.

Depois, a legislação sobre a Família, destina-se mais a categorias de indivíduos que existem no seu interior, ou seja, os divorciados, os filhos, os idosos, as mães-trabalhadoras, os deficientes, etc. (cf. Portugal, Sílvia 2001: 28). A legislação publicada reflecte igualmente interesses simultaneamente éticos, políticos e materiais muito diversificados (cf. Dias, I. 1994: 106).

Finalmente, quer o discurso político, quer o discurso legislativo sobre a família “*revelam uma visão extremamente conservadora da família, uma visão tradicional do que ela é e do que são as suas funções (de que a Lei de Bases da Família talvez seja o exemplo mais acabado). Nalgumas áreas o discurso político é mesmo um discurso profundamente moralista sobre o que é a família e o que ela deve ser. A definição de família que perpassa a maior parte dos textos nesta matéria é uma definição essencialista, uma definição naturalista de família que integra muito pouco daquilo que é a actual realidade familiar e as actuais mudanças na família*” (Portugal, Sílvia 2002: 10).

Torna-se então evidente, face ao discurso conservador e tradicional sobre a família e as suas funções, a existência de uma forte unidade e continuidade nos discursos e na acção governativa sobre a família, quando é certo encontrarmos hoje na realidade familiar, a diversidade e a mudança.

Mesmo que nos tempos recentes tenha sido dado atenção a estas novas realidades familiares – discussões parlamentares sobre uniões de facto, divórcio, casamento e adopção de crianças por casais homossexuais – o discurso político continua a ser tradicional, retórico e de fraca execução política.

Embora Sílvia Portugal e Isabel Dias adoptem um discurso crítico face à realidade legislativa sobre a família, isso não significa que negligenciem o aspecto tradicional da família como esfera fundamental de referência para as pessoas, algo que continua a ser visível na maneira como os casais, na maioria, começam formalmente a sua vida conjugal pelo casamento e apesar de os divórcios aumentarem também os recasamentos aumentam, mostrando que as pessoas continuam a acreditar na instituição familiar.

O principal problema, como salienta Sílvia Portugal, reside no facto das famílias viverem actualmente sob novas condições, muito diferentes das que existiam há 20/30 anos atrás. Neste caso, interessa levar em consideração que existe uma maior presença feminina em postos de trabalho e que as uniões conjugais estão sujeitas a uma maior individualização e bem-estar pessoal, sendo também mais instáveis, enquanto as responsabilidades e obrigações sociais não deixam de se multiplicar.

Consequentemente, existe hoje uma forte pressão sobre as famílias e também maior responsabilização sobre a sua vida conjugal, sem que muitas vezes sejam dadas condições às famílias para lhes dar uma resposta adequada, gerando muitas vezes sentimentos de culpa e de frustração entre o casal (cf. Portugal, Sílvia 2002: 11).

Com efeito, as políticas de família assumem a igualdade entre os géneros, tal como especifica a *Constituição* democrática do País, mas esquecem que na realidade social, homens e mulheres assumem diferentes responsabilidades na esfera doméstica. Com isso, a promoção da paridade sexual não tem sido verdadeiramente executada, podendo até contribuir para reforçar as desigualdades e práticas sociais tradicionais no interior das famílias.

Por outro lado, é importante não esquecer que os direitos da família e os direitos individuais podem ser conflituantes, pois uma família não é igual a uma soma de indivíduos. De facto, viver em família envolve necessidades específicas às quais é

preciso responder e a maioria dos indivíduos vive numa família, com toda a diversidade que essa designação actualmente comporta.

Ora, atender a às necessidades familiares, sobretudo das mais carenciadas, é um dever do Estado, mas atender também aos direitos dos indivíduos é igualmente um dever governamental, especialmente no que diz respeito aos direitos da mulher, das crianças e dos idosos. Por isso, será necessário articular políticas de família com políticas de igualdade, tendo em atenção as condições sociais a que as pessoas e as famílias estão hoje sujeitas, não esquecendo o grau de autonomia e privacidade que deve ser conferido às famílias e aos seus membros em questões que, antes de mais, dizem respeito à sua vida interna.

Não se afigura fácil essa articulação, mas aqui será o Estado em particular e os políticos em geral, que deverão ter em conta os condicionalismos já descritos ao produzirem legislação ligada à vida familiar, à educação de crianças, ao casamento, separação e divórcio, ao papel e funções da mulher na família e de modo mais actual, sobre a violência doméstica, a união de facto, a interrupção voluntária da gravidez e a não discriminação baseada em orientação sexual. Mas em todas estas preocupações, os discursos sobre a família deverão corresponder a uma determinada visão do mundo social, reflectindo a mudança e a diversidade de modelos familiares, atendendo quer os interesses gerais quer os individuais.

Sendo assim, o Estado deve reconhecer a família como elemento fundamental da sociedade, mas também como espaço natural de realização da própria pessoa. Simultaneamente, deve considerar a possibilidade de intervir no domínio da vida privada familiar tendo como objectivo assumir a defesa dos mais necessitados e dos socialmente mais desprotegidos (as crianças e os jovens, por exemplo) reivindicando para si uma função importante relativa à sua protecção e segurança.⁸⁷

Esta foi uma ideia claramente apresentada durante o consulado do primeiro-ministro Durão Barroso através da Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2004, publicada no *Diário da República* de 13 de Abril de 2004. Apresentando um conjunto de Medidas com incidência familiar já aprovadas (cf. *Diário da República*; nº 87 de 13 de Abril de 2004 – página 2242), a Resolução indicava *100 compromissos para uma Política de*

⁸⁷ O Estado considera que a fragilidade conjugal pode ser prejudicial para a educação e desenvolvimento das crianças, pelo que impõe limites à autonomia do cônjuge. De facto, o casal pode fazer o que quiser enquanto cônjuges, mas não enquanto pais.

Família, sendo de sublinhar o dever do Estado em “cooperar, apoiar e estimular a promoção da instituição familiar, não devendo, porém, substituí-la nas responsabilidades que lhe são e devem ser próprias” (Diário da República; nº 87 de 13 de Abril de 2004 – página 2242).

As áreas de intervenção consagradas neste Plano estavam articuladas com outros Planos Nacionais já aprovados (Inclusão Social, Emprego, Igualdade, Combate à Violência Doméstica) e abrangiam temas como a ‘conjugalidade/parentalidade; infância/juventude; educação/formação; família e envelhecimento; família e trabalho; família e saúde; família e segurança social; família e sociedade de informação; família e cultura/lazer’. Podemos indicar estas áreas de acção do Estado como sendo uma preocupação dos poderes públicos em favor das famílias, mas elas inscrevem-se claramente nos direitos de cidadania, especialmente os direitos sociais e laborais, que possibilitam um acréscimo quantitativo e qualitativo do alargamento das funções do Estado na sociedade. Com efeito, a “*lógica da cidadania leva a que, por um lado, o desenvolvimento dos direitos actue sobre a inclusão de novas categorias de pessoas nos direitos existentes e, por outro, conduz à criação de novos tipos de direitos, ou seja, de novas componentes de cidadania (...) como sejam os direitos sociais, ambientais, qualidade de vida, etc.*” (Mozzicafreddo, J. 2002:14).

Partindo assim da especificidade da sua condição social, económica, modelos culturais e organizativos que adoptam, para além de uma perspectiva longitudinal que leve em conta as fases do ciclo da vida em que se encontram (familiar e individual), compreendemos que a família não é uma instância passiva, moldada ou manipulada por forças que lhe são exteriores, sejam políticas ou de outra natureza (religiosas, por exemplo), nem constitui uma realidade homogénea, podendo oscilar entre a necessidade de protecção da parte do Estado ou então a reivindicação de uma maior autonomia em relação a este.

Por isso, se Estado enquadra a família através de um arsenal de medidas jurídicas e sociais, é também verdade que estas se têm tornado mais flexíveis, mais respeitadoras das escolhas individuais e familiares menos rígidas.⁸⁸

⁸⁸ Neste propósito, foi particularmente interessante a proposta apresentada em Maio de 2007 no Parlamento pelo Bloco de Esquerda de um Projecto de Lei com o divórcio a pedido de um dos cônjuges, depois de idêntica apresentação em 2004. Para os mentores da proposta, quando o casal não se separa por mútuo consentimento, abre-se como alternativa o divórcio litigioso. Associado a uma culpa, este divórcio litigioso deve ser justificado com a quebra de pelo menos um, dos cinco deveres do casamento:

Em conclusão, o que se pode dizer é que o Estado, partindo do princípio da não ingerência nos assuntos internos da família a não ser para solucionar conflitos não resolúveis entre os cônjuges, acaba por manter alguma dose de neutralidade em relação ao reconhecimento de três liberdades fundamentais: permitir aos cidadãos a escolha do seu modo de vida; a escolha da modalidade de constituir família e a escolha da liberdade de procriar.

fidelidade, respeito, cooperação, coabitação e assistência. Será essa noção de culpa que o B.E. pretende ver substituída pela vontade de um dos cônjuges. Assim, este projecto tinha em vista uma maior margem de liberdade dos cônjuges desavindos para ditarem o fim da sua vida em comum num menor espaço de tempo (cf. *Público*, 3 de Maio de 2007 pp. 21).

O texto subiu a *Plenário* na Assembleia da República, sendo rejeitado pelos restantes partidos políticos na votação final. No entanto, vários deputados socialistas subscreveram declarações de voto manifestando a sua concordância com os princípios enunciados na proposta do Bloco de Esquerda. Na sequência, em Abril de 2008 o Partido Socialista apresentou no Parlamento uma proposta de Lei onde afirmava a necessidade de alterar o regime jurídico do divórcio, pondo fim ao divórcio litigioso. Na prática, desejava-se acabar com a figura legal das ‘violação culposa’ dos deveres conjugais como fundamento necessário para avançar com um divórcio litigioso, não fazendo depender a dissolução de um casamento com base na atribuição (e prova) de culpa a um dos cônjuges.

Em relação ao Divórcio por *mútuo consentimento*, em Março de 2008 já tinha sido criado o denominado ‘divórcio on-line’, mediante o qual o casal que se queira divorciar utiliza os serviços de uma empresa que, por via electrónica, encaminha o processo para uma conservatória e na data marcada através do serviço on-line, fica decretado o divórcio do casal que preencheu os requisitos necessários o serviço em causa – não envolver bens comuns; filhos menores nem pensões de alimentos, sendo obrigatório que o casal possua cartão de cidadão. A publicação de uma nova *Lei do Divórcio* – Lei nº 61/2008 de 31 de Outubro – segundo a qual se reduz para 1 ano o período de separação de facto que permite solicitar o divórcio, contempla ainda normas que fundamentam o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de um ano, comprometendo a vida em comum; a ausência sem notícias do ausente por tempo não inferior a um ano e quaisquer outros factos que mostrem a ruptura definitiva do casamento). O novo Diploma acabou assim com a ‘violação culposa dos deveres conjugais’, mas alargou as sanções para o incumprimento das responsabilidades parentais (cf. *Diário da República*, 1ª série – nº212 – 31 de Outubro de 2008).

Comentando a nova situação jurídica relativa ao divórcio, D. Jorge da Costa, presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, criticava não só a existência de um Portal na Internet que permitia o divórcio em poucos minutos, afirmando que o site era quase uma promoção ao divórcio. Por sua vez, o porta-voz da mesma Conferência Episcopal, D. Carlos Azevedo, considerou que este nova Lei do divórcio da iniciativa socialista ‘era facilitista’, algo que nunca permitirá construir uma sociedade melhor. Alertando para as obrigações que o Estado tem para com o matrimónio, o Bispo concluiu as suas observações dizendo que os poderes públicos devem defender a união entre as pessoas e não o contrário.

O padre Duarte da Cunha, anterior responsável da Pastoral da Família na diocese de Lisboa, o que estava em causa nestas iniciativas parlamentares do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista era uma ‘excessiva sentimentalização do amor’. Para este padre, os diplomas estavam imbuídos de uma cultura individualista perante a qual a família corria o risco de se desagregar. Este último aspecto foi igualmente frisado por D. Jorge Ortega, para quem o problema da família na sociedade actual reside também no desenvolvimento da individualização (e não da pessoa), da sentimentalização (e nem tudo pode ser sentimento individual pois tem de haver sacrifício) e na laicização da sociedade (afastamento da Igreja na vida das pessoas). (cf. *Diário de Notícias* de 28 de Março de 2008 – pp. 6/7; *Público*, de 10 de Abril de 2008, pp. 12; *Diário de Notícias* de 21 de Março de 2008, pp. 16 e *Diário de Notícias* de 3 de Abril de 2008, pp. 21).

Continua no entanto a preconizar-se um certo tipo de intervenção do Estado nos domínios da família, a qual assume uma intervenção diversificada, seja através de políticas sociais, demográficas, segurança social, emprego, fiscalidade, saúde etc., seja através da política de família e da respectiva regulamentação jurídica.

Neste último caso, a família constituiu um lugar privilegiado a partir do qual se podem construir modelos de relações sociais diversos, porque são igualmente diversos os problemas e situações por elas experimentadas.

Vejamos de que modo esta diversidade pode ser alvo de um maior conhecimento e partilha de experiências que ajudem as famílias a encontrar respostas face à legislação familiar actual, tendo em vista conhecer o grau de satisfação da relação familiar e a própria qualidade de vida conjugal das famílias em Portugal.

9. As perspectivas para um estudo empírico no campo familiar

Apresentada e discutida a problemática familiar em Portugal nos últimos 35 anos, compreendemos no momento presente que o avanço da modernidade trouxe consigo alterações ao processo de constituição, dissolução e recomposição familiar. Este processo liga-se também à transformação da intimidade das pessoas no contexto da vida quotidiana do casal, uma vez que as relações pessoais e íntimas adquiriram contornos que não existiam em quadros institucionais tradicionais.

Desse modo, observámos como se transformaram os valores e a educação familiar a partir da segunda metade dos anos 70, como se estabeleceu a igualdade entre os géneros a nível Constitucional; como o elemento feminino passou a estar mais representado no mercado de trabalho e a exprimir-se de uma maneira consciente em relação aos seus direitos.

Esta situação traz à atenção outro aspecto importante no mundo do trabalho: a convivência entre os géneros tornou-se mais fácil e mais natural. Em tais casos, é possível que ‘encontros e desencontros’ acabem por afectar a relação conjugal e aquilo que os fez casar (ou coabitar), ao terminar, permite que divórcio seja a via mais fácil para a resolução final da crise conjugal.

Por outro lado, a mudança nas mentalidades que as camadas mais jovens absorveram nas últimas décadas, acabou por se reflectir nos seus padrões de entrada na conjugalidade (passagem ou não pela coabitação, realização do casamento pelo Civil ou pela Igreja), mas também no modo como encaram a dissolução conjugal por divórcio e

na maneira como desejam recompor a sua vida familiar, seja pela coabitação seguida de casamento, seja por uma coabitação permanente.

Em tais casos, não é só a igualdade da mulher em termos de Direitos Civil que se reflectiu nesta ideia de conceber a vida familiar, acrescido da determinação em obter dela uma relação gratificante e satisfatória. É também a diminuição dos preconceitos referentes à mãe solteira, à protecção legal das crianças nascidas fora do casamento e a procura de novos estilos de vida.

Portanto, a existência de uma pluralidade de modelos familiares e outros tantos de divórcio, caracterizam o sistema familiar no momento presente. Mas em vez de pensarmos que a família está em crise, podemos notar que ela se está sobretudo a diversificar.

Paradoxalmente, aspectos tradicionais sobre a família e o casamento ainda se mantêm, numa realidade que não deixa de acompanhar os casais que entram actualmente na conjugalidade. Torna-se interessante, por isso, analisar e compreender as reais situações vividas pelo casal educado em diferentes âmbitos familiares e ver como reagem à morfologia da família actual.

Com efeito, existem permanências na modernidade conjugal, as quais envolvem desigualdades sociais que se mantêm; ou então permanecem realidades estruturadas que configuram formas diferentes de práticas familiares em determinados contextos, como são o campo da opção religiosa, da pertença social, cultural ou regional, que condicionam as atitudes e as práticas em relação ao casamento, ao divórcio e à coabitação.

Sendo assim, a Família como Instituição deve ser estudada numa visão dinâmica, considerando-se que o seu funcionamento depende das características de cada um dos seus elementos em interacção com os outros, para além das relações que estabelecem com os restantes sistemas sociais.

Se a complexidade do sistema familiar permite várias abordagens teóricas (histórica, sociológica, jurídica, demográfica, sistémica, ecológica ...), num modelo de estudo necessariamente holista tendo em vista a sua compreensão, a investigação que seguidamente apresentamos leva em consideração essa base teórica, ao qual se adicionam princípios metodológicos próprios para as intenções que temos em vista:

- Relacionar o significado das transformações do panorama familiar nas últimas décadas com o grau de autonomia e individualidade dos membros do casal.

-
- Relacionar o grau de satisfação pessoal na relação conjugal, com o ambiente físico e psicológico em que decorre a sua vida quotidiana e onde se desenrolam as interacções familiares.
 - Avaliar situações de conjugalidade em termos de representações sociais ligadas à vida familiar.
 - Relacionar as políticas de família promovidas pelo Estado, com os anseios e as necessidades dos casais existentes em Portugal.
 - Sintetizar no plano cultural, as atitudes, os valores e as representações familiares dos grupos conjugais actuais.

Naturalmente, não serão esquecidos os aspectos referentes à caracterização dos membros do casal a nível socioeconómico e cultural, as questões ligadas à escolha do cônjuge, os motivos para a ruptura conjugal e as justificações para o modo de vida familiar que mais tarde vieram a adoptar. Torna-se assim possível cruzar informações que se tornarão fundamentais para esclarecer o percurso de vida do casal e comparar as diversas situações conjugais em termos de formação do casal; ambiente familiar; apoio parental, representações sociais sobre vida conjugal nível do casamento/divórcio/recomposição familiar/coabitação.

Vejamos então os princípios teóricos – metodológicos que estão na base do estudo empírico efectuado.

TERCEIRA PARTE – Estudo empírico e metodologia da investigação.

Iniciamos a terceira parte com a apresentação das características da investigação empírica realizada, a qual deseja contribuir para o estudo da realidade familiar no momento actual da sociedade portuguesa.

No processo, serão caracterizadas as representações sociais relativas à vida conjugal de pessoas que já tiveram uma primeira experiência de vida conjugal ou escolheram livremente o modelo de conjugalidade em que estão a viver no momento presente.

Portanto, vamos privilegiar nesta investigação os aspectos referentes às opções de vida do casal tal como foram expressas pelos seus principais intervenientes, numa óptica de mudança social. Para tanto, aplicámos um *Questionário* a uma população apresentando as características enunciadas no parágrafo anterior.

As técnicas e procedimentos utilizados seguiram os passos naturais ligados ao modelo de pesquisas sociais, numa lógica de investigação que privilegiava uma actividade de interpretação e reflexão, com possibilidade de uma eventual intervenção na realidade social. Vejamos como ficou enquadrada, que passos metodológicos foram aplicados e que conclusões puderam ser alcançadas.

1. Problemática Global.

Nas últimas décadas a sociedade portuguesa tem conhecido um processo de mudança em vários níveis (económico, social, cultural ...), mas onde os valores sociais inerentes à moderna conjugalidade estão igualmente presentes.

A verdadeira ‘pedra de toque’ pode ser encontrada nas alterações políticas sentidas no País a partir de meados dos anos 70. No caso vertente da realidade familiar a nível jurídico, encontramos sobretudo na legislação produzida a partir dessa época a principal linha de força que permitiu a mudança nas *Leis de Família* em vigor.

Com efeito, as transformações sentidas no *Direito de Família* desde a publicação do Decreto que permitiu o divórcio a partir de 1975 (modificação do artigo 24º da *Concordata* assinada entre o Estado Português e o Vaticano), consubstanciou o primeiro momento de reivindicação social nessa matéria e provocou, como vimos, um conjunto de alterações que foram sucessivamente publicadas para atender os casos directamente relacionados com as consequências da aplicação do regime concordatário na vida familiar dos casais em Portugal.

Foi assim que se deu a reforma do *Código Civil* em 1977 e todo o conjunto de leis jurídicas que remodelaram por completo o *Direito de Família* até então vigente. A consequência prática, com o tempo, foi tornar menos rígidos e mais contemporizadores os comportamentos sociais em curso, situação que estava em consonância com a vontade popular da época.

Com a maior liberalidade nos costumes e nas opções de vida conjugal no plano das práticas do quotidiano familiar, mas também com as novas preocupações do Estado em favor dos cidadãos nos seus direitos, liberdades e garantias, aplainou-se o caminho para a intervenção de outros especialistas ligados aos temas da família.

Relativamente a este aspecto, são cada vez mais os peritos em assuntos ligados à vida familiar cujos saberes e opiniões são tidas em atenção pelos políticos e legisladores em geral, nomeadamente em questões ligadas à igualdade da mulher em termos de direitos cívicos, em relação aos direitos da criança em famílias conjugais dissolvidas pelo divórcio e também em situações onde existe monoparentalidade familiar.

Tal situação foi visível nos anos 80 e 90, altura em que surgiram leis de família protegendo os interesses de mulheres e crianças, mas também pondo em evidência princípios constitucionais que defendiam a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. Também devemos falar de protecção social em relação a questões de filiação, nomeadamente na eliminação de qualquer discriminação com base no nascimento de filhos fora de um casamento legalmente constituído.⁸⁹

Portanto, as relações familiares acabaram por se tornar variadas e os poderes dentro da família mais equilibrados. A autonomia dos membros do casal, progressivamente, invade o ambiente doméstico e o direito à diferença também, facto que potenciou nas últimas décadas uma transformação nas formas de conjugalidade adoptadas pelos casais em Portugal.

Investigações realizadas sobre a família e o casal (por exemplo, Cristina Lobo, Sofia Aboim, Pedro Ferreira, José Machado Pais) revelam um movimento de desinstitucionalização e privatização, numa lógica que dá origem ao aparecimento ou mesmo reconhecimento de uma diversidade de estilos e formas de conjugalidade. Sendo assim, o que acontece após as rupturas conjugais? Como se reelaboram novos laços conjugais? Sendo verdade que um certo número de famílias, após o divórcio, fica

⁸⁹ cf. pp. 307 – Ponto 4 da Segunda Parte da Investigação

reduzido a uma vida monoparental (ou até unipessoal), muitas outras enveredam por um processo de recomposição familiar, podendo esta assumir várias configurações.

Deste modo, encontramos um conjunto de pessoas que vivem uma nova conjugalidade, legitimando-a através de um segundo casamento ou vivendo em união de facto, numa coabitação que após dois anos de vida em comum, produz juridicamente efeitos legais em várias áreas familiares. Em tais circunstâncias, será que a recomposição familiar constitui uma nova tentativa para dar vida à instituição ‘casamento’, ou integra-se em novas tendências da organização familiar? E quais são as normas jurídicas de protecção e regulação da sua vida conjugal?

As respostas a estas questões são necessárias no momento actual da vida em casal. Mas também interessa saber como foi a vivência da passagem para a nova configuração familiar; como foi pensada e estruturada nas suas vidas, que efeito teve na família parental essa opção de vida conjugal; que grupos sociais mais investem nesses modelos, que representações sociais fazem da conjugalidade e como avaliam os aspectos jurídicos em relação à sua opção de vida em casal.

Os resultados que seguidamente apresentamos, revelam o modo como partimos para o estudo da realidade familiar em Portugal, tendo em atenção os aspectos ligados à vida do casal, numa perspectiva simultaneamente individual e institucional.

1.1.Objectivos

Tal como já delineamos no ponto 9 (pp. 383 – Segunda Parte da Investigação), desejamos caracterizar no âmbito familiar actual as situações relacionadas com o *indivíduo* (o cônjuge, entendido na vertente autónoma e pessoal), com o *grupo de pessoas* (o casal e a vida conjugal) e com as *instituições* (o Estado e a Família na área do relacionamento social e institucional), tendo em atenção os seguintes objectivos:

- 1 – Investigar as trajectórias conjugais, considerando o contexto histórico/social dos membros do casal e o percurso específico ligado ao casamento, divórcio, coabitação/recomposição familiar.
- 2 – Identificar formas de conjugalidade caracterizadas a partir de práticas, representações sociais e valores ligadas a estratégias individuais dos membros do casal.
- 3 – Compreender o modo como a pluralidade de modelos familiares reflectem uma nova atitude nas representações sociais em relação à vida conjugal.

-
- 4 – Procurar interpretações para os fenómenos estudados através da lógica de acção dos actores envolvidos e não a simples descrição da realidade.
 - 5 – Avaliar o impacto das opções individuais em termos de vida conjugal no âmbito da rede de parentesco.
 - 6 – Compreender a importância do ambiente físico e psicológico em que decorre a vida familiar em termos de satisfação da relação conjugal.
 - 7 – Avaliar o grau de conhecimento dos casais em relação à legislação publicada sobre *Políticas de Família* em Portugal.
 - 8 – Sintetizar as representações sociais apresentadas pelos inquiridos sobre casamento, divórcio, coabitação e recomposição familiar.
 - 9 – Avaliar as dinâmicas Sociais e Institucionais ligadas à constituição, dissolução, coabitação/ recomposição familiar na conjuntura actual da sociedade em Portugal, tendo em atenção as convicções expressas pelos inquiridos.

Com o primeiro objectivo, desejamos observar o modo como começou e decorreu a vida conjugal do casal tendo em atenção o seu percurso familiar até ao momento do divórcio ou separação. O segundo e terceiro objectivo envolvem o conhecimento que actualmente podemos conceber sobre as estratégias individuais dos membros do casal e se estas podem influenciar também as opções da sua vida familiar.

Na sequência dos anteriores propósitos, desejamos examinar o modo como os inquiridos justificam a sua escolha de vida conjugal, tendo em atenção os estudos já realizados na área das relações conjugais a nível do casal. Interessa conhecer como se orienta a lógica de acção em termos de escolhas de vida familiar e que se estruturam na constituição ou recomposição da vida conjugal. Com o quinto objectivo, e tendo em atenção a opção de vida conjugal do casal, pretende-se aferir em que medida são afectadas as relações sociais no âmbito da rede familiar de parentesco com essa escolha. O sexto e sétimo objectivo pretendem enquadrar as diferentes configurações familiares em termos de satisfação pessoal no seu vínculo conjugal e em termos de conhecimentos sobre as políticas familiares, respectivamente.

Finalmente, os dois últimos objectivos pretendem avaliar na actual conjuntura social e institucional da sociedade portuguesa o impacto causado pela pluralidade de modelos familiares, observando e comparando o modo como os inquiridos apresentam e justificam as suas opções de vida conjugal.

Estas percepções constituem-se como elementos fundamentais para estabelecermos a síntese actual dos conhecimentos sobre conjugalidade em Portugal e como a podemos perspectivar quanto ao futuro.

1.1.1. Pergunta de partida

Ao estabelecermos como objecto de estudo as dinâmicas institucionais e políticas na constituição, dissolução e recomposição familiar em Portugal, privilegiámos na primeira e segunda parte desta investigação o modo como os Poderes Públicos e Religiosos assumiram o seu papel no ordenamento jurídico da família e como influenciaram historicamente esse processo.

Foi nesse sentido que apresentámos inicialmente o problema de investigação, as questões orientadoras e os objectivos do estudo, tendo daí decorrido toda a pesquisa teórica ligada ao tema da família.

Como lembramos, desenvolvemos a referida pesquisa numa base cronológica, contemplando três grandes momentos de mudança.

O primeiro caracterizava a Família desde a segunda metade do século XIX até ao fim do regime republicano, avaliando o impacto da polémica relacionada com a introdução do casamento civil no País e continuadas com o desenvolvimento do laicismo e cientismo na sociedade. O culminar de todo este processo de mudança surgiu com o triunfo das ideias republicanas na ordenação jurídica da Família a partir de 1910.

O segundo momento analisou as consequências do compromisso estabelecido entre Estado Novo e Igreja durante o Consulado Salazarista no âmbito da constituição e dissolução familiar, enquanto o terceiro momento apontava para as alterações estruturais operadas na sociedade portuguesa, sobretudo a partir de meados dos anos 70 até ao presente. Esse período consubstanciou a transformação evidente na sociedade portuguesa no campo da Família e das opções conjugais.

Acreditamos que essa transformação social e institucional sentida em Portugal perspectivou novas situações em termos de conjugalidade moderna, sobretudo em termos de valores recentes na prática conjugal, permitindo observar agora uma pluralidade de modelos familiares plenamente constituídos.

Tendo em atenção este último aspecto, avançamos agora para uma investigação empírica, onde é clara a intenção de compreendermos no momento actual como são estabelecidas as novas configurações familiares, que aspectos as caracterizam e que

impacto tem no momento presente as escolhas pessoais de vida conjugal no sistema familiar em Portugal.

Sendo assim, resta saber como vamos apresentar este novo fio condutor e que critérios devem ser apresentados para a função que dela se esperam. Neste caso, as qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência, de modo a formular esta nova pergunta de partida, são fundamentais para os fins em vista, reflectindo igualmente as opções delineadas em termos de investigação a seguir. (cf. Quivy R. e Campenhoudt L. (1998:34-46).

Assim, e tendo em atenção a investigação que desejamos realizar no âmbito da actual vida familiar em Portugal, estabelecemos a seguinte questão como nuclear no âmbito do trabalho de campo ligado a esta investigação:

Como podemos caracterizar na actualidade o sistema familiar a nível de conjugalidade, representações sociais e sentido de individualidade dos membros do casal?

Para operacionalizar o problema da investigação a nível de trabalho de campo, vamos considerar no âmbito da análise a realizar as seguintes categorias orientadoras, construídas por fraccionamento analítico:

- Caracterização Social dos Inquiridos.
- Formação e vida conjugal no primeiro casamento/coabitação.
- Situação familiar actual/ambiente familiar/identidade pessoal.
- Apoio/Proximidade parental.
- Representações sociais sobre a conjugalidade.
- Avaliação Jurídica Familiar.

Estas categorias permitirão mais do que um simples conhecimento objectivo, conforme advém da descrição dos factos. Neste caso, interessa-nos chegar a uma interpretação que permita desenhar possibilidades de intervenção na realidade social.

1.1.2. As Hipóteses.

A hipótese traduz o espírito de descoberta que caracteriza uma investigação. Tendo base numa reflexão teórica e num conhecimento preparatório do fenómeno estudado, fornece à investigação um fio condutor e contribui para uma melhor compreensão dos fenómenos observáveis. Assim se consolida o vaivém entre a reflexão teórica e o

trabalho empírico, dando amplitude à investigação e assegurando a coerência entre as partes do trabalho (cf. Quivy R. e Campenhoudt L. 1998:119/120).

É preciso lembrar que uma hipótese constitui-se também como uma resposta provisória a uma determinada pergunta. As várias hipóteses que adiante apresentamos estão directamente relacionadas com a pergunta central desta investigação empírica, garantindo-se desse modo a estruturação coerente do estudo a realizar.

Sendo assim, a sua enunciação foi expressa sob uma forma observável, (seja de modo directo ou indirecto). Também tivemos em consideração as relações a verificar entre essas observações de modo a averiguar em que medida a hipótese é ou não confirmada pelos factos.

Portanto, neste estudo foram construídas um corpo de hipóteses articuladas entre si e todas elas integradas na problemática familiar. A verificação empírica fica assim estabelecida pela confrontação das hipóteses com os dados da observação (cf. Quivy R. e Campenhoudt L.1998:136-138).

Com estes pressupostos em mente e tendo em atenção a caracterização do sistema familiar em Portugal a nível de conjugalidade, representações sociais e sentido de individualidade dos membros do casal, foram várias as hipóteses que colocámos em observação:

- H 1 – Os casais constituídos através das várias configurações familiares actuais têm uma relação de proximidade social, económica, cultural e geográfica – homogamia social.
- H 2 – Os divorciados(as) pertencem sobretudo aos estratos económicos mais altos da sociedade, detentores igualmente de elevadas qualificações académicas.
- H 3 – A presença feminina no mundo do trabalho influencia os casos de divórcio entre famílias conjugais.
- H. 4 – O problema do divórcio está ligado à maior autonomia e individualidade dos membros do casal na sua relação diária.
- H. 5 – O sistema de parentesco interfere nas opções dos casais em termos de modelo de conjugalidade escolhida para viver.
- H. 6 – Os familiares directos dos divorciados interferem na decisão do casal em terminar com a sua relação conjugal.

-
- H. 7 – As rotinas diárias, a vida profissional e o ambiente doméstico (físico e psicológico) em que decorre a vida quotidiana e onde se desenrolam as interacções do casal, influenciam o grau de satisfação da relação conjugal na actualidade.
- H. 8 – Na modernidade conjugal ainda se mantêm aspectos tradicionais sobre a família e o casamento na vida do casal.
- H. 9 – A coabitação é uma fase de transição na vida conjugal do casal.
- H. 10 – No divórcio, o progenitor a quem não foi atribuída a guarda dos filhos perde o contacto com ele.
- H. 11 – A recomposição familiar do casal depois de um divórcio, normalmente começa por uma coabitação e só depois se procede à formalização do casamento.
- H. 12 – As famílias conjugais em Portugal conhecem e estão satisfeitas com a legislação familiar actualmente existente no País.

Encaramos este conjunto de hipóteses como parte integrante da organização, selecção, sistematização e orientação de toda a pesquisa subsequente. Deste modo, será também possível estabelecer relações e otimizar as conclusões que se impõem no âmbito da investigação realizada.

2. Tipo de investigação – natureza do estudo e justificação das opções.

Esta investigação, de natureza causal-comparativa⁹⁰, pretendeu estabelecer relações do tipo causa-efeito. Constitui-se também como um estudo realizado *a posteriori*, pois o fenómeno cuja consequência se pretende estudar já ocorreu. Este método permite ao investigador estabelecer um conjunto de hipóteses a serem estudadas, de acordo com a informação disponível. Nesta base, a pesquisa efectuada utilizou principalmente o método comparativo como abordagem essencial da análise efectuada, desejando-se com isso verificar e estimar o grau de inter-relação entre os seguintes campos de análise: idade, género, actividade profissional, grau de escolaridade e naturalidade (variáveis independentes), com as áreas ligadas sobretudo à formação e vida familiar na primeira

⁹⁰ Numa investigação causal-comparativa desejam-se estabelecer relações do tipo causa-efeito procedendo à comparação de grupos. O investigador, depois de observar que certos grupos diferem quanto a uma ou mais variáveis, procura descobrir qual foi o factor (ou factores) que provocou essas diferenças. Estudam-se assim as variáveis independentes em retrospectiva, procurando a sua relação e os seus efeitos nas variáveis dependentes (cf. Henriques, A. Neves, C. Pesquita, I. 1995:31).

conjugalidade, o ambiente familiar na actual vida em casal, o apoio/proximidade parental, as representações sociais sobre os vários modelos de conjugalidade actualmente existente e grau de exigência face às *políticas de família* realizadas em Portugal (as variáveis dependentes).

O facto de estudarmos as variáveis independentes em retrospectiva (*post-facto*), procurando a sua relação e os seus efeitos nas variáveis dependentes, permite também identificar relações que serão posteriormente estudadas em investigação experimental, facilitando tomadas de decisão ou possibilitando intervenções dos poderes públicos na realidade social.

Este estudo reporta assim a uma investigação que pretende compreender fenómenos sociais relacionados com a conjugalidade no âmbito da vida familiar do casal. Perspectiva-se ainda como parte integrante desta investigação a compreensão das representações, atitudes e comportamentos que as pessoas manifestam em relação à vida familiar, bem como as lógicas de acção imanentes à situação jurídica que caracteriza a sua conjugalidade (cf. Quivy R. e Campenhoudt L. 1998:15-17).

Neste sentido, procurámos apresentar uma visão holista sobre a família e embora essa visão tenha em consideração os contributos multidisciplinares referentes à Família (Sociologia, Direito, Antropologia, Psicossociologia, História e Ciência Política) tivemos sempre em atenção os próprios intervenientes, bem como as suas opiniões, de modo a entendermos a realidade actual da vida familiar em Portugal.

Devemos ainda salientar que os resultados apurados neste estudo integram-se num quadro mais vasto de pesquisas realizadas por outros investigadores, onde sobressaem os trabalhos de Anália Torres (1996; 2001), Cristina Lobo (1994), Karin Wall (1999; 2002 e 2005), Sofia Aboim (2002 e 2006), Henrique Almeida Pinto e Maria Graça Pereira (2005), Ana Paula Relvas e Madalena Alarcão (2007). Foi também através desses estudos que recolhemos muita informação e adaptámos ao questionário exploratório um conjunto de perguntas já equacionadas noutros contextos familiares por esses autores.

Neste contexto, o estudo empírico realizado inclui uma metodologia qualitativa e quantitativa. Como referem Henrique Almeida Pinto e Maria Graça Pereira (2005), citando Bryman (1988:1992), a investigação qualitativa enfatiza factos, normas, valores na perspectiva das pessoas estudadas, numa descrição pormenorizada, contextualizada e

holista das redes sociais. Valoriza sobretudo o discurso dos actores sociais recolhido em entrevistas ou em respostas não estruturadas de questionários.

Tendo em atenção que a estratégia de investigação é flexível e os dados obtidos são de uma descrição rica e profunda (cf. Pinto, H. A. e Pereira, M.G. 2005:100), “ *a investigação qualitativa pode ser combinada com a investigação quantitativa, de forma a melhor explorar um ou outro aspecto da realidade social, até porque, um só método pode ser insuficiente para obter toda a informação de que precisamos.*” (2005:101). Com efeito, enquanto a investigação qualitativa se coloca num nível micro social, a investigação quantitativa estuda os fenómenos numa escala mais vasta, num nível macro social, permitindo ao investigador estabelecer relações entre variáveis.

A investigação qualitativa pode funcionar assim como elemento pioneiro para a formulação de problemas e como desenvolvimento de instrumentos para a análise quantitativa, podendo ainda actuar como fonte de hipóteses a testar pela análise quantitativa, ou servir para a construção de escalas e índices para a investigação quantitativa (cf. Pinto, H. A. e Pereira, M.G. 2005:101).

Com base nestes pressupostos, partimos da análise individual, estudando a formação de vida do casal e as suas vivências específicas na sua conjugalidade, para numa segunda fase estudarmos os conceitos, as relações e as hipóteses inerentes à investigação realizada, generalizando ideias e conteúdos.

Para isso, a análise de alguns questionários já testado em anteriores investigações (como são exemplo os estudos de Anália Torres, Cristina Lobo, Sofia Aboim e José Machado Pais), permitiu aferir as nossas intenções e confirmar os objectivos da pesquisa (cf. Ghiglione, R. e Matalon, B. 2001:105-108 e 195/196).

2.1. Estrutura da Investigação

Considera-se que um processo completo de inquirição deve começar por uma fase qualitativa sob a forma de um conjunto de entrevistas não directivas ou estruturadas, a que se segue uma fase quantitativa. Igualmente, entende-se que a aplicação de um questionário a uma amostra permite uma inferência estatística através da qual se verificam as hipóteses elaboradas no decurso da primeira fase, as quais se completam por recurso às informações recolhidas e codificadas. De facto, quando ainda temos dúvidas em relação ao problema a inquirir à população torna-se necessário recorrer a um método completamente aberto.

No entanto, para construir um questionário é necessário saber com exactidão o que procuramos, garantir que as questões tenham o mesmo significado para todos e que os diferentes aspectos da questão tenham sido bem abordados. São estas as condições que se procuram com a realização de entrevistas e com o teste às primeiras versões do questionário.

Com efeito, apesar do pequeno número de pessoas inquiridas nesta fase, poderão ser retiradas conclusões suficientemente sólidas, nomeadamente em relação a tudo o que possa conduzir à inventariação de atitudes, representações, comportamentos, motivações, etc. (cf. Ghiglione, R. e Matalon, B. 2001:105-107)

Do ponto de vista metodológico, a investigação qualitativa encontra-se aberta à utilização de uma diversidade de técnicas de recolha de dados. A técnica do inquérito inclui diferentes modalidades de aplicação, que variam de uma maior estruturação, como no questionário, a uma menor estruturação, como é o caso de uma entrevista não directiva.

Com base nestes aspectos, optámos por realizar um questionário exploratório para aferir melhor as respostas que os inquiridos dariam em relação à sua entrada na conjugalidade, o modo como decorreu e a maneira como acabou por terminar, para além de expressarem a sua opinião em relação a um conjunto de questões sobre a vida familiar.

A ideia era apurar o máximo de riqueza informativa (intensiva, de carácter holístico e contextualizado) com base nas considerações e no enfoque dos inquiridos. Entre várias vantagens, salientam-se a possibilidade de acesso a uma abundância de informação, contextualizada através das suas perspectivas, a possibilidade de gerar pontos de vista, orientações e hipóteses para o aprofundamento da investigação e até mesmo a definição de novas estratégias de investigação (cf. Pinto, H. A. e Pereira, M. G. 2005:103).

Encontrado o instrumento de investigação a ser aplicado junto dos inquiridos residentes na zona metropolitana de Lisboa, tomaram-se algumas decisões quanto à sua construção e recolha de dados.

A revisão de literatura sobre o tema da família e da conjugalidade permitiu verificar que seriam de excluir os métodos que passassem exclusivamente pelo contacto pessoal ou pela observação dos sujeitos.

Sendo assim, elaborou-se um questionário que, sendo um instrumento de recolha de dados mais em extensão e relativamente flexível devido à utilização de um número variável de questões, nos permitisse abranger uma amostra significativa da população a inquirir e possibilitasse atingir os objectivos delineados para esta investigação, conforme passamos a descrever (cf. Quivy R. e Campenhoudt L. 1998: 20,163/164).

2.1.1. Formulação dos Itens do questionário exploratório

Tendo como propósito elaborar um conjunto de questões que permitissem caracterizar as diferentes formas de conjugalidade existentes actualmente em Portugal, começámos inicialmente por realizar uma revisão de bibliografia existente de modo a encontrarmos informação básica para as primeiras questões do questionário. Entre essa bibliografia devemos citar os trabalhos de Anália Torres (2001), Cristina Lobo (1994), Karin Wall (2005), Sofia Aboim (2006) e José Machado Pais (1998), estudos esses que permitiram a recolha de valiosa informação e ajudaram a encontrar uma abordagem mais completa da problemática em questão.

Nesta circunstância, foram tidas em consideração alguns dos questionários e entrevistas que os citados investigadores realizaram nas suas pesquisas sobre a família, tendo-se neste caso adaptado algumas questões já testadas nessas investigações.

Numa fase inicial, denominada qualitativa, construímos um questionário exploratório de tipo aberto, tendo em atenção algumas ideias presentes nas investigações realizadas pelos autores anteriormente citados, o qual facultou a obtenção de importantes informações sobre o pensamento dos inquiridos, além de possibilitar especulações sobre o tema.

Este questionário exploratório permitiu chegar a uma avaliação concreta do pensamento dos inquiridos sobre a sua vivência conjugal. A primeira fase foi efectuada entre 20 de Novembro e 20 de Dezembro de 2007, junto de um reduzido número de pessoas (15 indivíduos), tendo sido colocadas sobretudo questões abertas para desenvolvimento e comentários pessoais dos inquiridos (cf. Ghiglione R. e Matalon B. 2001: 12-14;110 -121;156 – 158).

A elaboração do questionário teve como principal objectivo a recolha de informação qualitativa junto de alguns sujeitos da população – alvo, tendo em atenção os objectivos do nosso estudo. No fundo, tratou-se de um processo de recolha e levantamento de informações que nos permitissem retirar ideias suficientemente sólidas

em relação às atitudes, representações sociais, comportamentos e motivações, tal como referem Ghiglione R. e Matalon B. (2001: 105)

O questionário constituído foi posteriormente aplicado em cinco grupos de pessoas a serem inquiridos, com as seguintes características:

- Famílias *monoparentais/unipessoais* (essencialmente constituídas por pessoas divorciadas).
- Famílias em *União de Facto* (a conjugalidade foi iniciada previamente por uma coabitação e assim se mantém).
- Famílias constituídas a partir de um *segundo casamento* (recomposição familiar, normalmente após a dissolução do primeiro casamento por divórcio)
- Famílias em *União de Facto* (recomposição familiar, mas baseada numa coabitação, após dissolução do primeiro casamento por divórcio ou separação conjugal).
- Famílias constituídas a partir de um *casamento* celebrado sobre a forma civil ou religiosa (com manutenção desse vínculo conjugal).

Salientamos novamente que este questionário exploratório era formado predominantemente por questões abertas, exactamente para aferirmos melhor o que pensavam os inquiridos em relação aos temas propostos, seguindo um procedimento aconselhado por Ghiglione R. e Matalon B.(2001: 115-120).

2.1.2. Análise crítica do Questionário exploratório, aperfeiçoamento dos itens e aplicação do questionário apurado

O questionário exploratório contemplou as cinco situações conjugais atrás descritas. Em termos de idades, os inquiridos nesta fase variavam entre os 35 e 46 anos, com a média etária situada nos 45 anos. Quanto às habilitações literárias, encontrámos 2 Mestres; 6 licenciados, 5 com Ensino Secundário e 2 com o 2º Ciclo.

Em relação às actividades profissionais, seis eram professores do 2º/3º ciclo e do ensino secundário; duas eram educadoras de infância; uma era auxiliar de educadora infantil; duas eram assistentes administrativas; duas eram auxiliares de acção educativa/assistentes operacionais; uma era técnica de serviços culturais camarários e uma era empregada de limpeza. Neste questionário exploratório encontrámos actividades profissionais maioritariamente ligadas ao Ensino e à Educação. Dois factores concorrem para justificar essa situação: o conhecimento prévio da situação

conjugal de alguns dos inquiridos e o conjunto de sujeitos que participaram no questionário exploratório, basicamente dos concelhos de Sesimbra, Palmela, Barreiro e Setúbal.

De qualquer modo e como situação exploratória, entendemos que a consistência do estudo não ficava em causa, tendo permitido alargar o âmbito do questionário em termos de alternativas a serem escolhidas pelos futuros sujeitos da Amostra.

Nos 15 casos analisados, 11 tinham tido uma anterior conjugalidade que entretanto terminou – 8 por Divórcio e 3 com o fim da *União de Facto* em que viviam. Nas restantes 4 situações, o divórcio originou 2 casos de monoparentalidade e 2 de família unipessoal.

A duração do casamento situou-se entre os 3 e os 17 anos, com a média a situar-se nos 8 anos. O tempo decorrido entre o divórcio ou fim de coabitação e o início de uma nova relação conjugal foi de 2 anos. Nos 8 casos de dissolução do casamento por divórcio, todos eles tinham sido contraídos com base na cerimónia Civil e em Regime de Comunhão Geral de Bens Adquiridos.

Ainda em relação aos 8 casais que terminaram o casamento por divórcio, todas as situações foram resolvidas com base no Mútuo Consentimento. A custódia dos filhos, ficou maioritariamente para a mãe – 7 situações – e só uma criança ficou com o pai.

A informação recolhida junto deste grupo de inquiridos foi ainda sujeita a uma *Análise de Conteúdo*. Esta análise técnica da investigação (que tem como objectivo a discussão objectiva e sistemática dos conteúdos), permitiu definir categorias gerais através do método da análise temática que consiste em isolar os temas presentes nas respostas dos inquiridos. Assim se reduziram a proporções utilizáveis as opiniões dos inquiridos e possibilitou-se a comparação das respostas dadas, num estudo que passou assim a contemplar os aspectos quantitativos (cf. Bardin, L. 1977:117).

Da análise da informação recolhida procedemos ainda a outras alterações, nomeadamente na eliminação de várias questões devido à ambiguidade e fraca relevância atendendo à população – alvo a que se destinavam ou então porque a informação fornecida não revelou afinal grande interesse (cf. Ghiglione R. e Matalon B. 2001: 157).

Também tivemos em atenção a interpretação de respostas que não estavam em conformidade com as hipóteses inicialmente formuladas.

Procedemos igualmente a uma revisão dos termos empregues, tendo sido eliminadas algumas palavras ou termos com definições vagas, duplo sentido ou emocionalmente conotadas, de modo a obtermos questões claras e objectivas, sempre na primeira pessoa para evidenciar o pensamento do inquirido e evitar eventuais respostas estereotipadas.

No final e depois da entrega dos questionários, conversámos com os inquiridos em assuntos relacionados com as dificuldades encontradas no teor das questões ou possíveis incompreensões face aos objectivos delineados para esta investigação.

Realizado esse trabalho, avançámos para a sua correcta adaptação às necessidades da investigação, comparando as respostas dadas em relação às situações conjugais dos inquiridos.

Deste processo de análise resultou o questionário definitivo em termos de aplicação (essencialmente de perguntas fechadas), ficando as questões englobadas em seis áreas temáticas (categorias organizadoras), que passamos a descrever:

Área I – Caracterização Social: engloba aspectos relacionados com a caracterização individual dos inquiridos, através de um conjunto de variáveis independentes: idade, género, profissão, naturalidade, grau de escolaridade, profissão dos pais e concelho de residência actual. Esta caracterização dos inquiridos tornou-se fundamental para os necessários cruzamentos de informação em relação às respostas a questões similares encontradas no modelo de questionário adaptado a cada configuração familiar.

Área II – Formação e vida conjugal no primeiro casamento/coabitação: envolve a forma como foi começada a vida conjugal, sobretudo as expectativas inicialmente existentes na relação do casal, os seus desejos e aspirações numa lógica de identidade pessoal e social.

Área III – Situação familiar actual/ambiente familiar: abrange as opções de vida conjugal, terminada a primeira ligação conjugal, as quais passam por uma reconstituição familiar através de um novo casamento ou então por uma coabitação/união de facto, desejando-se também captar novas aspirações e expectativas ligadas à mudança na vida pessoal e conjugal.

Área IV – Apoio/Proximidade parental: relaciona os aspectos de parentesco na vida do casal e sua importância a nível de convívio e ligação afectiva entre os membros da família.

Área V – Representações sociais sobre a conjugalidade: reúne as opiniões dos inquiridos sobre as diferentes formas de vida em casal, mas também representações sobre as fronteiras da relação, o espaço íntimo, a qualidade do ambiente familiar e sua relação com a estabilidade nas configurações familiares actualmente existentes na sociedade portuguesa.

Área VI – Avaliação Jurídica Familiar: envolve a apreciação feita pelos inquiridos em relação às *Leis de Família* publicadas no País e respectivo grau de satisfação com a legislação existente, mas também sugestões relacionadas com as Políticas Familiares a serem implementadas no País.

Deste modo, podemos dizer que o Questionário está adaptado às necessidades dos inquiridos na sua relação familiar, sendo constituído por **6 áreas de análise**, correspondendo aos objectivos delineados nas páginas **387/388** e às hipóteses formuladas nas páginas **391/392**. A relação entre as respostas dos inquiridos e a hipóteses em discussão constitui a base prioritária de análise deste trabalho de campo, tal como fica patente no ponto 9 desta Terceira Parte.

2.1.3. Instrumento e Técnica de recolha/análise dos dados

Como vimos, as hipóteses formuladas em ponto anterior foram submetidas à realidade empírica através da recolha de dados feito por meio de um questionário cuja elaboração foi precedida por um outro de âmbito exploratório.

Afigura-se agora conveniente expor e justificar os processos de trabalho da investigação, tendo em conta as características da amostra e os modelos familiares em estudo.

Assim, à medida que a informação estava a ser processada, foram-se criando Quadros - Síntese comuns aos modelos familiares em análise, os quais agregavam todas as respostas dos sujeitos e permitiram elaborar quadros finais mais expressivos tendo em atenção o âmbito estatístico evidenciado.

No caso das perguntas que, pelas características descritivas aí presentes foram agrupadas em *Análise de Conteúdo*, o procedimento inicial consistiu em sintetizar as opiniões dos inquiridos a fim de possibilitar uma inventariação temática. A categorização daí decorrente permitiu delimitar o sentido dos vários itens em consideração. A consequente elaboração das várias subcategorias deve ser entendida como um recurso para explicar melhor o sentido de cada categoria presente nas

diferentes análises de conteúdo que efectuamos. Foi assim possível fazer emergir das respostas descritivas uma síntese que permitiu a compreensão das tendências manifestadas pelos sujeitos inquiridos (cf. Bardin, L. (1977:117).

Como em qualquer investigação, também nesta foi necessário assegurar a *validade interna e a fiabilidade do estudo*.

A validação de uma investigação constitui sempre uma questão central, seja quanto às estratégias e processos de a obter, seja quanto à necessidade de a ter em conta na medida em que pode ser considerada uma exigência do paradigma positivista.

Sendo assim, torna-se necessário garantir que os dados recolhidos correspondam à realidade (sem esquecer a sua coerência interna) e que as conclusões obtidas sejam plausíveis e se integrem no conjunto da literatura produzida sobre o tema (cf. Hébert, M.L. et al. 1994:69).

A primeira foi garantida através da *validade descritiva*, que pretendeu fazer a reprodução fiel da realidade e pelo envolvimento dos inquiridos em todas as fases do estudo. Portanto, a qualidade interna dos dados obtidos seguiu um critério rigoroso e fiel na sua obtenção. Por sua vez, tivemos em atenção a representatividade dos dados, ou seja, a garantia de que os sujeitos envolvidos e os contextos seleccionados representam o conjunto dos sujeitos e dos contextos a que a pesquisa se refere.

A esta fase seguiu-se uma *validade interpretativa*, consistindo no facto dos registos efectuados captarem fielmente a perspectiva dos inquiridos (crenças, avaliações, opiniões...) de modo a proporcionar uma discussão alargada dos resultados obtidos. Avaliamos assim a efectiva relevância da informação produzida em relação ao conhecimento que se pretende produzir.

Deste modo, a *validade teórica*, atravessando a descritiva e a interpretativa, foi-se construindo ao longo da investigação e constitui também o seu fecho.

A *fiabilidade*, por sua vez, ficou assegurada através da descrição pormenorizada e rigorosa que procurámos fazer da forma como a pesquisa foi realizada, explicitando a teoria subjacente ao estudo e a descrição de todo o processo de recolha dos dados.

2.2. População e Amostra

O conceito de *População* refere-se a um conjunto de pessoas com qualquer característica comum que podem ser passíveis de medição. Como consideram Quivy R. e Campenhoudt L. (1998) “à totalidade ...das unidades constitutivas de um conjunto

considerado chamamos ‘população’, podendo este termo designar tanto um conjunto de pessoas como de organizações” (1998:159). Delimitada uma população a estudar (a população que viveu ou vive em conjugalidade, como é o caso desta investigação) nem sempre é possível, ou sequer útil reunir informação sobre cada uma das unidades que a compõem. Neste caso, deve-se limitar o campo de pesquisa a uma *Amostra* representativa dessa *População*, (cf. Quivy R. e Campenhoudt L. 1998:160).

Esta opção impõe-se quando a *População* a inquirir é muito volumosa, sendo preciso recolher muitos dados para cada indivíduo, ou quando, como neste caso, é importante recolher uma imagem globalmente conforme à que seria obtida interrogando o conjunto da população (cf. Quivy R. e Campenhoudt L. 1998:160).

Assim, para a realização deste estudo tivemos como base representativa uma *Amostra* de pessoas vivendo em conjugalidade, seja pelo casamento (civil ou religioso), pela recomposição familiar após o divórcio (seja por um segundo casamento ou pela coabitação), pessoas vivendo em coabitação desde que formaram a sua vida em casal e pessoas vivendo em monoparentalidade ou em família unipessoal, depois de um divórcio, viuvez ou mesmo separação.

Para a selecção dos inquiridos utilizámos uma *Amostra não probabilística de conveniência*, extraída da população residente em meio urbano, na Área Metropolitana de Lisboa – A.M.L.

Esta opção resulta, antes de mais, do tipo de questionário elaborado o qual seria melhor compreendido pelas pessoas inquiridas vivendo em zona urbana, cosmopolita. Deste modo e tendo em atenção que o questionário construído não é abrangente de toda a especificidade familiar, vamos estudar este grupo de pessoas vivendo no ambiente citado, grupo esse que nos oferece garantias de uma resposta esclarecedora e enriquecedora na análise a efectuar, pois é baseada na sua própria experiência de vida conjugal.

Portanto, justifica-se esta *Amostra*, a qual pode ser um pouco homogénea, mas é a que podemos ter neste ambiente urbano. De algum modo, esse aspecto justifica a escolha dos elementos da população que estavam mais disponíveis e compreendemos que uma *Amostra* assim obtida não é representativa da população, razão pela qual não são possíveis generalizações. No entanto, tornou-se possível captar ideias gerais e identificar aspectos críticos relativos ao tema geral da investigação, para além da vantagem de ter sido rápido, económico e fácil.

A *Amostra* onde foi aplicado o questionário envolveu 100 indivíduos – 50 do género masculino e 50 do feminino – todos residentes na Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.).

O Questionário foi distribuído de modo informal em Concelhos situados na A.M.L. tendo os trabalhos de campo decorrido entre 1 de Março e 31 de Maio de 2008. Para o efeito, recorreu-se ao apoio de um conjunto de docentes aí residentes que, por conhecimento pessoal, colaboraram com o investigador na distribuição e recolha do questionário. Nesta situação inicial, foram distribuídos nos Concelhos a investigar um número igual de questionários.

Naturalmente, confrontámo-nos com situações onde o questionário foi entregue e acabou por não ser devolvido, acabando por se alterar a representatividade dos Concelhos em termos de questionários recolhidos. No entanto, essa não era uma preocupação, ficando sim salvaguardada a representatividade dos inquiridos, alcançada de forma totalmente casual tanto nos Concelhos da margem norte como da margem sul da A.M.L.

Quanto ao número final de questionários recebidos houve também algumas situações em que os inquiridos conheciam a situação conjugal de outros casais e assim entrámos também num sistema de ‘bola de neve’, que alargou e diversificou a informação obtida junto dos auscultados.⁹¹ Neste assunto, foi muito importante chegarmos a uma diversidade de situações vividas por pessoas de variados estratos sociais e culturais, possibilitando o aumento de riqueza informativa, contextualizada através das suas experiências de vida. Para a Amostra usámos ainda o critério de representação por igual, definida da seguinte forma:

⁹¹ É claro que a utilização deste sistema tem como principal desvantagem o facto de se tornar difícil encontrar alguém com as características desejadas e por vezes a possibilidade de enviesar os resultados, pois a pessoa inquirida provavelmente indicará outro indivíduo pertencente à sua rede de relações, talvez com características semelhantes (idade, instrução, grupo social ...). Tivemos em atenção esse aspecto e para o número final de questionários recebidos a sua representatividade está perfeitamente enquadrada na diversidade de situações que sempre desejámos obter.

QUADRO 31 – REPRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	POPULAÇÃO		RETORNO	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
Famílias Monoparentais/Unipessoais (constituídas sobretudo pelo Divórcio).	10	10	10	10
Famílias em União de Facto (a conjugalidade foi iniciada previamente por uma coabitação e assim se mantém).	10	10	10	10
- Famílias constituídas a partir de um segundo casamento (recomposição familiar, normalmente após a dissolução do primeiro casamento por divórcio).	10	10	10	10
- Famílias em União de Facto (recomposição familiar, mas baseada numa coabitação, após dissolução do primeiro casamento por divórcio ou separação conjugal).	10	10	10	10
- Famílias constituídas a partir de um casamento celebrado sobre a forma civil ou religiosa (com manutenção desse vínculo conjugal).	10	10	10	10
TOTAIS	50	50	50	50

Como podemos observar, distribuíram-se os questionários pelos inquiridos, de acordo com as características de conjugalidade descritas, tendo-se obtido uma taxa de retorno idêntica em ambas as circunstâncias.

Lembramos que os resultados desta Amostra apenas se aplicam a ela própria, sendo no entanto adequada ao tipo de dados e ao instrumento em análise.

Esboçámos apenas os aspectos principais da metodologia aplicada a esta realidade empírica, tentando apontar os princípios básicos que lhe estão subjacentes para além da apresentação descritiva e interpretativa de cada área temática em que se divide a investigação efectuada e alicerçada nos *Quadros – Síntese* (com os Índices Absolutos de respostas) e *Análise de Conteúdo* apresentados.

No final do trabalho de campo, segue-se um capítulo fundamental para a articulação da envolvente empírica com as hipóteses estabelecidas nesta investigação.

Por último, salientamos que os dados recolhidos e as sínteses descritivas são apresentados com base no programa Microsoft Office Word 2007 e o seu tratamento estatístico e gráfico executado através do programa Microsoft Office Excel 2007.

3. Apresentação e Análise dos resultados

3.1. Caracterização Social

Os sujeitos da Amostra a quem foi aplicado o questionário envolveram 100 indivíduos – 50 do género masculino e 50 do feminino – todos residentes na A.M.L.

Em relação à primeira categoria da investigação realizada – **Caracterização Social (Área I)** – desejamos conhecer os sujeitos inquiridos tendo em conta as seguintes variáveis independentes: idade, género, profissão, naturalidade, grau de escolaridade e concelho de residência actual. Atendendo a outros aspectos considerados relevantes para a investigação, incluímos também a profissão dos pais e respectivo grau de escolaridade, para além de referências gerais em relação ao actual cônjuge.

As respostas dos sujeitos serão apresentadas em Quadros Síntese que agregam todas as respostas dos inquiridos (masculinos e femininos) referentes a cada modelo familiar em estudo: famílias monoparentais/unipessoais; famílias em coabitação; famílias em união de facto, mas com anterior vida familiar (casamento ou outra coabitação); famílias em recomposição através de um segundo casamento e famílias casadas através do Registo Civil ou de Cerimónia Religiosa.

Remetemos para o Anexo o somatório dos dados correspondentes à naturalidade dos sujeitos em estudo e também a actividade profissional e grau de escolaridade dos inquiridos.

Vejamos então os Quadros com a indicação da variação absoluta referente aos dados recolhidos.

3.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.

QUADRO I – Idade Actual

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Idade Actual	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
20 – 24 Anos	0	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
25 – 29 Anos	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	3
30 – 34 Anos	3	2	5	6	3	9	1	0	1	0	0	0	2	1	3	18
35 – 39 Anos	2	1	3	1	4	5	2	4	6	1	2	3	2	3	5	22
40 – 44 Anos	2	2	4	0	0	0	4	4	8	3	2	5	1	3	4	21
45 – 49 Anos	3	5	8	1	1	2	2	1	3	3	3	6	3	1	4	23
50 e mais anos	0	0	0	0	0	0	1	1	2	3	2	5	1	2	3	10
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO II – Idade no Início da Actual Relação Conjugal

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Idade no Início da Relação Conjugal	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
15 – 19 Anos	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4
20 – 24 Anos	3	5	8	4	2	6	0	0	0	0	1	1	3	5	8	23
25 – 29 Anos	6	1	7	4	6	10	0	1	1	0	0	0	6	2	8	26
30 – 34 Anos	1	1	2	1	1	2	3	2	5	0	1	1	0	2	2	12
35 – 39 Anos	0	0	0	1	1	2	4	5	9	2	4	6	0	1	1	18
40 – 44 Anos	0	0	0	0	0	0	2	2	4	5	3	8	0	0	0	12
45 – 49 Anos	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	1	3	0	0	0	4
50 e mais anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO III – CLASSIFICAÇÃO NACIONAL por PROFISSÕES – C.N.P.

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
C.N.P.	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
0.Militares	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1.Quadros Superiores	1	0	1	0	1	1	1	1	2	1	1	2	3	1	4	10
2.Intelectuais /Científicas	3	3	6	1	2	3	1	3	4	1	2	3	2	2	4	20
3.Técnicos Nível intermédio	2	0	2	1	1	2	1	1	2	2	1	3	2	1	3	12
4.Empregados escritório	0	4	4	2	3	5	2	1	3	0	4	4	1	4	5	21
5.Pessoal serviços/ Vendedores	2	3	5	4	3	7	2	2	4	2	0	2	1	2	3	21
6.Agricultores /Pescadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7.Operários	1	0	1	1	0	1	2	0	2	1	0	1	0	0	0	5
8.Operadores Máquinas	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	3
9.Trabalhador não qualificado	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	4	1	0	1	7
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO IV – NATURALIDADE (Totais)

REGIÕES	Inquiridos Masculinos		REGIÕES	Inquiridas Femininas		TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM		FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM	
NORTE	2	4%	NORTE	1	2%	3 <=> (3%)
CENTRO	6	12%	CENTRO	8	16%	14 <=> (14%)
LISBOA/V. TEJO	31	62%	LISBOA/V. TEJO	31	62%	62 <=> (62%)
ALENTEJO	6	12%	ALENTEJO	4	8%	10 <=> (10%)
ALGARVE	1	2%	ALGARVE	0	0%	1 <=> (1%)
AFRICA	3	6%	ÁFRICA	6	12%	9 <=> (9%)
AÇORES	1	2%	AÇORES	0	0%	1 <=> (1%)
TOTAL	50	100%	TOTAL	50	100%	100%

QUADRO V – ESCOLARIDADE

Modelos Familiare S	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRI DOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Doutoramento	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Mestrado	2	0	2	2	0	2	1	2	3	0	0	0	1	0	1	8
Licenciatura	2	3	5	0	2	2	2	2	4	2	3	5	2	4	6	22
Licenciatura Incompleta	0	0	0	2	1	3	0	0	0	0	1	1	1	0	1	5
Bacharelato	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	2
Ensino Secundário	3	7	10	3	2	5	2	3	5	2	3	5	3	3	6	31
3º Ciclo	2	0	2	3	4	7	1	0	1	2	2	4	2	2	4	18
2º Ciclo	1	0	1	0	0	0	1	2	3	3	1	4	0	1	1	9
1º Ciclo	0	0	0	0	0	0	2	1	3	1	0	1	0	0	0	4
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO VI – NATURALIDADE DO CÔNJUGE ACTUAL (Totais)

REGIÕES	Inquiridos Masculinos		REGIÕES	Inquiridas Femininas		TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM		FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM	
NORTE	1	3,3%	NORTE	0	0	1 <=> 1,7%
CENTRO	1	3,3%	CENTRO	3	10%	4 <=> 6,7%
LISBOA/V. TEJO	22	73,3%	LISBOA/V. TEJO	19	63,3%	41 <=> 68,3%
ALENTEJO	3	10%	ALENTEJO	1	3,3%	4 <=> 6,7%
ALGARVE	0	0	ALGARVE	0	0	0 <=> 0%
ÁFRICA	3	10%	ÁFRICA	4	13,3%	7 <=> 11,7%
EUROPA	0	0	EUROPA	2	6,7%	2 <=> 3,3%
AMÉRICA	0	0	AMÉRICA	1	3,3%	1 <=> 1,7%
TOTAL	30	~100%	TOTAL	30	~100%	60<=> ~100%

QUADRO VII – ESCOLARIDADE DO CÔNJUGE ACTUAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Doutoramento				0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Mestrado				1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	3
Licenciatura				2	4	6	2	4	6	4	2	6	4	4	8	26
Ensino Secundário				2	3	5	1	3	4	3	2	5	1	2	3	17
3º Ciclo				5	0	5	0	0	0	3	3	6	3	3	6	17
2º Ciclo				0	2	2	3	1	4	0	3	3	2	0	2	11
1º Ciclo				0	0	0	2	1	3	0	0	0	0	0	0	3
Não sabe/Não responde				0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	0			20			20			20			20			80

QUADRO VIII – COMPOSIÇÃO ACTUAL DO AGREGADO DOMÉSTICO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
1 Pessoa	9	1	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
2 Pessoas	0	7	7	4	3	7	5	2	7	2	0	2	2	2	4	27
3 Pessoas	1	1	2	3	4	7	1	1	2	5	5	10	3	4	7	28
4 Pessoas	0	1	1	3	3	6	2	4	6	1	3	4	3	2	5	22
5 Pessoas	0	0	0	0	0	0	2	3	5	1	2	3	0	1	1	9
6 Pessoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	2	3
7 Pessoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
TOTAL	20			20			20			20			20			100

SÍNTESE DESCRITIVA

Comparando as duas realidades (masculina e feminina), os sujeitos em situação de vida *monoparental* revelam possuir aspectos semelhantes em termos etários (com ligeira supremacia nos blocos situadas entre os 30 – 34 e os 45 – 49 anos). A idade no início da vida em casal corresponde às médias nacionais, sendo de 25-29 anos para os homens e de 20 – 24 anos para as mulheres. No geral, estes inquiridos apresentam contornos muito próximos em questões ligadas à vida laboral, escolaridade e concelho de residência. Nestas áreas, a actividade profissional reparte-se em ambientes ligados ao sector de serviços e de vendas, enquanto a escolaridade está representada a nível recíproco, num patamar médio – alto.

A maioria vive em concelhos à volta de Lisboa ou de Setúbal, centros importantes de actividade laboral para os mesmos. A maior incidência, tanto nos sujeitos masculinos como femininos, surge na margem sul, num contexto de periferia que deve ser igualmente reportado à industrialização que estes centros possuem, sobretudo a partir dos anos 60. Daí também a ligação que deve ser estabelecida entre a actividade profissional que os seus pais executavam, para além de se reconhecer que uma parte significativa dos inquiridos têm a sua naturalidade em Lisboa ou nos concelhos periféricos da margem norte ou da sul.

Em comum, existe entre os pais destes sujeitos uma escolaridade maioritária ligada ao 1º Ciclo, para além da actividade laboral ser muito próxima, envolvendo sobretudo os sectores de produção e de serviços.

Conclui-se que os inquiridos em situação monoparental/unipessoal estão inseridos num ambiente de trabalho laboral urbano, com profissões ligadas à área intelectual ou de serviços/comércio, dispondo de recursos próprios em termos de subsistência económica, para além de uma escolaridade média-alta, passível de garantir a respectiva autonomia pessoal e financeira.

A população vivendo em *união de facto* possui aspectos semelhantes em termos de idade, com grande destaque para o bloco situado entre os 30 e 34 anos, embora os sujeitos masculinos apresentem uma ligeira média de idade mais nova. A idade no início da vida marital está situada entre os 25 -29 anos para os dois géneros, embora a faixa dos 20-24 anos esteja igualmente bem representada. Portanto, são idades jovens para início da conjugalidade.

Na área laboral, escolaridade e concelho de residência existem igualmente muitas similaridades entre os inquiridos vivendo em união de facto. Nestas áreas, a actividade profissional reparte-se em ambientes ligados ao sector de serviços administrativos, funcionalismo público e comércio, enquanto a escolaridade está representada, a nível recíproco, num patamar médio – alto, com ligeira supremacia do ensino superior em relação aos detentores do 3º ciclo e do ensino secundário, respectivamente.

A nível de naturalidade, a região de Lisboa/Vale do Tejo é largamente representada. Em termos de residência e embora seja maior a representatividade dos concelhos da margem sul, existe praticamente um número igual de sujeitos inquiridos residentes nas duas margens da Área Metropolitana de Lisboa.

Entre os progenitores registam-se algumas diferenças. Assim, os pais dos sujeitos masculinos possuem uma escolaridade mais diversificada que contempla o ensino superior e o ensino secundário, mas também o 2º e o 1º Ciclo, enquanto os pais das pessoas femininas inquiridas distribuem-se pelo ensino secundário e sobretudo pelo 1º Ciclo. Este facto influencia a respectiva actividade profissional, estando os primeiros ligados a profissões intelectuais/científicas e serviços administrativos, enquanto os pais da população feminina se distribuem mais pelo sector de produção, seguido pelos serviços.

No caso das mães dos companheiros masculinos, existe uma maior incidência de ocupação doméstica em comparação com as progenitoras das companheiras, as quais estão mais ligadas a uma actividade laboral. Em termos de escolaridade, porém, as mães da população feminina têm maior índice quantitativo de habilitações literárias a nível de 1º ciclo.

Conclui-se ainda que os sujeitos em situação de coabitação estão inseridos num ambiente de trabalho laboral urbano, com profissões ligadas a áreas do Funcionalismo Público e de Serviços/Comércio, vivendo maioritariamente em concelhos da margem Sul, para além de possuírem uma escolaridade média-alta, com ligeiro predomínio para os detentores de um Curso Superior.

Tendo em atenção as características descritas relativas aos sujeitos vivendo em *união de facto, mas com anterior vida conjugal* (casamento ou união de facto), notamos a existência de uma idade mais avançada entre os sujeitos masculinos em comparação com os femininos (40 – 44 anos para os homens; 35 – 39 anos para as mulheres). Se tomarmos em linha de conta a idade na altura do novo relacionamento

conjugal, o índice quantitativo mais elevado regista-se na faixa etária dos 35 – 39 anos, seguido pelo bloco com 30 – 34 anos, tanto na vertente masculina como feminina dos inquiridos. Este facto realça também a idade relativamente nova para dar início a uma segunda vida conjugal.

Em termos de conjunto, existem contornos muito próximos em questões ligadas à escolaridade, naturalidade e concelho de residência. Quanto à actividade laboral, o campo masculino reparte-se essencialmente pelo funcionalismo público e serviços administrativos, existindo poucos casos ligados a actividades de produção. No campo feminino são mais relevantes as profissões intelectuais/científicas (ensino e investigação) e também os serviços administrativos. As actividades não qualificadas são residuais. A escolaridade está representada a nível recíproco, num patamar médio – alto, com maior representatividade no ensino superior, seguido pelo ensino secundário.

Muitos destes sujeitos são originários da região de Lisboa (maior índice em termos de naturalidade), embora sejam os concelhos da margem sul da área metropolitana de Lisboa, no seu conjunto, quem reúna o maior número de inquiridos. Existem também alguns naturais do Alentejo. Quanto à residência, 75% destes sujeitos (tanto masculinos como femininos) vivem nos concelhos da margem sul e os restantes 25% na margem Norte. O contexto de periferia é bem visível, numa situação que se deve ligar aos aspectos económicos, profissionais e também familiares na escolha da residência. Neste último campo, devemos notar que a maioria dos inquiridos é natural da região de Lisboa (ou de concelhos periféricos) onde os seus pais já tinham morada e desempenhavam aí, na maioria dos casos, a sua actividade laboral, especialmente nos serviços administrativos e no comércio (caso dos pais dos sujeitos masculinos inquiridos) ou em actividades ligadas à medicina e engenharia (profissões intelectuais e científicas), para além da actividade ligada sobretudo à vida operária (caso dos pais da população feminina inquirida). No campo materno, a principal actividade está ligada à vida doméstica na grande maioria dos casos considerados, sendo muito poucas as que desempenhavam uma actividade laboral remunerada, ligada sobretudo ao comércio e profissões não qualificadas.

Em comum, existe também entre os pais dos sujeitos inquiridos uma escolaridade maioritária ligada ao 1º Ciclo – 55%. No caso das mães, essa habilitação atinge os 60%.

A actual vida conjugal tem origem sobretudo no estado de divorciado, com maior incidência na população feminina inquirida – 8 situações. Nos sujeitos masculinos

praticamente existe um índice numérico igual – seis casos resultam da situação de divórcio e 4 casos do fim da união de facto.

Quanto ao agregado familiar actual, os sujeitos masculinos apresentam um maior índice quantitativo com duas pessoas, enquanto na população feminina ele é de 4 e mesmo de 5 pessoas. Neste último caso, seguramente, deve-se ao facto da guarda das crianças, maioritariamente ficar a cargo das mães. Naturalmente, em situações de novas uniões conjugais, elas estão presentes na constituição da renovada família.

Podemos ainda concluir que estes sujeitos estão inseridos num ambiente de trabalho urbano, com profissões ligadas à área intelectual ou de serviços/comércio e são detentores de uma escolaridade média-alta. O fim da sua primeira experiência conjugal não impediu a constituição de uma nova vida familiar, tendo-o feito numa idade relativamente nova. Notou-se também entre os sujeitos masculinos que muitos deles voltam a entrar numa segunda situação de coabitação, finalizada que foi a sua primeira *União de Facto*.

Os dados apurados para os inquiridos que vivem em situação de **recomposição familiar** através de um **segundo casamento** revelam a existência de uma correspondência em termos de idade na actual vida familiar. Regista-se, no entanto, uma média de idades superior nos sujeitos masculinos se tomarmos em conta a idade na altura da reconstituição familiar através do novo casamento.

Na questão da naturalidade, os dois géneros são provenientes da região de Lisboa/Vale do Tejo, mas habitam preferencialmente a margem sul da área metropolitana de Lisboa, notando-se mais essa vertente na população feminina. Portanto, são pessoas que basicamente nasceram na mesma área regional e habitam em concelhos próximos aos centros urbanos mais importantes – Lisboa, na margem norte e Setúbal, na margem Sul.

A nível profissional, os sujeitos masculinos apresentam uma variedade de ocupações laborais, destacando-se as actividades de produção (sobretudo construção civil e automóvel), gestão, comércio e serviços. As suas habilitações são de um nível médio (com maior índice quantitativo no 2º Ciclo), embora existam também licenciados e detentores de ensino secundário. No campo feminino, as actividades desempenhadas distribuem-se pelos serviços administrativos, profissões intelectuais e científicas, para além de actividades não qualificadas, sobretudo a limpeza. O grau de escolaridade está

maioritariamente ligado ao ensino superior e ensino secundário, embora existam também detentores de 2º e 3º ciclo.

Quanto aos pais dos sujeitos masculinos, a actividade agrícola apresenta o índice absoluto mais relevante, existindo também actividades laborais ligadas aos serviços administrativos e de produção (construção civil e metalúrgica). A escolaridade claramente dominante envolve o 1º Ciclo. No caso dos pais da população feminina, predominam as actividades ligadas ao funcionalismo público, comércio e produção, sendo igualmente o 1º ciclo a habilitação literária mais relevante. Em relação às mães dos inquiridos (sujeitos masculinos e femininos), as actividades domésticas não remuneradas caracterizam de um modo inequívoco a sua principal ocupação. Os poucos casos de actividade laboral existente envolvem o sector do comércio, limpeza e serviços. A escolaridade quase total das progenitoras dos sujeitos masculinos e femininos inquiridos envolve o 1º Ciclo.

Finalmente, registe-se que em 90% dos casos referentes aos sujeitos masculinos e femininos em estudo, a reconstituição familiar foi efectuada depois de ter sido decretado o *Divórcio*. Os restantes 10% resultam do rompimento de uma *União de Facto*. Quanto à dimensão do agregado familiar, embora o maior índice absoluto registado envolva famílias reconstituídas com 3 elementos, existem também agregados constituídos por 4, 5 e mesmo 6 pessoas, sem dúvida, resultante de nascimentos das anteriores relações conjugais dos pais.

No geral, acresce dizer que a média de idades destes sujeitos é relativamente elevada face a outros modelos familiares em análise (casais coabitantes e famílias monoparentais, por exemplo), mas terão iniciado a sua reconstituição familiar em idade relativamente jovem para o fazer. Também não surpreende a actividade profissional e grau de escolaridade dos respectivos pais e mães, cuja vida activa e escolar foi desenvolvida durante o tempo do Estado Novo, com todo o contexto histórico, social, económico e cultural que o caracteriza.

Portanto, estamos perante pessoas que vivem maioritariamente na margem sul da área metropolitana de Lisboa, ligadas aos serviços administrativos, comércio e actividades de produção (esta última mais na vertente masculina), existindo maior índice de escolaridade entre a população feminina face à masculina. O agregado familiar reúne muitas vezes filhos nascidos de anteriores uniões conjugais, sendo pessoas que optaram por um segundo casamento para refazer a sua vida familiar.

Finalmente, nos inquiridos **casados** (civil ou religiosamente) podemos concluir que existe uma correspondência em termos de idades na altura do casamento com o panorama geral verificado no País, sendo a idade média de entrada na vida conjugal por um casamento oficial situada entre os 20 – 24 anos no caso feminino e 25 – 29 anos no caso masculino. Na generalidade, a população feminina inquirida é mais nova do que a masculina, tendo em atenção a idade actual no relacionamento familiar.

Em relação à naturalidade, existe uma ampla variedade de situações, predominando os naturais da Região Centro e da Região de Lisboa/Vale do Tejo, as quais reúnem os índices absolutos mais relevantes nos dois géneros. Sobre a escolaridade obtida, existe praticamente uma equivalência nos dois géneros, notando-se um predomínio claro de detentores de ensino superior. Esta situação influencia também a actividade laboral exercida, a qual envolve preferencialmente profissões intelectuais/científicas, para além de actividades desempenhadas a nível de quadros superiores, serviços e funcionalismo público.

No âmbito parental, encontramos entre os pais dos sujeitos masculinos inquiridos uma grande diversidade profissional, com representatividade no campo intelectual e na área dos serviços, mas também na produção, na pesca e na agricultura. Basicamente, a maioria é detentora do 1º Ciclo. Em relação às mães dos sujeitos masculinos, embora exista alguma actividade laboral no sector dos serviços administrativos, comércio e agricultura, a maior parte desempenhava funções domésticas não remuneradas. O 1º Ciclo era claramente dominante entre as suas habilitações literárias. No campo da população feminina inquirida, os respectivos pais desenvolviam a sua vida laboral, em geral, nos serviços e actividades ligadas à produção. Também aqui predominava claramente a habilitação literária ligada ao 1º Ciclo, embora seja em menor número comparada com os pais dos sujeitos masculinos. Por sua vez, as progenitoras das inquiridas que desempenhavam funções laborais faziam-no sobretudo na área do funcionalismo/serviços. Metade delas porém, desempenhavam actividades domésticas não remuneradas. O predomínio a nível de escolaridade ia também para o 1º Ciclo. Podemos dizer que existe uma quase similaridade de propósitos e intenções no campo laboral e escolar entre os progenitores da população masculina e feminina inquirida. A nível de agregado familiar, a norma é serem constituídas por 3 / 4 pessoas.

Finalmente, podemos dizer que estamos perante pessoas residentes num meio urbano, praticamente idêntico em termos quantitativos para a margem norte e sul da

área metropolitana de Lisboa. O campo laboral envolve sobretudo profissões intelectuais/científicas e actividades desempenhadas no âmbito do funcionalismo público, serviços e quadros superiores, num ambiente caracterizado por habilitações académicas do tipo médio – alto.

Em termos gerais, podemos dizer que existem situações comuns a todos os 100 inquiridos, seja na vertente de naturalidade/residência ou mesmo na escolaridade e actividade profissional. Outro ponto praticamente comum nos modelos familiares em estudo reside na vertente profissional e sobretudo na escolar dos progenitores. As faixas etárias relativas ao início da conjugalidade indicam apenas ligeiras diferenças e acompanham as médias nacionais, sobretudo entre os inquiridos casados (civil ou religiosamente) e os que estão em actual situação de monoparentalidade.

Portanto, neste âmbito de caracterização social estamos perante pessoas que basicamente nasceram na mesma área regional e habitam em concelhos próximos aos centros urbanos mais importantes da A.M.L.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

4.1. Formação e Vida Conjugal

Em termos de **Formação e Vida Conjugal (Área II)** – desejamos identificar as trajectórias conjugais, considerando o contexto histórico/social dos membros do casal e o percurso específico ligado ao casamento, divórcio, coabitação e recomposição familiar, tendo em atenção as estratégias individuais dos membros do casal.

Neste sentido, os sujeitos inquiridos são estudados tendo em conta os aspectos ligados ao início da sua vida conjugal, num campo de investigação envolvendo várias situações: como se conheceram, duração do namoro, idade de entrada na vida conjugal, forma de celebração da união conjugal, duração média do casamento/coabitação, regime de bens, expectativas em relação à união conjugal, modo como decorria a sua vida em casal, motivos para o fim dessa relação, impacto causado na família mais próxima e no círculo de amigos pelo final da vida conjugal, destino dos filhos, composição do agregado familiar e situação familiar do ex-cônjuge.

Naturalmente, nos temas citados devemos ter em atenção a especificidade referente a cada modelo familiar em estudo, tal como pode ser visto nos quadros que apresentamos e que, na generalidade, agregam a informação recolhida em números absolutos.

Vejamos a apresentação dos resultados em relação aos dados investigados.

4.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.

QUADRO IX – LOCAL DE CONHECIMENTO DO EX-CÔNJUGE OU CÔNJUGE ACTUAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
LOCAL	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Círculo Amigos/Amigos Comuns	1	1	2	2	1	3	1	3	4	3	5	8	3	4	7	24
Escola Secundária	0	4	4	3	2	5	2	2	4	2	2	4	4	1	5	22
Praia/Férias/Festa/Lazer/Discoteca/Casamento	4	3	7	1	3	4	2	1	3	2	1	3	0	3	3	20
Faculdade	3	1	4	2	2	4	2	3	5	0	1	1	0	0	0	14
Local de Trabalho/Formação Profissional	1	1	2	1	2	3	2	1	3	3	0	3	2	1	3	14
Frequência habitual dos mesmos lugares	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	2	6
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO X – DURAÇÃO DO NAMORO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Tempo de Namoro	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Menos de 1 ano	5	1	6	3	0	3	3	2	5	5	2	7	0	3	3	24
1-3- anos	1	4	5	4	4	8	2	4	6	4	6	10	5	4	9	38
Mais de 3 anos	4	5	9	3	6	9	5	4	9	1	2	3	5	3	8	38
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XI – EXPECTATIVAS FACE AO CASAMENTO/UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Expectativas	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
<i>Não, pois estava convicto(a) e seguro(a) do que ia fazer.</i>	4	4	8	4	7	11	4	3	7	4	4	8	4	6	10	44
<i>Algun receio pois não sabemos se a vida conjugal será agradável...</i>	3	4	7	5	1	6	4	4	8	5	3	8	3	4	7	36
<i>Sim, tive hesitações pois era um passo importante na vida...</i>	3	2	5	1	2	3	2	3	5	1	3	4	3	0	3	20
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XII – IDADE NO 1º CASAMENTO/ 1ª UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
IDADE	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
15 – 19 anos	0	3	3	0	0	0	0	1	1	2	3	5	1	0	1	10
20 – 24 anos	3	5	8	4	2	6	1	4	5	4	4	8	3	5	8	35
25 – 29 anos	6	1	7	4	6	10	7	5	12	3	2	5	6	2	8	42
30 – 34 anos	1	1	2	1	1	2	2	0	2	1	1	2	0	3	3	11
35 – 39 anos	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XIII – DURAÇÃO DO 1º CASAMENTO/ 1ª UNIÃO DE FACTO CASAMENTO/UNIÃO FACTO (sem existência de Divórcio)

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Duração	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
1-4 anos	1	0	1	4	5	9	2	2	4	2	4	6	1	2	3	23

5-9 anos	4	6	10	4	2	6	5	4	9	2	4	6	3	1	4	35
10 -14 anos	3	4	7	1	3	4	3	2	5	3	2	5	1	2	3	24
15 – 19 anos	2	0	2	1	0	1	0	2	2	2	0	2	2	1	3	10
20 – 24 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	4	7	8
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XIV – FORMA DE CELEBRAÇÃO DO 1º CASAMENTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
FORMA DE CELEBRAÇÃO	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Civil	4	3	7				2	4	6	5	4	9	4	4	8	30
Civil, seguida de celebração religiosa católica.	2	4	6				2	3	5	1	2	3	3	3	6	20
Celebração Católica	0	0	0				2	2	4	1	3	4	2	3	5	13
Vida em União de Facto	2	2	4				4	1	5	1	0	1	0	0	0	10
Civil, seguida de celebração religiosa – outra confissão	2	1	3				0	0	0	2	1	3	1	0	1	7
TOTAL	20			0			20			20			20			80

QUADRO XV – REGIME DE BENS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
REGIME DE BENS																
Comunhão de Bens Adquiridos	7	5	12				6	6	12	8	9	17	8	6	14	55
Comunhão Geral de Bens	0	3	3				0	3	3	1	1	2	2	4	6	14
Vida em União de Facto	2	2	4				4	1	5	1	0	1	0	0	0	10
Separação de Bens	1	0	1				0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	20			0			20			20			20			80

QUADRO XVI – INICIATIVA DO DIVÓRCIO OU DO FIM DA UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
DIVÓRCIO /FIM UNIÃO DE FACTO – INICIATIVA																
Da Mulher	7	8	15				6	7	13	6	7	13				41
Do Homem	3	2	5				4	3	7	4	3	7				19
Comum Acordo	0	0	0				0	0	0	0	0	0				0
TOTAL	20			0			20			20			0			60

QUADRO XVII – BASE JURÍDICA DO DIVÓRCIO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
DIVÓRCIO – BASE JURÍDICA																
Mútuo Consentimento	7	7	14				6	8	14	7	10	17				45
Litigioso – art.º 1779	1	1	2				0	1	1	0	0	0				3
Litigioso – art.º 1781, alínea a) – <i>Separação de facto por 3 anos consecutivos.</i>	0	0	0				0	0	0	2	0	2				2
Fim da vida conjugal em União de Facto	2	2	4				4	1	5	1	0	1				10
TOTAL	20			0			20			20			0			60

ANÁLISE DE CONTEÚDO 1 – A

JUSTIFICAÇÕES PARA O DIVÓRCIO – Género Masculino –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. Divórcio	. Justificações apresentadas	<p>Famílias Monoparentais</p> <p>O <i>cansaço</i>, a <i>insatisfação</i> e a <i>saturação</i> da relação conjugal constituem os factores mais destacados (40%) para justificar a dissolução conjugal. Devem também salientar-se aspectos relacionados com a <i>personalidade</i> dos membros do casal (20%) e o <i>fim do amor</i> na vida conjugal (20%). Encontramos também situações relacionadas com <i>conhecimentos extra-matrimoniais</i> para justificar o divórcio (20%).</p>
		<p>Famílias em União Facto com anterior vida conjugal</p> <p>Factores como <i>insatisfação</i> e <i>cansaço/desgaste</i> da relação conjugal são mais apontados para justificar a dissolução da vida em casal (40%). Devemos também destacar a <i>infidelidade</i> (30%) e o <i>fim do amor</i> na relação conjugal (20%). Interesses pessoais também foram apontados para finalizar a vida conjugal (10%), sendo de realçar que muitas destas justificações são de origem feminina.</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento)</p> <p>Sendo várias as situações que conduziram ao fim da relação conjugal, podemos apontar como principais factores o <i>desgaste</i> relacional com a justificação de cansaço pela vida em comum e desejo de maior liberdade pessoal (sobretudo do elemento feminino), os <i>conflitos conjugais</i> pela incompatibilidade de personalidades ou pelo ciúme e a <i>infidelidade</i>. A <i>vida profissional</i> também foi salientada, especialmente pela consequente falta de tempo e de atenção para com o ex-cônjuge.</p>

ANÁLISE DE CONTEÚDO 1 – B

JUSTIFICAÇÕES PARA O DIVÓRCIO – Género Feminino

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. Divórcio	. Justificações apresentadas	<p>Famílias Monoparentais</p> <p>A <i>degradação/insatisfação</i> da relação conjugal são as justificações maioritárias para justificar a dissolução do casamento, envolvendo aspectos como a agressão física ou psicológica (20%), cansaço e desgaste no relacionamento (30%). Devem ainda ser considerados factores como a diferença de <i>personalidade / pressão dos sogros</i> na vida conjugal (10%) e a <i>infidelidade</i> (20%). A <i>má gestão</i> da vida familiar, junto com a <i>falta de estabilidade</i> no relacionamento (20%) colheram também alguma atenção.</p>
		<p>Famílias em União Facto com anterior vida conjugal</p> <p>A <i>infidelidade</i> aparece como principal factor para justificar o divórcio (40%), sempre protagonizadas pelo ex-marido. Outros fundamentos envolvem o <i>desgaste/desinteresse relacional</i> (30%); <i>conflitos/vício do jogo</i> (20%) e falta de <i>carinho/compreensão</i> (10%) são igualmente referenciados para se ter chegado ao ponto de ruptura extrema. Devemos assinalar que o elemento feminino inquirido apresentou mais do que uma justificação para terminar a vida em casal.</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento)</p> <p>A <i>deterioração/cansaço</i> da relação (com ligações a falta de atenção, diálogo e vida conjugal pouco feliz) os <i>conflitos e agressões</i> (físicas ou verbais) e a <i>infidelidade</i>, constituíram os principais motivos para terminar a vida em casal. Devemos acrescentar mais um, ligado a <i>práticas sexuais</i> consideradas aberrantes.</p>

ANÁLISE DE CONTEÚDO 2 - A

COMO DECORRIA A VIDA CONJUGAL ATÉ AO DIVÓRCIO? – Género Masculino –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. Vida Conjugal	. Nível Doméstico	Famílias Monoparentais: Em termos gerais, a vida conjugal decorria de uma forma <i>normal</i> (100%), com as tarefas a serem partilhadas pelos membros do casal em várias situações, sobretudo nas limpezas ou compras alimentares e por vezes na culinária.
		Famílias em União Facto com anterior vida conjugal: A vida doméstica era considerada <i>normal</i> para os inquiridos masculinos (70%), partilhando os momentos que tinham em conjunto, especialmente nos fins-de-semana. Cerca de 30% considerou-a muito <i>activa/agitada</i> .
		Famílias em Recomposição (2º casamento): A vida conjugal a nível doméstico foi considerada satisfatória ou normal pelo elemento masculino, salientando alguns que ajudavam no dia-a-dia da casa, fazendo compras ou cuidando dos filhos. As ajudas em casa eram feitas quando podiam, mas reconhecem que ajudavam pouco ou nada, salientando haver muito mais trabalho da ex-cônjuge.
	. Rotina Diária	Famílias Monoparentais: Os hábitos diários até ao divórcio decorriam <i>normalmente</i> (60%) ou eram considerados <i>intensos</i> (40%), feitos regularmente em torno da componente profissional e na vertente paterno/ infantil.
		Famílias em União Facto com anterior vida conjugal: O dia-a-dia era feito de trabalho conjunto, por vezes numa azáfama diária e típica entre pessoas que trabalham fora de casa (60%). Alguns inquiridos masculinos salientaram que estavam pouco tempo em casa devido à sua vida laboral, acabando por contribuir pouco para o trabalho doméstico (20%). Para outros, a rotina diária tinha falta de diálogo (20%).
		Famílias em Recomposição (2º casamento): Os elementos masculinos consideram que a rotina diária era a normal para a vida de um casal que trabalhava, sem grandes novidades, baseada sobretudo na casa/trabalho/ casa. Em alguns casos foi referida a partilha de tarefas no interior do lar conjugal, mas reconheceram haver mais trabalho feminino nessa área.

	. Lazer/Fim-de-semana	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>Em termos de lazer e fins-de-semana, encontramos 50% de situações onde saídas e passeios eram <i>habituais</i>, mas também temos idêntica percentagem onde tais indicadores eram <i>pouco frequentes</i> ou mesmo <i>escassos</i>, justificados pela vida profissional ou pela preferência de uma vida mais caseira.</p>
		<p>Famílias em União Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>As actividades de lazer ou de fim-de-semana eram sobretudo realizadas com base em <i>passeios, cinema e espectáculos /concertos</i> ou então com idas para a província (50%). Cerca de 30% salientaram que <i>ficar em casa</i> era mais habitual, especialmente para descansar. Quando havia <i>disposição</i> ou <i>possibilidade</i> também se faziam algumas saídas - (20%).</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º Casamento):</p> <p>As actividades ligadas ao tempo livre são realizadas por metade dos inquiridos, sendo divididas em termos de saídas habituais pelo cinema, jogos desportivos, concertos e passeios – praia ou campo. Nos casos restantes encontramos situações onde as saídas no fim-de-semana eram poucas ou só eram realizadas quando possível, justificadas pelo descanso, actividade profissional ou mesmo pela existência de filhos de tenra idade.</p>
	. Visitas a Amigos/Familiares	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>As visitas a amigos/familiares eram, de um modo geral, realizadas <i>regularmente</i> (60%). Devem ser salientadas algumas situações onde os contactos eram mais regulares devido à proximidade de residência. No entanto, devido à escassez de tempo livre (vida profissional) ou pela distância entre moradas, cerca de 40% salientaram que faziam apenas <i>algumas visitas</i> a parentes e amigos.</p>
		<p>Famílias em União Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>De uma forma habitual, as visitas a amigos e familiares eram feitas de modo <i>regular</i>, especialmente aos fins-de-semana. A proximidade de residências era um factor essencial para a realização dessas visitas.</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento):</p> <p>As visitas realizadas eram feitas de modo regular aos amigos e familiares, mas a maioria dos inquiridos (60%) considerou que fazia poucas visitas justificadas pela vida laboral ou pela distância entre residências. As visitas eram assim consideradas as possíveis, embora não deixassem de as fazer.</p>
	. Vida Sexual	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>Nesta componente, cerca de 60% considerou-a <i>normal</i> ou <i>razoável</i> e 30% considerou-a mesmo <i>boa</i>. Apenas 10% salientaram ser <i>fraca</i>.</p>

		<p>Famílias em União Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>O relacionamento existente nesta vertente foi considerado <i>normal</i> ou <i>razoável</i> por 60% dos inquiridos. Cerca de 20% considerou-o <i>bom</i> e a mesma percentagem salientou ser <i>má</i>.</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º Casamento):</p> <p>Neste campo, 80% dos inquiridos salienta que era regular e considerada normal. Cerca de 20% considera também que essa actividade se foi deteriorando com o tempo, fruto de divergências e conflitos vários.</p>
	Conflitos/Discussões	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>Os conflitos conjugais até à dissolução do casamento por divórcio foram considerados, na generalidade, como sendo <i>poucos</i> ou <i>alguns</i> (60%). Cerca de 20% consideraram esta vertente como os <i>normais</i> entre duas pessoas casadas. Apenas 10% os consideraram <i>regulares</i> e a mesma percentagem considerou mesmo <i>não existirem</i>.</p>
		<p>Famílias em União Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>Os inquiridos masculinos salientaram que eram raros ou pouco expressivos os conflitos/discussões que tinham no lar conjugal até ao divórcio (50%). Para 30% passaram a ser mais acentuados ou regulares com o tempo, enquanto 20% referiram que tinham discussões sérias de modo frequente.</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento):</p> <p>Neste domínio, consideram os sujeitos masculinos que existiam algumas discussões com o cônjuge (60%), mas que se agudizaram para o final da relação conjugal, passando então a ser constantes, seja devido à organização doméstica, conflitos de interesses/ profundas divergências pessoais ou mesmo culturais.</p>

ANÁLISE DE CONTEÚDO 2 – B

COMO DECORRIA A VIDA CONJUGAL ATÉ AO DIVÓRCIO? – Género Feminino –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. Vida Conjugal	. Nível Doméstico	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>A vida doméstica decorria de uma forma <i>normal</i> (60%), mas na generalidade dos casos havia pouca partilha de tarefas domésticas, originando maior sobrecarga de trabalho para o elemento feminino. Cerca de 30% consideraram que o ambiente doméstico era <i>conflituoso</i>, agravado num caso pela interferência dos sogros na vida do casal. Apenas 10% salientaram que a convivência doméstica era <i>pacífica</i>.</p>
		<p>Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>As opiniões femininas salientam que a vida conjugal no âmbito doméstico era insatisfatório, rotineiro e sem variedade, sendo quase tudo realizado por elas (60%). Foram poucas as situações onde admitiam existir partilha de tarefas (30%) e menos ainda as que diziam ser boa (10%).</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento):</p> <p>A vida doméstica era feita quase exclusivamente pela mulher, seja cozinhando ou limpando, ou então no cuidado dos filhos e na organização geral do lar. Eram muitas as horas envolvidas nesse trabalho, havendo alguma colaboração masculina, tal como foi referido. Registam-se também casos onde a ausência masculina agravava a situação ou então era problemática a organização doméstica, especialmente pela divergência de opinião em relação à execução de tarefas.</p>
	. Rotina Diária	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>Havia uma rotina diária considerada <i>normal</i> (80%), envolvendo maioritariamente a vida laboral, a educação dos filhos, as tarefas domésticas e por vezes os estudos. Cerca de 20% consideraram que a sua rotina diária era <i>intensa</i>, mas havia partilha de tarefas no lar conjugal.</p>
		<p>Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>A vida diária foi considerada muito rotineira, sem variedade, previsível e por vezes insatisfatória para 40% das inquiridas. Para outras, existia muito trabalho em comum, sendo definidas as tarefas a realizar pelos membros do casal (50%). A satisfação na rotina diária apenas foi registada numa inquirida (10%).</p>

		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento):</p> <p>Nesta área, as opiniões femininas consideram a rotina diária como sendo entediante, aborrecida e cansativa. A falta de diálogo em casa era possível, tal como podiam existir agressões físicas ou verbais. As inquiridas que trabalhavam fora de casa mencionam também que trabalhavam de manhã à noite, mas ainda se esperava que fizessem tarefas domésticas ao chegar a casa.</p>
	. Lazer/Fim-de-semana	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>Actividades de lazer realizadas no fim-de-semana, se bem que realizadas (60%), nem sempre aconteciam com a regularidade desejada, seja por impedimentos laborais do cônjuge, constrangimentos económicos ou familiares. Cerca de 40% das inquiridas saía regularmente aos fins-de-semana, mas em alguns casos, cada cônjuge ia para onde entendia.</p>
		<p>Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>As actividades ligadas ao lazer incluíam sobretudo os passeios, espectáculos e turismo pelo País (30%), mas a generalidade das situações apontam para poucas saídas em actividades de passatempo, especialmente pela falta de tempo, cansaço e actividade profissional (70%).</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento):</p> <p>As situações ligadas ao lazer eram sempre desejadas e havendo oportunidade saíam com os amigos. A maioria das inquiridas porém, salientam que essas actividades eram raras ou circunscritas a casa dos pais. As justificações estão relacionadas com a ausência do marido por motivos laborais ou pelo cansaço acumulado ao longo da semana, não existindo vontade em sair de casa.</p>
	. Visitas a Amigos/Familiares	<p>Famílias Monoparentais:</p> <p>As visitas a parentes e amigos eram feitas de modo <i>regular</i> (40%), especialmente pela proximidade de residência. No entanto, 30% salientou que eram praticamente <i>inexistentes</i>, especialmente pela dificuldade de deslocação. A mesma percentagem salientou que visitava familiares e amigos apenas <i>algumas vezes</i>.</p>
		<p>Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal:</p> <p>As visitas contemplando a família ou amigos eram realizadas de uma forma regular para 50% das inquiridas. Para algumas, as visitas eram mesmo intensas, dada a situação de proximidade (20%), mas existiam também situações onde as visitas eram raras ou pouco habituais (30%).</p>
		<p>Famílias em Recomposição (2º casamento):</p> <p>Encontramos neste campo uma maioria de situações em que as visitas a amigos e a familiares eram habituais, sobretudo nos fins-de-semana. Existem igualmente situações onde essas visitas eram mais espaçadas devido a residências distantes ou então pelas dificuldades profissionais. Registam-se casos onde essas visitas eram feitas no intervalo dos conflitos ou então separadamente.</p>

	. Vida Sexual	Famílias Monoparentais: Nesta vertente, cerca de 40% das inquiridas considerou-a <i>boa</i> , enquanto 20% a designou como <i>normal</i> . Cerca de 30% considerou que a sua vida sexual foi diminuindo até a ser praticamente <i>inexistente</i> , enquanto 10% a considerou <i>má</i> .
		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal: Neste âmbito, o relacionamento mais íntimo foi considerado insatisfatório ou mesmo péssimo por 40% das inquiridas. No entanto, existem várias situações onde foi considerado bom ou muito bom (30%). Idêntica percentagem salientou ser regular, embora em certos casos se tenha degradado para o final da vida conjugal.
		Famílias em Recomposição (2º casamento): A vida conjugal mais íntima foi considerada regular e satisfatória na maioria das situações, embora sejam mencionados três casos onde ela era feita por obrigação e sem qualquer tipo de afecto ou então era complicada, frustrante, desagradável e insatisfatória.
	Conflitos/Discussões	Famílias Monoparentais: Nesta área, cerca de 60% das inquiridas considerou serem <i>muitas</i> as discussões travadas com o ex-cônjuge, justificada pela personalidade autoritária dele, pela presença dos sogros no lar doméstico, pelas diferenças culturais e interesses divergentes. Cerca de 20% salientou que existiam <i>algumas</i> discussões conjugais, (motivadas por ciúme ou pelo dinheiro), enquanto igual percentagem referiu que os conflitos eram <i>poucos e raros</i> .
		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal: Os conflitos conjugais antes da dissolução da vida em casal foram considerados como sendo frequentes (50%), mas também encontramos um conjunto de inquiridas femininas que salientaram terem sido raros (40%). Existe também uma situação onde o conflito travado com o ex-cônjuge foi sobretudo de ordem psicológica (10%).
		Famílias em Recomposição (2º casamento): A maioria das situações estudadas revela que existiam muitos conflitos antes da dissolução da vida em casal, os quais se foram agravando à medida que a vida conjugal terminava em divórcio. Salientam-se também casos de violência doméstica e conflitos pela dificuldade em partilhar tarefas domésticas ou em assumir responsabilidades familiares da parte do ex-cônjuge. Foi também detectado um caso de mudança de personalidade a nível sexual, algo que se traduziu em conflito geral na vida do casal.

QUADRO XVIII – MOTIVOS PESSOAIS QUE EXPLICAM O FIM DA RELAÇÃO CONJUGAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (Civil / Reli.)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	H	M	T	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	H	M	T	
MOTIVOS PESSOAIS PARA O DIVÓRCIO (várias escolhas)																
Fim do amor na relação conjugal.	8	2	10				9	6	15	3	3	6				31
Incompatibilidade nas personalidades do casal, gerando insatisfação no ambiente familiar.	6	7	13				3	3	6	4	5	9				28
Falta de lealdade e de fidelidade na relação conjugal.	2	4	6				3	5	8	3	4	7				21
Vida profissional de um ou de ambos os cônjuges.	6	1	7				6	1	7	6	0	6				20
Falta de empenho e responsabilidade na vida familiar.	0	4	4				7	5	12	0	2	2				18
Falta de atenção e carinho na relação conjugal ...	0	6	6				2	3	5	0	2	2				13
Alguma Imaturidade num ou nos dois cônjuges.	0	4	4				0	1	1	3	1	4				9
Mudança de comportamento de um dos cônjuges ao longo da vida conjugal ...	0	2	2				0	2	2	0	4	4				8
Não se sentir feliz no casamento.	1	0	1				0	0	0	0	0	0				1
Consumo de drogas pelo cônjuge.	0	0	0				0	0	0	0	1	1				1
TOTAL	53			0			56			41			0			60

QUADRO XIX – REACÇÃO DOS PAIS E SOGROS PELO FIM DA RELAÇÃO CONJUGAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (Civil / Reli.)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	H	M	T	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	H	M	T	
REACÇÕES – Pais e Sogros (várias escolhas)																
Pais e sogros mostraram tristeza pelo fim da relação, mas compreenderam e aceitaram a decisão.	6	8	14				6	2	8	7	3	10				32
Os sogros aceitaram a decisão tomada, mas o relacionamento, embora existente, nunca mais foi o mesmo.	1	1	2				1	4	5	1	6	7				14
Pais reagiram mal pois o casamento é para se levar até ao fim.	0	0	0				1	2	3	3	3	6				9
Os sogros criticaram a decisão tomada, e terminaram com o relacionamento até então existente.	1	2	3				1	2	3	0	1	1				7
Pais e sogros mostraram tristeza pelo fim da relação e não compreenderam as razões do divórcio.	0	0	0				2	1	3	0	0	0				3
Pais sentiram desilusão/tristeza pela decisão.	1	0	1				1	0	1	0	0	0				2
Pais e sogros reagiram com surpresa à decisão.	1	0	1				0	0	0	0	0	0				1
Os sogros compreenderam e o relacionamento ficou igual.	0	1	1				0	0	0	0	0	0				1
TOTAL	22			0			23			24			0			69

QUADRO XX – REACÇÃO DE AMIGOS/COLEGAS DE TRABALHO/VIZINHOS PELO FIM DA RELAÇÃO CONJUGAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (Civil / Reli.)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	H	M	T	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	H	M	T	
REACÇÕES – Amigos/Colegas/Vizinhos (várias escolhas)																
Amigos/Colegas de trabalho sentiram tristeza, mas compreenderam e aceitaram a decisão.	8	8	16				0	3	3	3	4	7				26
Amigos/Colegas de trabalho compreenderam e aceitaram a decisão, não interferindo no assunto.	0	8	8				8	4	12	3	3	6				26
Os familiares compreenderam a decisão, mas alguns acharam que não havia motivos suficientes para terminar com a relação conjugal.	1	0	1				0	0	0	3	2	5				6
Alguns familiares criticaram a decisão de por fim à relação conjugal.	0	0	0				2	3	5	0	1	1				6
Os familiares compreenderam; os amigos felicitaram-me.	1	0	1				0	0	0	0	0	0				1
Os vizinhos compreenderam a situação, tendo alguns lamentado o fim da relação conjugal.	0	1	1				0	0	0	0	0	0				1
Amigos íntimos afastaram-se.	0	1	1				0	0	0	0	0	0				1
Os colegas ficaram surpresos. Os familiares do ex-cônjuge não compreenderam até falarem comigo.	0	1	1				0	0	0	0	0	0				1
Familiares e amigos compreenderam e aceitaram a decisão tomada, tendo alguns lamentado o fim da relação conjugal.	0	0	0				0	0	0	1	0	1				1
TOTAL	29			0			20			20			0			69

QUADRO XXI – GUARDA DA CRIANÇA POR INDICAÇÃO/ACORDO JUDICIAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
GUARDA DA CRIANÇA																
A criança ficou com a mãe, mas existe visita regular do pai.	3	6	9				5	4	9	7	7	14				32
Guarda Conjunta	5	0	5				1	4	5	0	0	0				10
Poder Unilateral (só a mãe)	0	3	3				0	0	0	0	0	0				3
Poder Unilateral (só o pai)	0	0	0				0	0	0	1	0	1				1
A criança ficou com o pai, mas existe visita regular da mãe.	1	0	1				0	0	0	0	0	0				1
Filho já emancipado	0	0	0				0	0	0	1	0	1				1
Sem crianças	1	1	2				4	2	6	1	3	4				12
TOTAL	20			0			20			20			0			60

ANÁLISE DE CONTEÚDO 3 – A

JUSTIFICAÇÕES RELATIVAS À DECISÃO TOMADA SOBRE A GUARDA DA CRIANÇA – Género Masculino –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. Guarda da Criança	. Afirmativas	<p style="text-align: center;">Famílias Monoparentais</p> <p>O elemento masculino justificou o seu contentamento (90%) com base em várias evidências, desde a concordância pelo acompanhamento conjunto da criança, passando pela responsabilidade concedida aos pais em zelar pela educação e bem-estar emocional do filho, até mesmo na concordância estabelecida pela guarda da criança ter sido, na generalidade das situações, atribuído à mãe.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em União Facto com anterior vida conjugal</p> <p>As considerações masculinas relativas à guarda da criança são claramente a favor da sua entrega à mãe, seja pela impossibilidade de ficarem com elas, seja por considerarem que ficariam melhor sob cuidado da mãe ou então porque foi esse o desejo dos filhos.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em Recomposição (2º casamento)</p> <p>No campo masculino, as convicções gerais apontam para uma satisfação na entrega da criança à guarda preferencial da mãe, seja pelo mútuo acordo, pela maior proximidade da criança com a mãe ou por ser melhor para todos. Registou-se um caso onde a satisfação masculina era evidente pois ficou provado em tribunal que a mãe não tinha capacidade emocional para cuidar do filho.</p>
	. Negativas	<p style="text-align: center;">Famílias Monoparentais</p> <p>Apenas numa situação (10%) se manifestou insatisfação em relação à guarda da criança.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em União Facto com anterior vida conjugal</p> <p>A voz crítica masculina que se insurge contra a entrega da criança à mãe de forma unilateral considera que o filho estaria melhor consigo.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em Recomposição (2º casamento)</p> <p>Surge um caso onde o pai considerou que reunia todas as condições para criar e sustentar o seu filho, mas salientou que o ‘Juiz entendeu de maneira diferente’.</p>

ANÁLISE DE CONTEÚDO 3 – B

JUSTIFICAÇÕES RELATIVAS À DECISÃO TOMADA SOBRE A GUARDA DA CRIANÇA – Género Feminino –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. Guarda da Criança	. Afirmativas	Famílias Monoparentais Em todas as situações observadas, existe 100% de contentamento pela decisão tomada sobre a atribuição da guarda da criança ter sido concedida exclusivamente à mãe. Para o efeito, justificam esse contentamento com o facto de existirem laços emocionais mais fortes entre mãe e filho; com o alcoolismo do ex-cônjuge; com a ausência do pai; com a situação de conflito latente entre os ex-cônjuges e as possíveis consequências no equilíbrio emocional dos filhos e pelas responsabilidades assumidas em relação ao filho, mas esquecidas pelo pai. Mesmo assim, algumas inquiridas concordam que o pai da criança deve ter o direito de estar com os filhos, tal como decretou o Tribunal.
		Famílias em União Facto com anterior vida conjugal De um modo geral, o elemento feminino considera que foi melhor para todos terem ficado com a guarda das crianças, justificando a sua opinião com a maior responsabilidade no exercício dessa função, embora considerem também, nos casos de guarda conjunta, que o pai também tem o direito de ser responsável na educação do filho. Salientam ainda que se sentem responsáveis como progenitores e que a opção tomada foi a melhor para os filhos.
		Famílias em Recomposição (2º casamento) A totalidade das respostas femininas salientaram o seu grau de satisfação com a decisão de lhes ter sido entregue a guarda dos filhos. As justificações envolvem a ausência do pai, quer pelo seu estilo de vida ou então pela actividade laboral, a maior estabilidade emocional para as crianças por ficarem, com a mãe, por se assumirem mais competentes em comparação com os pais e também porque o pai não cumpriu com o acordado em tribunal.
	Negativas	Famílias Monoparentais -----

		<p style="text-align: center;">Famílias em União Facto com anterior vida conjugal</p> <p>As situações onde mostrou existir algum desagrado pela guarda da criança não ter sido atribuída apenas à mãe, foi justificada pelas diferenças na educação e pelos conflitos gerados devido a objectivos muito diferentes dos pais. Sentiram que as crianças estariam melhor só com a mãe.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em Recomposição (2º casamento)</p> <p>-----</p>

QUADRO XXII – CIRCUNSTÂNCIAS DE RELACIONAMENTO DO PAI COM OS FILHOS

Modelos Familiare	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (Civil / Reli.)			TOTAL GERAL
RELACIONAMENTO SÓ DO PAI COM OS FILHOS, APÓS DIVÓRCIO (várias escolhas)	Homem	Mulher	Total	H	M	T	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	H	M	T	
Visitas a outros familiares.	2	-	2				5	-	5	4	-	4				11
Almoçar/jantar fora.	3	-	3				3	-	3	5	-	5				11
Passeios/Actividades de lazer.	4	-	4				0	-	0	4	-	4				8
Idas a Cinemas/Museus/Exposições.	3	-	3				0	-	0	4	-	4				7
Ficar em casa com os filhos...	1	-	1				2	-	2	2	-	2				5
Espectáculos desportivos.	0	0	0				3	-	3	0	-	0				3
Encontros familiares, sobretudo nas férias.	0	0	0				0	0	0	3	-	3				3
TOTAL	13			0			13			22			0			48

QUADRO XXIII – SITUAÇÃO ACTUAL DO/A EX-CÔNJUGE

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Ex-Cônjuge – situação actual																
Vive em União de facto	2	3	5				4	7	11	3	4	7				23
Está casado/a	1	2	3				2	1	3	3	5	8				14
Está divorciado/a	6	1	7				0	0	0	1	1	2				9
Está sozinho/a	0	0	0				4	1	5	3	0	3				8
Está separado/a	1	3	4				0	0	0	0	0	0				4
Não Sabe/Não responde	0	1	1				0	1	1	0	0	0				2
TOTAL	20			0			20			20			0			60

SÍNTESE DESCRITIVA

Em relação ao modo como os ex-cônjuges se conheceram (actuais *famílias monoparentais*), o local mais indicado envolveu o ambiente escolar, existindo depois uma diversidade de situações, específico a várias condições de vivência social, mas todos eles ligados a um modelo de homogamia social, tal como transparece na escolaridade e na vida profissional indicada.

Na questão da forma como decorria a vida familiar até ao divórcio, encontramos entre a parte masculina uma indicação de vida normal em termos de rotina diária e vida doméstica, com trabalho partilhado entre os membros da família. A vida social era pautada por várias saídas em lazer e visitas a familiares. Os conflitos entre o casal eram pouco habituais, embora existentes, enquanto a vida sexual era considerada regular ou mesmo boa. A visão feminina sobre a mesma questão era claramente diferente, indicando uma maior sobrecarga de actividades domésticas, poucas actividades de lazer em comum, saindo apenas quando era possível, para além de mencionarem, em certos casos, a influência dos sogros na vida familiar. A vida sexual foi considerada normal/satisfatória na generalidade dos casos, mas os conflitos/discussões conjugais eram frequentes, justificados por interesses divergentes, personalidade dos membros do casal e gestão financeira da família. Portanto, encontramos entre a população feminina inquirida uma visão do processo mais crítica e exigente. De algum modo, esta posição justifica o facto do pedido de divórcio ter partido claramente da mulher, muito embora a dissolução do vínculo conjugal tenha sido na sua essência realizado por *Mútuo Consentimento*.

Entre as justificações individuais avançadas para a explicação do fim da vida em casal, os sujeitos masculinos incidiram sobretudo no ‘fim do amor na relação conjugal’, na ‘vida profissional’ e na ‘incompatibilidade de personalidades dos membros do casal’. Na vertente feminina, encontramos a ‘incompatibilidade de personalidades dos membros do casal’ como principal justificação para a dissolução da coabitação, mas também a ‘falta de carinho e de atenção na vida em casal’, sem esquecer a ‘falta de lealdade e de fidelidade na relação conjugal’.

Sobre o efeito sentido na família directa ou no círculo de amigos e colegas de trabalho pelo fim do casamento/união de facto, a tristeza foi o sentimento dominante embora tenham aceite a decisão tomada. Os sogros das pessoas femininas inquiridas

acabaram também por manifestar alguma reserva na continuidade do relacionamento até então existente com as noras.

A principal duração da vida conjugal situou-se entre os 5 os 9 anos, tendo o casal em média 1 a 2 filhos. Estes números reflectem igualmente as estatísticas do País neste domínio.

Na questão relativa à *Guarda das Crianças* o processo foi nitidamente favorável ao elemento feminino, embora existam casos de ‘Guarda Conjunta’. No geral, foram medidas que agradaram a todos os intervenientes. No caso dos sujeitos masculinos que têm direito a visita, as actividades de lazer, passeios e almoçar/jantar fora são as situações mais frequentes, levando a supor que não existe perda de contacto com os filhos depois da dissolução do vínculo conjugal.

Quanto aos sujeitos vivendo em *união de facto*, os inquiridos masculinos e femininos encontram também no ambiente escolar o principal campo de conhecimento do actual parceiro, numa situação a que não é alheia a idade jovem para início da sua vida em casal.

O tempo de namoro situou-se preferencialmente no bloco com mais de 3 anos, factor que deve ser relacionado, em muitos casos, com a frequência de estudos académicos. Por outro lado, nota-se que é entre a população feminina inquirida que se verifica o tempo mais longo de duração do namoro. Esse dado pode estar relacionado com a idade existente no seu início, sem esquecer o ambiente escolar onde muitas vezes esse namoro teve lugar. Por outro lado, visto começarem mais cedo a sua vida em casal em comparação com o elemento masculino pode também existir algum critério pessoal em iniciar a conjugalidade por uma *união de facto* e não pela via tradicional do matrimónio.

Feita a decisão, não surpreende que seja sobretudo o elemento feminino inquirido a manifestar mais certezas pelo início da sua relação conjugal neste modelo familiar. Daí também as expectativas no início da vida em casal incluírem o desejo de ser feliz e construir uma família.

Em relação ao tempo de vida em comum, o maior índice registado envolve 1-4 anos, facto que devemos relacionar com a média de idades dos inquiridos. Devemos também salientar a existência de casais com 10 a 14 anos de duração da sua conjugalidade, algo que sobressai em termos de longevidade da relação. Aspecto importante foi verificar que a generalidade dos sujeitos inquiridos que iniciaram a sua

conjugalidade através da *União de Facto* apresentam casos residuais de anteriores experiências de coabitação. Nesta última situação as experiências conjugais duraram pouco tempo.

Nos sujeitos em situação de *união de facto com anterior vida conjugal* (casamento ou coabitação), a formação da primeira conjugalidade revela novamente o elemento escolar como factor principal de conhecimento do parceiro amoroso, seguido pelas apresentações através de amigos e familiares. Este aspecto relaciona-se também com o grau de escolaridade de muitos dos inquiridos, existindo um número elevado de detentores de ensino superior e de ensino secundário ligados a profissões na área do ensino, funcionalismo e serviços administrativos. Portanto, também aqui uma homogamia social e profissional acaba por ser evidente.

Na generalidade, o tempo de namoro foi superior a três anos, sendo o casamento realizado entre 25-29 anos no caso dos sujeitos masculinos e 20-24 anos, no caso das inquiridas femininas. Portanto, são faixas etárias que correspondem às idades médias de casamento registadas no País. O mesmo pode ser dito em relação à principal duração do casamento (entre 5 e 9 anos) e também no número de filhos nascidos na vida em casal – um.

As expectativas quanto à primeira conjugalidade envolveram algum receio, justificado com o facto do começo da vida em casal ser uma carta fechada, não se sabendo se vai resultar ou mesmo se foi encontrada a pessoa ideal. No entanto, também foi possível encontrar sujeitos que estavam convictos e seguros do passo que iam dar. Neste propósito, a via civil foi a opção mais escolhida para oficializar o casamento, embora no conjunto dos inquiridos a celebração religiosa católica tenha tido maior representatividade.

Quanto à vida e rotina doméstica, os sujeitos masculinos salientaram que ela era geralmente partilhada, enquanto as actividades de lazer e os fins-de-semana eram realizados desde que existisse tempo e disposição para o fazer. O mesmo se passava em relação às visitas a amigos e familiares. Sobre a vida sexual, a generalidade dos inquiridos masculinos considerou-a normal, tendo em conta a vida activa dos membros do casal. Em termos de conflitos e discussões salientaram que eram existentes, sobretudo para o final da relação conjugal.

Na vertente feminina, a vida doméstica foi considerada rotineira e sem variedade, com uma grande parte do trabalho doméstico a ser realizado pela mulher. As actividades

de lazer ou os fins-de-semana estavam muitas vezes dependentes do tempo que o casal tinha disponível, limitando-se muitas vezes a idas ao cinema e a espectáculos públicos. As visitas a amigos e familiares aconteciam também de modo natural, especialmente aos pais dos inquiridos. A vida sexual foi considerada normal, embora algumas inquiridas salientassem que se foi degradando à medida que se dava o afastamento entre os cônjuges. As discussões e os conflitos conjugais também eram frequentes em muitos casos registados.

Nesta base, foi a mulher quem tomou mais vezes a iniciativa do divórcio/fim da união de facto. As justificações para essa dissolução conjugal envolveram, do lado masculino, o cansaço/desgaste na vida em casal e terem encontrado outra mulher com quem passaram depois a viver. Do lado feminino, as justificações apresentadas tiveram em conta a infidelidade do marido, jogo e dívidas, falta de diálogo e de carinho na relação conjugal. A via consensual foi depois o fundamento jurídico mais utilizado para a dissolução do vínculo conjugal.

Em termos de motivos pessoais avançados para explicar o fim da vida em casal, encontramos entre os sujeitos masculinos factores como o ‘fim do amor’, a ‘falta de empenho e de responsabilidade na vida familiar’ e também a ‘vida profissional’. No lado feminino, o ‘fim do amor na relação conjugal’ foi também muito citado, para além da ‘falta de empenho na vida familiar’ e a ‘falta de lealdade e fidelidade no vínculo conjugal’.

Quanto ao efeito causado nos pais e sogros com o fim da primeira conjugalidade, a tristeza pelo facto, mas também a sua aceitação foi o elemento marcante. No entanto, o relacionamento até então existente com os sogros foi muito afectado, situação que atingiu mais a população feminina inquirida. Foi também significativo observar entre os pais dos envolvidos algum desagrado pela dissolução do vínculo conjugal pois entendiam que o casamento era para se levar até ao fim. Claramente, o modelo familiar em que foram educados está desajustado em face da actual independência dos membros do casal.

A *Guarda das Crianças* ficou a cargo da mãe, na generalidade das situações, muito embora seja possível encontrar casos de ‘Guarda Conjunta’, mas onde a criança vive mais tempo com a progenitora. Globalmente, os pais envolvidos ficaram satisfeitos com a decisão encontrada para o caso. Nas situações em que o pai ficou com o direito de visita, o relacionamento com os filhos é feito através de visitas a familiares ou

assistindo a espectáculos desportivos. Portanto, existe um contacto regular com os filhos, mesmo que tenham ficado a cargo da progenitora.

No caso dos sujeitos em situação de *recomposição familiar* (segundo casamento), a escolha do parceiro amoroso foi realizada através de ‘amigos comuns’, sendo de notar que muitos desses amigos podem também ser colegas de escola tendo em atenção o ambiente escolar na escolha do parceiro na primeira conjugalidade. A duração média do namoro nesta fase da sua vida envolveu 1 a 3 anos, embora no caso dos sujeitos masculinos o principal índice absoluto tenha sido um namoro com menos de 1 ano de duração.

Verificou-se ainda alguma hesitação no momento da primeira constituição familiar se tivermos em conta o somatório absoluto da questão. No entanto, foi possível encontrar também uma plena convicção no passo a dar envolvendo o início da vida em casal em relação aos restantes inquiridos. A ideia de ser feliz, construir uma família e ter uma vida conjugal estável ganhou claramente vantagem nas opiniões expressas pelos dois géneros.

Quanto à idade na primeira conjugalidade, a faixa etária com maior índice numérico envolve os 20 – 24 anos de idade, embora no somatório absoluto a população feminina inquirida apresente uma idade mais jovem. Em termos de duração da união conjugal, os blocos principais situam-se entre os 1-4 anos e 5 – 9 anos de duração de união conjugal.

Os elementos recolhidos apontam para a existência de um filho nascido até ao fim da união conjugal, seguidos pelos casais divorciados sem filhos. Neste último caso, não esqueçamos que alguns dos inquiridos tiveram uma conjugalidade que durou entre 1 e 4 anos, tempo onde provavelmente não aconteceu nenhum nascimento.

No campo das habilitações, podemos concluir pela existência de uma escolaridade média – baixa, com maior expressão em detentores do 2º Ciclo, embora existam inquiridos com registo de ensino superior. Em geral, a actividade económica exercida pelos anteriores companheiros masculinos envolvia sobretudo a área de Serviços, Comércio e Produção, enquanto no lado das anteriores companheiras dos sujeitos masculinos encontramos actividades laborais na área do Funcionalismo e dos Serviços (administrativos e comerciais).

A via *Civil* na oficialização do casamento obteve o maior número de escolhas, embora mereça igualmente destaque a opção religiosa católica na realização do matrimónio, sendo mais assumida sobretudo pela população feminina. Uma vez mais,

as situações ligadas ao ritual ou à tradição familiar justificam esta última escolha. Na opção pelo Regime de Bens, a esmagadora maioria dos sujeitos inquiridos preferiu o de Bens Adquiridos.

Em termos de rotinas diárias e vida doméstica durante a primeira conjugalidade, os sujeitos masculinos salientaram que ajudavam quando podiam e admitiam que havia mais desgaste para a mulher. As actividades de lazer eram sobretudo realizadas nos fins-de-semana, envolvendo passeios, cinema ou concertos e no Verão ida à praia ou ao campo. As visitas a amigos e familiares faziam-se quando havia tempo disponível ou possibilidade para as fazer. Normalmente, visitavam mais os familiares e menos os amigos. A vida sexual foi considerada razoável e os conflitos eram admitidos na sua vida em casal, justificando-os com divergências fortes em assuntos conjugais, diferenças educativas/culturais e organização doméstica.

A população feminina, por seu lado, salientou que a vida e rotina doméstica eram quase sempre da sua responsabilidade, sendo poucas as tarefas partilhadas com o marido. Por vezes, as dificuldades eram acrescidas devido à sua ausência por motivos profissionais. Consideraram a vida doméstica entediante, rotineira e chata, existindo por vezes falta de diálogo ou com muitas agressões verbais. Algumas inquiridas, porém, salientaram que a sua vida e rotina doméstica eram perfeitamente normais. As actividades de lazer existiam, normalmente nos fins-de-semana ou quando havia tempo disponível. Normalmente visitavam os pais. A vida sexual foi bem referida, indo desde o relacionamento obrigatório e sem qualquer tipo de afectividade, complicada e frustrante, insatisfatória e por vezes desagradável, até ao nível razoável. Os conflitos eram muitos, por vezes devido à influência dos pais do marido ou então devido à sua mudança de personalidade.

A iniciativa da dissolução do casamento por divórcio acabou por ser maioritariamente feminina, embora se deva ter em atenção uma parte importante de inquiridos masculinos que tomaram igualmente essa decisão. As justificações destes últimos envolveram a insatisfação progressiva com a esposa, especialmente pelas divergências sobre a vida familiar existente ou então a esposa alegou estar farta do casamento que tinha. Na vertente feminina, as fundamentações envolveram sobretudo a infidelidade e ausência física/financeira do marido, “incompatibilidade de feitios, falta de diálogo, agressões físicas e verbais do marido e por violência física e psicológica, para além de um desencontro entre ideias e valores conjugais.

A base jurídica para a dissolução conjugal envolveu o Mútuo Consentimento na grande maioria dos casos, embora existissem situações de carácter litigioso. Decretado o fim da vida em casal, foi possível observar que o motivo pessoal mais invocado pelos sujeitos inquiridos (masculinos e femininos), envolveu a ‘incompatibilidade nas personalidades do casal’, seguido pela ‘falta de lealdade e de fidelidade na relação conjugal’. Em termos de ‘género’, assume realce a justificação masculina de finalizar a conjugalidade com base na ‘vida profissional’, enquanto a população feminina inquirida referiu acentuadamente as ‘mudanças de comportamento do cônjuge’ e a ‘falta de atenção, carinho e por vezes indiferença’ para a dissolução da vida em casal.

O fim do vínculo conjugal foi sentido com tristeza pelos pais e sogros, embora estes tenham compreendido e aceitado a decisão. Esse sentimento foi mais visível entre os pais dos sujeitos masculinos, enquanto a população feminina referiu a quebra no relacionamento até então existente com os sogros. Também os amigos/colegas de trabalho sentiram tristeza pelo fim da vida em casal dos sujeitos em estudo. Entre os familiares, alguns acharam não existir motivos suficientes para o fim do relacionamento conjugal.

A opção da guarda da criança pela mãe obteve os índices absolutos mais elevados registados, sendo residuais as restantes escolhas em análise. Mesmo assim, essa situação foi do agrado de todos os envolvidos, justificando que essa opção era a melhor para a vida da criança. Neste campo e não tendo ficado com a guarda das crianças a seu cargo, os sujeitos masculinos inquiridos salientaram que nos dias da visita ao filho vão almoçar ou jantar fora numa medida de atenção e interesse, mas também fazem visitas aos seus familiares, normalmente os avós, ou então participando em várias actividades de lazer. Portanto, existe contacto regular com os seus filhos.

No modelo familiar ligado ao **casamento**, foi visível a importância dos amigos para encontrar um parceiro conjugal, especialmente pelo valor das referências dadas em relação aos sujeitos envolvidos. Naturalmente, o ambiente escolar deve ser igualmente mencionado pois traduz outro momento de referência para o encontro amoroso.

Sobre o namoro, o maior índice absoluto registado envolveu 1 a 3 anos de duração. Torna-se igualmente interessante observar entre os inquiridos (masculinos e femininos) uma confiança em relação à decisão pelo casamento, pese embora existirem sujeitos que manifestaram algum receio pelo começo de vida em casal. A necessidade de um casamento *bem sucedido* não deixou de pesar na decisão quanto a iniciar a

conjugalidade. Sendo assim, não surpreendem os índices registados em relação às expectativas da vida em casal, com o desejo de ser feliz, construir uma família e ter uma relação conjugável estável.

Quanto à idade na altura do casamento podemos ver que os sujeitos masculinos são maioritários entre os 25 – 29 anos, enquanto as pessoas femininas o são entre os 20 – 24 anos. Estes dados correspondem também à idade média do casamento para os dois géneros no país.

O maior índice absoluto registado aponta para casais com 20 e mais anos de duração do seu casamento. É possível relacionar este facto com o tempo de duração do namoro (maioritário entre 1 e 3 anos) e também com a forma de celebração do matrimónio. Embora a celebração civil seja maioritária neste modelo familiar, o conjunto das celebrações envolvendo a prática religiosa católica suscitou grande adesão entre os sujeitos em estudo com o que isso representa em termos de valores respectivos.

Em resumo, nos sujeitos envolvendo o conjunto de modelos familiares em estudo, o local mais indicado para conhecer o parceiro envolveu o ambiente escolar. Embora exista uma diversidade de situações, podemos falar na existência de um modelo de homogamia social, tal como transparece na escolaridade e na vida profissional indicada. Maioritariamente existe uma confiança em relação ao início da conjugalidade onde o desejo de ser feliz é uma constante. A vida em casal, porém, nem sempre corresponde ao que esperam Homens e Mulheres, sendo perceptível alguns ‘desencontros’ quanto às funções a desempenhar pelos dois géneros no interior do lar conjugal, tal como foi visível nas descrições já apresentadas para cada modelo em análise.

5. Apresentação e Análise dos Resultados

5.1. Situação familiar Actual/Ambiente familiar/Identidade Pessoal.

Em relação à categoria envolvendo a **Situação familiar actual/ambiente familiar/identidade pessoal (Área III)**, os sujeitos inquiridos são estudados tendo em conta os aspectos ligados à vida conjugal actual e respectivo ambiente doméstico.

A investigação envolve também o estudo de várias situações que caracterizam a área em estudo: sentimentos em relação ao cônjuge, vida em casal, vida profissional e ambiente familiar, satisfação pela organização da vida doméstica, tarefas domésticas, presença de filhos ou de enteados na vida familiar, integração no modelo familiar, intervenção na educação dos enteados e relacionamento /avaliação entre Padrasto/Madrasta/Enteados.

Vejamos os resultados apurados na investigação.

5.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.

QUADRO XXIV – TEMPO DECORRIDO DE DIVÓRCIO/EXPECTATIVAS FACE A NOVA CONJUGALIDADE/SENTIMENTO PELA ACTUAL SITUAÇÃO FAMILIAR

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total													
DIVÓRCIO – TEMPO JÁ DECORRIDO																
1 – 3 anos	6	2	8													8
4-6 anos	3	2	5													5
7 – 9 anos	1	3	4													4
10 ou mais anos	0	3	3													3
EXPECTATIVA FACE A NOVA CONJUGALIDADE	Homem	Mulher	Total													
Sim – União de Facto	4	5	9													9
Não	3	3	6													6
Sim - Casamento	3	2	5													5

SENTIMENTO PELA ACTUAL SITUAÇÃO FAMILIAR	Homem	Mulher	Total												
Foi o melhor que podia fazer para a minha vida e para a dos meus filhos.	5	2	7												7
Se voltasse atrás voltaria exactamente a tomar a mesma decisão.	3	3	6												6
Existem mais dificuldades, sobretudo económicas, mas feito o balanço, ganhei mais do que perdi em ter acabado a minha relação conjugal.	1	4	5												5
Solidão e desilusão, mas vivo para os meus filhos.	1	0	1												1
Tive pena da decisão tomada, mas agora existem menos dificuldades, sobretudo económicas.	0	1	1												1

ANÁLISE DE CONTEÚDO 4

EXPECTATIVAS QUANTO A UMA NOVA CONJUGALIDADE – Famílias Monoparentais –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	
. NÃO A UMA NOVA CONJUGALIDADE	Justificações apresentadas: Masculinas	Justificações apresentadas: Femininas
	INDICADORES	
	A única resposta masculina salientou que estava satisfeito com a actual situação de solteiro.	As três respostas femininas salientaram que desejavam o actual estado de solteiras por terem ‘receio e falta de confiança nos homens’; por ‘não desejarem assumir outro compromisso conjugal’ e também porque ‘as relações entre as pessoas, sem grandes compromissos, são mais estáveis e duradouras’.
. SIM A UMA NOVA CONJUGALIDADE.	– Opção pela UNIÃO DE FACTO –	
	SUBCATEGORIAS	
	Justificações apresentadas: Masculinas	Justificações apresentadas: Femininas
	INDICADORES	
	Salienta-se o sentimento pessoal de quem está a tomar uma posição correcta neste assunto e também o facto de um casamento já ter sido suficiente.	As justificações para esta opção apontam para uma maior ‘liberdade de movimentos’ ou para evitar problemas, ou a ‘morosidade e burocracia de um divórcio’. Saliente-se também o facto de não sentirem a necessidade de um ‘casamento formal ou institucional’, não sendo um papel que deve vincular o amor conjugal.
	– Opção pelo CASAMENTO –	
	SUBCATEGORIAS	
	Justificações apresentadas: Masculinas	Justificações apresentadas: Femininas
	INDICADORES	
	A opção pelo casamento é justificada pela oportunidade de voltar a ter uma ‘relação estável’ e pelo ‘respeito à família’. Outras justificações apontam para ser esse o passo correcto a tomar e porque outros na família também assim procederam.	O casamento é escolhido, seja por uma questão de princípios morais e religiosos ou então pela estabilidade emocional que proporciona.

QUADRO XXV – INTEGRAÇÃO NO ACTUAL MODELO FAMILIAR

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
INTEGRAÇÃO ACTUAL DO CASAL																
Não, tem sido absolutamente normal, como se estivesse casado(a).				8	7	15	8	5	13	7	5	12				40
Por vezes tudo parece correr bem, mas em certos momentos torna-se difícil.				2	3	5	1	5	6	3	4	7				18
Difícil pois o actual marido manteve certos hábitos de solteiro ...				0	0	0	0	0	0	0	1	1				1
Um pouco difícil dada a personalidade dos membros do casal.				0	0	0	1	0	1	0	0	0				1
Sim, tem sido difícil.				0	0	0	0	0	0	0	0	0				0
TOTAL	0			20			20			20			0			60

QUADRO XXVI – MEMÓRIA DA ANTERIOR RELAÇÃO CONJUGAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
MEMÓRIA DA ANTERIOR VIDA CONJUGAL	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Em certas alturas está presente, mas já é passado e não faço comparações com a vida conjugal actual.							4	7	11	5	3	7				18
Não. Quero esquecer a relação conjugal anterior e não faço comparações com a vida familiar actual.							4	2	6	4	3	7				13
Sim, ainda está presente especialmente pelos filhos nascidos na anterior vida conjugal.							2	0	2	1	3	4				6
A memória do passado conjugal ainda se mantém, pois as experiências vividas ficaram gravadas. Por vezes faço comparações entre o que vivi antes e o que estou a viver agora.							0	1	1	0	1	1				2
Não. Na altura os filhos eram pequenos e nunca se falou da anterior relação conjugal. Não era necessário.							0	0	0	0	1	1				1
TOTAL	0			0			20			20			0			40

QUADRO XXVII – INTEGRAÇÃO DOS ENTEADOS NA NOVA FAMÍLIA

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
INTEGRAÇÃO DOS ENTEADOS																
Não. Aceitaram bem a nova família assim constituída e damo-nos todos bem.							2	4	6	2	6	8				14
De início foi difícil, mas com o tempo integraram-se bem neste novo relacionamento familiar.							3	0	3	2	1	3				6
Sim, os filhos do companheiro ainda manifestam reservas em relação à nova família.							0	1	1	0	0	0				1
No início foi mais fácil. Agora que estão mais velhos, está tudo complicado.							0	1	1	0	0	0				1
Parece que aceitam bem, embora por vezes se sinta um ambiente 'pesado'.							0	1	1	0	0	0				1
Não se Aplica/Sem enteados.							5	3	8	6	3	9				17
TOTAL	0			0			20			20			0			40

QUADRO XXVIII – INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO DOS ENTEADOS PELO PADRASTO/MADRASTA

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO DOS ENTEADOS																
Sim, em concordância com o cônjuge biológico.							5	0	5	4	3	7				12
Sem dúvida que sim, pois assumi a responsabilidade de cuidar deles.							0	0	0	0	1	1				1
Não, pois não são os meus filhos. O cônjuge biológico é que deverá fazê-lo.							0	1	1	0	0	0				1
Penso que devo intervir como Madrasta, embora me sejam colocados limites ao meu papel pela mãe biológica.							0	1	1	0	0	0				1
Não, pois já são jovens adultos. Posso ouvi-los se me procurarem, mas nunca intervir.							0	1	1	0	3	3				4
Assumo as minhas responsabilidades, depois de ter conversado com os pais biológicos.							0	4	4	0	0	0				4
Não se Aplica/Sem enteados.							5	3	8	6	3	9				17
TOTAL	0			0			20			20			0			40

QUADRO XXIX – RELACIONAMENTO ENTRE PADRASTO/MADRASTA E ENTEADOS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
RELACIONAMENTO PADRASTO/MADRASTA E ENTEADO	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Muito Bom							3	2	5	2	5	7				12
Normal							1	2	3	2	1	3				6
Bom							1	2	3	0	1	1				4
Por vezes é difícil							0	1	1	0	0	0				1
Não se Aplica/Sem enteados							5	3	8	6	3	9				17
TOTAL	0			0			20			20			0			40

QUADRO XXX – AVALIAÇÃO PELO PADRASTO/MADRASTA PELOS ENTEADOS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
AVALIAÇÃO DO PADRASTO/MADRASTA	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
É uma pessoa aparentada							2	3	5	2	1	3				8
É um(a) amigo/amiga							0	1	1	0	4	4				5
É um segundo pai							3	0	3	2	0	2				5
É uma segunda mãe							0	1	1	0	2	2				3
Alguém a quem não se sentem ligados							0	2	2	0	0	0				2
Não se Aplica/Sem enteados							5	3	8	6	3	9				17
TOTAL	0			0			20			20			0			40

QUADRO XXXI – SENTIMENTO PELO CÔNJUGE NA ACTUAL RELAÇÃO FAMILIAR

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
SENTIMENTO ACTUAL PELO CÔNJUGE																
O sentimento é mais forte e mais estável, actualmente.				6	5	11	5	6	11	5	3	8	6	5	11	41
Nada mudou desde altura do namoro.				2	1	3	3	3	6	2	3	5	1	1	2	16
Tem vindo progressivamente a mudar, especialmente pela falta de companheirismo e atenção, por vezes indiferença.				0	2	2	1	1	2	2	2	4	1	2	3	11
O sentimento mudou, devido sobretudo a alterações de comportamento do cônjuge.				2	1	3	1	0	1	1	2	3	1	2	3	10
O sentimento não mudou. No entanto, por vezes enfraquece devido a não haver partilha de alguns bens materiais.				0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
O sentimento mantém-se, embora em várias circunstâncias tenha mudado, quer individualmente, quer como casal.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
TOTAL	0			20			20			20			20			80

QUADRO XXXII – ASPECTOS DA VIDA CONJUGAL MAIS ABORRECIDOS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
ASPECTOS ABORRECIDOS																
Estar muito tempo ligado às actividades profissionais.				5	1	6	7	1	8	6	3	9	5	4	9	32
A falta de tempo para estar junto do/a companheiro/a.				2	3	5	3	3	6	4	2	6	1	2	3	20
A individualidade do companheiro na relação conjugal, devido a questões ligadas à sua personalidade.				1	3	4	0	3	3	0	4	4	3	2	5	16
Estar muito tempo ligado às actividades domésticas.				2	3	5	0	3	3	0	1	1	0	1	1	10
Viver próximo da casa dos pais.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Indiferença do cônjuge em relação aos meus objectivos pessoais.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
TOTAL	0			20			20			20			20			80

QUADRO XXXIII – IMPACTO DA VIDA PROFISSIONAL NO ESTADO DA COABITAÇÃO/CASAMENTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
VIDA PROFISSIONAL E COABITAÇÃO/CASAMENTO																
Em nada tem afectado, pois tem existido conciliação nas actividades profissionais dos cônjuges.				1	3	4	4	6	10	3	3	6	3	3	6	26
Afecta a nível de stress diário e falta de paciência para com os membros da família.				2	0	2	2	3	5	2	5	7	2	4	6	20
Tem afectado sobretudo no tempo dispensado à vida familiar, que é pouco.				5	4	9	3	0	3	1	1	2	3	1	4	18
A vida profissional é intensa e mesmo com grande cansaço dos cônjuges, a relação continua estável e forte a nível afectivo.				2	1	3	1	0	1	4	1	5	2	2	4	13
A actividade profissional não é bem remunerada e por vezes causa problemas a nível de contas a pagar, gerando mau estar entre o casal.				0	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL	0			20			20			20			20			80

QUADRO XXXIV – O MARIDO E AS TAREFAS DOMÉSTICAS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
O MARIDO E A VIDA DOMÉSTICA																
Sim, em qualquer momento desde que esteja em casa.				10	----	10	8	-----	8	6	----	6	7	----	7	31
Nem sempre, mas ajudo quando me pedem.				0	----	0	2	----	2	4	----	4	1	----	1	7
Podia ajudar mais, mas já venho muito cansado da minha actividade profissional.				0	----	0	0	-----	0	0	----	0	2	----	2	2
Sim, especialmente quando estou de folga.				0	----	0	0	-----	0	0	----	0	0	----	0	0
Não, o trabalho doméstico é para as mulheres fazerem.				0	----	0	0	-----	0	0	----	0	0	----	0	0
TOTAL	0			10			10			10			10			40

**QUADRO XXXV – A MULHER E EVENTUAIS DEPRESSÕES/DESCONSIDERAÇÕES POR CUIDAR
PREFERENCIALMENTE DOS FILHOS**

Modelos Familiare	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
A MULHER E AS DEPRESSÕES																
Não, pois consegui conciliar a vida laboral com a vida doméstica com o apoio do companheiro.				---	4	4	---	3	3	---	4	4	---	5	5	16
Em certas alturas foi difícil, especialmente pela ausência do companheiro envolvido na vida profissional.				---	3	3	---	5	5	---	4	4	---	4	4	16
Não, pois envolvi-me totalmente no crescimento dos filhos mesmo estando em casa.				---	0	0	---	1	1	---	0	0	---	1	1	2
Sim, foi difícil pois não tive qualquer ajuda do companheiro nesse aspecto. Provocou mesmo insatisfação.				---	0	0	---	0	0	---	2	2	---	0	0	2
Não, pois sempre fiz questão de cuidar dos filhos, sem deixar que outros intervissem.				---	0	0	---	1	1	---	0	0	---	0	0	1
Sem Filhos.				---	3	3	---	0	0	---	0	0	---	0	0	3
TOTAL	0			10			10			10			10			40

QUADRO XXXVI – GRAU DE SATISFAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO EXISTENTE NO LAR

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
SATISFAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO DO LAR	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Sim, pois está tudo organizado em benefício da estabilidade e da vida em família.				3	6	9	5	3	8	5	6	11	5	3	8	36
Podia estar mais organizada, mas está bem assim.				7	2	9	5	5	10	5	2	7	4	4	8	34
Nem sempre, pois falta muitas vezes a ajuda do cônjuge nas actividades domésticas.				0	2	2	0	2	2	0	0	0	0	1	1	5
Não, existe muito para melhorar em termos de organização familiar.				0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	2	3
Está totalmente desorganizada e é desmoralizante.				0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	2
TOTAL	0			20			20			20			20			80

SÍNTESE DESCRITIVA

No âmbito das **famílias monoparentais/unipessoais**, os sujeitos masculinos apresentam um tempo de separação conjugal mais curto em comparação com o género feminino. Em conjunto, apresentam boas expectativas quanto à eventualidade de terem um novo relacionamento conjugal. Neste caso, a nova relação passa mais pela *União de Facto* e menos pelo *Casamento*. As justificações na área masculina apontam sobretudo para uma vida em casal sem um grau excessivo de compromisso, enquanto a vertente feminina prefere a maior liberdade de movimento, não só para evitar a morosidade e burocracia de um divórcio, mas também por não sentirem a necessidade de um casamento formal ou institucional na sua vida conjugal.

Os inquiridos que optaram pelo casamento fizeram-no tendo em atenção o aspecto formal/tradicional que o mesmo envolve, sobretudo pelo respeito à família ou então por uma questão de princípios morais e religiosos.

Finalmente e tendo em atenção a actual situação familiar, os inquiridos assumiram claramente que o fim da anterior vida em casal foi o melhor que poderiam ter feito, pese embora alguns terem assumido a existência de dificuldades económicas, especialmente na vertente feminina.

Em relação aos sujeitos que vivem em **união de facto**, podemos dizer que a sua opção de vida conjugal foi entendida como natural, condição que surge também associado à ideia de um sentimento forte e estável em relação ao cônjuge respectivo. Quanto aos aspectos considerados mais ‘aborrecidos’ na vida em casal, os sujeitos masculinos escolheram sobretudo as actividades profissionais, enquanto na vertente feminina as actividades domésticas e a personalidade do cônjuge foram os factores mais referidos. Falando sobre o impacto causado na vida familiar pelas actividades profissionais exercidas pelos cônjuges foi destacado sobretudo o pouco tempo dispensado à vida familiar, factor que é agravado pela presença de filhos na relação conjugal.

Neste campo, as tarefas domésticas passaram a ser maiores, ao mesmo tempo que diminuiu a sua disponibilidade para as saídas e lazer ou o contacto com amigos e familiares. Sendo casais jovens com filhos de tenra idade, estes factores são importantes na vida familiar, aspecto comprovado com o pouco tempo disponível para fazer o que

mais desejavam. Nesta área foi sobretudo a população feminina quem mais referiu este factor. De algum modo, esse ponto ajuda a explicar as dificuldades sentidas pelas pessoas femininas inquiridas em relação a terem cuidado preferencialmente dos filhos.

Por último, o grau de satisfação pela organização existente no lar, de um modo geral, é considerado satisfatório pelos sujeitos inquiridos. No entanto, a vertente masculina considera que podia estar mais organizado ao contrário das inquiridas femininas que consideram estar tudo organizado em benefício da família.

Quanto aos inquiridos vivendo em **União de Facto com anterior vida conjugal**, entre os factores que permitiram conhecer e coabitar com o actual companheiro encontramos o local de trabalho com maior índice de referências, mas também devemos realçar os amigos comuns como elemento importante para esse objectivo. Tendo passado por uma anterior conjugalidade, são pessoas que assumem com naturalidade a nova opção como modelo de família, tendo já vários anos de vida em comum. Como assumem a nova vida familiar evitam fazer comparações com a conjugalidade anterior e manifestam a continuidade de um sentimento afectivo pelo actual companheiro.

Existindo enteados, a sua integração neste modelo familiar foi também realizada de modo natural, especialmente porque ainda estão numa idade relativamente juvenil. A intervenção na sua educação pelo padrasto ou madrasta é feita em concordância com o cônjuge biológico.

Na opção por este modelo familiar, os sujeitos em estudo fizeram prevalecer a sua escolha pessoal embora alguns dos inquiridos, sobretudo a vertente feminina, tivessem manifestado hesitações quanto à decisão em recomeçar a vida conjugal com base na *União de Facto*, especialmente pela reacção dos filhos.

Em geral, a presença de filhos (oriundos da anterior conjugalidade ou nascidos já na nova família) traduziu-se por um aumento das tarefas domésticas, embora o contacto com os amigos ou familiares e as saídas em actividades de lazer não tenham sido muito afectados. Naturalmente, muitos desses filhos já terão autonomia suficiente e não constituirão um entrave à mobilidade dos padrastos ou madrastas.

Entre os aspectos considerados ‘aborrecidos’ para a vida no lar, a vida profissional acabou por ser a mais referenciada entre os sujeitos masculinos, enquanto na área feminina foram sobretudo salientadas as actividades domésticas e a personalidade do companheiro.

A generalidade dos inquiridos salientou ainda que o impacto da vida profissional no estado da coabitação acabou por exercer pouca influência devido sobretudo à conciliação das actividades profissionais dos cônjuges em benefício da família. Mesmo assim e quando entra em análise a ocupação preferencial da mulher em relação ao cuidado com os filhos, uma parte importante delas reconheceu que certos momentos foram difíceis devido à ausência do cônjuge envolvido na sua vida laboral. Mesmo assim, outras inquiridas assumiram o desafio de cuidar dos seus filhos, integrando essas actividades nas suas responsabilidades como mães. Em termos de organização do lar, salientaram a boa organização em benefício da família.

No campo dos sujeitos em **recomposição familiar** (segundo casamento), podemos observar que a sua integração na nova família tem sido feita de modo natural, embora alguns deles tivessem apontado a existência de certos momentos considerados difíceis.

De modo geral, a memória da anterior conjugalidade é vista como página do passado, embora seja lembrada devido à existência dos filhos nascidos. Mesmo assim, a presença de filhos do anterior relacionamento acabou por não interferir na decisão pessoal quanto a uma nova experiência marital, pese embora algumas hesitações manifestadas nesse sentido. Neste campo, a integração dos enteados na nova família foi encarada com naturalidade, sendo também este o aspecto a reter em termos da sua educação pelo padrasto ou madrasta. Entre todos, o relacionamento foi considerado muito satisfatório. Nesta base, a vida familiar actual foi considerada estável e o relacionamento afectivo continua a merecer a mesma atenção já existente durante o namoro. No entanto, em certos casos foi possível notar alguma insatisfação pela relação conjugal do momento.

Na questão da presença de filhos na nova família as opções são praticamente idênticas às verificadas nos sujeitos em coabitação, o mesmo podendo ser dito em relação aos factores que mais aborrecem a vida conjugal actual dos inquiridos. Assim, na vertente masculina encontramos sobretudo a vida profissional, enquanto no campo feminino o factor que mais as aborrece envolve a individualidade do companheiro, mesmo que não ponham em causa a continuidade da vida familiar. Na relação entre a vida profissional e o impacto causado no estado da vida familiar, destacou-se o stress diário e a consequente falta de paciência para com os membros da família.

Quanto às expectativas femininas por cuidarem preferencialmente dos filhos, notou-se também aqui a existência de maior esforço em termos de trabalho e atenção para com os filhos dada a ausência do companheiro envolvido na sua vida profissional. Em termos de conjunto as opiniões nesse sentido foram maioritárias. Em geral, o grau de satisfação pela organização do lar foi considerado bom, pese embora algumas opiniões em sentido contrário.

Finalmente, entre os sujeitos **casados** (Registo Civil ou Igreja) e comparando os dados recolhidos, podemos ver que o sentimento pelo cônjuge na actual relação em casal pode ser considerado estável ou mesmo ter saído reforçado com o vínculo conjugal. A presença ou o nascimento de filhos na actual vida familiar, tal como nos casos anteriores, traduziu-se numa maior ocupação de tarefas domésticas, sobretudo feminina, embora tenham permanecido iguais os contactos com amigos ou familiares, o lazer e a imagem pessoal. Naturalmente, o tempo para si próprio diminuiu, especialmente na vertente feminina.

Os aspectos considerados mais aborrecidos na vida conjugal incidem sobretudo no tempo dispendido em actividades profissionais, numa situação que envolve os dois géneros. Este facto acaba por ter influência no estado da coabitação, sobretudo a nível de stress e falta de paciência para com os membros da família.

O tempo e a atenção dedicados aos filhos nascidos na actual relação conjugal também acabaram por causar algum cansaço na parte feminina, embora no conjunto dos casos analisados, a maioria das mulheres tenham salientado que superaram o problema com a ajuda do seu marido. Estes, também manifestam que contribuíram para ajudar nas tarefas domésticas (embora tenhamos de pensar sobre aquilo que é considerado trabalho no lar para a mulher, pois nem sempre as duas opiniões coincidem). No geral, os sujeitos masculinos e femininos conferem uma boa avaliação à organização do seu lar conjugal, embora com alguns casos residuais apontando em sentido contrário.

6. Apresentação e Análise dos Resultados

6.1. Apoio/Proximidade parental.

Nesta categoria – **Apoio/Proximidade Parental (Área IV)** – desejamos avaliar o impacto das opções individuais em termos de vida ou dissolução da vida conjugal no âmbito da rede de parentesco. Em consequência, pretendemos também obter informações relacionadas com o Apoio Familiar envolvendo os sujeitos inquiridos nas situações normais do seu quotidiano.

Neste sentido, foram alvo de análise descritiva as situações relacionadas com os contactos existentes em relação à parentalidade directa (pais, tios, primos...) e respectivo apoio nas situações que envolveram o divórcio/fim da união conjugal dos inquiridos.

Tomámos ainda em consideração as referências ao relacionamento afectivo existente entre os pais e os sogros dos inquiridos, procurando saber em que medida exerceram alguma influência no normal desenrolar da sua vida conjugal.

Finalmente, analisámos o valor atribuído à educação recebida dos progenitores na sua própria vida conjugal, sem esquecer os casos de divórcio ou separação conjugal ocorridos na família parental.

Tendo em atenção os aspectos referidos, vejamos os dados recolhidos nesta investigação.

6.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.

QUADRO XXXVII – CONTACTOS FAMILIARES

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
CONTACTOS FAMILIARES APÓS DIVÓRCIO/UNIÃO FACTO																
São pouco frequentes, dada a situação de vida de cada um de nós.	5	2	7				8	3	11	4	6	10				28
São frequentes, pois vivemos próximos uns dos outros e gostamos de estar juntos sempre que a situação se proporcione.	3	6	9				2	5	7	5	3	8				24
São muito frequentes, pois participamos nos momentos mais importantes da família.	0	2	2				0	2	2	1	1	2				6
São frequentes só com os pais. Com tios e primos são pouco frequentes pois vivem longe.	2	0	2				0	0	0	0	0	0				2

CONTACTOS FAMILIARES NO INÍCIO DA VIDA EM CASAL																
São frequentes, pois vivemos próximos uns dos outros e gostamos de estar juntos sempre que a situação se proporcione.				4	6	10							4	4	8	18
São pouco frequentes, dada a situação de vida de cada um de nós.				6	2	8							4	5	9	17
São muito frequentes, pois participamos nos momentos mais importantes da família.				0	2	2							2	1	3	5
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XXXVIII – APOIO NA FAMÍLIA

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
APOIO FAMILIAR	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Sempre nos apoiamos familiarmente e em quaisquer circunstâncias.	6	5	11	2	8	10	4	5	9	5	4	9	6	2	8	47
Só em momentos de necessidade recorremos a parentes próximos.	4	4	8	2	2	4	2	3	5	3	1	4	3	4	7	28
Bastamo-nos a nós próprios e não recorremos à ajuda de familiares próximos.	0	1	1	6	0	6	4	2	6	2	5	7	1	4	5	25
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XXXIX – RELACIONAMENTO COM PAIS E EX-SOGROS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
RELACIONAMENTO APÓS DIVÓRCIO																
Existe um bom relacionamento com os meus pais. Com os ex-sogros falamos só quando é necessário ou é indiferente a relação existente.	6	2	8													8
Existe um bom relacionamento com os meus pais. Com os ex-sogros não existe relacionamento.	3	4	7													7
Existe um bom relacionamento entre todos.	1	3	4													4
Existe um bom relacionamento com os meus pais. Os ex-sogros já faleceram.	0	1	1													1
RELACIONAMENTO AFECTIVO COM PROGENITORES																
Existe um bom relacionamento entre todos.				8	7	15	8	4	12	7	5	12	8	8	16	55
Existe um bom relacionamento com os meus pais. Com os pais do/a companheiro/a não existe relacionamento.				0	1	1	1	2	3	3	1	4	1	1	2	10
Existe um bom relacionamento com os meus pais. Com os pais do/a companheiro/a falamos só quando é necessário ou é indiferente a relação existente.				2	2	4	0	3	3	0	1	1	1	1	2	10

Com os meus pais não existe relacionamento. Com os pais do/a companheiro/a existe um bom relacionamento.				0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	2
Não se Aplica/Falecimento de progenitores.				0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	3
TOTAL	0			20			20			20			20			80

QUADRO XL – INFLUÊNCIAS DE PAIS/SOGROS NO CASAMENTO/UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
INFLUÊNCIAS FAMILIARES																
Não exerceram qualquer influência.	5	7	12	9	7	16	10	9	19	8	7	15	7	8	15	77
Exerceram alguma influência, sobretudo no cônjuge feminino.	1	0	1	1	0	1	0	0	0	2	0	2	2	0	2	6
Exerceram alguma influência, sobretudo no cônjuge masculino.	0	1	1	0	2	2	0	1	1	0	1	1	0	1	1	6
Exerceram alguma influência, sobretudo com o nascimento dos netos.	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	1	2	6
Houve tentativas.	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Houve tentativas, sobretudo a nível económico.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Exerceram influência, mas a nível positivo.	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	20			20			20			20			20			80

QUADRO XLI – FAMÍLIA PARENTAL E OCORRÊNCIA DE DIVÓRCIO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
FAMÍLIA E CASOS DE DIVÓRCIO																
Sim, existem outros casos de Divórcio/Separação conjugal na minha família parental.	8	6	14	7	7	14	7	5	12	6	5	11	6	7	13	64
Não existem casos de Divórcio ou Separação conjugal na minha família parental.	2	4	6	3	3	6	4	4	8	4	5	9	4	3	7	36
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XLII – VALOR DA EDUCAÇÃO FAMILIAR NA VIDA CONJUGAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
VALOR DA EDUCAÇÃO FAMILIAR																
Foi normal, tendo em atenção a sua experiência e o tempo da sua própria vida conjugal.	4	6	10	1	1	2	3	6	9	3	3	6	4	3	7	34
Foi muito boa e sempre constituíram uma fonte de aconselhamento e de experiência.	2	2	4	2	3	5	0	1	1	3	1	4	4	3	7	21
Não exerceram qualquer influência em termos de formação da minha própria vida conjugal.	4	0	4	0	2	2	5	1	6	3	2	5	0	3	3	20
Foi insuficiente, pois não me deram orientação relevante.	0	2	2	7	4	11	0	0	0	0	3	3	0	1	1	17
Foi boa, tendo aprendido bastante com os pais.	0	0	0	0	0	0	2	1	3	0	0	0	1	0	1	4
Foi má, não tendo dado nenhum exemplo.	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	1	0	1	4
TOTAL	20			20			20			20			20			100

SÍNTESE DESCRITIVA

Entre a população em situação *monoparental/unipessoal*, os contactos mantidos com a restante família parental podem ser considerados frequentes, mas existe também um número apreciável que salientaram serem pouco habituais esses contactos. Estamos assim perante uma dualidade de situações, facto que transparece igualmente no item referente ao apoio familiar, onde os sujeitos inquiridos mantêm o mesmo critério na resposta. Neste caso, estão em maioria os que se apoiam na sua Família directa para qualquer eventualidade, mas são igualmente significativos aqueles que só em momentos de necessidade a ela recorrem. Cruzando estes dados com a sua actividade laboral (profissões liberais ou intelectuais) e grau de escolaridade (média-alta), é possível obter alguma medida de compreensão para explicar este aspecto, sobretudo em termos de independência financeira e autonomia pessoal destes últimos.

Em relação aos progenitores, notamos que o relacionamento afectivo entre os sujeitos em análise e os seus pais mantém-se num bom nível, mas a relação com os ex-sogros já não é tão evidente. Neste caso, o elemento feminino apresenta um número considerável de situações onde esse relacionamento não existe, seja pela forma como decorreu a dissolução conjugal ou então pela entrega dos filhos à mãe, inviabilizando um maior contacto com os avós paternos.

Interessante é verificar o modo como uma parte significativa da Família Parental dos inquiridos já experimentou casos de dissolução conjugal, aspecto que releva a individualidade dos membros da família em termos de opção pela manutenção ou dissolução do seu vínculo conjugal.

Assinalamos de novo a independência dos membros do casal em termos de rejeitarem a ideia dos progenitores terem tido alguma influência na sua vida familiar, embora se verifique alguns casos onde isso terá acontecido, sobretudo na influência exercida pelos pais no cônjuge masculino ou no feminino. Finalmente, a maioria dos sujeitos referiu terem recebido uma educação normal em termos de formação da sua própria vida conjugal. É possível relacionar esse facto com uma educação familiar igualmente natural, pese embora alguns sujeitos masculinos terem respondido que os seus progenitores não tiveram grande relevância para a formação da sua própria vida em casal.

Os inquiridos vivendo em *União de Facto*, por sua vez, apresentam um índice elevado de contactos regulares com a respectiva Família Parental. Mesmo assim, existe também um número relevante, sobretudo masculinos, que mencionaram serem poucos os contactos que mantêm com os familiares. Esta situação é justificada devido aos seus próprios compromissos profissionais. Na verdade, a idade (base nos 30 – 34 anos) e também a actividade laboral desempenhada (maioritariamente ligada aos Serviços Administrativos/Funcionalismo Público e Serviços/Comércio), constituem elementos que ajudam a explicar esta posição, numa íntima associação com a sua vida activa. Este caso ajuda também a explicar o facto de serem igualmente muitos os que não recorrem a parentes próximos na sua vida pessoal ou fazem-no só em momentos de necessidade.

Temos assim sujeitos inquiridos, sobretudo masculinos, que manifestam claramente o seu desejo de independência e autonomia na sua vida em casal, justificada pelo ambiente profissional/escolar em que se movimentam, ao qual não é também alheia a sua própria opção de conjugalidade.

No conjunto, é possível encontrar um bom relacionamento com os progenitores dos sujeitos inquiridos, algo que é realçado pela ideia de terem recebido uma educação normal ou mesmo muito boa em termos de formação de valores associada à sua própria vida conjugal. Eram ainda residuais os casos em que se notava alguma influência dos progenitores na vida familiar dos seus filhos. Assinale-se porém, o elevado índice de inquiridos que salientaram ter sido insuficiente o valor da educação recebida em meio familiar, algo que pode ser tomado em consideração na opção conjugal pela coabitação. Registe-se ainda o alto nível de situações onde a dissolução conjugal foi igualmente referenciada no interior da sua própria Família Parental.

Entre os sujeitos vivendo em *União de Facto com anterior vida familiar*, os contactos com a família parental directa revelam a existência de uma ligação pouco frequente, especialmente na vertente masculina. Mesmo assim, existe um número significativo de inquiridos que responderam serem habituais esses contactos, seja pela maior proximidade de residência ou pela permanência dos vínculos familiares entre a família parental.

Este facto reflecte-se igualmente no recurso ao apoio familiar. Sendo certo que os sujeitos auscultados constituem a maioria no caso dos que recorrem à Família Parental em quaisquer circunstâncias (fazendo-o certamente pela continuidade dos laços

familiares), numa análise de conjunto das opções registadas é possível encontrar também uma margem apreciável de inquiridos que optaram por salientar a sua independência pessoal em relação aos familiares próximos.

Naturalmente, este dado deve ser equacionado tendo em atenção as características individuais da população em análise – sujeitos de meia-idade (base nos 40 – 44 anos) com vida socioprofissional definida (Profissões intelectuais/científicas, Funcionalismo Público e Serviços Administrativos) e estatuto económico médio – alto. Vivendo a nova conjugalidade em *União de Facto* e tendo em atenção as características já descritas, os progenitores acabam praticamente por não ter qualquer influência na vida em casal dos sujeitos inquiridos.

Quanto à formação da sua própria vida conjugal, salientaram terem recebido uma educação normal dos progenitores, embora deva ser referenciado o facto de muitos indivíduos, sobretudo masculinos, terem mencionado que os pais não exerceram qualquer influência em termos de formação da sua própria vida conjugal. Registe-se também o número significativo de casos envolvendo a dissolução conjugal no seio da sua Família Parental.

No campo dos sujeitos em situação de ***recomposição familiar*** notamos, em traços gerais, a existência de uma equivalência de situações em relação à frequência dos contactos mantidos com a família parental, seja na vertente de maior ou menor constância. Esse facto ajuda a explicar também a relação entre os que recorrem ao apoio familiar em caso de necessidade e os que declaram bastarem-se a si próprios, ou só recorrem a parentes em caso de necessidade. Portanto, é possível enquadrar estes sujeitos numa situação de independência e autonomia como casal, sendo relevante a resposta da vertente feminina para esse resultado. Devemos ter ainda em atenção a idade e o estatuto socioprofissional dos inquiridos para a explicação desta realidade.

De um modo geral, existe um bom relacionamento entre os progenitores e os sujeitos inquiridos sendo pouco expressivas as situações onde o relacionamento com os actuais sogros é inexistente, situação mais referida pelo elemento masculino inquirido. Foi igualmente clara a ideia dos pais dos sujeitos inquiridos não terem tido influência na actual vida familiar.

Em termos de valorização da educação recebida dos pais para a formação da sua própria vida conjugal, as situações são diversas reflectindo também diferentes modelos

de educação na idade juvenil, adolescente ou mesmo como jovens adultos. Seja como for, é possível encontrar sujeitos que receberam uma influência educativa normal, enquanto outros salientaram que os pais não exerceram qualquer influência na formação da sua própria vida familiar. Outros declararam ter sido muito boa, numa situação que se equivale numericamente aos que responderam que foi insuficiente ou mesmo má. Estes casos, naturalmente, devem ser analisados numa perspectiva de conjunto, tendo sempre presente o envolvimento educativo dos sujeitos inquiridos desde a infância, mas também no seu percurso de formação pessoal até à idade adulta.

Foi possível encontrar ainda um conjunto alargado de situações referentes à existência de casos de dissolução conjugal na família parental dos sujeitos em estudo. No entanto, notamos também a existência de muitas situações onde tal facto não foi registado.

Finalmente, entre a população *casada* encontramos nos contactos com a família parental directa uma dualidade de situações expressa por um número quase equivalente de inquiridos que revelam ter uma ligação pouco frequente com os familiares, enquanto outros admitem serem habituais esses contactos. Portanto, se é possível encontrar uma forte base de apoio familiar entre os sujeitos em estudo, encontramos igualmente uma vertente autónoma em relação a um eventual recurso à Família Parental.

Claramente demonstrada é a ideia de um bom relacionamento afectivo entre os progenitores e este grupo de inquiridos. Mesmo assim, notamos uma evidente autonomia e independência em termos de vida conjugal, expressa na forma como afastam qualquer influência na sua vida em casal em relação a pais ou sogros.

Quanto ao valor atribuído à educação recebida pelos progenitores em termos de vida conjugal própria são várias as situações verificadas entre a população em estudo, traduzindo necessariamente várias formas de educação e valores que modelaram a vida dos inquiridos. Assim, é possível encontrarmos pessoas que salientaram ter sido muito boa essa educação, enquanto outros atribuem-lhe apenas um valor regular. As situações onde a qualidade da educação recebida foi insuficiente ou mesmo má são pouco expressivas, enquanto outros salientaram que os progenitores não exerceram qualquer influência em termos de formação da sua própria vida conjugal.

A generalidade dos sujeitos em estudo apresenta também casos de dissolução conjugal na sua família parental.

7. Apresentação e Análise dos Resultados

7.1. Representações sobre o Casamento/Divórcio/Coabitação/Vida Conjugal.

Nesta categoria – **Representações sobre o Casamento/ Divórcio/ Coabitação/ Vida Conjugal (Área V)** – desejamos compreender o modo como a pluralidade de modelos familiares reflecte uma nova atitude nas representações sociais e valores ligados às estratégias individuais dos membros do casal. No seguimento, queremos sintetizar as representações sociais indicadas a nível do casamento, divórcio, coabitação e recomposição familiar. Visamos assim procurar interpretações para os fenómenos estudados através da lógica de acção dos actores envolvidos nesse processo.

Para isso, analisámos aspectos do quotidiano familiar e os eventuais impactos na vida do casal; as opiniões em relação à vida extraconjugal e o grau de importância conferido à noção de fidelidade como valor na relação marital; a concepção do casamento actual em comparação com o mesmo pensamento nas décadas anteriores e o valor atribuído às mudanças operadas no interior da família conjugal nos últimos trinta anos. Neste sentido, foram alvo de análise descritiva as opiniões manifestadas pelos sujeitos em estudo quanto ao casamento, coabitação (*união de facto*) e divórcio.

Tivemos ainda em atenção as opiniões expressas pelos inquiridos em situações relacionadas com a importância das crenças religiosas na estabilidade da vida familiar; as causas que, na sua opinião, estão por trás do crescente número de divórcios e que opções tomar em termos de manutenção do casamento ou da união de facto entre o casal com filhos, mas vivendo um relacionamento conjugal insatisfatório. Observámos ainda a importância conferida às opções laborais em termos de vida em casal, avaliando também a importância do ambiente físico e psicológico em que decorre a vida familiar.

Finalmente, analisámos o grau de satisfação pessoal das diferentes configurações familiares em termos de vida conjugal actual. Vejamos uma vez mais os dados recolhidos nesta investigação.

7.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.

QUADRO XLIII – OPINIÃO SOBRE A VIDA EM CASAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais						Famílias em União Facto						Famílias em União Facto com anterior vida conjugal						Famílias em Recomposição (2º casamento)						Famílias com casamento (civil ou religioso)						TOTAL GERAL	
VIDA EM CASAL – OPINIÃO GERAL (várias opções)	Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total			
	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N		
A falta de comunicação entre o casal para resolver os seus desentendimentos, conflitos ou discussões podem igualmente levar ao fim do casamento ou da coabitação.	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0	9	1	10	0	19	1	99	1
A honestidade e lealdade no relacionamento entre cônjuges contribuem para manter ou até fortalecer o casamento ou a coabitação.	10	0	10	0	20	0	9	1	10	0	19	1	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0	10	0	9	1	19	1	98	2
Desentendimentos, conflitos ou discussões com o companheiro(a) são situações que necessariamente acontecem num casamento ou na coabitação.	9	1	8	2	17	3	8	2	9	1	17	3	10	0	8	2	18	2	9	1	8	2	17	3	10	0	10	0	20	0	89	11
A frequência desses desentendimentos, conflitos ou discussões com o cônjuge podem levar ao fim do casamento ou da coabitação.	7	3	10	0	17	3	9	1	8	2	17	3	8	2	9	1	17	3	9	1	10	0	19	1	7	3	9	1	16	4	86	14

Mesmo com uma boa comunicação entre o casal, o casamento ou a coabitação podem entrar em ruptura e terminar.	9	1	8	2	17	3	9	1	8	2	17	3	10	0	9	1	19	1	7	3	6	4	13	7	4	6	8	2	12	8	78	22
TOTAL	100						100						100						100						100						500	

QUADRO XLIV – RELAÇÕES EXTRA-CONJUGAIS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
RELAÇÕES EXTRA-CONJUGAIS: OPINIÃO GERAL	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
É uma situação desonesta, de falta de lealdade e de respeito ao cônjuge.	7	6	13	4	7	11	5	6	11	5	7	12	8	6	14	61
Pode acontecer a qualquer um, mas não tem de causar o fim da relação conjugal.	0	2	2	3	1	4	1	0	1	4	0	4	2	3	5	16
Por vezes, é necessária para por fim a uma relação conjugal vazia e sem sentido.	3	2	5	3	1	4	3	0	3	0	1	1	0	0	0	13
É uma atitude covarde e odiosa, especialmente para o cônjuge inocente.	0	0	0	0	1	1	1	4	5	1	2	3	0	1	1	10
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XLV – TER/MANTER RELAÇÕES EXTRA-CONJUGAIS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
RELAÇÕES EXTRA-CONJUGAIS: GRAU DE GRAVIDADE PARA HOMEM E MULHER																
É igual, pois numa relação conjugal devem existir papéis e responsabilidades iguais.	9	10	19	8	9	17	9	10	19	10	10	20	10	10	20	95
Para a mulher é mais grave, pois a sociedade exige mais empenho e fidelidade da sua parte na relação conjugal.	1	0	1	2	1	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5
Para o homem é mais grave pois deve ser leal e respeitar os sentimentos da sua mulher.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XLVI – A FIDELIDADE COMO VALOR NO CASAMENTO/UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
FIDELIDADE COMO VALOR																
Sim, pois é um valor fundamental na relação conjugal, revelando confiança e estima pelo outro.	8	10	18	7	10	17	6	10	16	8	8	16	10	10	20	87
Depende das circunstâncias, pois cada um deve ser livre de tomar as decisões que mais lhe interessam na altura certa.	2	0	2	2	0	2	2	0	2	2	1	3	0	0	0	9
Não, especialmente se o sentimento pelo outro na relação conjugal já terminou.	0	0	0	1	0	1	2	0	2	0	1	1	0	0	0	4
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XLVII – CONCEPÇÃO DO CASAMENTO ACTUAL EM COMPARAÇÃO COM O MESMO PENSAMENTO DE HÁ 30 ANOS ATRÁS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
O CASAMENTO: AGORA E HÁ 30 ANOS																
Existem grandes mudanças, pois o homem e a mulher têm, em geral, uma vida profissional activa e o sustento da mulher já não depende do marido ou do seu empenho no casamento.	0	4	4	6	6	12	5	6	11	8	2	10	5	5	10	47
Actualmente, quem entra numa relação conjugal já sabe que pode terminar com ela se a situação não lhe agradar, algo impensável nas décadas anteriores.	5	1	6	2	0	2	5	0	5	0	2	2	3	4	7	22
Existem mudanças claras, sobretudo na forma da mulher encarar o casamento, não aceitando já situações de humilhação ou de maus-tratos físicos e psicológicos.	4	4	8	2	2	4	0	3	3	1	4	5	0	0	0	20
Para muitas pessoas, a vida em casal ainda deve ser para toda a vida, apesar de existir maior liberdade individual na escolha das opções conjugais.	1	1	2	0	2	2	0	1	1	1	2	3	2	0	2	10
Embora existam mudanças em relação à vida conjugal actual, a maioria dos homens e das famílias ainda não dão a devida atenção a esse facto.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO XLVIII – MUDANÇAS NO ÂMBITO DA FAMÍLIA CONJUGAL OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
MUDANÇAS NA FAMÍLIA – ÚLTIMOS 30 ANOS (várias opções)	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Maior autonomia da mulher em relação ao marido.	6	8	14	7	7	14	5	8	13	8	8	16	9	8	17	74
Maior igualdade entre Homem e Mulher na vida em sociedade.	7	4	11	8	4	12	8	8	16	7	5	12	2	5	7	58
Divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre o casal.	3	6	9	4	8	12	2	2	4	5	3	8	5	4	9	42
Maior democraticidade nas relações familiares ou nas decisões a tomar.	4	1	5	5	2	7	6	4	10	3	4	7	6	3	9	38
Maior controlo quanto à possibilidade de ter ou não filhos.	3	5	8	4	5	9	2	5	7	2	2	4	4	3	7	35
Liberalização do Divórcio na sociedade.	5	2	7	1	2	3	5	3	8	3	7	10	4	2	6	34
Vida sexual orientada para a satisfação ou gratificação pessoal.	1	3	4	0	2	2	1	0	1	0	1	1	0	2	2	10
Maior independência dos filhos em relação aos pais.	1	1	2	1	0	1	1	0	1	2	0	2	0	3	3	9
TOTAL	60			60			60			60			60			300

QUADRO XLIX – MOTIVOS PESSOAIS QUE EXPLICAM O DIVÓRCIO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
MOTIVOS PESSOAIS QUE EXPLICAM O DIVÓRCIO ACTUAL (várias opções)	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
A falta de diálogo devido ao stress diário, criando um progressivo afastamento entre os cônjuges.	10	5	15	10	9	19	9	10	19	8	9	17	9	8	17	87
A infidelidade conjugal.	7	5	12	7	6	13	10	5	15	6	2	8	7	5	12	60
O amor e o sentimento afectivo na relação conjugal terem acabado, procurando-se alternativas junto de colegas de trabalho ou no círculo de amigos.	3	6	9	5	7	12	6	6	12	7	5	12	4	5	9	54
A maior autonomia e independência feminina na actualidade.	3	7	10	3	1	4	1	2	3	3	5	8	0	3	3	28
A violência física ou psicológica na relação conjugal.	1	4	5	1	3	4	1	3	4	3	3	6	4	4	8	27
Problemas financeiros.	1	2	3	2	3	5	2	1	3	1	2	3	2	1	3	17
A facilidade jurídica em obtê-lo.	4	1	5	2	0	2	1	2	3	1	4	5	3	3	6	21
Existirem direitos iguais para Homem e Mulher.	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	4
A banalização da relação conjugal.	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2
TOTAL	60			60			60			60			60			300

QUADRO L – SITUAÇÃO EM QUE ACEITARIA TERMINAR O CASAMENTO/COABITAÇÃO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
SITUAÇÕES PARA TERMINAR O CASAMENTO/COABITAÇÃO	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Aceitaria terminar a relação como a melhor solução, quando a razão fundadora da União Conjugal (o amor) terminou.				6	10	16	6	8	14	6	9	15	5	7	12	57
Teria muita dificuldade em terminar a relação.				4	0	4	4	2	6	4	1	5	5	3	8	23
Aceitaria o divórcio numa situação difícil, mas necessária, devido a motivos sérios.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Era impossível aceitar o divórcio/terminar a relação.				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0			20			20			20			20			80

**QUADRO LI – MANUTENÇÃO DO CASAMENTO/COABITAÇÃO DE UM CASAL COM FILHOS, MAS
HAVENDO RELACIONAMENTO CONJUGAL INSATISFATÓRIO**

Modelos Familiare	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
MANUTENÇÃO DO CASAMENTO/UNIÃO DE FACTO COM VIDA CONJUGAL INSATISFATÓRIA																
Não deve manter-se, pois cabe aos adultos assumirem as suas responsabilidades e proporcionar um ambiente familiar livre de discussões ou de indiferença conjugal.	4	2	6	4	3	7	7	4	11	5	3	8	2	7	9	41
Não deve manter-se, pois se os pais não são felizes, os filhos também não o serão nesse ambiente familiar instável, especialmente no seu desenvolvimento emocional.	2	8	10	4	7	11	1	6	7	3	6	9	3	1	4	41
Sim, deve manter-se pois é pior acabar com a família que se constituiu e porque são especialmente os filhos quem mais sofrem com a separação dos pais.	3	0	3	2	0	2	2	0	2	2	1	3	5	2	7	17
Depende, pois devemos ter em conta como é que essa insatisfação afecta o desenvolvimento dos filhos.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO LII – IMPORTÂNCIA DAS CRENÇAS RELIGIOSAS NA VIDA FAMILIAR

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
CRENÇAS RELIGIOSAS E VIDA FAMILIAR																
Não. Nenhuma religião se deve sobrepor aos princípios que o casal estabelece para regular a sua vida familiar.	5	4	9	7	3	10	6	2	8	2	3	5	2	5	7	39
Embora as crenças religiosas sejam importantes e definiam regras sobre a coabitação, cada casal deverá escolher livremente o modo como deseja viver a sua vida conjugal.	3	5	8	2	5	7	2	5	7	4	5	9	2	1	3	34
Sim. Os valores religiosos são fundamentais para promover a fidelidade e a harmonia conjugal.	2	0	2	1	2	3	2	3	5	2	2	4	3	1	4	18
As crenças religiosas, quaisquer que sejam, são sempre boas reguladoras da vida social e familiar, garantindo o empenho do casal na sua vida conjugal.	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2	3	3	6	9
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO LIII – OPINIÃO SOBRE A RELAÇÃO LABORAL NA VIDA EM CASAL

OPINIÃO SOBRE A RELAÇÃO LABORAL NA VIDA EM CASAL – várias opções.	FREQUÊNCIA Famílias Monoparentais						FREQUÊNCIA Famílias em União de Facto					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
. Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa para garantir o sustento da família.	0	10	0	10	0	20	1	9	0	10	1	19
. O marido deve ser o principal provisor do lar, devendo a mulher ajudá-lo, se for caso disso.	3	7	1	9	4	16	2	8	0	10	2	18
. Ambos devem trabalhar fora de casa e contribuir para o sustento da família.	9	1	10	0	19	1	9	1	10	0	19	1
. Se prejudicar a carreira do marido, a mulher não deve investir na sua própria carreira profissional.	3	7	0	10	3	17	1	9	1	9	2	18
. Na vida familiar, a maioria das decisões deve caber ao homem.	3	7	0	10	3	17	1	9	0	10	1	19
. A mulher deve cuidar preferencialmente dos filhos e das tarefas domésticas.	3	6 (1 n/s)	0	10	3	16	1	9	2	8	3	17
. A mulher realiza-se mais, tendo um emprego fora de casa.	5	2 (3 n/s)	10	0	15	2	7	3	8	2	15	5
. Cada cônjuge deve ter uma margem de autonomia nos seus gastos pessoais.	8	2	8	2	16	4	10	0	10	0	20	0
. Os cônjuges devem controlar os gastos um do outro.	3	7	9	1	12	8	5	5	2	8	7	13
. Para haver harmonia no casal, torna-se necessário que um dos cônjuges se sacrifique pela família, renunciando ao seu bem-estar pessoal.	2	8	0	10	2	18	1	9	0	10	1	19
. As despesas domésticas correntes devem ser geridas pela mulher, enquanto as despesas de maior vulto devem caber ao homem.	2	8	0	10	2	18	1	9	0	10	1	19
TOTAL GERAL das OPÇÕES	41	65	38	72	109	137	39	71	33	77	72	148

n/s ⇔ não sabe/não responde

QUADRO LIII – 1 – OPINIÃO SOBRE A RELAÇÃO LABORAL NA VIDA EM CASAL

OPINIÃO SOBRE A RELAÇÃO LABORAL NA VIDA EM CASAL	FREQUÊNCIA Famílias em União Facto, com anterior vida conjugal						FREQUÊNCIA Famílias em Recomposição (2º casamento)					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
. Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa para garantir o sustento da família.	0	10	1	9	1	19	1	9	0	10	1	19
. O marido deve ser o principal provisor do lar, devendo a mulher ajudá-lo, se for caso disso.	1	9	1	9	2	18	2	8	1	9	3	17
. Ambos devem trabalhar fora de casa e contribuir para o sustento da família.	9	1	9	1	18	2	9	1	9	1	18	2
. Se prejudicar a carreira do marido, a mulher não deve investir na sua própria carreira profissional.	0	10	0	10	0	20	3	7	1	9	4	16
. Na vida familiar, a maioria das decisões deve caber ao homem.	3	7	2	8	5	15	2	8	1	9	3	17
. A mulher deve cuidar preferencialmente dos filhos e das tarefas domésticas.	2	8	1	9	4	16	1	9	3	7	4	16
. A mulher realiza-se mais, tendo um emprego fora de casa.	6	4	7	3	13	7	7	3	9	1	16	4
. Cada cônjuge deve ter uma margem de autonomia nos seus gastos pessoais.	9	1	9	1	18	2	9	1	10	0	19	1
. Os cônjuges devem controlar os gastos um do outro.	3	7	3	7	6	14	4	6	4	6	8	12
. Para haver harmonia no casal, torna-se necessário que um dos cônjuges se sacrifique pela família, renunciando ao seu bem-estar pessoal.	2	8	0	10	2	18	1	9	1	9	2	18
. As despesas domésticas correntes devem ser geridas pela mulher, enquanto as despesas de maior vulto devem caber ao homem.	0	10	1	9	1	19	3	7	1	9	4	16
TOTAL	35	75	34	76	69	151	42	68	40	70	82	138

QUADRO LIII – 2 – OPINIÃO SOBRE A RELAÇÃO LABORAL NA VIDA EM CASAL

OPINIÃO SOBRE A RELAÇÃO LABORAL NA VIDA EM CASAL	FREQUÊNCIA					
	Famílias com casamento (civil ou religioso)					
	Homens		Mulheres		TOTAL	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
. Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa para garantir o sustento da família.	0	10	0	10	0	20
. O marido deve ser o principal provisor do lar, devendo a mulher ajudá-lo, se for caso disso.	5	5	2	8	7	13
. Ambos devem trabalhar fora de casa e contribuir para o sustento da família.	9	1	10	0	19	1
. Se prejudicar a carreira do marido, a mulher não deve investir na sua própria carreira profissional.	0	10	2	8	2	18
. Na vida familiar, a maioria das decisões deve caber ao homem.	5	5	1	9	6	14
. A mulher deve cuidar preferencialmente dos filhos e das tarefas domésticas.	5	5	2	8	7	13
. A mulher realiza-se mais, tendo um emprego fora de casa.	8	2	9	1	17	3
. Cada cônjuge deve ter uma margem de autonomia nos seus gastos pessoais.	8	2	9	1	17	3
. Os cônjuges devem controlar os gastos um do outro.	4	6	1	9	5	15
. Para haver harmonia no casal, torna-se necessário que um dos cônjuges se sacrifique pela família, renunciando ao seu bem-estar pessoal.	2	8	2	8	4	16
. As despesas domésticas correntes devem ser geridas pela mulher, enquanto as despesas de maior vulto devem caber ao homem.	3	7	0	10	3	17
TOTAL	49	61	38	72	87	133

QUADRO LIV – OPINIÃO SOBRE O CASAMENTO

OPINIÃO SOBRE O CASAMENTO	FREQUÊNCIA Famílias Monoparentais						FREQUÊNCIA Famílias em Recomposição (2º casamento)					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	Concor do	Discor do	Concor do	Discor do	Concor do	Discor do	Concor do	Discor do	Concor do	Discor do	Concor do	Discor do
1. O casamento é um sacramento e por isso indissolúvel.	2	8	0	10	2	18	0	10	1	9	1	19
2. Para que um casamento resulte, basta existir empenho na relação ao longo da vida.	3	7	4	6	7	13	2	8	2	8	4	16
3. Só o empenho não garante o sucesso no casamento.	10	0	7	3	17	3	9	1	9	1	18	2
4. O casamento, para ter sucesso, exige dedicação e sacrifício da parte dos cônjuges, que devem sacrificar o seu bem-estar em função do outro e da família.	9	1	4	6	13	7	4	6	3	7	7	13
5. Embora com vantagens, o casamento tende a cair numa rotina, mantendo-se depois por hábito e não por amor.	7	3	4	6	11	9	2	8	4	6	6	14
6. Para o casamento resultar, tem de existir um projecto a dois, mas onde a partilha, a autonomia e até a individualidade tenham lugar.	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0
7. Para o casamento resultar, basta apenas o amor.	0	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20
8. Amor, comunicação e cedências mútuas são fundamentais para o sucesso do casamento.	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0
9. Dificuldades económicas podem por em causa um casamento.	9	1	7	3	16	4	3	7	7	3	10	10
10. As interferências de parentes ou dos sogros podem por em causa um casamento.	8	2	9	1	17	3	6	4	8	2	14	6
TOTAL	68	32	55	45	123	77	53	47	58	42	111	89

QUADRO LIV – 1 – OPINIÃO SOBRE O CASAMENTO

OPINIÃO SOBRE O CASAMENTO	FREQUÊNCIA Famílias com casamento (civil ou religioso)					
	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo
1. O casamento é um sacramento e por isso indissolúvel.	4	6	2	8	6	14
2. Para que um casamento resulte, basta existir empenho na relação ao longo da vida.	5	5	3	7	8	12
3. Só o empenho não garante o sucesso no casamento.	9	1	10	0	19	1
4. O casamento, para ter sucesso, exige dedicação e sacrifício da parte dos cônjuges, que devem sacrificar o seu bem-estar em função do outro e da família.	10	0	4	6	14	6
5. Embora com vantagens, o casamento tende a cair numa rotina, mantendo-se depois por hábito e não por amor.	6	4	2	8	8	12
6. Para o casamento resultar, tem de existir um projecto a dois, mas onde a partilha, a autonomia e até a individualidade tenham lugar.	10	0	10	0	20	0
7. Para o casamento resultar, basta apenas o amor.	0	10	0	10	0	20
8. Amor, comunicação e cedências mútuas são fundamentais para o sucesso do casamento.	10	0	10	0	20	0
9. Dificuldades económicas podem por em causa um casamento.	10	0	9	1	19	1
10. As interferências de parentes ou dos sogros podem por em causa um casamento.	8	2	10	0	18	2
TOTAL	72	28	60	40	132	68

QUADRO LV – OPINIÃO SOBRE A UNIÃO DE FACTO

OPINIÃO SOBRE A UNIÃO DE FACTO	FREQUÊNCIA						FREQUÊNCIA					
	Famílias em União Facto						Famílias em União Facto, com anterior vida conjugal					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo
1. A União de Facto é uma opção de vida conjugal, mas deve ter o mesmo grau de compromisso e de lealdade, como num casamento.	9	1	10	0	19	1	10	0	10	0	20	0
2. Para que uma união de facto resulte, basta existir empenho na relação ao longo da vida.	5	5	4	6	9	11	0	10	4	6	4	16
3. Só o empenho não garante o sucesso na União de Facto.	5	5	6	4	11	9	10	0	6	4	16	4
4. A União de Facto, para ter sucesso, exige dedicação e sacrifício da parte dos cônjuges, que devem sacrificar o seu bem-estar em função do outro e da família.	4	6	4	6	8	12	1	9	3	7	4	16
5. A União de Facto também pode cair numa rotina, mantendo-se depois por hábito e não por amor.	3	7	2	8	5	15	5	5	3	7	8	12
6. Para a União de Facto resultar tem de existir um projecto a dois, mas onde a partilha, a autonomia e até a individualidade tenham lugar.	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0
7. Para a União de Facto resultar, basta apenas o amor.	0	10	2	8	2	18	0	10	0	10	0	20
8. Amor, comunicação e cedências mútuas são fundamentais para o sucesso numa União de Facto.	10	0	10	0	20	0	10	0	10	0	20	0
9. Dificuldades económicas podem por em causa a União de Facto.	8	2	9	1	17	3	9	1	10	0	19	1
10. As interferências de parentes ou dos sogros podem por em causa a União de Facto.	7	3	9	1	16	4	7	3	7	3	14	6
TOTAL	61	39	66	34	127	73	62	38	63	37	125	75

QUADRO LVI – OPINIÃO EM RELAÇÃO À COABITAÇÃO/UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
COABITAÇÃO/UNIÃO DE FACTO (várias opções)	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
A <i>União de Facto</i> é uma opção de vida, tão correcta como o casamento	7	4	11							5	4	9	1	5	6	26
A <i>União de Facto</i> é uma alternativa válida ao casamento.	6	0	6							1	1	2	4	1	5	13
. Era incapaz de começar a minha vida conjugal pela <i>União de Facto</i> .	1	2	3							2	1	3	2	4	6	12
. A <i>União de Facto</i> é uma forma de vida tão correcta como estar casado.	3	2	5							0	5	5	1	0	1	11
. Considero a <i>União de Facto</i> , uma opção conjugal inferior ao casamento.	0	2	2							1	0	1	1	4	5	8
. A <i>União de Facto</i> é uma maneira de viver, em perfeita sintonia com a transformação dos tempos actuais.	0	1	1							0	2	2	2	0	2	5
. Considero a <i>União de Facto</i> uma forma de mancebia ou concubinato e moralmente condenável.	1	0	1							1	1	2	1	0	1	4
. A <i>União de Facto</i> é um acto de exibicionismo e de irresponsabilidade	2	1	3							1	0	1	0	0	0	4
A <i>União de Facto</i> é um fenómeno passageiro, validado mais tarde ou mais cedo pelo casamento.	0	0	0							2	0	2	0	0	0	2
TOTAL	32			0			0			27			26			85

QUADRO LVII – REACÇÃO DOS PAIS PELA OPÇÃO DA UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
PAIS E A REACÇÃO PELA OPÇÃO DA COABITAÇÃO DOS FILHOS																
Compreenderam esta opção de vida conjugal e aceitaram-na sem reservas.				5	5	10	5	5	10							20
Compreenderam esta opção de vida conjugal, mas pensam que deveria casar legalmente.				5	3	8	5	4	9							17
De início foi chocante, mas pouco a pouco aceitaram esta opção conjugal.				0	2	2	0	1	1							3
TOTAL	0			20			20			0			0			40

QUADRO LVIII – REACÇÃO DOS FAMILIARES PELA OPÇÃO DA UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
FAMILIARES E A REACÇÃO PELA OPÇÃO DA COABITAÇÃO DOS FILHOS																
Compreenderam esta opção de vida conjugal e aceitaram-na sem reservas.				5	5	10	5	6	11							21
Aceitam a situação, mas pensam que a <i>União de Facto</i> não é um compromisso sério como é o casamento.				3	1	4	3	1	4							8

Alguns aceitam plenamente esta opção; outros simplesmente não a aceitam.				1	2	3	2	1	3							6
De início foi chocante, mas pouco a pouco aceitaram esta opção conjugal.				1	2	3	0	0	0							3
Compreenderam esta opção de vida conjugal, mas pensam que deveria casar legalmente.				0	0	0	0	2	2							2
TOTAL	0			20			20			0			0			40

QUADRO LIX – REACÇÃO DOS AMIGOS/COLEGAS/VIZINHOS PELA OPÇÃO DA UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiare	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
AMIGOS/COLEGAS/VIZINHOS E A REACÇÃO PELA OPÇÃO DA COABITAÇÃO DOS FILHOS	Home m	Mulhe r	Tota l	Home m	Mulhe r	Tota l	Home m	Mulhe r	Tota l	Home m	Mulhe r	Tota l	Home m	Mulhe r	Tota l	
Compreenderam esta opção de vida conjugal e aceitaram-na sem reservas.				6	9	15	5	6	11							26
Alguns aceitam plenamente esta opção; outros simplesmente não a aceitam.				0	0	0	3	3	6							6
Compreenderam esta opção de vida conjugal, mas pensam que deveria casar.				2	1	3	1	0	1							4
Aceitam a situação, mas pensam que a união de facto não é um compromisso sério como é o casamento.				1	0	1	1	1	2							3
Foi a pior possível e até hoje ainda não a aceitam.				1	0	1	0	0	0							1
TOTAL	0			20			20			0			0			40

QUADRO LX – CONCEITO PESSOAL PELA OPÇÃO DA UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
CONCEITO PESSOAL PELA OPÇÃO DA COABITAÇÃO																
Não, de forma nenhuma sinto desaprovação social.				6	6	12	6	5	11							23
É uma escolha pessoal e por isso ninguém tem de a criticar.				2	3	5	3	3	6							11
Sinto que algumas pessoas não aceitam bem esta opção de vida conjugal.				1	0	1	1	1	2							3
Não sinto desaprovação, mas penso que ainda existe algum preconceito.				1	0	1	0	0	0							1
Não, pois o único problema é o acesso a certos direitos não serem iguais aos que optaram pelo casamento.				0	0	0	0	1	1							1
De algum modo, sinto que algumas pessoas não aceitam bem esta opção de vida conjugal.				0	1	1	0	0	0							1
TOTAL	0			20			20			0			0			40

QUADRO LXI – OPINIÃO SOBRE FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DO CASAMENTO

OPINIÃO SOBRE VÁRIOS FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DE UM CASAMENTO	FREQUÊNCIA Famílias Monoparentais											
	Homens				Mulheres				TOTAL			
	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI
Fidelidade.	10	0	0	0	6	4	0	0	16	4	0	0
Respeito e Apreço Mútuo	10	0	0	0	9	1	0	0	19	1	0	0
Compreensão e Tolerância	10	0	0	0	9	1	0	0	19	1	0	0
Terem um bom relacionamento sexual.	8	2	0	0	7	3	0	0	15	5	0	0
Partilharem as tarefas domésticas.	3	7	0	0	4	6	0	0	7	13	0	0
Viverem à parte dos sogros.	4	2	0	4	4	5	1	0	8	7	1	4
Terem filhos	3	4	2	1	3	2	3	2	6	6	5	3
Terem a mesma crença religiosa.	2	0	6	2	1	3	4	2	3	3	10	4
Gostos e Interesses Comuns	0	10	0	0	1	9	0	0	1	19	0	0
Bons rendimentos económicos.	0	4	6	0	0	2	7	1	0	6	13	1
Serem do mesmo grupo social.	0	0	5	5	0	2	8	0	0	2	13	5
Terem a mesma concordância política.	0	0	8	2	0	2	5	3	0	2	13	5
TOTAL	50	29	27	14	44	40	28	8	94	69	55	22

MI ⇔ Muito Importante ; I ⇔ Importante; PI ⇔ Pouco Importante; NI ⇔ Nada Importante

QUADRO LXI – 1 – OPINIÃO SOBRE FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DO CASAMENTO

OPINIÃO SOBRE VÁRIOS FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DE UMA COABITAÇÃO	FREQUÊNCIA Famílias em União de Facto											
	Homens				Mulheres				TOTAL			
	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI
Fidelidade.	7	3	0	0	10	0	0	0	17	3	0	0
Respeito e Apreço Mútuo	10	0	0	0	10	0	0	0	20	0	0	0
Compreensão e Tolerância	8	2	0	0	10	0	0	0	18	2	0	0
Gostos e Interesses Comuns	1	5	4	0	1	7	2	0	2	12	6	0
Bons rendimentos económicos.	0	3	5	2	0	3	4	3	0	6	9	5
Serem do mesmo grupo social.	1	0	6	3	0	3	6	1	1	3	12	4
Viverem à parte dos sogros.	1	2	5	2	1	2	4	3	2	4	9	5
Terem filhos	2	2	4	2	1	4	2	3	3	6	6	5
Terem a mesma concordância política.	0	2	0	8	0	2	0	8	0	4	8	8
Terem a mesma crença religiosa.	0	0	2	8	1	4	0	5	1	4	2	13
Terem um bom relacionamento sexual.	7	3	0	0	10	0	0	0	17	3	0	0
Partilharem as tarefas domésticas.	2	8	0	0	5	3	2	0	7	11	2	0
TOTAL	40	30	26	24	49	28	20	23	88	58	54	40

MI ⇔ Muito Importante; I ⇔ Importante; PI ⇔ Pouco Importante; NI ⇔ Nada Importante

QUADRO LXI – 2 – OPINIÃO SOBRE FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DO CASAMENTO

OPINIÃO SOBRE VÁRIOS FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DE UMA COABITAÇÃO	FREQUÊNCIA											
	Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal											
	Homens				Mulheres				TOTAL			
	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI
Respeito e Apreço Mútuo	10	0	0	0	10	0	0	0	20	0	0	0
Compreensão e Tolerância	10	0	0	0	10	0	0	0	20	0	0	0
Fidelidade.	8	2	0	0	10	0	0	0	18	2	0	0
Terem um bom relacionamento sexual.	7	3	0	0	2	8	0	0	9	11	0	0
Viverem à parte dos sogros.	2	2	4	2	3	2	1	4	5	4	5	6
Partilharem as tarefas domésticas.	3	7	0	0	1	8	1	0	4	15	1	0
Gostos e Interesses Comuns	0	7	3	0	1	7	2	0	1	14	5	0
Terem a mesma crença religiosa.	1	3	1	5	3	1	4	2	4	4	5	7
Terem filhos	0	5	3	2	2	3	4	1	2	8	7	3
Serem do mesmo grupo social.	0	2	6	2	0	1	9	0	0	3	15	2
Bons rendimentos económicos.	0	0	10	0	0	5	5	0	0	5	15	0
Terem a mesma concordância política.	0	0	2	8	0	0	5	5	0	0	7	13
TOTAL	41	31	29	19	42	35	31	12	83	66	60	31

MI ⇔ Muito Importante; I ⇔ Importante; PI ⇔ Pouco Importante; NI ⇔ Nada Importante

QUADRO LXI – 3 – OPINIÃO SOBRE FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DO CASAMENTO

OPINIÃO SOBRE VÁRIOS FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DE UMA COABITAÇÃO	FREQUÊNCIA											
	Famílias em Recomposição – 2º casamento											
	Homens				Mulheres				TOTAL			
	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI
Fidelidade.	10	0	0	0	10	0	0	0	20	0	0	0
Respeito e Apreço Mútuo	10	0	0	0	9	1	0	0	19	1	0	0
Bons rendimentos económicos.	10	0	0	0	8	2	0	0	18	2	0	0
Terem um bom relacionamento sexual.	5	5	0	0	6	4	0	0	11	9	0	0
Partilharem as tarefas domésticas.	0	5	2	3	4	6	0	0	4	11	2	3
Compreensão e Tolerância	1	9	0	0	1	8	1	0	2	17	1	0
Viverem à parte dos sogros.	2	5	2	1	2	2	5	1	4	7	7	2
Terem filhos	1	5	3	1	1	7	2	0	2	12	5	1
Terem a mesma concordância política.	0	0	0	10	0	0	7	3	0	0	7	13
Terem a mesma crença religiosa.	1	3	2	4	1	3	5	1	2	6	7	5
Gostos e Interesses Comuns	0	3	6	1	0	3	6	1	0	6	12	2
Serem do mesmo grupo social.	0	1	7	2	0	4	6	0	0	5	13	2
TOTAL	40	36	23	22	42	42	31	5	82	76	54	28

MI ⇔ Muito Importante; I ⇔ Importante; PI ⇔ Pouco Importante; NI ⇔ Nada Importante

QUADRO LXI – 4 – OPINIÃO SOBRE FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DO CASAMENTO

OPINIÃO SOBRE VÁRIOS FACTORES NECESSÁRIOS AO BOM ÊXITO DE UM CASAMENTO	FREQUÊNCIA Famílias com casamento											
	Homens				Mulheres				TOTAL			
	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI	MI	I	PI	NI
Fidelidade.	10	0	0	0	10	0	0	0	20	0	0	0
Respeito e Apreço Mútuo	9	1	0	0	10	0	0	0	19	0	0	0
Compreensão e Tolerância	8	2	0	0	10	0	0	0	18	0	0	0
Terem um bom relacionamento sexual.	5	4	1	0	5	5	0	0	10	9	1	0
Viverem à parte dos sogros.	5	4	1	0	3	6	1	0	8	10	2	0
Terem a mesma crença religiosa.	2	3	5	0	2	4	2	2	4	7	7	2
Partilharem as tarefas domésticas.	0	5	3	2	2	4	4	0	2	9	7	2
Bons rendimentos económicos.	2	2	5	1	0	3	7	0	2	5	12	1
Terem filhos	1	5	4	0	1	4	4	1	2	9	8	1
Gostos e Interesses Comuns	0	7	3	0	0	8	2	0	0	15	5	0
Serem do mesmo grupo social.	0	2	6	2	0	1	7	2	0	9	13	2
Terem a mesma concordância política.	0	0	2	8	0	2	1	7	0	2	3	15
TOTAL	42	35	30	13	43	37	28	12	85	75	58	23

MI ⇔ Muito Importante; I ⇔ Importante; PI ⇔ Pouco Importante; NI ⇔ Nada Importante

QUADRO LXII – OPINIÃO SOBRE O CASAMENTO REALIZADO PELA IGREJA

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
CASAMENTO PELA IGREJA - OPINIÃO																
O casamento pela Igreja não acrescenta nada à união conjugal.	5	6	11	4	5	9	6	6	12	5	5	10	3	4	7	49
O casamento pela Igreja é mais praticado pois é uma cerimónia tradicional, bonita e festiva, consagrando um momento importante na vida das pessoas.	4	3	7	4	5	9	3	2	5	0	5	5	1	2	3	29
O casamento pela Igreja é habitual pois as pessoas são pressionadas pelos pais ou pela tradição familiar em fazê-lo.	1	1	2	2	0	2	1	2	3	4	0	4	3	2	5	16
O casamento pela Igreja é a única forma que consagra de modo pleno a união conjugal.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	2	5	6
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO LXIII – OPINIÃO SOBRE A COABITAÇÃO/UNIÃO DE FACTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
COABITAÇÃO/UNIÃO DE FACTO – OPINIÃO – várias opções																
A <i>União de Facto</i> é uma opção de vida, tão correcta como o casamento	7	4	11							5	4	9	1	5	6	26
A <i>União de Facto</i> é uma alternativa válida ao casamento.	6	0	6							1	1	2	4	1	5	13
. Era incapaz de começar a minha vida conjugal pela <i>União de Facto</i> .	1	2	3							2	1	3	2	4	6	12
. A <i>União de Facto</i> é uma forma de vida tão correcta como estar casado.	3	2	5							0	5	5	1	0	1	11
. Considero a <i>União de Facto</i> , uma opção conjugal inferior ao casamento.	0	2	2							1	0	1	1	4	5	8
. A <i>União de Facto</i> é uma maneira de viver, em perfeita sintonia com a transformação dos tempos actuais.	0	1	1							0	2	2	2	0	2	5
. A <i>União de Facto</i> é um acto de exibicionismo e de irresponsabilidade	2	1	3							1	0	1	0	0	0	4
. Considero a <i>União de Facto</i> uma forma de mancebia ou concubinato e moralmente condenável.	1	0	1							1	1	2	1	0	1	4
União de facto é um fenómeno passageiro, validado mais tarde ou mais cedo pelo casamento.	0	0	0							2	0	2	0	0	0	2
TOTAL	20	12	32	0			0			13	14	27	12	14	26	85

QUADRO LXIV – OPINIÃO EM RELAÇÃO AO DIVÓRCIO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
DIVÓRCIO – OPINIÃO	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida e ainda que existam filhos da relação conjugal, os problemas graves entre o casal podem justificar o divórcio.	6	5	11	6	5	11	5	6	11	7	6	13	6	8	14	60
O divórcio é a melhor solução para um mau casamento.	4	5	9	4	5	9	5	4	9	3	4	7	4	2	6	40
O divórcio é um elemento desagregador da família, devendo ser limitado a nível legislativo.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mesmo com razões para o divórcio, o casamento deve manter-se para que a família não se desagregue.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO LXV – DOMÍNIOS DE SATISFAÇÃO PESSOAL NA VIDA FAMILIAR

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL
SATISFAÇÃO PESSOAL NA VIDA FAMILIAR – várias opções	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
A relação com os filhos	9	8	17	7	7	14	5	5	10	9	8	17	8	8	16	74
A vida em casal (boa esposa/bom marido);	4	3	7	6	6	12	5	7	12	6	6	12	7	6	13	56
O convívio com os amigos/colegas de trabalho.	6	5	11	4	5	9	5	5	10	1	7	8	3	7	10	48
As actividades de lazer, passatempos e desporto;	6	4	10	6	1	7	6	4	10	5	3	8	3	1	4	39
A relação com os parentes mais próximos (pais, tios, irmãos, primos).	1	6	7	4	7	11	4	3	7	6	0	6	2	2	4	35
Os estudos/Vida profissional	1	4	5	3	4	7	4	3	7	0	3	3	4	1	5	27
Outras actividades sociais (religiosas, políticas, voluntariado, etc.)	2	0	2	0	0	0	1	1	2	3	3	6	2	4	6	16
As tarefas no lar	1	0	1	0	0	0	0	2	2	0	0	0	1	1	2	5
TOTAL	60			60			60			60			60			300

SÍNTESE DESCRITIVA

Analisando a opinião dos inquiridos em situação **monoparental/unipessoal** sobre aspectos diários da vida em casal, é possível encontrar um conjunto de temas onde o grau de concordância é elevado. Assim sucede com a noção de lealdade e honestidade que devem estar bem presentes na relação conjugal, sem esquecer a importância de factores como a boa comunicação e a fidelidade para a manutenção do vínculo conjugal.

A ideia de uma relação simétrica em termos de direitos e igualdade entre os dois géneros na sociedade está presente, sendo evidente a autonomia e maior liberdade de acção conferida ao elemento feminino na conjugalidade actual. Este facto foi bem assinalado pelos sujeitos em estudo, comprovando as mudanças operadas em temas envolvendo o trabalho fora de casa, na contribuição conjunta para o sustento da família, no investimento na carreira profissional, nas decisões a serem tomadas em benefício da família que devem envolver os dois membros e até na gestão económica familiar. Portanto, nas últimas décadas operou-se uma clara transformação social no modo de conceber e construir a família actual.

Tal conceito esteve igualmente presente na justificação dada para terminar o vínculo conjugal, especialmente quando este se tornou insatisfatório ou vazio, mesmo existindo filhos. Neste caso e tendo em atenção o ambiente familiar instável e conflituoso a que estaria sujeito, seria preferível o divórcio para não causar desequilíbrio emocional nas crianças.

Ainda no campo do divórcio, foi interessante observar entre os inquiridos a escolha das ideias que ajudavam a explicar o crescente número de dissoluções conjugais na sociedade actual. As mais referenciadas envolviam a falta de diálogo devido ao ‘stress diário’ sendo sobretudo a vertente masculina quem mais o indicava. A similaridade de opiniões era mais evidente na opção relativa à infidelidade conjugal, enquanto a terceira escolha envolvia a autonomia e independência feminina. Nesta última, a população feminina optava mais por esse factor. Portanto, são diversas as situações apresentadas para justificarem o crescente número de divórcios na sociedade, sendo interessante notar que as facilidades jurídicas para o obter não foram muito contempladas.

Convém no entanto salientar que o divórcio só aparecia nos objectivos dos inquiridos depois de se esgotarem as possibilidades de vida em comum, não encarando o fim da vida conjugal por qualquer motivo.

Na questão da regulação da vida familiar, a liberdade individual assume-se como prioritária, devendo caber aos membros da família as decisões a tomar em termos de conjugalidade, independentemente das crenças religiosas que possuam.

Quanto ao casamento, concordaram que envolve necessariamente um projecto a dois, que a comunicação e cedências mútuas são fundamentais para a harmonia do casamento. Ainda para o seu sucesso encontramos factores como a fidelidade, respeito, compreensão e tolerância, terem gostos e interesses comuns para além do bom relacionamento sexual. As questões de índole política, de grupo social e de crença religiosa foram vistas como tendo pouca ou nenhuma importância no bom êxito do casamento. Foi ainda interessante o facto de não considerarem o vínculo conjugal como um sacramento e portanto indissolúvel, facto que realça a opção civil do casamento realizado pela maioria dos inquiridos. Muitos deles justificam o casamento pela Igreja devido à cerimónia em si e pelo simbolismo que transporta, mas não em termos de crença.

Assim, também não surpreende a ideia de considerarem a *União de Facto* como uma opção de vida tão correcta como o casamento, ou mesmo uma alternativa válida ao matrimónio. Naturalmente, para estes foi maioritária a opção de vida conjugal realizada pelo Registo Civil. Mesmo assim, verificam-se opiniões que minorizam a união de facto como configuração familiar, especialmente na vertente inquirida que realizou o seu casamento com motivação religiosa, seja pela Igreja católica ou por outra confissão.

Finalmente, a actividade que conferiu maior satisfação pessoal na vida familiar dos sujeitos em situação monoparental/unipessoal envolveu a relação com os filhos, facto explicável pela herança que ficou da anterior vida em casal e para a qual encaminham muita da sua atenção e empenho. As actividades ligadas ao lazer e ao convívio com os amigos constituíram outros domínios de satisfação pessoal nos sujeitos em estudo, sendo as tarefas realizadas no lar, actividades de voluntariado e até profissionais as menos citadas.

Voltando ao tema da vida em casal, os inquiridos que começaram a sua conjugalidade por uma *união de facto* manifestaram a convicção de que a falta de comunicação, de honestidade, lealdade e de frequência dos conflitos, podem provocar o fim do relacionamento conjugal. Do mesmo modo, consideram importante para o bom êxito da relação a existência de valores como lealdade e honestidade, sem esquecer a

noção de fidelidade devidos ao cônjuge. Mesmo assim, notou-se algum pragmatismo, sobretudo masculino, quando o processo de vida em casal entra em avançada crise.

A ideia de igualdade, autonomia e independência feminina foi também transversal aos dois géneros, especialmente em temas ligados ao relacionamento extra-conjugal, divisão igualitária de tarefas, autonomia profissional e ainda na legislação mais igualitária em termos de direitos e responsabilidades sociais. Portanto, também aqui é possível encontrar uma mudança nos modelos educativos face a gerações anteriores.

Esta situação é igualmente comprovada na análise de outros temas onde são rejeitadas pelos dois géneros em estudo as ideias de ser apenas o marido o provisor do lar ou as decisões na vida familiar e a gestão da economia familiar caberem apenas ao marido. É igualmente recusado o sentimento de que deve ser a mulher a cuidar preferencialmente dos filhos ou a tomar a seu cargo a responsabilidade das tarefas domésticas. O ideal mais aceite envolve a partilha de tarefas, no lar ou fora dele, sem que isso implique o sacrifício ou a renúncia ao bem-estar de um dos membros do casal.

O sentimento de independência e liberdade em termos de regulação da vida do casal pode ser visto em assuntos envolvendo as crenças religiosas. Neste âmbito e mesmo que essas crenças tenham um papel importante na vida conjugal, devem ser os seus membros a escolher o modo como desejam coabitar. Nesse sentido, os inquiridos assumem de modo pleno a sua opção de vida em casal não sentindo desaprovação social por essa escolha, considerando-a até uma alternativa válida ao casamento e estabelecendo na prática diária uma relação conjugal normal. Os progenitores, por sua vez, aceitam este modelo de vida em casal, embora alguns ainda sintam dificuldade em se adaptar à configuração familiar escolhida pelos filhos, desejando que o casamento oficialize a união conjugal já existente.

Entre os familiares as reacções são diversas, embora o maior valor absoluto envolva a compreensão e aceitação por este modelo de conjugalidade. Mesmo assim, para alguns foi chocante, especialmente pela quebra da tradição familiar do casamento ou então pela existência de valores mais conservadores entre os familiares. Outros ainda manifestaram a ideia de que a vida em união de facto não corresponde a um compromisso sério.

Para os amigos/vizinhos/colegas, a compreensão e aceitação pela opção marital é um facto real, sendo residual os que manifestaram opinião contrária. Seja por existirem identidades culturais/educativas semelhantes; serem da mesma faixa etária ou pelo

sentimento de modernidade ligada à ideia de coabitação, são esses quem melhor aceitam o modelo de vida conjugal dos sujeitos inquiridos.

Em relação ao Divórcio, a explicação pessoal avançada para justificar o seu número crescente na sociedade envolve sobretudo a *falta de diálogo* com base no *stress diário*. Como vimos inicialmente, aspectos ligados a conflitos de relacionamento, a progressiva indiferença pelo cônjuge, uma rotina diária anódina e sem novidade, para além de provocar o afastamento entre os cônjuges acabarão por levar a relação a um ponto crítico – o fim do amor no vínculo conjugal. Nesse campo, torna-se relevante encontrar como segundo factor mais apontado a *infidelidade conjugal*, seguido pelo *fim do amor e do sentimento afectivo na relação conjugal*. Opções como ‘*direitos iguais*’ e ‘*facilidade jurídica em obter o divórcio*’ são pouco relevantes na explicação do fenómeno.

Foi também evidente para os inquiridos que a manutenção de um vínculo conjugal insatisfatório, vazio de conteúdo e crítico no relacionamento, não é do seu agrado, mesmo que existam filhos na coabitação. Pelo contrário, para que o seu desenvolvimento emocional não seja afectado o melhor é estarem afastados de um meio familiar instável, cheio de conflitos e indiferença. Neste campo de análise é clara a ideia da justificação do divórcio quando existem problemas graves entre o casal.

São igualmente importantes as referências a duas opções muito assinaladas e respeitantes às interferências que os parentes ou sogros podem exercer no estado da coabitação, para além dos problemas económicos a poderem por em causa. Seja num casamento ou numa coabitação, estas duas situações afectam de igual modo a vida familiar do casal, até mesmo o sucesso da sua continuidade.

Entre os indicadores apontados para o bom êxito da *união de facto* surgem factores como a fidelidade, respeito, compreensão, interesses mútuos, bom relacionamento sexual e partilha de tarefas. Questões relativas a concordância política, religiosa ou de serem do mesmo grupo social são considerados pouco ou nada importantes, pese embora alguns sinais em sentido contrário. Nesse campo, podemos também registar a opção ‘viver afastada dos sogros’, onde alguns inquiridos manifestaram claramente essa posição por não desejarem interferências directas na sua vida conjugal. O campo económico mereceu igualmente alguma relevância, mas é considerado pouco importante em termos de indicador para o bom êxito da coabitação.

Os inquiridos consideram ainda que o casamento pela Igreja é mais praticado devido à tradição, cerimonial e simbolismo que transporta, embora esse facto não

acrescente nada de especial à união conjugal. Portanto, a ideia de um sacramento inerente ao casamento pela Igreja não está no pensamento dos sujeitos em estudo.

Em termos de domínios de satisfação pessoal na vida familiar, o relacionamento com os filhos é muito privilegiado, seguido pela vida em casal e pelo relacionamento com os parentes mais próximos. A vida nuclear familiar é assim favorecida, sem esquecer o relacionamento parental. O convívio com os amigos também foi mencionado, numa relação directa com a mesma faixa etária, ambiente cultural e interesses de grupo. Quanto à satisfação pessoal na vida familiar, sublinhe-se a receptividade nula que as tarefas no interior do lar doméstico despertam, bem como actividades sociais ligadas a voluntariado.

Passando para os sujeitos em situação de **coabitação (com anterior vida conjugal)**, notamos a sua concordância quanto às consequências da falta de comunicação entre o casal para resolver os conflitos, ao mesmo tempo que uma relação pautada pela honestidade e lealdade ajuda a manter o vínculo familiar. Todavia, é aceite a ideia de que a boa comunicação entre o casal não impede a sua ruptura, sinal de que existem outros factores (internos e externos ao casal) que podem levar à corrosão do relacionamento.

Nesta base, a lealdade, honestidade e respeito devidos ao cônjuge são bem valorizados, situação que vimos ser clara na questão que envolveu a condenação do relacionamento extra-matrimonial, caracterizado como odioso e cobarde para o cônjuge inocente. Tal posição está igualmente relacionada com os motivos pessoais apresentados para justificar o fim da primeira conjugalidade, onde as relações extra-maritais constituíram o principal fundamento para terminar a vida em casal. É igualmente visível, sobretudo na vertente masculina, um maior individualismo e pragmatismo na maneira de encarar a relação conjugal quando ela já atingiu um ponto crítico, passando a ser considerada vazia e sem sentido.

Por outro lado, a noção de igualdade é bem valorizada mostrando idênticas responsabilidades sociais em relação ao compromisso conjugal. Esta constatação foi observada nas escolhas feitas em relação às mudanças sentidas no modo de encarar o casamento e na própria noção de família conjugal actual. Neste propósito, foi realçada a vertente profissional e activa da mulher para justificar a mudança do sentido do casamento verificada nas últimas décadas, enquanto na família conjugal foram apontados factores como a maior igualdade e autonomia da mulher na sociedade actual,

para além de uma envolvimento mais democrática no seio familiar. Tendo já experimentado um divórcio ou separação conjugal, os sujeitos em estudo mencionaram também a liberalização do divórcio na sociedade para justificar essa mudança.

De igual modo, notámos o desejo de estabelecer uma relação simétrica na vida em casal, tal como foi possível observar na escolha de opções envolvendo o trabalho em conjunto para sustento da família, na autonomia de cada cônjuge nos seus gastos pessoais, na carreira profissional e até na gestão económica da família. Estas opiniões traduzem uma clara sentido de autonomia e independência no interior do casal.

No campo da dissolução conjugal por divórcio e sua relação com o crescente aumento dos casos registados na sociedade, os inquiridos apontaram como causa principal a *falta de diálogo devido ao stress diário*. Consideram também que a *infidelidade conjugal* é outro factor responsável por esse acontecimento, sem esquecer os aspectos ligados *ao fim do amor e do sentimento afectivo na relação do casal*. Outras situações registadas envolveram opções ligadas à autonomia, independência e direitos femininos. A facilidade jurídica em obter o divórcio e questões financeiras tiveram alguma representatividade, sinal de que devemos também inclui-los nas opiniões registadas, embora possam ser referentes a situações pessoais vividas pelos sujeitos em estudo.

Em termos gerais, a maioria revelou ser mais adequado terminar a relação conjugal quando a razão fundadora da vida em casal entrou em ruptura, do que sujeitar os filhos a uma ambiente onde a discussão, o conflito e a indiferença são constantes. Deseja-se assim preservar o desenvolvimento emocional das crianças, algo impossível num ambiente instável e inseguro para elas. Porém, este princípio nem sempre é extensível a todos os sujeitos em estudo, com algum realce na vertente masculina. Alguns deles têm dificuldade em terminar o vínculo conjugal, sobretudo pelo fracasso que isso representa em termos de família parental, mas também nas razões objectivas de cada indivíduo envolvido, especialmente pelo desejo de uma nova oportunidade a ser dada ao relacionamento conjugal.

No entanto, o sentido da autonomia e liberdade de decisão envolvendo os membros do casal são evidentes, devendo ser ele a escolher como deseja viver a sua conjugalidade, independentemente de outras considerações estabelecidas, por exemplo, pelas crenças religiosas. Neste sentido, os sujeitos em situação de coabitação consideraram que a *União de Facto* era uma alternativa válida ao casamento ou mesmo

uma forma de vida tão correcta como estar casado. Dão igualmente relevo à comparação da *união de facto* com o *casamento* em termos de compromisso e lealdade que a relação envolve, pois está presente um projecto a dois, com direitos e deveres recíprocos.

Este pensamento está igualmente patente na concordância que expressam quanto aos elementos que potenciam o sucesso de uma relação conjugal em coabitação. Assim, valores como a ‘fidelidade, respeito, tolerância’ e factores como o ‘bom relacionamento sexual e partilha de tarefas’ são considerados importantes ou muito importantes para o sucesso da coabitação. Aspectos como ‘viverem à parte dos sogros’, ‘terem filhos’ ou até possuírem a ‘mesma crença religiosa’ assumiram também alguma importância, especialmente o primeiro por lembrar situações difíceis ocorridas durante a primeira conjugalidade. Outros factores como ‘terem a mesma concordância política’ e ‘serem do mesmo grupo social’ foram descritos como tendo pouca ou nenhuma importância para o sucesso de uma relação conjugal.

Em termos gerais, estes sujeitos vivendo em coabitação não sentem desaprovação social pela sua opção marital, fundamentando essa opinião com base numa escolha pessoal que ninguém tem de criticar. De algum modo, essa é a opinião dos seus progenitores que, de modo geral, aceitaram esta opção marital. No entanto, uma parte significativa deles consideraram também que deviam legalizar a relação por meio de um casamento, sinal de que o peso da tradição e dos valores em que foram socializados ainda se mantêm. Os familiares compreenderam a opção de vida escolhida pelos sujeitos em estudo, sendo relativamente poucos os que manifestaram algum sentimento crítico. A mesma compreensão e aceitação deste modelo de vida conjugal foram registadas em relação a amigos/colegas/vizinhos. Todavia, notam-se sempre algumas vozes críticas, sinal de que não é tão simples ainda uma completa aceitação deste modelo familiar por todas as pessoas, nem por todos os elementos da família parental.

Embora vivendo actualmente em *União de Facto*, os inquiridos oficializaram a primeira conjugalidade com base no casamento, mas admitem que essa modalidade é mais praticada devido ao ritual da cerimónia e ao simbolismo que transporta, sem esquecer o peso da tradição familiar em realizá-lo.

Finalmente, quanto aos domínios de satisfação pessoal na vida familiar actual, os sujeitos em estudo manifestam um conjunto alargado de preferências envolvendo a vida em casal, a relação com os filhos, as actividades de lazer e o convívio com os amigos. O contacto com os parentes e a vida profissional também são elementos a ter em conta no

âmbito da satisfação pessoal na vida familiar. Opções como a realização de tarefas no lar ou de apoio em actividades sociais ligadas ao voluntariado político ou religioso são muito pouco referenciadas.

Vendo agora a opinião dos sujeitos em situação de **recomposição familiar (2º casamento)** quanto à vida em casal, estes salientaram igualmente a necessidade de se estabelecer uma boa comunicação entre si na resolução de conflitos conjugais, embora compreendam que só esse factor não chega para solucionar problemas de relacionamento no casamento. Por isso, destacam a importância de valores como a honestidade, lealdade e fidelidade para com o cônjuge na continuidade do vínculo familiar, sem esquecer a relação simétrica envolvendo direitos e deveres no casamento.

Este último aspecto é trazido à atenção, especialmente em termos de relação igualitária a vigorar no casamento, concorrendo para essa situação o conjunto de mudanças operadas na vida familiar nas últimas décadas, favorecendo a emancipação da mulher, sobretudo em termos profissionais e económicos.

Neste sentido, os maiores índices absolutos registados apontam como principais mudanças a maior autonomia feminina e a relação de igualdade entre Homem e Mulher na sociedade. Entre os inquiridos mereceu destaque também a opção ligada à liberalização do divórcio na sociedade, sem dúvida pelo recurso que fizeram desta medida para por termo à primeira conjugalidade.

A igualdade e a autonomia dos membros do casal foram também apontados em temas envolvendo o trabalho fora de casa, a carreira profissional, gastos pessoais e gestão económica familiar. Mesmo em assuntos referentes ao ambiente doméstico, como cuidar dos filhos ou renunciar ao bem-estar pessoal em benefício da família, o grau de autonomia e de liberdade de acção foi evidente. O mesmo pode ser dito em situações de investimento feminino numa carreira profissional, embora aqui alguma vertente masculina inquirida possa ter sido mais crítica. No geral porém, o sentimento é claro em apoio de uma relação simétrica nas questões de vida em casal e de organização familiar. Neste último caso, os sujeitos inquiridos concederam alguma importância à influência dos valores religiosos em questões de fidelidade e harmonia conjugal, sem dúvida ligados a princípios educativos próprios, mas no geral manifestaram-se maioritariamente em defesa das escolhas pessoais para regular a sua vida familiar, independentemente das crenças religiosas que possuam.

Sobre a justificação pessoal para o grande número de divórcios registados na sociedade actual, apontaram sobretudo para situações de *stress diário*, com as devidas consequências para o estado da relação conjugal. Nesta medida, compreende-se que esta opção seja seguida pelas que envolvem o *fim do amor* na relação marital, a *infidelidade conjugal* e até a *maior autonomia e independência feminina*. Questões ligadas a ‘problemas financeiros, legislação mais liberal sobre divórcio e de igualdade entre Homem e Mulher’, não foram muito referenciadas, ao contrário da ‘violência física e psicológica sobre um dos cônjuges’ que registou um valor numérico interessante. Esta última situação pode estar relacionada com situações vividas durante a primeira conjugalidade.

Mesmo assim, é clara a ideia do vínculo familiar terminar com base no *fim do amor* na vida conjugal, especialmente quando estão em causa problemas insolúveis nessa relação. No entanto, registe-se o índice numérico absoluto apresentado pela vertente masculina na opção ligada à dificuldade em terminar a relação conjugal, já observada no facto de ser a mulher quem toma mais vezes a iniciativa desse rompimento. Conclui-se portanto que não será ao primeiro sinal de problemas conjugais que se avança para o divórcio, mas sim quando o vínculo conjugal está esgotado, tendo-se tornado vazio e indiferente para os membros do casal.

Nesse sentido, a salvaguarda emocional das crianças existentes é evidente, especialmente para não as expor a uma ambiente familiar instável, onde a discussão e o conflito são constantes.

Por outro lado, os sujeitos inquiridos encararam a autonomia e liberdade dos cônjuges como sendo importantes para o casamento resultar, mas ao qual é forçoso juntar um espaço para o amor, compreensão, cedências mútuas e por vezes o sacrifício do bem-estar de um dos cônjuges, pois só primeiro factor não chega para o casamento resultar. São igualmente interessantes as considerações feitas em relação às interferências de parentes ou sogros no novo casamento, as quais são entendidas como prejudiciais para a vida conjugal. Finalmente, encaram o casamento sem o valor de sacramento sendo por isso dissolúvel por vontade de um dos cônjuges. Neste campo, foi visível a tendência em encarar o casamento pela Igreja como algo que não acrescentava nada à união conjugal. A sua maior frequência, no entanto, é justificada pelo cerimonial que envolve (vertente feminina) ou pela tradição familiar que o especializa (vertente masculina).

As situações envolvendo ‘fidelidade, respeito, apreço mútuo, compreensão, tolerância, bom relacionamento sexual e partilha de tarefas’ foram consideradas importantes ou mesmo muito importantes. Assumem alguma relevância temas como ‘viverem à parte dos sogros, possuírem a mesma crença religiosa e terem filhos’, enquanto são pouco ou nada relevantes para o sucesso do vínculo conjugal as opções relacionadas como ‘pertencerem ao mesmo grupo social, terem bons rendimentos económicos ou possuírem a mesma concordância política’.

A *União de Facto* foi encarada como ‘opção de vida tão correcta como o casamento’, mesmo sendo residual a consideração feita de ser uma ‘alternativa válida ao casamento’. Notam-se porém, algumas considerações críticas em relação a este modelo de conjugalidade, algo que deve ser relacionado com o conjunto de valores próprios defendidos pelos sujeitos em estudo.

Finalmente, entre os domínios que maior satisfação pessoal davam aos sujeitos inquiridos encontramos em primeiro lugar a relação com os filhos, seguido pela boa vida em casal. Actividades de lazer, convívio com os amigos e familiares surgem depois, com esta ordem de sequência. Opções como tarefas no lar e até mesmo os estudos/vida profissional foram pouco indicadas, ao contrário das actividades sociais de voluntariado político ou religioso, que manifestam alguma representatividade.

Concluindo esta síntese descritiva relativa às representações sobre o casamento, divórcio e coabitação, passamos agora para as opiniões dos sujeitos em situação de **casamento** (civil/religioso). Na vida em casal, salientaram também a importância da comunicação para a qualidade da relação, numa situação que não deixa de envolver outros factores como a fidelidade, a honestidade e a lealdade. Porém, a boa comunicação pode não chegar para a dar continuidade à relação, sinal de que são necessários outras condições para uma relação conjugal se manter estável. Indício igualmente importante reside na forma de qualificar as relações extra-conjugais, consideradas como ‘acto cobarde’ ou como ‘falta de lealdade e de respeito’ devidos ao cônjuge. Mesmo assim, algumas situações apontam para uma certa permissividade no modo de encarar esse fenómeno, especialmente entre a vertente masculina.

Em geral, foi notada a importância conferida a uma simetria de ideias em termos de direitos e deveres recíprocos na vida em casal. Mostrando ainda a forma como é sentida a independência e autonomia feminina no âmbito familiar, foram registadas como

principais opções a ‘maior autonomia da mulher em relação ao marido’, seguida pela ‘divisão mais igualitária das tarefas domésticas’ e a ‘maior democraticidade na relação familiar’. Como consequência, assinalámos ainda as mudanças operadas a nível de vida profissional activa nos dois géneros, tendo como reflexo natural a menor dependência económica da mulher face ao marido.

Quanto à relação laboral na vida em casal, mesmo existindo opiniões que concedem algum protagonismo ao Homem na vida conjugal (*ser o principal provisor do lar e tomar a maioria das decisões*), o conjunto das opções registadas pelos inquiridos concedeu uma igualdade de actuação entre os membros do casal, bem visível em áreas relacionadas com o trabalho fora de casa, a contribuição dos dois para o sustento da família e terem uma margem de autonomia nos seus gastos pessoais. Portanto, existe uma relação simétrica claramente assumida pelos inquiridos em questões envolvendo a vida laboral do casal.

Em termos de liberdade de pensamento e decisão sobre a regulação da vida conjugal, o maior índice absoluto registado aponta para ‘nenhuma religião se sobrepor aos princípios que o casal estabeleça para regular a sua vida familiar’. Mesmo assim, notamos em termos de conjunto alguma importância concedida às crenças religiosas (quaisquer que sejam), no sentido de ajudar os casais a empenharem-se e a preservarem o seu casamento. Naturalmente, este aspecto deve ser relacionado com o sentimento expresso pelos sujeitos inquiridos em termos de educação e crença religiosa, sem esquecer também a sua idade e o número de anos que têm de vida conjugal em comum.

Em situações ligadas ao divórcio, os factores mais apontados pelos sujeitos inquiridos apontam para os efeitos do *stress diário na qualidade da relação conjugal*, especialmente em termos de falta de comunicação e pelo consequente afastamento entre os cônjuges. Como segunda opção mais escolhida tivemos a *infidelidade conjugal*, algo possível quando a relação já atingiu um ponto de ruptura ou quando a relação até então existente se esgotou, perdendo significado a vida em conjunto. Esta última observação não deixa de estar reflectida na terceira opção mais escolhida para justificar a dissolução da relação até então existente – o *fim do amor e do sentimento afectivo no vínculo conjugal*. Aspectos como ‘direitos iguais’, ‘recusa em adaptação mútua’, ‘problemas financeiros’ e mesmo a ‘facilidade jurídica em obter o divórcio’, sendo mencionados, têm representatividade limitada no conjunto das opções consideradas pelos inquiridos.

Foi igualmente notada a tendência para aceitar a finalização da vida conjugal quando a relação até então existente entrou numa situação clara e definitiva de ruptura, novamente com o fim do amor na relação até então existente. Sem essa condicionante, uma parte significativa dos inquiridos, sobretudo masculinos, mostram alguma relutância em terminar o vínculo conjugal. Portanto, também nestes sujeitos não é por qualquer motivo que a vida conjugal acaba por terminar. De facto, assume grande relevo entre os inquiridos a ideia de que problemas graves (e só esses) podem fundamentar o divórcio, justificada ainda pelo facto de estarem a viver um casamento vazio e sem significado afectivo.

Por outro lado, se o ambiente doméstico está degradado, sujeitar os filhos a viver nesse meio não seria agradável para os pais, novamente pela instabilidade emocional provocada nas crianças. No entanto e tendo em atenção os valores e conduta pessoais exibidos pelo conjunto de inquiridos neste assunto, existe uma parte significativa deles, sobretudo na vertente masculina, que defendem a manutenção do casamento, apesar das dificuldades de relacionamento entre os membros do casal. Em defesa desta ideia, argumentam que seriam os filhos, ainda assim, quem mais sofreriam com a separação definitiva dos pais.

Em situação de casamento e tendo em atenção os factores indispensáveis para a vida em casal resultar, manifestaram grande concordância em aspectos envolvendo a necessidade de existir um projecto a dois, com partilha, mas também autonomia entre os membros do casal, sem esquecer as cedências e boa comunicação entre os cônjuges. De igual modo, estão de acordo quanto ao facto dos parentes ou sogros poderem interferir na qualidade da relação, bem como as dificuldades económicas poderem por em causa a continuidade do vínculo conjugal.

Para o bom êxito do casamento, os inquiridos salientam ainda a importância de valores como a ‘fidelidade, o apreço mútuo e a tolerância’, mas também factores envolvendo ‘gostos comuns, bom relacionamento sexual e viverem à parte dos sogros’. Outras opções assumiram alguma importância, como é o caso de terem filhos e possuírem a mesma crença religiosa. Entre os factores que foram pouco valorizados para o sucesso no casamento estiveram as opções ligadas à ‘mesma concordância política’ e de algum modo ‘serem do mesmo grupo social’. São portanto várias as situações apresentadas neste campo, mas com tendência a serem consideradas de modo igual pelos dois géneros em estudo.

Embora alguns dos inquiridos salientem que o casamento pela Igreja não acrescenta nada à união conjugal e seja habitual ou mais praticado devido à tradição ou à cerimónia festiva a ele associado, encontramos também opiniões que conferem um grau de relevância ao casamento pela Igreja, sem dúvida pela importância da socialização que receberam nesse sentido onde a valorização do casamento pela Igreja surge com grande pertinência nesses inquiridos.

Neste sentido, não surpreende encontrar uma distinção de opiniões em relação ao conceito de vida em *União de Facto*. Uma vertente atribui um conceito negativo e crítico em relação à *União de Facto* considerando-a uma opção conjugal inferior ao casamento e sendo também incapazes de começarem a sua vida conjugal por este modelo de família. A outra vertente, ligeiramente maioritária, relaciona a *União de Facto* como uma opção de vida tão correcta como o casamento ou mesmo como alternativa válida ao casamento.

Por fim e falando sobre os domínios de satisfação pessoal na vida familiar, notamos a importância conferida à relação com os filhos em primeiro lugar, seguida pelas que envolvem a vida em casal e pelo convívio com amigos/colegas de trabalho. Opções como a relação com os parentes mais próximos, os estudos/vida profissional e as actividades de lazer, mesmo existentes, não atingiram um valor significativo.

8. Apresentação e Análise dos Resultados

8.1. Avaliação Jurídica Familiar

Na última categoria referente à investigação realizada – **Avaliação Jurídica Familiar (Área VI)** – desejamos observar o grau de conhecimento dos sujeitos em análise quanto à legislação existente sobre Políticas de Família em Portugal, de modo a estabelecer uma relação entre o Ambiente Jurídico familiar promovido pelo Estado com os anseios e as necessidades dos casais nas diferentes configurações familiares em estudo.

Assim, observámos o modo como foi evidenciado pelos inquiridos o conhecimento da legislação existente sobre legislação familiar, completando essa análise com a manifestação da sua satisfação face ao conjunto de medidas publicadas pelo Estado visando a protecção social das famílias do País. Analisámos ainda vários aspectos onde os inquiridos se manifestavam sobre os seus direitos e benefícios sociais tendo em atenção o que seria legítimo esperar do Estado.

Tendo ainda em atenção a avaliação do Ambiente Jurídico ligado à protecção familiar, foi considerado se os Organismos e Secretarias de Estado ligados a esta área têm desenvolvido um bom trabalho no âmbito da Legislação publicada visando a salvaguarda dos legítimos interesses da Família em Portugal.

Finalmente, fizemos uma análise descritiva das opiniões manifestadas pelos sujeitos inquiridos em relação a um conjunto de medidas legislativas que gostariam de ver implementadas pelo Estado em benefício da sua situação conjugal.

Vejamos os dados recolhidos na investigação.

8.1.1. Distribuição dos Sujeitos – Famílias Monoparentais/Unipessoais; Casais em União de Facto; Casais em União de Facto com anterior vida conjugal (casamento/coabitação); Casais em Recomposição Familiar (2º casamento); Casais unidos por Casamento (civil/religioso) – género masculino e feminino.

QUADRO LXVI – GRAU DE SATISFAÇÃO PELAS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE SATISFAÇÃO FACE ÀS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA ESTABELECIDAS PELO ESTADO	FREQUÊNCIA Famílias Monoparentais/Unipessoais											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Rendimento Social de Inserção.	0	4	3	3	0	4	2	4	0	8	5	7
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Abono de Família a crianças e jovens.	0	4	3	3	0	4	5	1	0	8	8	4
. Protecção à Maternidade e Paternidade.	0	6	1	3	0	7	1	2	0	13	2	5
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial.	0	7	1	2	1	9	0	0	1	16	1	2
. Atribuição de direitos iguais a casais vivendo em <i>União de Facto</i> há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	0	6	1	3	2	7	0	1	2	13	1	4
. Consulta e planeamento familiar.	0	6	1	3	2	6	1	1	2	12	2	4
. Assistência social à família carenciada.	0	4	0	6	0	2	3	5	0	6	3	11
. Promoção da natalidade.	0	0	4	6	1	2	6	1	1	2	10	7
. Igualdade entre géneros – Homem/Mulher.	0	4	0	6	2	4	2	2	2	8	2	8

. Aprovação do regime jurídico para a adopção, privilegiando o acolhimento, a integração e o desenvolvimento da criança.	0	1	4	5	1	3	4	2	1	4	8	7
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do regime de protecção social na eventualidade de doença	0	4	1	5	0	2	5	3	0	6	6	8
. Abono de família pré-natal.	0	7	1	2	1	2	4	3	1	9	5	5
. Complemento solidário para idosos.	0	5	1	4	1	1	6	2	1	6	7	6
. Actualização do programa de Expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	0	4	0	6	1	4	4	1	1	8	4	7
. Plano Nacional contra a violência doméstica.	0	8	0	2	1	3	4	2	1	11	4	4
TOTAIS PARCIAIS	0	70	21	59	13	60	47	30	13	130	68	89

M.S. ⇔ Muito Satisfeito; S. ⇔ Satisfeito; N.S. ⇔ Nada Satisfeito; N.S/N.C.; ⇔ Não Sei/Não conheço a Lei

QUADRO LXVI – 1 – GRAU DE SATISFAÇÃO PELAS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE SATISFAÇÃO FACE ÀS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA ESTABELECIDAS PELO ESTADO	FREQUÊNCIA											
	Famílias em União de Facto											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Rendimento Social de Inserção.	0	3	2	5	0	5	2	3	0	8	4	8
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Abono de Família a crianças e jovens.	1	3	3	3	2	2	5	1	3	5	8	4
. Protecção à Maternidade e Paternidade.	4	4	2	0	2	4	3	1	6	8	5	1
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial.	0	3	3	4	0	3	2	5	0	6	5	9

. Atribuição de direitos iguais a casais vivendo em <i>União de Facto</i> há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	4	6	0	0	3	7	0	0	7	13	0	0
. Consulta e planeamento familiar.	0	7	0	3	0	5	1	4	0	12	1	7
. Assistência social à família carenciada.	0	3	1	6	0	3	1	6	0	6	2	12
. Promoção da natalidade.	0	3	4	3	1	0	5	4	1	3	9	7
. Igualdade entre géneros – Homem/Mulher.	0	10	0	0	2	4	0	4	2	14	0	4
. Aprovação do regime jurídico para a adopção, privilegiando o acolhimento, a integração e o desenvolvimento da criança.	0	4	0	6	0	4	0	6	0	8	0	12
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do regime de protecção social na eventualidade de doença	0	6	0	4	2	2	2	4	2	8	2	8
. Abono de família pré-natal.	0	3	5	2	1	0	5	4	1	3	10	6
. Complemento solidário para idosos.	0	4	1	5	2	0	4	4	2	4	5	9
. Actualização do programa de Expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	0	5	2	3	0	4	2	4	0	9	4	7
. Plano nacional contra a violência doméstica.	0	7	0	3	0	3	0	7	0	10	0	10
TOTAIS PARCIAIS	9	71	23	47	15	46	32	57	24	117	55	104

M.S. ⇔ Muito Satisfeito; S. ⇔ Satisfeito; N.S. ⇔ Nada Satisfeito; N.S/N.C.; ⇔ Não Sei/Não conheço a Lei

QUADRO LXVI – 2 – GRAU DE SATISFAÇÃO PELAS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE SATISFAÇÃO FACE ÀS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA ESTABELECIDAS PELO ESTADO	FREQUÊNCIA											
	Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Rendimento Social de Inserção.	0	1	2	7	0	1	3	6	0	2	5	13
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Abono de Família a crianças e jovens.	1	3	1	5	0	3	6	1	1	6	7	6
. Protecção à Maternidade e Paternidade.	3	5	1	1	1	4	4	1	4	9	5	2
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial.	0	4	3	3	2	5	2	1	2	9	5	4
. Atribuição de direitos iguais a casais vivendo em <i>União de Facto</i> há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	3	7	0	0	2	6	2	0	5	13	2	0
. Consulta e planeamento familiar.	0	4	1	5	0	3	3	4	0	7	4	9
. Assistência social à família carenciada.	0	2	1	7	0	1	2	7	0	3	3	14
. Promoção da natalidade.	0	5	4	1	0	1	5	4	0	6	9	5
. Igualdade entre géneros – Homem/Mulher.	0	9	0	1	2	6	0	2	2	15	0	3
. Aprovação do regime jurídico para a adopção, privilegiando o acolhimento, a integração e o desenvolvimento da criança.	0	2	1	7	0	1	4	5	0	3	5	12
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do regime de protecção social na eventualidade de doença	0	7	0	3	0	0	3	7	0	7	3	10
. Abono de família pré-natal.	0	2	4	4	0	2	2	6	0	4	6	10

. Complemento solidário para idosos.	0	2	1	7	0	3	4	3	0	5	5	10
. Actualização do programa de Expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	0	5	2	3	0	3	5	2	0	8	7	5
. Plano nacional contra a violência doméstica.	0	6	0	4	2	5	2	1	2	11	2	5
TOTAIS PARCIAIS	7	64	21	58	9	44	47	50	16	108	68	108

M.S. ⇔ Muito Satisfeito; S. ⇔ Satisfeito; N.S. ⇔ Nada Satisfeito; N.S/N.C.; ⇔ Não Sei/Não conheço a Lei

QUADRO LXVI – 3 – GRAU DE SATISFAÇÃO PELAS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE SATISFAÇÃO FACE ÀS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA ESTABELECIDAS PELO ESTADO	FREQUÊNCIA											
	Famílias em Recomposição – 2º casamento											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Rendimento Social de Inserção.	0	2	5	3	0	4	0	6	0	6	5	9
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Abono de Família a crianças e jovens.	1	2	5	2	0	1	8	1	1	3	13	2
. Protecção à Maternidade e Paternidade.	1	5	1	3	0	9	1	0	1	14	2	3
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial.	0	8	1	1	0	8	2	0	0	16	3	1
. Atribuição de direitos iguais a casais vivendo em <i>União de Facto</i> há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	1	3	1	5	1	4	1	4	2	7	2	9
. Consulta e planeamento familiar.	1	4	0	5	3	5	2	0	4	9	2	5
. Assistência social à família carenciada.	1	2	5	2	0	1	6	3	1	3	11	5

. Promoção da natalidade.	1	3	2	4	0	3	7	0	1	6	9	4
. Igualdade entre géneros – Homem/Mulher.	1	6	1	2	2	7	1	0	3	13	2	2
. Aprovação do regime jurídico para a adopção, privilegiando o acolhimento, a integração e o desenvolvimento da criança.	1	2	1	6	2	1	3	4	3	3	4	10
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do regime de protecção social na eventualidade de doença	0	9	0	1	0	4	3	3	0	13	3	4
. Abono de família pré-natal.	1	2	3	4	0	5	5	0	1	7	8	4
. Complemento solidário para idosos.	1	2	2	5	1	4	2	3	2	6	4	8
. Actualização do programa de Expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	1	3	2	4	1	7	2	0	2	10	4	4
. Plano nacional contra a violência doméstica.	2	7	0	1	1	7	0	2	3	14	0	3
TOTAIS PARCIAIS	13	60	29	48	11	70	43	26	24	130	72	74

M.S. ⇔ Muito Satisfeito; S. ⇔ Satisfeito; N.S. ⇔ Nada Satisfeito; N.S/N.C.; ⇔ Não Sei/Não conheço a Lei

QUADRO LXVI – 4 – GRAU DE SATISFAÇÃO PELAS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE SATISFAÇÃO FACE ÀS MEDIDAS DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA ESTABELECIDAS PELO ESTADO	FREQUÊNCIA											
	Famílias com Casamento								TOTAL DE OPINIÕES			
	Homens				Mulheres							
	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC	MS	S	NS	NS/NC
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Rendimento Social de Inserção.	0	4	2	4	0	2	3	5	0	6	5	9
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Abono de Família a crianças e jovens.	0	6	2	2	0	4	6	0	0	10	8	2

. Protecção à Maternidade e Paternidade.	1	4	1	4	2	5	2	1	3	9	3	5
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial.	0	3	2	5	0	7	3	0	0	10	5	5
. Atribuição de direitos iguais a casais vivendo em <i>União de Facto</i> há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	0	7	0	3	2	5	2	1	2	12	2	4
. Consulta e planeamento familiar.	0	7	1	2	1	6	0	3	1	13	1	5
. Assistência social à família carenciada.	0	7	1	2	3	1	4	2	3	8	5	4
. Promoção da natalidade.	0	4	4	2	1	0	4	5	1	4	8	7
. Igualdade entre géneros – Homem/Mulher.	0	9	0	1	3	3	2	2	3	12	2	3
. Aprovação do regime jurídico para a adopção, privilegiando o acolhimento, a integração e o desenvolvimento da criança.	2	3	5	0	3	2	4	1	5	5	9	1
. Diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do regime de protecção social na eventualidade de doença	0	3	1	6	0	4	3	3	0	7	4	9
. Abono de família pré-natal.	0	4	3	3	4	0	3	3	4	4	6	6
. Complemento solidário para idosos.	0	4	2	4	3	3	3	1	3	7	5	5
. Actualização do programa de Expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	0	4	3	3	3	3	3	1	3	7	6	4
. Plano nacional contra a violência doméstica.	0	9	0	1	4	2	2	2	4	11	2	3
TOTAIS PARCIAIS	3	78	27	42	29	47	44	30	32	125	71	72

M.S. ⇔ Muito Satisfeito; S. ⇔ Satisfeito; N.S. ⇔ Nada Satisfeito; N.S/N.C.; ⇔ Não Sei/Não conheço a Lei

QUADRO LXVII – GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À PROTECÇÃO DA FAMÍLIA ESTABELECIDADA PELO ESTADO	FREQUÊNCIA Famílias Monoparentais/Unipessoais											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC
Rendimento Social de Inserção.	0	4	6	0	1	1	6	2	1	5	12	2
Abono de Família.	0	10	0	0	3	5	2	0	3	15	2	0
Protecção à Maternidade/Paternidade.	0	3	7	0	2	4	3	1	2	7	10	1
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial	4	5	0	1	3	3	3	1	7	8	3	2
. Direitos iguais a casais vivendo em União de Facto há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	0	2	6	2	1	2	7	0	1	4	13	2
. Planeamento familiar.	0	1	9	0	2	2	6	0	2	3	15	0
. Assistência social à família carenciada.	0	0	7	3	1	1	7	1	1	1	14	4
. Promoção da natalidade.	0	3	5	2	1	1	7	1	1	4	12	3
. Igualdade entre géneros.	0	3	5	2	1	3	6	0	1	6	11	2
. Adopção.	0	4	4	2	2	2	5	1	2	6	9	3
Protecção social na eventualidade de doença.	0	1	6	3	1	2	4	3	1	3	10	6
. Abono de família pré-natal.	0	1	6	3	2	3	4	1	2	4	10	4
. Complemento solidário para idosos.	0	0	4	6	1	1	5	3	1	1	9	9
. Educação Pré-Escolar	0	5	4	1	1	3	3	3	1	8	7	4
. Violência doméstica.	0	4	4	2	1	3	5	1	1	7	9	3
TOTAIS PARCIAIS	4	46	73	27	23	36	73	18	27	82	146	45

C.L. ⇔ Conheço a Lei; S.L. ⇔ Sei as bases gerais da Lei; J.L. ⇔ Já ouvi falar da Lei; N.S/N.C. ⇔ Não sei/não conheço a Lei.

QUADRO LXVII – 1 – GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À PROTECÇÃO DA FAMÍLIA ESTABELECIDADA PELO ESTADO	FREQUÊNCIA Famílias em União de Facto											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	CL	SL	JL	NS/ NC	CL	SL	JL	NS/ NC	CL	SL	JL	NS/ NC
Rendimento Social de Inserção.	1	3	3	3	0	5	1	4	1	8	4	7
Abono de Família.	1	7	0	2	1	6	2	1	2	13	2	3
Protecção à Maternidade/Paternidade.	1	7	2	0	1	6	2	1	2	13	4	1
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial	2	5	3	0	0	3	4	3	2	8	7	3
. Direitos iguais a casais vivendo em União de Facto há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	3	6	1	0	4	4	1	1	7	10	2	1
. Planeamento familiar.	0	5	3	2	1	5	3	1	1	10	6	3
. Assistência social à família carenciada.	1	1	4	4	0	3	4	3	1	4	8	7
. Promoção da natalidade.	1	1	5	3	1	1	5	3	2	2	10	6
. Igualdade entre géneros.	2	3	3	2	1	3	2	4	3	6	5	6
. Adopção.	1	2	4	3	0	4	2	4	1	6	6	7
Protecção social na eventualidade de doença.	1	1	4	4	0	6	1	3	1	7	5	7
. Abono de família pré-natal.	1	3	3	3	1	4	3	2	2	7	6	5
. Complemento solidário para idosos.	0	3	2	5	0	4	1	5	0	7	3	10
. Educação Pré-Escolar	0	5	3	2	0	4	4	2	0	9	7	4
. Violência doméstica.	2	2	4	2	0	3	4	3	2	5	8	5
TOTAIS PARCIAIS	17	54	44	35	10	61	39	40	27	115	83	75

C.L. ⇔ Conheço a Lei; S.L. ⇔ Sei as bases gerais da Lei; J.L. ⇔ Já ouvi falar da Lei; N.S/N.C. ⇔ Não sei/não conheço a Lei.

QUADRO LXVII – 2 – GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À PROTECÇÃO DA FAMÍLIA ESTABELECIDADA PELO ESTADO	FREQUÊNCIA											
	Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC
Rendimento Social de Inserção.	1	1	3	5	1	2	2	5	2	3	5	10
Abono de Família.	1	6	1	2	2	7	1	0	3	13	2	2
Protecção à Maternidade/Paternidade.	1	5	4	0	3	3	4	0	4	8	8	0
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial	1	6	3	0	2	5	3	0	3	11	6	0
. Direitos iguais a casais vivendo em União de Facto há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	3	6	1	0	5	3	1	1	8	9	2	1
. Planeamento familiar.	0	4	4	2	1	3	3	3	1	7	7	5
. Assistência social à família carenciada.	1	0	4	5	1	1	3	5	2	1	7	10
. Promoção da natalidade.	1	0	7	2	0	2	5	3	1	2	12	5
. Igualdade entre géneros.	1	3	3	3	0	4	3	3	1	7	6	6
. Adopção.	1	2	5	2	0	3	4	3	1	5	9	5
Protecção social na eventualidade de doença.	1	0	6	3	0	1	6	3	1	1	12	6
. Abono de família pré-natal.	1	2	4	3	0	1	7	2	1	3	11	5
. Complemento solidário para idosos.	0	2	1	7	0	3	5	2	0	5	6	9
. Educação Pré-Escolar	0	4	4	2	0	4	6	0	0	8	10	2
. Violência doméstica.	1	1	7	1	0	5	4	1	1	6	11	2
TOTAIS PARCIAIS	14	42	57	37	15	47	57	31	29	89	114	68

C.L. ⇔ Conheço a Lei; S.L. ⇔ Sei as bases gerais da Lei; J.L. ⇔ Já ouvi falar da Lei; N.S/N.C. ⇔ Não sei/não conheço a Lei.

QUADRO LXVII – 3 – GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À PROTECÇÃO DA FAMÍLIA ESTABELECIDADA PELO ESTADO	FREQUÊNCIA Famílias em Recomposição (2º casamento)											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC
Rendimento Social de Inserção.	0	3	7	0	1	3	4	2	1	6	11	2
Abono de Família.	1	4	4	1	1	9	0	0	2	13	4	1
Protecção à Maternidade/Paternidade.	1	3	6	0	1	8	0	1	2	11	6	1
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial	2	6	2	0	4	4	2	0	6	10	4	0
. Direitos iguais a casais vivendo em União de Facto há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	1	3	6	0	1	5	2	2	2	8	8	2
. Planeamento familiar.	0	2	5	3	0	6	4	0	0	8	9	3
. Assistência social à família carenciada.	0	2	6	2	0	5	2	3	0	7	8	5
. Promoção da natalidade.	2	0	6	2	0	6	1	3	2	6	7	5
. Igualdade entre géneros.	2	2	4	2	0	7	3	0	2	9	7	2
. Adopção.	1	2	5	2	0	4	5	1	1	6	10	3
Protecção social na eventualidade de doença.	1	2	6	1	1	6	2	1	2	8	8	2
. Abono de família pré-natal.	1	1	4	4	0	6	2	2	1	7	6	6
. Complemento solidário para idosos.	0	3	3	4	0	5	2	3	0	8	5	7
. Educação Pré-Escolar	0	4	6	0	0	6	3	1	0	10	9	1
. Violência doméstica.	1	2	6	1	0	4	6	0	1	6	12	1
TOTAIS PARCIAIS	13	39	76	22	9	84	38	19	22	123	114	41

C.L. ⇔ Conheço a Lei; S.L. ⇔ Sei as bases gerais da Lei; J.L. ⇔ Já ouvi falar da Lei; N.S/N.C. ⇔ Não sei/não conheço a Lei.

QUADRO LXVII – 4 – GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA PELO ESTADO

GRAU DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO RELATIVA À PROTECÇÃO DA FAMÍLIA ESTABELECIDADA PELO ESTADO	FREQUÊNCIA Famílias com Casamento											
	Homens				Mulheres				TOTAL DE OPINIÕES			
	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC	CL	SL	JL	NS/NC
Rendimento Social de Inserção.	0	2	6	2	0	4	5	1	0	6	11	3
Abono de Família.	1	6	1	2	1	8	1	0	2	14	2	2
Protecção à Maternidade/Paternidade.	1	4	2	3	1	8	1	0	2	12	3	3
Regulação do Poder Paternal em caso de Divórcio ou Separação Judicial	1	3	2	4	0	5	5	0	1	8	7	4
. Direitos iguais a casais vivendo em União de Facto há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados.	0	3	5	2	0	5	5	0	0	8	10	2
. Planeamento familiar.	0	5	4	1	0	6	3	1	0	11	7	2
. Assistência social à família carenciada.	1	2	5	2	0	6	3	1	1	8	8	3
. Promoção da natalidade.	0	2	8	0	0	3	6	1	0	5	14	1
. Igualdade entre géneros.	0	4	6	0	3	4	1	2	3	8	7	2
. Adopção.	0	4	4	2	0	7	2	1	0	11	6	3
Protecção social na eventualidade de doença.	0	6	1	3	0	7	2	1	0	13	3	4
. Abono de família pré-natal.	0	3	4	3	0	5	3	2	0	8	7	5
. Complemento solidário para idosos.	0	3	5	2	2	3	5	0	2	6	10	2
. Educação Pré-Escolar	0	3	4	3	0	7	2	1	0	10	6	4
. Violência doméstica.	0	2	6	2	3	2	4	1	3	4	10	3
TOTAIS PARCIAIS	4	52	63	31	10	80	48	12	14	132	111	43

C.L. ⇔ Conheço a Lei; S.L. ⇔ Sei as bases gerais da Lei; J.L. ⇔ Já ouvi falar da Lei; N.S/N.C. ⇔ Não sei/não conheço a Lei.

QUADRO LXVIII – DIREITOS E BENEFÍCIOS DO ESTADO ESTÃO AQUÉM DO DESEJADO PELAS FAMÍLIAS

DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS DO ESTADO NA SOCIEDADE ESTÃO AQUÉM DOS DESEJOS DAS FAMÍLIAS	FREQUÊNCIA Famílias Monoparentais/Unipessoais									FREQUÊNCIA Famílias em União de Facto								
	Homens			Mulheres			TOTAL			Homens			Mulheres			TOTAL		
	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A
Rendimento Social de Inserção.	3	7	-	3	7	-	6	14	-	3	7	-	2	8	-	5	15	-
Fiscalidade e IRS.	7	3	-	5	5	-	12	8	-	7	3	-	5	5	-	12	8	-
Abonos de Família.	9	1	-	7	3	-	16	4	-	6	4	-	5	5	-	11	9	-
Adopção.	0	0	10	1	9	-	1	9	10	2	3	5	2	5	3	4	8	8
Protecção social na eventualidade de doença.	10	0	-	5	5	-	15	5	-	3	7	-	9	1	-	12	8	-
Herança Patrimonial/Partilha de Bens.	9	1	-	3	7	-	12	8	-	3	7	-	6	4	-	9	11	-
Exercício do Poder Paternal.	6	3	1	3	7	-	9	10	1	1	7	2	2	2	6	3	9	8
Educação pré-escolar.	9	0	1	5	5	-	14	5	1	4	5	1	8	1	1	12	6	2
Alimentos e Visitas fixados pelo Tribunal.	2	8	-	5	5	-	7	13	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Transmissão de arrendamento	0	0	-	0	0	-	0	0	-	3	7	-	3	7	-	6	14	-
TOTAL PARCIAL	55	23	12	37	53	-	92	76	12	32	50	8	42	38	10	74	88	18

S ⇔ SIM ; N ⇔ Não ; N/A ⇔ Não se Aplica

QUADRO LXVIII – 1 – DIREITOS E BENEFÍCIOS DO ESTADO ESTÃO AQUÉM DO DESEJADO PELAS FAMÍLIAS

DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS DO ESTADO NA SOCIEDADE ESTÃO AQUÉM DOS DESEJOS DAS FAMÍLIAS	FREQUÊNCIA									FREQUÊNCIA								
	Famílias em União de facto, com anterior vida conjugal									Famílias em Recomposição (2º casamento)								
	Homens			Mulheres			TOTAL			Homens			Mulheres			TOTAL		
	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A
Rendimento Social de Inserção.	0	10	-	2	8	-	2	18	-	0	10	-	1	9	-	1	19	-
Fiscalidade e IRS.	10	0	-	8	2	-	18	2	-	6	4	-	9	1	-	15	5	-
Abonos de Família.	6	4	-	8	2	-	14	6	-	6	4	-	10	0	-	16	4	-
Adopção.	0	5	5	1	5	4	1	10	9	1	9	-	1	9	-	2	18	-
Protecção social na eventualidade de doença.	6	4	-	6	4	-	12	8	-	1	9	-	7	3	-	8	12	-
Herança Patrimonial/Partilha de Bens.	2	8	-	7	3	-	9	11	-	2	8	-	3	7	-	5	15	-
Exercício do Poder Paternal.	1	7	2	5	5	-	6	12	2	3	7	-	1	9	-	4	16	-
Educação pré-escolar.	5	4	1	6	4		11	8	1	6	4	-	6	4	-	12	8	-
Transmissão de arrendamento.	1	9	-	4	6	-	5	15	-	1	9	-	1	9	-	2	18	-
Papel Social de Padrasto/Madrasta	0	7	3	3	6	1	3	13	4	0	5	5	1	4	5	1	9	10
Alimentos e Visitas fixados pelo Tribunal.	1	6	3	5	5	-	6	11	3	5	5	-	6	3	1	11	8	1
TOTAL PARCIAL	32	64	14	55	50	5	87	114	19	31	74	5	46	58	6	77	132	11

S ⇔ SIM ; N ⇔ Não ; N/A ⇔ Não se Aplica

QUADRO LXVIII – 2 – DIREITOS E BENEFÍCIOS DO ESTADO ESTÃO AQUÉM DO DESEJADO PELAS FAMÍLIAS

DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS DO ESTADO NA SOCIEDADE ESTÃO AQUÉM DOS DESEJOS DAS FAMÍLIAS	FREQUÊNCIA								
	Famílias com Casamento								
	Homens			Mulheres			TOTAL		
	S	N	N/A	S	N	N/A	S	N	N/A
Rendimento Social de Inserção.	0	10	-	2	8	-	2	18	-
Fiscalidade e IRS.	10	0	-	9	1	-	19	1	-
Abonos de Família.	6	4	-	8	2	-	14	6	-
Adopção.	5	5	-	2	8	-	7	13	-
Protecção social na eventualidade de doença.	4	6	-	7	3	-	11	9	-
Herança Patrimonial/Partilha de Bens.	0	10	-	6	4	-	6	14	-
Educação pré-escolar.	8	2	-	10	0	-	18	2	-
TOTAL PARCIAL	33	37	-	44	26	-	77	63	-

S ⇔ SIM ; N ⇔ Não ; N/A ⇔ Não se Aplica

QUADRO LXIX – FILHOS E EVENTUAL DISCRIMINAÇÃO SOCIAL

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DOS INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	H	M	T	
OS FILHOS E A EVENTUAL DISCRIMINAÇÃO SOCIAL DEVIDO À OPÇÃO CONJUGAL																
Não. Não sinto em lado nenhum alguma discriminação ou preconceito em relação aos filhos.	3	6	9	5	2	7	3	7	10	8	7	15				41
Não sinto e nunca permitiria qualquer situação de discriminação em relação à minha situação familiar.	4	0	4	3	4	7	4	0	4	2	3	5				20
Existem sempre algumas vozes críticas, mas no geral todos aceitam a situação familiar existente.	2	4	6	0	0	0	0	1	1	0	0	0				7
Sim. Ainda permanecem nas mentes de algumas pessoas algum preconceito derivado da situação de divórcio, o qual acaba por causar algum prejuízo emocional nos filhos.	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0				1
Não se Aplica	1	0	1	2	4	6	3	1	4	0	0	0				11
TOTAL PARCIAL	20			20			20			20			0			80

QUADRO LXIX – 1 – IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE FILHOS NASCIDOS DENTRO E FORA DO CASAMENTO

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DOS INQUIRIDOS
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	Homem	Mulher	Total	
IGUALDADE DE DIREITOS																
Sem dúvida, pois todas as crianças devem ter os mesmos direitos, nascidas ou não dentro do casamento legalmente constituído.													8	7	15	15
Sim, pois cada um é livre de escolher a forma de conjugalidade em que deseja viver e os filhos nunca ter a culpa da opção de vida dos adultos.													2	3	5	5
Não. É claramente injusto que os filhos nascidos numa família legalmente constituída tenham os mesmos direitos que os filhos das famílias constituídas em União de facto ou nascidas fora do casamento.													0	0	0	0
Nunca, pois assim os padrões morais da sociedade acabam por ser desvirtuados. Além disso, abre-se o caminho para a falta de responsabilidade social.													0	0	0	0
TOTAL PARCIAL	0			0			0			0			20			20

QUADRO LXX – TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS ORGANISMOS E SECRETARIAS DE ESTADO DA FAMÍLIA

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS ORGANISMOS E SECRETARIAS DE ESTADO DA FAMÍLIA - opinião																
Tem realizado algum trabalho, nomeadamente em questões de igualdade e de género, mas podia fazer muito mais, especialmente em questões de Abonos Familiares, Maternidade, Adopção, Divórcio e até na revisão da Fiscalidade.	5	4	9	3	4	7	4	4	8	5	6	11	6	3	9	44
Não. As leis são insuficientes ou ineficientes em certos casos (Exercício do Poder Paternal ou Pensão de Alimentos em situações de divórcio, por exemplo) e nem sempre correspondem às realidades familiares dos casais ou de quem vive em situação de monoparentalidade.	1	4	5	3	5	8	4	2	6	2	2	4	1	4	5	28
Por vezes, a legislação publicada pelos Organismos do Estado ligados à Família está desajustada das reais necessidades dos casais. Em outros casos, não resolve os problemas sociais das famílias, especialmente quando estas são numerosas e não são beneficiadas em termos de tributação fiscal.	0	1	1	1	1	2	1	4	5	1	2	3	2	2	4	15
Sim. Dentro da actual situação familiar, os membros do casal e as crianças dispõem de um conjunto de leis que salvaguarda os seus direitos e necessidades sociais básicas.	4	1	5	3	0	3	1	0	1	2	0	2	1	1	2	13
TOTAL PARCIAL	20			20			20			20			20			100

ANÁLISE DE CONTEÚDO – 5 –

MEDIDAS LEGISLATIVAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELO ESTADO EM BENEFÍCIO DA SITUAÇÃO CONJUGAL DAS FAMÍLIAS

- Género Masculino –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. MEDIDAS LEGISLATIVAS.	. ABONO DE FAMÍLIA/ SUBSÍDIOS	Famílias Monoparentais: -----
		Famílias em União de Facto: Foi salientada a necessidade dos Abono de Família serem mais Expressivo, em termos de quantitativos concedidos às famílias.
		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal: O aumento dos Abonos de Família marca também as sugestões dadas neste domínio pelos inquiridos.
		Famílias em Recomposição (2º Casamento): Sugere-se o aumento das dotações para as famílias numerosas, com a revisão dos montantes pagos anualmente.
		Famílias com Casamento Os sujeitos neste modelo familiar sugeriram várias medidas a serem tomadas pelo Estado, nomeadamente: - Aumentar os Abonos de Família para as famílias mais carenciadas ou numerosas. - Apoiar com bolsas de estudo os estudantes provenientes de famílias numerosas como forma de evitar que as dificuldades financeiras sejam um impedimento à obtenção do seu Curso. - Premiar os jovens estudantes quanto á sua assiduidade, empenho e resultados escolares obtidos. - Maior Abono de Família aos casais com dois ou mais filhos.
		Famílias Monoparentais . No campo das sugestões ligadas à Fiscalidade, os inquiridos neste modelo familiar propõem a concessão de maiores benefícios fiscais contemplando áreas como a Saúde, Escolaridade e de Agregado familiar. Apontam também a necessidade de mais benefícios fiscais ao progenitor que paga pensão de alimentos, sem esquecer a redução do IRS para as famílias monoparentais e mais apoios sociais a famílias unipessoais.

	. FISCALIDADE	Famílias em União de Facto As medidas em termos fiscais para este sujeitos envolvem a diminuição da carga fiscal para as famílias com filhos, mais incentivos fiscais às famílias, especialmente aos casais com filhos, sem esquecer uma taxa de IRS mais baixa para casais ainda jovens.
		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal: Os inquiridos neste modelo familiar sugerem a Bonificação das taxas de juro para às famílias numerosas; incentivos fiscais às famílias com maior número de membros e de um modo geral, menos impostos para as famílias. São claros, em propor também benefícios fiscais para os casais vivendo em coabitação por vários anos e menor carga fiscal para as famílias numerosas, sejam eles coabitantes ou casados.
		Famílias em Recomposição (2º Casamento): Considerando como facto a existência de uma carga fiscal muito penalizadora para as famílias em geral e numerosas em particular (como acontece em muitas famílias destes inquiridos), sugerem benefícios maiores nas tabelas de IRS em relação aos casais com mais filhos, propondo mesmo a criação de Escalões de IRS mais baixos para casais que já têm filhos de outros casamentos. Outras situações são também atendidas, especialmente as famílias legalmente constituídas, a quem deve ser reduzida a carga fiscal devido à existência de vários filhos na nova família.
		Famílias com Casamento As sugestões avançadas contemplam a existência de maiores benefícios nas tabelas de IRS em relação às famílias mais carenciadas economicamente e também uma menor tributação de IRS nas famílias numerosas. Neste último caso, deseja-se desagravar a tributação sobre os rendimentos dos agregados familiares numerosos como forma de promover a natalidade.
	. ENSINO/ INSTITUIÇÕES	Famílias Monoparentais A criação de uma rede de Ensino Pré-Escolar mais representativa do que a actual e maior apoio à natalidade (economicamente, assistência familiar e de saúde), marcam as sugestões dadas pelos inquiridos neste modelo.
		Famílias em União de Facto Na área do Ensino, os comentários abordam sobretudo a necessidade de maior investimento na Educação Escolar, a existência de condições favoráveis para a criação de ATL ou de ensino Pré-Escolar, sem esquecer uma Rede de Infantários mais alargada no horário e na quantidade/qualidade. No campo das Instituições, surge a preocupação pelas necessidades dos idosos, muitas vezes sem apoio social ou comunitário.

		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal Novamente surgem os apoios sociais às famílias em União de Facto com filhos em idade escolar, sem esquecer o dever do Estado em financiar a criação de um Serviço Público de Ensino Pré-Escolar. Existe também aqui uma preocupação pelos idosos, com a criação de instituições de apoio à 3ª Idade.
		Famílias em Recomposição (2º Casamento): Os sujeitos inquiridos salientam a necessidade de serem criados mais Estabelecimentos do Ensino Pré-escolar
		Famílias com Casamento Também aqui é sugerida a criação de mais Estabelecimentos do Ensino Pré-escolar.
	. ÁREA JURÍDICA	Famílias Monoparentais Neste campo, a vertente masculina sugere a criação de Leis que regulem a igualdade jurídica a nível de guarda dos filhos em situações de ruptura familiar, ou então a Igualdade de Direitos entre Pai e Mãe no caso de Divórcio/Separação, de modo a não privilegiar a Mãe. Exigem também maior celeridade no processo de regulação do Poder Paternal e mesmo a Promoção da Guarda Conjunta.
		Famílias em União de Facto As sugestões passam pela criação de legislação que permita menos burocracia nos aspectos ligados à Família, para além da publicação de Leis que permitam maior flexibilidade no horário de trabalho para acompanhamento dos filhos em idade escolar
		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal Exige-se neste domínio a equiparação total de direitos sociais para as famílias coabitantes ou legalmente casadas.
		Famílias em Recomposição (2º Casamento): Nesta vertente, a preocupação maior dos sujeitos foi a necessidade de existir maior protecção social na eventualidade de uma doença, com revisão dos montantes pagos.
		Famílias com Casamento Uma das preocupações a nível legislativo consiste na necessidade de se publicarem Leis que auxiliem as famílias comprovadamente numerosas a limitar os seus gastos, nomeadamente no custo da água, gás e electricidade, os quais devem ser mais reduzido A Criação de Lares de 3ª Idade com apoio do Estado/Criação de uma rede de apoio social ao idoso, constituiu outra das preocupações dos inquiridos nesta matéria de jurisdição para o domínio das Políticas Públicas.

ANÁLISE DE CONTEÚDO 5 – A –

MEDIDAS LEGISLATIVAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELO ESTADO EM BENEFÍCIO DA SITUAÇÃO CONJUGAL DAS FAMÍLIAS

– *Género Feminino* –

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
. MEDIDAS LEGISLATIVAS.	. ABONO DE FAMÍLIA/ SUBSÍDIOS	<p style="text-align: center;">Famílias Monoparentais</p> <p>A preocupação dominante destes inquiridos envolve o aumento do Abono de Família, o qual deveria aumentar face aos quantitativos actuais, pois educar uma criança não sai barato.</p> <p>Na questão dos subsídios, as justificações para serem concedidos às famílias em situação monoparental incluem o facto da mãe, ao viver sozinha com os filhos, dever ter um subsídio para ajudá-la, independentemente da pensão que o pai seja obrigado a dar.</p> <p>Sugere-se também mais apoios e contrapartidas económicas às famílias monoparentais, dada a sua situação de vida.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em União de Facto</p> <p style="text-align: center;">-----</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal</p> <p>. Aumento do Abono de família é também a sugestão dominante, não só para incentivar a natalidade, mas também para ajudar as famílias com dificuldades económicas. No campo dos subsídios a conceder às famílias, sugere-se o pagamento de uma pensão aos pais pelo facto de tomarem conta dos filhos enquanto são pequenos.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em Recomposição (2º Casamento):</p> <p>Aumentar as comparticipações monetárias para as famílias (onde se inclui o Abono de Família) é a sugestão principal, incluindo-se também a criação de um subsídio para os jovens estudantes (sobretudo universitários).</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias com Casamento</p> <p>Os aumentos do Abono de Família e a concessão de mais regalias sociais para as famílias constituem as principais sugestões, acompanhada de Subsídios à natalidade e às mães que têm e cuidam de filhos com tenra idade.</p>
	. FISCALIDADE	<p style="text-align: center;">Famílias Monoparentais</p> <p>No campo da fiscalidade, sugere-se que sejam concedidos mais benefícios fiscais para as famílias monoparentais e, de modo geral, menos carga fiscal.</p>

		Famílias em União de Facto Menos impostos sobre as famílias e mais benefícios fiscais na Área da Saúde constituem as principais ideias dos inquiridos.
		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal Os incentivos fiscais às famílias numerosas e as despesas com a educação dos filhos, que deveriam ter uma dedução mais elevada para efeitos de IRS, foram as principais preocupações.
		Famílias em Recomposição (2º Casamento) Considerando que as famílias grandes são mais penalizadas em relação às despesas com os filhos, deseja-se que o valor dessas despesas para efeitos de IRS seja maior, bem como uma menor taxa de IRS para as famílias numerosas. Por outro lado, os inquiridos salientam a necessidade de ser criada uma igualdade perante a lei entre cônjuges legalmente casados e casais em União de Facto, em termos de IRS.
		Famílias com Casamento Os inquiridos neste modelo familiar propõem a diminuição da carga fiscal a nível de IRS, o qual deveria ser calculado com base nos vencimentos líquidos e não em bruto. Defendem também uma Tributação Fiscal menor em função do número do agregado familiar.
	. ENSINO/ INSTITUIÇÕES	Famílias Monoparentais Salienta-se a criação de Instituições de Apoio aos filhos pequenos, especialmente quando os pais necessitam tratar assuntos familiares ou quando têm de prolongar o seu horário laboral
		Famílias em União de Facto Os inquiridos manifestam a ideia de existirem mais creches e subsídios para os filhos na área da Educação, mas também de mais Jardins de Infância construídos pelo Estado e maior Apoio ao Ensino Pré-Escolar
		Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal A existência de mais infantários é a principal preocupação dos inquiridos, que manifestam também interesse no acompanhamento dos filhos em idade escolar.
		Famílias em Recomposição (2º Casamento) Melhorar o serviço público de educação e maior apoio social ao ensino pré-escolar, são as principais contribuições.
		Famílias com Casamento Estes sujeitos manifestam interesse na criação de mais Estabelecimentos do Ensino Pré-escolar, o aumento dos benefícios fiscais para os casais e maior apoio social à Infância (alargamento da rede do pré-escolar e mais creches públicas).

	. ÁREA JURÍDICA	<p style="text-align: center;">Famílias Monoparentais</p> <p>Foi sobretudo salientada a necessidade da legislação sobre Família ser adaptada rapidamente em face do ritmo de mudança da sociedade, especialmente com a simplificação burocrática, tanto a nível de Registo de Casamento como de Divórcio, para além de ser menos dispendioso proceder a essas práticas sociais.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias em União de Facto</p> <p>As sugestões de intervenção do Estado são várias, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equiparar na totalidade o casamento à coabitação. - Direitos iguais em relação aos casados no caso de existir separação ou morte de um dos cônjuges. Em todos os aspectos, os direitos dos coabitantes devem ser iguais como se de um casamento se tratasse, pois existem bens comuns adquiridos durante a coabitação. - Numa <i>União de Facto</i> em que não existam filhos, os cônjuges não deveriam perder parte do que construíram ao longo da relação para os familiares directos, após o falecimento de um dos cônjuges. - Processo de Adopção mais facilitado para os casais adoptante em situação de coabitação. - Igualdade total de situação jurídica entre casados e coabitantes em termos de herança patrimonial.
		<p style="text-align: center;">Famílias em União de Facto com anterior vida conjugal</p> <p>Os inquiridos manifestam várias preocupações inerentes à sua condição de vida familiar, sugerindo a tomada de várias medidas pelo Estado, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Total equiparação de direitos ao casamento. - Total equiparação de direitos em caso de Separação/Fim da União de Facto. - Direitos equiparados entre um Divórcio e o fim de uma União de Facto. - Pensão de alimentos fixados por Tribunal em caso de ruptura de uma União de Facto. - Direito a pensão de sobrevivência em caso de falecimento do companheiro [em situação de coabitação]. - Em situação de Divórcio, a venda da casa de família não deve estar sujeita a 'mais valias' para efeitos de fiscalidade. - Aumento das licenças de maternidade. - Obrigação de pagar a pensão de alimentos fixada pelo tribunal. - Distinguir as eventuais dívidas contraídas por um dos membros do casal em coabitação, não sujeitando o outro a qualquer pagamento às finanças.
		<p style="text-align: center;">Famílias em Recomposição (2º Casamento):</p> <p>Em relação aos idosos, os inquiridos desejam que o Estado intervenha activamente no fomento de uma rede de apoio à 3ª Idade, visando os mais carenciados e/ou abandonados, seja pelo aumento da rede e de cuidados médicos à população idosa do país ou pela construção de mais lares de 3ª idade.</p>

		<p>Quanto aos aspectos ligados à Família em si, propõem o encerramento das Grandes Superfícies ao Domingo para as famílias estarem mais tempo juntas, para além de ser garantida protecção jurídica em relação à mulher que seja vítima de violência doméstica. Os incentivos económicos à promoção da natalidade são referidos, devendo também ser possível o pai ou a mãe acompanharem o crescimento do filho até aos dois anos, sem perderem o seu vínculo à entidade patronal. Finalmente, propõem a criação de Leis que eliminem as barreiras religiosas ou sociais em relação aos casais que vivam uma segunda união conjugal.</p>
		<p style="text-align: center;">Famílias com Casamento</p> <p>Os inquiridos são muito específicos em relação às medidas a serem tomadas pelo Estado em relação aos idosos, desejando maior apoio à 3ª Idade a nível de reformas, cuidados médicos e Centros de Acolhimento, justificando essas medidas com o facto da protecção social ao idoso, as reformas e os complementos de reforma serem escassos, para além de muitos idosos reformados viverem hoje limitados e miseráveis em muitas situações, agravados com as despesas médicas. Outras sugestões de intervenção estatal envolvem maiores apoios sociais à velhice (cuidados de saúde e de apoio domiciliário, taxados de acordo com as condições económicas dos idosos).</p> <p>Para além dos idosos, os inquiridos salientam também a necessidade de facilitar às famílias numerosas bens comuns mais baratos - água, luz, gás ... - considerando que consumo desses agregados será sempre maior e em consequência, maior despesa terão e reclamam maior protecção social em caso de doença.</p>

Síntese Descritiva

Podemos notar entre população inquirida na situação *monoparental/unipessoal* a existência de um bom nível de satisfação em relação a vários temas de legislação familiar – maternidade/paternidade, regulação do poder paternal, direitos iguais a casais vivendo em *união de facto* há mais de dois anos, planeamento familiar, violência doméstica e abono de família pré-natal.

Mesmo assim, detectaram-se áreas legislativas onde o grau de insatisfação foi evidente, sobretudo as que envolviam o ‘regime jurídico para a adopção’, a ‘promoção da natalidade’ e o ‘abono de família’. Foi também significativo observar o elevado número de leis desconhecidas pelos inquiridos, sobretudo na vertente masculina. A idade relativamente jovem da população inquirida e o facto de possuírem uma situação económica relativamente estável, contribui para a explicação desse facto, especialmente porque a legislação sobre a qual não se pronunciaram ou não conheciam envolvia questões ligadas ao Rendimento Social de Inserção, Assistência Social à Família Carenciada e, em certa medida, ao Complemento Solidário para Idosos.

Em relação ao conjunto legislativo apresentado, o elemento masculino inquirido apresenta um menor conhecimento das Leis de Família indicadas, com excepção da que envolve a ‘Regulação do Poder Paternal’, esta última explicada pela situação de divórcio que viveram. No geral e tendo em atenção os índices absolutos apurados, o conjunto da população em estudo apresentou uma maior incidência em termos de *‘terem ouvido falar da lei’*. Sublinhe-se o facto da vertente feminina apresentar um maior conhecimento da legislação familiar em comparação com os sujeitos masculinos.

Na legislação envolvendo ‘Rendimento Social de Inserção’, ‘Adopção’, ‘Exercício do Poder Paternal’ e ‘Alimentos/visitas fixados pelo Tribunal’, consideram que esses Diplomas estão bem enquadrados no âmbito das necessidades sociais das famílias do País. Por outro lado, áreas como a ‘Fiscalidade’, ‘Abonos de Família’, ‘Protecção na eventualidade de uma doença’ e ‘Educação pré-escolar’ estão aquém do que seria legítimo esperar do Estado em termos de legislação e protecção social. Foi esse também o sentido das opiniões dos sujeitos inquiridos tendo em atenção as Medidas Jurídicas publicadas pelo Estado.

Note-se ainda, sobretudo entre a população feminina, o facto de sentirem que as leis são insuficientes ou ineficientes em casos que envolvem a sua situação pessoal,

nomeadamente em questões ligadas ao Exercício do Poder Paternal ou a Pensão de Alimentos em situações de divórcio.

Esse aspecto é igualmente apresentado no conjunto de sugestões de nível jurídico que poderiam ser implementadas pelo Estado. Com efeito, algumas dessas sugestões envolvem a necessidade de existirem mais subsídios para uma mãe que viva sozinha com os filhos, independentemente da pensão dada pelo progenitor masculino. Daí também a exigência de mais apoios e contrapartidas económicas às famílias monoparentais e também a exigência de uma menor fiscalidade. O mesmo padrão de necessidade era colocado em termos de ‘Abono de Família’, que devia aumentar face aos quantitativos actuais, justificado pelo facto da educação de uma criança ser dispendiosa.

No campo das sugestões jurídicas, a vertente masculina colocava a tónica na Guarda da Criança, sugerindo medidas de intervenção do Estado que contemplassem a igualdade jurídica a nível de guarda dos filhos em situações de ruptura familiar; a igualdade de direitos entre Pai e Mãe no caso de Divórcio ou Separação, de modo a não privilegiar a progenitora e maior celeridade no processo de regulação do Poder Paternal, sobretudo com a promoção da Guarda Conjunta. Outras sugestões ligadas à Economia Familiar são igualmente consideradas, nomeadamente na criação de ‘maiores benefícios fiscais contemplando áreas como a saúde e a escolaridade; benefícios fiscais ao progenitor que paga pensão de alimentos e existência de mais apoios sociais a famílias unipessoais. Portanto, a vertente economicista e de jurisdição paternal são as mais consideradas pelos sujeitos masculinos em defesa da sua situação familiar. Notamos ainda, de um modo geral, que não sentem nenhuma discriminação ou preconceito em relação aos filhos no âmbito da actual conjugalidade.

Entre as medidas legislativas vistas com *muita satisfação* pelos sujeitos inquiridos em situação de *coabitação* encontramos, naturalmente, a que confere a ‘atribuição de direitos iguais a casais vivendo em *União de Facto* há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados’. Indo ao encontro dos seus desejos, esta lei era também acompanhada com um bom grau de *satisfação* pela ‘igualdade entre géneros’ e na ‘consulta/planeamento familiar’. Outras medidas que também colheram um grau de aprovação elevado envolviam as situações ligadas ao desenvolvimento da educação pré-escolar, prevenção da violência doméstica, protecção social na eventualidade de doença e também na protecção à maternidade/paternidade. Existindo uma nítida satisfação com os

Diplomas legislativos citados, não deixa de se registar alguma *insatisfação* no âmbito do ‘abono de família a crianças e jovens’ e no ‘abono de família pré-natal’, numa evidência de ligação à idade mais jovem dos sujeitos inquiridos, onde essa legislação estava aquém das necessidades reais dessas pessoas.

Os casos envolvendo o *desconhecimento da legislação* são, de modo geral, elevados. Concorre para a explicação do facto a presença de um conjunto de Leis que não atingem directamente a situação de vida da população inquirida, como é o caso dos Diplomas envolvendo o ‘complemento solidário para idosos’, a ‘assistência social à família carenciada’, o ‘regime jurídico para a adopção’ e a ‘regulação do poder paternal em caso de divórcio ou separação judicial’.

Neste conjunto de questões relativas ao grau de satisfação e de conhecimento da Legislação Familiar, a população masculina e feminina inquirida apresentou, em números absolutos, um conjunto quase idêntico de respostas face aos temas em análise.

Quanto às Leis de Família do Estado que mereceram maior aprovação podemos destacar as que envolveram o ‘rendimento social de inserção’, o ‘exercício de poder paternal’ e a ‘transmissão de arrendamento’. O mesmo pode ser dito em relação à avaliação do trabalho desenvolvido pelos Organismos e Secretarias de Estado ligados à Família, especialmente nas questões envolvendo o Género e a Igualdade de Direitos Sociais. Estes dois aspectos foram mais valorizados pelos sujeitos inquiridos em situação de coabitação.

Em sentido contrário encontramos parâmetros ligados à revisão da fiscalidade, abonos familiares, protecção social na eventualidade de uma doença e a educação pré-escolar’, áreas legislativas onde os sujeitos inquiridos manifestam a ideia das Leis do Estado estarem aquém do que seria legítimo esperar e onde os Organismos do Estado deveriam ajustar a Lei às reais necessidades das Famílias do País.

Neste contexto e solicitados a dar o seu contributo em termos de medidas legislativas a serem implementadas pelo Estado em benefício da sua situação conjugal, os sujeitos masculinos salientaram sobretudo a necessidade de aumentar substancialmente o ‘abono de família’. Em termos de Fiscalidade, as sugestões iam no sentido da criação de leis envolvendo uma menor carga fiscal para as famílias com filhos, ou então mais incentivos fiscais para esses agregados e taxas de IRS mais baixas para os casais jovens. No campo do Ensino pretende-se um maior investimento na Educação Escolar, com a existência de condições favoráveis para a criação de ATL ou do Pré-Escolar e uma Rede de Infantários

mais alargada no horário e na quantidade/qualidade. Estas ideias estavam igualmente presentes nas sugestões apresentadas pela vertente feminina inquirida, que ia mais longe no campo jurídico ao desejar equiparar na totalidade o casamento à coabitação, garantindo direitos iguais em relação aos casados no caso de existir separação ou morte de um dos cônjuges. Em todos os aspectos, os direitos dos coabitantes deviam ser iguais como se de um casamento se tratasse, algo justificado pelos bens comuns adquiridos durante a coabitação. No campo da Adopção e no Direito pretende-se um processo de adopção mais facilitado para os casais em situação de coabitação, devendo ser criadas as condições jurídicas para a existência de uma igualdade total entre casados e coabitantes em termos de herança patrimonial.

Quanto a discriminação ou preconceito em relação aos seus filhos devido à sua opção conjugal, os inquiridos salientaram que não a sentem no âmbito diário da sua vida familiar.

Nos sujeitos em situação de *união de facto, mas com vida conjugal anterior*, assinalamos a existência de um grau elevado de *satisfação* em relação a temas envolvendo directamente a sua situação familiar, quase idêntica aos sujeitos anteriormente descritos. Neste caso, podemos falar da Lei referente à ‘atribuição de direitos iguais a casais vivendo em União de Facto há mais de dois anos, em condições análogas à dos cônjuges casados’, mas também da legislação sobre ‘igualdade entre géneros’ e o ‘plano nacional contra a violência doméstica’.

De um modo geral, os índices absolutos apurados revelam um grau médio de satisfação sobre o conjunto de legislação familiar apresentada, mas continuamos a notar um elevado desconhecimento envolvendo a legislação de família publicada pelo Estado, em especial a legislação que envolve a carência económica e a idade avançada, algo que, aparentemente, não atinge ou preocupa directamente os sujeitos inquiridos. Em termos gerais, existe uma similaridade de opiniões em relação à legislação abordada, tanto pelo elemento masculino como pelo feminino.

O sentido de concordância entre os inquiridos é igualmente visível em áreas legislativas contemplando o ‘exercício de poder paternal’, a ‘transmissão de arrendamento’ e o ‘papel social do padrasto ou da madrasta’.

Portanto, encontramos legislação publicada pelo Estado que vai ao encontro de muitas necessidades sociais vividas por estes sujeitos inquiridos. No entanto, existem

outras áreas onde salientam que os Organismos do Estado ligados à Família estão aquém do que seria legítimo esperar. É o caso da ‘fiscalidade’, do ‘abono de família’, da ‘protecção social na eventualidade de um doença’ e em menor escala, a ‘educação pré-escolar’. Em questões ligadas à esfera dos casais em coabitação, os sujeitos em análise salientam ainda o facto de não serem beneficiados em termos de tributação fiscal quando se juntam no lar conjugal os filhos de anteriores casamentos.

Neste campo, são interessantes as sugestões feitas em termos de medidas legislativas a serem implementadas pelo Estado, tal como avançam os sujeitos masculinos inquiridos na área da Fiscalidade. Assim, solicitam ‘bonificação das taxas de juro às famílias numerosas’ e também ‘incentivos fiscais às famílias coabitantes com filhos’ sem esquecer as que já apresentam ‘maior número de membros’.

Para além do aumento dos ‘abonos de família’, os sujeitos masculinos inquiridos sugerem no campo do Ensino medidas envolvendo apoio social do Estado na expansão de um Serviço Público de Ensino Pré-Escolar.

Com similaridades em relação à Fiscalidade e Ensino, a população feminina apresenta também sugestões com aplicação na área jurídica envolvendo legislação que previna o pagamento de uma Pensão de Alimentos fixados por Tribunal em caso de ruptura de uma União de Facto e também o direito a pensão de sobrevivência em caso de falecimento do companheiro numa situação de coabitação. Importante é também a proposta envolvendo tributação e impostos ao Estado. Assim, indicam que numa situação de divórcio a venda da casa de família não deveria estar sujeita a ‘mais valias’ para efeitos de fiscalidade e deveria distinguir-se as eventuais dívidas contraídas por um dos membros do casal em coabitação, não sujeitando o outro a qualquer pagamento às Finanças.

Portanto, situações gerais onde os sujeitos nesta etapa de vida conjugal, apresentam propostas interessantes no âmbito do seu modelo de conjugalidade. De um modo geral, não sentem alguma discriminação ou preconceito em relação aos seus educandos, mesmo vivendo em coabitação depois de já terem passado por uma primeira conjugalidade.

Em relação aos sujeitos em situação de *recomposição familiar através de um segundo casamento*, de um modo geral o índice de *satisfação* decorrente das Medidas de Protecção à Família estabelecidas pelo Estado é maioritário nestes indivíduos. Aparentemente, são medidas que correspondem às suas necessidades familiares – ‘regulação do poder paternal em caso de divórcio ou separação judicial’; ‘protecção à

maternidade/paternidade'; 'educação pré-escolar' e 'plano nacional contra a violência doméstica', por exemplo.

Matérias legislativas como a 'assistência social à família carenciada', a 'promoção da natalidade' e a 'diferenciação positiva [em função dos rendimentos] no âmbito do Abono de Família a crianças e jovens' foram as mais citadas em termos de *pouca satisfação*.

De algum modo e dado o conhecimento que os sujeitos manifestaram sobre esta legislação, se a relacionarmos com o tema dos 'Direitos e Benefícios Implementados pelo Estado na Sociedade' encontramos as restantes áreas onde pensam que as *Leis de Família* podiam ir mais longe em benefício da sociedade, nomeadamente na questão da 'Fiscalidade' e da 'Educação pré-escolar'. Tudo isto sem esquecer assuntos ligados às necessidades pessoais dos inquiridos em situação de recomposição familiar, como é o caso dos 'Alimentos Fixados pelo Tribunal', decorrente da dissolução do primeiro vínculo conjugal.

Nesse sentido e para que as Leis de Família correspondam à realidade dos casais vivendo neste modelo familiar, as sugestões dadas em termos de Medidas Legislativas a serem implementadas pelo Estado na sociedade envolveram vários níveis. Para além do aumento das 'dotações para as famílias numerosas com a revisão dos montantes pagos em termos de Abono de Família' e de 'subsídios para os jovens estudantes' (sobretudo universitários), indicam a necessidade de serem concedidos incentivos monetários na promoção da natalidade e no apoio ao ensino pré-escolar. A Fiscalidade recebeu muitas indicações para acção legislativa. Considerando que as famílias grandes são mais penalizadas em relação a despesas com os filhos, também as deduções para efeitos de IRS deveriam ter em atenção esse factor. Salientam ainda a necessidade de ser criada uma igualdade perante a lei fiscal entre cônjuges legalmente casados e os casais em união de facto em termos de IRS. A existência de Escalões de IRS mais baixos para casais que já têm filhos de outros casamentos é igualmente contemplada.

De igual modo, outras medidas legislativas são justificadas como necessárias pelos inquiridos contemplando áreas como a protecção à qualidade de vida familiar envolvendo, por exemplo, o encerramento das Grandes Superfícies Comerciais ao Domingo para as famílias estarem mais tempo juntas. Outros casos envolvem situações sociais ou domésticas, apelando à publicação de leis que eliminem as barreiras religiosas ou sociais em relação aos casais que vivam uma segunda união conjugal e protecção jurídica em relação à mulher que seja vítima de violência doméstica.

Finalmente e tendo em atenção a protecção do Estado em relação à população idosa, muitas vezes sozinhos e sem a possibilidade de acompanhamento familiar da parte dos familiares directos envolvidos na sua vida laboral, foram apresentadas sugestões pertinentes de âmbito social: 1. Criação de uma rede de apoio à 3ª Idade, visando os mais carenciados e/ou abandonados. 2. Aumento da rede e de cuidados médicos à população idosa do País. 3. Criação de mais lares da 3ª Idade.

No conjunto legislativo envolvendo a satisfação face às medidas de protecção à família estabelecidas pelo Estado, observámos entre os sujeitos **casados (civil ou religiosamente)** um apreciável grau de satisfação e de conhecimento envolvendo essas Leis. Neste caso, deve-se sublinhar a preocupação em conhecer aspectos da legislação contemplando campos como a maternidade, poder paternal, planeamento familiar, igualdade entre géneros e também assuntos ligados à educação pré-escolar e assistência social a idosos. Temas legislativos relativos à promoção da natalidade e em certa medida o abono de família, constituíram os principais motivos para insatisfação face ao panorama legislativo analisado.

Esta última situação deve ser igualmente relacionada com a questão envolvendo ‘Direitos e Benefícios Sociais Implementados pelo Estado’, os quais foram classificados como estando aquém do desejado. Com efeito, se os inquiridos mostraram alguma satisfação quanto ao trabalho desenvolvido pelos organismos de Estado ligados à Família, (especialmente em questões de ‘violência doméstica’, ‘igualdade de direitos e de oportunidades’, ‘maternidade/paternidade’ e ‘planeamento familiar’), apontaram também para a necessidade do Estado intervir em benefício das famílias em áreas como a fiscalidade, abono de família, educação pré-escolar, adopção, mas também em questões ligadas aos problemas sociais das famílias, onde se inclui o desemprego, assistência médica a famílias economicamente carenciadas e também o apoio social a idosos.

Estas indicações podem ser comprovadas pelas sugestões dadas em termos de Medidas Legislativas a serem implementadas pelo Estado. Neste campo, para além dos aumentos dos ‘Abonos de Família’ e ‘Apoios Sociais’ a estudantes e alunos do ensino pré-escolar, destacam-se várias medidas na área da Fiscalidade, sugerindo que o IRS devia ser calculado com base nos vencimentos líquidos e não em bruto, para além de uma Tributação Fiscal menor em função do número do agregado familiar. Outros inquiridos salientam a necessidade de serem concedidos maiores benefícios nas tabelas de IRS em relação às famílias mais carenciadas economicamente.

Portanto, é nítida a preocupação envolvendo a área financeira, sendo desejável, na opinião e nas sugestões dos inquiridos, uma revisão tributária que deixe de onerar e dificultar a vida dos membros da família.

Em termos de ajuda social, salientam medidas do Estado envolvendo apoio à 3ª Idade a nível de reformas, cuidados médicos e centros de acolhimento. Nesta base sugerem que na protecção social aos idosos, as reformas, complementos de reforma e assistência médica deviam ser maiores, considerando que muitos idosos reformados vivem limitados e em situações por vezes miseráveis. Outros inquiridos manifestam também a necessidade de intervenção dos Poderes Públicos nos cuidados de saúde e de apoio domiciliário ao idoso, para além da criação de Lares de 3ª Idade que complemente uma rede de apoio social aos idosos.

A preocupação com a 3ª idade é muito evidente, sinal de alguma apreensão entre os inquiridos, algo que está obviamente relacionado com a falta de tempo para acompanhar as necessidades reais dos progenitores devido à sua vida profissional. Foram também muito claros em relação ao estabelecimento de uma igualdade de tratamento entre todos os filhos nascidos, seja num casamento legalmente constituído, ou fora dele. Portanto, é evidente a mudança de atitudes sociais em relação a um tema que foi marcante na sociedade portuguesa durante o Estado Novo.

9. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após uma primeira apresentação dos dados obtidos com a realização do trabalho de campo – meramente descritiva e textual – avançamos para a respectiva discussão, tendo em atenção as hipóteses de trabalho formuladas no capítulo 1 da Terceira Parte desta Investigação, para além de toda a apresentação teórica desenvolvida ao longo dos capítulos 3 a 8 da Segunda Parte.

Justifica-se, no entanto, precisar alguns conceitos que vamos utilizar na explicação dos resultados obtidos. Neste caso, importa mencionar o modo como se descreveu o conceito de *conjugalidade*.

Seguimos o modelo referenciado por Anália Torres (2000), que definiu várias dimensões neste conceito. No caso especial da nossa investigação aplicámos este conceito nos seguintes domínios:

1. A conjugalidade como parte integrante das relações e trajectórias sociais e de género (percurso de vida ligado ao casamento, divórcio, coabitação, para além da organização da vida conjugal);
2. A afectividade como elemento integrante dessa conjugalidade (maternidade/paternidade, parentesco, relação conjugal e amorosa, fidelidade, nascimento de filhos, organização doméstica e outras vertentes emocionais e afectivas na vida do casal);
3. A conjugalidade como produção do sentido e da identidade do casal (as tensões entre o ‘eu’ e o ‘nós-casal’ ou ‘nós-família’, articulando diferentes vertentes – classe, género, identidade pessoal e social – para explicar práticas e representações ligadas às estratégias individuais dos membros do casal);
4. A sucessão de fases na vida conjugal (existem tempos diferentes nessas fases, a que correspondem situações distintas e objectivas na vida do casal – vínculo conjugal, ambiente familiar, equilíbrio emocional dos membros da família ao longo da trajectória familiar, crença religiosa);
5. A conjugalidade como elemento social e historicamente situado (as orientações jurídicas em relação à protecção da família conjugal, bem como os valores envolvendo a Família e a sexualidade que se vão transformando ao longo dos anos).

De igual modo, devemos ter em atenção o significado das *Representações Sociais*. Com efeito, as representações sociais procuram captar o universo simbólico ou figurativo que estrutura a visão do indivíduo. Neste caso, falamos na interpretação individual de um modelo socialmente construído, assente no valor do casamento e da família, bem como nas opções que se vão fazendo no domínio da conjugalidade. Naturalmente, não sendo um domínio palpável, só através de indicadores podemos detectar a perspectiva que os actores sociais possuem de si próprios e da sua situação conjugal, bem como as representações com que falam dos outros (cf. Vala, J. 1986: 5).

Será nesta base que apresentamos o conceito de *representações sociais* – por um lado, como dimensão envolvendo as opiniões sobre projectos e opções pessoais que se vão tomando a nível conjugal; por outro, as opiniões relativas ao universo simbólico dos outros actores sociais sobre as principais temáticas em análise – casamento, divórcio, coabitação, recomposição familiar.

Naturalmente, práticas e representações sociais não são, muitas vezes, realidades coincidentes. Na verdade, parece existir muitas vezes uma distância entre o pensar, o dizer e o fazer. Este aspecto constitui igualmente um desafio na análise que vamos fazer, procurando ver entre as respostas dos inquiridos se as mesmas não poderão ser o produto de uma reprodução discursiva, mas não prática, do que poderia ser uma ideologia sobre a família e as relações familiares. De facto, dizerem as pessoas a mesma coisa face a perguntas iguais não quer dizer que pensem e façam todas da mesma maneira. Portanto, devemos ter em conta que a articulação entre representações e práticas sociais se efectua a diversos níveis de consciência dos actores sociais.

Um terceiro conceito a ter em atenção é o de *género*. Faz sentido a sua utilização nas práticas ou nas representações sociais de diferenças que só podem ser atribuíveis e explicáveis pela pertença sexual, tal como observámos no trabalho empírico realizado. Será útil, portanto, considerar o *género* como categoria conceptual distinguindo-a da noção de *sexo*, algo mais adjacente às ciências naturais e não tanto da análise sociológica que desejamos fazer.

Orientando todos estes conceitos estão as hipóteses que formulámos e que darão corpo a todas as considerações feitas no domínio das dinâmicas sociais e institucionais relativas à vida familiar em Portugal.

Nesta base, o conjunto de questões presentes na investigação realizada situou a conjugalidade dos inquiridos em termos de Espaço/Tempo, para além de avaliar o modo

como as suas opiniões reflectiram um conjunto de práticas e de representações sociais sobre as categorias em análise ou seja: caracterização social; formação e vida conjugal; situação familiar actual, ambiente familiar e identidade pessoal; apoio/proximidade parental; representações sobre o casamento/divórcio/coabitação/vida conjugal; avaliação jurídica.

Vejamos a primeira das categorias em análise.

9.1. Caracterização social, profissional e educativa dos sujeitos inquiridos

Como observámos através dos Quadros da primeira Área estudada – Caracterização Social – os inquiridos em situação **monoparental/unipessoal** apresentam maior índice nas idades situadas entre os 45-49 anos, seguida pelos que apresentam 30 – 34 anos. De um modo geral começaram a sua conjugalidade entre os 20 – 24 anos (caso da vertente feminina) e os 25-29 anos (caso da componente masculina). São detentores de habilitações literárias com maior incidência no ensino secundário, seguido pelo universitário. Em termos laborais, as profissões intelectuais/científicas são maioritárias, mas também existem ligações à área empresarial, serviços e funcionalismo público. Registe-se ainda que todos os inquiridos incluídos neste modelo familiar estavam empregados (cf. Quadro I,II,III,V e VII; Quadro nº 3-A; 3-B e 3-C do Anexo II).

Os sujeitos em situação de **coabitação**, por seu lado, apresentam maioritariamente idades situadas entre os 30 – 34 anos. A vida em casal começou sobretudo entre os 25 – 29 anos, embora seja também significativo o bloco de idades anterior (20 – 24 anos). Em termos de escolaridade, encontramos detentores de ensino superior, mas também um número ligeiramente superior de sujeitos que possuem o 3º ciclo como escolaridade máxima. O ensino secundário também surge com alguma representatividade. Não encontramos detentores de 1º ou 2º ciclo. No campo profissional os Serviços Administrativos, o Funcionalismo Público e os Serviços/Comércio são claramente representativas da actividade laboral exercida pelos inquiridos, embora seja admissível encontrar remunerações diferenciadas em função do grau de escolaridade obtido. Todos eles exercem uma profissão (cf. Quadro I,II,III,V e VII; Quadro nº 3-A; 3-B e 3-C do Anexo II).

Quanto aos que vivem em situação de **recomposição familiar** (em coabitação), possuem uma média idades mais concentrada nos 40 – 44 anos, seguida pela faixa etária situada nos 35 – 39 anos. Em termos de idade registada no início da nova conjugalidade,

a faixa etária mais representada situa-se entre os 35 – 39 anos, seguida dos 30 – 34 anos. Portanto, estes sujeitos assumem uma nova relação conjugal numa altura em que ainda são relativamente novos para o fazer.

Na área educativa, os dados obtidos situam-se num plano intermédio, também ele situado entre uma escolaridade média-alta e média – baixa. Porém, o ambiente que melhor caracteriza os índices de escolaridade obtidos será o primeiro, com alguma relevância para o ensino superior (embora seja possível encontrar detentores de um 1º e 2º Ciclo entre estas pessoas coabitantes). As actividades ligadas às Profissões Intelectuais e Científicas, Funcionalismo Público e Serviços Administrativos são largamente representadas em termos de conjunto, enquanto as actividades de produção, embora existentes, são residuais entre os sujeitos masculinos inquiridos. Apenas uma das inquiridas não exerce actividade remunerada (cf. Quadro I,II,III,V e VII; Quadro nº 3-A; 3-B e 3-C do Anexo II).

Nos casais em **recomposição familiar** através da realização de um **2º casamento** os inquiridos são maioritários entre os 45 – 49 anos. Quanto à idade no início da nova conjugalidade a faixa etária mais expressiva envolve os homens com 40 – 44 anos, enquanto na vertente feminina ocorre entre 35 – 39 anos, constituindo-se assim como bloco mais novo a dar início a um segundo casamento, em comparação com os sujeitos masculinos. Naturalmente, a idade na altura do primeiro casamento (mais jovem entre a população feminina) concorre para a explicação deste facto. Também aqui verificamos que estes sujeitos se encontrem numa idade onde é possível a reconstituição familiar através de um novo casamento. Significativo é o facto de apresentarem uma média de idades mais alta em comparação com as pessoas que recompuseram a sua família, mas através de uma *união de facto*.

No campo das habilitações literárias os sujeitos masculinos caracterizam-se por apresentarem uma escolaridade média-baixa, embora seja possível encontrar algumas pessoas detentoras de um curso superior, claramente enquadrados nas actividades laborais ligadas à Gestão ou às profissões Intelectuais/Científicas. Na área feminina, o nível de escolaridade registado pode situar-se num ambiente médio – alto, embora esteja também representado com alguma expressão o 2º e o 3º ciclo entre as habilitações literárias dessas pessoas.

Na área laboral, as actividades desempenhadas pelos sujeitos masculinos enquadram-se nos trabalhos ligados à produção (construção civil/construção automóvel), mas

também à gestão, comércio e serviços. Os operários ocupam, em termos numéricos, o principal índice profissional. Na área feminina, as actividades ligadas ao funcionalismo e serviços administrativos têm maior expressão numérica, tal como as profissões intelectuais/científicas. As actividades ligadas ao trabalho não qualificado têm igualmente alguma representatividade. Todos os inquiridos exercem uma actividade profissional, mas nota-se que estamos perante um meio económico e educativo mais modesto (cf. Quadro I,II,III,V e VII; Quadro nº 3-A; 3-B e 3-C do Anexo II).

Estes dados convergem com anteriores investigações neste domínio, tal como descrevemos no ponto 5 da Segunda Parte desta Investigação (cf. Lobo, C. e Conceição, C. 2003:144-146; Leandro, M. E. 2001:179).

Finalmente, nos casais unidos por **casamento** (civil ou religioso) os dados obtidos revelam que a principal faixa etária situa-se nos 45 – 49 anos, enquanto na vertente feminina envolve os 35 – 39 anos. Em termos de idade na altura do casamento, a maior expressão entre os sujeitos masculinos surge entre os 25 – 29 anos, enquanto na população feminina aparece na faixa dos 20 – 24 anos. Também aqui os índices verificados ajustam-se aos padrões registados no País em termos de idade média de casamento (cf. Ponto 4.1 da Segunda Parte da Investigação).

Nas habilitações literárias, o quadro geral permite concluir que estamos em presença de uma escolaridade média – alta, com o maior índice absoluto a pertencer ao Ensino Superior, seguido pelos detentores do Ensino Secundário. O 2º e 3º ciclo, especialmente este último, também estão bem representados. Quanto à vida laboral todos eles têm uma actividade remunerada, inserida numa variedade profissional: Quadros Superiores, Profissões Intelectuais e Científicas, Serviços/Funcionalismo Público e Actividade de Produção, esta última mais ligada à vertente masculina (cf. Quadro I,II,III,V e VII; Quadro nº 3-A; 3-B e 3-C do Anexo II).

Traçando agora um quadro geral, todos os sujeitos inquiridos são residentes em concelhos pertencentes à A.M.L. No campo da naturalidade, a larga maioria dos inquiridos nasceu na Região de Lisboa/Vale do Tejo, constituindo 62% dos auscultados. Nesta região, o maior relevo é dado pela cintura dos grandes centros urbanos – Lisboa e Setúbal. Esta situação deve ser relacionada com a industrialização que tais zonas começaram a ter no panorama económico do País sobretudo a partir dos anos 60/70, paralelamente à vinda ou presença dos progenitores para esses centros urbanos, principais geradores de empregos (cf. Costa, Firmino 1998:18-21; Amaro, F. 2006:101).

Quanto à actividade laboral, os 100 indivíduos inquiridos distribuem-se maioritariamente pelas profissões Intelectuais/Científicas (maior expressão no campo feminino) e actividades ligadas a Serviços/Vendedores. O Funcionalismo Público (envolvendo muitas vezes os serviços administrativos), os Empregados de Escritório e os Técnicos de Nível Intermédio compõem os principais sectores laborais, devendo ser igualmente referenciados ocupações profissionais com alguma representatividade ligadas sobretudo a serviços de produção – operários e operadores de máquinas, no caso masculino. No campo feminino, destacam-se ainda algumas situações ligadas a trabalho não qualificado.

No âmbito da Escolaridade, a frequência do Ensino Secundário regista a título individual a maior incidência absoluta, mas tomando em linha de conta a soma dos graus académicos ligados ao Ensino Superior, o índice numérico deste último torna-se maior. Neste caso, podemos concluir que os sujeitos masculinos e femininos inquiridos são detentores de habilitações literárias Médias – Superiores. No entanto, registam-se com alguma expressão detentores do 3º e também do 2º Ciclo, facto que no actual contexto de estudos académicos pode ser considerado uma escolaridade mínima obrigatória.

Tendo em atenção esta caracterização dos sujeitos da investigação, podemos começar por cruzar as informações obtidas com as respectivas realidades familiares, tendo em atenção a construção da **Hipótese 1 – Os casais constituídos através das várias configurações familiares actuais têm uma relação de proximidade social, económica e cultural – homogamia social.**

Um factor particularmente visível nesta investigação diz respeito à possibilidade de falarmos de uma homogamia regional entre os sujeitos inquiridos, a par de uma homogamia social/profissional. Com efeito, encontramos entre os sujeitos inquiridos em situação de *União de Facto* uma elevada percentagem de cônjuges que também nasceram na Região da Grande Lisboa – 55%. Para os sujeitos em *recomposição familiar* através de uma conjugalidade em *União de Facto*, encontramos 75 % de situações, enquanto para os sujeitos em *recomposição familiar* através de um 2º casamento obtemos 50%. Igual percentagem é notada entre a população inquirida *casada* (civil ou religiosamente).

Somando estas informações, os resultados apontam claramente para uma grande proximidade geográfica na escolha do cônjuge entre os inquiridos: 57,5% nas 80 situações familiares onde foi possível encontrar a naturalidade dos inquiridos e dos

respectivos cônjuges (cf. Quadro nº 1–A do Anexo II; cf. igualmente Wall, K. 2005:142,143).

Naturalmente, para a explicação desta situação concorre não só o facto de terem a mesma naturalidade, mas também ser comum o concurso da vida profissional e escolar promovida pelo ambiente urbano e cosmopolita da área metropolitana de Lisboa, como vimos anteriormente. Os resultados concordam, na generalidade, com os dados apresentados na investigação referente ao projecto: *Famílias no Portugal Contemporâneo* (cf. Wall, K. 2005:142-148).

Esta situação faz-nos avançar para o estudo que envolve a área da formação e vida conjugal dos sujeitos inquiridos, sobretudo em termos de afectividade e amor na relação, mas também no ambiente familiar e no apoio parental.

9.2. Formação e vida Conjugal/ Ambiente Familiar/ Dissolução conjugal e Apoio Parental

Em termos de análise e discussão dos resultados referentes à segunda, terceira e quarta categoria (áreas que vamos considerar em conjunto), começamos por observar a Formação e Vida Conjugal.

O namoro assume-se como elemento de análise necessário pois remete para uma etapa que prepara o início da conjugalidade e define um conjunto de parâmetros em termos de local de encontro, duração e expectativas quanto ao começo da vida em casal.

Com efeito, perceber quais são as representações do namoro implica começar a averiguar os universos simbólicos que estruturam as visões do casamento/coabitação e da família. No caso desta investigação, procurámos saber a duração do namoro entre os sujeitos inquiridos. A média geral de todos eles envolve mais de 3 anos (com excepção da população casada), sendo igualmente significativo o bloco com 1-3 anos de duração do namoro, especialmente entre a população masculina e formalmente na população casada.

Com estes resultados, podemos sentir aqui a noção de que as pessoas quando namoram devem tirar proveito disso e não casar logo, como descreve Pedro Vasconcelos (1998) num estudo ligado a esta vertente. No entanto, é igualmente admissível entre muitos inquiridos a ideia de que o namoro é considerado um passo importante para o casamento (ou mesmo para uma vida em união de facto). Esta situação verificou-se sobretudo entre os sujeitos com mais de 45 anos (particularmente nos casais em recomposição familiar através de um segundo casamento) e entre os que casaram por via

civil ou religiosa, especialmente por serem detentores de ideologias matrimoniais institucionais e que eram dominantes na sua juventude como modelos familiares (cf. Vasconcelos, P. 1998: 327/328).

Por outro lado, verificou-se entre as mulheres inquiridas que o tempo de duração do namoro envolvia maioritariamente mais de 3 anos (especialmente as que viviam em *união de facto* e as que estão actualmente em situação *monoparental/unipessoal*). Neste caso, embora seja possível associar a duração do namoro com o tempo de frequência do estabelecimento escolar (local onde uma parte significativa do encontro amoroso teve lugar como veremos), existe também a possibilidade de um maior pragmatismo no processo de escolha do parceiro, apresentando a população feminina determinadas precauções que se poderão justificar pelo facto do casamento (ou vida em coabitação) se lhes apresentar como factor relevante para o seu estatuto, carreira ou mesmo autonomia financeira.

Portanto, existir a possibilidade de um emprego estável em relação ao futuro cônjuge pode ser uma condição importante. De igual modo, devemos lembrar a influência a que estarão sujeitas pelos pais e familiares no sentido de efectuarem um casamento acertado e bem sucedido (cf. Pereira de Lima, Filipa 1997:34/35).

Nesse propósito, convém salientar os locais mencionados pelos inquiridos para o encontro e início do seu namoro. O factor mais abrangente envolveu o conhecimento do parceiro no ambiente escolar, seguido pelos conhecimentos travados entre o círculo de amigos comuns e em terceiro lugar, os encontros amorosos acontecidos especialmente nos momentos de férias/lazer ou em festas variadas. Finalmente, mas atrás dos locais mencionados, encontramos os conhecimentos afectivos realizados no local de trabalho. São sobretudo os inquiridos na actual situação *monoparental*, *união de facto* e *recomposição familiar em união de facto*, quem mais indicaram o ambiente escolar e as actividades de lazer/férias/festas para encontrar o parceiro amoroso, enquanto os sujeitos *casados* e os sujeitos em *recomposição familiar através de um 2º casamento* mencionam sobretudo os contactos com os amigos comuns, seguido pelo ambiente escolar para encontrar esse parceiro.

Com base nestes resultados, podemos concluir que a proximidade geográfica acaba por se revelar uma das principais componentes de selecção do parceiro, tornando-se mais fácil encontrar alguém que faça parte do círculo de interacção relativamente próxima do indivíduo, do que encontrar alguém que esteja espacialmente mais afastado.

Em termos de conjunto, e como verificámos no Quadro nº 2 – A, a maioria dos inquiridos conheceram os seus parceiros sobretudo no ambiente escolar/universitário, ou então no círculo de amigos, enquanto os conhecimentos travados com o futuro companheiro com base em actividades de lazer/férias/festas surge em terceiro lugar. O local menos referenciado indicado pelos sujeitos inquiridos envolveu o ambiente ligado ao trabalho profissional, sem dúvida por existir maior discrição entre colegas de trabalho relativamente ao serviço que executam profissionalmente, embora não deixe de existir e ter até alguma representatividade em termos de conhecimento do eventual parceiro conjugal.

Vemos também que a *rede social* envolvendo os sujeitos em estudo constitui um precioso elemento para contactos entre futuros parceiros conjugais. O círculo de amigos assume mesmo um papel de ‘intermediário’ informal ao apresentarem pessoas com interesses e posições sociais muito semelhantes. O próprio espaço físico onde se desenrolam os encontros é socialmente construído, favorecendo uma forma visível de *homogamia social*. Repare-se na importância da escola/universidade como local de conhecimento e da expectativa em relação aos parceiros possuírem uma comunicação feita ao mesmo nível, o que representa uma base fundamental de qualquer relação e acaba por se traduzir em ligações homogâmicas (cf. Kellerhals, J. 1989:26,27). Esta situação pode ser também comprovada noutro passo desta investigação, por compararmos as profissões e grau de escolaridade de todos os inquiridos (cf. Quadro nº 2 – B)

Com efeito, é visível em 60% dos casos estudados que os inquiridos e os seus parceiros conjugais (ou ex-cônjuges, como se verificou no caso dos inquiridos em situação monoparental/unipessoal) apresentavam um grau idêntico nas qualificações académicas, o qual era compatível com a vertente profissional, especialmente na área intelectual/científica, quadros superiores e profissões liberais, mas também nos sectores laborais ligados sobretudo ao funcionalismo público, comércio/serviços e actividades de produção (cf. Quadros nº 3 – A; 3 – B e 3 – C).

Sendo verificável esta homogamia social/profissional em termos de constituição familiar (confirmando a Hipótese 1), tal não significa a existência necessária de uma mesma semelhança em termos de vida conjugal comum, como aponta Jean-Claude Kaufmann (2002). Na verdade, “*depois de se constituírem em casal, as pessoas que se assemelham podem diferenciar-se e (...) esta diferenciação pode ter por causa os constrangimentos da vida familiar*” (Kaufman, J.C. 2002:83-86, citando Singly, F.

1987). Significa isso que após o encontro com o futuro companheiro, a percepção negativa das diferenças só se forma com as realidades diárias da coabitação, tornando-se necessário decidir o que deve ser acordado para o bem comum da relação conjugal e as particularidades que podem ser deixadas ao critério de cada um (cf. Kaufmann, J.C. 2002:83).

Neste campo, vale a pena recuar e notar o modo como os inquiridos nas várias configurações familiares em estudo indicavam as suas expectativas em relação à futura vida conjugal.

No início da conjugalidade as expectativas iniciais dos inquiridos apontavam maioritariamente para uma ideia *‘convicta e segura’* do passo que iam dar. Notamos também uma larga representatividade dos que escolheram a opção: *“Algun receio pois não sabemos se a vida conjugal será agradável ou vai resultar”*. Estas situações descrevem claramente que o início da vida em casal é uma escolha pessoal, que pode ou não resultar, mas que é ainda assim experimentada com alguma margem de convicção de que vai ser bem sucedida.

Será neste campo que se inscreve a preferência relativa ao que esperavam obter com o início da vida em casal. A ideia de *“ser feliz, construir uma família e ter uma relação conjugal estável”* foi dominante em todas as configurações familiares ligadas aos sujeitos em estudo, mostrando o desejo de começar uma família independente e própria, onde assumam as suas responsabilidades e a saibam gerir de forma autónoma. Já a opção envolvendo *“Ganhar mais liberdade e autonomia, coisa que não tinha em casa dos pais”* revela o sentido de alguns inquiridos, sobretudo os mais novos (e especialmente do género feminino), em alcançar uma liberdade que não usufruíam em casa devido a constrangimentos parentais. Trata-se, antes de mais, de um processo de carácter estritamente individual, em busca de uma maior liberdade e de autonomia face às pressões familiares para a realização de um bom casamento.

Por sua vez, o item *“Ajuda, protecção, companheirismo, afecto e respeito mútuo”* foi particularmente escolhido pelos inquiridos (masculinos e femininos) que experimentaram já uma dissolução conjugal ou tinham casado (civil ou religiosamente), apresentando idades entre os 35 e os 55 anos. Corresponde a escolha desta opção a uma forma de encarar a vida em casal como companheirismo que se revele frutuoso para os membros envolvidos. Significa isto que a dimensão do amor na relação conjugal, sendo necessária e importante, não basta apenas para caracterizar a vida em casal. Ela faz-se através de um

processo de construção, envolvendo forçosamente o companheirismo, o apoio, a partilha e a cooperação. Nesse sentido é possível compreender melhor por que razão esta opção foi também referenciada entre os inquiridos.

O certo, é que a vida em casal corresponde a diferentes expectativas e intenções, especialmente com a construção e o desenrolar da vida familiar (cf. Pinto, H. A. e Pereira, M. G. 2005:120-122).

9.2.1. Ambiente familiar – construção e dissolução do casal

O modo mais frequente de entrar na vida conjugal em Portugal, como salientam vários trabalhos académicos (Anália Torres, 2000; Sofia Aboim 2006) e pesquisas demográficas (Bandeira, M.L. 1996), é o casamento. A nossa investigação conduziu aos mesmos resultados, sendo interessante observar a relação *entre Casamento e Forma de Celebração* segundo o nível de instrução e o *Regime de Bens* adoptado pelo casal.

Como observamos no Quadro nº 4 – A, a via civil de celebração do casamento foi claramente maioritária, seguindo de perto os dados observados por outras pesquisas para a Região de Lisboa (cf. Wall, K., 2005:96-101). O principal contributo veio dos inquiridos com o Ensino Secundário e dos detentores de um Curso (ou frequência) Universitária com índices numéricos muito próximos. A celebração civil do casamento seguida de cerimónia religiosa católica e a celebração católica do matrimónio foram as escolhas seguintes, com níveis absolutos muito próximos, mas no seu conjunto não são superiores às celebrações civis.

Portanto, é visível entre os sujeitos inquiridos a existência de uma menor tendência (considerando o conjunto) para a realização da cerimónia religiosa católica, especialmente em ambiente urbano e cosmopolita como este onde foi realizada a investigação. Por outro lado, é possível concluir também que alguns dos inquiridos podem ter casado pela via civil, seguindo-se depois a cerimónia religiosa canónica, mas provavelmente podem ser agnósticos ou ateus, cedendo à tradição ou à vontade do cônjuge.

Curiosamente, são os inquiridos que possuem menor grau de escolaridade os que mais celebraram o seu casamento pela Igreja, especialmente na vertente católica, levando a concluir que, quanto maior for o grau de instrução atingido, menor é a percentagem de casamentos canónicos celebrados pela Igreja (cf. Wall, K. 2005:99). Registe-se também outro conjunto de inquiridos que realizaram o seu casamento pela via civil, seguida de

celebração religiosa por outra confissão. Abre-se aqui uma possibilidade de existir uma homogamia religiosa, própria aos membros da confissão que assumem a importância de casarem entre si, independentemente do grau de escolaridade que possuem (cf. Quadro nº 4 – B).

Aspecto igualmente interessante, sobretudo em termos de regulação jurídica do casamento, envolve o Regime de Bens adoptado.

Com efeito, através do Quadro nº 5 – A, notamos que os casamentos registados entre os sujeitos inquiridos (exceptua-se também aqui a população em *União de Facto* ou a que vive em *Coabitação* depois de uma primeira conjugalidade terminada pelo divórcio), foram ‘contratados’ com base no Regime de Bens Adquiridos – 76,3% do total registado. O regime de Comunhão Geral de Bens atinge somente 21,8 % do total inquirido, mostrando os efeitos da Reforma do *Código Civil* de 1967 e de 1977 neste domínio particular do Direito da Família⁹². A Separação de Bens, por seu lado, foi residual – 1,8%.

São sobretudo os detentores de um Curso Superior quem mais escolheram o regime de Bens Adquiridos, enquanto no regime de Comunhão Geral de Bens os sujeitos com Ensino Básico e com o Ensino Secundário (em igualdade) elegeram esta opção (cf. Quadro nº 5 – B e Quadro XV; cf. ainda o ponto 4.1 da Segunda Parte desta Investigação).

Traçado o contexto da constituição familiar e o respectivo Regime de Bens, interessa saber em que medida a vida conjugal era realizada em termos diários e como era valorizada a instituição *casamento*, não esquecendo aqueles que escolheram como opção conjugal a *coabitação*.

Assim, os sujeitos inquiridos que viram dissolvida por divórcio a primeira conjugalidade (caso dos sujeitos monoparentais e dos que vivem actualmente uma recomposição familiar – seja na vertente de coabitação, ou que estão num 2º casamento), salientaram que a sua vida em casal decorria com normalidade, tanto na *rotina diária*, como na *vida doméstica*. Entenda-se esta ‘vida normal’ como sendo fatigante e intensa, especialmente pelo trabalho diário realizado pelos cônjuges, mas também pelas deslocações que diariamente faziam até ao seu local de trabalho.

⁹² Recordemos que a reforma do *Código Civil* de 1967 impôs o regime supletivo de *Comunhão de Adquiridos* e não a *Comunhão Geral* como modelo a privilegiar, pois percebia-se que o casamento já não era um ‘casamento de famílias’, mas um projecto afectivo que dizia sobretudo ao casal (cf. *Código Civil* – artigo 1717º).

Neste campo, a população feminina manifestou claramente a ideia de estarem mais sobrecarregadas com as tarefas domésticas e com as rotinas intensas devido ao trabalho fora de casa. Este dado torna-se importante para aferir a qualidade da relação conjugal, pois embora os sujeitos masculinos salientassem que a rotina doméstica era partilhada, o facto é que as mulheres eram mais críticas perante tal vida, muito rotineira e sem variedade.

Outros indicadores ligados ao *Lazer/Fim-de-Semana* e *Visitas a Amigos e Familiares* mostraram alguma escassez de saídas em fins-de-semana, absorvidos que estavam pela vida diária ou pelo descanso da rotina habitual, embora outros inquiridos aproveitassem todas as possibilidades que tinham para o fazer. No entanto, uma base fundamental dessas saídas em lazer, envolviam as visitas a amigos e familiares, especialmente aos progenitores dos inquiridos, sendo relativamente poucas as que envolviam a deslocação para longe do lar conjugal.

Já os casos envolvendo os itens *Discussões/Conflitos* e a *Vida Sexual* revelam algumas contradições. Com efeito, nota-se uma maior insatisfação feminina perante o primeiro item, claramente mais acentuada por este género em termos de ambiente doméstico, o qual não é acompanhado na perspectiva masculina, que desvaloriza mais as situações de conflito, embora as reconheça, sobretudo no final da vida em casal (cf. Análise de Conteúdo: 2 – A e 2 – B).

Temos portanto uma insatisfação maior no âmbito relacional no género feminino, algo que é transversal a todas elas, independentemente do campo profissional e grau de escolaridade. No entanto, se aludirmos à vida sexual dos inquiridos (masculinos e femininos), as opiniões não são muito críticas. Na generalidade das situações registadas, o relacionamento íntimo era considerado normal, regular ou mesmo bom, embora alguns admitissem que se tinha degradado na parte final da vida em casal, seja pelos ‘desencontros’ devido à personalidade dos membros do casal, pelos ‘interesses divergentes’, pela forma da ‘gestão económica familiar’ ou mesmo pelo ‘desinteresse no cônjuge’. Nestes casos, quando o relacionamento conjugal é insatisfatório, a vida sexual também se ressentia (cf. Gameiro, J. 2004:135).

Observando agora as razões individuais destes inquiridos para fundamentarem de um modo mais formal o fim da sua conjugalidade, os sujeitos masculinos em situação monoparental/unipessoal apresentaram sobretudo justificações envolvendo ‘cansaço, saturação e insatisfação na relação conjugal’ ou então que a mulher ‘estava farta de tudo’.

Embora sejam apresentadas pelos homens, as justificações reflectem sobretudo aspectos de insatisfação protagonizadas pelo elemento feminino (cf. Análise de Conteúdo 1 – A).

Aparentemente, o ‘fim do amor’ na relação conjugal parece justificar o terminar da relação, mas não é só nesta base que ela deve ser justificada. Transparece, sobretudo no lado feminino, que as esposas não olhavam só para o casamento com uma visão romântica tal como era visível na altura do namoro, mas encaram-no como construção de uma relação ao qual não basta apenas o ‘amor’.

Com efeito, observando agora as justificações femininas para o fim da sua vida em casal, encontramos a necessidade de encontrarem no casamento outras dimensões envolvendo situações ligadas ao sentimento e companheirismo, mas também ao respeito e sobriedade no diálogo, os quais são vistos como relevantes para fundamentarem a manutenção da vida em casal.

Não existindo ou esbatendo-se com o tempo essas dimensões, não surpreendem os comentários das ex-esposas para justificarem o fim do relacionamento conjugal: “ *Devido a constantes conflitos e desencontros vários, indiferença e falta de carinho ...*”; “ *Pela incapacidade [do marido] em me dar o equilíbrio e a estabilidade que eu necessitava*”; “ *Tomei a iniciativa, não por falta de afecto ou amor (talvez mais fracos devido às discussões), mas pela má gestão da vida familiar, doméstica e financeira...*”; “ *A relação foi-se degradando gradualmente. Não havia nenhum laço afectivo, sentimental, conjugal ou sexual que nos unisse*” (cf. Análise de Conteúdo 1 – B).

Naturalmente, se encontramos nestas justificações situações de ‘**desgaste relacional**’ e de ‘**conflitos conjugais/diferenças de personalidade**’, não devemos esquecer os casos de ‘**infidelidade**’ que também são apresentados como justificação para o fim da relação conjugal. Alguma infidelidade eram acompanhada de sevícias e injúrias feitos à companheira.

Esta mesma realidade foi encontrada nos inquiridos que actualmente vivem uma recomposição familiar. Assim, nos sujeitos masculinos que vivem a nova conjugalidade em *União de Facto*, o anterior relacionamento terminou com base em situações que classificámos de **Desgaste Relacional**: “*Fiquei farto da minha mulher*”; “[A ex-mulher] *queria ser livre*”; “[a ex-mulher disse] *estar farta do casamento que tinha*”; **Infidelidade**: “ [a ex-mulher] *conheceu outro homem*” e **Relação Conflituosa**: “*Pelos conflitos existentes entre nós*”; “*Incompatibilidade de personalidades*”; “*Pelas divergências sobre a vida familiar existente*”. Também aqui os Homens inquiridos apresentam

justificações que têm origem nas queixas das ex-esposas, pois foram elas quem mais forçaram o fim do relacionamento conjugal (cf. Análise de Conteúdo 1- A – pp. 428; cf. igualmente o ponto 4.4.1. da Segunda Parte desta Investigação).

As ex-esposas são muito críticas em relação ao relacionamento conjugal anterior, manifestando de novo a ideia já descrita de uma exigência familiar que vai mais além do simples ‘amor conjugal’, apelando à construção de uma relação que contemple outras componentes ligadas ao sentimento, companheirismo e solidariedade. Neste caso, justificaram o fim da vida em casal com estes fundamentos: *“Pela infidelidade e ausência física/financeira do marido”*; *“Incompatibilidade de feitios, falta de diálogo, agressões físicas e verbais dele”*; *“pela violência física e psicológica logo após o nascimento do filho...”*; *“estava descontente e infeliz com a vida conjugal. Também não éramos felizes juntos”*. A estas razões envolvendo **Infidelidade, Relação Conflituosa e Desgaste Relacional**, podemos acrescentar mais uma – **Anomalias Conjugais**: *“Não aceitei as práticas sexuais dele e foi-se embora de casa”*; *“Pela ausência, pelo jogo e pelas dívidas”* (cf. Análise de Conteúdo 1 – B).

No caso dos sujeitos masculinos que actualmente vivem uma recomposição familiar através de um novo casamento, o testemunho relacionado com a anterior conjugalidade envolve os mesmos pressupostos já descritos para os inquiridos divorciados.

Estamos perante uma maior exigência da mulher em termos de vida conjugal na família actual? Sem dúvida, tal como outros sociólogos a observaram em casos específicos de investigação.⁹³

Não surpreende também que nos 60 casos analisados envolvendo o divórcio (ou fim da vida em coabitação), a mulher tenha solicitado o divórcio em 68,3% dos casos estudados (cf. Quadro nº 6 – A). Neste campo, tornam-se importantes as palavras de Irene Théry, segundo a qual as mulheres tomam frequentemente a iniciativa do divórcio *“porque as tarefas domésticas pouco partilhadas fazem com que os casamentos sejam*

⁹³ Vale a pena salientar os trabalhos de J. Kellerhals, (1982), F. de Singly, F.(1987) e J.C. Kaufmann (1993) sobre aspectos específicos da conjugalidade. O primeiro salienta que o amor romântico e a lógica da conveniência podem complementar-se com as inerentes exigências que um e outro podem exigir em termos de vida em casal, facto comprovado ainda pela divisão entre os dois géneros das tarefas instrumentais a realizar dentro do círculo familiar. Singly, por seu lado, reforçou o papel da relação conjugal como forma de identidade pessoal, defendendo também que homens e mulheres não trocam os mesmos capitais na vida em casal, mas sim, capitais que se equivalem no mercado das trocas matrimoniais. Kaufmann verifica em teoria a igualdade a nível de divisão sexual nas tarefas domésticas, mas também uma certa tensão que é gerada em virtude da prática não corresponder exactamente à teoria na vida quotidiana do casal (cf. igualmente o Quadro 7 – B e Quadro XVIII, referente aos *Motivos Pessoais Para Por Fim à Relação Conjugal*).

mais pesados para elas, o que contribuirá para por em causa um casamento do qual retiram menos benefícios”. (cit. por Pinto, H. A. e Pereira, M G. 2005:66).

Para além deste aspecto, Irène Théry salienta ainda o facto de ser a mulher a principal vítima de maus tratos, alcoolismo, droga e falta de apoio económico. Tendo mais a perder em termos económicos com o divórcio, é sintomático existir um motivo forte para tomar essa decisão (cf. Pinto, H. A. e Pereira, M G. 2005:66/67).

Factor igualmente interessante é notar nesta investigação a concordância com os dados verificados no País em relação à base jurídica para dissolução do vínculo conjugal.

O *Mútuo Consentimento* foi a via jurídica mais solicitada (90,4% do total de situações envolvendo divórcio), enquanto os casos litigiosos foram residuais, sendo baseados no artigo 1781, alínea a) ou no artigo 1779. Naturalmente, nem todos os casos envolvendo *Mútuo Consentimento* resultam da concordância das duas partes em termos de dissolução do casamento, tal como já escrevemos (cf. ponto 4.3.1. da Segunda Parte desta investigação).

A principal duração do vínculo conjugal, por seu lado, combina igualmente com os dados nacionais nesse domínio, estando situada entre os 5 e os 9 anos (cf. o ponto 4.2.1. e 4.3.2 da Segunda Parte deste trabalho e Quadro 7 – A).

Ainda no caso vertente dos sujeitos que terminaram a primeira conjugalidade, encontramos entre os 60 inquiridos uma co-relação entre as respectivas rupturas familiares com o ambiente socioprofissional e educativo em que se movimentam, confirmando de forma genérica o que tem sido avançado por autores como Anália Torres (1996 e 2000) e Mário Leston Bandeira (1996).

Estes dados confirmam em pleno o que escrevemos sobre os grupos socioprofissionais que mais se divorciam, sendo possível notar que o divórcio atinge todos os quadrantes sociais do País, tendo maior expressão nos estratos sociais médios-altos com actividades laborais ligadas às profissões intelectuais/científicas e quadros superiores ou médios, como verificámos nesta investigação, mas também afecta as classes populares urbanas, especialmente as que estão ligadas a actividades de produção ou de funcionalismo público, com níveis básicos de escolaridade.⁹⁴

Este dado confirma assim parcialmente o que registamos para estudo da **Hipótese 2: Os divorciados(as) pertencem sobretudo aos estratos económicos mais altos da**

⁹⁴ cf. Igualmente a página 330 – Ponto 4.5. da Segunda Parte deste Trabalho.

sociedade, detentores igualmente de elevadas qualificações académicas. Como vimos, embora o divórcio seja transversal a todos os grupos e quadrantes sociais e atinja mais especificamente os estratos médios e altos da sociedade, não deixa de ser igualmente uma referência nos sectores mais populares, especialmente vivendo nos grandes centros urbanos.

Neste campo, faz sentido realçar que a vida em casal pode ser vivida tendo por referência modelos conjugais diferenciados, associados a maneiras diferentes de encarar o divórcio. Assim sucede com o modelo de *conjugabilidade associativa* (como regista Anália Torres 1996) onde existe uma forma moderna de encarar o casamento em moldes pouco rígidos e normativos, ao qual se ajusta o modelo de *divórcio desencontro*. Este tipo de rompimento conjugal ocorre quando um ou os dois membros do casal sentem falta de bem-estar na sua relação e procuram reencontrá-lo noutra contexto conjugal ou relacional. Trata-se de um modelo que se reporta a grupos socioprofissionais de quadros superiores, profissões intelectuais/científicas e de profissões liberais, normalmente com idades inferiores a 45 anos.

Outra maneira de encarar o casamento envolve a sua dimensão *fusional*, onde se deve verificar o cumprimento de um conjunto de deveres, mesmo que envolvam sacrifício a título individual. O divórcio surge aqui como *culpa do outro*, especialmente quando as responsabilidades conjugais não são assumidas pelos elementos do casal, sendo posta em causa a solidariedade familiar.

Observando novamente o Quadro nº 2 B, notamos similaridades nesse domínio, especialmente pela correlação existente entre a componente profissional/educativa/faixa etária, com estes dois modelos de divórcio descritos. Desse modo, o *divórcio desencontro* (ligado a uma *conjugabilidade associativa*) aparece representado no grupo socioprofissional com actividades laborais na área intelectual/científica, detentores de recursos económicos próprios, garantido aos membros do casal maior autonomia individual. Por outro lado, encontramos também um modelo de divórcio ligado à *culpa do outro*, especialmente entre as camadas urbanas ligadas a actividades laborais de produção e detentores de capital escolar médio-baixo, revelando entre os sujeitos inquiridos outro modelo de valorização da sua vida em casal.

Não registámos na nossa investigação, o tipo de *divórcio fatalidade*, a que corresponde um casamento do tipo *institucional*, ou seja, onde os membros do casal projectam a sua identidade pessoal e social, especialmente a mulher com o seu papel de

mãe e dona de casa, sendo a ruptura conjugal encarada como inesperado, um desígnio do destino (cf. Torres, Anália 1996: 159-161).

Como refere Mário Leston Bandeira, esta tipologia aponta para um enquadramento mais complexo das causas e do significado do divórcio, onde estão igualmente presentes factores endógenos e exógenos na explicação do fenómeno (1996: 343).

Tendo terminado a vida em casal, onde muitas vezes a degradação conjugal é muito grande e a ruptura emocional acontece muito antes da separação legal, o mesmo não sucede em relação ao destino a dar aos eventuais filhos nem às reacções que parentes e amigos venham a demonstrar pelo fim da relação conjugal. Vejamos as conclusões a tirar sobre este assunto.

9.2.2. Apoio/proximidade parental e reacções ao fim da conjugalidade

Analisando os dados relacionados com os Contactos e Apoio Familiar envolvendo os sujeitos em estudo (algo que envolveu a **Categoria IV** desta investigação), notamos em primeiro lugar a existência de contactos frequentes com os pais e com os familiares directos, sobretudo entre os inquiridos em situação monoparental, em situação de coabitação e os sujeitos que estão casados.

De algum modo, podemos explicar a existência desses contactos devido a uma situação de proximidade, especialmente em relação à morada dos seus pais, algo que já tinha sido observado em outras investigações quanto à relativa vizinhança de habitação entre pais e filhos em situação de vida conjugal (cf. Segalen, M. 1999: 105 e 121). Mesmo que a proximidade de residência não seja determinante para a quantidade (e qualidade) das relações entre pais e filhos, acaba por ser um factor que as facilita.

Os casos onde esses contactos são mais esporádicos foram justificados pela distância entre residências, mas sobretudo pela actividade profissional desempenhada. Estes factores ajudam também a explicar a sua opção por recorrer a parentes directos só em momentos de necessidade.

Por outro lado, são os sujeitos em situação de recomposição familiar (seja pela vida em coabitação ou pela realização de um 2º casamento) quem apresentam uma ligação menos frequente à família parental directa, igualmente justificada pela sua vida laboral activa. No entanto, este menor contacto com a família parental não significa que se perca na totalidade o apoio da Família quando tal for necessário. Assim sucedeu nos dois

modelos familiares em análise, mas também entre os sujeitos em situação monoparental, nos casados ou nos que vivem em união de facto.

Portanto, estamos longe de uma perda de contactos familiares a nível geracional, mostrando bem como ainda são importantes as relações familiares no contexto parental do País, especialmente entre pais e filhos casados. Como salienta Martine Segalen, “*numa sociedade em rápida transformação, onde há muita ansiedade, a família surge como o elemento estável, permanente, pois está assente em forças inconscientes muito poderosas*” (1999: 107).

Mesmo os inquiridos que manifestam a ideia de que se ‘bastam a si próprios e não recorrem à ajuda de familiares’ (cerca de 25%), apenas provam a sua autonomia e independência em relação ao seu grupo parental (cf. Kellerhals, J. 1989: 12/13).

Já os sujeitos em situação monoparental, especialmente o elemento feminino, são quem mais recorre ao apoio parental para qualquer eventualidade, especialmente por terem ficado com a guarda dos filhos. No entanto, torna-se significativo o número de inquiridos nessa situação que declaram *recorrer à família parental só em momentos de necessidade*. Cruzando esta opinião com o seu grau de escolaridade (médio-alto) e vida profissional desenvolvida (actividades liberais ou científicas-intelectuais), compreendemos a sua opção nesse domínio, embora tal não signifique que percam o contacto com os seus familiares directos (cf. Quadro nº 8 – A e Quadro XXXVIII).

Em termos de conjunto da população inquirida, podemos sentir em grande medida um bom relacionamento com os progenitores, mas o mesmo não se verifica de forma tão evidente com os ex-sogros, especialmente nas situações envolvendo sujeitos em situação monoparental e em recomposição familiar, seja de coabitação livre ou vivendo em nova conjugalidade, aprovada pelo casamento.

Neste campo, a vertente feminina inquirida apresenta um número considerável de situações onde esse relacionamento não existe ou então o mesmo é indiferente. Para esta reacção concorre o modo como decorreu o divórcio ou então pelos eventuais filhos terem sido entregues ao cuidado da mãe, inviabilizando de algum modo um maior contacto pessoal com os avós. O certo é que o relacionamento institucional até então existente nunca mais foi o mesmo.

Ponto igualmente importante envolve a eventual influência dos pais (ou mesmo dos ex-sogros) no *Casamento* ou na *União de Facto*.

Na generalidade, os resultados apurados (Quadro nº 9 A) permitem concluir que os progenitores não exerceram qualquer interferência no relacionamento conjugal (o mesmo se verifica nas situações envolvendo uma nova conjugalidade), embora em certos casos isso tivesse acontecido, quer por via económica, quer por influência num dos cônjuges ou através dos netos. Portanto, a independência do casal é algo a ser assinalado pelos sujeitos em estudo, mas devemos ter em conta as situações onde isso não aconteceu, explicadas pelas diferentes ‘pertenças sociais ou económicas’ dos inquiridos e o respectivo enquadramento nos modelos familiares em análise.

Este último apontamento serve também para avaliar a opção relativa ao valor da educação recebida pelos progenitores quanto à sua própria vida conjugal. A larga maioria dos inquiridos considerou *normal a educação recebida, tendo em atenção a sua experiência e o tempo da sua própria vida conjugal*. Significa isto que a experiência de vida observada no casamento dos progenitores teve a sua influência, embora as circunstâncias de vida sejam diferentes.

Mesmo assim, registaram-se situações onde os sujeitos em estudo mencionam ter sido *má ou insuficiente*, enquanto outros salientam que os progenitores *não exerceram qualquer influência em termos de formação da [sua] própria vida conjugal*. Estes casos aconteceram sobretudo entre os sujeitos que se divorciaram e vivem agora em coabitação ou contraíram um 2º casamento. Paralelamente, encontramos outros que referiram ter sido *boa ou até muito boa* em termos de valores associada à sua vida em casal. Este último caso esteve presente sobretudo nos inquiridos em situação de casamento (civil ou religioso).

Portanto, a diversidade de situações registadas deve ser enquadrada no ambiente educativo/socializador dos sujeitos inquiridos desde a infância, sem esquecer o percurso de formação pessoal até à idade adulta, ou seja, a sua própria trajectória de vida social (cf. Vasconcelos, P. 1998: 398).

Também aqui devemos enquadrar as várias opiniões dos inquiridos em termos de ‘pertença social’, situação que se reflecte na fidelidade aos laços sociais familiares (mais ou menos acentuados), nas expectativas criadas em termos de vida profissional/grau de escolaridade, para além do lugar concedido à vida familiar em termos de individualidade ou de colectividade (cf. Kellerhals et al. 1989: 32/33 e 86/87).

Finalmente, desejamos saber as reacções que o fim da primeira conjugalidade suscitou entre os parentes e amigos próximos do casal. **A Hipótese 6** contemplava esta

situação, feita em termos gerais: *Os familiares directos dos divorciados interferem na decisão do casal em terminar com a sua relação conjugal.*

Como vimos, a compreensão, mas também a tristeza marcaram as opiniões dos inquiridos em relação à reacção dos pais, sogros e amigos pelo fim da relação conjugal. Na generalidade, os pais e os sogros compreenderam as razões do divórcio e aceitaram a decisão tomada pelos filhos. No entanto, registaram-se casos onde os pais reagiram mal ao divórcio, argumentando que o casamento era para se manter até ao fim, enquanto outras situações envolveram a crítica dos sogros ao rompimento do vínculo conjugal, terminando com o relacionamento até então existente.

Constata-se serem as gerações mais velhas quem mais defendem uma representação institucional do casamento, enquanto as gerações mais novas revelam possuir uma visão mais relacional, flexível e aberta da vida conjugal, estando muito menos inclinados em adoptar normas fixas e institucionais de relacionamento (cf. Vasconcelos, P. 1998:335).

Portanto, são situações que marcam as opiniões dos progenitores e apontam directamente para o tempo da sua própria vida em casal e dos valores que então presidiam à formação da sua própria família conjugal. Esta posição no entanto, não retira importância ao facto da grande maioria dos progenitores aceitar o fim do casamento dos filhos, sabendo provavelmente que essa opção há muito tinha sido tomada pelos actores principais desse processo.

Posição igualmente importante é a dos familiares próximos e os amigos ou colegas de trabalho. Assim, os amigos, colegas de trabalho e até vizinhos lamentaram o fim do casamento (registar-se uma excepção), mas acabaram por compreender as razões e aceitaram a decisão sem interferirem mais no assunto. De algum modo, os amigos do casal acabam por ser elementos que são solicitados ou se disponibilizam para dar o seu apoio, especialmente em termos de ajuda pessoal ou em aliviar a tensão emocional existente entre os dois elementos do casal em ruptura.

No caso dos familiares próximos porém, embora tivessem compreendido as razões do rompimento conjugal, alguns acharam que não existiram motivos para o divórcio, sendo especialmente questionada a decisão tomada pela vertente feminina nesse sentido. Porém, na investigação de Henrique Almeida Pinto e Maria da Graça Pereira (2005), os resultados obtidos neste domínio revelaram, em alguns casos, que a família do ex-cônjuge tomava partido a favor da esposa, sinal de que a intensidade e os sentimentos vivenciados por uma dissolução conjugal não são iguais ou assumem tonalidades

afectivas diversas entre os elementos da família parental (cf. Pinto, H. A. e Pereira, M. G. 2005:134).

Em termos de análise final, o sentido largamente maioritário de aceitar o divórcio corresponde em certa medida a considerar o casamento como algo que diz respeito, antes de mais aos seus intervenientes directos, não se questionando a autonomia e independência do casal em estabelecer a sua própria regulação familiar, mesmo que o fim da relação conjugal seja sentida com tristeza. Portanto, não se registaram casos declarados de intromissão da família parental na decisão do casal em romper com o vínculo conjugal.

Como herança da vida em casal agora terminada, os filhos nascidos acabam por ser o elemento que subsiste da anterior conjugalidade. O seu destino e relação com os progenitores merecem seguidamente a nossa atenção.

9.2.3. Guarda dos filhos – decisão judicial e relacionamento pós-divórcio

Este tema insere-se directamente nos casais que dissolveram a sua vida conjugal através do divórcio e contempla os casos registados com a decisão judicial envolvendo a guarda dos filhos. Na grande maioria dos casos analisados, a criança foi entregue à guarda da mãe, numa base jurídica que contempla as aptidões maternas da mãe para a educação da criança. Se cruzarmos esta decisão com a idade das crianças na altura do divórcio compreende-se melhor esta opção do juiz, tanto mais que a maioria dos divórcios decretados aconteceram entre 5 e 9 anos de casamento, tendo os filhos uma idade ainda jovem (cf. Quadros XIII e XXI e também o Quadro 9 – B).

Torna-se no entanto interessante observar o modo como os inquiridos encararam a decisão judicial tomada em relação à *Guarda das Crianças*. Assim, a grande maioria dos sujeitos que responderam à questão (sujeitos em situação monoparental/unipessoal e em recomposição familiar) ficaram satisfeitos com a decisão tomada, sendo residuais os que manifestaram uma opinião contrária (cf. Análise de Conteúdo 3 – A e 3 – B).

Quisemos saber os motivos dessa satisfação, tentando perceber se existia uma opinião comum ou se coexistiam várias opiniões em relação ao assunto. No caso da população masculina, as opiniões podem ser divididas em vários modelos, de acordo como grau de satisfação face à decisão tomada pelo Juiz.

Assim, podemos falar de inquiridos que manifestaram uma posição de **Contentamento**: “*Sim, pois ficou provado que a mãe não tinha capacidade emocional para cuidar dos filhos*”.

Existem também situações que classificamos de **Conformidade**: “*Sim, não havia mais nada a fazer*”; ou então: “*Sim, foi o melhor para todos*”. Outros casos podem ser classificados como **Compromisso**: “*Sim, pois não teria possibilidade de ficar com ela*”; “*Sim, pois decidiu-se que era melhor ficar com a mãe*”.

Os casos que classificamos de **Insatisfação** envolvem a crítica à decisão do Juiz por ter optado pela entrega da Guarda da criança à parte feminina. As expressões envolviam claramente o desacordo por essa opção: “*Não, pois o pai reunia todas as condições para o criar e sustentar*”; “*Não, [a criança] deveria ter ficado comigo*”.

Podemos assim concluir que os pais deste estudo aceitaram, de um modo geral, que a ex-esposa ficasse com as crianças, mesmo numa situação que remetia para um bloco legislativo que privilegiava na altura do divórcio a vertente feminina. Actualmente porém, o Decreto – Lei nº 61/2008 opta sempre pela *responsabilidade conjunta*, numa decisão que por vezes não é fácil de ser tomada pelo juiz⁹⁵

É claro também que os pais podem sempre contar com a rede de apoio familiar, nomeadamente os avós para ajudar ao acompanhamento da criança, sem esquecer as próprias instituições sociais, nomeadamente em termos de apoio escolar.

No mesmo sentido podemos classificar as respostas da vertente feminina neste processo. As inquiridas femininas salientaram sobretudo uma grande posição de **Contentamento** pela decisão do Juiz desta maneira: “*Sim, pois era impensável ficar sem a custódia do filho, pois o pai nunca cumpriu o acordado*”; “*Sim, tudo o que dizia respeito ao filho passava por mim. O ex-marido porém, sempre cumpriu o acordado*”; “*Sim. O pai estava quase sempre ausente*”; “*Sim. Como passei a residir com os meus pais, a criança teria mais apoio*”.

⁹⁵ A denominada Nova Lei do Divórcio (Lei nº 61/2008), impõe a Guarda Partilhada, mesmo quando um dos progenitores deseja abdicar desse direito ou já existe um acordo entre os pais para a entrega da guarda a um deles. Embora a aplicação da guarda conjunta seja uma forma de garantir que os progenitores continuem ligados aos filhos após o divórcio, alguns magistrados defendem a não aplicação do articulado da Lei se os pais o não quiserem e tiverem já um acordo sobre a guarda das crianças (cf. *Diário de Notícias* – 22 de Janeiro de 2009 – pp. 9).

Situações de *Compromisso* também foram registadas: “ *Sim, o pai tem o mesmo direito de estar com o filho. Nunca coloquei obstáculos à visita do pai, a qualquer hora e dia*”; “*Sim. A decisão foi tomada de acordo com todos os envolvidos*”.

Entre as inquiridas, portanto, a situação de satisfação era muito grande, sendo notada igualmente uma rede de apoio consubstanciada principalmente nos avós. Naturalmente, falamos dos casos onde as mães exercem uma actividade profissional. Estando os filhos em idade escolar, a *Instituição Escolar* por um lado e a *Família Parental* por outro, assumem um papel essencial de estabilidade em relação aos membros da família. Esta situação foi também demonstrada em outros estudos, tal como demonstrou Karin Wall (2005:502-508).

Porém, não se esgotam aqui as análises sobre os filhos da população inquirida. Nas situações onde foi possível recolher informação junto dos sujeitos em situação de recomposição familiar, interessa-nos saber como se tem realizado a integração familiar dos enteados nas novas famílias e que relacionamento existe com os padrastos e as madrastas.

9.2.4. Os filhos do Divórcio – enteados e padrastos/madrastas

Os processos de recomposição familiar envolvendo filhos de uma anterior conjugalidade nem sempre são fáceis e por vezes assumem contornos de ambiguidade face ao papel social que caberá ao padrasto ou à madrastra na substituição do pai ou da mãe biológica.

Em tais casos, como podemos entender o relacionamento entre os membros da nova família? Será bem assumido pelas crianças que vão viver noutra ambiente familiar, ou constituirá a nova situação um elemento fracturante na relação da nova família?

Os sujeitos inquiridos em situação de recomposição familiar salientaram em clara maioria a ideia de que a nova família foi bem aceite pelos enteados e todos os membros estão bem integrados nela. Outros casos salientaram as dificuldades iniciais de integração dos enteados, mas com o tempo elas foram sendo atenuadas. Os casos onde o ambiente familiar existente era difícil ou complicado foram residuais (cf. Quadro nº 10 – A e Quadro XXVII)

Naturalmente, uma coisa é um padrasto ou uma madrastra estar numa casa com crianças pequenas, outra é lidar com adolescentes; uma coisa é existir a experiência em lidar com crianças, outra é nunca ter convivido com elas. Por outro lado ser madrastra não

é tão complicado como ser padrasto visto que as primeiras estão muito menos presentes no quotidiano dos enteados. Com efeito, em situação de divórcio os filhos são entregues maioritariamente à guarda da mãe, acabando a madrasta por estar com os filhos do companheiro normalmente nos fins-de-semana ou durante o período de férias.

Tendo em atenção os dados referentes à caracterização dos sujeitos inquiridos, estas condições podem ser encontradas nas famílias recompostas em que vivem os inquiridos desta investigação.

Em relação à intervenção na educação dos enteados, a maioria dos sujeitos inquiridos assume essa intervenção, mas *“em concordância com o cônjuge biológico”*. Neste caso, existe algum limite a essa intervenção, bem comprovada por uma opinião que salientava a necessidade de intervir *“embora me sejam colocados limites ao meu papel pela mãe biológica”*. Outras situações envolveram mesmo a recusa em intervir nessa educação, passando a responsabilidade para o pai ou a mãe biológica, enquanto noutro caso, a inquirida manifestou uma posição de intervenção directa *“pois assumi a responsabilidade de cuidar deles”*. Foi interessante o conjunto de opiniões femininas que escolheram a opção: *“Assumo as minhas responsabilidades, depois de ter conversado com os pais biológicos”* (cf. Quadro nº 10 – B e Quadro XXVIII).

Cruzámos estas opiniões com o nível de escolaridade dos inquiridos e encontramos uma representação de todos os graus de escolaridade, com ligeira vantagem dos detentores do ensino secundário, seguidos pelos que possuíam estudos superiores.

Sendo assim, será correcto relacionar este limite na intervenção educativa dos enteados com o grau de escolaridade dos padrastos e madrastas representados nesta investigação?

A pergunta revela-se interessante e suscita desde já uma maior investigação com base nesse pressuposto, algo que o nosso estudo não consegue atingir devido ao número limitado de inquiridos nesta situação. Sendo assim, justifica-se em estudos posteriores uma observação mais aprofundada desta situação em termos de análise teórica, não esquecendo os casos particulares a este nível pois é sempre possível encontrar detentores de estudos superiores ou de escolaridade mínima que podem ficar implicados na educação dos filhos da sua companheira (ou companheiro), especialmente se existirem laços ténues entre os pais biológicos e os filhos.

Quanto a nós, é visível a especificidade da nova vida numa família recomposta, mas onde os padrastos ou madrastas não desejam invadir ou ocupar o lugar do pai ou da mãe

biológica. Por outro lado, essa situação acaba por causar alguma indefinição jurídica e social da intervenção do padrasto ou madrastra em termos de intervenção educativa em crianças menores de idade (cf. Singly, F. 2000:260-270).

A necessidade de uma clara definição de funções parentais é necessária nestas configurações familiares, não em termos de substituição dos pais biológicos, mas de *perenidade* na relação familiar. Significa isso que se torna necessário estabelecer uma linha de continuidade na nova família constituída, algo que permita a integração plena da criança e lhe assegure uma estabilidade emocional durante o seu crescimento.

Desse modo será também possível corrigir a carga negativa que o nome madrastra (ou de padrasto) ainda transporta na mentalidade colectiva das pessoas comuns. Exige-se assim a construção social do papel de padrasto e madrastra que permita uma estratégia de *perenidade* na relação familiar envolvendo todos os membros, desde os pais biológicos até aos novos elementos da família recomposta (cf. Lobo, Ana Cristina 1994:118-120; Almeida, A.N. et alt. 1998:73-74).⁹⁶

Finalmente e tendo em atenção duas questões colocadas aos inquiridos nestas configurações familiares, foi interessante observar que a grande maioria considerou o seu relacionamento com os enteados na base do *Muito Bom* ou *Bom*, sendo poucas as situações em que se mencionou que existia um *relacionamento normal*. Casos de *mau relacionamento* não foram indicados (cf. Quadro nº 10 – C e Quadro XXIX).

Na outra questão, os inquiridos salientaram que os seus enteados os consideravam como *uma pessoa aparentada*, seguida pela opção que os apresentava como *uma pessoa amiga* e *um segundo pai ou mãe*. Foram residuais as opiniões onde os enteados os consideravam “*alguém a quem não se sentem ligados*” (cf. Quadro nº 10 – D e Quadro XXX).

Significa isso que os filhos de pais divorciados acabam também por atingir uma estabilidade emocional nestas configurações familiares? Se é verdade que um ambiente familiar caracterizado pelo conflito e pelo desequilíbrio conjugal é prejudicial ao desenvolvimento psíquico e emocional da criança, a integração numa nova configuração

⁹⁶ Neste assunto, convém lembrar os estudos de Didier le Gall e Claude Martin (citados por Martine Segalen, 1999:209/210) que distinguem dois processos de recomposição familiar em associação com os aspectos económicos e culturais dos seus membros. Nesta base, as camadas com menor capital económico e cultural privilegiavam uma reconstituição familiar tendo em vista apagar o ‘erro’ da primeira conjugalidade, estando associada a uma lógica de *substituição*. No caso das camadas sociais mais abastadas reservava-se um lugar para as relações com os progenitores a quem não cabe a guarda dos filhos, numa lógica de *perenidade*.

familiar constitui um desafio para todos os membros. A forma como são geridas as diferentes sensibilidades familiares e o relacionamento com os pais biológicos a quem não foi concedida a guarda dos filhos, constituem uma preocupação acrescida em termos de bom funcionamento no interior da nova família.

Pelo menos, é o que transparece nas opiniões registadas nos sujeitos em estudo. Este assunto adequa-se ao que foi escrito na página 339 (ponto 5 da Segunda Parte desta investigação), onde vimos ser fundamental que o padrasto ou a madrasta compreendam que o tempo é o melhor aliado na gestão da mudança, devendo resistir à tentação de ter o papel principal na educação dos enteados.

E não podemos esquecer que uma das grandes dificuldades de integração de todos os membros na nova família prende-se com as memórias do passado.

Os sujeitos inquiridos foram claros em relação a esse processo: cerca de 45% dos inquiridos na situação de Recomposição Familiar salientavam que a memória da relação conjugal ainda estava presente em certos momentos, embora concordassem que já pertencia ao passado e nem faziam comparações com a vida conjugal actual. Próximo desta última asserção estavam 32,5% dos inquiridos, que eram taxativos: *“Não. Quero esquecer a relação conjugal anterior e não faço comparações com a vida familiar actual”*. Devemos ainda considerar os cerca de 20% que salientavam claramente que a memória da anterior vida em casal se mantinha viva quer pelos filhos nascidos na anterior conjugalidade, quer pelas experiências vividas no anterior relacionamento e que ficaram gravadas e que servem de comparação com a vida conjugal actual (cf. Quadro nº 11 – A e Quadro XXVI).

Convém lembrar que no processo de recomposição familiar quando se valoriza de forma evidente os aspectos negativos do presente e se desvaloriza o que de negativo aconteceu no passado, a construção da nova conjugalidade pode estar ameaçada (cf. capítulo 5 – Segunda Parte da Investigação).

No entanto que tipo de relacionamento afectivo deve existir entre a criança que vive nesta configuração familiar (normalmente com a mãe e um padrasto) e o progenitor que não ficou com a sua guarda?

Os dados registados nesta investigação apontam para o progenitor masculino fazer visitas aos familiares directos (os avós, tios, primos), mas também estar com o seu filho nomeadamente em situações envolvendo almoçar/jantar fora. Outras formas de relacionamento incluem actividades de lazer, como passeios, ou idas a teatros, cinema e

espectáculos desportivos (cf. Quadro XXII e também os dados de conjunto da Quadro nº 11 – B).

Aparentemente, parece que não se verifica a constatação que Evelyne Sullerot mencionou no caso francês (citando um estudo de Henri Leridon e Catherine Villeneuve-Gokalp – *Population et Société*, nº 220 – Janeiro de 1988), segundo o qual um em cada quatro filhos separados do pai deixou de ter qualquer relação entre si. Isso significa que 39% das crianças suspenderam totalmente os contactos com o pai e que 23% vêem-no menos de uma vez por mês (cf. Sullerot, E. 1999: 217/218). De facto, esse risco acontece quando se entrega de forma unilateral a guarda jurídica da criança apenas à mãe, ostracizando a figura do pai como alguém com falta de capacidade para educar o seu filho.

Também Evelyne Sullerot considera que “ *a continuidade dos laços estabelecidos entre pai e o filho depende da duração da sua vivência em conjunto e do tempo decorrido desde a separação. Se o pai tiver vivido apenas cinco ou seis anos junto do filho, a ruptura será mais grave e quanto mais anos passarem, maior será o risco de se agravar ainda mais. Revestir-se-á de um carácter ainda mais definitivo se a separação dos pais tiver ocorrido quando o filho tinha apenas 2 ou 3 anos...*” (Sullerot, E. 1999: 218).

São aspectos importantes pois uma parte significativa dos inquiridos que passaram pela experiência do divórcio tinham filhos de tenra idade. Por outro lado, observámos na grande maioria das situações que a criança ficou com a mãe, embora exista uma visita regular do pai. Podemos assim comprovar que a **Hipótese 10** não se confirma, pois existe claramente uma regularidade de contactos entre o pai biológico e os filhos que ficaram sob a guarda da mãe.⁹⁷

A própria *Lei nº 61/2008* que regula os novos procedimentos sobre divórcio (e alterou vários artigos do actual *Código Civil* dando-lhes uma nova redacção), representa um avanço nesse sentido pese embora algumas críticas existentes, especialmente no domínio jurídico da noção de *culpa* em relação à violação dos deveres conjugais, algo que foi eliminado no articulado da nova ‘Lei do Divórcio’.

No entanto, ao substituir a anterior referência de *Exercício Conjunto de Poder Paternal* para *Responsabilidade Parental* – Artigo 3º, ponto 1 e 2 e Artigo 1901º, acabou por estabelecer um princípio de igualdade nos deveres entre pai e mãe sobre o filho. De

⁹⁷ A Hipótese 10 contemplava a seguinte afirmação: “*No Divórcio, o progenitor a quem não foi atribuída a guarda dos filhos perde o contacto com ele*”.

facto, o vínculo conjugal acabou, mas o vínculo parental subsiste, a bem da Família – cf. ainda o artigo 1906º da Lei nº 61/2008.

Por outro lado, a Lei penaliza criminalmente o progenitor que se furta a cumprir com as suas obrigações (pensão de alimentos, por exemplo, como declaram os Artigos 2016º e 2016º A).

Se antes acontecia muitas vezes o pai não pagar essa pensão e desistir naturalmente desse encargo visto terem-lhe sido retiradas responsabilidades parentais com a entrega do filho à mãe, a introdução da noção de *responsabilidade parental* exige que esse vínculo não se perca. Ajuda até a clarificar a situação entre os progenitores, pois também sucedia a mãe impedir o pai de ver os filhos e este decidia interromper os seus pagamentos como forma de retaliação.

Factor em análise igualmente interessante dizia respeito à presença de filhos em relação a uma nova conjugalidade da parte do progenitor. Neste caso, os sujeitos em análise mostraram atenção a esta questão, sendo maioritária a ideia de que pensaram no assunto, mas sabiam que os filhos não iriam interferir na decisão de iniciarem uma nova experiência conjugal. Secundando esta posição estavam aqueles que eram peremptórios em dizer que uma nova conjugalidade “*era o melhor para todos*”.

Mesmo assim, encontramos algumas reservas em alguns inquiridos que viviam já uma recomposição familiar. Para estes, a decisão não foi fácil, “*especialmente se os filhos iriam aceitar o novo companheiro e se todos se entenderiam no novo lar*”. Este factor foi mais salientado pelas inquiridas femininas, sendo mais fácil a decisão a tomar pelo elemento masculino pois eram poucas as situações em que tinham ficado com a guarda dos filhos.

Portanto, apesar da existência de filhos não facilitar a tomada de decisões em relação a uma nova conjugalidade depois do divórcio, o facto é que ela se realizará, mais tarde ou mais cedo, se for essa a vontade dos progenitores (cf. pp. 343 do Capítulo 5 – Segunda Parte da Investigação).

9.3. Vida familiar actual e ambiente doméstico

Conhecer alguns aspectos da vida quotidiana conjugal dos sujeitos em estudo revelava-se essencial para compreendermos até que ponto as rotinas diárias, a vida profissional e o ambiente doméstico (físico e psicológico) em que decorre a vida quotidiana e onde se desenrolam as interacções do casal, influenciam o grau de satisfação

da relação conjugal na actualidade. Era este o sentido da **Hipótese 7**, que atendia à importância do ambiente geral em que decorre a vida conjugal: *As rotinas diárias, a vida profissional e o ambiente doméstico em que decorre a vida quotidiana e onde se desenrolam as interações do casal, influenciam o grau de satisfação da relação conjugal.*

Assim, começámos por perguntar qual era o sentimento pelo companheiro(a) na relação conjugal actual (Quadro nº 12 A e Quadro XXXI). A grande maioria dos inquiridos (80 situações em estudo) foi clara em salientar que o *sentimento era mais forte e mais estável* no momento actual do seu relacionamento. No entanto, registaram-se casos onde foi manifestada a ideia de que o sentimento mudou devido a alterações de personalidade do cônjuge ou então que tinha vindo progressivamente a mudar. Estas situações apareceram sobretudo em casais que apresentavam mais de 10 anos de vida conjugal comum, mas também se verificaram casos com 5/6 anos de vida comum e em menor circunstância, com 3 anos de vida em conjunto.

Foi entre os sujeitos em situação de *recomposição familiar* vivendo em coabitação que se verificou uma menor incidência de factores negativos associados à vida em casal, enquanto nas restantes configurações familiares eram praticamente iguais. Neste caso, as justificações são também idênticas, incidindo sobretudo na falta de atenção e carinho, para além de indiferença pelo cônjuge e falta de companheirismo.

Confirma-se a importância da dimensão emocional e sentimental ao longo da vida em casal e da transformação que esta vai assumindo durante esse tempo para o sucesso da conjugalidade.

Justificava-se assim uma análise mais interna do ambiente familiar, sobretudo a que envolvia o nascimento ou a existência de filhos, as tarefas no lar e o grau de satisfação pela organização do lar conjugal.

No primeiro caso, era comum a todos os inquiridos envolvidos o facto da presença de filhos menores no lar acabar por se traduzir num aumento de tarefas a realizar, mas também no tempo que passaram a estar em casa e nas decisões a terem de ser tomadas diariamente. Embora mencionem igualmente que as saídas em lazer ou o contacto com amigos e familiares tenham permanecido praticamente iguais com o nascimento dos filhos, o tempo pessoal para fazerem o que mais gostavam foi afectado, exactamente pela menor disponibilidade dedicado a esse factor da sua vida em casal. Este último aspecto foi particularmente referenciado pela população feminina inquirida, a mesma que também

sentiu menor disponibilidade de tempo para dedicar à sua imagem pessoal. O elemento masculino inquirido manifestou maioritariamente a ideia de que o nascimento de filhos não afectou o tempo dedicado à sua imagem pessoal, tal como a relação íntima com o cônjuge.

Conclui-se que o nascimento ou mesmo a presença de filhos envolve o acréscimo de trabalho no interior do lar conjugal, sobretudo para o elemento feminino, tal como pudemos ainda comprovar em relação ao grau de envolvimento do cônjuge masculino nas tarefas do lar. Neste campo, a grande maioria das respostas masculinas iam no sentido de ajudar a companheira desde que estivessem em casa. Registaram-se alguns casos onde os maridos admitiam que nem sempre o faziam, especialmente porque já vinham cansados da sua actividade profissional (cf. Quadro XXXIV).

De algum modo este indicador permite compreender as razões masculinas para considerarem o seu lar bem organizado em benefício dos membros da família, embora salientem também (em números praticamente iguais) que podia estar melhor organizado em alguns aspectos (Quadro nº 12 – B e Quadro XXXVI).

Naturalmente, entre ‘o ser e o parecer’ haverá alguma diferença e não será estranho concluir que se torna agradável salientar a existência de uma prática ‘igualitária’ na relação entre géneros, embora na rotina diária e na vida doméstica esse tipo de situações nem sempre aconteça (cf. Kellerhals et al. 1989: 23). Registe-se também que os inquiridos com mais idade admitem ajudar a esposa, mas apenas se ela o solicitar.

Tudo isto revela (ou confirma) o facto da mulher se sentir mais pressionada no desempenho das tarefas do lar, sem esquecer a maior responsabilização por lidar e cuidar preferencialmente dos filhos.

Tendo em atenção esta última condição, será possível detectar algum sinal de insatisfação (desvalorização de si própria) ou mesmo depressão devido ao tempo dedicado a cuidar dos filhos?

A população feminina inquirida dividiu-se entre salientar que houve momentos considerados difíceis, *“especialmente pela ausência do cônjuge envolvido na vida profissional”*; enquanto outras disseram que *“conseguiram conciliar a vida laboral com a vida doméstica graças ao apoio do companheiro”*. Na primeira situação expressaram-se principalmente as mulheres com mais idade (entre os 35 e 45 anos) e que terão realizado o seu casamento ainda numa época onde os seus cônjuges não estavam muito

sensibilizados para prestarem um maior apoio ao cônjuge feminino fruto da sua própria educação.

Verificámos isso especialmente nas mulheres casadas (civil ou religiosamente) e nas mulheres em recomposição familiar por meio de um 2º casamento. Foi entre as inquiridas com idade mais jovem e com 1 – 3 anos de casamento que registámos um maior apoio masculino nessa tarefa, embora assinalássemos casos pontuais onde isso não se verificou.

Portanto e tendo em atenção uma perspectiva de conjunto, não encontramos grandes níveis de insatisfação feminina com a relação conjugal tendo como base a existência de filhos. No entanto, ela existe ou está latente nas respostas dadas pelas inquiridas femininas. Este facto torna-se mais visível se cruzarmos esta ideia com algumas respostas femininas sobre o modo como decorria a sua vida em casal em termos de rotina doméstica, familiar e até sexual (cf. Análise de Conteúdo 2 – B e Quadro XXXV).

Nesta base, faz algum sentido a existência de uma relação entre os resultados apurados nesta investigação e as conclusões a que chegaram outras pesquisas, segundo as quais os níveis de satisfação com a relação conjugal declinam com o nascimento dos filhos, algo que parece estar relacionado com a sobrecarga de trabalho, com a existência de maiores problemas sexuais, problemas com a actividade profissional do marido e também a falta de comunicação entre o casal (cf. Torres, A. 2001:63).

Factor igualmente determinante para a qualidade da vida familiar foi o modo como se expressaram em relação aos aspectos da vida conjugal considerados mais aborrecidos. Para os sujeitos masculinos, o principal factor foi *estarem muito tempo ligado às actividades profissionais*, enquanto o elemento feminino salienta sobretudo a *individualidade do companheiro na questão conjugal, devido a questões ligadas à sua personalidade*. Factor comum apontado pelos dois géneros envolveu *a falta de tempo para estar junto do(a) companheiro(a)* (Quadro nº 12 – C e Quadro XXXII).

Neste caso, como podemos avaliar ainda o impacto da vida profissional no estado da coabitação?

Curiosamente, os registos efectuados em relação às configurações familiares em análise tocam em pontos comuns (Quadro nº 12 – D e Quadro XXXIII). Assim, os sujeitos em recomposição familiar (seja em coabitação ou mesmo pela realização de um 2º casamento) e os sujeitos em situação de casamento (civil ou religioso) salientaram maioritariamente que a vida profissional *em nada tem afectado [o estado da coabitação], pois tem existido conciliação nas actividades profissionais dos cônjuges*. Outros

inquiridos porém, apontam como motivo que mais tem afectado o estado da sua coabitação o *stress diário e a falta de paciência para com os membros da família*. Por seu lado, os sujeitos vivendo em união de facto salientam em primeiro lugar que a vida profissional os tem afectado *sobretudo no tempo dispensado à vida familiar que é pouco*, embora outros tenham desvalorizado essa situação por salientarem que *existe uma boa conciliação nas actividades profissionais dos cônjuges*.

Parece evidente, portanto, a existência de múltiplas alternativas em relação à avaliação do impacto da vida profissional no estado da relação conjugal, devendo ser tido em atenção a especificidade e a vontade dos inquiridos em cada uma das configurações familiares em análise. Este facto leva-nos a considerar a importância das tensões inerentes à vida em casal e o modo como podem afectar progressivamente a lógica do ‘companheirismo’ e da ‘solidariedade afectiva’ que já vimos ser fundamental para a continuidade da relação conjugal (cf. Kellerhals et al. 1989:30/33). Torna-se igualmente significativo notar o número de inquiridos (25% - sobretudo masculinos), que apontam o *stress diário e a falta de paciência* como factores prejudiciais para a sua vida em casal, algo que se liga directamente com a qualidade do ambiente familiar e acaba por influenciar as interações conjugais.

Situação diferente envolve a posição dos inquiridos em situação monoparental/unipessoal, especialmente quanto à eventualidade de uma nova conjugalidade. Com efeito, foi possível detectar uma expectativa maioritária em relação a esse caso, embora a perspectiva da vida em casal passe mais por uma *união de facto* em comparação com os que desejam realizar um *2º casamento*.

Entre as razões apontadas para a nova conjugalidade ser realizada com base na coabitação, encontramos justificações de carácter pessoal, normalmente ligadas a uma maior liberdade de movimentos ou mesmo de autonomia individual face a um compromisso formal como é o casamento, tal como expressaram alguns inquiridos: “*Não causa tantos problemas e a pessoa acaba por ter mais liberdade*”; “*Para evitar a morosidade e burocracia de um divórcio*”; “*Primeiro, porque já casei uma vez. Depois, não é um papel que me vincula ao amor conjugal*”.

Entre os que optavam pelo casamento, encontramos justificações ligadas ao respeito devido à família parental, mas também por uma questão de princípios morais/religiosos e pela garantia de uma relação mais estável a nível geral. São heranças de uma educação tradicional que ainda se mantêm na prática social dos indivíduos.

No caso dos que recusavam viver uma segunda conjugalidade, as razões mais apontadas pelos sujeitos masculinos envolviam a ‘satisfação pessoal pela actual vida de solteiro’ ou então ‘porque já não acreditavam no casamento’. Na vertente feminina, encontramos o ‘receio e falta de confiança nos homens’ ou então o desejo de ‘não se comprometerem numa nova relação amorosa’ (cf. Análise de Conteúdo 4). Temos assim uma clara opção pela modernidade em assuntos ligados à conjugalidade, sem esquecer o impacto que as experiências passadas causaram, tal como se verifica em alguma vertente feminina inquirida.

Tendo ainda em atenção a actual situação familiar, a maioria dos sujeitos manifestavam a ideia de terem tomado a decisão correcta em por fim à vida familiar, pese embora a existência de algumas dificuldades económicas, algo mais apontado pela população feminina em estudo (cf. Giddens, A. 2000:192/193). Portanto, a decisão pessoal em por fim à relação conjugal é imperativa, envolvendo uma nítida opção individual no momento de terminar a vida em casal.

9.4. A vida em casal: a questão da fidelidade, das relações extraconjugais e das mudanças operadas na família nas últimas décadas

Em termos de análise e discussão dos resultados referentes à **quinta categoria** (representações sobre casamento/divórcio/coabitação/vida conjugal), começamos por observar as opiniões relativas a factores que contribuem para a manutenção da vida em casal.

Neste assunto, assinalamos um conjunto muito próximo de opiniões envolvendo os dois géneros em relação a concordarem que discussões conjugais, falta de comunicação e lealdade no relacionamento conjugal podem fazê-lo entrar em ruptura a até terminá-lo.

Onde notámos uma diferença foi na importância concedida ao item: *Mesmo com uma boa comunicação entre o casal, o casamento ou a coabitação podem entrar em ruptura e até terminar* (cf. Quadro nº 13 A e Quadro XLIII).

De facto, este item pode revelar que existem outros factores a serem considerados no sucesso de uma relação conjugal, mostrando que uma boa comunicação, sendo essencial ao sucesso da relação, acaba por não chegar se não for acompanhada pelo sentimento e emoção, ou mesmo pela lealdade e fidelidade, mas sobretudo pelo sentimento de partilha, companheirismo e entreaajuda. Tudo isto aponta para que a vida em casal seja encarada como fonte de apoio interpessoal, mas também de gratificação individual, algo que

valoriza a promoção de um ambiente emocionalmente saudável para o casal e para a educação dos filhos (cf. Torres, A. 1996:67).

A concordância de quase todos os inquiridos surgiu na questão envolvendo o grau de *gravidade para homem ou mulher em ter/manter relações extraconjugais*. Na generalidade, considera-se que a responsabilidade do acto *é igual pois numa relação conjugal devem existir papéis e responsabilidades iguais*. Mesmo assim, assinalam-se alguns casos onde se considera ser mais grave para a mulher tal situação, *pois a sociedade exige mais empenho e fidelidade da sua parte na relação conjugal*. Neste caso, são os sujeitos masculinos quem mais o salientaram; pessoas que apresentam uma média de idades mais elevadas (mais de 40 anos, mostrando igualmente a matriz cultural da sua formação em termos de educação familiar) e detentores de uma escolaridade mais básica – 2º e 3º ciclo.

Verificamos também uma similaridade de opiniões quando se trata de avaliar as relações extraconjugais ou mesmo o grau de gravidade para homem e mulher em ter/manter relações extraconjugais, sendo maioritária a opinião de se tratar de *uma atitude desonesta, de falta de lealdade e de respeito ao cônjuge*. Outras posições referidas iam no sentido de ‘desculpabilizar’ o acto, pois *pode acontecer a qualquer um, mas não tem de causar o fim da relação conjugal*. Foram os inquiridos masculinos quem mais o mencionaram (cf. Quadro nº 13 B e Quadro XLIV).

Mesmo assim, registamos um número apreciável de inquiridos (masculinos e femininos) que salientaram ser *por vezes necessária [essa atitude] para por fim a uma relação conjugal vazia e sem sentido*. Neste campo, os sujeitos que passaram por uma experiência de divórcio foram quem mais referenciaram esta opinião, sendo também esse grupo (especialmente o feminino) que classificaram as relações extraconjugais como *atitude cobarde e odiosa, especialmente para o cônjuge inocente*. Conclui-se assim que no seu percurso conjugal foram vividas situações que passaram por alguma forma de relacionamento extraconjugal, tal como se comprova nos vários casos em que existiu o divórcio fundamentado no adultério de um dos cônjuges.

Esta situação leva-nos a falar do valor atribuído à fidelidade na vida em casal. Neste sentido, registamos uma clara tendência para a sua defesa no âmbito da conjugalidade, sendo a vertente feminina quem mais defendeu este factor na vida conjugal. Os resultados levam a supor que existe um compromisso tendencialmente exclusivista e durável, sendo visível esta disposição sobretudo entre os inquiridos em situação de recomposição

familiar através de um 2º casamento e por aqueles que estão igualmente casados, seja por via religiosa ou civil. No entanto, encontramos uma franja de inquiridos (essencialmente masculinos) que assumem o seu sentido de liberdade individual por salientarem que a fidelidade na vida em casal depende *das circunstâncias, pois cada um deve ser livre de tomar as decisões que mais lhe interessam na altura certa*. Significa isso que uma vida conjugal perene e exclusiva (pelo menos enquanto se mantiver o sentimento amoroso) não se consegue sobrepor a cedências e percas de liberdade ou de espaço individual. Cruzando esta atitude com o nível de escolaridade destes inquiridos, encontramos um ponto comum já referenciado noutros estudos: quanto maior for a escolaridade mais expressivo é o lado do compromisso relacional sem perda de liberdade e de autonomia pessoal (cf. Vasconcelos, P. 1998: 36/337).

Naturalmente, esta opção não deve ser entendida como afirmação de egoísmo ou de interesse pessoal na relação conjugal, mas antes como afirmação da sua autonomia e individualidade dentro da coabitação, algo que mais adiante teremos oportunidade de avaliar. Fica assim determinada a posição de vários inquiridos onde os seus valores e atitudes devem ser associados a comportamentos que dependem deles próprios.

Neste sentido, formulámos as **Hipóteses 3 e 4** que implicavam os membros do casal na sua própria trajectória familiar em termos de vida activa, autonomia e individualidade na relação diária.⁹⁸

Para isso, vale a pena analisar o modo como os sujeitos inquiridos concebem o casamento actual em comparação com o mesmo pensamento de há 30 anos atrás (cf. e Quadro XLVII e XLVIII).

O conjunto dos inquiridos (homens e mulheres) mostra uma ideia clara neste assunto: *Existem grandes mudanças, pois o homem e a mulher têm, em geral, uma vida profissional activa e o sustento da mulher já não depende do marido ou do seu empenho no casamento*.

Se estes manifestam a ideia de uma autonomia e independência femininas na actualidade (ligada a uma vida profissional activa), verificam-se também alguns casos particulares que comprovam essa realidade, como sucedeu na vertente feminina em situação de monoparentalidade e na de recomposição familiar através de um 2º

⁹⁸ A **Hipótese 3** contempla a seguinte afirmação: “a presença feminina no mundo do trabalho influencia os casos de divórcio entre famílias conjugais”. A **Hipótese 4** indica o seguinte: “o problema do divórcio está ligado à maior autonomia e individualidade dos membros do casal na sua relação diária”.

casamento, que salientaram o facto de a mulher não aceitar situações de humilhações ou de maus tratos físicos e psicológicos.

Embora esta situação seja transversal a todos os estratos económicos e culturais, foram as mulheres entre os 35 – 45 anos e com grau de escolaridade ligada ao ensino secundário e superior quem mais salientaram estas opiniões, a que não serão alheias as situações pessoais vividas com o seu divórcio, mas sobretudo porque têm, em geral, ‘uma vida profissional activa e o seu sustento já não depende do marido ou do seu empenho no casamento’, tal como referiram noutras opções.

Podemos igualmente cruzar estas ideias com as ‘mudanças ocorridas nos últimos 30 anos no âmbito da família conjugal’. Neste assunto, observámos uma forte incidência de opiniões em três níveis de mudança: maior autonomia da mulher em relação ao marido (num processo reconhecido tanto pelos homens como pelas mulheres deste estudo); maior igualdade entre homem e mulher na vida em sociedade (com maior reconhecimento masculino) e divisão mais igualitária nas tarefas domésticas entre o casal (maior avaliação feminina). Outros factores envolveram a maior democraticidade nas relações familiares e a liberalização do divórcio na sociedade ou facilidade jurídica em obtê-lo (cf. Quadro nº 14).

Uma análise mais criteriosa revela algumas curiosidades importantes. Assim, os sujeitos inquiridos (masculinos e femininos) com idade entre os 30 e os 44 anos, com escolaridade média/alta (maior incidência no ensino superior) e com actividade laboral na área das profissões intelectuais/científicas, funcionalismo público e serviços administrativos, foram quem mais se pronunciaram pela maior autonomia da mulher em relação ao marido.

Por sua vez, os sujeitos masculinos inquiridos (maioritários em reconhecer a maior igualdade entre géneros na vida em sociedade), apresentam uma dualidade de situações em relação ao seu apoio a esta escolha: por um lado, encontramos sujeitos com uma escolaridade média – alta (ensino superior e secundário), mas também um grau de escolaridade ligado até ao 3º Ciclo, com idades entre os 30 – 39 anos e também com mais de 45 anos, com actividade laboral nas profissões intelectuais/científicas e de funcionalismo público. Por outro lado, foi possível encontrar também sujeitos com um grau médio – baixo de estudos escolares (entre o 1º e o 3º Ciclo) e com idades maioritárias entre os 35 e 50 anos, tendo ligações a actividades económicas no sector das vendas/comércio e também no funcionalismo público.

Na situação envolvendo a divisão mais igualitária das tarefas domésticas, os inquiridos (maioritariamente do género feminino) apresentavam uma média de idades entre os 35 e os 47 anos, com escolaridade média/alta (maior incidência no ensino secundário) e ligadas a actividades dos serviços/comércio e funcionalismo público.

Comparando o nosso estudo com a investigação conduzida por Pedro Vasconcelos (publicada em 1998), envolvendo as principais transformações na família desde Abril de 1974, as mudanças mais referidas apontavam para uma ‘maior libertação da mulher em relação ao marido’, a ‘possibilidade de divórcio’, o ‘maior controle sobre a possibilidade de ter ou não ter filhos’ e a ‘divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre marido e mulher’. Notamos a existência de algumas similaridades, pese embora o tempo passado entre as duas investigações, caso da divisão mais igualitária das tarefas domésticas e a maior libertação da mulher, algo que podemos entender também como uma maior autonomia da mulher em relação ao marido, sem esquecer os aspectos práticos ligados ao recurso jurídico do divórcio.

Pedro Vasconcelos aponta para processos relacionais: *“o que mudou nos últimos 30 anos foram as relações entre as pessoas, quer materialmente, quer simbolicamente. E as mudanças foram no sentido diacrónico que até aqui temos constatado existir – do institucionalismo normativo para o relacionismo negociado, da assimetria estatutária para a paridade igualitária, do rígido para o flexível”* (Vasconcelos, P. 1998:386).

Os resultados da nossa investigação vão igualmente nesse sentido, sendo visível a vertente democrática que permeia a família portuguesa pós 25 de Abril.

Conclui-se ter ocorrido uma mudança de valores na sociedade portuguesa actual, numa situação que privilegia a ideia de uma relação simétrica em termos de direitos e de igualdade entre os dois géneros, algo que permeia o inteiro tecido social do país, quer em termos etários, quer de escolaridade ou até na actividade profissional desenvolvida. Para esta mudança contribui em larga medida os aspectos educativos ligados à Escola, mas também o acesso das mulheres a uma maior independência e autonomia económica ligada a uma vida profissional activa, sem esquecer o que tudo isso implica em termos de mudança nas estruturas familiares.

No entanto, apesar de se constatar estes aspectos modernizantes, não podemos esquecer a existência de permanências estruturais de dominação masculina no tecido social do País, tal como referiu Anália Torres: *“As mulheres não chegam aos postos de topo nas empresas [e] continuam a ocupar maioritariamente as profissões que podem ser*

entendidas como prolongamento das suas funções tradicionais – cuidados de saúde, ensino, serviços. As posições de autoridade continuam a não ser assumidas pelas mulheres e também não são elas a desempenhar funções de carácter técnico ...” (2001:125).

Uma vez mais, o que se pode afirmar como intenção ou desejo de reprodução discursiva, nem sempre corresponde à prática ou à realidade social. Por esse motivo, vamos analisar o conjunto de representações sociais ligadas ao casamento, divórcio e coabitação, tendo em atenção a questão das «permanências», numa sociedade em transformação.

9.4.1.Representações sociais, práticas e aspectos tradicionais na vida familiar

Podemos entender a vida conjugal na actualidade como estando intimamente ligada a uma trajectória pessoal e familiar. Assim, há que gerir a relação no seu tempo de duração, vendo em que medida os membros do casal encontram nela um espaço de partilha, de conforto, de companheirismo e claro, de intimidade.

Acaba por se caminhar para uma democratização generalizada entre as famílias portuguesas envolvendo uma relação entre pares, que se apresenta aberta e sujeita a negociações, pelo menos a nível de representações no plano do discurso apresentado.

Devemos, no entanto, salientar que a mesma verbalização sobre a vida familiar pode esconder uma grande variedade de modelos de relacionamento conjugal. Neste caso, as representações sobre a vida familiar e as práticas efectivamente realizadas podem não ser correspondentes. Os indivíduos, como salienta Pedro Vasconcelos (1989), *“não agem de determinada maneira porque assim são obrigados a agir. Agem porque esse é o sentido prático do sentido reflexivo das suas intenções. Os únicos óbices à acção (ou melhor, os únicos óbices declarados) são assim, as acções e sentidos dos outros com quem temos de nos relacionar e negociar relações”* (1998: 401).

Torna-se assim importante observar as opiniões expressas pelos sujeitos inquiridos no âmbito das representações sobre a vida em casal, tendo em atenção o conjunto de configurações familiares envolvidas nesta investigação.

Começamos por abordar o impacto da relação laboral na vida do casal. Tendo presente as respostas dos dois géneros sobre os vários itens em consideração, notamos claramente o sentido democrático da vida em casal, expresso em situações como serem ‘os dois a trabalhar fora de casa’, confirmada pela recusa da ideia de ser ‘só o marido a

trabalhar fora de casa para garantir o sustento das família'. Por outro lado, nota-se entre a vertente feminina inquirida a rejeição da ideia de não investir na sua própria carreira profissional em favor da carreira do marido, de ter de cuidar preferencialmente dos filhos ou mesmo em relação a aceitar que na vida familiar a maioria das decisões deve caber ao homem.

Curiosamente, são as mulheres com maior idade e menor grau de escolaridade quem mais apoiam os aspectos tradicionais da vida em casal e onde o predomínio masculino acaba por se tornar uma realidade social aceite.

A investigação de Pedro Vasconcelos (1998), comprova muitos destes princípios democráticos na família conjugal actual, nomeadamente no que diz respeito à rejeição da ideia segundo a qual 'se prejudicar a carreira do marido, a mulher não deve investir numa carreira profissional' e também que 'a maioria das decisões devem caber ao homem' (cf. Vasconcelos, P. 1998: 362/365).

Neste campo, foi praticamente unânime entre todas as inquiridas femininas este pensamento, também ele aceite na generalidade pelos sujeitos masculinos, embora alguns tenham manifestado uma posição contrária – 11 situações. Neste caso, foram os homens com mais idade e menor grau de escolaridade quem se manifestou em sentido discordante, na mesma medida em que se mostraram contrários em considerarem que a mulher se realiza mais tendo um emprego fora de casa (cf. Quadros LIII – 1 e LIII – 2).

Outros itens mereceram igualmente destaque em termos de afirmação de autonomia e independência dos membros do casal, embora se continuem a notar algumas reservas, sobretudo masculinas. Assim aconteceu em relação a considerarem que 'cada cônjuge deve ter uma margem de autonomia nos seus gastos pessoais' e em recusarem a ideia de que 'as despesas domésticas correntes devem ser geridas pela mulher, enquanto as de maior vulto devem caber ao homem'. Portanto, uma relação simétrica é possível de ser estabelecida entre os dois géneros na relação familiar actual, pese embora alguns sinais contrários manifestados por 11% dos inquiridos.

Este último aspecto ilustra da melhor forma a resposta ao item: *"Para haver harmonia no casal, torna-se necessário que um dos cônjuges se sacrifique pela família, renunciando ao seu bem-estar"*. A vertente masculina e feminina em situação monoparental, em união de facto e em recomposição familiar (união de facto ou de 2º casamento), rejeita quase por inteiro essa possibilidade (com algumas excepções masculinas – 7 casos). Notou-se entre os sujeitos em situação de casamento (civil ou

religioso), alguma disponibilidade para aceitar tal possibilidade – 4 casos. No conjunto porém, acabam por ter uma fraca representatividade face ao total dos inquiridos, provando o ambiente democrático na família, mas também o seu modernismo, sinal de que se tem operado uma transformação na construção da família actual em Portugal. Curiosamente, são as mulheres que assumem posições mais modernas do que os homens.

Nunca é demais lembrar todo o conjunto legislativo publicado em termos de *Direito de Família* visando esse sentido de igualdade de género e abundantemente descritas nos capítulos 2, 3 e 4 da Segunda Parte desta Investigação. Significa tudo isto que é verdadeiramente possível falar de uma ‘igualdade entre géneros’ no interior do lar conjugal?

Embora o plano legislativo seja claro em relação à igualdade de princípios e de responsabilidades dos membros do casal, no que diz respeito à realidade familiar o resultado apurado nesta pesquisa não expressa totalmente a existência de uma relação igualitária no interior do lar conjugal.

Com efeito, encontramos entre a população em estudo, indivíduos masculinos que defendem a subordinação feminina num conjunto significativo de itens considerados e até mesmo algumas mulheres inquiridas eram da opinião que as decisões a tomar em relação à família deviam caber preferencialmente ao marido. Salientaram igualmente que para haver harmonia no lar aceitavam sacrificar o seu próprio bem-estar em benefício dela. Até mesmo consideravam importante a sua especialização maternal e doméstica e davam menos importância a uma carreira profissional activa. Estas opiniões femininas são igualmente transversais a outras investigações neste domínio (cf. Kaufmann, J.C. 2002:114).

Uma análise mais cuidada dos inquiridos envolvidos neste item referente à importância da relação laboral na vida do casal, mostra que as posições igualitárias variam na proporção inversa ao grupo etário, ou seja, quanto maior for a idade dos inquiridos torna-se menor o conjunto de respostas defendendo a igualdade no vínculo conjugal e mesmo na realização pessoal e profissional.

De facto, é possível notar que a faixa etária mais ‘igualitária’ (30 – 45 anos) é composta por sujeitos ligados ao funcionalismo público, actividade empresarial e às profissões intelectuais/científicas, sendo normalmente detentores de um Curso Superior ou do Ensino Secundário. De igual modo, são os sujeitos com idades entre os 30 e 54 anos (média situada nos 44 anos) tendo preferencialmente o 3º Ciclo (5 casos), seguido

pelo Ensino Secundário (4 casos) e pelo 1º Ciclo (2 casos) com actividade laboral na área dos serviços, comércio e construção civil, quem mais se manifestam contrários a esta relação simétrica no seio conjugal, mostrando uma faceta mais conservadora na relação conjugal.

Portanto, embora a opinião principal esteja orientada no sentido de uma defesa da relação democrática e tendencialmente igualitária na família, tal não significa que na prática social essa situação aconteça verdadeiramente.

Nesse caso, faz sentido alargar este campo de análise para outros domínios do quotidiano familiar, algo que vai ao encontro da **Hipótese 8** que contemplava a seguinte afirmação: *“na modernidade conjugal ainda se mantêm aspectos tradicionais sobre a família e o casamento na vida do casal”*.

Assim, uma das questões colocadas à população em estudo envolvia um conjunto de itens envolvendo vários factores necessários ao bom êxito do casamento ou da coabitação. Neste caso, encontramos entre a população inquirida nas diferentes configurações familiares em estudo uma convergência de opiniões envolvendo a fidelidade, o respeito e apreço mútuo, a compreensão e a tolerância, gostos e interesses comuns para além de um bom relacionamento sexual como sendo importantes ou mesmo muito importantes. Sensivelmente encontrámos o mesmo número de respostas entre os dois géneros.

Outro sinal de concordância entre géneros envolveu a fraca importância concedida a factores ideológicos. Por exemplo, os membros do casal terem a mesma concordância política ou a mesma crença religiosa (com excepção dos sujeitos casados que lhe deram alguma relevância). Também houve pouca atenção concedida a factores sociais, como serem do mesmo grupo social (também com alguma excepção da população inquirida em situação de casamento).

Verificamos algumas distinções importantes em quatro itens: terem filhos; viverem à parte dos sogros; terem bons rendimentos económicos e partilharem as tarefas domésticas.

Começando pela importância da maior ou menor proximidade dos sogros, ela foi mais visível sobretudo entre os inquiridos casados ou em 2º casamento e nos inquiridos em situação monoparental, sendo mais atenuada nas restantes configurações familiares. As razões serão diferentes para cada caso, mas o denominador comum implica a

salvaguarda da independência que o casal estabelece em termos de regulação da sua própria vida familiar, não aceitando interferências externas quanto à sua forma de viver.

Estamos assim perante um evidente caso de modernidade na família contemporânea, embora alguns dos sujeitos inquiridos classifiquem como sendo pouco ou nada importante viverem à parte dos sogros. Estes casos, se pudéssemos analisar a sua trajectória familiar, poderiam mostrar a necessidade de ter contado com eles em qualquer período da sua vida familiar. Por outro lado, encontramos na generalidade dos sujeitos inquiridos, sobretudo masculinos, o sentimento segundo o qual a existência de filhos contribui para o bom êxito da vida em casal. Significa isso que é possível falar de um sinal de igualdade entre géneros com base nesta constatação?

Tendo em atenção a importância da função maternal para muitas mulheres, torna-se ‘estranho’ o número de inquiridos masculinos que se manifestam a favor desta possibilidade, a menos que tenham respondido seguindo o princípio de resposta mais adequada face à questão em análise.

Quanto aos ‘rendimentos económicos’, embora a maioria dos inquiridos tenham salientado que são pouco importantes para o êxito da vida em casal, encontramos também alguns sujeitos (sobretudo masculinos), que lhe atribuem alguma relevância.

Parece-nos estar em causa o desejo de conseguir uma boa qualidade de vida, situação que não pode colocar de lado as preocupações materiais, nomeadamente as económicas, as quais são igualmente valorizadas na qualidade relacional e vivencial do casal. Basta ver também que muitos dos sujeitos em estudo têm idades relativamente jovem e muitos projectos a realizar. Também aqui estamos perante um evidente caso onde os inquiridos tenderam a responder segundo o que pensaram ser mais adequado para o questionário. O mesmo princípio foi notado em relação à ‘partilha de tarefas domésticas’.

Assim, encontramos uma proximidade de opiniões em ambos os géneros quando se trata de encarar a partilha de tarefas domésticas no interior do lar conjugal. Estamos perante uma evidente modernidade no âmbito conjugal?

À primeira vista assim pode parecer, mas a realidade poderá ser outra. Com efeito, embora sejam significativas as percentagens dos inquiridos masculinos que atribuem importância ou mesmo muita importância à partilha das tarefas domésticas, outra coisa

será efectivamente realizá-la, seja no tempo a elas dedicadas ou na quantidade e qualidade da sua execução.⁹⁹

Neste propósito podemos registar as conclusões de um estudo realizado por Jean-Claude Kaufmann (2002) sobre esta matéria. Em termos de partilha de tarefas, Kaufmann notou nas entrevistas realizadas aos homens que participavam nas tarefas domésticas que estes não descreviam objectivamente a sua actividade: *“o orgulho transborda dos seus propósitos, incitando-os a narrá-los com algum exagero de acordo com sinais dos heróis modernos. A mulher sente-se igualmente orgulhosa de ter este homem por companheiro (...) valorizando, no entanto, as irrisórias aspiradelas e os parques cozinhados domingueiros”* (2002:115). Mais adiante, o investigador conclui: *“A diferença é ainda maior se tomarmos em conta não apenas o tempo passado mas o grau de responsabilidade relativamente às tarefas [realizadas...]. Lavar a roupa, passar a ferro, coser a roupa, limpar as casas de banho são em mais de 90 por cento dos casos trabalho das mulheres”* (2002:116).¹⁰⁰

Portanto, a ideia de uma igualdade entre géneros pode ter uma força considerável, sobretudo nos casais com idade mais jovem, seja no plano dos valores actuais ou na modernidade social, mas a realidade concreta de partilha das tarefas domésticas é desigual e reflecte ainda modelos tradicionais onde a diferença de género persiste *“sobretudo entre rapazes e raparigas que vivem na casa dos pais [como] parece acentuada pela constituição em casal”* (Kaufmann, J.C. 2002: 116).

No geral, estes resultados coincidem com o enunciado por A. Torres (2000). No entanto, a autora observou algumas distinções importantes no seu estudo: ter filhos e partilhar as tarefas domésticas são factores pouco escolhidos pelos homens em comparação com as mulheres.

⁹⁹ Cerca de 64 % e 16% dos sujeitos masculinos inquiridos consideraram a partilha de tarefas domésticas como importantes ou muito importantes, respectivamente. Apenas 20% as acharam pouco ou nada importantes, sendo nos sujeitos masculinos em situação de casamento ou em recomposição familiar através de um 2º casamento que encontrámos uma maior desvalorização da partilha de tarefas. Esses indivíduos tinham entre 40 e 54 anos (existindo dois casos com 29 e 32 anos), tendo maioritariamente o 3º ciclo como grau de escolaridade principal (registámos igualmente situações de 1º e 2º Ciclo bem como de Ensino Secundário e uma situação de Curso Superior).

¹⁰⁰ Torna-se ainda interessante a observação final deste autor: *“Em 11 anos de intervalo, os homens activos aumentaram em 11 minutos o tempo quotidiano de participação nas tarefas domésticas propriamente ditas (excluindo a jardinagem e o bricolage, assim como tomar conta dos filhos), enquanto as mulheres activas diminuíram em 6 minutos esse mesmo tempo”* (Kaufmann, J. C. 2002:116).

Como vimos, na investigação que realizámos estes dois factores surgem muito iguais em termos de escolhas realizadas pelo elemento masculino e feminino inquirido, mas também pode ser possível encontrarmos no elemento masculino uma forma de responder de acordo com o que a sociedade actual espera deles.

Pormenor interessante foi o facto de encontrarmos na questão do ‘bom relacionamento sexual’ um ligeiro ascendente feminino em termos de as considerar importantes para o bom êxito da vida em casal, algo que converge igualmente com a investigação de Anália Torres, tendo concluído que as mulheres estavam a ser mais modernas que os homens no domínio da identificação e da defesa desse ideal (cf. Torres, A. 2000: 296).

Evidencia-se assim uma visão que não é exclusivamente romântica do casamento ou da coabitação, mas demonstra, como temos vindo a salientar, a necessidade da conjugalidade envolver outras dimensões como a entreajuda, o equilíbrio emocional, o sentimento de partilha e de companheirismo, para além de se salvaguardarem as diferentes dimensões relacionais (eu, tu, nós) na vida do casal. Por outro lado, temos de registar a continuidade de permanências de alguns valores tradicionais, os quais não desaparecem por completo da vida em casal, como vimos em relação à partilha de tarefas domésticas e como veremos mais adiante em relação aos aspectos tradicionais ligados ao casamento.

Uma palavra ainda para os domínios contemplados pelos inquiridos em relação à satisfação na vida doméstica. Em todas as configurações familiares em estudo o factor mais referenciado foi a ‘relação com os filhos’, seguido pela ‘vida em casal’ e pelo ‘convívio com os amigos/colegas de trabalho’, estes últimos com índices numéricos absolutos sensivelmente iguais. As actividades de lazer, passatempos e desporto vêm em quarto lugar (cf. Quadro LXV).

Os resultados permitem concluir também que permanece entre as pessoas uma evidente ancoragem na família e nos amigos, numa linha de continuidade ligada aos aspectos mais tradicionais da vida familiar como base principal do seu bem-estar e também da sua própria segurança emocional. Esta matriz acaba assim por percorrer um ciclo geracional permitindo evidenciar um modelo que continua a privilegiar o campo da solidariedade familiar e não aspectos de colectividade ou associativismo para a sua satisfação e conforto moral.

9.4.2. Representações sociais sobre casamento e divórcio

Tal como já escrevemos (cf. ponto 4 da Segunda Parte), quando falámos da família contemporânea e do ritmo de transformações de que tem sido alvo, os valores tradicionais não desaparecem por completo. Existem carências económicas ou constrangimentos sociais, culturais/religiosos que determinam as escolhas das pessoas durante a sua trajectória de vida, situações que acabam por se reflectir necessariamente no tipo e na qualidade da relação conjugal, com formas diferentes de viver os direitos conjugais. Por outro lado, existem realidades estruturadas que configuram modos diferentes de práticas familiares, cujo resultado natural acaba por se traduzir em viver (ou aceitar) modelos familiares diferentes.

Assim, desejámos saber como era encarada na prática diária dos sujeitos em estudo vários assuntos envolvendo o casamento, o divórcio e a coabitação.

Começamos pelo divórcio, denominador comum aos sujeitos em situação monoparental/unipessoal e em recomposição familiar, mas onde auscultámos as opiniões de todos os envolvidos nesta investigação.

Entre as quatro opções em análise, apenas duas foram escolhidas: 60% (\Leftrightarrow 60 casos) preferiu a ideia de que ‘mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida e mesmo com filhos, problemas graves podem justificar o divórcio’, sendo esta a escolha maioritária de todas as configurações familiares em estudo. Cerca de 40% (\Leftrightarrow 40 casos) elegeu a opção que envolvia taxativamente ser ‘o divórcio a melhor solução para um mau casamento’. Esta última opção teve maior expressão entre os sujeitos em situação monoparental, nos sujeitos em união de facto e pelos que estão em recomposição familiar através de uma nova coabitação (cf. Quadro nº 15 A e Quadro LXIV).

Torna-se interessante esta proximidade de escolhas, sendo especialmente relevante observarmos que os dois géneros assumem as duas opções praticamente de um modo igual. Por outro lado, torna-se evidente que a primeira escolha não deixa de ser também uma situação de compromisso entre o desejo de viver em conjugalidade e o facto de poder terminá-la quando ‘problemas graves’ surgem entre o casal.

Neste propósito, Anália Torres (2000) explicou na sua investigação a diferença entre homens e mulheres sobre a aceitação do divórcio. Para a investigadora, *“as mulheres tendem a ter posições de maior dependência face ao casamento, que resultam de*

diferentes factores de discriminação – salários mais baixos, maior responsabilização pela educação os filhos, etc. Tudo isso contribuirá para a aceitação do divórcio apenas nas situações em que ele se torna inequivocamente incontornável, pela persistência de problemas irresolúveis e graves” (2000:287).

Assim, quisemos saber entre a população inquirida as razões pessoais que explicam o crescente número de divórcios na sociedade. Neste campo, ‘a falta de diálogo devido ao stress diário’ e a ‘infidelidade conjugal’, para além do ‘amor e do sentimento afectivo pelo cônjuge terem acabado’, justificam o aumento do divórcio na sociedade. Devemos ainda mencionar, pela sua expressão numérica, dois outros factores: ‘a maior autonomia e independência feminina e a ‘violência física ou psicológica na relação conjugal’, ambas com maior representatividade feminina (cf. Quadro 15 – B e Quadro XLIX).

Sem dúvida que nestas opiniões podemos encontrar justificações pessoais para o fim de alguma relação conjugal, especialmente entre os inquiridos em situação monoparental/unipessoal ou em recomposição familiar. Por outro lado, torna-se significativo observar o grande número de sujeitos (masculinos e femininos) que mencionaram a opção contemplando a falta de diálogo na relação conjugal devido ao stress diário para justificar a ocorrência do divórcio. Trata-se de um sinal evidente da necessidade de precaver as interacções familiares de modo a salvaguardar os membros do casal e o seu bem-estar afectivo.

O sentido modernista da família actual implica também a necessidade de saber resolver os conflitos pela via do diálogo e da negociação, mas avaliando o índice absoluto de respostas envolvendo a ‘violência física ou psicológica na relação conjugal’, torna-se evidente que nem sempre existe essa via de consenso, comprovando-se uma vez mais que nem sempre a prática social se adequa aos princípios associados a comportamentos e atitudes padronizados para o contexto familiar.

Sendo assim, comprova-se a **Hipótese 7** que contemplava a questão das rotinas diárias, da vida profissional e do ambiente doméstico para justificar o maior ou menor grau de satisfação na relação conjugal. Verificou-se claramente a importância para o casal do ambiente físico e psicológico em que decorre a vida em casal e onde se desenrolam as interacções familiares, elementos fundamentais para que sejam articuladas políticas de família com políticas de igualdade, tendo em atenção as condições sociais a que as pessoas e as famílias estão hoje sujeitas (cf. o ponto 8.1. da Segunda Parte da Investigação).

Em todo o caso, devemos notar o sentido de uma mudança valorativa que contempla as vertentes de autonomia pessoal, da relação simétrica entre géneros e claro, da qualidade na relação conjugal (companheirismo, apoio, conforto moral, intimidade ...), sem os quais ela mesmo se desgasta e mais cedo ou mais tarde entra em ruptura. Esta ideia pode ser ainda comprovada na análise feita em relação ao item: *Em que situação aceitaria terminar a vida em casal*. Neste campo, a opção claramente seleccionada referiu o fim do amor para justificar a dissolução da relação conjugal – cerca de 57 indivíduos (71,2%). O que envolve esse ‘Fim do Amor’? Tendo em atenção que os restantes 23 indivíduos inquiridos (28,8%) manifestaram dificuldades em terminar com a relação, (maioritariamente do género masculino), podemos sentir que ‘o fim do amor’ envolve tudo: a razão fundadora do relacionamento conjugal, mas também o conjunto de acontecimentos produzidos durante o percurso conjugal, os quais desempenham simultaneamente o papel de cimento integrador da relação ou o seu desmoronar.

Portanto, o divórcio não acontece por qualquer motivo. Torna-se necessário que acontecimentos considerados ‘graves’, como já considerámos, contribuam para esse epílogo.

Esta ideia foi igualmente comprovada através da resposta à questão feita aos inquiridos e que consistia em saber se a conjugalidade deveria continuar havendo filhos, mas existindo um relacionamento insatisfatório entre o casal. Os resultados apurados indicam claramente que a conjugalidade não se devia manter, tendo os sujeitos em estudo justificado a decisão com o ambiente familiar instável e os efeitos que teria no desenvolvimento emocional nos filhos (41 casos) ou então com a necessidade de lhes proporcionar um ambiente familiar livre de discussões ou de indiferença conjugal (41 casos). Os inquiridos que se manifestaram pela continuidade da relação conjugal justificaram essa opção com o facto de ser pior terminar com a família que se constituiu visto serem os filhos quem mais sofrem com a separação dos pais (17 casos, com maior incidência nos sujeitos masculinos em situação de casamento). Um inquirido optou por saber primeiro em que medida a insatisfação conjugal podia afectar o desenvolvimento emocional dos filhos (cf. Quadro LI).

Sobre o casamento/coabitação e a forma como é encarado pelos sujeitos em estudo, os dados do questionário podem agora ser cruzados com as suas opiniões e também com a de outros itens ideologicamente próximos.

Assim, confrontando a opinião sobre a importância do casamento como modelo de vida do casal, os sujeitos em situação monoparental e em recomposição familiar através de um 2º casamento discordaram da ideia de poder ser ‘um sacramento e por isso indissolúvel’. A mesma opinião foi sentida nos casais que formalizaram pelo casamento a sua conjugalidade, embora se notem vários inquiridos (mais homens que mulheres, curiosamente) que o encaram como um sacramento (cf. Quadro nº 16 A). Geralmente, estes últimos formalizaram o seu casamento através da norma canónica e consideraram também que ‘o casamento pela Igreja é a única forma que consagra de modo pleno a união conjugal’ (cf. Quadro nº 16 B). É possível encontrar aqui uma linha de convergência nas suas respostas tendo em conta as características deste grupo, algo que sai também reforçado quando salientam que os ‘valores religiosos são fundamentais para promover a fidelidade e a harmonia conjugal’ (cf. Quadro nº 16 C).

Subsiste no entanto uma dúvida: por que razão estes sujeitos masculinos manifestam mais certezas de âmbito religioso na questão do casamento, em comparação com a vertente feminina, tradicionalmente mais crente? Em primeiro lugar, esta situação decorre quase exclusivamente dos sujeitos casados, sendo o seu número pouco expressivo em comparação com as restantes opiniões. Mesmo assim e sabendo que os inquiridos são residentes na Área Metropolitana de Lisboa, globalmente mais laica e cosmopolita, estranha-se que tenham respondido em número maior a favor do casamento religioso do que as mulheres. A vontade de corresponder ao que se considera ser ‘mais certo’ ou socialmente ‘mais adequado’ pode também ter determinado esse resultado, não sendo provável que os homens em causa tenham uma visão mais religiosa do casamento do que as mulheres.

Explorando um pouco mais a importância das crenças religiosas na estabilidade da vida familiar, os dois géneros manifestaram claramente a ideia segundo a qual ‘nenhuma religião se deveria sobrepor aos princípios que o casal estabelece para regular a sua vida familiar’, algo que a 2ª opção mais escolhida também confirma. Portanto, a liberdade individual em questões de vida familiar fica uma vez mais demonstrada nesta investigação. Mesmo assim notamos entre certos inquiridos alguma atenção concedida ao sentimento religioso (qualquer que seja), quer em termos de adesão a princípios de índole religiosa ou então a uma educação que privilegiou essa vertente na vida pessoal dos sujeitos inquiridos. (cf. Quadro nº 16 C).

Esta última consideração tem igualmente a sua pertinência. Com efeito, embora o sentimento religioso em questões de matrimónio não esteja totalmente posto de lado entre as pessoas (especialmente entre os que casam pela Igreja com base em convicções religiosas profundas), o seu número é reduzido em comparação com os que casam pela Igreja, mas invocando razões de carácter ritualista ou tradicionalista visto rejeitarem a ideia de que o casamento é um sacramento ou é para toda a vida.

Para Anália Torres (1996), isso *“parece indicar que, mais do que uma desvinculação ... das prescrições da hierarquia religiosa, são os conteúdos, a maneira de encarar o religioso e a sua relação com a conjugalidade, os papéis na família e a vida no dia-a-dia que mudaram. A perspectiva ritualista que muitos jovens parecem assumir quando escolhem o casamento religioso, dizendo-se ou não católicos, parece emitir sinais do mesmo tipo. Por outras palavras, tende-se nas sociedades contemporâneas, e também em Portugal, a dessacralizar o casamento. O que antes era um empreendimento de regulação religiosa e colectiva passa hoje a ser entendido como um assunto que diz estritamente respeito ao foro terreno e pessoal”* (Torres, A.1996: 53).

Esta situação torna claro também que, apesar do campo religioso (sobretudo católico) ter exercido uma forte influência sobre a Família como instituição, ela vai perdendo algum impacto na vida das pessoas, algo que acaba por se reflectir numa menor adesão à doutrina e às normas orientadoras da Igreja. Veja-se o caso da coabitação juvenil, do divórcio, da separação ou mesmo o controle da natalidade (cf. Leandro, M^a E. 2001:86/87; cf. igualmente o ponto 2.2.1. da Segunda Parte desta Investigação).

Quanto à ideia do ‘empenho na relação ao longo da vida para que o casamento resulte’, notamos uma tendência no sentido de discordar desta afirmação, sobretudo na vertente feminina. No campo masculino tal ideia é também maioritária, embora seja possível verificar alguma concordância com ela. Para tirar as dúvidas, a questão seguinte envolvia uma afirmação muito clara: “Só o empenho não garante o sucesso no Casamento”. Agora, os inquiridos demonstram de forma inequívoca a sua concordância com essa afirmação, não existindo diferenças significativas de opinião como se verificou na questão anterior. Como se explica esta diferença?

Na sua investigação envolvendo o mesmo conjunto de questões, Anália Torres (2000) encontrou igualmente esta aparente contradição tendo explicado o caso com base na simpatia que a palavra ‘empenho’ suscita no contexto da afirmação. Daí ter chegado à conclusão de que embora existam outros critérios para o sucesso conjugal, o empenho

(envolvendo necessariamente a vontade individual e o voluntarismo na relação conjugal), acaba por ser um critério importante no âmbito do bom êxito do casamento para os sujeitos inquiridos (cf. Torres, A. 2000: 291).

Outro ponto interessante surge no âmbito da afirmação: *O Casamento, para ter sucesso, exige dedicação e sacrifício da parte dos cônjuges, que devem sacrificar o seu bem-estar em função do outro e da família.* Aqui, as mulheres revelaram maior reticência em aceitar esta ideia, especialmente as mais jovens e detentoras de uma escolaridade de nível superior. No caso masculino, a aceitação da ideia de sacrifício motivou também algumas discordâncias em relação a esta afirmação, especialmente dos sujeitos em recomposição familiar. O facto de terem já passado por uma primeira experiência conjugal pode ter sido determinante para esta posição, embora o mesmo não aconteça nos restantes inquiridos em situação monoparental ou de casamento. Aqui, as circunstâncias serão diferentes: no primeiro caso, a dedicação e o sacrifício podem ter falhado face à situação familiar actual, mas o princípio está lá - com dedicação e sacrifício da parte dos cônjuges, provavelmente o casamento ainda poderia existir. Na segunda situação, o desejo de responder assertivamente à ideia da dedicação e do sacrifício (algo habitual num casamento) ganhou necessariamente espaço de manobra e de aceitação entre os homens e mulheres em situação de casamento (civil ou religioso).

De qualquer modo, se repararmos depois na afirmação seguinte: *Para o Casamento resultar tem de existir um projecto a dois, mas onde a partilha, a autonomia e até a individualidade tenham lugar,* não parece fazer sentido o número de inquiridos que concorda com a primeira asserção e agora com esta afirmação. O que será preferível: dedicação e sacrifício dos cônjuges, inclusive um deles sacrificar-se pelo bem-estar do outro ou haver um projecto a dois, onde exista partilha e autonomia dos membros do casal? A unanimidade registada nesta segunda ideia foi clara, razão pela qual se pode concluir que, na generalidade, os inquiridos foram seduzidos pelo que achavam ser mais legítimo expressar e onde a vontade de responder assertivamente se sobrepõe às suas próprias convicções.

Realce ainda para os índices numéricos registados em relação aos seguintes itens: *Para o Casamento resultar, basta apenas o amor; Amor, comunicação e cedências mútuas são fundamentais para o sucesso do Casamento e Dificuldades económicas podem por em causa o casamento.* As opiniões recolhidas evidenciam o mesmo

propósito: rejeição da primeira ideia, concordância na segunda e na terceira opção. Portanto, existem mais critérios e não só o amor para o êxito da relação conjugal.

Quanto à ‘interferência de parentes ou dos sogros poderem por em causa o casamento’, a generalidade dos inquiridos concorda com esta ideia, facto realçado muitas vezes nesta investigação pela necessidade de salvaguardar a autonomia do casal em relação a ameaças externas, sinal de que a vida em casal diz respeito em primeiro lugar aos seus próprios membros.

Uma palavra ainda para a ideia: *Embora com vantagens, o casamento tende a cair numa rotina, mantendo-se depois por hábito e não por amor*. São as mulheres quem mais discordam desta ideia, enquanto na vertente masculina encontramos uma divisão de opiniões neste item. São igualmente os elementos com mais idade em situação monoparental ou vivendo em casamento (civil ou religioso) quem tendem a responder com mais cepticismo, enquanto a vertente de recomposição familiar, curiosamente, recusa mais esta ideia. Neste caso, não podemos esquecer a ‘novidade’ da sua segunda conjugalidade e com isso a renovação de um novo projecto familiar. Pode assim concluir-se que a imagem da relação conjugal amorosa não está totalmente desgastada, nem é objecto de desinvestimento a longo prazo, nem a vida em casal tem de ficar numa situação estagnada ou rotineira com o tempo.

9.4.3. Representações sociais sobre coabitação

Uma palavra ainda para os sujeitos inquiridos que vivem em coabitação (sujeitos em união de facto e em recomposição familiar, mas vivendo em coabitação). Também eles manifestaram as mesmas tendências em considerar o *empenho* como um de vários factores para o bom êxito da sua coabitação, embora alguns tivessem manifestado dúvidas em relação à afirmação: *Para a que uma união de facto resulte, basta existir empenho ao longo da vida*. Também aqui o vocábulo ‘empenho’ causou incertezas no início, mas foi corrigido na afirmação: *só o empenho não garante o sucesso da coabitação*.

Quanto à ideia da *união de facto* também poder cair numa *rotina*, as posições discordantes foram maioritárias (especialmente as femininas), mostrando que é possível haver investimento ao longo da relação. Depois, muitos dos inquiridos envolvidos têm uma idade relativamente jovem, revelando o desejo de empenho na sua vida em casal, embora de uma forma autónoma embora partilhada. Isso mesmo foi possível constatar na

recusa da ideia de que ‘a *união de facto* para ter êxito devia exigir que um dos seus membros até mesmo se sacrificasse pelo bem-estar da família’. Daí também a plena aceitação da vida em casal ser um projecto a dois, onde o amor, comunicação e cedências são fundamentais para o êxito da sua coabitação (cf. Quadros LIV e LIV – 1).

Factor importante que mostra confiança na sua opção conjugal foi terem recusado, de modo unânime, a ideia de que o casamento pela Igreja seria a única forma que consagrava de modo pleno a união conjugal.

Pelo contrário, estes sujeitos vivendo em coabitação assumem totalmente a ideia de que a sua opção conjugal *é uma alternativa válida ao casamento*, ou então *uma forma de vida tão correcta como estar casado*. Pormenor importante: assumem a sua conjugalidade como estando *em perfeita sintonia com os tempos actuais*, sinal de modernidade é claro, mas sobretudo de individualidade na escolha da configuração familiar em que desejam viver.

Esta última observação permite-nos falar seguidamente da **Hipótese 5** que envolvia a seguinte afirmação: ***O sistema de Parentesco interfere nas opções dos casais em termos de modelo de conjugalidade escolhida para viver***. Desejámos saber em que medida a opinião dos familiares próximos dos inquiridos consegue interferir na sua opção de vida conjugal. Os dados recolhidos indicam que os progenitores compreenderam e aceitaram sem reservas essa opção (50%), mas são seguidos por 42,5% de progenitores que também a entendem, mas pensam que os filhos deveriam casar legalmente. Apenas em 3 situações (de 40 casos analisados), os pais encararam como chocante essa opção conjugal, todas na área feminina.¹⁰¹

Os familiares, por sua vez, manifestam maioritariamente o mesmo sentido de concordância e aceitação desta opção familiar que os progenitores tiveram. No entanto, encontramos outras situações que vão desde o ‘choque’ que tal opção provocou até à

¹⁰¹ Notámos também que esta aceitação é igualmente partilhada pelos outros inquiridos (monoparentais, casados e em situação de 2º casamento), considerando maioritariamente que a *união de facto* era ‘uma forma de vida tão correcta como estar casado’ ou então ‘uma opção de vida, tão correcta como o casamento’. Nota-se nestas duas variantes da mesma ideia um sentido de modernidade e de considerar que as opções conjugais dizem respeito, antes e mais, aos envolvidos no processo e ninguém deve interferir nessa escolha pessoal. Este aspecto vai igualmente ao encontro do que escrevemos no ponto 6.3. da Segunda Parte da Investigação sobre este sentido de modernidade.

Existem no entanto alguns inquiridos que manifestam uma atitude contrária, assumindo serem incapazes de começar a sua vida conjugal por uma união de facto, algo sentido com maior força entre os inquiridos casados ou que tendo divorciado, acabaram por contrair um 2º casamento para darem início a uma nova conjugalidade. Cruzando estas afirmações com as opiniões já expressas em relação à consideração que dão ao casamento canónico, compreendemos esta posição.

consideração de que ‘não é um compromisso sério’, devendo casar legalmente talvez quando a situação se proporcionar.

Portanto, a aceitação geral desta opção conjugal pelos familiares é um facto, mesmo que alguns manifestem sérias reservas, dividindo-se entre não aceitar essa opção, ou aceitá-la embora a consideram que não é um compromisso sério como o casamento. Indicam até, como sugestão a seguir, que o casamento legal seja realizado.

Por outro lado, é possível entender a aceitação da *união de facto* por alguns progenitores e familiares pelo facto de já existirem filhos nascidos nesse modelo de conjugalidade e sempre será melhor o casal continuar junto sem a oficialização do casamento do que existir uma ‘mãe solteira’. Mesmo assim e como dissemos anteriormente, ficavam mais ‘satisfeitos’ se o casamento legal tivesse lugar.

Embora esta ideia de se casarem tenha alguma representatividade entre os pais e familiares dos inquiridos, no conjunto das várias opiniões expressas acabam por não interferir na vontade dos sujeitos em estudo em relação à sua opção de vida conjugal. Sendo assim, não se verifica como totalmente plausível a **Hipótese 5** no âmbito desta investigação, embora seja de considerar a preocupação de alguns pais pelo casamento dos filhos que vivem em *união de facto*. No entanto, são os pais que o desejam e não os filhos que o sentem como importante para a sua vida conjugal. Daí este factor de modernidade entre as gerações mais novas (cf. igualmente o que escrevemos no ponto 6.1.da Segunda Parte da Investigação, especialmente a página 349).

Neste âmbito, as **Hipóteses 9 e 11** podem ser agora estabelecidas como campo de análise. A primeira apresenta como ideia principal a seguinte afirmação: *A coabitação é uma fase de transição na vida conjugal do casal*. Já a segunda é direccionada para uma configuração familiar específica: *A recomposição familiar do casal depois de um divórcio, normalmente começa por uma coabitação e só depois se procede à formalização do casamento*.

A **Hipótese 9** é transversal às duas situações envolvendo inquiridos em união de facto. Neste caso, interessa distinguir as situações de coabitação como primeira conjugalidade e as situações que resultam de uma recomposição familiar com base na coabitação.

Assim, em relação aos sujeitos que começaram a conjugalidade por uma união de facto, os dados apurados levam-nos a falar mais de uma *coabitação permanente ou duradoura* e menos de uma *coabitação como experiência transitória* na vida conjugal do

casal. Com efeito, mais de metade dos inquiridos (masculinos e femininos) apresentam entre 5 e 15 anos de vida em coabitação e possuem descendência dentro desta configuração familiar. Na generalidade têm o 3º Ciclo como escolaridade principal, mas também existem detentores de ensino secundário e alguns licenciados (cf. Quadro nº 17 A e nº 17 B).

No caso dos sujeitos em recomposição familiar é também possível falarmos de uma *coabitação permanente ou duradoura*, pois encontramos igualmente mais de metade dos inquiridos (masculinos e femininos) com 5 a 11 anos de vivência familiar em união de facto. A escolaridade é mais baixa comparada com o modelo de coabitação anterior (alguns são mesmo detentores do 1º e de 2º Ciclo), possuem mais filhos e a idade dos inquiridos é superior (cf. Quadro nº 17 C e nº 17 D).

Estas duas situações convergem também com as conclusões a que chegou Sofia Aboim na sua investigação relacionada com as formas de entrada na conjugalidade (2006:157-159) e também no estudo coordenado por Karin Wall referente às *Famílias em Portugal* (2005:88-95).

Naturalmente, dado que encontramos na nossa investigação sujeitos com 2 e 3 anos de coabitação sem filhos e com idades entre 23 e 25 anos, podemos supor a existência de uma coabitação de entrada na parentalidade em que se acaba por casar passados alguns anos, normalmente depois do nascimento do primeiro filho. Uma segunda possibilidade a considerar será associar este tempo de coabitação com um período de ‘experimentação conjugal’, normalmente vivido antes de um casamento pela via civil, tal como foi descrita por Sofia Aboim (cf. ponto 6.2. da Segunda Parte da Investigação).

No entanto, a existência de vários filhos nas duas configurações familiares em análise podem ser igualmente enquadrados numa *coabitação de longa duração*, situação que retira força à ideia da coabitação ser uma fase de transição na vida conjugal dos sujeitos inquiridos. Portanto, em relação aos inquiridos em situação de coabitação a **Hipótese 9** não se verifica na totalidade, embora seja possível encontrarmos em alguns inquiridos a possibilidade da sua coabitação poder ser uma fase de transição na vida conjugal com tudo o que isso envolve a nível da sua trajectória familiar.

Quanto à **Hipótese 11**, encontramos a mesma possibilidade em relação a alguns dos inquiridos em situação de recomposição familiar através de coabitação, sendo certo que a maioria deles apresenta um quadro de *coabitação permanente ou duradoura*. Se tomarmos em consideração os dados registados em relação aos inquiridos em situação de

recomposição familiar, mas com base num 2º casamento, encontramos em cerca de metade dos inquiridos (masculinos e femininos) a confirmação de que a sua recomposição familiar começou com uma coabitação e só depois se procedeu à sua formalização com base num casamento.

Em média, passaram dois anos entre o início da coabitação e a sua legalização com base no casamento, o qual foi justificado essencialmente pelo desejo de corresponder aos pedidos dos pais ou da família directa, algo de que já falámos anteriormente. Outras fundamentações envolveram também a vontade do cônjuge em legalizar a sua coabitação, tendo em atenção valores morais próprios e segurança futura dos filhos (cf. Quadro nº 17 E e nº 17 F).

Portanto, em relação a todos os inquiridos envolvidos em coabitação foi possível encontrar uma prática conjugal que não se funda apenas num modelo de união de facto como opção permanente de vida, comprovando a diversidade de opções que actualmente estão ao alcance das pessoas. Tudo isto supõe igualmente a valorização íntima dos laços conjugais, mas também a consagração da liberdade individual e conjugal. O casal, em função das alternativas de vida conjugal, tornou-se uma realidade menos institucionalizada, mas nem por isso deixa de viver em família (cf. Relvas, A.P. e Alarcão, M.2007:191-194).

Por outro lado, é possível encontrar também entre a coabitação e o casamento duas práticas que se entrecruzam na trajectória dos indivíduos, apontando para diferentes fases dos seus percursos conjugais e familiares, sem que isso constitua realidades opostas (cf. Aboim, S. 2006:158).

Relembremos ainda o que escrevemos no Ponto 6.3. da Segunda Parte desta Investigação, relacionada com as causas sociais da coabitação. O estudo de Pedro Ferreira e Sofia Aboim (2003), mostrava diferenças entre a coabitação de primeira conjugalidade e a coabitação de recomposição familiar, especialmente na faixa etária, níveis de escolaridade e actividade laboral, factores que levaram os citados investigadores a concluir que existem desigualdades de género em muitas situações envolvendo a coabitação de recomposição familiar, especialmente em termos de maior actividade laboral masculina e maior domesticidade feminina.

No presente estudo, foi possível encontrar algumas similaridades com as conclusões de Pedro Ferreira e Sofia Aboim, nomeadamente nas situações envolvendo grupos etários e níveis de escolaridade e até actividade profissional, embora não possamos concluir pela

existência de desigualdade de género, essencialmente pela metodologia empregue nesta investigação onde não se contemplava a entrevista aos inquiridos.

9.5. Avaliação Jurídica das Leis de Família

Na última categoria desta investigação – Avaliação Jurídica das Leis de Família – o objectivo principal envolvia a observação do grau de conhecimento dos sujeitos inquiridos em relação à legislação familiar publicada no País, relacionando-a posteriormente com as necessidades por si manifestadas tendo em atenção as diferentes configurações familiares em estudo. Em observação está igualmente a **Hipótese 12: As famílias conjugais em Portugal conhecem e estão satisfeitas com a legislação familiar actualmente existente no País.**

Em geral, os sujeitos em estudo evidenciaram um elevado grau de satisfação em relação a legislação publicada envolvendo a ‘protecção à maternidade/paternidade; atribuição de direitos iguais a pessoas vivendo em *união de facto*; consulta e planeamento familiar; abono de família pré-natal; plano nacional contra a violência doméstica; igualdade entre géneros e em certa medida o desenvolvimento da educação pré-escolar.

A Legislação que maioritariamente obteve insatisfação no âmbito da sua aplicação envolveu claramente a ‘promoção da natalidade’ (Lei 4/2007 de 16 de Janeiro), o ‘abono de família a crianças e a jovens’ (Decreto-Lei nº 176/2003, de 2 de Agosto), o ‘regime jurídico de adopção’ (Lei 31/2003, de 23 Agosto) e em certa medida a ‘assistência social à família carenciada’ (Decreto-Lei nº 84/2003, de 24 de Abril).

Em relação ao desconhecimento da legislação sobre *protecção à família*, os maiores índices foram registados na legislação sobre ‘assistência social à família carenciada’ (Decreto-Lei nº 84/2003, de 24 de Abril), a ‘diferenciação positiva em função dos rendimentos, no âmbito do regime de protecção social na eventualidade de doença’ (Decreto-Lei nº 28/2004, de 4 de Fevereiro), o ‘complemento solidário para idosos’ (Decreto-Lei nº 236/2006 de 11 de Dezembro), o ‘abono de família pré-natal’ (Decreto-Lei nº 308 A/2007, de 5 de Setembro), a ‘diferenciação positiva em função dos rendimentos, no âmbito do rendimento social de inserção’ (Decreto-Lei nº 42/2006, de 23 de Fevereiro) e o ‘regime jurídico para adopção’ (Lei nº 31/2003, de 23 Agosto).

Naturalmente, devemos relacionar algum deste desconhecimento da lei com a especificidade própria dos sujeitos inquiridos nas diferentes configurações familiares em estudo, especialmente na vertente socioprofissional e económica, onde a escolaridade, o

género, a faixa etária e até a maior autonomia financeira podem ajudar a explicar algum deste desconhecimento legislativo.

Foram os homens quem mais desconheciam a legislação relativa à protecção da família estabelecida pelo Estado, com excepção das medidas que envolveram directamente os seus interesses ou casos particulares. Neste caso, ao falarmos dos sujeitos masculinos em situação monoparental/unipessoal, encontramos sobretudo um bom conhecimento da legislação envolvendo a Regulação do Poder Paternal em caso de divórcio ou separação (Lei nº 59/99 de 30 de Junho).

Quanto aos homens e mulheres que vivem numa *União de Facto* foi claro o seu grau de conhecimento e satisfação em relação à legislação que contempla a ‘atribuição de direitos iguais a casais vivendo em coabitação por mais de dois anos, em condições análogas às dos cônjuges casados’ (Lei nº 6 e 7/2001 de 11 de Maio), para além da igualdade entre géneros (Decreto-Lei nº 166/91 e Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro).

Em relação aos inquiridos em situação de recomposição familiar através de um 2º casamento e também dos sujeitos que casaram (civil ou religiosamente), o maior grau de conhecimento envolve a ‘regulação do poder paternal em caso de divórcio ou separação’ (Lei nº 59/99 de 30 de Junho), a legislação que contempla a ‘atribuição de direitos iguais a casais vivendo em coabitação por mais de dois anos, em condições análogas às dos cônjuges casados’ (Lei nº 6 e 7/2001, de 11 de Março), e a Lei de ‘protecção à maternidade/paternidade’ (Decreto-Lei nº 77/2005 de 30 de Junho).

No entanto, o grau de satisfação (ou insatisfação) pela Lei não deve ser sinónimo de grau de conhecimento da mesma Lei. Com efeito, a análise dos dados permite distinguir essas duas dimensões e leva-nos a concluir que, na generalidade, existe um grande desconhecimento da legislação em assuntos de natureza jurídica familiar da parte dos sujeitos masculinos e femininos inquiridos (com maior representatividade dos primeiros), expressa muitas vezes no item ‘Já ouvi falar da lei’. Devemos também salientar que existem situações pontuais onde o grau de conhecimento é substancial, especialmente porque os inquiridos já tiveram necessidade de se inteirar dessa legislação durante a sua trajectória de vida.

Por outro lado, quando notamos *insatisfação pela legislação* existente em assuntos envolvendo a adopção, o abono de família e a promoção da natalidade, devemos concluir também que alguma dessa ‘insatisfação’ corresponde mais ao que se espera que seja dito

e não tanto ao conhecimento concreto da realidade envolvendo essa legislação (cf. Quadros LXVI; LXVI – 1; LXVI – 2; LXVI – 3 e LXVI – 4).

É evidente ainda que o conhecimento das leis não traduz a sua efectividade. Um dos problemas clássicos da sociedade portuguesa é constituído pela ineficácia das Leis – frequentemente simbólicas, desajustadas da realidade ou com dificuldades na sua aplicação (cf. neste propósito os pontos 3.2., 5.2., 6.1. e 6.5 da Primeira Parte da Investigação). Também aqui se nota a necessidade de uma articulação clara entre discurso político, prática governativa, acção legislativa e efeitos sociais nas políticas de família realizadas, tal como salientava Sílvia Portugal (cf. ponto 8.1. da Segunda Parte desta Investigação). Verificar a efectividade da legislação será, sem dúvida, outro desafio para os investigadores.

9.5.1. O Estado e a Sociedade Civil: direitos, benefícios e expectativas

Factor igualmente importante em termos de análise envolveu a opinião dos inquiridos em relação aos ‘Direitos e Benefícios’ implementados pelo Estado em favor dos cidadãos. Numa análise de conjunto, a legislação considerada bem enquadrada no âmbito das necessidades sociais das famílias envolveu o *Rendimento Social de Inserção*, o *Exercício do Poder Paternal*, a *Transmissão de Arrendamento*, a *Adopção* e a *Herança Patrimonial/Partilha de Bens*. Analisadas em pormenor, notamos que essas opiniões correspondem também aos desejos dos inquiridos nas várias configurações familiares em estudo, sendo apenas o *Rendimento Social de Inserção* aquele que foi citado positivamente por todos os inquiridos.

Assim, se parece existir uma boa adesão a estes benefícios implementados pelo Estado na sociedade, a soma total da Legislação em consideração mostra que esses ‘Direitos e Benefícios’ estão, ainda assim, aquém dos desejos das famílias. Para esse resultado contribuem especialmente os assuntos ligados à *Fiscalidade e IRS*, *Abonos de Família*, *Protecção social na Doença* e a *Educação Pré-Escolar*, onde os inquiridos consideram que deveria ser feito mais em apoio das famílias. A vertente masculina, globalmente, contribui em larga medida para estes resultados (cf. Quadro nº 18 e Quadro LXVIII; LXVIII-1 e LXVIII-2).

Nesta base, quisemos saber qual era a opinião sobre o trabalho desenvolvido pelos Organismos e Secretarias de Estado ligados à área da família. Os dados registados apontam para uma maioria de situações onde esses Organismos e Secretarias *realizaram*

algum trabalho, nomeadamente em questões de igualdade e de género. No entanto, a parte seguinte da afirmação indicava que podia fazer muito mais, especialmente em questões de abonos familiares, maternidade, adopção, divórcio e até na revisão da fiscalidade (cf. Quadro nº 19 e Quadro LXX).

Este pressuposto combina claramente com a análise da questão anterior segundo a qual os ‘Direitos e Benefícios’ concedidos pelo Estado estavam aquém dos desejos e necessidades das Famílias. Esta situação é transversal ao conjunto das opiniões dos sujeitos inquiridos neste estudo, algo que terá mais acuidade em cenários de crise económica profunda, com aumento de desemprego acentuado e onde a intervenção do Estado a nível de segurança social se torna necessária para evitar casos profundos de exclusão social ou mesmo de pobreza extrema.¹⁰²

Devemos ainda ter em atenção a percentagem elevada de inquiridos que se manifestaram criticamente em relação a estes Organismos do Estado com base na seguinte opção: *Não. As leis são insuficientes ou ineficazes em, certos casos (...) e nem sempre correspondem às realidades familiares dos casais (...)*. Todos eles tinham a possibilidade de manifestar nas várias opções em escolha a sua ideia crítica em relação a casos particulares. Assim, no caso das famílias monoparentais/unipessoais, o aspecto crítico mais evidente envolvia o exercício do poder paternal ou a pensão de alimentos. Foi sobretudo a vertente feminina quem se mostrava mais crítica, talvez pelo não cumprimento do que ficou estabelecido pelo Tribunal de Menores em relação a pensões a serem pagas pelo ex-cônjuge ou então pela atribuição do poder paternal e o consequente arrastar do processo por vários anos.¹⁰³

¹⁰² Recordamos, neste propósito os efeitos da crise económica mundial iniciada nos finais de 2008 e os seus efeitos nas famílias portuguesas, especialmente com o crescimento do desemprego e respectivas consequências nos agregados familiares. O Estado acabou por implementar no País ao longo de 2009 e 2010 um conjunto adicional de apoios às famílias e às empresas de modo a minorar os efeitos da crise económica, nomeadamente com apoios concedidos a nível de subsídio de desemprego, formação laboral ou mesmo financiamento no pagamento da renda da habitação entre outros apoios de carácter social, principalmente no domínio autárquico. Outras medidas envolveram o aumento dos abonos a famílias monoparentais e mais apoios a idosos, este últimos beneficiando também com o *Complemento Solidário para Idosos*, sem esquecer os beneficiários do *Rendimento Social de Inserção*. Neste campo, de acordo com os dados da Segurança Social, em Maio de 2009 cerca de 144.443 famílias estavam com requerimento activo desta prestação social, o que representa uma subida de 12 por cento face aos 128.830 agregados registados no mesmo mês de 2008. O número de beneficiários passou a ser de 373.435, mais 32.193 do que os contabilizados em Maio do ano passado.

¹⁰³ A publicação da Lei nº 61/2008 de 31 de Outubro veio precisar e garantir os direitos e responsabilidades parentais no domínio da filiação, sem esquecer os aspectos processuais ligados à dissolução familiar através deste novo regime jurídico de divórcio.

No caso dos sujeitos vivendo em coabitação, são sobretudo visados assuntos de transmissão patrimonial ou de arrendamento, enquanto nas situações de recomposição familiar faltava algum apoio específico à situação jurídica decorrente da indefinição do papel social de padrasto ou de madrastra, sem esquecer os casos relacionados com o poder paternal e a pensão de alimentos.

Uma palavra ainda para o item que considerava desajustada das reais necessidades dos casais a legislação familiar produzida pelos Organismos do Estado em apoio da família. Neste campo, a observação crítica visava as famílias numerosas que não eram discriminadas positivamente em termos de tributação fiscal. Este aspecto teve maior expressão quantitativa nas famílias em recomposição (por coabitação ou por realização de um 2º casamento) e também em cônjuges casados pela via civil ou religiosa (cf. Quadro LXX).

Portanto, podemos concluir que existe uma opinião positiva em relação aos Organismos e Secretarias de Estado ligadas à Família, expressa em legislação visando a igualdade de género e o acesso em condições idênticas a benefícios sociais ou complementos de Segurança Social.¹⁰⁴

Notemos porém a existência de apontamentos críticos, especialmente nos casos particulares ligados aos sujeitos em estudo nas diversas configurações familiares envolvendo problemas específicos onde sobressaem o Poder Parental ou a Pensão de Alimentos; a Transmissão Patrimonial ou de Arrendamento e sobretudo a Tributação Fiscal nas situações envolvendo famílias numerosas.

Esta situação leva a concluir que se torna necessário o conhecimento aprofundado de algumas situações particulares ligadas às actuais configurações familiares de modo a possibilitar uma efectiva igualdade de todos os cidadãos perante a Lei, sem esquecer um

¹⁰⁴ Aspecto igualmente positivo envolve a transformação das atitudes e dos valores da sociedade em relação à opção de vida conjugal e os respectivos efeitos nos filhos nascidos nesses modelos familiares. Neste campo, foi dominante a ideia entre os inquiridos de que não sentem (nem permitiriam) alguma discriminação ou preconceito em relação aos filhos devido à sua opção de vida conjugal, seja a monoparentalidade, a coabitação ou mesmo a recomposição familiar. Até mesmo os sujeitos casados (civil ou religiosamente) foram unânimes em considerar *que todas as crianças devem ter os mesmos direitos, nascido ou não dentro de um casamento legalmente constituído*. Foi pouco expressiva a opinião segundo a qual *ainda existem vozes críticas* em relação à situação de mulher divorciada com filhos a cargo (apresentada sobretudo pela vertente feminina em situação monoparental) e foi residual a ideia de que *ainda permanecem na mente de algumas pessoas algum preconceito em relação aos filhos, devido às situações de divórcio* (cf. Quadros LXIX e LXIX – 1). Portanto, estamos longe da situação em que os filhos de pais divorciados, de mães solteiras ou de pessoas coabitantes eram encarados como adúlteros e estigmatizados socialmente na vizinhança, na escola e até na família parental.

ponto que se afigura plenamente justo no actual panorama familiar do país – a discriminação positiva em termos de tributação fiscal, tendo em atenção a dimensão do agregado familiar.

Por último, perguntámos aos sujeitos em estudo que sugestões gostariam de apresentar em benefício da situação geral das Famílias do País.

9.5.2. Propostas para Medidas Legislativas em benefício das Famílias

Nas *Medidas Legislativas*, os inquiridos apresentaram as suas sugestões com base em quatro subcategorias: Abono de Família/Subsídios; Fiscalidade; Ensino/Instituições e Aspectos Jurídicos (cf. Análise de Conteúdo 5 e 5 – A).

No primeiro nível (Abonos/Subsídios), os inquiridos são unânimes em considerar necessário que o Estado proceda a *um aumento das dotações para as famílias numerosas e com revisão dos montantes pagos*. Sem dúvida, uma forma de acautelar períodos de crise económica. Outras sugestões envolviam o aumento proporcional do ‘Abono de Família’ aos casais com mais de dois filhos, enquanto a nível de ‘Subsídios’ *devia-se premiar os jovens estudantes quanto à sua assiduidade, empenho e resultados escolares*, para além do Estado *apoiar com bolsas de estudo os estudantes provenientes de famílias numerosas como forma de evitar que as dificuldades financeiras sejam um impedimento à obtenção do seu Curso*. Uma palavra ainda para a população feminina inquirida que sugeria a existência de mais *subsídios à natalidade* e também às *mães que têm ou cuidam de filhos com tenra idade*.

Sendo estas as ideias dominantes no primeiro nível, a intervenção estatal devia alargar-se e contemplar com subsídios o Ensino e as Instituições ligadas ao Pré-Escolar. Com efeito, considera-se a necessidade de um *maior investimento no ensino público*, com a *criação de uma rede de ensino pré-escolar mais representativa do que a actual*, sem esquecer *a rede de infantários e de ATL, mais alargada no horário e na quantidade/qualidade de serviço prestado*.

Outro nível importante onde os Poderes Públicos deviam intervir a bem das famílias envolveu a Tributação Fiscal. Nesta área, as propostas foram variadas, ainda que nem sempre tenham sido muito concretizadas em termos nominais: *Haver mais benefícios fiscais para as famílias monoparentais; Redução do IRS para as famílias monoparentais; Redução dos encargos fiscais e mais apoios sociais a famílias unipessoais; Maior*

benefício fiscal ao progenitor que paga pensão de alimentos e Maiores benefícios fiscais, contemplando a Saúde e a Escolaridade (...).

Apresentadas as propostas dos sujeitos em situação monoparental/unipessoal, os inquiridos vivendo em coabitação salientaram a necessidade dos mesmos incentivos fiscais às famílias, referindo concretamente a área da saúde e o IRS mais baixo para casais em idade jovem.

Foi entre os sujeitos em situação de recomposição familiar e casados que surgiram ideias concretas: Para além da habitual redução da carga fiscal sob as famílias do País, concretizaram com ideias esse objectivo: *bonificação das taxas de juro à habitação nas famílias numerosas; escalões de IRS mais baixos para casais com filhos de outros casamentos; carga fiscal menos penalizadora em famílias numerosas; desagravamento da tributação sobre rendimentos dos agregados familiares, como forma de promover a natalidade; desagravamento fiscal às famílias mais carenciadas; O IRS deve ser calculado com base nos vencimentos líquidos e não em bruto.*

Embora as propostas visem aspectos particulares da situação familiar dos inquiridos, a preocupação central é a mesma: consideram excessiva a tributação fiscal que pende sobre o agregado familiar, uma vez que a base de análise reflecte fundamentalmente o rendimento económico auferido pela família e atribui peso menor à composição do elemento doméstico. Neste caso, são pertinentes as propostas que os inquiridos em situação de recomposição familiar (e mesmo em situação de casamento) fazem no sentido do IRS ser tributado em função do número de membros que compõem o agregado familiar.¹⁰⁵

O último nível de análise contempla sugestões de alteração de Aspectos Jurídicos. Neste caso, para os inquiridos em situação monoparental/unipessoal, tornam-se importantes as propostas visando a correcção da situação parental em caso de divórcio. Os homens propunham a igualdade *jurídica a nível de guarda dos filhos em situações de ruptura conjugal*, enquanto outros a concretizavam melhor ao defender a *igualdade de direitos entre pai e mãe no caso de divórcio/separação, de modo a não privilegiar a mãe. A celeridade no processo de regulação do poder paternal* também era mencionada. Por seu lado, as mulheres propunham uma *simplificação burocrática, tanto a nível de registo*

¹⁰⁵ Recordemos que muitas destas famílias possuem uma média mais elevada de elementos na composição do agregado doméstico, com o consequente aumento de despesas a nível de alimentação, saúde e educação, sem esquecer as despesas com a habitação (renda, água, luz, gás, etc.).

do casamento como do divórcio, para além de ser menos dispendioso o procedimento dessas práticas sociais.

A publicação da Lei nº 61/2008 de 31 de Outubro, nomeadamente nos Artigos 1775º (requerimento e instrução do processo na conservatória do registo civil), 1776º A (acordo sobre o exercício de responsabilidades parentais), 1781º (ruptura do casamento), 1785º (fundamentos para divórcio) e 1906º (exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio ou separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento), acabam por actualizar procedimentos, desburocratizar situações e clarificar as responsabilidades parentais em caso de divórcio, indo ao encontro de muitas solicitações dos inquiridos em situação monoparental e também de recomposição familiar.

Os sujeitos em situação de recomposição familiar, por sua vez, defendem a *equiparação total de direitos sociais para as famílias coabitantes ou legalmente casadas*, numa medida que envolve também a *total equiparação de direitos em relação aos filhos*. As Leis nº 6/2001 e nº 7/2001 de 11 de Maio concedem já uma ampla equiparação de direitos sociais ao casal vivendo em coabitação, para além de regular o destino dos filhos em caso de dissolução da união de facto, situações que já abordámos (cf. ponto 6 da 2ª Parte desta Investigação).

Interessantes foram também as duas propostas jurídicas envolvendo a salvaguarda financeira dos coabitantes: 1. *Em situação de divórcio ou separação, a venda da casa de família não deveria estar sujeita a 'mais valias' para efeitos de fiscalidade*; 2. *Distinguir as eventuais dívidas contraídas por um dos membros do casal em coabitação, não sujeitando o outro a qualquer pagamento às Finanças*.

No primeiro caso, temos uma situação que está bem definida na legislação tributária do País e resulta de uma aplicação geral da Lei a todos os cidadãos, embora os casos específico ligados à segunda proposta careçam sempre de justificação dos serviços de Finanças.

Igualmente importante foi a atenção concedida aos idosos. Foi especialmente a vertente feminina em recomposição familiar ou casada quem referiu a necessidade de legislar em favor dos mais idosos. Neste propósito sugerem que sejam *criados lares de terceira idade, visando os mais carenciados e/ou abandonados*, para além do *aumento da rede e de cuidados médicos à população idosa do País*.

Outras sugestões envolviam ideias a aplicar em futuros Diplomas Legislativos: *Na protecção social aos idosos, as reformas complementares e a assistência médica deve ser maior pois muitos idosos reformados vivem hoje limitados e miseráveis em muitas situações; Maior apoio social à velhice (cuidados de saúde e apoio domiciliário) taxados de acordo com as condições económicas dos idosos; Apoio à terceira idade a nível de reformas, cuidados médicos e centros de acolhimento.*

Estas ideias visando uma melhoria na qualidade de vida dos mais idosos têm a sua razão de ser na sociedade actual, onde a esperança média de vida tem aumentado e com ela o progressivo envelhecimento da população, algo que não deixa de levantar problemas a familiares directos (filhos), que estão em plena vida profissional.

Foi o que notámos sobretudo nos sujeitos inquiridos em situação de recomposição familiar (coabitação ou de 2º casamento) e também na população casada (civil ou religiosamente). Sendo pessoas que estão entre os 40 e 49 anos, têm dificuldade em acompanhar diariamente os seus progenitores idosos, sobretudo quando existem problemas de saúde. Esta situação agrava-se em casos de comprovada carência económica dos familiares próximos e atinge limites extremos quando as reformas pecuniárias dos idosos são baixas, como acontece numa parte substancial da população reformada do País (cf. Amaro, F. 2006:150).

O Estado tenta atenuar este problema através do *Complemento Solidário para Idosos*, sem esquecer os benefícios derivados do *Rendimento Social de Inserção*, numa situação que terá de ser mais abrangente no futuro próximo especialmente com a criação de instituições de apoio à terceira idade, seja nos cuidados de saúde/paliativos, apoio domiciliário ou mesmo na construção de lares para os idosos mais carenciados (economicamente e familiarmente). Sem dúvida que o papel da Família como cuidadora dos idosos tem de ser revalorizado. O Estado, ao admitir que as mensalidades pagas para um Lar de 3ª Idade podem ser deduzidas em IRS, também deve reconhecer a necessidade de conceder incentivos fiscais para a manutenção do idoso em casa, algo sempre preferível ao isolamento ou à institucionalização. Seguramente, é uma preocupação social dotar o País de estruturas adequadas para o problema do envelhecimento (cf. *Diário de Notícias* – 4 de Novembro de 2004, página 22)

O problema está em saber se o Estado pode continuar a ser o único suporte dos progressos sociais e o único agente de solidariedade social (cf. Rosanvallon, Pierre 1985:88-91 e também o ponto 8.1 da Segunda Parte da Investigação). Com efeito, a

consolidação financeira do Estado no quadro do *Programa de Estabilidade e Crescimento* (P.E.C. – 2010 / 2013) coloca em questão algumas medidas sociais, levando a ter em conta a necessidade de consciencializar a sociedade civil em assuntos de solidariedade social (cf. Rosanvallon, P. 1985: 91/92).

Outras ideias consideradas envolvem aspectos ligados a situações domésticas ou sociais: *protecção jurídica em relação à mulher no caso de violência doméstica* e legislação que *elimine as barreiras religiosas ou sociais em relação a casais que vivam uma segunda união conjugal*.

O primeiro caso continua a merecer uma atenção especial pela gravidade social do acto, sendo uma situação herdeira do domínio masculino no interior da esfera privada familiar segundo o qual não é legítimo intervir em assuntos que dizem respeito ao casal.

Esta perspectiva foi explorada em estudos sociológicos ligados à vertente feminista que privilegia os aspectos relacionados com o género e onde a família nuclear é encarada como uma construção social destinada a manter certos tipos de privilégios masculinos e a convencer o elemento feminino do seu papel de mulher dotada de instintos maternais ou mesmo da necessidade de realizar os trabalhos domésticos (cf. Amaro, F. 2006:38).

Na vida conjugal é ainda possível encontrarmos situações de violência doméstica onde os Poderes Públicos têm necessidade de intervir, lembrando a regulamentação jurídica da igualdade entre géneros (cf. Decreto-Lei nº 202/2006, de 27 de Outubro e *Código Civil* – artigo 1671º) ou pugnando pelo cumprimento da *Constituição Portuguesa* que garante ao Homem e à Mulher a igualdade de direitos e de deveres sociais (cf. ponto 2.2. da Segunda Parte desta Investigação).¹⁰⁶

A segunda situação remete para a necessária transformação das mentalidades, embora sejam situações pontuais localizadas em bolsas sociais (ou mesmo religiosas) onde o preconceito e o conservadorismo de costumes ainda são dominantes em assuntos de

¹⁰⁶ Neste caso, convém distinguir o conflito da violência conjugal. Os conflitos surgem em diversas ocasiões e resolvem-se através do diálogo e da procura conjunta de soluções, numa base de respeito mútuo, enquanto a violência tende a ocorrer de uma forma repetida e a agravar-se com o passar do tempo. A violência doméstica contra as mulheres passou a ser crime público em Portugal no ano 2000 (Lei 7/2000).

Também o Decreto-Lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de protecção das crianças e jovens em perigo prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 35.º e no artigo 46.º do anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, sobretudo quando sofre maus-tratos físicos e psíquicos, como sublinha a alínea b) do ponto 2 – artigo 3º. Devemos ainda referir as Casas de Abrigo para vítimas de violência doméstica funcionam igualmente como resposta social a quem é vítima de maus-tratos conjugais.

natureza familiar (cf. artigo de Maria Fátima Bonifácio no jornal *Público* – 13 de Janeiro de 2006 - página 8, envolvendo explicações para a condição subalterna do género feminino).

Uma realidade é perfeitamente visível na vida actual: a sociedade portuguesa assimilou os processos de transformação associados aos momentos de mudança característico das sociedades contemporâneas. O conceito de família teria de acompanhar este processo e também se alterou, não sendo já obrigatória a formalidade do casamento para que a sociedade aceite os casais que escolheram viver na configuração familiar que mais lhes interessa. Compreendemos assim que a família actual não é uma instância passiva, ou manipulada por entidades que lhe sejam exteriores (políticas ou religiosas), nem constitui uma realidade homogénea, podendo variar entre a necessidade de protecção social da parte do Estado ou então a exigência de uma maior autonomia em relação a este.

É assim que se podem conceber as diferentes configurações familiares na sociedade portuguesa, com os seus valores, necessidades e virtudes, tal como pudemos observar ao longo deste trabalho de pesquisa.

Será neste campo que se inscreve a Família em Portugal, plena de adaptação, quer no modelo de conjugalidade, quer nas dinâmicas sociais, institucionais e políticas associadas à sua constituição, dissolução, coabitação e recomposição familiar.

Conclusão/Recomendações

No final deste percurso vale a pena lembrar os momentos organizadores e as questões que inicialmente foram planeadas como linhas de rumo para a realização da investigação, sintetizando desta forma as conclusões parcelares que foram delineadas nos capítulos anteriores. Deste modo e tendo presente a questão de partida que orientou a primeira e segunda parte desta pesquisa, começámos por ver a importância da filosofia política subjacente ao liberalismo em termos de transformação das relações familiares em Portugal.

Em primeiro lugar, pelo desencadear de um processo de secularização da sociedade, que avançou sobretudo nos centros urbanos (Lisboa e Porto essencialmente) desempenhando estes meios um papel relevante na desestruturação das concepções tradicionais da vida social e na obtenção de ideias e valores laicos. Protagonizada por uma elite cultural burguesa aberta à mudança e inspirados no ideário regalista, defenderam o alargamento das funções do Estado a aspectos sociais como a constituição familiar e lutaram pela dessacralização do matrimónio canónico, sendo prova disso os debates travados em torno do casamento civil. Depois, pelo modo como o Estado Liberal, através do primeiro *Código Civil*, tratou de implementar na sociedade o valor e a importância do sistema familiar burguês.

As propostas de laicização da sociedade, conjugadas com a maior intervenção dos Poderes Públicos na vida social dos portugueses, modelaram por inteiro a reacção dos integristas católicos, que viam nos argumentos do ‘individualismo liberal’ uma limitação ao seu tradicional poder e influência na sociedade, mas sobretudo uma clara intromissão no direito de estabelecer as regras e os fundamentos da constituição familiar. Tornava-se assim necessário reagir com firmeza a todas estas propostas, fazendo-o em nome do dever perante ‘Deus e a Sociedade’. Defendem, deste modo, a indissolubilidade do casamento escudados nos valores tradicionais da Igreja em relação ao casamento e à família, considerando imoral que o casamento civil valesse tanto como o canónico.

Estruturada sobre juízos de valores cristalizados no tempo e demonstrando uma enorme desconfiança por quem contestasse o seu ordenamento social e espiritual, a Igreja não tomava em conta o desgaste provocado pelas novas correntes de pensamento cultural, perante as quais expunha penosamente os argumentos da falência familiar e social, resultantes do abandono da fé e da religião.

Este debate ganhou novos desenvolvimentos no último quartel do século XIX, agora fundamentados nos princípios teóricos do positivismo e do cientismo que alimentaram os ideais de uma sociedade laicizada e na completa separação da Igreja do Estado. Em todo este processo, nota-se o papel desempenhado pela filosofia subjacente ao liberalismo na transformação das relações familiares em Portugal.

No entanto, se o primado da Lei do Estado estava claramente apresentado e se o regime normativo constitucional garantia aos cidadãos os mesmos direitos, tal não significava que a igualdade fosse uma realidade prática entre todas as pessoas. Esta contradição reflectia a própria mentalidade da época, uma vez que seria impensável o estabelecimento dessa igualdade entre as camadas populares e a nobreza ou a burguesia.

O mesmo se podia aplicar em relação a qualquer correspondência de direitos entre o homem e a mulher, seja de uma forma separada ou inseridos dentro do círculo familiar. Neste caso, estava tão enraizada na estrutura cultural desses homens a ‘natural’ subalternidade da mulher que não pensavam sequer em proceder a qualquer distinção formal nas *Constituições* do século XIX em relação à igualdade de todos os portugueses perante a Lei. Confirmando essa realidade estavam os vários artigos do *Código Civil* de 1867, onde a área familiar era naturalmente regulada em função do predomínio masculino, sendo também uma peça importante da imposição do modelo liberal ao País e um relevante instrumento da manutenção da ordem política e social.

Naturalmente, os padrões culturais da época marcavam decididamente o ritmo da reprodução deste sistema. Mesmo os apoiantes do casamento laico não pretendiam pôr em causa a estrutura familiar e muito menos emancipar juridicamente a mulher, acabando tudo por se harmonizar com a sua concepção burguesa de família. Temos assim implementado na sociedade os valores do sistema familiar burguês, o qual se assume como modelo a ser progressivamente adoptado pelas camadas populares.

Com o estabelecimento da República em 1910, a secularização da sociedade foi apresentada como pano de fundo para a transformação estrutural da Família em Portugal. O alastrar das ideias republicanas dentro de uma base social de apoio envolvendo uma pequena e média burguesia rural e urbana, os intelectuais e também um operariado nascente, acabaram por justificar o forte intervencionismo político no Direito de Família consubstanciada na publicação de vários Diplomas legislativos, mas também a instituição de novos costumes que reduziram a influência católica na sociedade portuguesa, dando expressão às principais aspirações republicanas. A introdução do divórcio em 1910, por

exemplo, acabou por afectar durante décadas a formação e a dissolução conjugal no País ao romper com uma tradição intimamente ligada às normas da Igreja católica no plano familiar.

Os meios urbanos, onde a República tocava mais nas afinidades dos cidadãos, assumiram claramente o papel de centros dinamizadores desta transformação. No entanto, a Igreja nunca deixou de se manifestar como força social importante, especialmente nas zonas rurais onde a República pouco tocou a nível das estruturas ideológicas tradicionais ainda existentes. Reorganizando-se no combate aos ideais republicanos, a Igreja voltou a ter uma posição e relevo com o advento do Estado Novo, tendo as duas Instituições pautado a sua actuação num plano de preciosa colaboração dada a proximidade de posições ideológicas. A mais importante, após sucessivos projectos com alterações à Leis Republicanas sobre a Família, culminou com a assinatura da *Concordata* entre o Estado Português e o Vaticano.

A sociedade e a família em Portugal passaram então por uma fase de transição entre o laicismo da Primeira República e a adaptação a um novo sistema jurídico familiar. No final, encontramos um enquadramento jurídico que irá vigorar no País por mais de três décadas e onde, aparentemente, a estabilidade na relação familiar parece ser a marca caracterizadora.

Convém, no entanto, sublinhar que o estabelecimento do divórcio em Portugal em 1910 permitiu a clarificação de vários aspectos conjugais e a legalização de outros, especialmente ao regularizar as situações de facto e de transmissão patrimonial que a separação de pessoas e bens ou o concubinato acabavam por impedir, total ou parcialmente. Por outro lado, a legislação republicana mantinha ou continuava muitos aspectos da vida e da família tradicional. Na verdade, ao marido e pai cabia o exercício da autoridade no lar; os filhos deviam-lhe obediência e respeito, enquanto o papel feminino estava praticamente reduzido ao ambiente doméstico e à efectiva dependência económica face ao marido. O líder incontestável da família continuava a ser o marido, detendo poderes e direitos que o garantiam como tal.

Tudo isso porém, não convencia os meios sociais ligados ao catolicismo para quem a única forma de dignificar a Família teria de passar pelas leis tradicionais da Igreja. Revestindo o casamento como sacramento e nunca como contrato civil, defendendo permanentemente a indissolubilidade do vínculo matrimonial e condenando vigorosamente o divórcio, a celebração da *Concordata* marcou um ponto de viragem no

modelo de constituição da família em Portugal e levou novamente a Igreja a exercer o seu domínio na sociedade. Apresentando a indissolubilidade matrimonial como garantia de estabilidade e segurança para o casal, estabeleceu este fundamento como axioma da sua estratégia durante o Estado Novo. Este modelo matrimonial corresponderia a um casamento tradicional, cuja finalidade era a manutenção da vida familiar até à morte dos cônjuges e a que corresponde habitualmente a ausência ou então a excepção do divórcio.

A indissolubilidade do matrimónio católico, longe de resolver a questão familiar em Portugal no âmbito institucional, contribuiu para a formação de importantes problemáticas sociológicas, cujas consequências já eram visíveis nos meados dos anos cinquenta. Se este assunto afectava os cônjuges casados canonicamente que não podiam divorciar-se, também conduziu a situações delicadas a nível do reconhecimento legítimo da filiação e estigmatizou socialmente os ex-cônjuges que escolheram novas uniões maritais, impossíveis de serem reconhecidas legalmente pelos poderes públicos.

A reforma do *Código Civil* em 1967, ao invés de satisfazer os anseios sociais motivados pelo sistema concordatário, terá agravado a situação. Sem ter sofrido alterações significativas nos seus pressupostos teóricos – os fundamentos do divórcio acabaram por se manter, embora com outro discurso jurídico – os valores ligados ao casamento tradicional continuaram a ser salvaguardados e com isso a sua indissolubilidade. Mesmo que alguns questionassem juridicamente o quadro normativo vigente em relação à constituição e dissolução familiar, as disposições do *Código* continuaram a ser aplicadas como se nada de anómalo existisse.

Todavia, os sinais de mudança já se notavam e ganham vigor concludente com a Revolução de Abril de 1974, acabando por se criarem as condições para uma ruptura com o passado, impondo-se as reformas necessárias para adaptar o sistema jurídico familiar aos novos aspectos e aspirações da sociedade portuguesa. Tal não significou uma cedência ideológica aos novos poderes saídos da Revolução, continuando a Igreja a não reconhecer o divórcio e a defender socialmente os seus valores morais e éticos, onde a indissolubilidade matrimonial assume ainda papel de relevo.

No fundo, estiveram em confronto dois ritmos de tempo diferentes: um, estruturalmente ligado à Igreja Católica e servindo directamente os propósitos conservadores, pretendia assegurar a transmissão de um património material ou simbólico de geração em geração. O outro, com um poder de inovação e intervenção dinâmica na sociedade, desafiava a ordem estabelecida e defendia a alteração das velhas estruturas

ideológicas e culturais de matriz religiosa. Esbatido ao longo do Estado Novo, este projecto de raiz liberal manteve-se vivo, a julgar pela recuperação de princípios e ideias que presidiram ao Direito de Família depois de 1974. Com este novo pano de fundo foi possível assistir a uma transformação geral na prática legislativa envolvendo a Família em Portugal.

No momento presente e perante o Direito de Família em vigor, a lei civil (tal como em 1910) desempenha novamente um papel vital na condução da sociedade portuguesa. Muito embora a Igreja mantenha as suas determinações quanto à celebração do matrimónio, é agora incapaz de as estabelecer como norma no plano civil.

Nesta base, a política social no período seguinte a 1974 foi marcada por um considerável alargamento de objectivos, quer em termos do papel do Estado, quer em termos da população beneficiária. A *Constituição* de 1976 deu um forte realce às funções que o Estado devia executar em termos de organização e coordenação do sistema de protecção social das pessoas. Estabeleceu igualmente dois importantes princípios basilares quanto a uma nova ‘família modelo’, ao promover o processo de reestruturação do *Código Civil* em 1977: a igualdade entre homens e mulheres e a não discriminação de crianças nascidas fora do casamento. Finalmente, enfatizou-se a liberdade dos cidadãos para constituírem a sua vida familiar da forma como bem entendessem.

Chegados ao início do século XXI tornou-se evidente que o actual panorama das relações familiares em Portugal passou a reflectir a individualidade do casal, para além de mostrar ainda que a família se diversificou, numa clara alusão aos novos enquadramentos familiares que são adoptados na vida das pessoas.

Assim, desde Abril de 1974 a frequência do divórcio em Portugal atingiu uma relevante expressão estatística, num movimento contínuo e para o qual concorrem várias explicações. Podemos tomar em linha de consideração o aumento da esperança média de vida e com ele a possibilidade de um acréscimo na duração do casamento, mas também das tensões inerentes à vida conjugal ao longo dos anos abrindo possibilidades ao divórcio; ou podem criar expectativas de novas oportunidades que poderão igualmente levar o casal à ruptura.

Neste campo, a falta de comunicação entre os cônjuges, nomeadamente na divisão de tarefas no lar, na partilha das decisões, nas rotinas diárias e na falta de compromisso em relação à vida conjugal, até mesmo no apoio e companheirismo que a relação conjugal deve pressupor, acabam por ter influência no sucesso da vida em casal.

A mudança de valores e de comportamentos sentidos desde meados de 70 acentuaram outra ruptura com o modelo tradicional do casamento na sociedade portuguesa. Neste aspecto, não é só a igualdade da mulher em termos de Direitos Cívicos que se repercutiu neste novo modelo de entender e conceber a vida familiar, acrescido da determinação em obter dela uma relação gratificante e satisfatória. É também a diminuição dos preconceitos referentes à mãe solteira, a protecção legal das crianças nascidas fora do casamento e a procura de novos estilos de vida, onde a coabitação começa a ser um facto cada vez mais visível na sociedade portuguesa.

Durante os anos 80 e a par de uma legislação de carácter mais liberal, foi possível estabelecer uma linha evolutiva de crescimento do divórcio, consubstanciado no amplo recurso à dissolução conjugal por 'Mútuo Consentimento'. Sendo este o fundamento mais utilizado para o divórcio (para além de envolver um processo menos dispendioso e moroso), o art. ° 1779 e a alínea a) do art. ° 1781 completam no campo litigioso os restantes motivos para a dissolução conjugal. Os divórcios nesta década são maioritários entre o 5º e o 9º ano de casamento, (com maior expressão no 7º ano), tendo como base o 'Mútuo Consentimento'. Este fundamento é igualmente o mais utilizado nas restantes faixas de duração do casamento. Também as dissoluções conjugais fundamentadas no *Mútuo Consentimento* suplantam largamente os itens da *Via Litigiosa*, embora seja de referir que muitas vezes o casal é aconselhado a optar pela via do consenso para dissolver o seu casamento.

Os dados que recolhemos e analisámos permitem notar uma linha de evolução entre os anos 90 e o momento actual, revelando numa primeira fase maior índice de divórcio entre os sectores médio-baixo da sociedade (operários, pessoal de serviços/vendedores e empregados de escritório) que atingem índices superiores em relação às profissões intelectuais e científicas. Por esse motivo também, a escolaridade básica é predominante nos sectores populacionais que mais se divorciam.

Desde inícios dos anos 90 até hoje cresceram os níveis de instrução da população portuguesa, acabando esse facto por ter consequências no grau de instrução dos casais divorciados. Atendendo a este factor, é claro também o crescimento do divórcio sobretudo entre os quadros superiores, as profissões intelectuais e os técnicos de nível intermédio.

Os dados estatísticos permitem ainda concluir que são os Centros Urbanos, nomeadamente os do Litoral, quem mais contribui para o divórcio na sociedade

portuguesa, não só pela maior população aí existente e pelas características como centros económicos de algum peso, mas também pelo maior cosmopolitismo de que esses locais dão provas. A diversidade cultural, sendo mais evidente, marca indelevelmente a questão do divórcio e das práticas sociais ligadas à constituição familiar, tal como podemos encontrar na pluralidade de modelos de família na sociedade portuguesa.

De qualquer modo, lembramos as especificidades subculturais do País neste assunto, pois é visível uma maior ligação estrutural com as normas da Igreja nas Regiões do Norte, enquanto no Sul essa ligação estrutural é mais ténue, razão pela qual é possível encontrar diferentes situações na constituição familiar e também na dissolução da vida conjugal.

Questão igualmente considerada envolveu a recomposição familiar e a coabitação. Se a constituição familiar ainda se faz maioritariamente através do casamento, não podemos ignorar no actual panorama do País outras configurações familiares que perseguem o mesmo objectivo – vida familiar em casal, assumida de forma plena pelos seus membros.

Naturalmente, o significado e as estratégias que levam a esta pluralidade de formas familiares podem ser diferentes, mas apresentam em comum o desejo de uma conjugalidade vivida de forma autónoma e com sentido de liberdade face a condicionalismos de ordem tradicional familiar. Temos assim pessoas que casam e se divorciam; mas voltam a casar ou a coabitar, enquanto outras permanecem em situação monoparental/unipessoal. Para além dessas, encontramos ainda outras que escolhem viver o seu projecto conjugal em *união de facto*, fazendo-o numa situação de experimentação ou de pré-casamento.

Nesta última configuração familiar existe igualmente uma pluralidade de estilos e de motivações de coabitação, sendo possível encontrar uma coabitação jovem e muito qualificada, em conformidade com a linha modernista; mas também uma coabitação mais popular e com vários filhos, muitas vezes gerada por condições de instabilidade social e económica.

Concluiu-se ainda que as mulheres com percursos de coabitação frisavam não só a independência face à família próxima e mesmo à vizinhança (em contraste com o maior sentimento católico dos que casaram pela Igreja); mas também vincavam, mais do que as casadas, a autonomia pessoal na vida a dois.

O desenvolvimento da coabitação acabará por colocar a questão da desinstitucionalização do casamento, contribuindo para retirar alguma legitimidade ao

casamento enquanto forma social de regulação da conjugalidade. Os nascimentos fora do casamento, por conseguinte, seriam coniventes com este processo de instabilidade e de dissolubilidade que se apoderou das actuais formas conjugais e familiares. No fundo, estamos perante situações que permitem às pessoas realizarem ao longo do seu percurso de vida substituições entre diferentes vínculos conjugais, assumindo-se como prática moderna num movimento de abandono dos incómodos tradicionais e religiosos, ou então num desenvolvimento de valores mais conotados com a ordem racional e secular.

Correspondendo a um modelo de coabitação com filhos, a recomposição familiar envolve normalmente um cenário familiar com a presença de filhos provenientes de conjugalidades anteriores. Esta configuração é cúmplice de outro aspecto da modernização familiar – o divórcio – mas passada a dissolução da primeira conjugalidade, a família reconstitui-se e prossegue a sua vida, muitas vezes com o nascimento de um novo filho.

Situação igualmente importante envolve a relação entre a pluralidade de enquadramentos familiares e a respectiva qualidade ou satisfação pela opção de vida escolhida, especialmente no interior do lar, local onde se desenrolam as interacções conjugais.

Se as políticas de família assumem claramente a igualdade entre os géneros (tal como especifica a *Constituição* democrática do País), esquecem que na realidade social, homens e mulheres continuam a assumir diferentes responsabilidades na esfera doméstica. Com isso, a promoção da paridade entre géneros não tem sido verdadeiramente executada, podendo até contribuir para reforçar as desigualdades e práticas sociais tradicionais no interior das famílias, sem esquecer os casos de violência doméstica.

Em resumo: viver em família envolve necessidades específicas às quais é preciso responder, tendo em atenção a diversidade que essa designação actualmente contém. Sendo assim, atender às necessidades familiares, sobretudo das mais carenciadas, continua a ser um dever do Estado, mas sem esquecer que os direitos individuais são também uma obrigação governamental, especialmente no que diz respeito aos direitos da mulher, das crianças e dos idosos. Por isso, sendo necessário articular políticas de família com políticas de igualdade (tendo em atenção as condições sociais a que as pessoas e as famílias estão hoje sujeitas), devem também ser equacionadas as situações envolvendo a

autonomia e a privacidade das famílias e dos seus membros em questões que envolvem a regulação da sua vida interna.

Em todo este processo, é possível concluir ainda que a realidade social não se deixa apreender totalmente nas formas esquemáticas da Lei e nem sempre se ajusta às concepções do legislador, normalmente dominados por ideias objectivas em situações históricas e sociais determinadas, tal como sucedeu com a legislação republicana sobre a Família em 1910, com o Estado Novo e a Concordata estabelecida com o Vaticano em 1940 e novamente com as reivindicações sociais no mesmo domínio familiar, a partir de 1975. A crescente subida do número de divórcios tem sido demasiado forte para se poder explicar apenas por um mero resultado de legislação mais liberal ou adaptada à realidade social, como sucedeu logo após o 25 de Abril. Se no passado os casais ficavam juntos, ou pelos filhos ou pela vergonha de um fracasso no casamento ou ainda pela impossibilidade legislativa de se divorciar (efeitos da Concordata), na situação actual a decisão em por fim a um relacionamento conjugal resulta sobretudo de uma opção individual.

Portanto, a mudança em questões familiares envolve seguramente uma tendência de pressão exercida nos poderes públicos, exigindo a implementação de uma legislação ajustada aos interesses ou necessidades dos membros sociais. Isso não significa que todos os quadrantes sociais ou subculturais fiquem satisfeitos com os diplomas legislativos publicados, como se viu com a última Lei do Divórcio – lei nº61/2008. Tal como no passado, o tempo acabará por fundamentar ou reformar as disposições normativas consoante os ‘interesses maioritários’ da sociedade.

No entanto, se a sociedade no seu quotidiano estruturou modelos vivenciais (que podem ser postos em causa com o tempo), tal não significou a desagregação da instituição familiar. Pelo contrário, como parte integrante do sistema sociocultural, adaptou-se ou transformou-se, demonstrando ser uma instituição que mais tem resistido e conservado um certo tipo de relações. Por isso, o sistema familiar acaba por funcionar (quer no Tempo, quer no Espaço) como amortecedor de tensões e conflitos, sabendo adaptar-se às circunstâncias que originam a mudança.

Recordados os momentos organizadores e as questões que inicialmente foram planeadas como linhas de rumo para a realização da primeira e segunda parte da investigação, podemos avançar agora para o seu complemento tendo em atenção as conclusões retiradas da investigação a nível do trabalho de campo. Nesta base e tendo igualmente em atenção a pergunta estruturante da pesquisa e as respectivas hipóteses de

trabalho, verificámos entre os inquiridos a existência de uma homogamia regional a par de uma homogamia social/profissional, notadas através das percentagens dos inquiridos e respectivos cônjuges que nasceram e se conheceram na Região da Grande Lisboa (Hipótese 1). Para a explicação desta situação concorre não só o facto de terem a mesma naturalidade, mas também ser comum o concurso da vida profissional e escolar promovida pelo ambiente urbano e cosmopolita da A.M.L., zona onde efectuámos esta investigação.

Foi significativo observar que em 60% dos casos estudados os inquiridos e os seus parceiros conjugais (ou ex-cônjuges, como se verificou no caso dos sujeitos em situação monoparental/unipessoal) apresentavam um grau idêntico nas qualificações académicas, o qual era compatível com a vertente profissional, especialmente na área intelectual/científica, quadros superiores e profissões liberais, mas também nos sectores laborais ligados sobretudo ao funcionalismo público, comércio/serviços e actividades de produção.

Quanto ao divórcio, vimos nesta investigação que atinge todos os quadrantes sociais do País, tendo maior expressão nos estratos sociais médios-altos com actividades profissionais ligadas às profissões intelectuais/científicas e quadros superiores ou médios. No entanto notámos igualmente que afecta as classes populares urbanas, especialmente as que estão ligadas a actividades de produção ou de funcionalismo público, com níveis básicos de escolaridade. Assim, embora o divórcio seja transversal a todos os grupos e quadrantes sociais e atinja mais especificamente os estratos médios e altos da sociedade, não deixa de ser igualmente uma referência nos sectores mais populares, especialmente vivendo nos grandes centros urbanos (Hipótese 2).

Não surpreende igualmente que nos 60 casos analisados envolvendo o divórcio (ou fim da vida em coabitação), a mulher tenha solicitado o divórcio em 68,3% dos casos estudados. Porém, embora a presença feminina no mundo do trabalho contribua para os casos de dissolução familiar por divórcio, nem sempre essa situação explica a decisão da mulher em avançar para o fim da sua conjugalidade (Hipótese 3).

Neste campo, concorrem também situações dramáticas no interior do lar conjugal, especialmente situações de violência doméstica, alcoolismo, consumo de droga e carências de âmbito económico. Tendo mais a perder em termos financeiros com o divórcio é sintomático existir um motivo forte para tomar essa decisão, mas estando a retirar menos benefícios do seu casamento (ou coabitação) torna-se natural esse passo.

Este caso foi visível na vertente feminina em situação de monoparentalidade e na de recomposição familiar através de um 2º casamento, que salientaram o facto de a mulher não aceitar situações de humilhações ou de maus tratos físicos e psicológicos.

Conclui-se assim por uma clara mudança de valores na sociedade portuguesa actual, numa situação que privilegia a ideia de uma relação simétrica em termos de direitos e de igualdade entre os dois géneros, algo que permeia o inteiro tecido social do país, quer em termos etários, quer de escolaridade e claro, na actividade profissional desenvolvida.

Sendo assim, o problema do divórcio está também ligado à maior autonomia e individualidade dos membros do casal na sua relação diária (Hipótese 4). Observámos uma forte incidência de opiniões em três níveis de mudança: maior autonomia da mulher em relação ao marido (num processo reconhecido tanto pelos homens como pelas mulheres deste estudo); maior igualdade entre homem e mulher na vida em sociedade (com maior reconhecimento masculino) e divisão mais igualitária nas tarefas domésticas entre o casal (maior avaliação feminina). Outros factores envolveram a maior democraticidade nas relações familiares e a liberalização do divórcio na sociedade ou facilidade jurídica em obtê-lo. Nesta base, interessava também saber se os familiares directos dos divorciados tiveram alguma interferência na decisão do casal em terminar com a sua relação conjugal (Hipótese 6).

O sentido largamente maioritário em aceitar o divórcio corresponde em certa medida a considerar o casamento como algo que diz respeito, antes de mais aos seus intervenientes directos, não se questionando a autonomia e independência do casal em estabelecer a sua própria regulação familiar, mesmo que o fim da relação conjugal seja sentida com tristeza pelos familiares directos. Portanto, não se registaram casos declarados de intromissão da família parental na decisão do casal em romper com o vínculo conjugal.

Em termos de reacções que o fim da primeira conjugalidade suscitou entre os parentes e amigos próximos do casal a compreensão, mas também a tristeza, marcaram as opiniões dos inquiridos em relação à reacção dos pais, sogros e amigos pelo fim da relação conjugal. Na generalidade, pais e sogros compreenderam as razões do divórcio e aceitaram a decisão tomada pelos filhos. No entanto, registaram-se casos onde os pais reagiram mal, argumentando que o casamento era para se manter até ao fim, enquanto outras situações envolveram a crítica dos sogros ao rompimento do vínculo conjugal, terminando com o relacionamento até então existente. Constata-se assim que são as

gerações mais velhas quem mais defende uma representação institucional do casamento, enquanto as gerações mais novas revelam possuir uma visão mais relacional, flexível e aberta da vida conjugal, estando muito menos inclinados em adoptar normas fixas e institucionais de relacionamento.

Essa última posição ficou igualmente estabelecida em relação ao modelo de conjugalidade escolhida para viver. Sendo assim, não se verificou totalmente a hipótese dos progenitores interferirem nas opções dos filhos em termos de modelo de vida familiar, embora seja de considerar a preocupação de alguns pais pela realização do casamento dos filhos que vivem em *união de facto* (Hipótese 5). No entanto, são os pais que o desejam e não os filhos que o sentem como importante para a sua vida conjugal. Daí este factor de modernidade entre as gerações mais novas.

Por outro lado, as rotinas diárias, a vida profissional e o ambiente doméstico (físico e psicológico) em que decorre a vida quotidiana e onde se desenrolam as interações do casal, acabam por influenciar o grau de satisfação da relação conjugal na actualidade (Hipótese 7). Com efeito, era comum em todos os inquiridos envolvidos com filhos menores que a sua presença no lar acabava por se traduzir num claro aumento de tarefas a realizar. Embora mencionem igualmente que as saídas em lazer ou o contacto com amigos e familiares tenham permanecido praticamente iguais com o nascimento dos filhos, o tempo pessoal para fazerem o que mais gostavam foi afectado, exactamente pela menor disponibilidade dedicado a esse factor da sua vida em casal. Este último aspecto foi particularmente referenciado pela população feminina inquirida, a mesma que também sentiu menor disponibilidade de tempo para dedicar à sua imagem pessoal.

Conclui-se portanto, que o nascimento ou mesmo a presença de filhos envolve o acréscimo de trabalho no interior do lar conjugal, sobretudo para o elemento feminino, tal como pudemos ainda comprovar em relação ao grau de envolvimento do cônjuge masculino nas tarefas do lar. A primeira consequência é notar a contradição entre a existência de uma prática legislativa ‘igualitária’ na relação entre géneros, embora na rotina diária e na vida doméstica dos casais esse tipo de situações nem sempre aconteça. Registe-se também que os inquiridos com mais idade admitem ajudar a esposa, mas apenas se ela o solicitar. Tudo isto revela (ou confirma) o facto da mulher se sentir mais pressionada no desempenho das tarefas do lar, sem esquecer a maior responsabilização por lidar e cuidar preferencialmente dos filhos.

Outra área investigada envolveu os efeitos da vida profissional no grau de satisfação da relação conjugal. Embora existissem inquiridos que salientaram a conciliação das actividades profissionais com a vida familiar, outros apontaram como motivo que mais afectava o estado da sua coabitação o *stress diário e a falta de paciência para com os membros da família*. Também registámos a opinião daqueles para quem a vida profissional os tinha afectado *sobretudo no tempo dispensado à vida familiar*, embora outros tivessem desvalorizado essa situação por salientarem a existência de uma *boa conciliação nas actividades profissionais dos cônjuges*.

Sendo evidente a presença de múltiplas alternativas em relação à avaliação do impacto da vida profissional no estado da relação conjugal, deve ser tido em atenção a especificidade e a vontade dos inquiridos em superar as dificuldades que a sua vida diária suscita em termos de equilíbrio no lar conjugal, pois registámos em vários casos (sobretudo na vertente feminina) a existência de situações tensas devido a falta de atenção e carinho, para além de indiferença sentida pelo cônjuge pela falha de companheirismo.

Confirma-se a importância da dimensão emocional e sentimental ao longo da vida em casal e da transformação que esta vai assumindo durante esse tempo para o sucesso da conjugalidade. Verificou-se claramente a influência do ambiente físico e psicológico em que decorre a vida conjugal e onde se desenrolam as interacções familiares, algo que revela a importância da articulação de políticas de família tendo em atenção as condições sociais e económicas a que as pessoas e as famílias estão hoje sujeitos.

Por outro lado, admite-se como válida a ideia segundo a qual na modernidade conjugal ainda se mantêm aspectos tradicionais sobre a família e o casamento na vida do casal. (Hipótese 8).

Com efeito, encontrámos entre a população em estudo indivíduos masculinos que defendem a subordinação feminina num conjunto significativo de factores ligados à vida doméstica e até mesmo algumas mulheres inquiridas eram da opinião que as decisões a tomar em relação à família deviam caber preferencialmente ao marido. Salientaram igualmente que para haver harmonia no lar deviam sacrificar o seu próprio bem-estar. Até mesmo consideravam importante a sua especialização maternal e doméstica e davam menos atenção a uma carreira profissional activa. Embora sejam significativas as percentagens dos inquiridos masculinos que atribuem importância à partilha das tarefas domésticas, outra coisa será efectivamente realizá-la, seja no tempo a elas dedicadas ou na quantidade e qualidade da sua execução. Evidencia-se assim uma visão que não é

exclusivamente apaixonada do casamento ou da coabitação. Antes, comprova a necessidade da conjugalidade bem sucedida envolver outras dimensões como a entreaajuda, o equilíbrio emocional, o sentimento de partilha e de companheirismo, para além de se salvaguardarem as diferentes dimensões relacionais (eu, tu, nós) na vida do casal.

Outras hipóteses de trabalho ligadas à investigação contemplaram duas ideias suplementares: saber se a coabitação constitui uma fase de transição na vida conjugal do casal (Hipótese 9) e verificar se a recomposição familiar do casal depois de um divórcio, normalmente começa por uma coabitação e só depois se procede à formalização do casamento (Hipótese 11).

A primeira hipótese, sendo transversal às duas situações envolvendo inquiridos em união de facto, levou a distinguir os casos de coabitação como primeira conjugalidade e os casos que resultam de uma recomposição familiar com base na coabitação. Quanto aos sujeitos que começaram a conjugalidade por uma *união de facto*, os dados apurados levam-nos a falar mais de uma coabitação permanente ou duradoura e menos de uma coabitação como experiência transitória na vida conjugal do casal, pois mais de metade dos inquiridos (masculinos e femininos) apresentam entre 5 e 15 anos de vida em coabitação e possuem descendência dentro desta configuração familiar. No caso dos sujeitos em recomposição familiar vivendo em *união de facto* é também possível falarmos de uma coabitação permanente ou duradoura, pois encontramos igualmente mais de metade dos inquiridos (masculinos e femininos) com 5 a 11 anos de vivência familiar em união de facto.

Uma vez que também encontramos na nossa investigação sujeitos com 2 e 3 anos de coabitação sem filhos e com idades entre 23 e 25 anos, podemos supor a existência de uma coabitação de entrada na parentalidade em que se acaba por casar passados alguns anos, normalmente depois do nascimento do primeiro filho. Uma segunda possibilidade a considerar será associar este tempo de coabitação com um período de ‘experimentação conjugal’, normalmente vivido antes de um casamento pela via civil.

No entanto, a existência de vários filhos nas duas configurações familiares em análise podem ser igualmente enquadrados numa *coabitação de longa duração*, situação que retira força à ideia da coabitação ser uma fase de transição na vida conjugal dos sujeitos inquiridos. Sendo assim, em relação aos inquiridos em situação de coabitação a Hipótese 9 não se verifica na totalidade, embora seja possível encontrarmos em alguns inquiridos a

possibilidade da sua coabitação poder ser uma fase de transição na vida conjugal com tudo o que isso envolve a nível da sua trajectória familiar.

Quanto à Hipótese 11, encontramos a mesma possibilidade em relação a alguns dos inquiridos em situação de recomposição familiar através de coabitação, sendo certo que a maioria deles apresenta um quadro de *coabitação permanente ou duradoura*. Porém, se tomarmos em consideração os dados registados em relação aos inquiridos em situação de recomposição familiar, mas com base num 2º casamento, encontramos em cerca de metade dos inquiridos (masculinos e femininos) a confirmação de que a sua recomposição familiar começou com uma coabitação e só depois se procedeu à sua formalização com base num casamento.

É possível encontrar também entre a coabitação e o casamento duas práticas que se entrecruzam na trajectória dos indivíduos, apontando para diferentes fases dos seus percursos conjugais e familiares, sem que isso constitua realidades opostas. Tudo isto supõe igualmente a valorização íntima dos laços conjugais, mas também a consagração da liberdade individual e conjugal.

Sobre a possibilidade do progenitor a quem não foi atribuída a guarda dos filhos após o divórcio perder o contacto com ele (Hipótese 10), podemos concluir que tal premissa não se confirmou, verificando-se claramente uma regularidade de contactos entre o pai biológico e os filhos que ficaram sob a guarda da mãe. A Lei nº 61/2008 que regula no momento presente os novos procedimentos sobre divórcio (e alterou vários artigos do actual *Código Civil* dando-lhes uma nova redacção) representou um avanço nesse sentido. A Lei, ao substituir a anterior referência de *Exercício Conjunto de Poder Paternal* para *Responsabilidade Parental* (Artigo 3º, ponto 1 e 2 e Artigo 1901º), acabou por estabelecer um princípio de igualdade nos deveres entre pai e mãe sobre o filho.

Finalmente, tentámos verificar se as famílias conjugais em Portugal conhecem e estão satisfeitas com a legislação familiar actualmente existente no País (Hipótese 12).

Por um lado, a generalidade dos sujeitos inquiridos revelaram um elevado grau de satisfação em relação a legislação publicada envolvendo a ‘protecção à maternidade/paternidade; atribuição de direitos iguais a pessoas vivendo em *União de Facto*; consulta e planeamento familiar; abono de família pré-natal; plano nacional contra a violência doméstica; igualdade entre géneros e em certa medida o desenvolvimento da educação pré-escolar. De algum modo, os Poderes Públicos saem valorizados pelo trabalho realizado em benefício da sociedade, mesmo que também se tenha verificado

alguma insatisfação na legislação envolvendo a ‘promoção da natalidade’; o ‘abono de família a crianças e a jovens’; o ‘regime jurídico de adopção’ e em certa medida a ‘assistência social à família carenciada’.

Devemos notar que o grau de satisfação (ou insatisfação) pela Lei não deve ser sinónimo de grau de conhecimento da mesma Lei. Com efeito, a análise dos dados permite distinguir essas duas dimensões e leva-nos a concluir que, na generalidade, existe um grande desconhecimento da legislação publicada em assuntos de natureza jurídica familiar da parte dos sujeitos masculinos e femininos inquiridos.

Essa situação foi visível, por exemplo, na legislação envolvendo a ‘assistência social à família carenciada’; a ‘diferenciação positiva em função dos rendimentos, no âmbito do regime de protecção social na eventualidade de doença’; o ‘complemento solidário para idosos’; o ‘abono de família pré-natal’; a ‘diferenciação positiva em função dos rendimentos, no âmbito do rendimento social de inserção’ e o ‘regime jurídico para adopção’. São no entanto Diplomas legislativos que contemplam ou regulam, ainda assim, aspectos sociais relevantes para a vida dos cidadãos do País.

Torna-se porém necessário relacionar algum deste desconhecimento da lei com a especificidade própria dos sujeitos inquiridos nas diferentes configurações familiares em estudo, especialmente na vertente socioprofissional e económica, onde a escolaridade, o género, a faixa etária e até a maior autonomia financeira podem ajudar a explicar algum deste desconhecimento legislativo.

Nesta análise, notámos também que foram os sujeitos masculinos quem mais revelaram um maior desconhecimento da legislação relativa à protecção da família estabelecida pelo Estado, com excepção das medidas legislativas que envolveram directamente os seus interesses ou casos particulares.

RECOMENDAÇÕES/PROPOSTAS para Medidas Legislativas em benefício das Famílias

Tendo em atenção as propostas feitas pelos sujeitos inquiridos em relação às várias configurações familiares em estudo, apresentam-se seguidamente um conjunto de recomendações que reflectem as preocupações dos inquiridos desta Amostra, acrescida também das nossas propostas.

PROPOSTA 1 – Famílias com Necessidades Especiais

Tendo em atenção o disposto nos artigos 67º, 71º e 72º da *Constituição* e considerando a necessidade de assistência ao agregado familiar, especialmente onde existam idosos e deficientes, propõe-se que os organismos do Estado ou das Autarquias determinem:

- Disponibilizar apoio domiciliário diário às famílias com pessoas em situação de fragilidade social – doentes crónicos, deficientes e idosos.
- Disponibilizar, através das autarquias, serviços domiciliários de obras e reparações/adequações de instalações domésticas em famílias carenciadas ou com fragilizados a seu cargo – doentes crónicos, deficientes e idosos.
- Fomentar a criação de estruturas de acolhimento de idosos, especialmente pela construção de uma Rede Pública de Lares de 3ª Idade, dotados de condições médico-sanitárias para corresponder às reais necessidades dos seus utilizadores.
- Actualizar a legislação referente ao acompanhamento de familiares doentes, idosos ou deficientes em situações devidamente comprovadas e justificativas desse apoio.

PROPOSTA 2 – Regime Fiscal aplicado actualmente nas Famílias

Considerando a necessidade de um regime de equidade entre todos os cidadãos tendo em conta a pluralidade de configurações familiares existentes na sociedade portuguesa e tendo em atenção os princípios de igualdade definidas na *Constituição Portuguesa – artigo 13º*, recomenda-se a revisão da Fiscalidade tendo como base os seguintes pressupostos:

- Instituir uma dedução credível ao rendimento familiar em sede de I.R.S. que corresponda a um nível mínimo de existência por cada elemento da família que viva no lar conjugal.
- Para o cálculo da taxa de I.R.S. deverá ser considerada a dimensão do agregado familiar, substituindo-se o coeficiente conjugal por um coeficiente familiar, tendo em consideração o número de dependentes a cargo.
- Aplicar aos cônjuges casados o mesmo regime de dedução da prestação de alimentos prevista na lei para as pessoas divorciadas ou separadas judicialmente, com dependentes a seu cargo.

PROPOSTA 3 – Mediação Familiar

A transformação da Família numa pluralidade de configurações levanta um conjunto de preocupações ligadas à regulação de situações conjugais litigiosas ou de difícil resolução com base no Direito de Família. Em função disso, o desafio que se coloca ao jurista e à legislação é possibilitar uma solução que passe por serviços de aconselhamento jurídico que constituam uma alternativa viável na superação de conflitos familiares. Neste sentido, propõe-se:

- Criação de Gabinetes de Mediação Familiar ligados ao Direito de Família em cada Autarquia do País, com funções de aconselhamento familiar em situações de divórcio e separação de pessoas e bens; conversão da separação de pessoas e bens em divórcio; reconciliação de cônjuges separados e atribuição/alteração de alimentos (provisórios ou definitivos) e outras situações decorrentes de conflito na vida conjugal.
- Alargar os serviços de aconselhamento familiar, apoiando os casais em dificuldade conjugal através da Cursos de Formação específicos, ministrados por técnicos de Acção Social especializados, também sob responsabilidade autárquica.

PROPOSTA 4 – Habitação, Urbanismo, Transportes e Educação

Uma vertente de ecologia humana torna-se fundamental na sociedade actual para garantir uma qualidade de vida que se reflecta no interior do lar conjugal, fomentando o bem-estar pessoal e familiar. Sendo evidente a sua relevância em termos de equilíbrio e de satisfação no ambiente doméstico, tal como encontramos no artigo 66º da *Constituição*, torna-se necessário:

- Actualizar o enquadramento jurídico que rege a construção de empreendimentos imobiliários de modo a contemplar a existência de equipamentos de suporte às crianças, jovens e adultos, nomeadamente jardins-de-infância, escolas, centros de saúde, espaços verdes e de lazer.
- Actualizar a legislação envolvendo as famílias numerosas (igual ou mais do que 5 elementos) criando uma Tarifa Familiar da Água e de Electricidade, apoio nos transportes escolares e bolsas de estudo.
- Revisão do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em função da dimensão da família e respectiva tipologia adequada ao agregado familiar.

PROPOSTA 5 – Divulgação de medidas tomadas no âmbito da Política de Família.

Sendo a sociedade portuguesa heterogénea e diversificada, os interesses das pessoas são muitas vezes divergentes e nem todos conhecem os direitos familiares que o Estado concede aos seus membros. Torna-se assim necessário informar as pessoas dos seus direitos e deveres para que correspondam de forma clara às disposições da Lei. Para isso, constitui-se como necessidade:

- Promover a informação ligada à legislação e direitos familiares através de anúncios nos meios de comunicação social, sites, brochuras, boletins e revistas autárquicas.
- Apoiar as famílias carenciadas a obterem informação detalhada ligada a situações de violência doméstica, divórcio, abandono do lar, através da criação de Serviços Jurídicos gratuitos.
- Disponibilizar apoio jurídico na Área da Família através das Autarquias.

PROPOSTA 6 – Abono de Família e Incentivos à Natalidade

Considerando que a renovação das gerações constitui um postulado básico para a sustentabilidade dos cálculos de pensão de reforma e tendo em atenção que essa sustentabilidade depende sobretudo do número de nascimentos, recomenda-se a adopção das seguintes medidas:

- Estimular a natalidade, criando um escalão especial a partir do segundo filho, mantendo o subsídio de 200 euros para quem nasce, mas aumentando para o dobro as deduções em sede de IRS para quem possui 2 ou mais filhos.
- Aumentar para o dobro as dotações do Abono de Família tendo em atenção os escalões de IRS nessa matéria, com especial incidência nas famílias mais carenciadas.
- Conciliar políticas de emprego com a respectiva estabilidade, sobretudo nas camadas mais jovens da população.
- Apoiar socialmente as famílias com o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à infância e juventude, aumentando a rede pública de jardins-de-infância e de ensino pré-escolar.
- Estimular a conciliação da vida familiar com a vida profissional, criando incentivos fiscais para as empresas que desenvolvam práticas inovadoras nesse domínio.

PROPOSTA 7 – União de Facto

A adopção de um modelo de vida familiar como é a União de Facto pressupõe uma escolha individual e determina igualmente um modelo de vida livre em comparação com a realização formal de um casamento, seja na forma civil ou na componente sacramental. Em face dos direitos que se pretendem obter na constância de uma coabitação sem a realização formal do casamento, torna-se necessário o seguinte procedimento:

- Clarificação da situação jurídica dos casais em união de facto, distinguindo situações entre pessoas que desejem viver em união de facto com a liberdade que isso pressupõe entre os membros do casal e os que desejem viver em união de facto numa situação de equiparação ao regime de casamento.

PROPOSTA 8 – Figura Jurídica do Padrasto e da Madrasta

A figura jurídica de Padrasto ou de Madrasta não existe de forma explícita na actual legislação portuguesa, tal como a recomposição familiar. No entanto, as modernas configurações familiares contemplam no seu seio essa presença, seja pela dissolução do casamento através do divórcio, seja por um processo de viuvez. No primeiro caso, a figura tutelar continua a ser o pai ou mãe biológico, enquanto no segundo um deles (ou os dois) estão ausentes. Seja como for, a sua presença carece de maior base jurídica para desempenhar o seu necessário papel social no interior do lar doméstico. Assim, propõe-se:

- Promover a figura jurídica do Padrasto ou da Madrasta (levemente mencionados no *Código Civil* - artigo 2009º ponto 1, alínea f, referente ao título: *pessoas obrigadas a alimentos*), criando um artigo especial no *Código Civil* que contemple a sua existência jurídica, atribuições educativas e alimentares face aos enteados menores e clarifique os limites da sua actuação dentro do plano de uma família reconstituída.
- Autorizar a adopção do sobrenome do padrasto ou da madrasta desde que haja expressa concordância destes e dos enteados, sem prejuízo de seus apelidos de família.

PROPOSTA 9 – Famílias Monoparentais

Tendo as famílias monoparentais maior vulnerabilidade económica em função do seu rendimento médio, especialmente pelas dificuldades do progenitor, sozinho, conciliar a vida pessoal com a profissional, tendo como consequência a limitação da sua capacidade

em auferir rendimentos adicionais e considerando a necessidade de se repensar o apoio para estes agregados familiares pois as famílias monoparentais são tendencialmente as que estão mais expostas ao risco de pobreza dadas as características excepcionais do seu agregado familiar, recomenda-se:

- Capitação das contribuições para a Segurança Social de acordo com os rendimentos e despesas do agregado familiar; o acesso directo a subsídios de apoio social escolar, bolsas de estudo; um serviço de apoio integrado no Sistema Nacional de Saúde e isenção de taxas de Justiça nos processos de regulação do poder paternal e de pensão de alimentos.

Em conclusão, os limites entre Estado e Família serão sempre complexos, embora seja possível defini-los a partir dos valores constitucionalmente assumidos pela sociedade. Neste caso, a *Constituição* considera claramente que a Família é a base da sociedade (artigo 67º) e como tal, não pode ser suplantada unilateralmente pelo Poder Público.

Traçar limites concretos entre decisões exclusivas da Família e a intervenção do Estado só se legitima quando entra em campo o interesse social. E neste caso, justifica-se a intervenção da política familiar do Estado e das suas instituições quando está em causa a pluralidade de situações familiares com as respectivas características que as envolvem e definem, sem esquecer a implementação de medidas familiares que contribuam para a construção de uma sociedade com maior justiça social, elemento fundamental de realização pessoal e afectiva em cada Família.

Será portanto uma tarefa jurídica, sociológica, psicológica, demográfica e ecológica a que se perfilha no horizonte, tendo em atenção as transformações da sociedade contemporânea e os problemas que atingem as actuais configurações familiares. Com efeito, o estudo da Família enquanto entidade social deverá ser integrado num conjunto de relações holistas que contribuam para a sua completa explicação, tendo em atenção os contextos sociais e políticos que integra.

Sem dúvida, as reflexões inscritas nas várias correntes teóricas, sociais e políticas continuam a simbolizar outras tantas medidas de interpretação da instituição familiar, sem as quais o seu estudo seria também inconsequente. Mas se existe uma complexa teia de elementos a considerar no seu estudo, o desafio em aprender o que permanece, a reinventar pressupostos teóricos de análise, a fazer e a desfazer conceitos que ganham ou perdem importância consoante a dinâmica de transformação da sociedade pós-moderna, constituirão sempre a base de estudo para encontrar na Família uma resposta às questões sociais emergentes na sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

Tendo em atenção a dimensão histórica e o ambiente temporal que esta investigação percorre, dividimos as referências bibliográficas pelas três partes que a compõem, de modo a tornar mais fácil a leitura ou então o acesso aos autores e obras consultadas.

Este procedimento possibilita ainda uma rápida consulta temática dos temas em análise, razão pela qual o apresentamos de forma analítica. Seguimos o APA STYLE para as citações e referências bibliográficas.

PRIMEIRA PARTE – referências bibliográficas dos Pontos 1 e 2

1. Monografias, Estudos, Dissertações Académicas.

AMORIM, M. Norberta (1987). *Guimarães 1580/1819: estudo demográfico*. Lisboa: I.N.I.C.

ALMEIDA, João Ferreira – Coordenador, (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

ANDERSON, Michael (1984). *Elementos para a História da Família Ocidental: 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus. (Edição original de 1980).

ARIÈS, Philippe (1988). *A Criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água. (Edição original de 1973)

BANDEIRA, Mário Leston (1996). *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: I.N.C.M.

BERKNER, Lutz (1976). “Inheritance, land tenure and peasant family structure: a german regional comparison”, in: Goody, J. et al. (1976). *Family and inheritance: rural society in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

BURGUIÈRE, André (1986). “Pour une typologie des formes d’organisation domestique de l’Europe Moderne.”, in: *Annales ESC*, 3:639-655.

CASEY, James (1990). *História da Família*. Lisboa: Teorema.

CUNHA, Vanessa (2006). *Famílias, fecundidade e funções dos filhos: o impacto do tempo e dos contextos sociais*. Lisboa: ISCTE.

DONZELOT, Jacques (1977). *La police des familles*. Paris: Éditions de Minuit.

FLANDRIN, Jean Louis (1995) *Famílias : parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa. 2ª Edição. (Edição original de 1984).

-
- FERREIRA, Flávio (2002). *Dicionário de casamento/divórcio & temas adjacentes*. Porto: Campo de Letras.
- FOUCAULT, Michel (1994). *História da sexualidade I- a vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água. (Edição original de 1976).
- GOODY, Jack (1995). *Família e casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editores.
- GOODY, Jack et al. (1976). *Family and inheritance: rural society in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KELLERHALS, Jean et al. (1989). *Microsociologia da Família*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- LASLETT, Peter (1972). *Household and Family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2001). *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEBRUN, François (1975). *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa : Edições Rolim.
- LESTHAEGHE, Ron ; Wilson, Chris (1982). « Les modes de production, la laicisation et le rythme de baisse de la fécondité en Europe de l'Ouest de 1870 a 1930 », In : *Population*, 3.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1986). *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- LOURENÇO, Nélon (1991). *Família Rural e Industrial*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- SANTOS, Cristina (2001). *Famílias de Alfama*. Lisboa: ICS.
- SARACENO, Chiara (1992). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SEGALEN, Martine (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar Editores.
- _____ (1999a). “ A revolução industrial: do proletário ao burguês”, in : *História da Família*, 4º volume. Direcção de André Burguière. Lisboa: Terramar Editores.
- SHORTER, Edward (1995). *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar Editores. (Edição original de 1975).
- STONE, Lawrence (1979). *The family, sex and marriage in England: 1500-1800*. London: Penguin Books.
-

2. Dicionários, enciclopédias, obras colectivas.

A.A.V.V. (1713). *Vocabulário Portuguez e Latino*. Vol. IV. Coimbra.

A.A.V.V. (1859). *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Typographia Imperial.

A.A.V.V. (s.d.). *Encyclopedia Portuguesa Illustrada*. Vol. IV. Porto: Lemos & C.^a

A.A.V.V. (1945). *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*. Vol. V. Lisboa: Editorial Confluência.

A.A.V.V. (1969). *Enciclopédia luso-brasileira de Cultura*, Vol. VIII. Lisboa: Editorial Verbo.

3. Artigos/Separatas

WALL, Karin (1993). “Elementos sobre a sociologia da família em Portugal”, in: *Análise Social*; Vol. XXVIII (123/124). Lisboa: ICS.

PRIMEIRA PARTE – referências bibliográficas dos Pontos 3 e 4.

1. Monografias/Estudos.

ALCOFORADO, A.L. (1866). *A Lei e o Clero na questão do casamento civil*. Lisboa: Imprensa de J.G. de Sousa Neves.

AMADO, J. de Sousa (1865). *Carta sobre o casamento civil dirigida a Vicente Ferrer Neto Paiva*. Lisboa.

ANDRADE, Abel (1895). *Comentário ao Código Civil Portuguez*. Coimbra: Livraria Portugal e Estrangeiro.

ARAÚJO E GAMA, Manuel de Azevedo (1881). *Estudo sobre o casamento civil*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

ARAÚJO E SILVA, J.L. (s.d.). *Desenganos do Liberalismo*. (Documento inserido numa colectânea de folhetos da Biblioteca Nacional – texto inédito)

BANDEIRA, Mário Leston (1996). *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: I.N.C.M.

BARBOSA, Amorim (1865). *O casamento civil – resposta à carta do Sr. Alexandre Herculano dirigida ao Jornal do Commercio*. Lisboa: Typographia de J.M. Martins.

BARBOSA, Sebastião A. (1866). *O casamento civil, a carta e o catholicismo em Portugal*. Lisboa: Typographia de J.A. Nascimento Cruz.

BASTOS, F. José Teixeira (1886). *Projecto de um Programma Federalista para o Partido Republicano Portuguez*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.

_____ (1884). *A Família*. Porto: Magalhães e Moniz.

_____ (1881) *Ensaio sobre a Evolução da Humanidade*. Porto: Livraria Universal.

BRAMÃO, Alberto (1908). *Casamento e Divórcio*. Lisboa: Livraria Central Gomes de Carvalho.

BONANÇA, João (1865). *Contra a carta do Sr. Duque de Saldanha sobre o casamento civil*. Lisboa.

CABRAL, Manuel Villaverde (1977). *O operariado nas vésperas da Primeira República*. Lisboa: Editorial Presença.

COSTA, D. António da (1866). *O casamento civil – resposta ao Sr. Alexandre Herculano*. Lisboa: Imprensa Nacional.

_____ (1866). *O casamento civil perante os princípios – terceira resposta ao Sr. Alexandre Herculano*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTRO, Zília Osório de (1993). *A História das Ideias Políticas – a ideia de liberdade (1821-1823)*. Lisboa: F.L. Lisboa.

CATROGA, Fernando (2000). *O republicanismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.

_____ (1988). *A Militância Laica e a descristianização da morte em Portugal*. Coimbra: (dissertação de Doutoramento do autor).

CATROGA, Fernando & Carvalho, Paulo A.M. Archer de (1996). *Sociedade e Cultura Portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta.

CARNEIRO, Augusto N. Santos (1866). *O casamento civil e seus adversários*. Lisboa: Coimbra: Imprensa da Universidade.

CARVALHO, Luís de Mesquita (1910). *Projecto-lei de Divórcio em Portugal*. Lisboa: Guimarães e C.^a.

_____ (1909). *A família e o casamento primitivo – sua origem, forma e evolução*. Porto: Magalhães e Moniz. (2º Conferência).

_____ (1909), *O Divórcio e a Separação de Pessoas – conclusão*. Porto: Magalhães e Moniz. (8º Conferência).

_____ (1908). *A família e o casamento – estudo sociológico*.

Porto: Magalhães e Moniz. (7º Conferência).

COELHO, Trindade (1906). *Manual Politico do cidadão Portuguez*. Lisboa: Officinas Typographica e de encadernação.

DELGADO, Pedro (1996). *Divórcio e Separação em Portugal – análise social e demográfica*. Lisboa: Editorial Estampa.

FERREIRA, Maria de Fátima (1993). *O casamento civil e o divórcio 1865-1910. Debates e Representações*. Braga: Universidade do Minho.

FERRER, Vicente (1866). *O casamento civil – colecção de cartas do Sr. Vicente Ferrer em resposta ao Senhor Visconde de Seabra*. Porto: Imprensa popular de J.L. de Sousa.

FOUCAULT, Michel (1994). *História da sexualidade I- a vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água.

GIRÃO, Manuel Cardoso de (1866). *Algumas palavras sobre o casamento civil*. Lisboa: Imprensa Litteraria.

LAVRADIO, Marquês do (1865). *Algumas observações sobre o casamento civil*. Lisboa: Typographia de G.M. Martins.

LOPES, Virgílio (1978). *Divórcio em Portugal*. Lisboa: Editorial Aster

MAGALHÃES, Luís de (1888). *O casamento sobre o artigo 1056 do Código Civil: contractibilidade, legitimidade, divórcio*. Coimbra: Imprensa Portuguesa.

MARQUES, A.H de Oliveira (1976) *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores. Vol. II

MARQUES, Mário Reis (1987). *O Liberalismo e a codificação do Direito Civil em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Direito.

MELLO, Duarte G. Roboredo Sampaio e (1906). *Família e Divórcio*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

MELLO, João Mascarenhas (1908). *Contra o Divórcio – resposta ao livro Casamento e Divórcio do Sr. Alberto Bramão*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho.

MIRANDA; Jorge de (1976). *As Constituições Portuguesas: 1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976*. Lisboa: Livraria Petrony.

MONTEZ, José (1913). *Do Divórcio*. Lisboa: Typographia Bayard.

HERCULANO, Alexandre (1866). *Casamento civil – primeira carta*. Lisboa: Imprensa de J.G. de Sousa Neves.

_____ (1866). *Estudos sobre o casamento civil*. Lisboa: Typographia Universal.

NETO, Vítor (1998). *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal*. Lisboa: I.N.C.M.

PEREIRA COUTINHO, M. de C. (1866). *Breves reflexões sobre o casamento civil*. Coimbra: Imprensa Litteraria.

PIRES, José (1997). *Da emancipação jus laboral da mulher*. Lisboa: Edições Cite

PRADO DE AZEVEDO, L.M. (1866). *Defesa do Casamento Civil*. Porto

RODRIGUES, Samuel (1987). *A polémica sobre o casamento civil – 1865/1867*. Lisboa: I.N.I.C.

SALDANHA; Duque de (1865). *Carta sobre o casamento civil*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SANTOS, A.J. Alves dos (1901). *O problema da origem da família e do matrimónio em face da Bíblia e da Sociologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SARAIVA, J.H. (1981). *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.

SEABRA, Luiz de (1866) *Duas palavras sobre o Casamento*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVANO, Almeida (1904). *O Divórcio*. Lisboa: Typographia Luzitana.

SOUSA, Manuel de Oliveira (2004). *A afirmação da Igreja católica em Portugal na laicidade do Estado – exigência de laicidade da sociedade*. Lisboa.

VEIGA, Jayme Leça da (1865). *Breves reflexões sobre o contracto civil no matrimónio*. Lisboa: Thypographia da Sociedade Thypographica Franco-Portugueza.

2. Fontes Impressas:

A.A.V.V. (1866). *Duas palavras sobre o registo Civil*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

A.A.V.V. (1907). *Código Civil Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SEABRA, Luiz de (1863). *Código Civil Portuguez: Projecto*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário da Câmara dos senhores Deputados – Sessão Legislativa de 1900. Lisboa: Imprensa Nacional.

3. Artigos/Separatas

A.A.V.V. (2005). “O Estado”; In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Volume 26.

A.A.V.V. (1985). “Família”; In: *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Liv. Figueirinhas - direcção de Joel Serrão -Volume II.

CASCÃO, Rui (1993) “Demografia e Sociedade”; In: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

CASCÃO, Rui; VAQUINHAS, Irene (1993). “Evolução da Sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”; In: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

CATROGA, Fernando (1985). “A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano” In: *A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio* – Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.

FONSECA, Fernando Taveira, 1993. “Flutuações e crises económicas”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

MENDES, J. Amado 1993. “As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

SARDICA, José Miguel (2002). “O vintismo perante a Igreja e o catolicismo”, in: *Penélope – revista de História e Ciências Sociais*. Oeiras: Celta Editores – nº 27, 2002.

VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela T. (1993). “Ideologias e práticas políticas”, in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis (1993). “Da Revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

WALL, Karin (1995). “Apontamentos sobre a família na política social portuguesa”; in: *Análise Social*. Lisboa: Revista do instituto de Ciências Sociais; Volume XXX, números 131,132.

PRIMEIRA PARTE – referências bibliográficas dos Pontos 5, 6 e 7.

1. Fontes Impressas

Anuario Estatístico de Portugal. Lisboa – anos de 1900 e 1917

Código Civil Portuguez (1867). Lisboa: Imprensa Nacional.

Colecção Oficial de Legislação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional; 14 de Julho de 1911: 2530)

Diário das Sessões. Lisboa: Imprensa Nacional – 11 de Fevereiro de 1935 – Suplemento ao nº 9; 15 de Janeiro de 1971 – nº 66 e 23 de Julho de 1971 –
Nº 127

Lei de Divórcio – decreto de 3 de Novembro de 1910

Leis de Família (I. *Lei do casamento* II. *Lei de Protecção aos Filhos*), publicadas em 25 de Dezembro de 1910

Pastoral do Episcopado Português (1967). Lisboa: Secretaria-geral do Episcopado.

2. Obras Colectivas; Dicionários, Ensaios.

A.A.V.V. (1985) “Religião católica em Portugal”, in: *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas – Vol. V. Direcção de Joel Serrão.

A.A.V.V. (1991). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença. Coordenação de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques – Vol. XI.

A.A.V.V. (1992). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

A.A.V.V. (1993). *História de Portugal*. Amadora: Ediclub. Direcção de João Medina. Vol. X e vol. XII.

A.A.V.V. (1999). “Catolicismo”, in: *Dicionário de História de Portugal* – coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Livraria Figueirinhas – Vol.7.

A.A.V.V. (1999). “Concordata”, in: *Dicionário de História de Portugal* – coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Livraria Figueirinhas – Vol.7.

A.A.V.V. (1999). “Direito da Família”, in: *Dicionário de História de Portugal* – coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Livraria Figueirinhas – Vol.7.

A.A.V.V. (1999). “Historiografia do Estado Novo”, in: *Dicionário de História de Portugal* – coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Livraria Figueirinhas – Vol.8.

3. Monografias, Estudos e Dissertações Académicas.

AYALA, Xavier de (1950). *Eficácia Civil do Casamento Canónico*. Coimbra.

-
- AZEVEDO, Hugo de, (1971). *Casamento Civil e Divórcio*. Lisboa: Cadernos Prumo.
- BIVAR, Artur (1913). *A Igreja e o Estado*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense.
- BEJA, Fino (1939). *Família, casamento e divórcio*. Lisboa.
- CATROGA, Fernando (2000). *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- DELGADO, Abel Pereira (1961). *Lei do Divórcio: anotado e actualizado*. Coimbra: Coimbra Editora.
- DELGADO, Pedro (1996). *Divórcio e Separação em Portugal – análise social e demográfica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- DESCAMPS, Paul (1959). *Histoire sociale du Portugal*. Paris: Firmin-Didot.
- Figueiredo, Mário (1940). *A Concordata e o Casamento*. Lisboa: União Gráfica.
- LEITE, António (1946). *Competências da Igreja e do estado sobre o matrimónio*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- LOPES, Virgílio (1978). *Divórcio em Portugal*. Lisboa: Editorial Aster
- LOURENÇO, Joaquim M. (1943). *Situação jurídica da Igreja em Portugal – análise histórica - jurídica e crítica das relações da Igreja católica com o estado português*. Coimbra: Coimbra Editores.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978). *História da 1ª República: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MADEIRA, Gusmão; MELLO, P. (1926). *Notas à Lei do Divórcio*. Lisboa.
- MACHADO, Montalvão (1957). *Como nascem e morrem os portugueses*. Lisboa: Gomes & Rodrigues.
- OSÓRIO, Ana Castro (1911). *A mulher no casamento e no divórcio*. Lisboa: Guimarães Editores.
- PEREIRA COELHO, Francisco (1970). *Curso de Direito de Família*. Coimbra.
- PIRES, José (1997). *Da condição juslaboral da mulher*. Lisboa: Edições Cite.
- SANTOS, Eduardo (2003). *Do Divórcio – suas causas, processo e efeitos*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- TAVARES DE CARVALHO, F. (1966). *Como poderão descasar-se os casados pela Igreja? A problemática de um juízo virtualmente incontroverso*. Lisboa: Edição do Autor.
- TAVARES, José (1924). *Sociedade e Empresas Comerciais*. Coimbra: Coimbra Editora.
-

-
- TORRES, A. (1996). *Divórcio em Portugal*. Oeiras: Celta Editores.
- SEGALEN, Martine (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar
- SILVA, Abúndio (1913). *Política religiosa e resposta a um crítico*. Braga: Cruz e C.^a
- _____ (1913). *Cartas a um Abade*. Braga: Cruz e C.^a
- _____ (1912). *Feminismo e acção feminina*. Braga: Cruz e C.^a

4. Revistas, Separatas e Artigos.

- ANDRADE, Abel de (1940). “Vida familiar – causas da decadência da família”; in: *Semanas Sociais Portuguesas*. Lisboa: Edições ACP.
- _____ (1932). *A decadência da família – suas causas e efeitos*. Porto: Tipografia Fonseca.
- BAPTISTA, Luís Vicente. (1986). “Valores e imagens da família em Portugal”, in: *A mulher na Sociedade Portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- BARROS, Júlia Teresa L.; HENRIQUES, Raquel P. (1987). “A educação do Estado Novo nos anos 30”, in: *O Estado Novo – das origens ao fim da autarcia - 1926/1959*. Vol. II Lisboa: Editorial Fragmentos
- CASCÃO, Rui 1986: 155). “Família e Divórcio na Primeira República”, in: *A mulher na Sociedade Portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CATROGA, Fernando (1986). “A laicização do casamento e o feminismo republicano”, in: *A mulher na Sociedade Portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- DELGADO, P.(1998). “O divórcio na Primeira República e a questão das identidades culturais”; in: *Vértice* - Setembro/Outubro.
- DELGADO, P.(1998a). “Divórcio e Separação no Estado Novo – as relações institucionais entre Estado e Igreja”; in: *Vértice* - Novembro/Dezembro.
- FERREIRA, António Matos (1993). “A Igreja e a República”, in: *História de Portugal*, Vol. X; Direcção de João Medina.
- GONÇALVES, Ernesto (1940). “A Família e o Estado”, in: *A Família*. Funchal.
- MESQUITA, António Pedro (2003). “Salazar e o conceito de democracia – um exercício de exegese da prática política”, in: *Vértice*, nº110, Março/Abril.

MOZZICAFREDDO, Juan Pedro (1994). “O Estado – Providência em transição”; in: *Análise Social*. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais. Nº 16.

OSÓRIO, Ana de Castro (1909). *A mulher e a criança*. Nº1 – Abril.

SERRÃO, Joel (1985). “Republicano Português”, in: *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas – Vol. V. Direcção de Joel Serrão.

SILVEIRA, Paula (1987). “ Os valores do quotidiano no Estado Novo: ruptura ou continuidade?”, in: *O Estado Novo – das origens ao fim da autarcia -1926/1959. Vol. II* Lisboa: Editorial Fragmentos.

4. Imprensa

A Paz, 9 de Março de 1913, p.2, cols. 2 e 3. Artigo: “ O Divórcio”.

_____, 19 de Outubro de 1913, p.1 e 9 de Novembro de 1913, p. 1. Artigo:” O Divórcio”.

Novidades, 11 de Dezembro de 1942, pp. 1 e 4, col.1/4. Artigo: O Divórcio”.

_____, 9 de Janeiro de 1943, pp. 1 e 4, col.1 /2. Artigo: “Contra o Divórcio”.

_____, 2 de Fevereiro de 1943, pp. 1 e 5, col.1 /4. Artigo: “O Divórcio é uma calamidade nacional”.

_____, 19 de Fevereiro de 1943, pp. 1 e 4, col.1 /3. Artigo: “As realidades mandam que o matrimónio seja sempre indissolúvel”.

O Século – 18 de Outubro de 1910; pp.2- col.3. Artigo: “ O Divórcio, O Registo Civil e a Separação da Igreja”.

_____, 21 de Outubro de 1910; pp. 3 – col. 4/5. Artigo: “O Divórcio e a Revolução”.

_____, 7 de Janeiro de 1943, pp. 1, col. 1/2. Artigo:”Os intolerantes”.

_____, 21 de Janeiro de 1943, pp. 1 e 2, col. 1/2. Artigo:”A grande calamidade”.

_____, 21 de Janeiro de 1943, pp. 1 e 2, col. 1/2. Artigo:”As realidades mandam”.

República, 18 de Abril de 1955, pp. 1, col.1/2. Artigo: “Amor Livre”.

O Sindicalista – 4 de Dezembro de 1910 – nº 4; pp. 1-col. 1. Artigo: “Quem tem ganho?”.

PRIMEIRA PARTE – referências bibliográficas do Ponto 8

1. Obras Colectivas; Dicionários, Ensaios.

A.A.V.V. (1914). *Manual de Civilidade e Etiqueta*. Lisboa: Editor Arnaldo Bordalo. Organização de Beatriz Nazareth.

A.A.V.V (1989). *Sociedade e Cultura Portuguesa 2*. Coordenação de Maria José Ferro Tavares. Lisboa: Universidade Aberta.

A.A.V.V. (2001). *Nova História de Portugal* (2001). Lisboa: Ed. Presença. Coordenação de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques – Vol. VII. (*Portugal – da paz da Restauração ao ouro do Brasil*).

A.A.V.V. (1991). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença. Coordenação de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques – Vol. XI. (*Portugal – da Monarquia para a República*).

A.A.V.V. (1992). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença. Coordenação de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques – Vol. XII. (*O Estado Novo -1930/1960*).

Código de Direito Canónico – anotado (1984). (Coordenação de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta). Braga: Editora Theologica.

2. Monografias, estudos e dissertações académicas.

ALMEIDA, Ana Nunes de (1993). *Famílias operárias no Barreiro*. Barreiro: C.M. Barreiro.

ALMEIDA, Eduardo d' (1911). *A família e a evolução social*. Guimarães.

BANDEIRA, Mário Leston (1996). *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: I.N.C.M.

BARREIRA, Cecília (1992). *História dos nossos avós: retrato da burguesia em Lisboa (1890/1930)*. Lisboa: Edições Colibri.

BASTOS, F. José Teixeira (1884). *A Família*. Porto: Magalhães e Moniz.

BEJA, Fino (1939). *Família, casamento e divórcio*. Lisboa: Liv. Popular de Francisco Franco.

BEJA, Fino (1939). *A Igreja e o Estado*. Lisboa: Liv. Popular de Francisco Franco.

BRAMÃO, Alberto (1908). *Casamento e Divórcio*. Lisboa: Livraria Central Gomes de Carvalho.

-
- BRANDÃO, Maria de Fátima S. (1994). *Terra, herança e família no noroeste de Portugal – o caso de Mosteiro no século XIX*. Porto: Edições Afrontamento.
- BRETTELL, Caroline (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- CABRAL, Manuel Vilaverde 1988:168/169). *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Ed. Presença.
- CARQUEJA, Bento (1916). *O Povo Português*. Porto: Lello e Irmão.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz (1886). *Cartas a Luísa (moral, educação, costumes)*. Porto: Editora Educação Nacional.
- CASTRO, Helena de Fátima Gonçalves de (2000). *Emancipação da mulher e Regeneração social no século XIX, segundo Lopes Praça*. Lisboa: F.L. Lisboa.
- COELHO, Trindade (1906). *Manual político do cidadão português*. Lisboa: A. M. Pereira.
- COLE, Sally (1994). *Mulheres da Praia – o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- CUTILEIRO, José (1977). *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.
- FONSECA, Ângelo (1902). *Da prostituição em Portugal*. Porto: Typ. Occidental.
- GIÃO, Armando (1891). *Contribuição para o estudo da prostituição em Lisboa*. Lisboa: Typographia Christovão Augusto Rodrigues.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971). *Estruturas da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- GUINOTE, Paulo (1997). *Quotidianos Femininos (1900-1933)*. Lisboa.
- LOPES, Ana Maria Costa (2006). *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos – percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera.
- LOPES PRAÇA, J.J. (1872). *A Mulher e a Vida ou A mulher considerada debaixo dos seus principais aspétos*. Coimbra: Livraria Portuguesa e Estrangeira.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (1987). *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- MATOS, Paulo dos Mártires L. T.(2003). *O nascimento fora do matrimónio na freguesia de Ribeira Seca da ilha de S. Jorge (Açores) 1800-1910*. Braga.
-

-
- MATTOSO, José (1985). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa – Volume I
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2004). *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS.
- MOURA, Horácio de (sd). *Reflexões sobre os discursos de Salazar*. Lisboa.
- MELLO, Duarte G. Roboredo Sampaio e (1906). *Família e Divórcio*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NEVES, António Amaro das (2001). *Filhos das ervas – a ilegitimidade no norte de Guimarães: séculos XVI-XVIII*. Guimarães: NEPS.
- O'NEILL, Brian Juan (1984). *Proprietários, lavradores e jornaleiros: desigualdade social numa aldeia de Transmontana*. Lisboa: Publicações: D. Quixote.
- PATRIARCA, Maria de Fátima (1990). *Processo de implantação e lógica e dinâmicas de funcionamento do corporativismo em Portugal – os primeiros anos de Salazar*. Lisboa: ICS.
- _____ (1995). *A questão social no Salazarismo – 1930/1947*. Lisboa: INCM.
- PIMENTEL, Irene (1996). *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo. As organizações femininas no estado Novo. A «Obra das Mães pela educação nacional» e a «Mocidade Feminina Portuguesa». – 1936/1966*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1993). *Famílias portuenses na viragem do século*. Porto: F. L. P.
- ROWLAND, Robert (1987). *Antropologia, História e diferença: alguns aspectos*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____ (1997). *População, Família, Sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora.
- SALAZAR, A. O. (1961). *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editores. Volume 1 (1928-1934).
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993). *Família e trabalho no «Hinterland» de Lisboa: Oeiras – 1738/1811*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1983). *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Editorial Presença.
-

SILVA, Aurora (1999). *Papel do género e práticas familiares*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

SILVA, Abúndio (1912). *Feminismo e acção feminina*. Braga: Cruz e C.^a

SOUSA, José de Saldanha Oliveira (1896). *Escravidão branca*. Lisboa: Typographia Mattos Moreira e Pinheiro

OSÓRIO, Ana de Castro (1905). *A educação da criança pela mulher*. Lisboa: Typographia popular.

OSÓRIO, Ana Castro (1911). *A mulher no casamento e no divórcio*. Lisboa: Guimarães Editores.

PERNOUD, Régine (1995) *A Burguesia*. Lisboa: Pub. Europa/América.

PINA-CABRAL, João (1989). *Filhos de Adão. Filhas de Eva – a visão do mundo camponês no Alto Minho*. Lisboa: D. Quixote.

VASCONCELOS, J. A. Pestana (1933). *O Conceito do lar e da família no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa Universitária.

3. Revistas, Separatas e Artigos.

ALÃO, Ana Paula (1990). “Amor e Sexualidade: mudança de comportamentos”, in: *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa – Vol 5. Direcção de António Reis.

CABRAL, João Pina (1984). “ As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho”, in: *Análise Social*, nº 80, Vol. XX.

ALMEIDA, Miguel V. (1991). “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”, in: *Lugares de Aqui* (organização e prefácio de Brian O’NEILL. Lisboa: Publicações D. Quixote.

CASCÃO, Rui (1993) “Demografia e Sociedade”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

_____ (1993) “Vida quotidiana e sociabilidade”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

CASCÃO, Rui ; VAQUINHAS, Irene (1993). “Evolução da Sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

CATROGA, Fernando (1985). “ A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano” In: *A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio* – Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.

FONSECA, Fernando Taveira da (1993). “ Flutuações e crises económicas”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

_____ (1993). “ Elites e classes médias”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V

GAMEIRO, José (1990).“ Amor e Sexualidade: mudança de comportamentos”, in: *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa – Vol 5. Direcção de António Reis.

HESPANHA, António Manuel (1993). “A família – fundamentos antropológicos da família de Antigo Regime: os sentimentos familiares”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. IV.

ITURRA, Raul (1987). “A reprodução no celibato”, in: *Ler História*, nº 11.

LOPES, Maria Antónia (1993). “Os pobres e a assistência pública”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1993). “A família – sistemas familiares”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. IV.

_____ (1993). “Poder Senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”; in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. IV.

MONTEIRO, Ana Isabel (1990). *Subsídios para o estudo das raízes da Família Ocidental*. Lisboa: Direcção-Geral da Família. Nº 3.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (1985).“Para o estudo dos róis dos confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680) ”. in: *Nova História*, nº3/4.

ROWLAND, Robert (1984). “ Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal”, In: *Ler História*, nº3.

PERROT, Michelle (1990). “A Família Triunfante”, in: *História da Vida Privada*. Porto: Ed. Afrontamento. Vol IV

PERROT, Michelle (1990). “À margem: celibatários e solitários”, in: *História da Vida Privada*. Porto: Ed. Afrontamento. Vol IV

SILVA, Álvaro Ferreira (1989). “A família mediterrânica – um trajecto bibliográfico”, In: *Penélope*, nº 3 - Junho.

VAQUINHAS, Irene (1993). “O Campesinato”, in: *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. V.

WALL, Karin; Lobo, Cristina (1999). “Famílias monoparentais em Portugal”, In: *Análise Social*. Volume XXXIV, 150.

4. Imprensa.

O Diário de Notícias, 1 Fevereiro de 1900, pp 5 – col. 1-4. Artigo: “Assumpto do dia”.

O Sindicalista – 4 de Dezembro de 1910 – nº 4; pp. 1-col. 1. Artigo: “Quem tem ganho?”.

5. Romances, Obras Literárias.

DINIS, Júlio (1979). *As pupilas do senhor Reitor – crónica da aldeia*. Porto: Livraria Civilização.

_____(1980). *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Lisboa: Círculo de Leitores.

GOMES, Soeiro Pereira (1974). *Esteiros*. Lisboa: Publ. Europa/América.

_____(1978). *Engrenagem*. Lisboa: Publ. Europa/América.

MELLO, D. Francisco Manuel de (s.d.). *Carta de Guia de Casados*. Lisboa: Edições Verbo – edição fac-similada.

ORTIGÃO, Ramalho (1876). *Praias de Portugal*. Porto: Magalhães e Moniz.

QUEIROZ, Eça de (2001). *A Cidade e as Serras*. Lisboa: Ed. Planeta de Agostini.

VERNEY, Luís António (1984) *O verdadeiro método de estudar*. Porto: Editora Domingos Barreira. (Primeira edição em 1746.)

SEGUNDA PARTE – referências bibliográficas dos Pontos 1 - 9

1. Monografias, Estudos, Dissertações Académicas.

ALMEIDA, Ana Nunes (1980). *Uma Perspectiva Sociológica sobre a Família Portuguesa*. Lisboa: C.C.F.

AMARO, Fausto (2006). *Introdução à Sociologia da Família*. Lisboa: ISCSP.

BANDEIRA, Mário Leston (1996). *Demografia e Modernidade - família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa : INCM.

BURGUIÈRE, A. et alt. (1999). *História da Família*. Lisboa: Terramar. Vol. 4.

-
- CARREIRA, Medina (1996). *As Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, F. et alt. (1998). *Portugal - que modernidade?* Oeiras: Celta Ed.
- CUTILEIRO, José (1977). *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.
- CUTSEN, Chantal (2004). *A Família Recompоста. Entre o desafio e a incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DELGADO, P. (1996). *Divórcio e Separação em Portugal – análise social e demográfica no século XX*. Lisboa: Ed. Estampa.
- DOMINGUES, Leonel (2005). *Políticas Sociais em mudança – o Estado, as Empresas e a intervenção social*. Lisboa: ISCSP.
- FLANDRIN, J.L. (1995). *Famílias*. Lisboa: Ed. Estampa.
- MICHEL, Andrée (1983). *Sociologia da Família e do Casamento*. Porto. Ed. Rés.
- MOZZICAFREDDO, Juan (2002). *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras Celta Editores.
- GAMEIRO, J.(2004). *Nem contigo, nem sem ti*. Lisboa: Terramar.
- GIDDENS, Anthony. (2000) *Sociologia*. Lisboa: F. C. Gulbenkian.
- LOBO, Ana Cristina (1995). *Processos de recomposição familiar: estratégias e trajetórias nas famílias recompostas*. Lisboa: ISCTE. (Dissertação de Mestrado).
- LOPES, Virgílio (1978). *Divórcio em Portugal*. Lisboa: Editorial Aster.
- PAIS, José Machado – coordenador – (1998). *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: ICS.
- PHILIPS, Roderick (1996) *Desfazer o Nó – breve história do divórcio*. Lisboa: Terramar.
- PINTO, Henrique Almeida; Pereira, M^a da Graça (2005). *Separação e Divórcio: um olhar feminino*. Coimbra: Ed. Quarteto.
- PITÃO, José França (1976). *Legislação anotada sobre divórcio*. Coimbra : Atlântida edições.
- _____ (2006). *Unões de facto e economia comum*. Coimbra : Almedina.
- PLANTIER, Carlos et alt. (1975) *Da Concordata à Revolução*. Lisboa: Ed. Liber.
- POUSSIN, Gerard; LEBRUN, Elizabeth (1999). *Os filhos do divórcio*. Lisboa: Terramar.
- RIBEIRO, Maria Saldanha Pinto (1999). *Divórcio, guarda conjunta dos filhos e mediação familiar*. Lisboa: Edições Pé da Serra.
-

ROSSANVALLON, Pierre (1985). *A Crise do Estado Providência*. Lisboa: Editorial Inquérito.

SARACENO, C. (1992) *Sociologia da Família*. Lisboa: Ed. Estampa.

SARACENO, C. e Naldini, Manuela (2003). *Sociologia da Família*. Lisboa: Ed. Estampa.

SEGALEN, M. (1999) *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar

SHORTER, E. (1995) *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar.

SILVA, Aurora (1999). *Papel do género e práticas familiares*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

SINGLY, F. (2000) *O Eu, o Casal e a Família*. Lisboa: Publicações D. Quixote

TORRES, Anália C. (1996). *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*. Oeiras: Celta Ed.

_____ (2001) *Sociologia do Casamento*. Oeiras: Celta Ed.

2. Artigos, Separatas, Revistas.

ALMEIDA, Maria Joana (1963). *A mocidade portuguesa feminina e o ideário da rapariga portuguesa*. Lisboa.

BARREIRA, Cecília (1994). “Os estilos de vida e convívio quotidiano”; in: *Portugal – 20 anos de Democracia*; Lisboa: Ed. Estampa.

DELGADO, P.(2003). “O divórcio em Portugal – 1975/2000”, in: *Vértice*, nº 110, Março /Abril.

DIAS, Isabel (1994). “Família e Discurso Político: algumas pistas em análise”, in: *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Vol. IV.

DINIZ, M^a Clementina (1994). “O amor e a sexualidade”; in: *Portugal – 20 anos de Democracia*; Lisboa: Ed. Estampa.

FERREIRA, Medeiros (1993). “A evolução da sociedade portuguesa”; in: *História de Portugal*, Lisboa: Ed. Estampa – vol. VIII.

FERREIRA, Pedro Moura (2003). “Tendências e modalidades da conjugalidade”; in: *Sociologia – problemas e práticas*, nº 43.

GAMEIRO, J.(1990) “Uma nova visão da Família e do casamento”, in: *Portugal Contemporâneo*, direcção de António Reis. Lisboa: Ed. Alfa.

HORSTER, Heinrich (2001). “Há necessidade de legislar em matéria de união de facto?”, in: *Direito de família e Política social*. Porto: Pub. Universidade Católica.

LOBO, Cristina (1995). “Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar”; in: *Sociologia - problemas e práticas*, nº18.

LOBO, Cristina; CONCEIÇÃO, Cristina (2003). “O Recasamento em Portugal”, in: *Sociologia - problemas e práticas*, nº42.

PORTUGAL, Sílvia (2000). “Retórica e Acção governativa na área das políticas de família desde 1974”, in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 56 – Fevereiro.

_____ (2001). “Família e Política Social em Portugal”, in: *Direito de família e Política social*. Porto: Pub. Universidade Católica.

_____ (2002). “Algumas questões sobre políticas de família”, in: *Sexualidade e Planeamento Familiar*, nº 35, Setembro/Dezembro.

SOTTOMAYOR, Maria Clara (2001). “Exercício do poder paternal, nos casos de divórcio”, In: *Direito de família e Política social*. Porto: Pub. Universidade Católica.

TORRES, Anália C. (1987). “Mulheres, Divórcio e Mudança Social”, in: *Sociologia - problemas e práticas*, nº2.

VASCONCELOS, Pedro (2003). “Famílias complexas: tendências de evolução”; in: *Sociologia - problemas e práticas*, nº 43.

WALL, Karin; ABOIM, Sofia (2003). “Perfis regionais de mudança familiar”; in: *Sociologia - problemas e práticas*, nº 43.

WALL, Karin; LOBO, Ana Cristina (1999). “Famílias Monoparentais em Portugal”; in: *Sociologia - problemas e práticas*; vol. XXXIV.

WALL, Karin (2003). “Famílias Monoparentais”; in: *Sociologia - problemas e práticas*, nº 43.

WALL, Karin (1995). “Apontamentos sobre a família na política social portuguesa”, in: *Sociologia - problemas e práticas*; vol. XXX.

WEIL, M. (1977) *Divórcio – Liberalismo ou Liberdade?* Lisboa: Arcádia.

3. Publicações Colectivas, Enciclopédias, Obras Gerais, Dicionários.

Dicionário de História de Portugal (1985), direcção de Joel Serrão, Vol. IV. Porto: Liv. Figueirinhas.

História de Portugal (1993) - direcção de João Medina, Vol. XIV. Lisboa: Ediclube.

História de Portugal (1993) - direcção de José Mattoso, Vol. VIII, (coordenado por J. Medeiros Ferreira) Lisboa: Círculo de Leitores.

Portugal – 20 anos de Democracia (1993) - direcção de José Mattoso, Vol. VIII, (coordenado por António Reis) Lisboa: Círculo de Leitores.

4. Legislação; Constituições; Código Civil.

Anuário Demográfico (Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal), volumes referentes aos anos de 1970 a 2005. Lisboa: I.N.C.M.

Diário do Governo – Lisboa: I. N. C. M. - números referentes às seguintes datas:

N.º 122, de 27 de Maio de 1975 – I série.

N.º 8, de 10 de Janeiro de 1976 – I série.

N.º 166, de 17 de Julho de 1976 – I série.

N.º 172, de 24 de Julho de 1976 – I série.

N.º 273, de 25 de Novembro de 1977 – I série.

Diário da República – Lei nº 4/84, de 5 de Abril.

– Decreto – Lei nº 333/95 de 23 de Dezembro.

– Lei nº 47/98, de 10 de Agosto.

– Decreto – Lei nº 131/95 de 6 de Junho.

– Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2004 de 13 de Abril /2004

Constituição da República Portuguesa. (1976) Lisboa: INCM.

Constituição da República Portuguesa. (1989). Lisboa: INCM. – 2ª Revisão.

Constituição da República Portuguesa. (1997) Lisboa: INCM. – 4ª Revisão.

Constituição da República Portuguesa. (2005) Lisboa: INCM. – 7ª Revisão.

Código Civil. (1967). Lisboa: INCM.

Código Civil. (2007). Coimbra: Almedina.

5. Imprensa

O Sindicalista, nº 4, 4 de Dezembro de 1910. Anno I, pp. 1. Artigo: “Quem tem ganho?”.

República, 18 de Maio de 1974, pp. 2 col.5/6. Artigo: “Concordata e Divórcio – tema para debate no Pavilhão dos Desportos”.

_____, 19 de Junho de 1974, pp. 2, col.3-5. Artigo: “O Divórcio”.

_____, 22 de Junho de 1974 – pp.20 col.1-5. Artigo: “Legalizar a situação de milhares de famílias”.

Diário de Lisboa, 17 de Junho de 1974, pp. 16, col.1-6. Artigo: “ Casamento e Divórcio”.

_____, 19 de Junho de 1974, pp. 20, col.3-5. Artigo: “Milhares de católicos reclamam o divórcio”.

_____, 22 de Junho de 1974, pp. 20, col.3-6. Artigo: “Onde está a imoralidade do divórcio”.

Opção, nº75, 29 de Setembro a 5 Outubro de 1977. Ano I. Artigo: “Tempos Modernos - que querem os adolescentes?”

O Público, 3 de Maio de 2007 – pp. 21, col.1-3. Artigo: “ B.E. quer que o divórcio seja possível porque o amor acabou...”

Público – 19 de Fevereiro de 2008 – pp. 10, col. 1-4. Artigo: “Famílias numerosas querem fim do casamento religioso”.

Diário de Notícias de 21 de Março de 2008, pp. 16, col. 1-4. Artigo: “PS vai diminuir prazos para divórcio litigioso”.

Diário de Notícias, de 28 de Março de 2008 – pp. 6/7, col. 1-4. Artigo: “Divórcio abre guerra entre Igreja e PS”.

Diário de Notícias, 3 de Abril de 2008, pp. 4, col. 2-4. Artigo: “O que dizem e pensam alguns padres da propostas do PS sobre o divórcio”.

Público, 14 de Abril de 2008, pp. 6, col. 1-2. Artigo: “ Há cada vez mais divorciados e viúvos a casarem-se pela segunda vez em Portugal”.

TERCEIRA PARTE – referências bibliográficas dos pontos 1 – 8

1. Monografias, Estudos, Dissertações Académicas.

ABOIM, Sofia (2006). *Conjugalidades em Mudança*. Lisboa: ICS.

BARDIN, L.(1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BIKLEN, Sari; BOGDAN, Robert (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

GHIGLIONE, R. ; MATALON, B. (2001). *O Inquérito*. Oeiras: Celta Editores.

-
- HÉBERT, M. L; GOYETTE, G; BOUTIN, G. (1994). *Investigação Qualitativa – fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEITE, Sofia (2000). *União de Facto em Portugal*. Lisboa: ISCTE.
- Lobo, Cristina (1994). *Processos de recomposição familiar – estratégias e trajectórias nas famílias recompostas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- LIMA, M. Pires de (2000). *Inquérito Sociológico – problemas de metodologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- PAIS, José Machado (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: JNICT.
- PINTO, José Madureira; Silva, Augusto Santos (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- PINTO, H. A.; Pereira, M.G. (2005). *Separação e Divórcio: um olhar feminino*. Coimbra: Quarteto.
- QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L.(1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RELVAS, A. P. ; ALARCÃO, M. (2007). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.
- RIBEIRO, José Luís Pais (2008). *Metodologia de Investigação em psicologia e saúde*. Porto: Légis Editora.
- ROEGIERS, Xavier; KETELÉ, Jean Marie (1999). *Metodologia de Recolha de Dados*. Lisboa: Inst. Piaget.
- TORRES, Anália C. (2001). *Sociologia do casamento – a família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editores
- _____ (2000) *Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade – assimetrias sociais e de género no casamento*. Lisboa: ISCTE.
- _____ (1996). *Divórcio em Portugal*. Oeiras: Celta Editores
- WALL, Karin (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa: ICS.

2.Artigos/Separatas/Revistas

- ABOIM, Sofia; FERREIRA, Pedro Moura (2002). “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, in: *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 163.

FERREIRA, Pedro Moura (2003). “Tendências e modalidades de conjugalidade”, in: *Sociologia – problemas e práticas*. Lisboa – nº 43.

HENRIQUES, A.; NEVES, C.; PESQUITA, I. (1995). Estudos correlacionais e estudos causal-comparativos. Lisboa: DEFCUL.

LOBO, Cristina (1995). “Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar”, in: *Sociologia – problemas e práticas*. Lisboa – nº 18.

WALL, Karin; ABOIM, Sofia (2002). “Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos”, in: *Análise Social*. Lisboa – volume XXXVII, nº 163.

TERCEIRA PARTE – referências bibliográficas do Ponto 9

1. Monografias, Estudos, Dissertações Académicas.

AAVV. (1995). *Portugal hoje*. Lisboa: I.N.A.

AAVV. (2002). *Familles – permanences et métamorphoses*. Paris: P.U.F.

ABOIM, Sofia (2006). *Conjugalidades em Mudança*. Lisboa: ICS.

ALMEIDA, Ana N. (2004). *Fecundidade e Contracepção*. Lisboa: ICS.

AMARO, F. 2006:101). *Introdução à Sociologia da Família*. Lisboa: ISCSP

BANDEIRA, M. Leston (1996). *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM

CICCHELLI, Vincenzo (1998). *Les théories sociologiques de la famille*. Paris: Éditions La Decouverte.

COSTA, Firmino; VIEGAS, J.M. – organizadores (1998). *Portugal – que Modernidade?* Oeiras: Celta.

GAMEIRO, J. (2004). *Nem contigo, nem sem ti*. Lisboa: Terramar.

KAUFMANN, Jean-Claude (2002). *O Labirinto Conjugal – o casal e o seu guarda-roupa*. Lisboa: Editorial Notícias

GIDDENS, A. (2000). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KAUFMANN, Jean-Claude (2000). *A mulher só e o príncipe encantado*. Lisboa: Editorial Notícias.

KELLERHALS; J. [et alt.] (1989). *Microsociologia da Família*. Lisboa: Publicações Europa/América.

-
- LEANDRO, M. E. (2001). *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEITE, Sofia A. (2002). *União de Facto em Portugal – indicadores, práticas e representações sociais*. Lisboa: ISCTE.
- LE GALL, Didier; MARTIN, Claude (1996). *Familles et Politiques Sociales*. Paris: L'Harmattan.
- LOBO, Ana Cristina (1994). *Processos de recomposição familiar: estratégias e trajetórias nas famílias recompostas*. Lisboa: U.T.L.
- OLIVEIRA, José H. Barros de (2002). *Psicologia da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PEREIRA, M. G.; PINTO, H.A. (2005). *Separação e Divórcio: um olhar feminino*. Coimbra: Quarteto.
- PEREIRA DE LIMA, Filipa (1997). *Sim ou não, eis a questão – a escolha amorosa*. Évora: Universidade Évora.
- POUSSIN, Gérard; Lamy, Anne (2004). *Réussir la garde alternée*. Paris: Albin Michel.
- RELVAS, A.P. ; ALARCÃO, M. (2007). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.
- SEGALEN; M. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar.
- SINGLY; F. (2000). *O Eu, o Casal e a Família*. Lisboa: Pub. D. Quixote.
- _____ (1993). *Sociologie de la Famille Contemporaine*. Paris: Nathan.
- SULLEROT, E. (1999). *A Família – da crise à necessidade*. Lisboa: Edições Piaget.
- _____ (1993). *Que pais? Que filhos?* Lisboa: Relógio D'Água.
- THÉRY, Irène (1998). *Couple, Filiation et Parenté Aujourd'hui*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- _____ (2001). *Le Démariage*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- TORRES, Anália C. (2001). *Sociologia do Casamento – a família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editores.
- _____ (2000). *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade*. Lisboa: ISCTE.
- _____ (1996). *Divórcio em Portugal – ditos e interditos*. Oeiras: Celta Editores.
- VALA, Jorge (1986). *Representações sociais dos jovens: valores, identidade e imagens da sociedade portuguesa*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- VARELA, Maria Catarina P. (2006). *Filhos de pais separados: trajetórias, dinâmicas Sociais e contextos sociais*. Lisboa
-

VILLENEUVE-GOKALP, Catherine; LERIDON, Henri (1994). *Constance et Inconstances de la Famille*. Paris: P.U.F.

WALL, Karin – organização (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa: ICS

2.Artigos/Separatas/Revistas

ALMEIDA, Ana Nunes [et alt.] (1998). “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”, in: *Portugal – que Modernidade?* Oeiras: Celta.

A.P.F.N. (2009). “Família - semente do futuro”. Caderno APFN nº 15. Lisboa: A.P.F.N.

LOBO, Cristina; Conceição, Cristina (2003). “O Recasamento em Portugal”, in: *Sociologia - problemas e práticas*. Lisboa - nº42.

FERREIRA, Pedro Moura; ABOIM, Sofia (2002). “Modernidade, Laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, in: *Análise Social*. Lisboa: ICS – nº 163.

VASCONCELOS, P.(1998). “Vida Familiar”, in: *Geração e Valores na Sociedade Contemporânea Portuguesa* (coordenação de Pais, J.M.). Lisboa: ICS

3. Legislação; Constituições; Código Civil.

Constituição da República Portuguesa. (2005) Lisboa: INCM. – 7ª Revisão.

Código Civil (2007). Coimbra: Almedina

Lei nº 61/2008, de 31 de Outubro (Nova Lei de Divórcio)

Diário da República:

(Lei 4/2007 de 16 de Janeiro),

(Decreto-Lei nº 176/2003, de 2 de Agosto),

(Lei 31/2003, de 23 Agosto)

(Decreto-Lei nº 84/2003, de 24 de Abril).

(Decreto-Lei nº 84/2003, de 24 de Abril)

(Decreto-Lei nº 28/2004, de 4 de Fevereiro)

(Decreto-Lei nº 236/2006 de 11 de Dezembro)

(Decreto-Lei nº 308 A/2007, de 5 de Setembro)

(Decreto-Lei nº 42/2006, de 23 de Fevereiro)

(Lei nº 31/2003, de 23 Agosto).

(Lei nº 59/99 de 30 de Junho)

(Lei nº 6 e 7/2001 de 11 de Maio),

(Decreto-Lei nº 166/91 e Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro).

(Lei nº 59/99 de 30 de Junho),

(Lei nº 6 e 7/2001, de 11 de Março),

(Decreto-Lei nº 77/2005 de 30 de Junho).

4. Imprensa

Diário de Notícias, 4 de Novembro de 2004 – pp.22, col. 1-5. Artigo: “Estruturas desadequadas para 1,7 milhões de idosos”.

O Público, 13 de Janeiro de 2006 – pp. 8, col.1-5. Artigo: “A importância da bofetada”.

O Público, 20 de Agosto de 2006 – pp. 3-5, col.1-5. Artigo: “Casados, mas não com a tradição”.

Diário de Notícias, 14 de Fevereiro de 2008 – pp.14, col. 1-3. Artigo: “Empregada ‘resolve’ as desigualdades em casa”.

O Público, 21 de Agosto de 2008 – pp. 5, col.1-5. Artigo: “Cavaco trava nova lei do Divórcio”.

Diário de Notícias, 25 de Novembro de 2008 – pp. 33, col. 1-3. Artigo: Divorciados vão pagar mais IRS”.

Diário de Notícias, 22 de Janeiro de 2009 – pp. 19, col.1-2. Artigo: “Juizes alertam para perigo da guarda partilhada”.

O Público, 19 de Fevereiro de 2009 – pp. 17, col.1-3. Artigo: “ Socialistas vão alterar lei das uniões de facto”.

Diário de Notícias, 21 de Abril de 2009 – pp. 14, col.1-3. Artigo: “ Bispos atacam em defesa da Família”.

Diário de Notícias, 13 de Julho de 2009 – 34, col. 2-4. Artigo: “Em políticas de natalidade, Portugal está a dormir”.

Expresso, 1 de Agosto de 2009 – pp. 20/22. Artigo: “Família”.

5. Programas Informáticos

Microsoft Office Excel 2007

Microsoft Office Word 2007

ANEXO I

QUADROS ESTATÍSTICOS SOBRE CASAMENTO E DIVÓRCIO NO PAÍS

Casamentos celebrados em Portugal (Continente) e Regime de Bens

ANOS	Total de casamentos	Civil	Católicos	Comunhão de Adquiridos	Separação de Bens	Comunhão Geral de bens
1975/1979	422.124	98.359 (23,3%)	323.765 (76,7%)	357.935 (84,8%)	29.712 (7,0%)	34.477 (8,2%)

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1980 – 1989*. Lisboa: INE.).

ANOS	Total de casamentos	Civil	Católicos	Comunhão de Adquiridos	Separação de Bens	Comunhão Geral de bens
1980/1984	345.338	86.355	258.983	303.099	12.578	30.601
1985/1989	334.664	87.787	246.877	303.540	12.485	22.455
TOTAIS (1980/1989)	680.002	174.142 (25,6%)	505.860 (74,4%)	606.639 (89,2%)	25.083 (3,7%)	53.056 (7,1%)

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1980 – 1989*. Lisboa: INE.).

ANOS	Total de casamentos	Civil	Católicos	Comunhão de Adquiridos	Separação de Bens	Comunhão Geral de bens
1990/1994	329.056	90.803	238.253	298.643	13.141	17.272
1995/1999	312.411	97.647	214.764	276.796	15.054	20.561
TOTAIS (1990/1999)	641.467	188.450 (29,5%)	452.017 (70,5%)	575.439 (89,7%)	28.195 (4,4%)	37.833 (5,9%)

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1990 – 1999*. Lisboa: INE.).

Casamentos celebrados em Portugal (Continente) e Regime de Bens

ANOS	Total de casamentos	Civil	Católicos	Comunhão de Adquiridos	Separação de Bens	Comunhão Geral de bens
2000/2004	265.458	97.657	167.801	232.189	17.633	15.636
2005/2007	142.757	69.074	73.683	42.832*	3.835*	2.004*
TOTAIS (2000/2007)	408.215	166.731= 40,84%	241.484= 59,16%	274.021= 87,5%	21.468 = 6,8%	17.640 = 5,7%

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 2000 – 2005*. Lisboa: INE.).

* Dado referente apenas a 2005.

Casamentos Realizados e Forma de Celebração (Continente e Ilhas)

ANOS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
1980- 1984	Solteiros	273.250	58.277	214.973	Solteiras	349.439	79.988	269.451
	Viúvos	9.325	4.184	5.141	Viúvas	6.501	3.503	2.998
	Divorciados	18.207	16.793	1.414	Divorciadas	10.959	10.381	578

ANOS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
1985- 1989	Solteiros	323.439	72.305	206.134	Solteiras	334.748	80.340	254.408
	Viúvos	9.607	4.793	4.814	Viúvas	5.494	3.161	2.333
	Divorciados	20.635	19.115	1.520	Divorciadas	13.439	12.712	727

TOTAIS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
1980- 1989	Solteiros	596.689	130.582	421.107	Solteiras	684.187	160.328	523.859
	Viúvos	18.932	8.977	9.955	Viúvas	11.995	6.664	5.331
	Divorciados	38.842	35.908	2.934	Divorciadas	24.398	23.093	1.305

ANOS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
1990- 1994	Solteiros	317.967	75.667	242.300	Solteiras	327.847	83.026	244.821
	Viúvos	7.604	4.283	3.321	Viúvas	4.231	2.624	1.607
	Divorciados	20.245	20.245	1.712	Divorciadas	15.450	14.545	905

ANOS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
1995- 1999	Solteiros	299.637	81.151	218.486	Solteiras	307.907	87.620	220.287
	Viúvos	5.684	3.650	2.034	Viúvas	3.297	2.290	1.007
	Divorciados	25.205	23.400	1.805	Divorciadas	19.322	18.691	631

TOTAIS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
1990- 1999	Solteiros	617.604	156.818	460.786	Solteiras	635.754	170.646	465.108
	Viúvos	13.288	7.933	5.355	Viúvas	7.528	4.914	2.614
	Divorciados	45.450	43.645	3.517	Divorciadas	34.772	33.236	1.536

ANOS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
2000- 2004	Solteiros	249.632	79.228	170.404	Solteiras	256.448	84.990	171.458
	Viúvos	4.238	3.093	1.145	Viúvas	2.649	1.974	675
	Divorciados	27.642	5.917	1.725	Divorciadas	22.415	21.274	1.141

ANOS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
2005*	Solteiros	41.868	15.526	26.342	Solteiras	43.024	16.519	26.505
	Viúvos	722	562	160	Viúvas	446	345	101
	Divorciados	6.081	5.774	307	Divorciadas	5.201	4.998	203

TOTAIS	Estado Civil: Homens	Total	Civil	Católico	Estado Civil: Mulheres	Total	Civil	Católico
2000- 2005	Solteiros	291.500	94.754	196.746	Solteiras	299.472	105.509	197.963
	Viúvos	4.960	3.655	1.305	Viúvas	3.095	2.319	776
	Divorciados	33.723	11.691	2.032	Divorciadas	27.616	26.272	1.344

* Único ano apurado.

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1990 – 2005*. Lisboa: INE.).

**CASAMENTOS CELEBRADOS SEGUNDO A IDADE E FORMA DE CELEBRAÇÃO
1990-1994(Continente e Ilhas)**

IDADES	TOTAL HOMENS	CIVIL	CATÓLICO	TOTAL MULHERES	CIVIL	CATÓLICO
17-19 Anos	13.954	4.415	9.539	55.703	14.358	41.345
20-24 Anos	132.995	27.015	105.980	152.520	29.753	122.767
25-29 Anos	122.080	25.901	96.179	81.745	21.384	60.361
30-34 Anos	38.518	14.287	24.231	24.024	11.960	12.064

**CASAMENTOS CELEBRADOS SEGUNDO A IDADE E FORMA DE CELEBRAÇÃO
1995-1999(Continente e Ilhas)**

IDADES	TOTAL HOMENS	CIVIL	CATÓLICO	TOTAL MULHERES	CIVIL	CATÓLICO
17-19 Anos	9.390	3.951	5.439	39.166	13.293	25.873
20-24 Anos	108.025	27.684	80.341	132.640	31.402	101.238
25-29 Anos	123.822	27.699	96.123	95.346	24.061	71.285
30-34 Anos	45.453	16.389	29.064	29.254	13.801	15.453

TOTAIS (1990-1999)	TOTAL HOMENS	CIVIL	CATÓLICO	TOTAL MULHERES	CIVIL	CATÓLICO
17-19 Anos	23.344	8.366	14.978	94.869	27.651	67.218
20-24 Anos	241.020	54.699	186.321	285.100	61.155	224.005
25-29 Anos	245.902	53.600	192.302	177.091	45.445	131.646
30-34 Anos	83.971	30.676	53.295	53.278	25.761	27.517

**CASAMENTOS CELEBRADOS SEGUNDO A IDADE E FORMA DE CELEBRAÇÃO
2000-2004(Continente e Ilhas)**

IDADES	TOTAL HOMENS	CIVIL	CATÓLICO	TOTAL MULHERES	CIVIL	CATÓLICO
17-19 Anos	4.588	2.215	2.373	22.738	10.162	12.576
20-24 Anos	67.706	22.274	45.432	90.023	26.453	63.570
25-29 Anos	114.007	29.830	84.177	99.784	27.773	72.011
30-34 Anos	49.186	18.631	30.555	34.363	16.237	18.126

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1990 – 2005*. Lisboa: INE.).

CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO, SEGUNDO A DURAÇÃO E CAUSAS: 1990 – 1999 (Continente e Ilhas).

ANOS	Duração do Casamento	Mútuo Consent.	Art. 1779	Artigo 1781- Alínea a)	Alínea b)	Alínea c)	Conversão Da Sep. Em Div.	Dois ou mais Fund.
1990 / 1999	– de 1 ano	14	56	-	-	-	-	1
	1-4 anos	13.987	4.293	26	17	-	5	3
	5-9 anos	28.082	4.182	747	83	3	21	67
	10-14 anos	20.459	4.119	1.338	76	18	22	132
	15-19 anos	15.855	3.584	1.233	91	15	36	121
	20 -24anos	10.900	2.546	1.035	47	7	25	91
	25 ou mais	11.746	3.353	1.920	109	13	112	224
TOTAIS		101.043	22.133	6.299	423	56	221	639

(Cálculos baseados nos dados extraídos dos *Anuários Demográficos – estatísticas do movimento fisiológico da população de Portugal: 1990 – 1999*. Lisboa: INE.).

ANEXO II –

QUADROS GERAIS RELATIVOS AOS SUJEITOS INQUIRIDOS

QUADRO nº 1 A – Naturalidade dos elementos do Casal

Modelos Familiares	Casais nascidos no mesmo Concelho	Casais nascidos em Concelhos diferentes, mas próximos	Casais nascidos noutra Concelho, mas da área metropolitana de Lisboa	Casais nascidos em Concelhos diferentes	Outras Situações (nascidos no estrangeiro)
Famílias em União de Facto	3 casais	8 casais	0 casais	3 casais	6 casais
Famílias em União de Facto, após o divórcio	6 casais	7 casais	2 casais	4 casais	1 casais
Famílias em recomposição – 2º casamento	3 casais	2 casais	4 casais	7 casais	4 casais
Famílias com casamento civil ou religioso	7 casais	2 casais	2 casais	5 casais	4 casais
Total	19 casais	19 casais	8 casais	19 casais	15 casais
Percentagem	57,5%			23,75%	18,75%

QUADRO nº 2 A – Local do encontro amoroso

LOCAL DO ENCONTRO	FREQUÊNCIA					TOTAL
	Mono-parentais	União Facto	União Facto após Div.	Recomposição Familiar (2º casamento)	Casados	
Faculdade/Escola	8	9	9	5	5	36
Entre Amigos	2	3	4	9	8	26
Praia/Férias/Lazer/Festas	8	5	4	3	4	24
Local de Trabalho	2	3	3	3	3	14
TOTAL	20	20	20	20	20	100

QUADRO nº 2 B – Profissões e Escolaridade dos Inquiridos

Família Monoparental (masculino)					
Inquiridos	1-Professor	2-Motorista	3-Retalhista comercial	4-Fiel de Armazém	5-Técnico da PT
	Licenciatura e Mestrado	Ensino Básico - 3º ciclo	Ensino secundário	3º Ciclo	Ensino Secundário
Ex-Cônjuge	Licenciatura	Ensino Secundário	Ensino Secundário	3º Ciclo	Ensino Secundário
	Professora	Design gráfica	Bancária	Empregada de balcão	Dona de casa
Família Monoparental (feminino)					
Inquiridas	1-Auxiliar Acção Educativa	2-Designer Gráfica	3-Professora Universitária	4-Funcionária Pública	5-Funcionária Pública
	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Licenciatura/Doutoramento	Ensino Secundário	Ensino Secundário
Ex-Cônjuge	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Licenciatura	Ensino secundário	Ensino Básico - 3º Ciclo
	Pedreiro	Distribuidor/Vendedor	Director de Seguros	Industrial	Mecânico
União de Facto(masculino)					
Inquirido	1-Professor	2-Informático	3-Agente Comercial	4-Designer Gráfico	5-Funcionário Público
	Mestrado	Lic. (incompleta.)	3º Ciclo	Lic. (incompleta)	Ensino Secundário
Companheira	Licenciatura	Não indica	Ensino Secundário	Licenciatura	Licenciatura
União de Facto(feminino)					
Inquirida	1-Directora de Serviços	2-Cabeleireira	3-Funcionária Pública	4-Assistente Administrativa	5-Engenheira
	Licenciatura	3º Ciclo	Lic (Incompleta.)	3º Ciclo	Doutoramento
Companheiro	Licenciado	Ensino Secundário	3º Ciclo	3º Ciclo	Mestrado
União de Facto, após um divórcio(masculino)					
Inquirido	Professor	Funcionário Público	Técnico de Informática	Camionista	Funcionário público
	Mestrado	Licenciatura	Curso Médio	1º Ciclo	3º Ciclo
Ex-Cônjuge	Licenciatura	Licenciatura	3º ciclo	1º Ciclo	3º Ciclo
	Professora	Arquitecta	Empregada Balcão	Empregada Limpezas	Empregada Escritório
Actual Cônjuge	Licenciatura	Licenciatura	Ensino Secundário	1º ciclo	2º Ciclo
União de Facto, após um divórcio(feminino)					
Inquirida	1-Professora	2-Socióloga	3-Chefe de Serviços	Escriturária	Bibliotecária

	Licenciatura	Mestrado	2º Ciclo	Ensino Secundário	Mestrado
Ex-Cônjuge	Licenciatura	Ensino Secundário	1º Ciclo	3º Ciclo	Mestrado
	Professor	Empregado Escritório	Operador de Lota	Funcionário Público	Prof. Universitário
Actual cônjuge	Mestrado	Ensino Secundário	1º Ciclo	1º Ciclo	Doutorado
Recomposição familiar - 2º Casamento(masculino)					
Inquirido	1-Gestor	2-Professor	3-Técnico de Electrónica	4-Construtor Civil	5-1-Gestor
	Licenciatura	Licenciatura	3º Ciclo	2º Ciclo	Ensino Secundário
Ex-Cônjuge	2º Ciclo	Licenciatura	3º ciclo	2º Ciclo	2º ciclo
	Modista	Professora	Encarregada de Fábrica	Dona de casa	Operária
Actual Cônjuge	Licenciatura	Licenciatura	Ensino Secundário	2º ciclo	2º Ciclo
Recomposição familiar - 2º Casamento (feminino)					
Inquirida	1-Empregada de Limpeza	2-Professora	3-Administrativa	4-Formadora	5-Gestão de Património
	3º Ciclo	Licenciatura	Ensino Secundário	Lic (incompleta)	Licenciatura
Ex-Cônjuge	3º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	1º Ciclo	Ensino Secundário
	Operário Indústria Automóvel	Empresário	Funcionário público	Pedreiro	Marinha Mercante
Actual Cônjuge	3º Ciclo	Licenciatura	3º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário
Casados (Civil/Religiosamente - masculino)					
Inquirido	1-Funcionário Público	2-Pedreiro	3-Engenheiro	4-Director Geral	5-Director de Serviços Administrativos
	Ensino Secundário	3º Ciclo	Mestrado	Licenciatura	Lic. (Incompleta)
Cônjuge	Licenciatura	3º Ciclo.	Mestre	Licenciatura	3ºCiclo
Casados (Civil/Religiosamente – feminino)					
Inquirida	1-Recepcionista	2-Secretária	3-Auxiliar Educação Infantil	4-Funcionária pública	5-Bancária
	3º Ciclo	Ensino Secundário	3º Ciclo	Licenciatura	Ensino Secundário
Cônjuge	Ensino secundário	3º Ciclo.	3º Ciclo	Licenciatura	Licenciatura

Família Monoparental (masculino)					
Inquirido	6-Arquitecto	7- Técnico de Informática	8- Professor	9 - Comerciante	10-Administrador Empresa
	Licenciatura	Ensino secundário	Licenciatura	2º Ciclo	Mestrado
Ex-Cônjuge	Licenciatura	Ensino Secundário	Licenciatura	2º Ciclo	Licenciatura
	Arquitecta	Empregada Escritório	Professora	Cozinheira	Técnica Administrativa
Família Monoparental (feminino)					
Inquirida	6-Professora	7-Assistente Comercial	8-Assistente Comercial	9-Emp. Bancária	10-Professora
	Licenciatura	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Licenciatura
Ex-Cônjuge	Licenciatura	3º Ciclo	1º Ciclo	Ensino Secundário	3º Ciclo
	Capitão GNR	Técnico de Instalações.	Camionista	Restaurador de Mobiliário	Profissional de Seguros
União de Facto (masculino)					
Inquirido	6-Funcionário Público	7-Agente Comercial	8-Técnico Telecomunicações	9-Electricista	10-Agente GNR
	Mestrado	3º Ciclo	Ensino Secundário	3º Ciclo	Ensino Secundário
Companheira	Licenciatura.	3º Ciclo	Ensino Secundário	3º Ciclo	Ensino Secundário
União de Facto (feminino)					
Inquirida	6-Paginadora	7-Empregada de escritório	8-Engenheira	9-Técnica Administrativa	10-Caixa de Supermercado
	Ensino Secundário	3º Ciclo	Licenciatura	Ensino Secundário	3º Ciclo
Companheiro	Ensino Secundário	3º Ciclo	Licenciado	3º Ciclo	3º Ciclo
União de Facto, após um divórcio (masculino)					
Inquirido	7-Gestor	7-Operário Especializado	8-Construtor Civil	9-Mediador Imobiliário	10-Empregado Mesa
	Licenciatura	Ensino Secundário	1º Ciclo	Ensino Secundário	2º Ciclo
Ex-Cônjuge	Licenciatura	3º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	2º Ciclo
	Contabilista	Empregada Escritório	Dona de Casa	Empregada Conservatória	Empregada de Bar
Actual Cônjuge	Licenciatura	Licenciatura	Não sabe/Não Responde	Ensino Secundário	Ensino Secundário
União de Facto, após um divórcio (feminino)					
Inquirida	6-Professora	7-Dona de Casa	8-Agente Imobiliária	9-Empregada Limpeza	10-Fisioterapeuta

	Licenciatura	2º Ciclo	Ensino Secundário	1º Ciclo	Ensino Secundário
Ex-Cônjuge	Licenciatura	1º Ciclo	Licenciatura (Inc)	2º Ciclo	Licenciatura
	Gestor	Mecânico	Massagista	Operário fabril	Analista Químico
Actual cônjuge	Licenciatura	2º Ciclo	Licenciatura	2º Ciclo	2º Ciclo
Recomposição familiar - 2º Casamento (masculino)					
Inquirido	6-Operário Indústria Automóvel	7-Pintor Construção Civil	8-Empresário	9-Motorista	10-Operário Construção Civil.
	Ensino Secundário	2º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	1º Ciclo
Ex-Cônjuge	2º Ciclo	2º Ciclo	2º Ciclo	Ensino Secundário	2º Ciclo
	Emp. ^a Balcão	Empregada Balcão	Dona de Casa	Emp. ^o Escritório	Emp. ^a Limpeza
Actual Cônjuge	Ensino Secundário	3º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	3º Ciclo
Recomposição familiar - 2º Casamento (feminino)					
Inquirida	6-Funcionária Pública	7-Técnica Administrativa	8-Empregada de Limpezas	9-Empregada de Escritório	10-Professora
	Ensino Secundário	3º Ciclo	2º Ciclo	Ensino Secundário	Licenciatura
Ex-Cônjuge	Ensino Secundário	3º Ciclo	2º Ciclo	Ensino Secundário	Licenciatura
	Funcionário público	Industrial	Taxista	Emp. ^a Escritório	Engenheiro
Actual Cônjuge	Licenciatura	Licenciatura	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Licenciatura
CASADOS (Civil/Religiosamente – masculino)					
Inquirido	6-Monitor de Hotelaria	7-Técnico Telecomunicações	8-Gestor	9-Professor	10-Pasteleiro
	3º Ciclo	Ensino Secundário	Licenciatura	Bacharelato	Ensino Secundário
Cônjuge	3º Ciclo	Ensino Secundário	Licenciatura	Licenciatura	Ensino Secundário
CASADOS (Civil/Religiosamente – feminino)					
Inquirida	6-Técnica Superior de Administração Pública	7-Professora	8-Dona de Casa	9-Professora	10-Secretária
	Licenciatura	Licenciatura	2º Ciclo	Licenciatura	Ensino Secundário
Cônjuge	2º Ciclo	Licenciatura	3º Ciclo	Licenciatura	2º Ciclo

QUADRO nº 3 A – Grau de escolaridade do inquirido e do seu cônjuge

Modalidade Familiar	Monoparentais					União Facto					
Inquiridos Masculinos	Ensino Superior	Ensino Secund.	2º, Ciclo	3º Ciclo	---	Ensino Superior	Ensino Secund.	Ensino Secund	3º Ciclo	3º Ciclo	---
Cônjuge	Ensino Superior	Ensino Secund.	2º Ciclo	Ensino Sec.	---	Ensino Superior	Ensino Secund	Ensino Sup.	3º Ciclo	Ensino Sec,	---
Total	4 casais	3 casais	2 casais	1 casal	---	4 casais	2casais	1 casal	2casais	1 casal	---
Inquiridas Femininos	Ensino Superior	Ensino Secund.	Ensino Secund..	Ensino Sec.	Ens. Sup.	Ensino Superior	Ensino Secund.	3º Ciclo	3º Ciclo	Ens. Secund.	Ens. Sup
Cônjuge	Ensino Superior	Ensino Secund.	3º Ciclo	1º ciclo	3º Ciclo	Ensino Superior	Ensino Secund	3º Ciclo	Ens. Sec.	3º Ciclo	3º Ciclo
Total	2 casais	1 casal	4 casais	1 casal	2 casais	3 casais	1 casal	3 casais	1 casal	1 casal	1 casal

Modalidade Familiar	União de Facto após um divórcio						Recomposição Familiar 2º casamento					
Inquiridos Masculinos	Ensino Superior	Ensino Secund.	1º Ciclo	Ensino Sec.	3º Ciclo	2º Ciclo	Ensino Superior	Ensino Secund.	Ensino Secund	2º, Ciclo	1º, 2º Ciclo	3º Ciclo
Cônjuge	Ensino Superior	Ensino Secund.	1º Ciclo	Ensino Sup.	2º Ciclo	E. Sec	Ensino Superior	Ensino Secund	2º Ciclo	2º / 3º Ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.
Total	3 casais	1 casal	2 casais	1 casal	1 casal	1 casal	2 casais	1casais	1 casal	3casais	2 casai	1 casal
Inquiridas Femininos	Ensino Superior	Ensino Secund.	Ensino Secund ..	1º, 2º Ciclo	2º Ciclo	Ens. Sup.	Ensino Superior	Ensino Secund.	Ensino Secund.	Ensino Sup.	3º ciclo	2º, 3º Ciclo
Cônjuge	Ensino Superior	Ensino Sup.	1º,2º Ciclo	1º, 2º ciclo	2º Ciclo	Ens. Sec.	Ensino Superior	Ensino Secund.	Ensino Sup. / 3º Ciclo	3º Ciclo	3º Ciclo	Ensino. Sup./ Ensino Sec.
Total	3 casais	1 casal	2 casais	2 casais	1 casal	1 casal	3 casais	1 casal	2 casais	1 casal	1 casal	2 casais

Modalidade Familiar	Casados – via civil ou religiosa					
Inquiridos Masculinos	Ensino Superior	Ensino Secundário	Ensino Secundário	3º ciclo	Ensino Superior	----
Cônjuge	Ensino Superior	Ensino Secundário	Ensino Superior	3º ciclo	3º Ciclo	----
Total	4 casais	2 casais	1 casal	2 casais	1 casal	----
Inquiridas Femininos	Ensino Superior	Ensino Secundário	Ensino Secundário	3º ciclo	2º ciclo	Ensino Superior
Cônjuge	Ensino Superior	Ensino Superior	2º , 3º Ciclo	3º ciclo	3º ciclo	2º.Ciclo
Total	3 casais	1 casal	3 casais	1 casal	1 casal	1 casal

QUADRO nº 3 B – Grau de Instrução dos Sujeitos Inquiridos

Detentores de 1º, 2º e 3º Ciclo		Detentores de Ensino Secundário		Detentores de Curso Superior	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
18	13	13	18	19	19
TOTAL		TOTAL		TOTAL	
31		31		38	

QUADRO nº 3 C – Grau de Instrução dos Sujeitos Inquiridos, por situação familiar.

Famílias Monoparentais. -detentores de:			Famílias em União de Facto. -detentores de:			Famílias em União de Facto, após o divórcio. -detentores de:			Famílias em recomposição – 2º casamento. -detentores de:			Famílias com casamento civil ou religioso. -detentores de:		
1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.
3	10	7	7	5	8	7	5	8	9	5	6	5	6	9
20 Inquiridos			20 Inquiridos			20 Inquiridos			20 Inquiridos			20 Inquiridos		

QUADRO nº 4 A – Forma de celebração do casamento, segundo a Instrução

Famílias Monoparentais				Famílias em União de Facto			Famílias em União de Facto, após o divórcio			Famílias em recomposição – 2º casamento			Famílias com casamento civil ou religioso		
F o r m a	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º, 2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.

A	-	4	4	0	0	0	0	0	0	4	3	2	2	3	3
B	1	1	-	0	0	0	0	0	0	2	1	1	2	2	1
C	-	1	2	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	-	5
D	1	2	-	0	0	0	0	0	0	2	-	1	-	-	1

A ⇔ Celebração Civil;

B ⇔ Celebração Católica;

C ⇔ Celebração Civil, seguida de cerimónia religiosa Católica;

D ⇔ Celebração Civil, seguida de cerimónia religiosa por outra confissão.

QUADRO nº 4 B – Forma de celebração do casamento, segundo a Instrução: totais absolutos

A = Celebração Civil		B = Celebração Católica		C = Civil, seguida de cerimónia religiosa católica		D = Civil, seguida de cerimónia religiosa por outra confissão.	
. 1º, 2º e 3º Ciclo	6	1º, 2º e 3º Ciclo	5	1º,2º e 3º Ciclo	2	1º,2º e 3º Ciclo	3
. Ensino secundário	10	Ensino secundário	4	Ensino secundário	2	Ensino secundário	2
. Ensino Superior	9	Ensino Superior	2	Ensino Superior	8	Ensino Superior	2
Total = 25		Total = 11		Total = 12		Total = 7	

QUADRO nº 5 A – Regime de Bens Adoptado, segundo a Instrução

Famílias Monoparentais				Famílias em União de Facto			Famílias em União de Facto, após o divórcio			Famílias em recomposição – 2º casamento			Famílias com casamento civil ou religioso		
R	1º,2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º,2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º,2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º,2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.	1º,2º e 3º Ciclo	Ens. Sec.	Ens. Sup.
1	1	4	6	0	0	0	0	0	0	8	5	4	2	4	8
2	1	3	-	0	0	0	0	0	0	1	-	1	3	2	1
3	-	1	-	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-

1 ⇔ Comunhão de Bens Adquiridos; 2 ⇔ Comunhão Geral de Bens ; 3 ⇔ Separação de Bens

QUADRO nº 5 B – Regime de Bens Adoptado, segundo a Instrução: totais absolutos

1 = Comunhão de Bens Adquiridos		2 = Comunhão Geral de Bens		3 = Separação de Bens	
.1º,2º e 3º Ciclo =	11	1º,2º e 3º Ciclo =	5	1º,2º e 3º Ciclo =	0
.Ensino secundário =	13	Ensino secundário =	5	Ensino secundário =	1
.Ensino Superior =	18	Ensino Superior =	2	Ensino Superior =	0
Total = 42		Total = 12		Total = 1	

QUADRO nº 6 A – INICIATIVA DO DIVÓRCIO

Famílias Monoparentais.			Famílias em União de Facto, após o divórcio.			Famílias em recomposição – 2º casamento.		TOTAIS
Iniciativa do Divórcio			Iniciativa do Divórcio			Iniciativa do Divórcio		
Homem	5		Homem	7		Homem	7	19
Mulher	15		Mulher	13		Mulher	13	41
Total	20		Total	20		Total	20	60

QUADRO 7 A – DURAÇÃO DO VÍNCULO CONJUGAL

Famílias Monoparentais.			Famílias em União de Facto, após o divórcio.			Famílias em recomposição – 2º casamento.		TOTAIS
Duração do vínculo conjugal			Duração do vínculo conjugal			Duração do vínculo conjugal		
1-4 anos	1		1-4 anos	4		1-4 anos	6	11
5-9 anos	10		5-9 anos	9		5-9 anos	6	25
10-14 anos	7		10-14 anos	5		10-14 anos	5	17
15-19 anos	2		15-19 anos	2		15-19 anos	2	6
20 ou mais anos.	0		20 ou mais anos.	0		20 ou mais anos.	1	1

QUADRO nº 7 B – Motivos Pessoais para Justificar o Fim da Relação Conjugal: (Inquiridos monoparentais/unipessoais; Recomposição familiar por União de Facto ou por 2ºcasamento).

Opções em Escolha	Homens	Mulheres	Total
<i>Fim do amor na relação conjugal.</i>	20	11	31
<i>Incompatibilidades na personalidade do casal.</i>	13	15	28
<i>Falta de lealdade e de fidelidade na relação conjugal.</i>	8	13	21
<i>Vida profissional de um ou de ambos os cônjuges.</i>	18	2	20
<i>Falta de empenho e de responsabilidade na vida familiar.</i>	7	11	18
<i>Falta de atenção e de carinho na relação.</i>	2	11	13
<i>Alguma imaturidade num ou ambos os cônjuges.</i>	3	6	9
<i>Mudança de comportamento de um cônjuge ao longo da vida conjugal.</i>	0	8	8
<i>Não se sentir feliz no casamento.</i>	1	0	1
<i>Consumo de drogas pelo cônjuge.</i>	0	1	1

QUADRO nº 8 A – Relação com Parentes próximos

RELACIONAMENTO	FREQUÊNCIA					TOTAL
	Mono-parentais	União Facto	União Facto após Divórcio	Recomposição Familiar 2º casamento	Casados	
Sempre nos apoiamos familiarmente, em quaisquer circunstâncias.	11	10	9	9	8	47
Só em momentos de necessidade recorremos a parentes próximos	8	4	5	4	7	28
Bastamo-nos a nós próprios e não recorremos à ajuda de familiares próximos.	1	6	6	7	5	25
TOTAL	20	20	20	20	20	100

QUADRO nº 9 A – Influência no casamento/união de facto da parte dos pais e dos ex-sogros

INFLUÊNCIA NO CASAMENTO/UNIÃO DE FACTO DA PARTE DOS PAIS E DOS EX-SOGROS	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Homens	Mulheres	
Houve tentativas, sobretudo a nível económico.	4	0	4
Não exerceram qualquer influência.	39	38	77
Exerceram alguma influência, sobretudo no cônjuge feminino.	6	0	6
Exerceram alguma influência, sobretudo no cônjuge masculino.	0	6	6
Exerceram alguma influência, sobretudo com o nascimento dos netos.	0	6	6
Exerceram influência, mas a nível positivo	0	1	1

QUADRO nº 9 B – Atribuição da Guarda da Criança

ATRIBUIÇÃO JUDICIAL DA GUARDA DA CRIANÇA	TOTAL	RELACIONAMENTO ENTRE PAI/FILHOS, APÓS UM DIVÓRCIO (Principais locais)	TOTAL
A criança ficou confiada à Mãe, mas existe visita regular do Pai.	32	Visitas a familiares próximos (avós, tios ...)	14
Guarda Conjunta	10	Almoçar/jantar fora	11
Poder Unilateral = (3 casos atribuídos à mãe)	4	Passeios/outras actividades de lazer.	8
Filho já emancipado/maior de idade	1	Idas a cinemas/museus	4
A criança ficou confiada ao Pai, mas existe visita regular da mãe.	1	Espectáculos desportivos	3
Não se Aplica (sem crianças)	12	Ficar em casa com os filhos.	3

QUADRO nº 10 A – Integração dos Enteados

INTEGRAÇÃO DOS ENTEADOS NA NOVA FAMÍLIA	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Recomposição Familiar (Por casais em <i>União de Facto</i> ou através de um 2º casamento)		
	Homens	Mulheres	
Não. Aceitaram bem a nova família assim constituída e damo-nos todos bem.	4	10	14
De início foi difícil, mas com o tempo integraram-se bem neste novo relacionamento familiar.	5	1	6
Sim, os filhos do companheiro ainda manifestam reservas em relação à nova família.	0	1	1
No início foi mais fácil. Agora que estão mais velhos, está tudo complicado.	0	1	1
Parece que aceitam bem, embora por vezes se sinta um ambiente 'pesado'.	0	1	1
Não se Aplica/Sem enteados	11	6	17

QUADRO nº 10 B – Intervenção na Educação dos Enteados

INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO DOS ENTEADOS (Pelo Padrasto/Madrasta)	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Recomposição Familiar (Por casais em <i>União de Facto</i> ou através de um 2º casamento)		
	Homens	Mulheres	
Sim, em concordância com o cônjuge biológico.	9	3	12
Não, pois já são jovens adultos. Posso ouvi-los se me procurarem, mas nunca intervir.	0	4	4
Assumo as minhas responsabilidades, depois de ter conversado com os pais biológicos.	0	4	4
Sem dúvida que sim, pois assumi a responsabilidade de cuidar deles.	0	1	1
Não, pois não são os meus filhos. O cônjuge biológico é que deverá fazê-lo.	0	1	1
Penso que devo intervir como Madrasta, embora me sejam colocados limites ao meu papel pela mãe biológica.	0	1	1
Não se Aplica/Sem enteados	11	6	17

QUADRO nº 10 C – Relacionamento com os Enteados

RELACIONAMENTO ENTRE PADRASTO/MADRASTA E ENTEADOS	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Recomposição Familiar (Por casais em <i>União de Facto</i> ou através de um 2º <i>casamento</i>)		
	Homens	Mulheres	
Muito Bom	5	7	12
Normal	3	3	6
Bom	1	3	4
Por vezes é difícil.	0	1	1
Não se Aplica/Sem enteados	11	6	17

QUADRO nº 10 D – Avaliação pelos Enteados

AVALIAÇÃO DO PADRASTO/MADRASTA PELOS ENTEADOS	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Recomposição Familiar (Por casais em <i>União de Facto</i> ou através de um 2º casamento)		
	Homens	Mulheres	
É uma pessoa aparentada	4	4	8
É um(a) amigo/amiga	0	5	5
É um segundo pai	5	0	5
É uma segunda mãe	0	3	3
Alguém a quem não se sentem ligados	0	2	2
Não se Aplica/Sem enteados	11	6	17

QUADRO nº 11 A – Memória da Anterior Relação Conjugal

MEMÓRIA DA ANTERIOR RELAÇÃO CONJUGAL	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Recomposição Familiar (Por casais em <i>União de Facto</i> ou através de um 2º <i>casamento</i>)		
	Homens	Mulheres	
Em certas alturas está presente, mas já é passado e não faço comparações com a vida conjugal actual.	9	9	18 = 45%
Não. Quero esquecer a relação conjugal anterior e não faço comparações com a vida familiar actual.	8	5	13 = 32,5%
Sim, ainda está presente especialmente pelos filhos nascidos na anterior vida conjugal.	3	3	6 = 15%
A memória do passado conjugal ainda se mantém, pois as experiências vividas ficaram gravadas. Por vezes faço comparações entre o que vivi antes e o que estou a viver agora.	0	2	2 = 5%
Não. Na altura os filhos eram pequenos e nunca se falou da anterior relação conjugal. Não era necessário.	0	1	1 = 2,5%
TOTAL	20	20	40 ⇔ 100%

QUADRO nº 11 B – Relacionamento com os Filhos, não tendo a Guarda da Criança.

CIRCUNSTÂNCIAS DE RELACIONAMENTO COM OS FILHOS	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Homens	Mulheres	
Visitas a Avós/outros familiares	14	Não se Aplica	14
Almoçar/jantar fora	11	Não se Aplica	11
Passeios/Actividades de Lazer	8	Não se Aplica	8
Idas ao Cinema/Museus/Exposições	6	Não se Aplica	6
Ficar em casa com os filhos, acompanhando-os ...	5	Não se Aplica	5

Idas a Espectáculos Desportivos	3	Não se Aplica	3
Sem Filhos/Maior de Idade	13	-----	13

QUADRO nº 12 A – Sentimento pelo Cônjuge Actual

SENTIMENTO PELO CÔNJUGE NA ACTUAL RELAÇÃO CONJUGAL	FREQUÊNCIA				TOTAL
	União Facto	União Facto após Divórcio	Recom- posição Familiar (2º casamento)	Casados	
O sentimento é mais forte e mais estável actualmente	11	11	8	11	41
Nada mudou desde a altura do namoro	3	6	5	2	16
Tem vindo progressivamente a mudar, especialmente pela falta de companheirismo e atenção e por vezes indiferença.	2	2	4	3	11
O sentimento mudou devido a alterações de comportamento do cônjuge	3	1	3	3	10
O sentimento não mudou. No entanto, por vezes enfraquece devido a não haver partilha de alguns bens materiais.	1	0	0	1	2

QUADRO nº 12 B – Organização do Lar

GRAU DE SATISFAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO EXISTENTE NO LAR	FREQUÊNCIA				TOTAL
	União Facto	União Facto após Divórcio	Recom- posição Familiar (2º casamento)	Casados	
. Sim, pois está tudo organizado em benefício da estabilidade e da vida em família.	9	8	11	8	36
. Podia estar mais organizado, mas está bem assim.	9	10	7	8	34
. Nem sempre, pois falta muitas vezes ajuda do cônjuge nas actividades domésticas.	2	2	0	1	5
. Não. Existe muito para melhorar em termos de organização familiar.	0	0	1	2	3
. Está totalmente desorganizada e é desmoralizante.	0	0	1	1	2

QUADRO nº 12 C – Aspectos da Vida Conjugal

ASPECTOS DA VIDA CONJUGAL MAIS ABORRECIDOS	FREQUÊNCIA				TOTAL
	União Facto	União Facto após Divórcio	Recom- posição Familiar (2º casamento)	Casados	
A Individualidade do(a) companheiro(a) na relação conjugal, devido a questões ligadas à sua personalidade.	4	3	4	5	16 = 20%

Estar muito tempo ligado às actividades profissionais	6	8	9	9	32 = 40%
A falta de tempo para estar junto da companheira ou do companheiro.	5	6	6	3	20 = 25%
Estar muito tempo ligado às actividades domésticas.	5	3	1	1	10=12,5%
Viver próximo da casa dos pais	0	0	0	1	1= 1,25%
Indiferença do cônjuge em relação a objectivos individuais.	0	0	0	1	1= 1.25%
TOTAIS	20	20	20	20	80 ⇔ 100%

QUADRO nº 12 D – Impacto da Vida Profissional no Casal

IMPACTO DA VIDA PROFISSIONAL NO ESTADO DA COABITAÇÃO	FREQUÊNCIA				TOTAL
	União Facto	União Facto após Divórcio	Recom-posição Familiar (2º casamento)	Casados	
Afecta a nível de stress diário e falta de paciência para com os membros da família.	2	5	7	6	20 =25%
Tem afectado sobretudo no tempo dispensado à vida familiar, que é pouco.	9	3	2	4	18 = 22,5%
A vida profissional é intensa e mesmo com grande cansaço dos cônjuges, a relação continua estável e forte a nível afectivo.	3	1	5	4	13 =16,25%
Em nada tem afectado, pois tem existido conciliação nas actividades profissionais dos cônjuges.	4	10	6	6	26 = 32,5%
A actividade profissional não é bem remunerada e por vezes causa problemas a nível de contas a pagar, gerando mal-estar entre o casal.	2	1	0	0	3 = 3,75%
TOTAIS	20	20	20	20	80 ⇔ 100%

QUADRO nº 13 A – VIDA EM CASAL

OPINIÃO SOBRE A VIDA EM CASAL	FREQUÊNCIA				TOTAL	
	Homens		Mulheres			
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	S	N
. A falta de comunicação entre o casal para resolver os seus desentendimentos, conflitos ou discussões podem igualmente levar ao fim do casamento ou da coabitação.	49	1	50	0	99	1
. A honestidade e lealdade no relacionamento entre cônjuges contribuem para manter ou até fortalecer o casamento ou a coabitação.	49	1	49	1	98	2
. Desentendimentos, conflitos ou discussões com o companheiro(a) são situações que necessariamente acontecem num casamento ou na coabitação.	46	4	43	7	89	11
. A frequência desses desentendimentos, conflitos ou discussões com o cônjuge podem levar ao fim do casamento ou da coabitação.	40	10	46	4	86	14
. Mesmo com uma boa comunicação entre o casal, o casamento ou a coabitação podem entrar em ruptura e terminar.	39	11	39	11	78	22

QUADRO nº 13 B – Relações extra-conjugais

OPINIÃO SOBRE AS RELAÇÕES EXTRA-CONJUGAIS	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Homens	Mulheres	
É uma situação desonesta, de falta de lealdade e de respeito ao cônjuge.	29	32	61
Pode acontecer a qualquer um, mas não tem de causar o fim da relação conjugal.	10	6	16
Por vezes, é necessária para por fim a uma relação conjugal vazia e sem sentido.	9	4	13
É uma atitude cobarde e odiosa, especialmente para o cônjuge inocente.	2	8	10

**QUADRO nº 14 – Mudanças no âmbito da família conjugal
(últimos 30 anos)**

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO ÂMBITO DA FAMÍLIA CONJUGAL, OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Homens	Mulheres	
Maior autonomia da mulher em relação ao marido.	35	39	74
Maior igualdade entre Homem e Mulher na vida em sociedade.	32	26	58
Divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre o casal.	19	23	42
Maior democraticidade nas relações familiares ou nas decisões a tomar.	24	14	38
Maior controlo quanto à possibilidade de ter ou não filhos.	15	20	35
Liberalização do Divórcio na sociedade.	18	16	34
Vida sexual orientada para a satisfação ou gratificação pessoal.	2	8	10
Maior independência dos filhos em relação aos pais.	5	4	9

QUADRO nº 15 A – Opinião sobre o Divórcio

OPINIÃO EM RELAÇÃO AO DIVÓRCIO	FREQUÊNCIA					TOTAL
	Mono-parentais	União Facto	União Facto após Div.	Recomposição Familiar 2º casamento	Casados	
Mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida e ainda que existam filhos da relação conjugal, os problemas graves entre o casal podem justificar o divórcio.	11	11	11	13	14	60
O divórcio é a melhor solução para um mau casamento.	9	9	9	7	6	40
O divórcio é um elemento desagregador da família, devendo ser limitado a nível legislativo.	0	0	0	0	0	0
Mesmo com razões para o divórcio, o casamento deve manter-se para que a família não se desagregue.	0	0	0	0	0	0

QUADRO nº 15 B – Motivos Pessoais sobre o aumento do Divórcio

MOTIVOS PESSOAIS QUE EXPLICAM O CRESCENTE NÚMERO DE DIVÓRCIOS	FREQUÊNCIA										TOTAL	
	Mono-parentais		União Facto		União Facto após Div.		Recomposiçã o Familiar 2º casamento		Casados			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
O amor e o sentimento afectivo na relação conjugal terem acabado, procurando-se alternativas junto de colegas de trabalho ou no círculo de amigos.	3	6	5	7	6	6	7	5	4	5	25	29
A falta de diálogo devido ao stress diário, criando um progressivo afastamento entre os cônjuges.	10	5	10	9	9	10	8	9	9	8	46	41
A infidelidade conjugal.	7	5	7	6	10	5	6	2	7	5	37	23
A Violência física ou psicológica na relação conjugal.	1	4	1	3	1	3	3	3	4	4	10	17
A maior autonomia e independência feminina na actualidade.	3	7	3	1	1	2	3	5	0	3	10	18
A facilidade jurídica em obtê-lo.	4	1	2	0	1	2	1	4	3	3	11	10
Problemas financeiros.	1	2	2	3	2	1	1	2	2	1	8	9
Existirem direitos iguais para Homem e Mulher.	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	3	1
A banalização da relação conjugal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
A recusa do ajuste/adaptação mútua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

QUADRO nº 16 A – Opinião sobre o casamento

OPINIÃO SOBRE O CASAMENTO	FREQUÊNCIA												TOTAL			
	Monoparentais				Recomposição Familiar 2º Casamento				Casados							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D
1. O casamento é um sacramento e por isso indissolúvel.	2	8	0	10	0	10	1	9	4	6	2	8	6	24	3	27
2. Para que um Casamento resulte, basta existir empenho na relação ao longo da vida.	3	7	4	6	2	8	2	8	5	5	3	7	10	20	9	21
3. Só o empenho não garante o sucesso no Casamento.	10	0	7	3	9	1	9	1	9	1	10	0	28	2	26	4
4. O Casamento, para ter sucesso, exige dedicação e sacrifício da parte dos cônjuges, que devem sacrificar o seu bem-estar em função do outro e da família.	9	1	4	6	4	6	3	7	10	0	4	6	23	7	11	19

5. Embora com vantagens, o casamento tende a cair numa rotina, mantendo-se depois por hábito e não por amor.	7	3	4	6	2	8	4	6	6	4	2	8	15	15	10	20
6. Para o Casamento resultar tem de existir um projecto a dois, mas onde a partilha, a autonomia e até a individualidade tenham lugar.	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	30	0	30	0
7. Para o Casamento resultar, basta apenas o amor.	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	30	0	30
8. Amor, comunicação e cedências mútuas são fundamentais para o sucesso do Casamento.	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	10	0	30	0	30	0
9. Dificuldades económicas podem por em causa o casamento.	9	1	7	3	3	7	7	3	10	0	9	1	22	8	21	9
10. As interferências de parentes ou dos sogros podem por em causa o casamento.	8	2	9	1	6	4	8	2	8	2	10	0	22	8	27	3

Legenda: C ⇔ Concordam; D ⇔ Discordam

QUADRO nº 16 B – O casamento pela igreja

OPINIÃO EM RELAÇÃO AO CASAMENTO REALIZADO PELA IGREJA	FREQUÊNCIA										TOTAL	
	Monoparen- tais		União De facto		Recomposição Familiar União de Facto		Recomposiçã o Familiar 2º casamento		Casados			
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
O casamento pela Igreja não acrescenta nada à união conjugal.	5	6	4	5	6	6	5	5	3	4	19	21
O casamento pela Igreja é mais praticado pois é uma cerimónia tradicional, bonita e festiva, consagrando um momento importante na vida das pessoas.	4	3	4	5	3	2	0	5	1	2	12	17
O casamento pela Igreja é a única forma que consagra de modo pleno a união conjugal.	0	0	0	0	0	0	1	0	3	2	9	8
O casamento pela Igreja é habitual pois as pessoas são pressionadas pelos pais ou pela tradição familiar em fazê-lo.	1	1	2	0	1	2	4	0	3	2	10	4

QUADRO nº 16 C - Crenças religiosas e estabilidade da vida familiar

IMPORTÂNCIA DAS CRENÇAS RELIGIOSAS NA ESTABILIDADE DA VIDA FAMILIAR	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Homens	Mulheres	
Não. Nenhuma religião se deve sobrepor aos princípios que o casal estabelece para regular a sua vida familiar.	22	17	39
Embora as crenças religiosas sejam importantes e definiam regras sobre a coabitação, cada casal deverá escolher livremente o modo como deseja viver a sua vida conjugal.	13	21	34
Sim. Os valores religiosos são fundamentais para promover a fidelidade e a harmonia conjugal.	10	8	18
As crenças religiosas, quaisquer que sejam, são sempre boas reguladoras da vida social e familiar, garantindo o empenho do casal na sua vida conjugal.	5	4	9

TOTAIS (Inquiridos Monoparentais/Unipessoais; União de Facto; Recomposição familiar com vida em União de Facto; Recomposição Familiar com base num 2º casamento e casados - civil ou religiosamente).	50	50	100
--	-----------	-----------	------------

QUADRO nº 17 A – Casais em União de Facto

Casais em <i>União de Facto</i> - caracterização -	FREQUÊNCIA									
	Inquiridos Masculinos									
Inquiridos Masculinos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Idade actual	49	33	39	34	31	30	31	30	24	38
Idade no início da <i>União de Facto</i>	45	30	26	28	25	28	24	22	21	23
Tempo de namoro	- de 1 ano	- de 1 ano	- de 1 ano	1 – 3 anos	+ 3 anos	+ 3 anos	+ 3 anos	1 – 3 anos	1 – 3 anos	1 – 3 anos
Tempo de vida em comum	4	3	13	6	6	2	7	8	3	15
Experiências anteriores de coabitação/Duração	Sim = 1 ano	Sim = 1 ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Nº de filhos existentes	-	-	2	1	2	-	1	1	1	2
Grau de escolaridade do Inquirido	Mest.	Lic.	3º Ciclo	Lic.	Sec.	Mest.	3º Ciclo	Sec.	3º Ciclo	Sec.

QUADRO nº 17 B – Casais em União de Facto

Casais em <i>União de Facto</i> - caracterização -	FREQUÊNCIA									
	Inquiridas Femininas									
Inquiridas Femininas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Idade actual	31	25	46	35	30	32	37	37	37	23
Idade no início da União de Facto	29	24	36	25	28	28	28	32	26	20
Tempo de namoro	+ 3 anos	+ 3 anos	1 – 3 anos	1 – 3 anos	+ 3 anos	+ 3 anos	+ 3 anos	1 – 3 anos	+ 3 anos	1 – 3 anos
Tempo de vida em comum	2	1	10	10	2	4	7	5	11	3
Experiências anteriores de coabitação/Duração	Não	Não	Sim = 2 anos	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Nº de filhos existentes	-	-	2	2	-	1	1	-	2	1
Grau de escolaridade da Inquirida	Lic.	3º Ciclo	Lic.	3º Ciclo	Dout.	Sec.	3º Ciclo	Lic.	Sec.	3º Ciclo

QUADRO nº 17 C – Casais em Recomposição Familiar por Coabitação

Casais em <i>Recomposição Familiar (coabitação)</i> - caracterização -	FREQUÊNCIA									
	Inquiridos Masculinos									
Inquiridos Masculinos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Idade actual	43	41	33	49	45	42	39	44	36	55
Idade no início da União de Facto	41	37	31	38	35	37	32	40	33	45
Tempo de vida em comum	2	4	2	11	10	5	7	4	3	10
Experiências anteriores de coabitação/Duração	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Nº de filhos existentes	-	-	-	3	2	3	1	-	-	2
Grau de escolaridade do Inquirido	Mest.	Lic.	Curso Médio	1º Ciclo	3º Ciclo	Lic.	Sec.	1º Ciclo	Sec.	2º Ciclo

QUADRO nº 17 D – Casais em Recomposição Familiar por Coabitação

Casais em Recomposição Familiar (coabitação) - caracterização -	FREQUÊNCIA									
	Inquiridas Femininas									
Inquiridas Femininas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Idade actual	37	37	50	44	45	41	38	41	39	40
Idade no início da <i>União de Facto</i>	35	30	41	41	36	36	27	39	36	30
Tempo de vida em comum	2	7	9	3	9	5	11	2	3	10
Experiências anteriores de coabitação/Duração	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Nº de filhos existentes	-	-	2	1	3	3	2	2	3	2
Grau de escolaridade da inquirida	Lic.	Mest.	2º Ciclo	Sec.	Mest.	Lic.	2º Ciclo	Sec.	1º ciclo	Sec.

QUADRO nº 17 E – Casais em Recomposição Familiar – 2º Casamento

Casais em Recomposição Familiar (2º Casamento) - caracterização -	FREQUÊNCIA									
	Inquiridos Masculinos									
Inquiridos Masculinos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Idade actual	64	49	40	51	45	44	37	54	44	49
Grau de escolaridade do inquirido	Lic.	Lic.	3º Ciclo	2º Ciclo	Sec.	Sec.	2º Ciclo	2º ciclo	3º Ciclo	1º Ciclo
Agregado Familiar Actual	5	3	3	6	3	4	3	2	2	3
Tempo decorrido entre o divórcio e a vida com o actual cônjuge	9 anos	7 anos	4 anos	7 anos	3 anos	2 anos	2 anos	6 anos	4 anos	2 anos
Vida em coabitação com o actual cônjuge antes do casamento/Duração	Sim = 18 anos	Não	Não	Não	Sim = 5 anos	Sim = 1 ano	Não	Não	Não	Sim = 1 ano
Motivos para oficializar em casamento a anterior coabitação	Segurança Financeira	---	---	---	Vontade do Cônjuge	Valores morais/ sociais próprios	---	---	---	Vontade do Cônjuge

QUADRO nº 17 F – Casais em Recomposição Familiar – 2º Casamento

Casais em Recomposição Familiar (2º Casamento) - caracterização -	FREQUÊNCIA									
	Inquiridas Femininas									
Inquiridas Femininas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Idade actual	25	28	43	46	45	53	56	38	43	47
Grau de escolaridade do inquirido	3º Ciclo	Lic.	Sec.	Lic.	Lic.	Sec.	3º Ciclo	2º Ciclo	Ens. Sec.	Lic.
Agregado Familiar Actual	3	4	5	4	5	3	3	3	4	3
Tempo decorrido entre o divórcio e a vida com o actual cônjuge	2 anos	2 anos	1 anos	2 anos	1 anos	5 anos	19 anos	8 anos	7 anos	12 anos
Vida em coabitação com o actual cônjuge antes do casamento.	Não	Sim = 1 ano	Sim = 1 ano	Sim = 1 ano	Não	Não	Sim = 18 anos	Sim = 5 anos	Sim = 1 ano	Não
Motivos para oficializar em casamento a anterior coabitação	---	Por ser natural esse passo	Por ser natural esse passo	Desejo dos pais e dos familiares	---		Segurança Financeira e futuro dos filhos	Desejo dos pais e dos familiares	Desejo dos pais e dos familiares	---

QUADRO nº 18 – Direitos e Benefícios Implementados pelo Estado

DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS IMPLEMENTADAS PELO ESTADO NA SOCIEDADE – ESTÃO AQUÉM DOS DESEJOS DAS FAMÍLIAS ACTUAIS?	FREQUÊNCIA						TOTAL		
	Famílias monoparentais/união de facto/ recomposição familiar e casados								
	Homens			Mulheres					
	SIM	NÃO	N/A	SIM	NÃO	N/S	S	N	N/A
Rendimento Social de Inserção.	6	44	-	10	30	-	16	74	-
Fiscalidade e IRS.	40	10	-	36	14	-	76	24	-
Abonos de Família.	33	17	-	38	12	-	71	29	-
Adopção.	8	22	20	7	36	7	15	58	27
Protecção social na eventualidade de doença.	24	26	-	34	16	-	58	42	-
Herança Patrimonial/Partilha de Bens.	16	34	-	25	25	-	41	59	-
Exercício do Poder Paternal.	11	24	5	11	23	6	22	47	11
Educação pré-escolar.	32	15	3	35	14	1	67	29	4
Alimentos e Visitas fixados pelo Tribunal.	8	19	3	16	13	1	24	32	4
Transmissão de Arrendamento	4	16	--	8	22	-	12	38	-
Papel Social de Padrasto/Madrasta	0	12	8	4	11	5	4	23	13
TOTAIS	182	239	39	224	216	20	406	455	59

N/A ⇔ Não se Aplica ou Não Responde.

QUADRO nº 19 – Trabalho Desenvolvido pelos Organismos e Secretarias de Estado ligados à Família

OPINIÃO SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS ORGANISMOS E SECRETARIAS DE ESTADO LIGADOS À ÁREA DA FAMÍLIA	FREQUÊNCIA		TOTAL
	Famílias monoparentais/união de facto/ recomposição familiar e casados		
	Homens	Mulheres	
Tem realizado algum trabalho, nomeadamente em questões de igualdade e de género, mas podia fazer muito mais, especialmente em questões de Abonos Familiares, Maternidade, Adopção, Divórcio e até na revisão da Fiscalidade.	23	21	44 ⇄ (44%)
Sim. Dentro da actual situação familiar, os membros do casal e as crianças dispõem de um conjunto de leis que salvaguarda os seus direitos e necessidades sociais básicas.	11	2	13 ⇄ (13%)
Não. As leis são insuficientes ou ineficientes em certos casos (Exercício do Poder Paternal ou Pensão de Alimentos em situações de divórcio, por exemplo) e nem sempre correspondem às realidades familiares dos casais ou de quem vive em situação de monoparentalidade.	11	17	28 ⇄ (28%)
Por vezes, a legislação publicada pelos Organismos do Estado ligados à Família está desajustada das reais necessidades dos casais. Em outros casos, não resolve os problemas sociais das famílias, especialmente quando estas são numerosas e não são beneficiadas em termos de tributação fiscal.	5	10	15 ⇄ (15%)
TOTAL DE INQUIRIDOS	50	50	100⇄ 100%

QUADRO nº 20 – Profissão dos Inquiridos (Descritivo)

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Profissão	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Arquitecto/ Engenheiro	1	0	1	0	2	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4
Professor	2	3	5	1	0	1	1	3	4	1	2	3	1	2	3	16
Militar	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Gestor/Administrador	1	0	1	0	0	0	2	0	2	2	1	3	1	0	1	7
Motorista	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	3
Retalhista/ comerciante	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Fiel Armazém	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico P.T./ Electrónica	2	0	2	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	5
Funcionário Público/ Assistente Administrativo	0	4	4	2	4	6	2	1	3	0	4	4	1	4	5	22
Directora Serviços	0	0	0	0	1	1	0	2	2	0	0	0	2	1	3	6

Formadora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Auxiliar de Educadora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Fisioterapeuta	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Informática/ Designer Gráfica	0	1	1	2	1	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0	5
Assistente/ Agente Comercial/ Imobiliário	0	2	2	2	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5
Cabeleireira	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Caixa Supermercado	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Electricista	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Empregado de Mesa/ Hotelaria/ Rececionista	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	2	3
Construtor Civil/ Empresário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	1	0	1	3
Operário	0	0	0	0	0	0	2	0	2	3	0	3	1	0	1	6
Empregada Limpeza	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	2	0	0	0	3
Dona de casa	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO nº 21 – NATURALIDADE (Descritivo)

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Naturalidade	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Angola	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	2	5
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
África Sul	0	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Ponta Delgada	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Porto	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vila Real	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Viseu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
S. Pedro Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Fundão	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Stª Maria Feira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Pinhel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Leiria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Idanha-a-Nova	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1

Figueiró Vinhos	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Castelo Branco	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Abrantes	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Salvaterra Magos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Coruche	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
T. Vedras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Tomar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Entroncamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2
Peniche	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Mafra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Lisboa	2	2	4	3	2	5	3	4	7	4	1	5	1	3	4	25
Sintra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Loures	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Almada	1	1	2	1	0	1	2	1	3	0	1	1	1	0	1	8
Moita	2	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Setúbal	2	1	3	1	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	6
Seixal	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2
Sesimbra	0	0	0	1	2	3	0	1	1	0	2	2	1	0	1	7

Palmela	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Barreiro	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	3
Montijo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Estremoz	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Elvas	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Alcácer do Sal	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Moura	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1	0	1	3
Portel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Grândola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Olhão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO nº 22 – CONCELHO DE RESIDÊNCIA

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Sesimbra	1	2	3	1	2	3	3	3	6	2	2	4	1	2	3	19
Setúbal	1	1	2	1	1	2	2	1	3	3	2	5	2	1	3	15
Lisboa	1	1	2	4	3	7	0	1	1	0	1	1	1	2	3	14
Almada	3	2	5	1	1	2	1	0	1	1	1	2	1	0	1	11
Palmela	3	0	3	1	1	2	1	2	3	0	0	0	3	0	3	11
Seixal	0	1	1	0	1	1	0	2	2	1	0	1	1	1	2	7
Amadora	0	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	2	0	0	0	5
Loures	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	2	2	4
Cascais	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	2	0	0	0	4
Sintra	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	1	1	3
Barreiro	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	3
Moita	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Oeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Montijo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
TOTAL	20			20			20			20			20			100

QUADRO nº 23 – NATURALIDADE DO CÔNJUGE ACTUAL (Descritivo)

Modelos Familiares	Famílias Monoparentais			Famílias em União Facto			Famílias em União Facto com anterior vida conjugal			Famílias em Recomposição (2º casamento)			Famílias com casamento (civil ou religioso)			TOTAL GERAL DE INQUIRIDOS
Naturalidade Cônjuge	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Alemanha				0	1	1	0	0	0	0	0	0				1
França				0	1	1	0	0	0	0	0	0				1
Angola				1	1	2	0	0	0	2	1	3				5
África do Sul				0	1	1	0	0	0	0	1	1				2
Brasil				0	0	0	0	1	1	0	0	0				1
Pinhel				0	0	0	0	0	0	1	0	1				1
Idanha-a-Nova				0	0	0	0	0	0	0	1	1				1
Santarém				0	0	0	0	0	0	1	0	1				1
Almeirim				0	0	0	0	0	0	0	1	1				1
Caldas Rainha				0	1	1	0	0	0	0	0	0				1
Alverca				0	0	0	1	0	1	0	0	0				1
Lisboa				2	1	3	4	4	8	3	4	7				18
Sintra				0	0	0	0	0	0	1	0	1				1
Oeiras				1	0	1	0	0	0	0	0	0				1

Cascais				0	0	0	0	1	1	0	0	0				1
Almada				0	2	2	0	0	0	0	0	0				2
Seixal				0	0	0	0	1	1	0	1	1				2
Setúbal				2	1	3	1	1	2	0	1	1				6
Barreiro				0	1	1	1	0	1	1	0	1				3
Palmela				0	0	0	0	1	1	0	0	0				1
Sesimbra				1	0	1	1	0	1	1	0	1				3
Montijo				1	0	1	0	0	0	0	0	0				1
Moita				1	0	1	0	0	0	0	0	0				1
Arraiolos				0	0	0	0	1	1	0	0	0				1
Évora				1	0	1	1	0	1	0	0	0				2
Portalegre				0	0	0	1	0	1	0	0	0				1
TOTAL	-----			20			20			20			-----			60

ANEXO III

BASE DE DADOS EM EXCEL

(O ficheiro encontra-se guardado no CD devido à sua extensão)

ANEXO IV

MODELO DE QUESTIONÁRIO

(O ficheiro encontra-se guardado no CD devido à sua extensão)

ANEXO V

LEGISLAÇÃO

- 1. Lei nº 61/2008 de 31 de Outubro**
- 2. Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro**
- 3. Conselho de Ministros – Resolução nº 50/2004**
- 4. Decreto-Lei 261/75 de 27 de Maio**
- 5. *Código Civil* (1979) – Alterações ao Direito de Família**
- 6. Concordata e Acordo Missionário - 1940**
- 7. Lei de Divórcio de 3 Novembro de 1910**
- 8. Projecto de Lei sobre a introdução do Divórcio em Portugal
– 1900**

(O ficheiro encontra-se guardado no CD devido à sua extensão)

ANEXO VI –

FIGURAS



FIGURA 1 – Cartaz do *Secretariado da União Nacional* (1945), recordando às mulheres os méritos de Salazar na valorização da Família e da paz social existente no País.



FIGURA 2 – Cartaz da Arquidiocese de Évora relativo à celebração do ano pastoral dedicado à Família (1982-83). Notemos o sentido de ‘protecção’ angélico inspirado na ‘guarda’ dos valores cristãos na defesa do bem-estar da Família.



FIGURA 3 – Postal inserido numa colectânea editada pelo S.U.N. em 1942 sob o tema: *Jornada das Mães de Família*. Esta série de postais pretendia aconselhar a jovem mãe na educação ‘correcta’ do seu filho.



FIGURA 4 – Um conselho à jovem mãe no cuidado a ter nas refeições da criança.



FIGURA 5 – Conselho para abandonar a chupeta. As crianças desejavam-se ‘fortes’ e sem ‘vícios’.



FIGURA 6 – Cabe à mãe os cuidados principais a dar ao recém-nascido. Note-se em todos os postais a ‘ausência’ de conselhos ao pai, afastado da educação infantil da criança.



FIGURA 7 – Reforço dos cuidados maternos em relação ao bebê, apelando ao carinho e aleitamento da mãe como uma condição para a vida saudável do bebê.



FIGURA 8 – Advertência à jovem mãe para não se deixar seduzir pelas ‘manhas’ do bebê.



FIGURA 9 – A virtude da limpeza transpõe a mensagem do postal, valorizando-se em primeiro lugar o asseio no interior do lar.



FIGURA 10 – Retrato de uma família burguesa dos finais do século XIX. Notemos a atenção dos pais em relação ao ‘cerimonial’ de aprendizagem social dos filhos.



FIGURA 11 – Refeição em família: a mesa de um agregado familiar burguês do século XIX. Observemos a disposição e a quantidade de alimentos em cima da mesa, sem esquecer o ambiente geral em que decorre a alimentação dos membros da família.

A Mulher Portuguesa.

PERSEVERANÇA, VERDADE, JUSTIÇA

REVISTA MENSAL EDUCATIVA

Ano I — N.º 1

DIRECTORA
Ana de Castro Osório

EDITORA
Albertina de Moura Benício

Dirigir toda a correspondência à administração
JOANA D'ALMEIDA MOQUEITA
Praça de D. Luís, 17 — Lisboa

Propriedade da «Associação de Propaganda Feminista»

ÓRGÃO DA
Associação de Propaganda Feminista

LISBOA, JUNHO, 1912

Hvulo: 4 centavos
Assinatura anual: 40 centavos

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA MODERNA
de Vitorino & Pacheco
Rua de Santo António, 158-A ou 134

«Proclamamos os Direitos do Homem, olvidando os da Mulher.
Não desejamos pela lei do equilíbrio, guiltemos eleger muito uma das metades da humanidade e deixámos a outra muito abaixo...
Mas a mulher é a nossa eterna e inevitável companheira.»

JEAN FINOT.
(Préface à *Probleme des Sexes*).

e inteligente colaboração com o homem. Este é considerado um amigo e, socialmente, um igual, um equivalente; nunca um adversário. Não se trata de trocar o poderio social do homem pelo poderio da mulher; trata-se unicamente de instituir o *poderio humano*, isto é, a participação tanto do homem como da mulher em todos os campos d'actividade, conforme as aptidões intellectuais de cada individuo. O homem e a mulher, socialmente, são *equivalentes*. A supremacia de qualquer dos sexos é preconceito pueril, que os factos dia a dia se vão encarregando de destruir; legada pelo passado, pela tradição, pela rotina, a dominação masculinista vem caindo gradualmente do seu pedestal secular, ao embate da Democracia, da Ciência e do Progresso universais. Será substituída, não pela dominação da mulher, mas pela *colaboração d'aambos os sexos* em todos os ramos d'actividade humana.

Assim o entenderam Condorcet, Stuart Mill, Victor Hugo, Ibsen, Jean Finot, Magnaud, Novicow e muitos outros homens superiores que, pela grande e imortal força do Pensamento, são os eternos faróis da Humanidade.

O que acima fica dito é o suficiente para se julgar da orientação desta modesta Revista. Defenderá, acima de tudo, os interesses da Mulher perante a vida social: para isso recordar-lhe-há o papel que tem a desempenhar na Família, na Sociedade, na Política, na Civilização em geral; evidenciará a sua poderosíssima influência educativa na alma das crianças, que serão os homens e as mulheres d'amanhã; examinará tudo quanto represente um progresso na vida e na acção sociais da mulher em geral e da portuguesa em especial.

Nos estreitos limites de que dispõe, a nossa Revista acompanhará, pois, o movimento feminista internacional, dando grande desenvolvimento ao estudo do sufrágio da mulher,

Orientação e Fins da nossa Revista

A Associação de Propaganda Feminista inicia hoje a publicação da sua revista mensal, *A Mulher Portuguesa*, cujo fim é defender, pela palavra escrita, os ideais de progresso social, económico e político das mulheres.

Nesse elevado intuito, iremos expor, em nossas columnas, as ideias, os princípios essenciais, as doutrinas que constituem esse importante movimento social, convencionalmente chamado *Feminismo*, e por certos pensadores da maior autoridade, como Leopoldo Lacour, também denominado, com mais propriedade, *Humanismo Integral*.

Com efeito, as doutrinas feministas (ou humanistas integrais) não tem, e nunca tiveram nem terão, o carácter de exclusivismo, de supremacia, que muitos censores lhes querem infundadamente atribuir. O verdadeiro feminismo, aquêle que por toda a parte tem triunfado na vida prática, pretende simplesmente, dar à mulher o verdadeiro lugar a que tem jus na sociedade, pondo-a em estreita

FIGURA 12 – Rosto da 1ª edição da revista *A Mulher Portuguesa*, sob a direcção de Ana de Castro Osório – 1912. A revista defendia as doutrinas feministas e estava affecta à Associação de Propaganda Feminista, de inspiração republicana.



FIGURA 13 – Aula prática de economia doméstica e de labores femininos, promovida pela Obra das Mães pela Educação Nacional – O.M.E.N.

Esta organização, ligada ao Estado Novo, apresentava-se como tendo uma ‘missão altíssima de consagração e de valorização da família portuguesa’.



FIGURA 14 – Aula prática de puericultura, promovida sob a direcção da O.M.E.N.

Para esta organização, ‘a tarefa prioritária consistia na reeducação das mulheres do povo, a quem seriam ministradas noções de higiene, puericultura e de moral, de modo a reduzir a mortalidade infantil’. Defendendo que a ‘ciência do lar é uma enciclopédia que torna mais sólida e mais humana a cultura feminina’, a O.M.E.N. pretendia ensinar ‘a mãe, a mulher actual com os seus erros, a sua ignorância, os seus preconceitos...’